

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

HERIK RAFAEL DE OLIVEIRA

Ideologia, política e indústria cultural:
um estudo sobre o “Projeto Brasil que eu quero”, da TV Globo, nas Eleições 2018

Versão corrigida

São Paulo
2022

HERIK RAFAEL DE OLIVEIRA

Ideologia, política e indústria cultural:
um estudo sobre o “Projeto Brasil que eu quero”, da TV Globo, nas Eleições 2018

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva

São Paulo
2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rafael de Oliveira, Herik

Ideologia, política e indústria cultural: um estudo sobre o 'Projeto Brasil que eu quero', da TV Globo, nas Eleições 2018 / Herik Rafael de Oliveira; orientador Pedro Fernando da Silva. -- São Paulo, 2022.

415 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Escola de Frankfurt. 2. Democracia. 3. Propaganda. 4. Opinião. 5. Informação.
I. Fernando da Silva, Pedro, orient. II. Título.

Nome: Oliveira, Herik Rafael de

Título: Ideologia, política e indústria cultural: um estudo sobre o “Projeto Brasil que eu quero”, da TV Globo, nas Eleições 2018

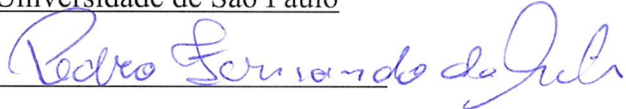
Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Psicologia

Aprovado em: 08 de dezembro de 2022

Banca examinadora

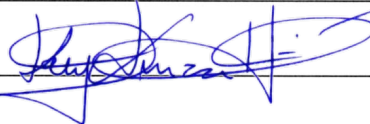
Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva (Presidente da Banca/Orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: 


Profa. Dra. Kety Valéria Simões Franciscatti (Externo)

Instituição: Universidade Federal de São João del-Rei

Assinatura: 

Profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana (Externo)

Instituição: Universidade Federal de Goiás

Assinatura: 

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu pai, Weder Alencar (*in memoriam*), e à minha mãe, Maria Luiza, por terem ofertado a mim o melhor deles neste mundo danificado.

Dedico este trabalho à minha avó, Lindaura de Lourdes, pela mão firme e terna que por mais de uma vez me puxou nas travessias do conhecimento.

Dedico este texto aos meus cinco irmãos, João, Matheus, Marcus, Arthur e Maria Eduarda; que possamos viver a vida digna que é direito de todos.

Dedico este movimento ao meu Rafael Teodoro, pelo amor compartilhado nessa caminhada, por todos os momentos em que posso me mostrar fraco sem receber golpes de força.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva, meu orientador, por ter me acompanhado nesse percurso e acolhido, com confiança, o movimento que fiz em atenção ao cisco no meu olho que este trabalho representa, com todas as mudanças de rota decorrentes desse movimento guiado por um olho incomodado em busca de algum caminho.

À Profa. Dra. Kety Valéria Simões Franciscatti, por sua companhia rigorosa, atenta e delicada no meu processo de formação, por suas contribuições no exame de qualificação e defesa.

À Profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana, por suas contribuições cuidadosas, atentas e ricas no exame de defesa, do qual aceitou participar com gentileza.

Ao Prof. Dr. José Leon Crochick, modelo crítico da relação com o conhecimento, por suas importantes contribuições para este trabalho durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Lineu Norio Kohatsu, pela gentileza de estar presente na qualificação.

Às companheiras e aos companheiros que compartilham comigo o mesmo orientador, por nossas discussões, estudos e reflexões, as quais também deixaram suas marcas neste trabalho.

Às companheiras e aos companheiros do Grupo Prismas: Modelos de Crítica Social, coordenado pelas Professoras Kety Franciscatti e Cynthia Viana, sempre propiciando o contato sensível e reflexivo com a realidade.

Às companheiras e aos companheiros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Diversidade e Educação e do Observatório da Educação: Violência, Inclusão e Direitos Humanos, vinculados à Universidade Federal de São Paulo, ambos coordenados pela Profa. Dra. Marian Ávila de Lima e Dias, com os quais sigo aprendendo o conhecimento vivo e comprometido.

Às amigas e aos amigos, de antes desta jornada e aqueles aos quais fui apresentado durante ela.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de estudos.

O cisco em teu olho é a melhor lente de aumento.

Theodor W. Adorno

RESUMO

Oliveira, H. R. (2022). *Ideologia, política e indústria cultural: um estudo sobre o “Projeto Brasil que eu quero”, da TV Globo, nas Eleições 2018*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta pesquisa dedicou-se à análise das conformações da ideologia no *Projeto Brasil que eu quero* (PBQQ), uma campanha da TV Globo cujo objetivo era apresentar desejos dos brasileiros tendo em vista as eleições de 2018. Fundamentado em reflexões da Teoria Crítica da Sociedade, o trabalho partiu de um levantamento sistemático da bibliografia sobre política, democracia, mídia e indústria cultural no indexador *SciELO*. Com base na análise dos títulos, resumos e palavras-chave dos 130 artigos coligidos e, posteriormente, fundamentado na leitura integral e análise de 38 artigos selecionados daquele *corpus* principal, apresentou-se criticamente as principais características, tendências, métodos, concepções, problemáticas e conceitos dos estudos sobre a temática indicando possíveis limites e reafirmando a necessidade das reflexões fundamentadas em uma teoria crítica e materialista quando se estuda a relação entre a política e os meios de comunicação. A tensão entre aspectos da produção sobre mídia e política e proposições de T. W. Adorno, M. Horkheimer e outros autores fundamentou os procedimentos, categorias e concepções para a análise do PBQQ, definindo a necessidade de se atentar, principalmente, à ideologia, aos aspectos psicológicos mobilizados pela campanha, à sua conformidade com as características da indústria cultural e às bases objetivas da sociedade capitalista tardia industrial. Identificou-se que o PBQQ operou como um dispositivo de inflação e administração das opiniões sobre política, cujos efeitos deletérios têm sido observados, e de legitimação dos conteúdos apresentados nos telejornais. Ao utilizar estratégias de integração e massificação do público apoiadas na repetição e na regressão mimética, o empreendimento se configurou como um aparato de participação política administrada. Seus estratagemas pressupunham regressões psicológicas como a reificação da consciência e a mentalidade do *ticket*. Encoberta por um verniz democrático, a iniciativa atuou como meio difusor de um estado calamitoso de crise social, de conformismo e de reacionarismo ao inflamar a comunicação dos problemas sociais sem prezar pela reflexão crítica. Baseado na análise de conteúdo das manifestações do público exibidas em articulação com materiais jornalísticos, identificou-se que, operando conforme o esquematismo da indústria cultural, o PBQQ tornou-se um artifício de modelagem da percepção e do entendimento, interpondo entre os sujeitos e a realidade sociopolítica conglomerados ideológicos concernentes a valores religiosos; a aspectos relacionados à indignação, à cólera e ao ressentimento; à ocultação das desigualdades existentes entre os sujeitos sociais que constituem a realidade agrária do país; à propagação de soluções alinhadas aos interesses macroeconômicos para o problema do desemprego; à redução dos impasses sociais a questões de competência técnico-administrativa; à difusão da exaltação da natureza, obnubilando a consciência dos problemas políticos; à disseminação da pauta anticorrupção amplamente mobilizada por movimentos regressivos; à exaltação nacionalista da ordem e do progresso; à ruptura com o passado ou à propagação de um saudosismo a despeito da violência política; à disseminação da necessidade urgente de mudança sem conteúdo social determinado. Foram identificadas correspondências entre esses conglomerados e forças políticas em disputa nas eleições respaldando o entendimento de que o PBQQ atuou como propaganda favorável ao processo de coordenação e avanço do autoritarismo e do reacionarismo no Brasil.

Palavras-chave: Escola de Frankfurt. Democracia. Propaganda. Opinião. Informação.

ABSTRACT

Oliveira, H. R. (2022). *Ideology, politics, and cultural industry: a study on the "Projeto Brasil que eu quero" campaign, of TV Globo, in 2018 Elections*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This research was dedicated to the analysis of the conformations of ideology in *Projeto Brasil que eu quero* (PBQQ), a campaign of TV Globo whose objective was to present the wishes of Brazilians given the 2018 elections. Grounded in reflections on the Critical Theory of Society, the work started with a systematic survey of the bibliography on politics, democracy, media, and cultural industry on *SciELO* indexer. Based on the analysis of the titles, abstracts, and keywords of the 130 articles collected and, subsequently, on the full reading and analysis of 38 articles selected from that main *corpus*, conceptions, problems, and concepts of the studies on the subject were presented. By indicating possible limits from the studies, the necessity of reflections based on a critical and materialistic theory for the analysis of the relationship between politics and the media was reaffirmed. The tension between the propositions of the productions about media and politics and the formulations of T. W. Adorno, M. Horkheimer, and other authors grounded the procedures, categories, and conceptions for the analysis of the PBQQ, defining the necessity of paying attention, mainly, to the ideology, to the psychological aspects mobilized, to its conformity with the characteristics of the culture industry and to the objective bases of the industrial society in late capitalism. It was identified that the PBQQ operated as a device of inflation and administration of opinions on politics, whose deleterious effects have been observed, and as legitimization of the contents presented on the news programs. By using strategies of integration and massification of the audience supported by repetition and mimetic regression, the enterprise was configured as an apparatus of administered political participation. Its stratagems presupposed psychological regressions such as the reification of consciousness and the *ticket thinking*. Covered by a democratic veil, the PBQQ acted as a means of diffusing a calamitous state of social crisis and reactionary conformity by inflaming the communication of social problems without considering critical reflection. Based on the content analysis of the public manifestations displayed in articulation with journalistic materials, it was identified that, operating according to the schematism of the culture industry, the PBQQ has been a device for shaping perception and acknowledgement, interposing between subjects and socio-political reality ideological conglomerates concerning religious values; aspects related to indignation, anger and resentment; the concealment of inequalities between social subjects who constitute the agrarian reality of the country; the propagation of solutions aligned with macroeconomic interests for the problem of unemployment; the reduction of social impasses to issues of technical competence; diffusion of the exaltation of nature, obfuscating the awareness of political problems; the dissemination of the anti-corruption agenda widely mobilized by regressive movements; the nationalistic exaltation of order and progress; the rupture with the past or the spread of nostalgia in spite of political violence; the spread of the urgent need for change without a determined social content. Correspondences were identified between these conglomerates and political forces in dispute during the elections supporting the understanding that the PBQQ acted as propaganda favorable to the process of coordination and advancement of the authoritarian and reactionary wave in Brazil.

Keywords: Frankfurt School. Democracy. Propaganda. Opinion. Information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Dados do levantamento bibliográfico.....	18
Quadro 2 — Etapas do PBQQ por período (datas de início e término) e tempo em semanas e dias.....	124

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Evolução do uso de “mass media” e “culture industry” em livros (1900-2019) 19
- Figura 2. Frame com a imagem da apresentadora Renata Vasconcellos da edição do Jornal Nacional do dia 18 de janeiro de 2018 (captura da tela do computador em 09’00’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal globoplay.com em 21 de junho de 2022)..... 143
- Figura 3. Frame com a imagem da apresentadora Renata Vasconcellos no primeiro modelo da chamada exibida no Fantástico no dia 14 de janeiro de 2018 (captura da tela do computador em 01h 35’28’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal globoplay.com em 21 de junho de 2022)..... 143
- Figura 4. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no Jornal Nacional (captura da tela do computador em 44’07’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal globoplay.com em 24 de outubro de 2020)..... 147
- Figura 5. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no Jornal Nacional (captura da tela do computador em 44’09’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal globoplay.com em 24 de outubro de 2020)..... 148
- Figura 6. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no Jornal Nacional (captura da tela do computador em 44’10’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal globoplay.com em 24 de outubro de 2020)..... 148
- Figura 7. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no Jornal Nacional (captura da tela do computador em 44’23’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal globoplay.com em 16 de junho de 2022)..... 148
- Figura 8. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no Jornal Nacional (captura da tela do computador em 44’13’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal globoplay.com em 24 de outubro de 2020)..... 149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de artigos por ano (em intervalos quinquenais)	21
Tabela 2 – Quantidade de artigos por área de concentração dos periódicos	22
Tabela 3 – Tipo de mídia por frequência.....	24
Tabela 4 – Tipo de estudo (empírico ou teórico).....	26
Tabela 5 – Método/técnica de investigação por frequência	27
Tabela 6 – Ênfase do estudo: meio, mensagem/conteúdo, receptor, produtor, teorias	29
Tabela 7 – Porcentagem de artigos segundo categoria temática	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAPÍTULO 1: NOTAS CRÍTICAS SOBRE OS ESTUDOS EM MÍDIA E POLÍTICA ...	17
2.1 Mídia e sociedade	47
2.2 Mídia e política.....	52
2.2.1 <i>Mídia e política: dois campos autônomos em interação</i>	52
2.2.2 <i>Controle político da mídia</i>	63
2.3 Modificações midiáticas e modificações políticas	69
2.3.1 <i>Os efeitos de agendamento e enquadramento</i>	72
2.4 Ideologia.....	107
2.5 Delimitação de algumas implicações para o estudo do “Projeto Brasil que eu quero”	118
3. CAPÍTULO 2: A IDEOLOGIA NO “PROJETO BRASIL QUE EU QUERO”, DA TV GLOBO, NAS ELEIÇÕES 2018	121
3.1 Apresentação do “Projeto Brasil que eu quero” (PBQQ).....	122
3.1.1 <i>PBQQ: repetição, cerco social, cerco psicológico</i>	130
3.2 A chamada do PBQQ: integração, massificação, regressão mimética	137
3.3 Os depoimentos no PBQQ.....	152
3.3.1 <i>Depoimentos e notícias; opinião e informação no PBQQ: fios visíveis e invisíveis nas suturas das latejantes feridas sociais</i>	154
3.4 Conglomerados ideológicos no PBQQ.....	170
3.4.1 <i>Esquemas da mentalidade do ticket e um conglomerado específico (o véu religioso)</i>	172
3.4.2 <i>Indignação, cólera e ressentimento</i>	187
3.4.3 <i>Sobrepondo sujeitos sociais e suas desigualdades ou o campo como agronegócio</i>	195
3.4.4 <i>O hino ao trabalho</i>	204
3.4.5 <i>A política como administração e gerenciamento</i>	217

3.4.6 Riquezas naturais	227
3.4.7 Corrupção.....	231
3.4.8 Ordem e progresso	241
3.4.9 Imagens do passado	244
3.4.10 Mudança urgente.....	247
3.4.11 PBQQ; um todo ideológico e sua fragmentação constitutiva: temas progressistas, conformismo, pautas regressivas e moralistas.....	253
3.5 Conglomerados ideológicos no PBQQ e correspondências eleitorais.....	262
3.6 Passado e presente do Brasil do futuro: apontamentos sobre democracia e barbárie...	273
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	287
REFERÊNCIAS	292
APÊNDICES	312
APÊNDICE A – Lista de referências do levantamento bibliográfico segundo categorias	312
APÊNDICE B – Processo do “Projeto Brasil que eu quero” por semanas	327
APÊNDICE C – Transcrição do primeiro modelo da chamada para o PBQQ.....	337
APÊNDICE D – Transcrição do segundo modelo da chamada para o PBQQ.....	340
APÊNDICE E – Transcrição do terceiro modelo da chamada para o PBQQ	343
APÊNDICE F – Transcrição do quarto modelo da chamada para o PBQQ.....	345
APÊNDICE G – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 24/09/2018 .	352
APÊNDICE H – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 25/09/2018 .	357
APÊNDICE I – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 26/09/2018...	364
APÊNDICE J – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 27/09/2018...	369
APÊNDICE K – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 28/09/2018 .	379
APÊNDICE L – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 29/09/2018..	389
APÊNDICE M – Depoimentos avulsos do PBQQ selecionados das edições de programas .	401
APÊNDICE N – Nuvem de palavras com as mais frequentes demandas contidas nos vídeos recebidos pelo PBQQ	415

1. INTRODUÇÃO

Em um dia do mês de agosto de 2018, enquanto eu assistia a um telejornal da TV Globo, houve, durante a edição do programa, a inserção de depoimentos de espectadores nos quais as pessoas declaravam o que desejavam para o futuro do Brasil tendo em vista as eleições que aconteceriam no mês de outubro, nas quais seriam escolhidos deputados estaduais, distritais e federais, senadores, governadores e um presidente da República. Esses depoimentos pertenciam ao *Projeto Brasil que eu quero*, uma iniciativa da referida emissora de televisão que tinha como objetivo, segundo sua proposta, divulgar as exigências cidadãs dos eleitores e fazer com que fossem ouvidas pelos candidatos. Naquele dia, não foi a iniciativa em si que me despertou a atenção, pois ela já estava em curso há alguns meses nas telas e suas repercussões transbordavam o domínio do meio de comunicação televisivo alcançando a *internet*, por exemplo. Em razão da própria amplitude do empreendimento talvez ele devesse ter chamado a atenção por si mesmo, entretanto, o que me fisgou foi o fato de que a declaração de um dos depoentes tratava sobre alguma questão concernente ao universo agrário do país e no intervalo do telejornal, logo na sequência, havia uma marcante propaganda com temática semelhante. Uma demanda endereçada ao âmbito político pareceu ser, de certo modo, modelada sutilmente ao ser encadeada a uma propaganda. Este foi o cisco no olho do qual a presente pesquisa deriva.

Este trabalho tem como objetivo analisar as conformações da ideologia materializada no *Projeto Brasil que eu quero* e suas possíveis implicações políticas, considerando que o empreendimento da TV Globo foi abertamente dedicado ao processo eleitoral realizado no ano de 2018. Sob o grave impacto social dos resultados da ação de forças políticas autoritárias e reacionárias conservadas, ampliadas e investidas de poder político no Brasil nas referidas eleições, a pesquisa se volta para aquele elemento circunscrito da realidade por considerar que sua compreensão pode contribuir na tarefa de lançar luz ao entendimento de como aprofundamos tão rápida e drasticamente o estado de barbárie no Brasil. Embora esse estado não seja, de modo algum, uma novidade e, menos ainda, algo engendrado especificamente por aquele processo eleitoral, o aprofundamento da regressão social após 2018 está marcado e qualquer um que pouse os olhos sobre a realidade social e não esteja completamente tomado pela mesma regressão pode comprová-lo com assombro.

O trabalho ampara-se na Teoria Crítica da Sociedade, em especial nos autores vinculados ao que se convencionou chamar de sua primeira geração com destaque para as proposições de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, mas também busca sua fundamentação teórica em

trabalhos pontuais de Walter Benjamin, Herbert Marcuse e em outros autores materialistas históricos. Esse marco teórico foi posto em tensão com estudos e reflexões diversos dedicados às relações entre mídia e política, e, mais especificamente, entre democracia e mídia. Essa tensão constitui, na verdade, o núcleo do primeiro capítulo. Ele deriva de um estudo sistemático da literatura disponível na plataforma indexadora *SciELO* em formato de artigo científico sobre mídia, política, indústria cultural e democracia. O levantamento e a análise dessa bibliografia permitiram reconhecer as tendências em relação às características temporais da produção sobre a temática em publicações nacionais; as áreas de concentração dos estudos e outros aspectos como os tipos de mídia investigados quando se trata de sua relação com a política; as características desses estudos quanto a sua orientação empírica e teórica; seus métodos e ênfases; assim como as linhas temáticas de investigação mais proeminentes. O reconhecimento das tendências presentes nesses estudos embasou o direcionamento adotado na análise do material concernente ao *Projeto Brasil que eu quero*, isto é, uma vez identificadas certas características gerais e diante do que foi considerado como possíveis limites desses estudos, estabeleceu-se o modo como aquele empreendimento da TV Globo seria estudado. Além disso, a partir da investigação a respeito das mais destacadas concepções sobre a relação entre mídia e sociedade, entre mídia e política, entre as modificações midiáticas e as modificações políticas e com base na discussão sobre os conceitos prevalentes quando as pesquisas tratam desses temas é que foram definidas as categorias mais importantes para orientar a presente pesquisa em relação ao seu objeto. No curso do primeiro capítulo, é em tensão com as concepções presentes nos estudos sobre mídia e política sistematizados que são discutidos a relação entre indústria cultural e sociedade, a questão central da ideologia e outros conceitos cruciais para esta pesquisa como a noção de esquematismo, consciência reificada e mentalidade do *ticket* por exemplo, insistindo-se na necessidade de manter o olhar atento aos pressupostos objetivos dos processos em questão, à dominação social e à realidade da sociedade industrial no capitalismo tardio.

O segundo capítulo contém propriamente a análise da ideologia no *Projeto Brasil que eu quero*. Com base em um detalhamento da estrutura da campanha, é apresentada uma caracterização de seus momentos, seus marcos temporais, sua duração e frequência. O empreendimento é apresentado em relação a alguns acontecimentos que marcaram o processo eleitoral que seguia em curso paralelamente a ele. Na sequência do capítulo, consta a análise de certos mecanismos presentes na iniciativa, utilizados para garantir o engajamento e a conformação do público, atentando-se para os correspondentes psicológicos desses mecanismos e para a sua problematização. Como a ligação entre os conteúdos informativos (notícias, matérias e reportagens) e conteúdos opinativos (os depoimentos dos espectadores) é

compreendida como uma das características centrais do *Projeto Brasil que eu quero*, cujo palco principal foram todos os programas nacionais de caráter jornalístico da TV Globo, apresenta-se uma discussão sobre esses aspectos — a opinião e a informação — tal como foram enformados na estrutura do empreendimento. Utilizando-se dos procedimentos da análise de conteúdo qualitativa, o segundo capítulo passa, então, à discussão sobre os núcleos ideológicos identificados na campanha da TV Globo. Depois dessa discussão, o capítulo apresenta proposições sobre correspondências entre as conformações da ideologia reconhecidas e forças ou aspectos políticos presentes na disputa eleitoral de 2018. Ao ressaltar essas correspondências a intenção é apresentar pontos nos quais o *Projeto Brasil que eu quero* pode ter influenciado ideologicamente na dimensão procedimental da política brasileira, configurando-se como uma espécie de propaganda. Propaganda que não seria realizada, necessariamente, de forma ostensiva, mas, principalmente, correspondente àquela maneira para a qual Adorno (2020) alertou em sua análise sobre os aspectos do novo radicalismo de direita, a saber, na “forma de insinuação transformada numa técnica refinada” (p. 23). Em relação a tais modalidades de propaganda política, o mesmo autor declarou o importante alerta de que “seria necessário procurar encontrar meios legais que permitissem a um Estado democrático combatê-las” (p. 23). Por fim, esse segundo capítulo trata sinteticamente de alguns contornos do Brasil que realmente foi objetivado após as eleições de 2018 em contraste com a imagem do futuro delineada no *Projeto Brasil que eu quero* assinalando alguns entraves para a constituição de uma democracia radical em uma realidade social marcada pela barbárie.

2. CAPÍTULO 1: NOTAS CRÍTICAS SOBRE OS ESTUDOS EM MÍDIA E POLÍTICA

Na Escolástica medieval, existia uma escola que descrevia Deus do seguinte modo: Ele podia alterar mesmo o passado, desfazer o que realmente havia acontecido, e realizar aquilo que nunca havia acontecido. Como podemos ver no caso dos esclarecidos editores de jornais, Deus não é necessário para essa tarefa; é preciso somente um burocrata.

Walter Benjamin

Esta pesquisa investiga um material veiculado na programação da TV Globo no ano eleitoral de 2018, o *Projeto Brasil que eu quero*. Este material visava, segundo sua proposta, inquirir a população brasileira acerca do país desejado para o futuro. Começou a ser exibido meses antes das campanhas iniciarem e acompanhou o processo eleitoral até os dias de votação do primeiro e do segundo turnos. Com o objetivo de melhor circunscrever o objeto analisado e justificar o caminho e as proposições adotadas, são apresentadas neste capítulo reflexões sobre ideologia, política e indústria cultural. Tais reflexões, fundamentadas na Teoria Crítica da Sociedade, partem dos dados de um estudo sistemático da literatura sobre o tema de pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi realizado na plataforma indexadora *SciELO* a partir de quatro diferentes combinações de termos de busca abrangendo todos os índices que contemplam título, resumo e palavras-chave. O único filtro utilizado restringiu a busca aos artigos escritos em português, espanhol e inglês. Não foi delimitado previamente um período de produção como recorte temporal para as buscas. As buscas ocorreram em março de 2021; no segundo dia desse mês para as combinações “política” e “indústria cultural” e “política” e “mídia” e no sexto dia para as combinações “democracia” e “indústria cultural” e “democracia” e “mídia”. Os dados foram tabulados com o auxílio do programa *Microsoft Excel*. No Quadro 1 constam a quantidade bruta de materiais encontrados por busca, o número de materiais excluídos segundo, principalmente, critério temático e a quantidade de artigos selecionados após exclusões.

Quadro 1 – Dados do levantamento bibliográfico

Termos de busca	Data da busca	Total bruto de resultados	Número de exclusões	Total de selecionados
“política” e “indústria cultural”	02/03/2021	05	03	02
“política” e “mídia”	02/03/2021	233	116	117
“democracia” e “indústria cultural”	06/03/2021	01	0	01
“democracia” e “mídia”	06/03/2021	39	29	10
Total	-	278	148	130

Dada a amplitude dos termos de busca e a não restrição *a priori* dos índices, vários artigos cujo assunto se distanciava da temática deste trabalho constavam na lista apresentada pelo indexador. Palavras como “mídia” e “política” são comuns, podem ser utilizadas com conotações muito diferentes e não surpreende que constem em reflexões sobre os mais diversos assuntos. Essa amplitude estava clara quando da escolha dos termos e os próprios dados podem justificá-la. Por exemplo, o número bruto de resultados para a combinação “política” e “indústria cultural” mostrou-se muito pequeno (05), enquanto para “política” e “mídia” foi significativamente maior (233). Desse modo, a decisão assumida foi trabalhar sobre os resultados brutos e selecionar os artigos de interesse, conforme o tema da pesquisa, a partir da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos. Com esse procedimento de leitura, outros critérios de exclusão se estabeleceram como o fato de se tratar de tipos distintos de material (resenhas, livros etc.) ou por motivos de duplicação, por exemplo, artigos que já constavam na busca utilizando a combinação dos descritores “política” e “mídia” e reapareciam na listagem da busca a partir dos descritores “democracia” e “mídia”. A exclusão por esses critérios, cabe ressaltar, foi numericamente muito menos significativa do que em função da distância temática.

Ainda no que diz respeito aos descritores e à diferença nos resultados das buscas cabe observar dois aspectos. Primeiro, eles contemplam tanto o marco teórico desta pesquisa — com a escolha do conceito “indústria cultural” — quanto o aspecto temático mais abrangente — com a escolha do termo “mídia”. Os descritores “política” e “democracia” foram o eixo comum aos dois casos. Segundo, como é possível observar nos resultados do levantamento, o marco teórico seria sub-representado, se fosse comparado ao aspecto temático. No entanto, o alto contraste observado entre, por um lado, estudos sobre política e democracia que tratam da indústria cultural (sobre ela ou mobilizando esse conceito) e, por outro lado, estudos que tratam da mídia, já podia ser previsto antes mesmo de uma pesquisa bibliográfica sistematizada.

“Indústria cultural” é um conceito; segundo Adorno (1963/1986), ao que tudo indica, utilizado pela primeira vez na publicação da obra *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, escrita por Horkheimer e ele na década de 1940. Embora não seja incomum

encontrá-lo na linguagem corrente, privado de seu conteúdo crítico, designando apenas um setor da indústria, ele ainda parece permanecer mais associado à sua base teórica, qual seja, os estudos da Teoria Crítica da Sociedade. O termo “mídia”, por sua vez, logrou ampla aceitação e difusão na linguagem cotidiana e mesmo científica, sem designar uma teoria específica, no caso desta. Antes de retomar o levantamento e pensar o que isso tem a dizer sobre o tema de estudo, é possível ilustrar essa diferença, como mostra o gráfico da Figura 1, gerado com a ferramenta *Google Ngram Viewer*, no qual observa-se, a partir do ano de 1900 até 2019, a evolução do emprego das expressões “*culture industry*” (indústria cultural) e “*mass media*” (mídia de massa) em livros¹. É em meados de 1940 que a frequência do uso da expressão “*mass media*” entra em notável ascensão e, ainda que a frequência de “*culture industry*” também seja notada nesse mesmo período², ela só passa a se elevar com maior nitidez depois de 1970, permanecendo, em toda a série temporal, a grande diferença entre a ocorrência das duas expressões, ainda que “*mass media*” esteja em acentuado declínio desde 2000.

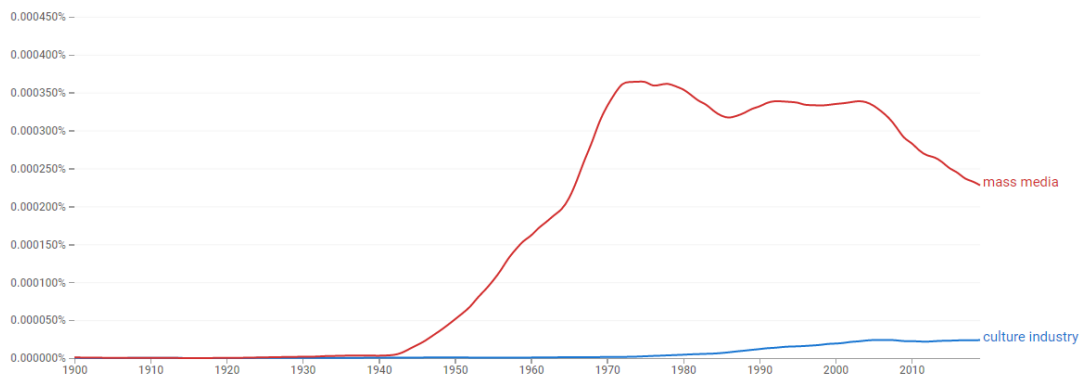


Figura 1. Evolução do uso de “*mass media*” e “*culture industry*” em livros (1900-2019)

¹ O *Google Ngram Viewer*, acesso por meio do sítio <https://books.google.com/ngrams>, é uma ferramenta que tem como objetivo permitir a visualização gráfica do uso, desenvolvimento e desuso de palavras, termos e expressões. Os textos analisados, que formam o *corpus* da ferramenta, são provenientes de vultoso número de livros digitalizados pela *Google*, principalmente obras de bibliotecas universitárias e públicas. É possível pesquisar em inglês (estadunidense e britânico), chinês, francês, alemão, italiano, espanhol e outras línguas dentre as quais não consta o português; esse é o principal motivo da busca ter sido realizada em língua inglesa, embora seja provável que o inglês seja mais representativo, dado que essa língua responde pela maioria dos materiais do *corpus*. Dentre as limitações da ferramenta é importante destacar que os livros do *corpus* não são digitalizados integralmente, de modo que não é oferecido um número exato da ocorrência dos termos pesquisados e, como a ferramenta não permite saber a conotação de cada termo nas obras, não possibilita análises aprofundadas (*Laboratório em Rede de Humanidades Digitais*, n.d.). Consideradas tais limitações, essa ferramenta ainda se mostra adequada para a finalidade pontual de ilustração, tal como utilizada nesta pesquisa. O gráfico gerado por meio da busca por “*mass media*” e “*culture industry*” pode ser consultado virtualmente a partir do link: https://books.google.com/ngrams/graph?content=culture+industry%2Cmass+media&year_start=1900&year_end=2019&corpus=26&smoothing=3.

² Na Figura 1, a linha azul, que representa a frequência do emprego de “*culture industry*”, parece não indicar nenhum movimento de ascensão até depois de 1970, mas essa impressão se deve ao tamanho reduzido da imagem, à impossibilidade de, na transposição do gráfico para o texto, clicar na linha para focalizar (o gráfico *online* é interativo) e, principalmente, ao grande *corpus* do qual provém a análise oferecida pela ferramenta, de modo que as oscilações na curva dependem de valores muito significativos para apresentar variações observáveis no eixo y.

Quanto ao levantamento, o que se apresenta nos resultados é a possibilidade de compreender — sem pretender tomar os dados como estatisticamente representativos de uma área de investigação tão profusa — algumas características dos estudos dedicados à política e à mídia e, potencialmente, apontar limites nas tendências observadas. O esforço de refletir criticamente a respeito desses estudos tem em vista o próprio objeto deste trabalho, no sentido de desenhar seus contornos e as linhas do campo de forças no qual se situa, bem como justificar e sublinhar determinados procedimentos, caminhos e categorias de análise. É reveladora, por exemplo, a constatação, no universo de artigos selecionados segundo os procedimentos descritos anteriormente, de que são menos frequentes os estudos sobre indústria cultural, mas *proliferam* as investigações a respeito da mídia em *interação* — e a palavra tem sentido preciso aqui, como será discutido — com a política e, mais especificamente, com a democracia. “Mídia”, “mídia de massa”, “meios de comunicação de massa”, “*mass media*” e outras variantes da expressão dominam a literatura, como evidenciam os dados do Quadro 1. Adorno (1963/1986) fez uma importante observação sobre esse aspecto:

O termo *mass media*, que se introduziu para designar a indústria cultural desvia, desde logo, a ênfase para aquilo que é inofensivo. Não se trata nem das massas em primeiro lugar, nem das técnicas de comunicação como tais, mas do espírito que lhes é insuflado, a saber, a voz de seu senhor. A indústria cultural abusa da consideração com relação às massas para reiterar [duplicar]³, firmar e reforçar a mentalidade destas, que ela toma como dada *a priori* e imutável. É excluído tudo pelo que essa atitude poderia ser transformada. As massas não são a medida mas a ideologia da indústria cultural, ainda que esta última não possa existir sem a elas se adaptar. (p. 93)

Por si mesma, a intensa reincidência daqueles termos não tem propriedade suficiente para atestar se o que é inofensivo e secundário tornou-se decisivo para os pesquisadores e se o conhecimento que produzem está insuflado pelo mesmo espírito inculcado nas massas e na técnica, mas que não lhes é inerente: a dominação social como ideologia. Tal reincidência, entretanto, é um indício que convoca à investigação e, sabendo do engodo contido nos termos, é um alerta para não se juntar ao coro que entoia a mesma voz, de maneira deliberada ou não.

A tendência apontada de que os estudos proliferam foi indicada no levantamento bibliográfico, como pode ser observado na Tabela 1, com a quantidade de artigos por período.

³ J. N. Pérez, tradutor do volume que contém esse texto, sob o título de *Resumen sobre la industria cultural*, na coleção da obra completa das Ediciones Akal, optou pela palavra “duplicar”. Ela foi inserida entre colchetes porque esse sentido preciso será importante na discussão sobre ideologia como duplicação, proposta ainda neste capítulo.

Tabela 1 – Quantidade de artigos por ano (em intervalos quinquenais)

Período (em intervalos quinquenais)	Número de artigos publicados no período	Porcentagem
1992-1996	03	2,31%
1997-2001	13	10,00%
2002-2006	17	13,08%
2007-2011	32	24,62%
2012-2016	23	17,69%
2017-2021	42	32,31%
Total	130	100%

Os 130 artigos selecionados após as exclusões cobriram, em relação à data de publicação, um período de trinta anos que vai de 1992 até 2021. Os dados foram organizados em séries quinquenais para permitir a melhor visualização de sua progressão ascendente no tempo. É necessário indicar, como ressalvas, que, quanto mais recuamos no tempo, mais comprometidos podem ser os dados porque muitos artigos podem não estar indexados, embora algumas revistas estejam registrando materiais originalmente publicados em versões impressas. Com relação ao tempo também cabe apontar que, quanto aos artigos contabilizados no ano de 2021, uma vez que o levantamento ocorreu no início do mês de março, não foram considerados os artigos publicados depois. Outra importante consideração a respeito do início da série de dados está relacionada à história política brasileira e é importante tendo em vista o tema (a relação entre política e mídia) e tendo em vista, como apontam Biroli e Miguel (2013), a notável ênfase dos estudos sobre essa temática em sua conexão com os processos eleitorais. As primeiras eleições diretas, após o longo período da ditadura militar, ocorreram no ano de 1989, apenas três anos antes de 1992, quando começa a série de artigos do levantamento. Esse estendido período sem eleições diretas é reconhecido como uma das razões para a lacuna nos estudos sobre os efeitos da mídia na política (Mundim, 2012) e o ano de 1989 é tomado por alguns como marco inaugural dos estudos sobre a relação entre essas temáticas (Biroli & Miguel, 2013); deve-se considerar ainda a atuação dos mecanismos de censura ditatoriais.

A partir da identificação das áreas dos periódicos nos quais os artigos foram publicados é possível visualizar, na Tabela 2, as disciplinas que centralizam o debate e aquelas para as quais a discussão parece menos frequente no *corpus* de artigos selecionados.

Tabela 2 – Quantidade de artigos por área de concentração dos periódicos

Área de concentração do periódico	Número de artigos	Porcentagem
Ciência Política	27	20,77%
Ciências Sociais, Sociologia e Política	24	18,46%
Interdisciplinar	18	13,85%
Comunicação e Semiótica	12	9,23%
Linguística	12	9,23%
História	07	5,38%
Educação	05	3,85%
Estudos do discurso	05	3,85%
Saúde	05	3,85%
Administração e Administração Pública	04	3,08%
Estudos de gênero e feminismo	03	2,31%
Antropologia	02	1,54%
Psicologia	02	1,54%
Religião e Teologia	02	1,54%
Outros (1 Filosofia e 1 Relações Internacionais)	02	1,54%
Total	130	100%

Nota-se uma multiplicidade de disciplinas dedicadas à discussão apesar do acúmulo em certos campos ser visível. A área de concentração “Interdisciplinar”, a terceira dentre as mais proeminentes (13,85%), reflete essa variedade que abrange desde áreas como “Comunicação e Semiótica” (9,23%) até “Religião e Teologia” (1,54%), passando pela “Saúde” (3,85%), na qual artigos de revistas de enfermagem tratam sobre mídia e política.

Embora a “Política” conste na segunda categoria com maior concentração de artigos, “Ciências Sociais, Sociologia e *Política*” (18,46%) (uma categoria mista), ela designa mais precisamente neste caso o escopo temático ampliado do periódico, e, portanto, abriga-se como um subtema em periódicos das Ciências Sociais e da Sociologia, estas sim entendidas como disciplinas. Por essa razão distinguiu-se a categoria com maior concentração de artigos, a “Ciência Política” (20,77%), cuja demarcação como disciplina particular é importante. O destaque apresentado pela Ciência Política nesses resultados requer o exame atento aos limites dessa ciência parcelar que se desenvolveu, conforme afirma Miguel (2018), dedicando-se às instituições formais desconsiderando a sociedade, colada à modelos formalistas derivados das escolas defensoras do livre mercado, concebendo os agentes políticos a-historicamente e caracteristicamente amarrada a um “fetichismo da empiria” positivista. Sua forma hegemônica banuiu, revelando seu caráter conservador das estruturas vigentes, as teorias comprometidas com a transformação social acusando-as de parcialidade, de modo que, e a perspectiva crítica e não-positivista é inusual. Um estudo detido sobre a produção dessa área poderia indicar se o que predomina nos materiais reunidos no levantamento é o veio conservador ou o quanto, dentro da própria disciplina, reflexões contracorrente produzem tensões. Tal estudo se distancia dos

objetivos propostos para esta análise bibliográfica e o procedimento utilizado por ela — a leitura de títulos, palavras-chave e resumos — é insuficiente para alcançá-lo, porém, serão tecidas discussões concernentes a essa questão com base no estudo de um subconjunto dos artigos no qual constam materiais dessa categoria.

As categorias “Linguística” (9,23%) e “Estudos do discurso” (3,85%) merecem atenção. Elas não foram reunidas pois há polos conflitantes no interior da própria linguística. Alguns desses polos podem se aproximar dos estudos do discurso enquanto outros se distanciam, por isso, a separação. A atenção sobre essas categorias deve-se à presença marcante de discussões sobre mídia e política fundamentadas na noção de discurso (um conceito compartilhado, com diferentes compreensões, por todas essas áreas). Essa presença também será evidenciada na sequência, ao serem discutidos os métodos e técnicas de investigação utilizados nos artigos.

O reduzido número de artigos encontrados na área de “Psicologia” (1,54%) tem importante significado para o presente trabalho⁴. É possível afirmar que o estudo da relação entre política e mídia precisa se atentar ao conhecimento dos aspectos psicológicos, em especial considerando que, para áreas como a ciência política, questões cruciais são, por exemplo, o debate sobre o “comportamento eleitoral” (Azevedo, 2001; Biroli & Mantovani, 2010; Biroli & Miguel, 2013) e sobre os aspectos que *interferem* na intenção e decisão do voto por parte dos eleitores (Miguel, 2004a; Bezerra & Mundim, 2011; Mundim, 2012; Ortunes, Martinho & Chicarino, 2019) ou, dito de outro modo, menos comum, os “fatores de importância na *determinação* do voto” (Avelar, 1992, p. 46, *itálico nosso*). O reduzido número de artigos publicados em periódicos da área de psicologia não significa, por princípio, que o conhecimento psicológico esteja ausente em produções publicadas em outras áreas, mas revela a moderada importância concedida pela ciência psicológica ao tema e/ou um alcance mais restrito de suas contribuições, visto que o indexador consultado no levantamento em discussão tem importante representatividade como fonte de pesquisa. Ademais, se pretende denunciar as formas de dominação, o conhecimento necessita da compreensão sobre as marcas psicológicas dessa dominação e é nesse sentido que é preocupante observar poucos estudos em psicologia.

Quando examinados os dados sobre tipos de mídia investigados, observa-se nos artigos a tendência à delimitação do meio midiático, como apresenta a Tabela 3 com as frequências dos meios aos quais os artigos aludiram.

⁴ Buscas em indexadores como o *IndexPsi* e o *PePsic*, específicos da área, poderiam retratá-la de modo mais acurado.

Tabela 3 – Tipo de mídia por frequência

Tipo de mídia	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Jornal impresso	48	31,58%
Complexo midiático	43	28,29%
Televisão	15	9,87%
Jornal online	13	8,55%
Jornal televisionado	11	7,24%
Redes sociais	10	6,58%
<i>Internet</i>	08	5,26%
Rádio	04	2,63%
Total	152	100%

Neste caso, tendo em vista que vinte artigos discutiam mais de um meio, a forma que se julgou mais adequada foi apresentar os dados em termos de frequência, ou seja, do número de vezes (frequência absoluta) que cada tipo de mídia foi identificado no conjunto dos artigos. Esse número foi, então, comparado com o total de menções de todos os meios (152), e não com o número de artigos (130), permitindo obter a frequência relativa.

Como indicado anteriormente, a crítica de Adorno (1963/1986) ao conceito de *mass media*, confrontado com a configuração do objeto visado por esse conceito (a indústria cultural), assinalava que as técnicas de comunicação enquanto tais (os *media*) não eram o crucial. A importante exigência de formular de maneira delimitada as problemáticas e, em especial para pesquisas empíricas, a necessidade de definir precisamente o material a ser analisado não podem ser perdidos de vista ao refletir sobre os dados da frequência de tipos de mídia debatidos pelos autores. Ainda assim, algumas considerações podem ser indicadas, adiante, a respeito dessa segmentação dos estudos fundamentada nos meios de comunicação particulares.

A categoria “Complexo midiático”, a segunda com maior frequência (28,29%), tenta abarcar artigos que tratam da mídia (em sua relação com a política) em um sentido genérico. Tratam de suas transformações e dos impactos delas; de seu efeito ou configuração em determinados lugares ou momentos históricos; das estratégias, disputas e possibilidades que representam; discutem a literatura e as principais hipóteses e teorias sobre o tema; suas relações com outras instâncias como o Estado, os movimentos sociais, as políticas públicas e a arte, por exemplo. Para essa categoria, o procedimento adotado, que não incluiu a leitura integral dos textos, representa um limite relevante, pois os pesquisadores podem, ainda que não especifiquem (no título, no resumo e nas palavras-chave), fundamentar suas análises em um meio circunscrito e, por alguma razão, não enfatizá-lo. Dentre os possíveis motivos, considerados a partir do próprio material, conjectura-se os dois seguintes: 1) a problemática central não é o meio, e sim outro objeto, como o gênero na política, as dinâmicas da carreira

eleitoral, ou as modificações da esfera pública (exemplos retirados do material), e, portanto, os procedimentos específicos e os meios investigados não são sublinhados nos campos mais restritos e descritivos dos artigos; 2) derivam, metonimicamente, o todo da parte referindo-se à mídia embora a discutam a partir de materiais provenientes de um dado meio.

O notável predomínio do “Jornal impresso” como mídia discriminada (31,58%), superando em mais de três vezes o segundo meio específico mais frequente, a “Televisão” (9,87%), encontra um argumento reiterado, de modo resolutivo, em alguns artigos: afirma-se que o conteúdo dos jornais e revistas segue como principal fonte de informação política e o que neles é publicado *pauta* o rádio, a televisão e as mídias digitais (redes sociais, *internet* e jornais *online*) (Mota & Biroli, 2014; Azevedo, 2018). Os autores se preocupam em fundamentar essa premissa com pesquisas que evidenciam a reprodução e a ressonância entre os conteúdos dessas mídias que se organizam, de acordo com sua hipótese, tendo o “discurso jornalístico” como centro. A televisão também se sobressai nos dados. Alcança o valor de 17,11%, se o percentual de sua frequência for somado ao percentual da categoria “Jornal televisionado” (7,24%) — inicialmente destacado em consonância com a veemência dos próprios autores ao circunscrever esse gênero. E a TV também tem aqueles que reivindicam sua “dominância” sobre “os outros meios de comunicação” (Avelar, 1992, p. 44), sua “centralidade e hegemonia” no sistema de mídia brasileiro (Azevedo, 2006, p. 89), sua posição de destaque nos mídia eletrônicos (Jonas & Almeida, 2004; Miguel, 2004b). O furor das discussões contemporâneas acerca das mídias digitais — as “novas formas de controle social” (Antunes & Maia, 2018, p. 192) —, de seus algoritmos, *Big Data* e *bots*, tem precedentes. Observando o empenho das pesquisas para indicar o principal meio, constata-se a perspicácia de Adorno (1963/1986) ao advertir sobre o que, na indústria cultural, desvia a atenção para questões secundárias. Entende-se seu alerta para que não fosse exagerada “a peculiaridade da televisão” — o mais novo meio cuja ascensão testemunhou —, caso não se quisesse “contribuir inadvertidamente para a ideologia” (Adorno, 1954/2020, pp. 222-223). Explicitam-se os efeitos de uma ofuscação que não é devida a uma lacuna no conhecimento: em 1947 Horkheimer e Adorno (1985) indicaram que a indústria cultural é um sistema: “Cada setor é coerente em si mesmo e todos o são em conjunto” (p. 113). A disputa sobre o meio principal tende a perder de vista o sistema como uma totalidade, o modo como é organizado o conjunto de meios, cuja compreensão não pode dispensar o entendimento sobre as peculiaridades de como operam cada um dos meios.

Os artigos também foram organizados segundo o que se destacava na sua descrição para saber se se tratava de trabalhos eminentemente teóricos ou empíricos; os resultados se encontram na Tabela 4.

Tabela 4 – Tipo de estudo (empírico ou teórico)

Tipo de estudo	Número de artigos	Porcentagem
Empírico	84	64,62%
Teórico	46	35,38%
Total	130	100%

A presença marcante de estudos empíricos (64,62%) evidencia a relevante preocupação em fundamentar o conhecimento em dados, análises e discussões sobre materiais que exprimem a relação entre a mídia e a política. Se se recorda da alta concentração de estudos nas áreas de ciência política e de outras como a comunicação e semiótica, a linguística e os estudos do discurso, é possível apontar a concordância com essa tendência empírica. Para a ciência política foi indicada sua afinidade com esse tipo de pesquisa (Miguel, 2018), para as outras, cabe lembrar seu interesse pela análise dos signos e significados, na comunicação, e do discurso, na linguagem, que as impele ao tratamento de materiais nos quais tais elementos se encontram.

A divisão operacional entre empírico e teórico adotada não deve encobrir a existência de estudos profícuos que desdobram importantes considerações teóricas partindo de análises empíricas, de estudos que confrontam hipóteses e compreensões teóricas com aprofundadas análises de dados e outros. Todavia, a significativa superioridade de estudos empíricos em comparação aos trabalhos nos quais o aspecto mais central é teórico (35,38%) insinua algumas questões como: saber se há um confronto entre diferentes teorias dedicadas à mídia e à política (lembrando que o conceito “mídia” é utilizado em respeito à sua predominância nos artigos do próprio levantamento) ou se um conjunto mais ou menos restrito de teorias e categorias enformam o campo; saber se as pesquisas empíricas e seus dados são compreendidos à luz de teorias aprofundadas ou se os conceitos são mais descritivos e coadjuvantes. Para essas questões talvez a própria neutralidade que ressoa no conceito de “mídia” ofereça uma pista importante, embora não conclusiva. O acúmulo de dados que não se traduz, qualitativamente, em significativos debates teóricos — no confronto entre compreensões do objeto, que é um modo de conhecê-lo — parece ser vítima do mito de que o conhecimento é o mero acúmulo de dados. Na análise mais detida do subconjunto de artigos selecionados deste levantamento geral será indicada a predominância de certas categorias (mais descritivas), que subsidiam uma resposta afirmativa à hipótese de que um conjunto restrito de categorias enforma o campo, categorias que não são criticadas em si mesmas, como é o caso do conceito de “mídia”.

Na Tabela 5 constam, em termos de frequência, os mais e menos comuns métodos/procedimentos de pesquisa. Nem todos os artigos traziam essa informação com clareza nos resumos, portanto, para estabelecê-la foi preciso, em alguns casos, observar as sessões do

texto dedicadas a apresentar o método (quando havia) ou uma busca dessa informação pontual no corpo do artigo. A organização por frequência foi necessária porque 21 artigos mencionaram dois procedimentos/técnicas de pesquisa e outros oito indicaram o uso de três. Novamente, como limite da categorização, embora o método de pesquisa possa ser, em vários casos, mais amplo que a técnica (ou técnicas) de investigação decidiu-se reunir a informação sobre ambos, pois trata-se das maneiras como os autores se acercam dos objetos e isso pode informar sobre teorias específicas, categorias centrais e procedimentos mais e menos usuais.

Tabela 5 – Método/técnica de investigação por frequência

Método e técnica de investigação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Discussão teórico-conceitual	41	24,85%
Análise de conteúdo	28	16,97%
Análise do discurso	18	10,91%
Análise estatística	15	9,09%
Histórico-descritivo	14	8,48%
Análise documental	07	4,24%
Estudo de caso	07	4,24%
Análise da estrutura e dos recursos	06	3,64%
Entrevista	05	3,03%
Metodologia de análise de valências	05	3,03%
Análise de enquadramento	05	3,03%
Análise retórica	02	1,21%
Outros	12	7,27%
Total	165	100%

A maior frequência de discussões teórico-conceituais deve ser considerada e matizada à luz do dado apresentado anteriormente sobre a quantidade de pesquisas tidas como teóricas, que é menor. Para estas a diversidade de procedimentos é muito mais restrita quando comparada aos estudos empíricos. É provável que os dados da categoria “Teórico” (35,38%) da Tabela 4, sobre o tipo de estudo, e os dados da categoria “Discussão teórico-conceitual” (24,85%) desta Tabela 5 se reflitam em parte. Não há sobreposição completa porque a primeira foi estabelecida em relação ao universo dos 130 artigos enquanto a segunda foi pensada em termos de frequência. Além disso, nos estudos teóricos devem ser considerados outros procedimentos que na Tabela 5 são designados por meio das categorias referidas aos procedimentos “Histórico-descritivo” (8,48%) ou, em alguns casos, “Análise da estrutura e dos recursos” (3,64%), lembrando que um mesmo artigo pode combinar mais de um procedimento e que a distinção entre teórico e empírico (este, em sentido ampliado) levou em consideração o que predominava.

Quanto ao segundo mais frequente procedimento adotado, a “Análise de conteúdo” (16,97%), há dois casos: aqueles estudos cujos pesquisadores explicitaram o método e o

nomearam propriamente como análise de conteúdo, que perfizeram o total de oito estudos; e aqueles cujos pesquisadores não identificaram o método, mas nos quais o proceder remete, em termos genéricos, à análise de conteúdo (ênfase no conteúdo, organização de categorias interpretativas, discussão dessas categorias). Estes perfizeram o total de vinte estudos. Sobre esse procedimento de pesquisa cabe sublinhar seu uso proliferado e, tomando o indício dos artigos que não o nomeiam (a maioria), mas podem facilmente ser reconhecidos como adeptos dele, cabe se perguntar sobre certa autonomização de determinadas técnicas de pesquisa que parecem se tornar por si mesmas evidentes para determinados campos e temas de pesquisa e que não justificam sua propriedade diante dos objetos. Se há aqueles casos de campos e áreas do conhecimento que se definem basicamente por seus métodos rígidos, e não em sua relação viva com os objetos, há também aqueles casos nos quais as formas de entrar em contato com os objetos se tornam lugar comum, um mero recurso que dispensa a si mesmo de ser pensado na sua relação com o objeto, a ponto de sequer ser nomeado.

O uso frequente da análise de conteúdo diz de um dos mais comuns polos no qual se concentra a pesquisa sobre mídia, a mensagem, diferindo-se dos estudos dedicados à recepção, por exemplo. Os estudos em “Análise do discurso” de certo modo também estão centrados na mensagem, embora a compreendam de forma diversa; esse método foi o terceiro entre os mais frequentes (10,91%). À propósito (porque esse método foi considerado empírico), os estudos que, na Tabela 4, foram classificados como empíricos, 64,62% do total de 130, têm sua diversidade de métodos/procedimentos representada nesta Tabela 5. Eles comportam métodos qualitativos — como a própria análise de conteúdo, a análise do discurso (se bem que esta também tenha seu reconhecido viés quantitativo), o estudo de caso (4,24%), os métodos histórico-descritivos (8,48%), a entrevista (3,03%), a análise de enquadramento (3,03%) e a análise retórica (1,21%) —; métodos propriamente quantitativos — como a análise estatística, que esteve entre os mais frequentes procedimentos (9,09%) —; passando por técnicas, como a metodologia de análise de valências (3,03%), que aliam as duas perspectivas. Esta se trata de uma técnica em que ao sentido de certo conteúdo (matérias escritas, manchetes, reportagens televisionadas etc.) é atribuída uma nota, uma valência, a qual, numa escala de pontuação variável, indica se é positiva, neutra ou negativa em relação ao que se refere (uma personalidade política, um partido, uma organização, por exemplo), os dados são computados e constrói-se gráficos de valências comparando-se um conjunto de valências.

Os estudos que utilizam a análise de enquadramento, 3,03%, devem ser retomados para que seja ressaltado que sua técnica provém de um conceito muito frequente nestas pesquisas sobre mídia e política, o conceito de enquadramento. Dada sua importância, que não se deixa

evidenciar nesse pequeno percentual representante da frequência de sua menção enquanto técnica investigativa, ele será discutido posteriormente.

A categoria “Outros”, representante de 7,27% da frequência de métodos/técnicas de investigação, é composta por estes procedimentos com uma ocorrência: “análise das vozes”, “análise de representações”, “análise de trajetória política”, “análise semiótica”, “decupagem”, “desenho experimental intersujeito de grupos aleatórios”, “estudo longitudinal”, “etnografia”, “grupo focal”, “nuvem de palavras”, “observação participante” e “perfil intelectual”.

Mencionou-se que alguns métodos/técnicas permitem depreender qual a ênfase do estudo como, por exemplo, a análise de conteúdo demonstrar o interesse pela dimensão da mensagem. Na Tabela 6 são apresentados os dados indicando se, nos 130 artigos, o foco recai sobre a mensagem/conteúdo, o meio, as teorias, o receptor ou o produtor.

Tabela 6 – Ênfase do estudo: meio, mensagem/conteúdo, receptor, produtor, teorias

Âmbito enfatizado pelo estudo	Número de artigos	Porcentagem (%)
Mensagem/conteúdo	68	52,31%
Meio	41	31,54%
Teorias	11	8,46%
Receptor	07	5,38%
Produtor	03	2,31%
Total	130	100%

A categoria “Mensagem/conteúdo” (52,31%) representa mais da metade do total de artigos. Quando comparada à categoria “Receptor”, com o total de 5,38%, quase dez vezes menor, constata-se a ênfase dos estudos nos materiais produzidos pela própria mídia (o âmbito do estímulo) em relação ao entendimento de como essas mensagens atuam sobre aqueles que as recebem (o âmbito da resposta). Em contraposição às teorias para as quais os efeitos dos meios de comunicação seriam ostensivos e as pessoas, o público sob seu domínio, seriam inermes e passivas, várias pesquisas advogam em favor do entendimento do processo de recepção como um processo repleto de tensões, marcado por particularidades e singularidades, no qual as demandas dos diferentes agentes entram em disputa e as pessoas são capazes de interpretar e reinterpretar, ou seja, são *sujeitos* (Miguel, 2004b; Finamore & Carvalho, 2006; Biroli & Miguel, 2013). Pretende-se refletir sobre esse aspecto em sua tensão com a ideologia, mas, por hora, cabe assinalar que a ênfase acentuada sobre o estudo do estímulo e o número reduzido de pesquisas acerca dos receptores deixa entrever a hipótese de que essa insistência em que “a recepção social é ativa” (Biroli & Miguel, 2013, p. 79) seja mais uma premissa e menos um objeto de investigação.

O baixo número de trabalhos sobre os processos de produção é significativo: a categoria “Produtor” responde por apenas 2,31% dos estudos. Afirmações mais conclusivas dependeriam de uma análise aprofundada, mas cabe questionar se isso indicaria que o próprio processo de produção não é tornado natural de certo modo, e, por isso, não se coloca como uma questão.

Aquela indicação sobre a centralidade da discussão nos meios e técnicas de comunicação reaparece nos dados da Tabela 6. A categoria “Meios”, com 31,54%, é a segunda mais expressiva quanto à ênfase dos artigos.

Outro aspecto já referido, a possibilidade de que os estudos se dediquem menos às teorias sobre as relações entre mídia e política, de que o debate teórico seja menos significativo nessas pesquisas, é reforçado pelo dado que indica que apenas 8,46% dos estudos enfatizam as teorias; dado que é congruente com o menor número de pesquisas teóricas.

A partir da leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e, de maneira menos sistematizada, das seções de método e/ou introdução (quando disponíveis), foi possível indicar que 60,77% dos artigos (79) não especificaram nenhum referencial teórico nos campos consultados. Quanto aos outros 39,23% (51), destacam-se os seguintes referenciais, organizados por campos mais amplos para ser possível considerá-los em linhas gerais, sem ignorar as diferenças entre os autores particulares (nos casos em que são citados):

- *Linguística e análise do discurso* (15 artigos) — além dos artigos que se referem ao campo como um todo, identificando que seu estudo se insere no âmbito da linguística e da análise do discurso (06), há outros que especificam o seu referencial no âmbito da “análise crítica do discurso”, “linguística de *corpus*”, “linguística sistêmico-funcional”, “estudos críticos do discurso” e “análise do discurso pêcheuxiana” (05). Há estudos que indicam que se fundamentam em autores específicos relacionados à linguística: Dominique Maingueneau (03) e Theo Van Leeuwen (01). Cabe indicar, novamente, a existência de tendências díspares no próprio campo da linguística; o que certamente também é válido para os estudos do discurso considerando o próprio dado de que alguns autores demarcam seu referencial incluindo nele o adjetivo “crítica” (“análise crítica do discurso”).

- *Sociologia e/ou Ciência Política* (16 artigos): podem ser reunidos nesse amplo campo os artigos que especificam seu referencial com nomes de autores identificados com um desses campos ou com os dois. Dentre os autores se encontram: Anthony Giddens, Doug MacAdam, Klaus Eder, Michael Billig, Paolo Mancini, Pierre Bourdieu, Richard Hoggart e Stuart Hall; mais próximos à Sociologia e aos chamados Estudos Culturais. Uma série de cientistas políticos e suas teorias são destacados: Chantal Mouffe, Charles Tilly, Daniel Hallin, Giovanni Sartori, John Street, Ran Hirschl, Sidney Tarrow, Steven Lukes e Thomas Meyer. A classificação pode

abranger, além do critério dos autores, alguns estudos que situaram seu referencial segundo uma teoria específica como: “teoria de representações sociais”, “teoria dos freios e contrapesos”, “teorias da transição democrática”. No critério dos autores foram reunidos treze artigos e o critério das teorias somou mais três artigos.

- *Teoria Crítica da Sociedade* (05 artigos): esses artigos fazem menção ou à Teoria Crítica da Sociedade (no sentido de Escola de Frankfurt) ou aos autores identificados com ela em suas diferentes gerações. São citados: Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Walter Benjamin (primeira geração); Jürgen Habermas (segunda geração); Douglas Kellner (terceira geração). É oportuno assinalar que a presente pesquisa compartilha a orientação teórica desses estudos buscando seus principais referenciais dentre os autores da primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade, em especial os dois primeiros autores elencados, mas também se fundamenta em reflexões de Walter Benjamin e Herbert Marcuse.

- *Estudos de Gênero e Feminismo* (04 artigos): a maioria desses artigos se identifica no campo dos “estudos de gênero”; um artigo demarca seu referencial teórico com base na menção à autora feminista Liesbet Van Zoonen.

- *Estudos sobre comunicação* (04 artigos): dois artigos fazem referência às “teorias da comunicação” como um todo ou a um segmento. Outros dois artigos especificam seu referencial remetendo-se a autores muito reconhecidos nesse campo: Marshal McLuhan e Umberto Eco.

- *Outros* (07 artigos): os outros artigos foram agrupados apenas porque dentro desse grupo, que já é pouco representativo, de artigos que explicitam seu referencial retórico, são ainda menos representativos, uma vez que dizem respeito a um ou dois artigos. Dentre eles há estudos que demarcam seu referencial teórico fazendo referência: aos “estudos culturais e de pedagogia crítica”; aos “estudos de recepção”; à “história social”; ao “pós-estruturalismo”; ao “pós-positivismo”; ao “sistema de avaliatividade”; à “teoria estética contemporânea”; e à “teoria social cognitiva”. Com exceção da última e do “sistema de avaliatividade” (que diz mais respeito ao método de investigação), é possível notar que esses estudos se situam teoricamente em áreas por demais amplas, ao menos quando observados os campos que foram analisados.

Em síntese, tem-se a reiteração de padrões observados nos resultados sobre as áreas de investigação. Campos como a sociologia e a ciência política despontam com maior notoriedade, os estudos do discurso também e, embora com menor número, a área da comunicação possui certo destaque. A variação de correntes teóricas e a quantidade de autoras e autores observados não devem ser tomadas imediatamente como expressão de tensões entre teorias e debate aprofundado entre diferentes compreensões do objeto. Se consideramos os outros dados que evidenciam o menor número de pesquisas teóricas e a baixa ênfase desses artigos nas teorias

como procedimento dos artigos, essa multiplicidade de referenciais pode explicitar mais propriamente uma pulverização da discussão teórica.

Esboçados os contornos gerais dessa produção, apresenta-se, a seguir, a categorização dos artigos segundo sua temática de investigação. Isso permite certa aproximação dos principais objetos aos quais os estudos se dedicam. A Tabela 7 contém as categorias, o número de artigos e a porcentagem em relação ao total⁵.

Tabela 7 – Porcentagem de artigos segundo categoria temática

Categoria	Número de artigos	Porcentagem (%)
Atuação, organização e impacto de meios e conteúdos midiáticos em relação a governos, personalidades e momentos políticos	44	33,85%
Impactos das conformações e mudanças na organização técnica e social da mídia ou de meios específicos sobre a política	43	33,08%
Disputas políticas em torno de pautas específicas, representação midiática dessas pautas, governo e movimentos sociais	27	20,77%
Oposição e ataques feitos por veículos ou conteúdos midiáticos a personalidades, instituições e/ou governos	13	10,00%
Relação entre o receptor e conteúdos políticos	03	2,31%
Total	130	100%

A diferença entre as duas categorias temáticas com mais artigos foi muito pequena, corresponde a um único artigo, menos de um por cento.

A categoria *Atuação, organização e impacto de meios e conteúdos midiáticos em relação a governos, personalidades e momentos políticos* respondeu por 33,85% dos artigos, portanto, destacou-se como um tema recorrente nas pesquisas. Em geral, os estudos classificados nessa categoria trataram de como os meios de comunicação e/ou conteúdos midiáticos impactaram a política em um sentido institucional, o que significa dizer seus “atores” ou instâncias “principais”: personalidades políticas específicas (como governantes e políticos concorrentes em pleitos eleitorais), entidades políticas mais amplas (como o partido da situação em dado momento) ou momentos que marcam a política (como as eleições federais em determinado ano). Os níveis de amplitude variam: pode-se discutir, por exemplo, o uso de determinado meio

⁵ No APÊNDICE A constam os 130 artigos arrolados, separados por categoria temática.

mediático, como o *Twitter*, nas eleições parlamentares do ano de 2014 (Amaral & Pinho, 2018); ou a atuação da cobertura da imprensa escrita, com base nos três principais jornais locais, no pleito municipal da capital paulista no ano de 2000 (Azevedo, 2001); ou o modo como foi organizada a cobertura jornalística televisiva sobre um assunto, o Programa Bolsa Família, no contexto das eleições de 2002 (Biroli & Mantovani, 2010); ou como atuou a cobertura da imprensa escrita a respeito de certa personalidade política, a ex-presidenta Dilma Rousseff, após sua reeleição no ano de 2014 (Feres Júnior & Sassara, 2016a).

Nessa categoria, as dimensões de *atuação*, *organização* e *impacto* dizem respeito a diferentes aspectos que nem sempre podem ser separados, mas, em alguns casos, um ou outro ganha maior destaque. Um estudo sobre estratégias discursivas específicas, como a “aforização” e a “destacabilidade”, ou seja, a seleção de fragmentos de enunciados, de determinados políticos, desvinculados de seu contexto e “retextualizados” — para utilizar as expressões do autor — em matérias publicadas em um *blog* de notícias (Baronas, 2011), é, por sua ênfase nas características dessas estratégias, mais bem contemplado pela dimensão da *organização*. É esse também o caso de uma pesquisa dedicada a compreender as estratégias e o uso de uma forma específica de *marketing* político, a propaganda negativa, caracterizada pelo ataque direto aos adversários, nas eleições presidenciais do ano de 2002 (Lourenço, 2009). Porém, tais exemplos sugerem indevidamente que a dimensão da organização diz respeito ao micrológico (técnicas textuais específicas ou determinados recursos do que se chama de comunicação política, para o caso dos dois exemplos, respectivamente). Todavia, a organização pode dizer respeito aos aspectos macrosociais dos meios de comunicação, como é o caso de um estudo sobre a manutenção da oligarquia política baiana fundamentada na concentração monopolística dos meios de comunicação por determinado político, Antônio Carlos Magalhães (ACM) (Jonas & Almeida, 2004). Esta pesquisa é um exemplo adequado para indicar que as dimensões da categoria — *atuação*, *organização* e *impacto* — podem, na maioria dos casos, se articular em um mesmo trabalho. No exemplo, o *impacto* dessa forma de *organização* é a persistência da dominação política dessas oligarquias personificadas em ACM. Por outro lado, uma pesquisa a respeito da eficácia do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HPEG) nas eleições enfatiza as dimensões da *atuação* de um conteúdo midiático específico e seu *impacto*, considerando que seu papel é analisado como diferente em eleições presidenciais distintas, conseguindo, ou não, ser um contraponto à força dos noticiários televisivos (Miguel, 2004a).

A segunda categoria que mais concentrou artigos, *Impactos das conformações e mudanças na organização técnica e social da mídia ou de meios específicos sobre a política*, com 33,08%, representa estudos que se interrogam e discutem as transformações na política

decorrentes de modificações midiáticas (proposição a ser debatida), como, por exemplo, os resultados do advento de um novo meio de comunicação. Diferentemente da categoria anterior na qual permanece certa centralidade nos conteúdos veiculados, mesmo que os meios sejam especificados, os artigos desta categoria pareceram estar mais atentos aos próprios meios de comunicação e desdobraram daí suas considerações sobre a política. Certos exemplos podem exprimir a diferença de enfoque: uma pesquisa investiga como a política, em sua dimensão eleitoral, foi modificada pela televisão pois, sustenta a autora, é característico da TV a promoção de pesquisas de opinião pública durante a campanha, a especialização na produção de programas políticos e a exigência de que os candidatos tenham boa performance na mídia (Avelar, 1992); outro estudo, de Rubim (2001), identificando a emergência de uma “Idade Mídia” e a conseqüente “conformação de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia” (p. 169), discute novas configurações nas eleições; um artigo identifica o surgimento de um tipo de populismo contemporâneo que é novo, sustenta-se, porque a comunicação nos meios digitais, com sua lógica particular, conectividade e hibridez, o molda de maneira específica (Maly, 2020). Tais exemplos enfatizam as *mudanças*, mas há outros artigos que não se detêm em modificações, mas na *conformação* desses meios de comunicação e sua relação com a política; são pesquisas sobre temas como: as regulamentações nos domínios da comunicação televisiva, os sentidos construídos por ela e seu potencial de deliberação democrática; as relações existentes entre a sociedade civil e os meios de comunicação de massa e as possibilidades de configurar a política pública e se comunicar com amplas audiências; como o jornalismo se estrutura como um sistema técnico específico e quais desafios sua organização e relação com a política impõem ao ordenamento democrático⁶. Cabe assinalar a importância de retomar aquelas observações sobre a destacada ênfase nos meios de comunicação considerando a relevância numérica dessa categoria de estudos.

A terceira categoria elaborada pretendeu abarcar os estudos sobre *Disputas políticas em torno de pautas específicas, representação midiática dessas pautas, governo e movimentos sociais*. Foram incluídos nela 20,77% dos artigos. Há um grau maior de especificidade dessa categoria em função de dois aspectos: primeiro, são artigos devotados a *pautas* muito delimitadas; segundo, os *movimentos sociais*, em sua disputa com os governos, são os principais agentes políticos retratados. A mídia é tematizada em relação a sua representação dessas pautas e disputas. Exemplos de discussões evidenciam essa especificidade: um artigo analisa as

⁶ Os casos em que os exemplos são seguidos da referência são textos lidos integralmente. Os exemplos sem referência foram obtidos somente a partir da leitura dos resumos. Porque estes não constam na lista de referências também não são identificados aqui; constam na lista completa do levantamento bibliográfico (APÊNDICE A).

representações sociais do cultivo de alimentos transgênicos veiculadas na mídia; outro debate os efeitos no modo como determinados periódicos retrataram dois crimes de grande repercussão pública e a proposição de políticas públicas a respeito da redução da maioria penal no Brasil; outro analisa diferentes posições na discussão sobre o aborto por anencefalia na mídia brasileira; outro analisa o modo como a grande mídia cobriu as greves gerais ocorridas em 2017.

Na quarta categoria elaborada, *Oposição e ataques feitos por veículos ou conteúdos midiáticos a personalidades, instituições e/ou governos*, foram inseridos dez por cento dos artigos. Esses artigos poderiam muito adequadamente ser alocados na primeira categoria conforme a definição atribuída a ela e, para certos objetivos, como, por exemplo, determinar melhor a diferença na quantidade de artigos da primeira categoria e da segunda (diferença que se mostrou baixa), talvez deva ser feita a soma entre os 44 artigos da primeira categoria e os treze desta quarta categoria, de forma que os estudos sobre *Atuação, organização e impacto de meios e conteúdos midiáticos em relação a governos, personalidades e momentos políticos* (a primeira categoria) corresponderiam a 43,85% dos artigos.

Entretanto, embora os artigos dessa quarta categoria também discutam como os meios de comunicação e os conteúdos midiáticos impactam a política institucional, eles o fazem denunciando abertamente o que é possível chamar, tal como o fez uma das pesquisas, o viés partidário da mídia, sua atuação conservadora e com preocupantes consequências para a democracia. Não se trata, definitivamente, dos únicos artigos no *corpus* a fazerem essas indicações. O destaque concedido a eles se deveu porque explicitaram já em seus títulos, palavras-chave e, principalmente, resumos essa posição cuja percepção foi reforçada para aqueles textos lidos, posteriormente, na íntegra. Nenhuma das categorias fará jus à particularidade de cada trabalho, mas elas evidenciam tendências gerais observadas no material. As consequências negativas para a democracia decorrentes da atuação da mídia demonstradas pelos artigos dessa categoria incluem a formação e difusão do que entendem como representações negativas da política e de suas instituições. Constata-se, por exemplo, a produção de uma imagem negativa do Congresso e do Senado; a função de um dado meio de comunicação como propulsor de representações negativas da política em geral; o aumento da probabilidade de o eleitor abster-se de votar à medida em que aumentava seu nível de exposição a determinados veículos de comunicação (Bezerra & Mundim, 2011).

Mas também é constatado outro tipo de consequência negativa para a democracia. A mídia é concebida como um “ator político” com influência explícita em casos como: a campanha midiática levada a cabo por grupos da direita em 1961 para deslegitimar a Presidência da República acusada de quebra da legalidade institucional incitando a deposição

de João Goulart e fomentando o que ganhou expressão na Marcha da Família com Deus para a Liberdade; o predomínio de editoriais negativos da grande imprensa sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) no período entre os anos de 1989 e 2014, editoriais nos quais era insistente o sentido da corrupção e do populismo e que repercutiram em um antipetismo; a cobertura da imprensa sobre os candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes nos anos eleitorais de 2002 e 2006 que afetou, favoravelmente, a dinâmica dos votos nos seus adversários (Mundim, 2012); a influência das variáveis midiáticas que impactou a decisão do voto a favor de José Serra e contra Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2010 (Bezerra & Mundim, 2011); o fenômeno da “escandalização da corrupção” promovido pela mídia que atuou, segundo os autores, com forte viés partidário contrário ao PT nos pleitos eleitorais de 2010 e 2014 (Feres Júnior & Sassara, 2016b); o “pânico moral” que marcou a cobertura de jornais e revistas sobre o escândalo do Mensalão no ano de 2013; a cobertura midiática sobre a Presidenta eleita Dilma Rousseff que se tornou mais negativa após sua vitória em 2014 (Feres Júnior & Sassara, 2016b); a atenção midiática a escândalos de corrupção entre 2015 e 2016 que funcionou como um viés desestabilizando a coalizão de governo e legitimando o *impeachment* de Dilma Rousseff; a participação da mídia na “guerra jurídica” contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que levou à sua condenação, prisão e ao impedimento de sua candidatura nas eleições de 2018.

Essa exaustiva lista de exemplos, todos retirados das problemáticas dos artigos da quarta categoria, explicita a preocupação comum dos estudos sobre mídia e política no Brasil de identificarem nitidamente a posição à direita assumida pelos mais importantes veículos de comunicação do país, uma continuidade histórica.

A última categoria, *Relação entre o receptor e conteúdos políticos*, reitera a já assinalada defasagem de estudos dedicados à recepção. Nela foram contabilizados apenas 2,31% dos artigos. Um desses trabalhos, de natureza teórica e indicando seu referencial sob a denominação “teoria estética contemporânea”, defende a “livre inatividade do espectador” diante das imagens argumentando que a ausência de reação não pode ser tomada somente como indício de descomprometimento com o mundo, mas como uma possibilidade de experiência que enriqueça o que é visto; outro trabalho fundamenta-se em T. W. Adorno, M. Horkheimer e R. Hoggart para defender que, mesmo exposto aos *mass media*, os espectadores não são inertes, mas têm condições de produzir respostas e sustenta um programa educacional de letramento para liberdade de inspiração freiriana; o último trabalho defende uma “alfabetização crítica da mídia” no sentido de refletir sobre uma alfabetização que permita ao aluno analisar a relação entre os meios de comunicação e as audiências, a informação e o poder. Em síntese, esses artigos se voltam com maior ênfase para aquele que recebe os conteúdos midiáticos e tenta

conceber outro modo de relação que não seja uma recepção passiva ou que certa passividade não signifique, necessariamente, capitulação (como parece ser a proposição do primeiro artigo).

Se for retomada a Tabela 6 sobre a ênfase do estudo, notar-se-á que lá foram listados sete artigos (5,38%) dedicados ao “Receptor”, o que contrasta com os três artigos (2,31%) listados na Tabela 7 para a categoria *Relação entre o receptor e conteúdos políticos*. Esse contraste tem sua razão no fato de que as categorias estabelecidas na Tabela 6 estão referidas aos aspectos de método da pesquisa enquanto os critérios de classificação para as categorias temáticas da Tabela 7 observaram o assunto, a problemática ou o objeto do artigo. Por exemplo, a ênfase de um artigo foi determinada como dirigida ao “Receptor” na Tabela 6 porque ele investigava representações sociais da mídia a partir de entrevistas com aqueles que estavam expostos a ela, ou seja, os receptores de suas mensagens. Todavia, a relação entre o receptor e os conteúdos políticos não era o objeto da pesquisa, e sim a disputa em torno de uma pauta específica, a saber, o cultivo de alimentos transgênicos (mais bem contemplada pela terceira categoria). Outro artigo enfatizava a recepção enquanto método na medida em que seus procedimentos colocavam em tensão os discursos de um presidente e grupos de discussão para avaliar as repercussões desses discursos, mas seu objetivo era analisar o próprio dispositivo de comunicação por meio do qual os discursos foram veiculados aproximando-se mais, portanto, da categoria sobre a atuação e o impacto de meios e conteúdos midiáticos (primeira categoria).

Nos caracteres gerais do conjunto de trabalhos analisados um aspecto despontou, embora sua observação não estivesse prevista. Durante a tabulação notou-se a existência significativa de estudos que tratam de figuras políticas específicas, sejam elas políticos propriamente ditos (presidentes, candidatos, ex-presidentes etc.) ou personalidades que impactam a esfera política (figuras públicas religiosas, por exemplo). Muitos desses artigos estão contidos naquela primeira categoria da Tabela 7, mas, dada sua amplitude, não pareceu ser conveniente deixar esse dado diluir entre outros. Os estudos sobre personalidades políticas correspondem a 23,08% dos artigos (trinta dos 130). Esses estudos investigam em especial, mas não apenas isso, a representação dessas figuras na mídia, o tipo de cobertura concedida a casos relacionados a elas ou a seus governos em períodos específicos (como no pleito eleitoral) ou em casos polêmicos (como escândalos de corrupção, processos de *impeachment*, dentre outros).

É possível indicar os nomes mais citados nesse grupo de artigos, em ordem decrescente de frequência: Dilma Rousseff; Lula; José Serra; Heloísa Helena; Silas Malafaia. Os outros mencionados, com apenas uma ocorrência, são: Aécio Neves, Anthony Garotinho, Antônio Carlos Magalhães, Blairo Maggi, Ciro Gomes, Cristovam Buarque, Eduardo Palmério, Ernesto Geisel, Fernando Haddad, Geraldo Alckmin, Getúlio Vargas, Jair Bolsonaro, João Goulart,

Marco Feliciano, Marina Silva, Mario Juruna, Marta Suplicy, Rafael Correa, Tancredo Neves. Se tomarmos todo o conjunto dos 130 artigos, é interessante notar que 9,23% (12) deles tratam sobre Dilma Rousseff (na qualidade de Ministra da Casa Civil, candidata à presidência da República, Presidenta e Ex-presidenta). Já 4,61% (6) tratam sobre Lula (um desses artigos é sobre Dilma Rousseff e Lula). Se forem somados os artigos que tratam a respeito de políticos do PT (Lula, Dilma Rousseff e Fernando Haddad), são computados 13,84% (18) dos 130 artigos.

Esses cálculos foram feitos, como a maioria dos dados apresentados anteriormente, com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, repete-se essa indicação aqui apenas porque depois da leitura integral de parte dos artigos do levantamento observou-se que a frequência de estudos sobre figuras políticas específicas tende a ser ainda maior uma vez que há textos sobre elas que não trazem esse aspecto explicitado naqueles campos consultados. Que esse tipo de discussão desponte como um importante ramo de investigação é digno de nota, mesmo que tal constatação se baseie na análise dessas seções limitadas. Na verdade, se considerarmos tais seções como representantes do conteúdo do texto — embora nem sempre logrem alcançá-lo —, que a informação de que o trabalho trata de figura(s) política(s) específica(s) seja apresentada nelas revela o destaque dado à problemática.

Com essa constatação articulada à orientação à direita predominante na mídia e explicitada por um destacado conjunto de estudos, notabiliza-se o interesse dos pesquisadores principalmente por aquelas figuras que são feitas de alvos da mídia. Quando tratam de figuras como José Serra, Geraldo Alckmin ou Aécio Neves, os dados produzidos sobre elas tendem a reforçar a compreensão da representação negativa por parte da mídia dos outros, como Lula (Mundim, 2014) e Dilma Rousseff (Baronas, 2011; Bezerra & Mundim, 2011; Feres Júnior & Sassara, 2016a). Neste levantamento foi claramente menos frequente o estudo sobre figuras políticas como Jair Bolsonaro e Marco Feliciano (mencionados como exemplo porque aparecem, embora com menor frequência)⁷. Parece delinear-se uma situação tal que aqueles nos quais a mídia se concentra negativamente (pelo menos aqueles à esquerda) obtêm também a atenção dos pesquisadores, que os tomam como objetos de estudo e tratam de revelar a parcialidade dos ataques midiáticos, sua função de diminuir os votos nesses candidatos (uma vez que as investigações focalizam períodos eleitorais) ou de deslegitimá-los (quando as investigações observam períodos que não são eleitorais, o que é menos usual).

⁷ Quanto a menor frequência de estudos sobre Jair Bolsonaro, cabe assinalar a grande possibilidade de o momento quando o levantamento foi realizado não ter coberto o avanço de produções e publicações sobre ele.

Encarada como um todo, essa tendência à investigação de personalidades políticas remete a um repisado traço da cultura política brasileira: o personalismo. A constatação e denúncia desse aspecto é frequente nos artigos do levantamento (Azevedo, 2001; Rubim, 2001; Jonas & Almeida, 2004; Miguel, 2004b; Ribeiro, 2004; Barros, 2017; Amaral & Pinho, 2018), mas, considerando a existência de uma parcela significativa de estudos cujo enfoque também é dado a personalidades políticas, estaria o conhecimento reproduzindo esse traço ou sua ênfase nele é uma reação ao que se configura como impasse na própria realidade? É provável que esses dois aspectos não possam ser separados um do outro, mas, se a função ideológica do personalismo na política — o encobrimento dos determinantes econômicos e sociais — puder ser explicitada, talvez ela possa ser enfrentada na medida em que se reproduza no conhecimento.

Verifica-se, desse modo, um conjunto de características dos trabalhos sobre mídia e política cuja análise propõe-se a seguir.

Observou-se um aumento progressivo nas publicações sobre a temática. Identificou-se a preponderância do termo mídia e seus correlatos que enfatizam os meios e técnicas de comunicação, tal ênfase, por sua desconsideração da ideologia que está imbricada nesses meios e técnicas e é por eles veiculada, *pode* tornar esses estudos, de partida, indulgentes com relação à força material da ideologia, por subestimá-la em prol do interesse pela esfera comunicacional.

A multiplicidade de áreas do conhecimento dedicadas ao debate é reposicionada e atenuada diante da concentração dos estudos em disciplinas como as ciências sociais, a sociologia e, principalmente, a ciência política. Em psicologia poucos foram os estudos contabilizados, não obstante a necessidade da análise das configurações psicológicas as quais a indústria cultural pretende se referir e fixar (Horkheimer & Adorno, 1956/1978).

O destaque obtido pelos meios de comunicação enquanto tais e suas peculiaridades técnicas encobre o efeito ubíquo de um sistema, a indústria cultural. Noções acessórias como “complexo midiático” ou “sistema híbrido de mídias” remontam a ele, mas não são levadas às últimas consequências, parecem querer designar um todo definido pela soma das partes, ou seja, decifrar o sistema de mídia por seus setores, não por sua função social. A compreensão da especialidade técnica de cada meio qualificaria as dimensões dessa ubiquidade da indústria cultural, as diferentes zonas sociais e zonas psicológicas visadas por cada um deles, mas o olhar parece fixado demais nos meios técnicos para conseguir vislumbrar a sociedade na qual está posicionado o sistema formado por esses meios e a reprodução da dominação que se tornou a finalidade preponderante da sociedade industrial no capitalismo tardio. Em tudo isso cumpre papel central a ausência de um conceito enfático de ideologia, que ainda será evidenciada.

Sem a consideração pela ideologia perde-se a possibilidade de analisar uma fundamental dimensão da mediação entre a sociedade e o indivíduo. A falta de tensão entre o todo e a parte já se deixa evidenciar, em alguma medida, quanto a esta, no reduzido número de estudos em psicologia. Quanto ao todo, deve ser ressaltada, a despeito da mencionada concentração de artigos em ciências sociais, sociologia e ciência política, a reduzida referência a teorias sociais abrangentes, basta passar em revista a lista de nomes das referências teóricas identificadas; mais uma decorrência de um debate pulverizado e da constatada posição secundária da teoria.

Sublinhou-se o apego à premissa de uma recepção social ativa e, ao mesmo tempo, um exíguo número de artigos sobre a recepção. Ao investir as pessoas do caráter de sujeitos pretende-se exorcizar da compreensão dos efeitos dos meios de comunicação as proposições que concebiam tais meios como onipotentes e rebaixavam o público ao lugar de vítima indefesa. Noções como a de discurso, que se mostraram recorrentes a partir da análise dos referenciais e métodos de investigação, são animadas por essa concepção: os discursos, capazes de constituir o real, atravessam uns aos outros, são múltiplos, estão em disputa, são apropriados e transformados conforme as singularidades dos sujeitos. Mas aquela premissa teme e se defende das sombras enquanto os corpos passam livres atrás dela. A ideia de que os meios de comunicação são onipotentes é ela mesma ilusória, baseia-se na não compreensão das determinações sociais sobre o sistema da indústria cultural, porém, é uma ilusão necessária, é aparência socialmente necessária, e, portanto, é parte da ideologia e tem força objetiva.

Quando se erige, como premissa, a ideia de uma recepção social ativa com o objetivo de denegar a onipotência dos meios de comunicação, que passa a ser considerada um pressuposto ingênuo de teorias afetadas e antiquadas (teorias superadas)⁸, priva-se de entender por que os meios de comunicação assim se projetam materialmente a ponto de essa projeção descomunal replicar-se no próprio conhecimento. Decretar que os meios de comunicação não são onipotentes contra-argumentando com uma abstrata potência dos sujeitos condena ainda mais o sujeito impedido e as pessoas oprimidas. A onipotência vislumbrada nos meios de comunicação é a onipotência da dominação social, cujo sujeito real, o capital, tanto mais se oculta quanto maior se torna e mais concentrado fica. Enquanto *um* sistema — e não todo o sistema — de posição intermediária em relação a outros setores mais poderosos da economia, a indústria cultural força disposições que são exercidas, na verdade, pelo “processo social

⁸ Miguel (2004b), em comentário às proposições de Giovanni Sartori, indica que este “não vai além de um superado modelo de estímulo/reacção mecânicos, tributário das pesquisas já quase centenárias (e superadas) de Lasswell...” (p. 102). Não se coloca em questão o mérito de sua crítica a Sartori ou a Lasswell, somente pretende-se salientar a dura identidade sugerida por sua formulação entre o que é “centenário”, antigo, e o que foi “superado”.

inteiro” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 128). A onipotência de que é revestida encobre a racionalidade econômica e a pressão social crescente e geral que decorre do avanço desta.

A consideração pelo público inscrita na premissa da recepção social ativa, do receptor como sujeito (e não como vítima indefesa), não teria tanto o ar de comiseração ou a ânsia enganosa de tomar como dado o que precisa ser realizado se se apercebesse que a denúncia contra a força de sujeição apresentada pela indústria cultural — talvez também por outros conceitos de diferentes teorias (mesmo quando tratam da mídia) — não é assim concebida por partir da impotência das pessoas, mas do quanto é ostensiva a pressão a que elas estão materialmente submetidas e que a indústria cultural vem reafirmar. Como citado, as massas são a ideologia da indústria cultural, ela assume e reproduz que as pessoas são massificadas, mero material de manipulação, átomos desindividualizados, para torná-las tudo isso.

À menor presença de estudos a respeito das teorias e do processo de recepção correspondeu uma ênfase maior nos âmbitos da mensagem e dos meios e notou-se a propensão a investigar como os conteúdos e veículos de comunicação impactam o jogo político estrito, com uma pronunciada inclinação a se discutir as consequências sobre intenções e decisões de voto em certos políticos, sobre a legitimidade de governantes e governos. O processo eleitoral atrai, de modo expressivo, a atenção dos pesquisadores e mesmo quando são discutidos efeitos midiáticos cumulativos cujas consequências são a deslegitimação de um governante, seu tratamento se dá em vista das eleições; 29,23% dos artigos (38) dedicam-se a essa problemática.

Esse destaque se deixa explicar, em parte, pela posição de centralidade que o voto e as eleições têm em uma democracia representativa no modelo liberal. No entanto, a concentração de esforços nesse acontecimento mais ou menos localizado, embora crucial, da política e a análise que tende a se restringir aos materiais explicitamente relacionados a ele sugere, involuntariamente, certa compreensão automática dos efeitos da mídia. Involuntariamente pois existe a preocupação de autores em se distanciar de perspectivas que assumem, excessivamente, diz-se, os meios de comunicação como “instrumentos de manipulação, utilizados por ‘diferentes agentes (proprietários, elites, classes dominantes etc.)’, para alcançar objetivos políticos específicos” (Mundim, 2012, p. 126); aliás, a influência do que é nomeado como uma “tradição crítica da comunicação”, que compreenderia os meios daquela forma, é apresentada como uma das razões para a lacuna existente nos estudos sobre os efeitos da mídia na política no Brasil (Mundim, 2012). Contesta-se, ainda, o “efeito hipodérmico” da informação, a qual não seria transposta diretamente para a audiência, e sim seria um processo marcado pela *interação* entre a mídia e o público (Avelar, 1992). Todavia, os modelos usuais de investigação, analisando as coberturas estritamente políticas nos meses precedentes à eleição, terminam por

reforçar a compreensão de que os impactos são diretos. Esse apontamento não tem o intuito de explicitar incoerências, mas de indicar o entendimento suprimido junto com certos decretos teóricos. Que em alguns casos uma informação invada as pessoas sem encontrar resistência efetiva, como uma ordem, e se converta em ação, e que os meios de comunicação, animados por interesses econômicos e políticos, sejam eficientes em pôr em prática a manipulação mais grosseira das massas não é, necessariamente, uma conclusão dos que desconsideram as complexas interações entre mídia e audiência. A força da ideologia é assegurada pela violência e ameaça social constantes e por sua capacidade de se ligar às necessidades individuais; quando ela se traduz em ação de modo aparentemente imediato, reflexo, houve aguda mediação.

Tal compreensão tem consequências para o estudo da ideologia. Quando Adorno (1971/1995), junto de G. Kadelbach e H. Becker, debateram sobre televisão e formação em 1963, eles assinalaram que as representações estereotipadas presentes em novelas eram “politicamente muito mais prejudiciais do que jamais foi qualquer programa político” (p. 81). Essa afirmação tinha como pano de fundo a realidade social da televisão alemã da época e partia da constatação feita por eles de que os programas políticos eram apresentados de maneira centrada nos debates e contemplando diferentes pontos de vista. Não é esta a configuração da televisão no Brasil; já foram mencionadas conclusões de estudos demonstrando o alinhamento político dos grandes veículos de comunicação e há enfáticos testemunhos históricos de sua intervenção na política. Para mencionar o caso dos debates, é conhecida a adulteração do debate entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989 pela TV Globo em favor do primeiro; nas eleições de 1998 a mesma emissora impôs um silêncio sepulcral sobre o tópico das eleições, esvaziando a cobertura eleitoral, solapando o debate sucessório e convergindo com o projeto de reeleição de Fernando Henrique Cardoso (Miguel, 2004a); nas eleições de 2002 a extrema visibilidade dada à política não foi concentrada nas diferentes forças em disputa, mas, segundo Miguel (2004a), tinha como propósito firmar a emissora como regente das eleições, impondo as pautas e formatos (proceder do qual o arranjo dos debates foi modelar). Não predomina uma austeridade quando se trata das discussões políticas transmitidas pela mídia no Brasil, como era o caso aludido por Adorno (1971/1995), Kadelbach e Becker. Entretanto, essa diferença tem como consequência a necessidade de compreender formas da ideologia em conteúdos propriamente políticos e naqueles que não são abertamente políticos.

O primeiro tipo de conteúdo recebe considerável atenção dos pesquisadores (sem a preocupação com a ideologia). O segundo não é ignorado, mas, ao menos nos artigos do levantamento, é eventual, embora conste, por vezes, como uma demanda nas “agendas de pesquisa”, cobrando atenção para ele. Há quem afirme e defenda a centralidade da preocupação

com o conteúdo político explícito nesse campo de estudos: “Ao lado da cobertura da imprensa, a propaganda político-institucional dos partidos, o Horário Político Gratuito Eleitoral (HPGE) e os debates presidenciais formam o núcleo das variáveis comunicacionais que interferem na decisão do voto” (Mundim, 2012, p. 131). O voto é a unidade básica, a variável dependente, e entra na lista restrita das variáveis intervenientes somente aspectos diretamente ligados a ele, reconhecidos por tratarem da matéria política como tema. Cabe ponderar, formulações terminantes como esta não são as mais frequentes, mas os habituais modelos de pesquisa prezam justamente por aquelas quatro dimensões elencadas: a cobertura eleitoral, a propaganda política, o HPGE e os debates. Noutros momentos, ainda que dedicados a essas dimensões, exprime-se uma compreensão mais ampla, apontando para o quanto os efeitos da mídia sobre a política estão reforçados por conteúdos diferentes como programas de entretenimento e *fait divers*. Alguns o fazem, aferrados ao argumento do conteúdo político, com base na constatação de que outros tipos de programa passaram a “cobrir política e políticas públicas, ainda que de um modo diferente de seus correlatos mais tradicionais” (Bezerra & Mundim, 2011, p. 464), outros, diferentemente, porque visualizam um “circuito” de temas e narrativas que se reforçam uns aos outros (Biroli & Mantovani, 2010) e porque o impacto político dos conteúdos disseminados pela mídia precisa ser considerado em dimensões temporais:

A longo prazo, trata-se de um impacto presente em diferentes tipos de programação, desde aquelas dedicadas à informação até os programas de entretenimento. A curto prazo, a mídia informativa é especialmente importante, já que ela se apresenta como uma fonte de fornecimento dos recursos que os eleitores dispõem antes de escolherem seus candidatos. (Finamore & Carvalho, 2006, p. 351)

A divisão entre efeitos de curto e longo prazo é insuficiente. Em verdade, os próprios efeitos de curto prazo que podem ter uma informação dependem do que está presente, ao mesmo tempo, em diferentes tipos de programação e dos outros meios de comunicação, se for compreendido que seu esquema precisa ser reiterado de modo insistente para se tornar pregnante; e é do que está há muito sedimentado que uma informação qualquer deriva sua importância, sua capacidade de se tornar conseqüente em um momento preciso. Para a indústria cultural são menos decisivos os conteúdos em si mesmos, ela atinge a consciência e a sensibilidade, reificando a primeira e violando a segunda de tal modo que as reações se desprendem do contato necessário com conteúdos determinados e são convertidas em estereotípias, estas, por sua vez, aliciam impulsos individuais indiferenciados, promovendo pseudo-satisfações. O apreço dos pesquisadores pelo âmbito das mensagens pressupõe uma relação primeira com os conteúdos, provavelmente por isso prezam, ao investigar os efeitos da mídia na política, os conteúdos políticos. Para teorias que insistem na singularidade das pessoas tudo se passa de modo bastante direto: o impacto político é medido por conteúdos políticos.

As mensagens, os conteúdos, têm, entretanto, camadas de significados sobrepostos. Segundo Adorno (1954/1973), a indústria cultural assumiu da arte a herança do significado polimórfico para alcançar diferentes níveis psicológicos, há uma tensão entre mensagem aberta e oculta e não raro a “mensagem oculta pode ser mais importante do que a evidente, visto que a primeira escapa aos controles da consciência, não é ‘trespassada com o olhar’, nem desviada pela resistência das vendas, mas tende a penetrar a mente do espectador” (pp. 551-552). Assim compreendida a organização do material propagado pela indústria cultural, aquela compartimentação dos tipos de conteúdo (informação, entretenimento etc.) — decalque das divisões com que a indústria cultural estima se apresentar — tende a perder seu poder de regular os estudos que pretendem desvendar seu funcionamento, assim como precisa ser repensada a questão dos efeitos de curto e longo prazo.

Notou-se um destaque concedido pelos estudos do levantamento aos meios de comunicação, destaque em relação ao qual foi ressaltada a chance de a ofuscação pela particularidade técnica ser ela mesma ideológica, encobrindo o sistema. Cada novo meio, cada modificação técnica introduzida na indústria cultural, não é um mero detalhe, demanda investigação, pois, como todo sistema, ela tende a ser otimizada, porém, seus impactos se assentam no que se sedimentou e, sem essa compreensão, cada nova face da dominação parecerá a primeira e a mais perigosa. A ofuscação técnica parece se exprimir com evidência em concepções hodiernas como “racismo algorítmico” ou “preconceito das máquinas”; o fetichismo, a assunção de aspectos humanos por aquilo que não é vivo, dissimula os caracteres das relações sociais transferindo-os, nesse caso, para a técnica. A estereotipia das pessoas, desembaraçadamente matematizável, não foi inaugurada pela chamada cultura digital, embora seja milimetricamente ajustada a ela (o contrário também é verdadeiro: a cultura digital milimetricamente ajustada à estereotipia).

Essa ofuscação tem seus exemplos nos artigos analisados. Maly (2020) trata do “populismo algorítmico” como um “novo tipo de populismo, adaptado a esta nova ecologia digital” (p. 464, tradução nossa). A novidade, reiterada com insistência, cumpre papel na ideologia da racionalidade técnica (Crochík, 1999a). A diferença do populismo algorítmico consistiria, para Maly (2020), no fato de que a mídia digital não somente permitiria aos populistas articularem e reivindicarem a voz do povo, mas também formataria essa voz e asseguraria sua circulação em várias plataformas. O “discurso populista” desempenharia, agora, a função de permitir aos partidos obter mais dados para construir, ativar e expandir suas redes de influência. Em suma, a distinção seria o populismo como uma “montagem sociotécnica” [*sociotechnical assemblage*] (p. 463). Embora os meios sejam distintos, diferentemente do que

acredita o autor as linhas gerais desse fenômeno político são muito similares aos objetivos e funções dos métodos dos agitadores fascistas que operavam pelo rádio na década de 1940 nos Estados Unidos (Adorno, 1943/2009, 1951/2015). A descrição de como são construídos os conteúdos populistas confirma a percepção de que os meios novos são tomados como expressão de novas configurações dos fenômenos há muito conhecidos, pelo menos quanto as seguintes características, que são enfatizadas: trata-se de um conteúdo que visa promover o engajamento, se afasta dos formatos da comunicação política profissional, contém uma rusticidade e um ar de denúncia da verdade, é acompanhado de vídeos amadores, tem um tom alarmista e muito afetivo, buscando produzir reação direta (ver Maly, 2020, pp. 452-453).

A ofuscação pelos impactos das modificações nas conformações dos meios de comunicação também se deixa notar, em outros artigos, no modo como é tratado o personalismo na política, se bem que de maneira menos altissonante, pois não chegam a pretender fundar outro tipo de personalismo. Avaliando as eleições na “era da televisão”, Avelar (1992) suspeitou que a influência da TV nas campanhas teria invertido os fatores de importância na determinação do voto tornando mais relevante a personalidade do candidato em relação ao tema e à filiação partidária. O papel que cabia à audiência teria não apenas mudado o estilo das campanhas eleitorais como criado “desafios para as forças tradicionalmente estabelecidas” (p. 47). Não só há estudos, como o de Jonas e Almeida (2004), que sustentam como as antigas oligarquias rapidamente se reorganizaram sob uma “máscara midiática” (p. 113) concentrando a propriedade dos meios de comunicação e, portanto, os desafios não foram tão pronunciados assim, como o personalismo é apontado como um conhecido traço da cultura política brasileira (Amaral & Pinho, 2018), presente desde a Primeira República (Jonas & Almeida, 2004), e/ou produto do próprio sistema eleitoral brasileiro com listas abertas que favorecem a competição intrapartidária de modo que, conforme Miguel (2004b), aos “meios de comunicação de massa caberia, quando muito, um papel secundário” (p. 104) na personalização da política no Brasil. Outros falam, de modo mais ameno, do favorecimento da “crescente personalização da competição eleitoral” (Azevedo, 2001, p. 187). A ofuscação técnica tem algo de ideológico por suprimir dos fenômenos sua história, retendo o pensamento no presente (Crochík, 1999a).

Analisando as mudanças na função da ideologia, Horkheimer e Adorno (1956/1978) indicaram que, quando, objetivamente, esta não dispuser de algum elemento de racionalidade do qual a crítica depende para confrontar seus enunciados com sua verdade íntima, quando é produto de meras maquinações e instrumento indisfarçado do poder, “a crítica ideológica deve ceder lugar à simples análise do *cui bono*” (p. 192), ou seja, é decisivo que se responda à pergunta “A quem beneficia?”, desvelando o motivo oculto. Sem tomar em conta a ideologia

como objeto — como conceito, ou mesmo como simples termo, a referência a ela é reduzida nos artigos —, verificou-se uma destacada linha de estudos sobre oposição e ataques, politicamente interessados, a personalidades, instituições e/ou governos por parte de veículos e conteúdos midiáticos. Para que, entretanto, essa denúncia contra os interessados e favorecidos não se esgote numa repetição do já conhecido e acabe concluindo que a luta decisiva é aquela contra os veículos de comunicação é fundamental a compreensão das relações entre ideologia e sociedade. Aquele tipo de ideologia isenta de racionalidade foi atribuído às sociedades totalitárias nas quais está sempre presente a “insinuação de recurso à força bruta” (p. 192), portanto, saber como um aparato ideológico — parece ser enquanto um instrumento grosseiro do poder que a ideologia assume essa aparência concretista de aparato — pode conservar-se com tamanha eficácia, a despeito de sua crueza, e como ele parece inabordável, embora sabidamente antidemocrático no seio de uma democracia, nos leva à necessidade de compreender que papel a violência social e suas manifestações mais diretas ainda desempenham na sociedade brasileira, qual o lugar que a ideologia e seus mecanismos ocupam na cadeia das mutações e continuidades do poder, da dominação. A resposta à questão “A quem beneficia?” continua sendo crucial, mas junto dela a resposta a outras questões é necessária e elas podem ser aqui tomadas de empréstimo de Horkheimer a Adorno (1956/1978), os quais as formularam quase como em um programa de pesquisa da ideologia:

Será preferível analisar a que configurações psicológicas querem se referir, para servirem-se delas; que disposições desejam inculcar nos homens com suas especulações, que são uma coisa inteiramente distinta do que se apresenta nas declamações oficiais. Existe depois a questão de apurar por que e como a sociedade moderna produz homens capazes de reagir a esses estímulos, dos quais, inclusive, sentem necessidade, e cujos intérpretes são, depois, os líderes e demagogos da massa. É necessário o desenvolvimento que conduziu a tais transformações históricas da ideologia, não o conteúdo e o contexto em que o resultado ideológico se expressa. (p. 192)

As tendências detectadas na bibliografia não contemplam a investigação das configurações psicológicas, mas manifestam uma compreensão abstrata dos seus sujeitos da recepção. Partem das declamações oficiais, preocupam-se em constatar os interesses subjacentes a elas e seus impactos institucionais localizados, mas não interrogam as disposições latentes que seriam os mais adequados desmentidos dessas declamações. Preocupadas em salvar os sujeitos complexos e as intrincadas interações de teorias que acreditam ser modelos simplistas e obsoletos, esquecem das regressões individuais socialmente determinadas e da base pulsional, das necessidades estimuladas nas pessoas. Acumulam-se as constatações sobre os resultados ideológicos, o contexto desses resultados é caracterizado em suas mais destacadas variáveis e produz-se uma volumosa documentação do conteúdo ideológico (volumosa pois

tudo é considerado com o mesmo peso). São poucos, todavia, os esforços para compreender as transformações históricas da ideologia, as rupturas e continuidades que ligam suas formações contemporâneas às precedentes e às reordenações das relações de dominação social. Contudo, esse exame esboçado pode ser facilmente contestado, afinal, no seu núcleo está a preocupação com a ideologia, e esta não é uma questão premente para aqueles estudos. É dessa ausência, porém, que tal exame retira seu principal argumento.

Essas considerações não são um selo sobre todo e cada artigo, dificilmente elas podem abarcar por completo mesmo um único material tendo em vista as reafirmadas restrições dos procedimentos nos quais se baseiam. São observações fundamentadas em tendências gerais e buscam os limites, por esse motivo procurou-se exprimi-las acompanhadas de exemplos contidos no próprio material; os exemplos anotados a partir da leitura dos textos completos (os casos nos quais são citadas as referências) têm mais propriedade do que aqueles depreendidos da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Compreensões e conclusões fundamentais de vários artigos do levantamento foram e ainda serão mencionadas e discutidas.

Foram selecionados 38 artigos do *corpus* principal de análise para leitura integral (29,23%), trata-se de textos com importantes implicações sobre o tema desta pesquisa. Além de fundamentar a pesquisa, essa leitura tinha como objetivo investigar mais detidamente e desdobrar alguns aspectos decorrentes das considerações anteriores. O conteúdo dos artigos foi fichado e organizado em dois movimentos. O primeiro registrava importantes passagens dos textos bem como destacava suas principais teses, procurava formular de que modo era compreendida a relação entre mídia e política (amparado em passagens mais contundentes ou depreendido de conceitos e formulações mais difusas), e quais eram os conceitos centrais utilizados. O segundo movimento, baseado no primeiro, permitiu distinguir as compreensões sobre a relação entre mídia e política verificadas; a relação entre mídia e sociedade; o grau e o sentido dos impactos sobre a política; considerações específicas sobre os meios de comunicação (como a dominância de uns sobre outros); os tipos de efeito da mídia sobre a política; e, por fim, permitiu um mapeamento das menções à ideologia (termo/conceito).

2.1 Mídia e sociedade

Do entendimento de que a onipotência atribuída à mídia e seus meios oculta o avanço da base objetiva da dominação social não cabe simplesmente descartar a aparente onipotência; sua

negação determinada desvenda que “o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade” e que a “racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 114). Tomar os meios no lugar dos que dele se assenhoraram, os economicamente mais fortes, tem seus motivos objetivos, mesmo que sejam os motivos da ideologia, diante da opressão insuportável realizada por intermédio desses meios, mas tal opressão não é devida a “nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia atual” (p. 114). A ubiquidade da indústria cultural reflete e ratifica a ubiquidade da opressão social, sua base.

O conhecimento se aferrou àquela onipotência aparente e, ao endossar a aparência, enrijece a própria dominação. Em algumas pesquisas isso transparece em concepções sobre a relação entre a sociedade e a mídia que quase chegam a sustentar a determinação da segunda sobre a primeira, apenas não o fazem porque evita-se deliberadamente falar de determinação. Há um crescendo entre ideias; elas vão desde as mais restritas à política, que destacam a função de “socialização política” assumida pela mídia (Barros, 2017, p. 189), a “transformação da sociabilidade política com a emergência da mídia” (Jonas & Almeida, 2004, p. 104), passando pela constatação de que “os meios de comunicação de massa ocupam uma posição crucial” em relação ao papel que o “sistema educacional deveria transmitir” (Miguel, 2004b, p. 106), até teses como: são os “meios de comunicação de massa” que têm a função de “socialização dos indivíduos em seu contexto cultural” (Avelar, 1992, p. 44); “na sociedade contemporânea a sociabilidade está centrada na mídia” (Almeida, 2000, p. 89); se constituíram “sociedades ‘midiocentradas’” (Ribeiro, 2004, p. 28); se configurou uma “sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia” e essa “singular sociabilidade” institui, ao lado da anterior convivência, uma “televivência”, e, ao lado da realidade, uma “telerrealidade” (Rubim, 2001, p. 174). No ápice, compreende-se a “comunicação como ambiente, como tessitura onipresente que acolhe e envolve o ser e o estar no mundo na atualidade, como uma quase e segunda ‘natureza’ justaposta que trança a sociabilidade contemporânea” (Rubim, 2001, p. 174).

Em primeiro lugar, cumpre observar que expressões como “socialização política” e “sociabilidade política” sugerem, indevidamente, que a formação — para a qual apontam os termos “socialização” e “sociabilidade” — se divide em seções temáticas, sendo uma delas a “política”. As expressões parecem pretender designar a formação dos repertórios especificamente políticos, mas a formação é mediada pela racionalidade do processo social como um todo. Se, posteriormente, esses repertórios particulares adquirem uma certa unidade destacando-se como uma dimensão especial da vida social, um traço ou conjunto deles, não se deveria projetar esse destaque para suas constituições, como se tivessem se formado de modo

destacado. Quando, por exemplo, se fala de apatia política em relação à atitude das pessoas, é despropositado pensar que enformou-se nelas, geneticamente (no sentido de gênese), um sentimento de apatia circunscrito à política. Esta, em primeira mão, é estranha às motivações e necessidades psicológicas⁹; assim como o dinheiro, só passará a significar algo para a economia psíquica por mediação. É o mesmo caso com o personalismo político se for entendido como uma inclinação das pessoas, e não como um elemento institucional do sistema político (é neste sentido que foi mencionado antes). Mesmo como tal, enquanto caractere político que ressona nas pessoas, sua racionalidade depende da consideração pelas mediações psicológicas, como o mecanismo de personalização, de modo algum limitado à dimensão exterior específica da política. A política constitui um âmbito particular — não é o mesmo que estanque — do sistema social, mas ela e suas instituições (mais e menos formais) não assumem separadamente um ramo do processo de formação das pessoas, o ramo político. É possível que uma compreensão semelhante, mesmo quando não enunciada, esteja subjacente àquela constatada propensão a explicar atitudes políticas somente por meio do que tem a política como tema anunciado.

É justamente quanto à incompreensão da mediação do processo social que aquelas concepções sobre a relação entre mídia e sociedade têm suas consequências mais importantes; é esse o aspecto que se pretende ressaltar em segundo lugar. Tais concepções não têm o mesmo peso ou significado, mas fixam a mídia no lugar de principal operadora de transformações que abrangem desde âmbitos delimitados até a realidade como um todo. Assim, captam modificações em curso, mas obnubilam a compreensão de que elas são devidas a infraestrutura social em tensão com a superestrutura, ao “deslocamento geológico” que ocorre entre ambas (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 199). A indústria cultural não é um decalque da racionalidade econômica e o que se constitui como superestrutura, a partir do todo social, não apenas o reproduz, mas desdobra uma lógica própria, mesmo em uma medida limitada, e, com isso, pode sim engendrar modificações; aí se fundamenta a possibilidade de se tornar diferente do que é. De modo algum, no entanto, isso significa sua neutralidade: ela se constitui e amplia em um ordenamento social determinado que reproduz a dominação e o faz também por meio dela. Seus setores, mesmo os mais poderosos, ocupam uma posição de dependência em relação

⁹ Por permanecer assim — como um meio de organizar a sociedade estranho ou avesso à satisfação (esta sim uma necessidade psicológica), porque foi engolfada pela progressão do capital — a política se constitui, posteriormente, como um objeto típico ao qual se ligam os afetos da apatia e a indiferença. Nesse caso, a mediação de um todo social alheado à realização da parte, à satisfação dos indivíduos, ainda permite visualizar a mediação da ideologia e de caracteres psicológicos correspondentes cuja atuação coloca na conta somente da política o ônus econômico. Adorno e Jaerisch (2021), referindo-se à apatia política, indicaram: “É pouco provável que o motivo da tão citada apatia política seja o fim da opressão. Ela está, antes, na consciência, mesmo que inarticulada, mero pré-consciente dos seres humanos, de que aquilo que hoje se considera a esfera política tem pouco a ver com seus verdadeiros interesses próprios” (p. 101).

aos “verdadeiros donos do poder” aos quais ela deve dar razão, dependência que “caracteriza a esfera inteira” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 115).

Se se considera que a ideologia pretende corresponder às “modificações antropológicas” que “são consequências de transformações na estrutura da sociedade” (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 192), constata-se uma série de inversões naquelas concepções elencadas. Mudanças decisivas na “sociabilidade” não são decorrências da emergência da mídia. O fato de a chamada mídia assumir funções díspares como a “socialização política”, outrora atribuída aos partidos (Barros, 2017), aquelas concernentes ao “sistema educacional” (Miguel, 2004b), e, enfim, ao “contexto cultural” como um todo (Avelar, 1992) pode significar a indiferenciação qualitativa entre essas funções e, portanto, a indistinção em curso entre a própria política, a educação e a cultura. Uma tal indiferenciação é própria do processo de avanço da formamercadoria, da lógica do equivalente do capital e da concentração deste, que têm dentre suas consequências a socialização total (Horkheimer & Adorno, 1956/1978), a eliminação das diferenças nos âmbitos de mediação social; isso permitiria compreender aquele declínio do partido político e da educação. Não é a mídia, mas o trabalho alienado, essa configuração calcificada das relações de produção, o vértice desta sociedade; ele sim centraliza, estrutura e ambienta a sociabilidade, ou melhor, as relações sociais, que, quanto a isso nada têm de singulares, como também o trabalho alienado é um aspecto caduco demais para qualificar tal sociedade como contemporânea, se isso significar nova. Porém, essa paralisia da história quanto a não transformação das relações de produção no sentido emancipatório é acompanhada pelo incremento nas forças produtivas. Como estas são a base material da emancipação, cresce com elas a própria possibilidade de emancipação. Quanto mais caduca fica — e caduco significa aquilo que está prestes a cair, aqui no sentido das condições materiais, e não como processo endógeno de autodestruição —, mais ameaça e força direta ela emprega para sustentar tal estado de coisas irracional e mais a dominação fomenta ideologia e novas formas de regressão para impedir a conscientização dessa possibilidade dada e crescente de emancipação; este é um dos cerne das modificações antropológicas: “Hoje em dia, é tão fácil para a *consciência só*¹⁰ devassar o absurdo da dominação que ela precisa da consciência doente para se manter viva” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 184, *itálicos nossos*). A irracionalidade desse processo

¹⁰ O correto parece ser *consciência sã*, e não a forma como consta na edição consultada (“consciência só”). Na tradução madrilena da Editorial Trotta, J. J. Sánchez verteu a expressão para *conciencia sana* e, na edição estadunidense da Stanford University Press, E. Jephcott traduziu por *healthy consciousness*. No original alemão a expressão é *gesunde Bewußtsein*: *gesunde* significa sã, ou saudável, e *Bewußtsein* significa consciência. A reimpressão da edição brasileira da Jorge Zahar Editor, do ano de 2006, conserva a expressão tal como consta na edição de 1985, que é a consultada e referenciada neste trabalho.

absurdo, faz declinar — mas sem eliminar — a função da ideologia que podia, ao justificar o todo com meias verdades, mantê-lo coeso. Quando o todo irracional ameaça desestruturar-se — não no sentido da transformação, mas destruição total, justamente porque a transformação é bloqueada — a ideologia que conserva a realidade apela para a abusiva duplicação cínica dessa realidade (Horkheimer & Adorno, 1956/1978). A isto servem os produtos da indústria cultural: ao conformismo destilado, à “super-ratificação da situação existente” (p. 202), pois, a ideologia conta menos com argumentos transcendentais às coisas como estão, transparente que é seu zelo por mantê-las assim. Ao esforço de justificar o mundo com base na razão parcial ela acrescenta e se devota à tarefa de justificá-lo por si mesmo, sem razão, empregando toda aprimorada *ratio*.

Como a ideologia passa a refletir tão severamente a realidade e a indústria cultural é seu veículo (além de parte da própria ideologia), aquela centralidade creditada à mídia é, na verdade, a imagem de uma sociedade concentrada em reproduzir-se a si mesma; a “sociedade midiocentrada” é o testemunho cego da união entre a realidade social de dominação, sua fiel ideologia e os meios técnicos que a reproduzem. Que a mídia seja alçada à condição de senhora desta realidade é a confirmação do poderio da ideologia que fornece algo presente o bastante, onnipresente, para ser visado (pelo menos pelo conhecimento) e incriminado pela dominação quando esta tende a tornar-se cada vez mais anônima em função da concentração do capital. Se ideias como “televivência” e “telerrealidade” terminassem mostrando como a vivência e a realidade que surgem na superfície da tela correm novamente para a forma da convivência dada e para a realidade existente, concorrendo para que elas não sejam superadas, podiam exprimir aquela duplicação ideológica, mas esses conceitos reivindicam o *status* de uma realidade singular, diferente, e em nada hierarquicamente inferior à realidade contígua (Rubim, 2001). Ao fim e ao cabo, tudo isso atesta a força material da ideologia inscrita no próprio conhecimento que, mesmo lembrando o conceito de segunda natureza, apresenta, sem reconhecer o horror disto, a contatação de que a “comunicação” tornou-se “tessitura onipresente que acolhe e envolve o ser e o estar no mundo na atualidade, como uma quase e segunda ‘natureza’ justaposta que trança a sociabilidade contemporânea”. Essa tessitura soa como a mortalha envolvendo por completo um corpo sem espírito ou as aprisionantes “malhas da socialização” das quais falou Adorno (1959/1996, p. 399). Confessa-se sua incumbência de trançar as relações sociais, mas estas são as relações sociais de dominação. Por fim, o conceito de segunda natureza comparece hesitante para legitimar de forma drástica a própria segunda natureza, não para denunciá-la: a descrição da situação acaba se convertendo, nesse caso, em um argumento em seu favor.

2.2 Mídia e política

No subconjunto de artigos selecionados a partir do *corpus* inicial duas principais concepções sobre a relação entre política e mídia sobressaíram e podem ser assim sintetizadas: uma defende a mídia e a política como diferentes campos relativamente independentes que interagem, há certa autonomia na relação entre ambas; a outra enfatiza o controle político sobre os meios de comunicação, o uso instrumental da mídia por parte de forças políticas.

Para a maioria dos artigos a ênfase em uma ou outra compreensão emergiu com nitidez, de modo que a própria nomeação dessas tendências adveio do material e foi possível pinçar dos textos passagens contundentes indicativas de suas posições. Apenas no caso de três artigos dos 38 (7,89%) não foi possível compreender com clareza qual concepção da relação entre mídia e política era sugerida, os três tinham o mesmo autor principal e foram classificados naquela mesma categoria “Estudos do discurso” da Tabela 2. Eles formaram, então, um subgrupo no que tange à compreensão da relação entre mídia e política: os três investigavam implicações políticas de discursos veiculados na mídia (Baronas, 2011, 2015; Baronas & Ponsoni, 2013). Sua discussão não será aprofundada, mas cabe apenas assinalar, a partir da leitura integral, a centralidade assumida pelo discurso em si e a dificuldade em situar objetivamente esse conteúdo (o discurso) no sentido de sua determinação social, embora as ideias e objetivos do texto fossem claros. Não deve ser descartada, porém, a não compreensão por parte do pesquisador uma vez que outros textos também fundamentados na noção de discurso tiveram sua concepção da relação entre mídia e política compreendida com clareza.

Excetuados esses três, do total de artigos, 55,26% (21) sublinhavam os campos da mídia e da política como autônomos e em interação e 36,84% (14) salientavam o uso instrumental da mídia pela política. A seguir são apresentados e discutidos os principais pressupostos de cada uma dessas duas inclinações, seus argumentos e conceitos, começando pela primeira.

2.2.1 Mídia e política: dois campos autônomos em interação

Há uma acentuada preocupação com deixar claro que a relação entre mídia e política é prenhe de *complexidade* (Azevedo, 2001; Miguel, 2003; Bezerra & Mundim, 2011; Biroli &

Miguel, 2013; Mota & Biroli, 2014). Via de regra os autores pretendem, assim, diferenciar sua perspectiva dos modelos que, segundo eles, generalizam a “partidarização dos meios de comunicação” e que alegam a “parcialidade da mídia” de modo “impressionista” (Azevedo, 2001, p. 183); que pressupõem a mídia como um “conjunto homogêneo e centralizado” (Biroli & Miguel, 2013, p. 88), um “bloco monolítico, e não uma rede complexa em que produção e circulação das informações não se reduzem a uma dinâmica centralizada e controlada” (p. 79); que focalizam “o aspecto instrumental da comunicação e seu acionamento pela política” (Rubim, 2001, p. 169) e fazem “uma atribuição desmedida de poderes à comunicação midiática” (p. 176). Tais trabalhos defendem, em contraposição a esses modelos, aquela complexidade em nome de um “entendimento mais sofisticado dos fluxos de comunicação e da formação das preferências políticas nas sociedades contemporâneas” e em respeito à “diversidade do tecido social” e ao caráter complicado dos “circuitos comunicativos” (Biroli & Miguel, 2013, p. 79). Buscam romper com uma “concepção unificada da esfera pública” (p. 88). Porque já é partilhado o entendimento do poder de impacto da política sobre a mídia, primordial para essa concepção é destacar a capacidade de a mídia também interferir na política, não no sentido de ser utilizada como instrumento por agentes políticos, mas de, como campo autônomo, influenciar a política: a mídia é tida como um “ator político” (Ribeiro, 2004; Biroli & Mantovani, 2010; Mota & Biroli, 2014; Ferla, Pinto, Possa, Trepte & Ceccim, 2017). Em situações determinadas pode se tornar, afirma-se, o “principal ator político” (Azevedo, 2001; 2006), ainda que, como apresentado, alguns autores pretendam confiscar da mídia poderes excessivos que lhe foram atribuídos. É importante manter em mente esse contraste entre a defesa da autonomia da mídia e a oposição à atribuição desmedida de poderes a ela.

Essa autonomia relativa entre mídia e política — instâncias designadas frequentemente nos textos pelos conceitos de “campos” e “esferas” — se deixa verificar em formulações diversas: 1) “os meios de comunicação e a política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia” (Miguel, 2003, p. 119) — um argumento sociológico; 2) mídia e política são “campos relativamente independentes, na medida em que retêm sua própria lógica” (Miguel, 2004b, p. 103) ou “campos que se relacionam”, mas “dotados de lógicas próprias”, com “rotinas, valores e hierarquias” particulares (Biroli & Mantovani, 2010, p. 92) — um argumento técnico-organizacional; 3) mídia e política são campos que “estão necessariamente separados”, não no sentido de isolados, e sim de distintos, pois a mídia não constitui as instituições propriamente políticas como, por exemplo, o Congresso e os partidos (Finamore & Carvalho, 2006, p. 348) — um argumento institucional; 4) a mídia é uma “esfera autônoma de

poder” (Ribeiro, 2004, p. 29) — um argumento econômico, pois ressalta-se o cariz empresarial da mídia, e um argumento político, pois ressalta-se seu lugar de destaque no jogo político.

Notável esforço é feito para exprimir a natureza da relação entre mídia e política assim compreendidas, como campos/esferas com relativa autonomia. Destacam-se os conceitos de “interação” e “influência” que se presentificam em expressões variadas qualificando a relação, mas há outras formulações inventivas: 1) trata-se de uma “interação que envolve complementaridade, acomodação e também disputas” (Biroli & Mantovani, 2010, p. 93); 2) uma “interação conflituosa” (Biroli & Miguel, 2013, p. 92); 3) uma “dupla direcionalidade, uma vez que atores [políticos] tanto respondem à agenda da mídia quanto buscam influenciá-la” (Ferla et al., 2017, p. 1131); 4) uma “simbiose tensionada” (Miguel, 2003, p. 116) na qual a “influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências” (p. 119) e em que os “agentes dos dois campos” auferem “benefícios da associação, mas sempre permanece a tensão devida às lógicas e aos objetivos concorrentes que os caracterizam” (p. 120); 5) uma relação “dinâmica e contraditória, marcada tanto por cooperação quanto por confronto” (Miguel, 2004a, p. 242); 6) uma relação em que esses campos estão “sobrepostos, já que interferem, em larga medida, um no outro” (Miguel, 2004b, p. 103), porém, de modo algum há “colonização” da política pela mídia”, pois, as relações entre ambas são “de mão dupla” (p. 100); 7) uma relação na qual “a política não apenas retém algumas especificidades nada desprezíveis — até porque nem toda a política se faz aos olhos do público — como também influencia a própria mídia” (Miguel, 2004b, p. 100); 8) uma “influência mútua” (Mota & Biroli, 2014, p. 205); 9) uma “rede de influências e agendamentos múltiplos” (Motta & Alencar, 2011, p. 38) ou um “círculo de influências recíprocas” (p. 39); 10) uma “influência relativa”, mas que pode ser decisiva (Mundim, 2012, p. 127).

No emaranhado de “influências”, “interações”, “interferências” e “agendamentos” mútuos oculta-se a base social. Da variedade de expressões para designar a qualidade da relação entre mídia e política emerge a definição comum de que elas são âmbitos quase autárquicos: entidades com órgãos próprios e que atuam com autonomia em relação ao poder central. Em rigor, não se fala de poder central, a não ser para negá-lo, como na rejeição às ideias de centralização e controle. Portanto, em termos genéricos, subsiste dessa definição o entendimento de que mídia e política são entidades com órgãos próprios e que atuam com autonomia. Cada uma tem seu poder específico, por isso, a insistência em marcar a autonomia, em afirmá-las como atores mais ou menos horizontais: o conceito impreciso de “influência” abre caminho para seus correlatos, também relativistas, “interação” e “interferência”. Na

constatação de que, sim, há, entre política e mídia, “complementaridade”, “acomodação” e “cooperação” se inscreve, em relevo, a presença de “disputas”, “confronto” e “resistência”.

Quando a ideia da complexidade da relação entre mídia e política pretende se derivar e se justificar a partir do argumento da “diversidade do tecido social” (Biroli & Miguel, 2013, p. 79), corroborando o pressuposto da configuração da realidade atual como marcada por “sociedades complexas, socialmente diferenciadas e fortemente segmentadas em seus interesses políticos e culturais” (Azevedo, 2006, p. 98), cabe lembrar que a diversidade que persiste assim o faz a despeito e em resistência ao fechamento da trama do tecido social, não é uma característica deste; que há uma ordem de dominação cuja força é, muitas vezes, retirada de uma segmentação dos interesses políticos e culturais superficiais; e que, apesar da aparência, pouco subsiste de complexidade em uma sociedade atada ao princípio econômico automatizado: “a sociedade atual, erroneamente acusada de excessiva complexidade, tornou-se demasiado transparente” (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 193). Que os processos sociais se mostrem labirínticos à consciência que os mira cumpre o papel de enevoar essa transparência.

Não é que não haja complexidade na relação entre política e indústria cultural. Em um escrito de 1962, Horkheimer (1972/1986) já enunciava esse intrincamento; à primeira vista, de modo semelhante àquelas concepções, reconhecendo inclusive a atuação do sistema da indústria cultural (“meios de comunicação de massa”) sobre o sistema político e vice-versa:

a relação entre cidadãos e governo só é direta em poucas ocasiões. As instâncias mediadoras são sobretudo os partidos, os órgãos da opinião pública, os meios de comunicação de massas, os jornais, a rádio, a televisão e muitas outras coisas. Os meios de comunicação de massas, por sua vez, atuam sobre a relação entre o partido e o governo e entre o partido e os cidadãos, e os partidos atuam sobre os meios de comunicação de massas. O mecanismo é complexo. (p. 73, tradução nossa)

A constatação da complexidade desses sistemas mantinha em vista sua determinação econômica, sua configuração como um mecanismo em uma sociedade concreta. Na sequência daquela passagem, Horkheimer (1972/1986) afirmava: “Nos meios de comunicação de massa, que em geral atendem à circulação, impõem-se, subordinados à integridade da intenção, à boa vontade, grandes interesses. Dependem da popularidade, da benevolência de uma série de instâncias, e também da economia” (p. 73, tradução nossa). Dentre os expoentes da concepção sobre mídia e política em debate, não são encontradas muitas considerações sobre a economia (no sentido de sistema econômico), quase nenhuma referência ao capitalismo e as únicas menções ao “capital” que saltam aos olhos são todas bourdieianas: fala-se de capital simbólico (Miguel, 2003), de capital político (Miguel, 2003; Finamore & Carvalho, 2006; Ferla et al., 2017) e de capital econômico (Miguel, 2003), este em sua relação com os outros dois e com os processos sociais de conversão de uns nos outros. Ribeiro (2004), em acordo com a

compreensão da autonomia das duas esferas, conclui que os meios de comunicação funcionam com uma lógica própria, inclusive no sentido econômico:

devido à existência de uma certa interdependência em alguns momentos, pode-se afirmar que as esferas política e comunicacional misturaram-se, sem o predomínio, entretanto, de uma sobre a outra. Dessa maneira, os *media* operam hoje de acordo com suas próprias lógicas econômica, tecnológica e simbólica, deixando os ônus de adaptação a essas lógicas aos agentes políticos que disputam o espaço midiático como arena principal de inserção pública em sociedades “midiocentradas”. (p. 28)

Caberia se perguntar sobre essa confusa mistura, sem predomínio, que, todavia, deixa “ônus de adaptação” (os ônus impostos pela mídia sobre a política), mas, para a discussão em curso o que está em questão é o que haveria de ímpar, de próprio, na lógica econômica dos “*media*”. Não é ela, no capitalismo, a mesma progressão do valor? Horkheimer e Adorno (1947/1985) até sustentaram que o tipo de mercadoria da indústria cultural ainda era afeito ao liberalismo clássico e, como indicado, Horkheimer (1972/1986) demarcou a conexão da indústria cultural com o processo de circulação, traços que poderiam caracterizar certa especificidade econômica, mas que não são uma característica peculiar do que opera “hoje” e de modo algum seriam próprios dos chamados “*media*”. A mais significativa consideração sobre a economia consta em Miguel (2003):

A autonomia do campo da mídia é permanentemente tensionada por sua inserção no campo econômico. É possível dizer que uma empresa de comunicação é um organismo bifronte. De um lado, obedece a seus imperativos profissionais específicos, que variam de acordo com o subcampo: a manutenção de determinados patamares de qualidade estética, no caso de programas de caráter ficcional ou cultural; fidelidade ao que é percebido como a realidade fática e busca da credibilidade, no jornalismo. De outro, a ampliação do faturamento e do lucro. (pp. 119-120)

Também nesse caso seria necessário formular a pergunta sobre a diferença presumida pelo autor entre “imperativos profissionais específicos”, por um lado, e a “ampliação do faturamento e do lucro”, por outro lado. Ambos os aspectos estão virados para a mesma face da realidade, as exigências profissionais específicas se estabeleceram como imperativos em harmonia com o interesse de lucro; nisso uma empresa não seria bifronte. O crucial, entretanto, parece ser a própria noção de “campo”, que, além de ser atribuída à mídia e à política, também é como a economia é concebida, fazendo-as equivaler. Quando definido, o conceito de campo explicita sua fundamentação na sociologia bourdieusiana (Miguel, 2003; Biroli & Mantovani, 2010; Mota & Biroli, 2014). Ele designa a composição de universos que obedecem a leis próprias e a inclinação de cada um e de todos os campos é o “fechamento sobre si próprio” (Miguel, 2003, p. 119), embora sejam impostas limitações a tal fechamento. Similaridades serão reconhecidas com as proposições apresentadas anteriormente de que o quê se desdobra da infraestrutura como superestrutura tende a produzir uma racionalidade característica e de que cada setor da indústria cultural é coerente em si e todos são coerentes no conjunto. A diferença

está na importância da infraestrutura, da determinação econômica, da totalidade, que engendra as racionalidades e os sistemas parciais, os quais não equivalem entre si.

A base material, a infraestrutura, resguarda-se, nos artigos, em conceitos como “propriedade”, “monopólio” e “oligopólio” que ainda não puderam ser eliminados, mas são, em alguns casos, desbotados por um relativismo ou porque provêm da ideologia liberal. A realidade categórica do caso brasileiro dificulta que se ignore o elemento da concentração da propriedade dos meios de comunicação, uma de suas marcas é a “propriedade cruzada” (Azevedo, 2006, 2018), ou seja, a aquisição e posse concomitante de diferentes setores da comunicação (redes de televisão, rádios, jornais etc.). Os dados da pesquisa realizada pela ONG Intervozes e pela Repórteres sem Fronteiras, publicada em 2017, reiteram a realidade dos oligopólios brasileiros de mídia. Dentre as conclusões do estudo, destaca-se o alto nível de concentração de propriedade dos meios de comunicação no Brasil. O caso da televisão é expressivo: as quatro maiores redes — Globo, SBT, Record e Band — controlam mais de setenta por cento do público nacional; a primeira responde por mais da metade desse percentual. A concentração da audiência é uma realidade nos meios impressos e *on-line*: a “soma dos quatro principais veículos, em ambos os seguimentos, é superior a 50%”. Além do controle dessas redes ser familiar, o estudo verificou que, a despeito das restrições constitucionais, “32 deputados federais e oito senadores controlam meios de comunicação, ainda que não sejam seus proprietários formais”. Em muitos estados, famílias tradicionais da cena política controlam as afiliadas de grandes redes, fenômeno que “reproduz a concentração de terra no Brasil”, por isso, é nomeado como coronelismo eletrônico. Outra constatação fundamental da pesquisa é o quanto a propriedade cruzada não se resume às empresas do setor da comunicação: os proprietários de meios midiáticos são donos de empresas dos setores financeiro, “agronegócios, imobiliário, de energia e saúde/empresas farmacêuticas”, “transporte de veículos e carga, logística, siderurgia, energia, esportes e educação” (*Repórteres sem Fronteiras*, 2017 Out 31).

Diante dessa realidade, surpreende, porém, que a propriedade cruzada passe a ser considerada por Azevedo (2006) como um impasse apenas na medida em que “os meios de comunicação de massa” não estão “organizados numa estrutura plural e competitiva [qu]e seja capaz de refletir, se não toda, pelo menos as correntes mais importantes da diversidade ideológica, política e cultural da sociedade” (p. 98). O autor defende uma “configuração ideal” do “sistema de mídia no qual predomine ou coexista com a imprensa comercial uma imprensa partidária (ou comprometida com causas sociais não-hegemônicas)” (p. 98). Foram tecidas considerações sobre a presumida sociedade diversificada e a questão da ideologia (“diversidade ideológica”) ainda será discutida; neste momento o crucial é a suposição de que a organização

concorrencial do sistema de controle dos meios de comunicação é o corretivo para os efeitos da propriedade cruzada, quando a chave para eles é o regime capitalista de propriedade.

Algo semelhante ao que Azevedo (2006; 2018) nomeia como “propriedade cruzada” foi apontado por Marx (1932/2010) como uma das causas que elevam o ganho do capital; é parte do processo de formação do monopólio. Com a aquisição de outros ramos de comércio a concorrência diminui, bem como o influxo de mercadorias, e o preço destas é elevado. Todavia, Marx (1932/2010) não retirou disso a defesa da concorrência, cujos efeitos aparentam estar em relação inversamente proporcional com os do monopólio, e é louvada no liberalismo por, em princípio, elevar os salários e baratear as mercadorias “em favor do público consumidor” (p. 48). Ao contrário, a concorrência pressupõe a multiplicação do capital em várias mãos, ou seja, uma “acumulação multilateral” e esta desemboca necessariamente em “acumulação unilateral”:

A concorrência entre os capitalistas aumenta a acumulação entre os capitais. A acumulação, que sob a dominação da propriedade privada é a *concentração* do capital em poucas mãos, é geralmente uma consequência necessária quando os capitais são abandonados ao seu curso natural, e através da concorrência abre-se verdadeiramente caminho livre a esta determinação natural do capital. (p. 48)

A concorrência culmina na concentração e a competição elimina os pequenos. Naquela configuração ideal competitiva da mídia sugerida por Azevedo (2006) é fácil identificar quem seriam eles: os representantes das causas não hegemônicas. Porém, ele defende um mercado de informações competitivo e considera “relevante e legítimo o argumento da competição comercial como um dos indutores da independência jornalística” (Azevedo, 2001, p. 189).

Outras vezes as implicações da configuração concentrada da propriedade dos meios de comunicação são moderadas como uma premissa teórica: “é preciso... levar em conta que ‘a mídia’ é formada por veículos de diversos tipos e que a concentração da propriedade não se traduz em um controle completo sobre o fluxo comunicativo” (Biroli & Miguel, 2013, p. 88). Não fica claro se os autores pretenderam construir uma relação de explicação entre a diversidade de meios de comunicação e o não controle total do “fluxo comunicativo”, para esse caso, se fosse confirmada tal intenção, além do mencionado efeito de ofuscação pela confiança nos meios técnicos, poderia ser apontada a organização da indústria cultural como sistema e a própria propriedade cruzada que reúne aqueles variegados meios. Mas o mais importante é o argumento hiperbólico dos autores. Com a afirmação do fato de não haver “controle completo” eles parecem visar restringir o alcance da “concentração da propriedade”. Em verdade, é pouco provável que qualquer teoria razoável sustente o controle absoluto, a não existência de “ruídos, fissuras e representações antagônicas” (p. 88), para usar as expressões dos autores. A diferença é que, para algumas concepções, tais ruídos, fissuras e antagonismos, embora fundamentais, não aplacam a força do grau de controle existente, que não precisa ser total para ser devastador.

A questão não seria propriamente o controle completo do “fluxo comunicativo” em particular. A indústria cultural responde à sociedade; a pressão que ela, a indústria cultural, exerce, pode não ser completa, mas se soma ao controle e à pressão social mais ampla e mais direta.

Mesmo quando evidencia a concentração, por parte de uma única emissora, de mais da metade da audiência (chegando, no horário nobre, a setenta por cento) e a concentração de três quartos da verba publicitária para a televisão no Brasil, descreve-se tal realidade em termos de um “semi-monopólio privado” dos meios de comunicação brasileiros (Miguel, 2004b, p. 105). O “semi-” abranda o conceito apresentando-o como algo parcial, inacabado, mas o conceito de monopólio designa, na verdade, a tendência de um processo e não espera que ele se universalize totalmente, que ele seja consumado, para reconhecê-lo, justamente porque, segundo Marx (1932/2010), “A supressão do monopólio, que atingiu sua existência mais ampla e abrangente possível, é a sua completa aniquilação” (p. 76). Evita-se admitir o monopólio, conquanto sua existência esteja clara na própria letra:

a existência de um sistema de mídia em que há grande concentração na propriedade e alto grau de homogeneidade nas práticas jornalísticas de produção das informações é confundida com monopólio estrito sobre a circulação das informações, controle ou, ao menos, prevalência da “grande imprensa” entre as instituições e espaços em que são produzidos os discursos que teriam impacto para a decisão dos eleitores. (Biroli & Miguel, 2013, p. 81)

A verdade é que essas reduções impostas ao conceito de monopólio preparam sua exoneração e substituição: “numa sociedade diversificada — numa sociedade ‘ocidental’, nos termos de Gramsci — os fluxos comunicativos e os espaços de decodificação das mensagens devem ser entendidos como arenas de conflito, nas quais há hegemonias, mas não monopólios” (Biroli & Miguel, 2013, p. 85). A defesa do conceito de hegemonia preza por evidenciar a existência do conflito em conformidade com o destaque às disputas, confrontos e resistências já evidenciado como um traço comum da concepção em discussão. O impasse é saber se, ao aferrar-se ao conflito, perde-se de vista, ou não, a dominação (que engloba o primeiro), ou seja, saber se os processos sociais mais amplos escapam. Comparece, na passagem anterior, uma vez mais o pressuposto da “sociedade diversificada”, fundamento para a asserção de que

o público é diverso e, portanto, seu acesso a informações e sua possibilidade de compartilhar os critérios que atribuem relevância às informações difere; a mídia é diversa (externa e mesmo internamente)¹¹ e os diferentes segmentos de público estabelecem relações também diversas com os veículos de mídia, podendo contornar, parcial ou momentaneamente, as hierarquias “objetivas” entre os veículos; há fluxo comunicativo entre os diferentes lugares em que a produção e a recepção se dão, e esse fluxo não é algo que atenda a um modelo simples de difusão centro-periferia. (Biroli & Miguel, 2013, p. 92, itálicos nossos)

¹¹ Embora Biroli e Miguel (2013) afirmem a diversidade externa e interna da mídia, outros estudos argumentam no sentido oposto, ou seja, caracterizando a diversidade da mídia como reduzida e precária (Azevedo, 2006, 2018).

Mostra-se a imagem de uma concepção reativamente formulada. Ela pretende se diferenciar dos modelos considerados simplistas e para isso parece julgar necessário atenuar ou substituir os conceitos que designam os processos mais amplos e suas bases objetivas por outros conceitos nos quais a sociedade é dissecada em unidades sociais cada vez menores (“segmentos de público”) ou por conceitos com fluidez suficiente para que as unidades menores possam ser diretamente evocadas, mesmo quando se diz de amplos processos (como o conceito de “hegemonia” parece sugerir nesse caso). Não é possível determinar com precisão o nível daquelas manifestações da diversidade do público e da recepção reivindicadas pelos autores; se se trata, por exemplo, de diferenças socioeconômicas, ou de outros cortes sociais como gênero e raça/etnia, ou se o processo se encaminha para as particularidades de cada pessoa. É de fato necessário se atentar para os modos diferenciados de resposta e recepção, eles podem corresponder às diferentes conformações da ideologia, mas “se formos fundo o bastante, a diferenciação de modalidades mais finas de recepção será da mesma ordem que o número de indivíduos receptores” (Cohn, 2016, p. 253). Há, além disso, entre as dimensões da “produção” e da “recepção” — e na primeira caberia pôr em dúvida o caráter dinâmico assinalado por Biroli e Miguel (2013) com a ideia do “fluxo comunicativo” que a caracterizaria — outra dimensão, a da organização/distribuição, que, para Adorno (1963/1986), é decisiva para compreender a indústria cultural e desfazer o equívoco de tomar apenas os elementos da cultura produzidos nos moldes industriais avançados como próprios da indústria cultural. Nela são mantidas formas de produção individuais: “não se deve tomar literalmente o termo indústria [no conceito de indústria cultural]. Ele diz respeito à estandardização da própria coisa... e à racionalização das técnicas de distribuição, mas não se refere estritamente ao processo de produção” (p. 94).

A distinção entre o entendimento da relação entre mídia e política na forma de um uso instrumental (discutida na sequência) desta concepção em debate (ambas como campos autônomos) não significa que os estudos próximos desta ignorem aspectos como o “monopólio familiar” dos meios de comunicação, a oligopolização do “sistema de mídia”, e o controle de emissoras por parte de políticos (Avelar, 1992; Azevedo, 2006, 2018), mas, quando mencionados, esses aspectos tendem a ser menos decisivos ou porque são atenuados ou porque são apontados mecanismos adjacentes aptos a regulá-los. O sentido de disputa, em contraste com o de controle, é realçado, e isso parece ser uma condição para que a própria audiência entre em cena nessa disputa. É importante que se diga que também é postulado o desequilíbrio entre esses “atores” da disputa, em prejuízo para a audiência, ou público. Discute-se, por exemplo, que há um “público forte” capaz de dirigir o que se chama de “agenda pública”, ou seja, os temas preponderantes na esfera pública (Azevedo, 2006); a interação contempla o público

comum (o “eleitor comum”), mas ela é “‘estruturalmente’ assimétrica”, de modo que a capacidade deste exercer influência é reduzida (Biroli & Mantovani, 2010); há “influências recíprocas”, mas o peso predominante da grande imprensa é marcado (Biroli & Miguel, 2013). Decisivo para caracterizar essa concepção é que mídia e política se projetam de modo independente, com uma lógica intrínseca e delimitada, embora isso não impeça os movimentos de uma em relação a outra, a transferência de elementos característicos de cada uma dessas lógicas entre si e até certa instrumentalização, que será bidirecional e não eliminará ou suplantará a lógica intrínseca irredutível; como se depreende da formulação de Rubim (2001):

A mídia, ao exigir respeito às suas “*linguagens*”, indispensáveis a uma tradução e trânsito necessários ao seu espaço, pode subrepticamente exportar sua *lógica específica*, repleta de *interesses próprios*, buscando impor seu poder ao campo político. Este, na contramão, ao assimilar a “*linguagem*” da mídia, qualificando sua ocupação do ambiente eletrônico e preservando sua *lógica imanente*, pode instrumentalizar o campo das mídias, buscando submetê-lo a seu poder de decisão. (p. 179, itálicos nossos)

O desligamento do todo social é cabal, cada esfera é assumida como “imaneente”, com motivação, poder e interesses internos, mas nem isso é verdade, nem suas “linguagens” ou “lógicas”, por mais que tenham se especializado e se destacado, estão entregues a si mesmas: a racionalidade social determina suas funções objetivas, o todo se reproduz dentro delas e por meio delas tanto mais desenfreadamente quanto mais elas são assumidas desse modo, desligadas do todo. A partir deste ponto é possível discutir duas consequências conectadas decorrentes do enredamento nessa compreensão dos “campos” da mídia e da política autarquicamente considerados: 1) a confiança de que os mecanismos próprios do campo da mídia ou que regulem o processo de interação entre ela e a política podem superar os impasses políticos que neles se manifestam; 2) o não reconhecimento e questionamento da racionalidade da dominação social subjacente a esses âmbitos e cuja superação, embora dependa do enfrentamento dos limites que neles se manifestam e reproduzem (como a ideologia), tem seu âmago no modo de produção e reprodução social.

Há um pressuposto básico do qual provêm a confiança em uma série de aparatos regulatórios. Trata-se da noção de que uma das funções da mídia é manter o poder político sob vigilância (Avelar, 1992; Azevedo, 2006). Uma imagem, proveniente da teoria liberal do jornalismo, exprime essa função geral: a mídia como um cão de guarda (*watchdog*) do sistema político. Explícito ou não, o suposto compromisso com essa função parece ser subjacente a alguns argumentos correntes que preconizam características próprias da mídia cuja garantia seria, segundo compreendem, fundamental para a democracia. Uma delas já foi apresentada e criticada: a manutenção de um sistema de competição comercial entre os meios de comunicação (Avelar, 1992; Azevedo, 2001, 2006, 2018). Tal competição seria, afirma-se, estímulo para a

pluralidade e para uma independência, garantindo um controle mútuo dos atores políticos e minorando o uso exclusivista da mídia. Dessa proposição advêm, por exemplo, a defesa de um jornalismo independente contra um jornalismo partidário, um jornalismo de informação contra um jornalismo de opinião, ou, o que é um tanto distinto, a coexistência de uma imprensa que reflita a pluralidade partidária com a imprensa comercial. Uma sorte de exigências é postulada nessa senda: o balanceamento das informações e das coberturas midiáticas; a oferta de opiniões divergentes; uma “igualdade comunicativa” que se traduz no equilíbrio de volume, tempo e atenção às diferentes forças políticas; a existência de fontes alternativas de informação; o aumento da diversidade do conteúdo político e a preservação da qualidade da informação (Avelar, 1992; Azevedo, 2001, 2006, 2018; Feres Júnior & Sassara, 2016a)¹². Cada uma dessas exigências pode ser significativa e pôr termo aos excessos de um sistema cuja inclinação a favorecer abertamente determinadas forças políticas em detrimento de outras é conhecida, mas nenhuma delas, nem todas em conjunto, põe em questão a racionalidade do sistema em si mesma, todas se curvam diante dos contornos riscados por ele. São exigências normativas, formais, e, como tais, convenientes a uma democracia liberal na qual o central é a manutenção formal do sistema político partidário o qual, por si só, não assegura direitos sociais, a substância da democracia. Não se atina para a insuficiência do balanceamento das informações e das coberturas ou de uma oferta de opiniões díspares em uma sociedade em que a formação, por meio da qual qualquer informação ou opinião poderia ser refletida, encontra-se debilitada e universalmente nivelada na forma de semiformação ou pseudoformação (Adorno, 1959/1996); ou para o problema de uma igualdade comunicativa em uma sociedade objetivamente desigual. Como dispositivos internos ao sistema, eles, de modo algum, desconfiam de suas unidades básicas: a informação, a opinião e a objetividade. O equilíbrio almejado por aquelas exigências resigna-se, sem questionar, ao sistema da indústria cultural e parece muito afeito à disposição desta a conferir “a tudo um ar de semelhança” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 113).

A crise da democracia não é um déficit comunicativo. O limite de assim conceber seus impasses transparece em concepções tais como “igualdade comunicativa” (Azevedo, 2006, p. 105) ou que apostam em uma diversidade interna e externa dos meios de comunicação ou interpretam aspectos ligados à mídia como fatores de segurança e/ou “risco” à “saúde política” (Ribeiro, 2004, p. 29). A ideia de “saúde política” deixa transparecer a normatividade abstrata, a compreensão dos impasses como adoecimentos, desvios, que, assim, podem ser objetos de intervenções visando sua homeostase, intervenções que se fiam em aspectos no mínimo

¹² Essas exigências enumeradas não constam todas em cada uma das referências citadas, trata-se de um compilado do conteúdo desse conjunto de referências. Foram reunidas porque são semelhantes quanto ao aspecto discutido.

secundários: “A informação de qualidade e o acesso à pluralidade de opiniões são o alimento e o ar da vida democrática. Sem elas, ou fenecemos, ou permanecemos democraticamente enfermos” (Feres Júnior & Sassara, 2016a, p. 183). Pensados em termos de saúde e enfermidade, os impasses políticos insinuam que a política é um organismo sujeito a doenças, e não um sistema contraditório a ser considerado em sua racionalidade ou irracionalidade em que a determinação destas depende de sua relação com o todo social, sua base objetiva, e com aqueles aos quais deve servir como meio, a humanidade genérica e particular. Quando pensada a partir das categorias próprias de um organismo, a política tende a se converter em um fim em si mesma; como sistema, ela precisa se firmar como meio para a vida digna.

A resignação a um mesmo esquema imposto a toda cultura, contra o qual é pouco consequente a defesa de um balanceamento das coberturas e informações ou a oferta de opiniões divergentes — demandas como essas até corroboram, na verdade, a indústria cultural —, sufoca o que é diferente e tem uma lógica com potencial de contradizer a do sistema, o que desconfia da íntima afinidade desses esquemas com a dominação, por mais encoberta que ela esteja em dado momento, e se apercebe da falácia e da formalidade daquelas exigências. Tal resignação é uma paralisia diante da qual medra a dominação: “A resistência das forças boas [melhor seria dizer emancipatórias] contra as forças destrutivas paralisa-se no mundo ao ter que servir-se de armas espirituais próprias do caso do adversário” (Horkheimer, 1970, p. 166, tradução nossa). O cão até ladra, mas não é de guarda, é de caça e, portanto, afável com o senhor que o alimenta e adentra. No Brasil, sua indulgência com as forças políticas de centro e direita e sua contrariedade com a esquerda é patente (Feres Júnior & Sassara, 2016a). Quando esta cede e fomenta os esquemas da dominação, incrementa os meios que sempre estão prontos para serem usados contra si, quando, politicamente, representar reais avanços em relação à justiça social.

2.2.2 Controle político da mídia

Como mencionado anteriormente, foram 14 (36,84%) os artigos reunidos nesta categoria em relação ao total de 38. Assim como no caso anterior em que foram notados aspectos similares a uma compreensão do uso instrumental da mídia (esta em discussão), também nestes estudos constam elementos que os aproximam dos textos precedentes nos quais mídia e política são apresentadas como campos relativamente autônomos, demonstrando o caráter operacional desta divisão, que se orienta por ênfases mais pronunciadas. Noções como “campo midiático”

e “campo político” (Maly, 2020, p. 448, tradução nossa), “mundo da política” e “mundo informativo dos *medias*” e dos “*mass media* como um centro de poder independente” (Jonas & Almeida, 2004, p. 107) remontam àquela discutida autonomia dos dois campos. Alguns autores assinalam, em acordo com a capacidade da mídia intervir sobre a política, como os meios impõem sua lógica própria e indica-se, por exemplo, como as modificações no âmbito da mídia, mais especificamente da *internet* (para o exemplo a seguir), repercutiram sobre a política e levaram-na a se modificar: “Os partidos precisaram aderir, portanto, à política de signos [da *internet*] para criar e representar modos de pertencimento do cidadão” (Barros, 2017, p. 188).

Muito embora aspectos daquela concepção possam ser notados, o sentido predominante é o de uso instrumental, por parte das forças políticas (políticos e partidos, por exemplo), dos meios e recursos midiáticos. Diferentemente dos artigos anteriores nos quais sua própria concepção recebia significativa atenção na discussão e os autores se esforçavam para explicar as diferenças e os pressupostos dela, nos artigos que tratam de um uso instrumental da mídia, a própria concepção aparece enunciada de modo sintético ou pode ser claramente depreendida do movimento da discussão sem que esteja, porém, caracterizada em seus pormenores.

Fala-se de “instrumento político”, “uso dirigido” (Antunes & Maia, 2018, p. 195)¹³, “formas de controle” (p. 192) e “manipulação” (p. 196); do “controle político dos meios de comunicação” (Jonas & Almeida, 2004, p. 107), do uso político da “máquina midiática” (p. 113); e do emprego dos meios de comunicação privativos (Lima & Werneck, 2012). Os elementos midiáticos são tratados como “recursos” (Barros, 2017) ou como “instrumento[s] estratégico[s] de competição política” (Jonas & Almeida, 2004, p. 104). Meios específicos assumem o papel de ferramentas: trata-se, por exemplo, da “instrumentalização das rádios” comunitárias por parte de políticos com interesse eleitoral (Nunes, 2004, p. 70); a televisão é apresentada como “instrumento ativo de guerrilha midiática” (Jonas & Almeida, 2004, p. 111); a *internet* como “uma ferramenta para a potencialização da atuação dos partidos” (Barros, 2017, p. 188), “ferramenta de democracia eletrônica” (p. 188) ou “como mídia tática” (p. 200); discute-se como se “instrumentalizam os meios de comunicação, especialmente as redes sociais digitais” (Ortunes, Martino & Chicarino, 2019, p. 124) e as tentativas “de manipulação da opinião pública por meio da mídia social” (Recuero, 2020, p. 387).

Isso não desconsidera a menção ocasional ao papel ativo da mídia, mas os principais sujeitos desse processo pertencem, para esta concepção, à política, como nos casos a seguir: “o governante lança mão da televisão na sua disputa por hegemonia” (Almeida, 2000, p. 89); “os

¹³ Neste caso, especificamente, em relação à indústria cultural e não à mídia, como nos outros artigos.

partidos políticos tendem cada vez mais a recorrer a estratégias de sedução política pela internet...” (Barros, 2017, p. 190); “o político que controla midiaticamente o modo de ser de sua visibilidade e do seu adversário, antes mesmo da campanha eleitoral, tem maiores chances de ter sucesso na competição política” (Jonas & Almeida, 2004, p. 108); a “instrumentalização eleitoral radiofônica é a utilização da rádio comunitária com propósitos individuais deliberados de caráter político-partidário, comercial ou religioso” (Nunes, 2004, p. 71). Evidencia-se uma lógica de controle e manipulação na qual a mídia é um meio empregado para fins políticos; a formulação de Amaral e Pinho (2018) é um epítome dessa concepção:

O foco deste trabalho, portanto, é a apropriação para fins políticos que os parlamentares estão fazendo do *Twitter* no período eleitoral, compreendendo aqui o agente político como o protagonista desta relação e não a tecnologia como capaz de promover per se as mudanças na cultura política brasileira. Desta forma, diferentes apropriações são esperadas por diferentes atores políticos. (p. 468)

A ideia das “diferentes apropriações” consoantes aos “diferentes atores políticos”, não é do mesmo calibre que aquela diversidade acentuada por alguns estudos discutidos na seção anterior, não se trata de um pressuposto teórico fundamental, está vinculada à questão específica do artigo, trata-se apenas da constatação feita pelos autores de que haveria três perfis de uso da rede social discutida por eles que se diferencia conforme a situação do político em questão: se se quer eleger, se está em mandato ou se quer afastar-se da política. Assume, ela sim, o caráter de uma contundente proposição a negação à tecnologia (aparentemente como sinônimo de técnica) do poder de produzir mudanças políticas por si mesma.

Ao evidenciar a (in)gerência política sobre os meios de comunicação, os artigos que representam essa concepção mantêm em vista — conquanto nem sempre o enuncie ou desenvolva (e isto é um limite) — o liame entre a técnica e a sociedade, o poder econômico exercido politicamente, contrapondo-se ao pendor da técnica enquanto ideologia, a ideologia da racionalidade técnica (Crochík, 1999a), de apresentar-se como uma força solta no mundo, sem senhor. Se a técnica é “tão democrática quanto o sistema econômico com o qual se desenvolve” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 20), constatar o poderio exercido sobre ela por parte de forças restritas é uma dupla acusação: contra a aferrada dominação econômica e contra o autoritarismo político, ambos se coligam.

A recusa aos modelos tidos como simplistas, observada na concepção debatida anteriormente, sua reserva com relação ao controle e à manipulação encontraria uma justificativa legítima se se apercesse de formas tácitas de dominação, às quais correspondem funções subtis da ideologia, formas em que o domínio se dilui pelo sistema inteiro, desprega-se de conteúdos específicos e esfuma os contornos daqueles que, como grupo ou classe, estavam (e estão) encarregados do domínio direto, formas que, de fato, escapam às concepções para as

quais os agentes e o propósito de dominação aparecem sempre de modo definido. Mas as conclusões dos modelos insistentes na “complexidade”, embora provem influências discretas que não são de modo algum desimportantes, tendem a não as interpretar em relação à totalidade social, fundeadas que estão em unidades como o voto e apegadas aos ordenamentos formais da política e da realidade como um todo. Não levam em consideração a dominação social nem a ideologia, conquanto sejam capazes de atestar de maneira perspicaz como, por exemplo, forças políticas de direita são favorecidas pela cobertura da mídia, mesmo quando não são essas forças que vencem o pleito eleitoral. Enquanto, porém, aquela concepção mantém o decreto teórico contrário aos modelos ditos simplistas, ela ignora — ou subestima — que coexistem com as formas tácitas de dominação formas diretas e funções da ideologia correspondentes a ambas. Essas formas diretas são objeto destes estudos sobre a instrumentalização política da mídia.

A comprovação de que, no Brasil, os meios de comunicação se convertem, com frequência e gravidade, em instrumentos declarados de setores — não raro até de pessoas — com poder político e econômico constata o autoritarismo. O controle despótico de parte considerável dos meios técnicos de comunicação atesta, nesse caso, a concentração e a desigualdade econômicas e o quão pouco democrática é a sociedade brasileira. Um atestado, e não, uma explicação; frisa-se para evitar a conclusão de que a reversão desse controle despótico coincidiria com a superação da desigualdade e concentração econômicas e a conquista de uma democracia substantiva. Como afirmado, a indústria cultural é um setor dependente diante de outros setores da economia e, portanto, a concentração de meios técnicos de comunicação deve ser considerada à luz da concentração dos meios de produção como um todo e das relações capitalistas de produção. Aquela comprovação não é, necessariamente, uma simplificação da realidade, mas um testemunho de sua crueza. Situado no processo social brasileiro, o domínio direto por camarilhas que tem consideráveis manifestações na usança dos meios de comunicação é um sedimento objetivo imprescindível para ser observado naquela tarefa de reconstrução do “desenvolvimento que conduziu” às “transformações históricas da ideologia” (Horkheimer & Adorno, 1958/1976, p. 192). Representa um traço histórico ao mesmo tempo sedimentado e dinâmico desse desenvolvimento. Sedimentado porque revela a permanência e reposição do poder de antigas oligarquias; dinâmico porque a manutenção desse poder ocorre também no “recente” âmbito da indústria cultural — o que não elide as bases anteriores: a propriedade da terra e a disposição sobre meios de coerção direta ou indireta.

Algo dessas mutações do poder, dessas mutações da dominação — e com essa expressão pretende-se designar a continuidade do poder como dominação e a variabilidade que ele pode apresentar historicamente quanto, por exemplo, aos meios pelos quais é exercido —,

correspondente à coexistência de formas diversas da ideologia, talvez possa ser vislumbrado em proposições como a de Almeida (2000) ao indicar que, ao lançar mão da televisão (o meio específico discutido pelo autor), o governante pode fazê-lo de diferentes modos: “Este ‘lançar mão’ pode significar controle direto do meio... ou aproveitamento, por oportuno, de narrativas que contribuam para construir no imaginário coletivo imagens que reforcem interesses estratégicos...” (p. 89). Similar é o entendimento de Nunes (2004) que, ao analisar estratégias de “instrumentalização eleitoral radiofônica”, trata de uma “instrumentalização direta”, uma “instrumentalização indireta” e uma “instrumentalização subliminar” (p. 71). A primeira diz respeito à veiculação dos conteúdos associados diretamente aos políticos favorecidos (seu nome e objetivos); a segunda “aparentemente casual e descompromissada” (p. 71) consiste na divulgação de obras desses políticos; a terceira não enfoca “interesses econômicos e políticos partidários”, e sim tem por base o “potencial aglutinador e mobilizador” (p. 71) do meio em questão, o rádio. Esta instrumentalização é, de modo arguto, considerada pela autora “a mais significativa” (p. 71). Feitas as devidas ressalvas quanto às ideias de “imaginário coletivo” (Almeida, 2000) e “subliminar” (Nunes, 2004) — cujas limitações estão em ambos os casos associadas a uma carência do entendimento acerca das marcas psicológicas desses processos, característica dos estudos do levantamento como um todo, como assinalado —, essas formulações estão abertas para a compreensão do poder e da ideologia em formações distintas.

É, todavia, no conceito de *coronelismo eletrônico* que as transformações históricas da ideologia no Brasil, as continuidades e modificações do poder, ganham aguda expressão neste conjunto de estudos. Tal conceito — se não for tomado como uma mera substituição do antigo coronelismo, mas, sim, demonstrar que este também está contido nele — designa a sobrevivência de organizações arcaicas de concentração do poder no seio de uma democracia, explicita o vínculo entre os novos meios de controle e os meios basilares da dominação e condensa teoricamente formas de coerção direta com a ideologia e o poder indireto.

O conceito de coronelismo eletrônico é discutido por Nunes (2004) e por Jonas e Almeida (2004), além de sua menção por Azevedo (2006), um dos estudos nos quais sobressaiu a concepção da mídia e da política como campos autônomos; concepção para qual o principal problema não é perceber distinções entre esses dois âmbitos, como pode sugerir sua denominação, mas deixar que essa distinção obnubile a totalidade social.

Nunes (2004) entende o coronelismo como

a relação entre os coronéis locais, líderes das oligarquias regionais, que buscavam tirar proveito do poder público no século XIX e início do século XX. Hoje [de acordo com a autora] não há como deixar de associar esse termo aos atuais impérios de comunicação mantidos por chefes políticos oligárquicos, que têm, inclusive, forte influência nacional. O compadrio, a patronagem, o clientelismo e o patrimonialismo

ganharam, assim, no Brasil, a companhia dos mais sofisticados meios de extensão do poder da fala até então inventados pelo homem: o rádio e a televisão. (p. 69)

Os fenômenos relacionados ao que a autora também nomeia, alinhada à tendência geral, como mídia e este trabalho discute em termos da indústria cultural — não por mera preferência conceitual, pois os termos não são equivalentes, mas porque a compreensão do objeto não ganha em nada com a decisão de descartar, por princípio, o que se apega ao conceito de mídia, bem como não ganha com o apego ao conceito de indústria cultural —, são considerados histórica e socialmente. Para além do sentido de uma “associação”, de uma metáfora, no coronelismo eletrônico os meios de comunicação retornam à posição de meios aos quais se somam outros meios e deixam de se projetar com aquela desmesurada autonomia. Isso não é o mesmo que a indústria cultural como sistema para a qual os meios não adquirem importância por serem os “mais sofisticados” e nem podem ser destacados uns em relação aos outros se se pretende compreender o efeito do sistema como um todo, mas destitui o caráter de roda viva investido nos meios particulares e na mídia como um todo por alguns estudos. Jonas e Almeida (2004), em um estudo sobre mídia e dominação política na Bahia, exprimem a qualidade de mascaramento do poder na qual consiste a mídia — a um passo de constatar sua função de ideologia como duplicação e ratificação da realidade — e desmascaram a crença no potencial disruptivo para o poder que o avanço da mídia sugeria para alguns, que, por certo, observaram as potencialidades reais que os meios traziam, porém, perderam de vista a sociedade atada em que esses meios avançavam. Jonas e Almeida (2004) afirmam que

na maioria dos estados do Nordeste, uma grande quantidade de políticos adquiriu empresas de comunicação, com o objetivo de transformá-las em instrumentos de competição política, com vistas a ajustarem-se à mudança na sociabilidade política. Deste modo, e embora a política e a competição eleitoral tenham assumido uma forma midiática, a velha oligarquia baiana, herdeira dos coronéis, não se desmanchou no ar; pelo contrário, ela se redefiniu sob uma “máscara midiática”. Em outros termos, acreditava-se que a popularização da mídia, sobretudo da televisão, produziria uma desordem oligárquica na Bahia, devido às características de visibilidade radical, grande espetacularidade etc. Contudo, aconteceu que os políticos representantes da velha ordem revelaram-se hábeis interpretadores da realidade em mutação, já que através do uso competente da mídia como apoio à atividade política, eles lograram congelar a competição política no Estado. (p. 108)

É provável que nessa compreensão também sobreviva um excesso personalista avizinado com uma explicação psicológica da história e as maquinações e decisões de mentes individuais “hábeis” e “competentes” superponham as reorganizações objetivas, socialmente determinadas, que devem ser o fundamento da compreensão. As críticas à “socialização política” também precisam ser resgatadas aqui, mas nessa formulação, a “comunicação” não é desvencilhada de seu caráter comercial, como empresa, e reafirma a junção entre poder econômico e poder político com a finalidade de dominação.

Dos aspectos centrais da concepção do controle político da mídia cabe retomar a compreensão de Amaral e Pinho (2018) de que a técnica não é capaz, por si mesma, de promover mudanças políticas — o autor utiliza o termo tecnologia, mas, segundo o contexto, seu sentido é equivalente ao de técnica ou pelo menos não pressupõe uma diferença entre uma e outra, como diferencia Marcuse (1941/1999). Assim considerada, reclama-se que a técnica seja tomada em sua posição social, econômica e política, pois, a “técnica, por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo” (p. 74). A mais marcante característica dos estudos que enfatizam a instrumentalização política dos meios de comunicação é a consideração pela posição social dos meios de comunicação, sua função na sociedade, mesmo quando pensada apenas em particularidades específicas (também há poucas referências ao capitalismo). Os impactos da mídia não assumem a aparência de um efeito endógeno à própria mídia.

2.3 Modificações midiáticas e modificações políticas

Duas posições sobre possíveis mudanças políticas decorrentes de modificações midiáticas puderam ser identificadas com clareza. Há a inclinação, mais comum, de partir, por princípio, de que modificações na mídia, como, por exemplo, a introdução de um novo meio, como a TV ou a *internet*, repercutiram profundamente na política, alterando-a. Menos comum, mas importante, é a reticência a aceitar certas modificações na política como resultantes da mídia, posição que não implicou, nos dois artigos em que se manifestou, em um fechamento para a possibilidade de haver mudanças, embora os autores não concordem com aquelas mais aludidas.

As proposições mais drásticas e abrangentes admitem como modificação a formação de “sociedades midiáticas” (Ribeiro, 2004); a “mídiatização da política” (Barros, 2017, p. 189); a emergência de um novo tipo de eleitorado — o “eleitor flutuante” (Barros, 2017, p. 189) ou o eleitorado “como público” (Azevedo, 2001, p. 186); e conformações peculiares de democracia — a “democracia eletrônica” ou a “democracia do público” (Ribeiro, 2004; Bezerra & Mundim, 2011; Barros, 2017). Sobre tais proposições, cujo exame detido é necessário, limita-se neste trabalho à indicação de como as mudanças nos meios técnicos de comunicação transbordam para outros âmbitos da realidade e passam a ser consideradas o princípio ordenador dela. Isso é sintetizado de modo exemplar na tese de Ribeiro (2004) segundo a qual a televisão seria um “instrumento antropogenético” (p. 27). A um meio técnico circunscrito é atribuída a

propriedade de produzir novas formas antropológicas, mas, como observou Marcuse (1941/1999), as mudanças na racionalidade social e nos padrões de individualidade que acompanharam o processo tecnológico não são efeitos da técnica, da maquinaria, sobre as pessoas, são, na verdade, fatores determinantes da forma de desenvolvimento observada, ou seja, são condições desse desenvolvimento tecnológico.

Afirmar que a técnica produziu modificações subjetivas é muito diferente de afirmar que a sociedade favoreceu componentes subjetivos, mesmo regressões, afinados com a racionalidade técnica, componentes e regressões sobre os quais tal racionalidade progrediu. Se houver algum remodelamento do eleitorado, ele não é um produto de uma lógica midiática que se imprimiu sobre os eleitores organizando-os como um público, uma audiência, de modo que não expressem, mas apenas respondam e reajam aos termos propostos pelos candidatos “no palco da política”, que é como se define o “eleitorado como público” (Ribeiro, 2004, p. 35). Cumpriria, na verdade, analisar como a organização social favorece atitudes mais reativas, mais respondentes; parece altamente duvidoso pensar nas modificações formuladas daquele modo. No exemplo do “eleitorado como público”, o eleitorado apresenta-se como uma unidade social característica, definida e fundamental (no sentido de basilar), algo que ele não é — trata-se propriamente de uma formação em função de um acontecimento político delimitado, as eleições —, e os traços a ele atribuídos, a reatividade e a não expressão, são por demais difundidos para caracterizar tão especificamente esse componente político restrito, o eleitorado.

Proposições menos abrangentes tratam de modificações tais como o declínio da exclusividade dos formadores de opinião clássicos facultado pela disseminação da condição das pessoas como produtoras de conteúdo (Bezerra & Mundim, 2011); a emergência de novos formatos políticos, no sentido de novos ordenamentos para os acontecimentos políticos, como configurações diferenciadas das eleições (Ribeiro, 2004); e a preferência por candidatos com “imagem ‘televisiva’” (Avelar, 1992, p. 46). Dentre as mais mencionadas alterações estão a menor participação dos eleitores no espaço público e o conseqüente deslocamento do centro das campanhas políticas da rua para outros âmbitos, como a TV (Avelar, 1992; Ribeiro, 2004; Barros, 2017). Acompanha essa mudança, a suposição da suplantação, em importância, do partido por parte do candidato, de modo personalista (Avelar, 1992; Azevedo, 2001; Ribeiro, 2004; Barros, 2017). Miguel (2003) indica que “os meios de comunicação... absorvem funções de expressão de demandas públicas que antes pertenciam aos partidos” (p. 120) e Ribeiro (2004) explica o declínio da função partidária por meio dos impactos tecnológicos:

A evolução tecnológica e a difusão maciça dos meios de massa, especialmente da televisão, abriu as portas a uma relação imediata entre políticos e eleitores,

prescindindo da mediação partidária e tornando viável o sucesso de políticos sem nenhum respaldo partidário, mas com forte presença nos meios de massa. (p. 30)

Além da verificação do quanto é lugar comum assumir como explicação o progresso técnico, de modo que as características assumidas pelos fenômenos parecem estar inscritas nele — o que termina por tornar intrínsecas à técnica e seu progresso tais características, tomando com certa naturalidade e irreversibilidade esses processos sociais e impedindo de conceber outras potencialidades, mesmo emancipatórias, em direção as quais a técnica pode ser orientada —, ao estabelecer que a difusão dos meios de comunicação de massa e a “evolução tecnológica” dispensou a mediação partidária, Ribeiro (2004) conclui, de modo impreciso, que se oportuniza uma “relação imediata entre políticos e eleitores”. Em verdade, sob o poder da indústria cultural, a relação é mais diretamente mediada pela racionalidade social, embora o partido não estivesse de modo algum fora dela ou fosse capaz, por si só, de pôr termo a ela. O destaque para a formulação de Ribeiro (2004) justifica-se na medida em que torna evidente os já assinalados prejuízos para a compreensão do objeto em função da ausência, ou debilidade, de conceitos como mediação social, ideologia e indústria cultural. Se a indústria cultural e sua função como ideologia e como veiculadora de ideologia entram em consideração —, e não os “meios de massa”, os quais comparecem naquela formulação quase como uma entidade social ocupante de um posto —, a mediação pode reaver seu conteúdo crítico ao invés de confundir-se com a aparência social, a inverdade objetiva de que não há mediação.

Contra a compreensão de que essas principais modificações ligadas à personalização política devem ser creditadas à mídia, Miguel (2004b) busca na própria organização do sistema eleitoral uma explicação para o caso do Brasil:

o Brasil adota o sistema de representação proporcional com listas abertas; um dos efeitos de tal sistema, amplamente anotado pela literatura, é o estímulo à competição intrapartidária nas eleições legislativas. Cada candidato, assim, possui seu próprio comitê, sua própria campanha e seus próprios apoiadores; precisa se diferenciar de todos os seus concorrentes, aí incluídos os próprios correligionários. Ou seja: a personalização da política, no Brasil, é efeito do próprio sistema eleitoral. Aos meios de comunicação de massa caberia, quando muito, um papel secundário. (p. 104)

Amaral e Pinho (2018) se referem ao personalismo e também são refratários a assumir que os meios de comunicação foram capazes de promover modificações na “cultura política”:

o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias de comunicação mostram que, quando o rádio ou a televisão foram adotados, houve uma reprodução dos padrões anteriores de relacionamento político. Apesar de não serem mídias do tipo *broadcasting*, as novas ferramentas de comunicação e interação da internet não parecem ser suficientemente importantes para promover a mudança na cultura política de políticos e cidadãos. (p. 468)

Portanto, uma das posições preconiza modificações na política de sentido questionável — ou porque são profundas demais para serem devidas às modificações técnicas, ou porque encontram motivos mais decisivos noutros âmbitos — e a outra posição se opõe a aceitar as

modificações mais alardeadas. Isto não significa que, para os estudos, seja forçoso concluir pela não existência de modificações importantes. Dentre as proposições identificadas sobre essa questão das modificações constam dois aspectos que parecem ter se tornado centrais na avaliação dos efeitos da mídia sobre a política, dada sua recorrência. Eles assumem formulações diferentes, mas dizem respeito aos mesmos dois conceitos que estão, em geral, vinculados: o *poder de agenda* e o *enquadramento*. Trata-se do “poder de pessoas da mídia na seleção de candidatos e temas” (Avelar, 1992, p. 46); a “forte e abrangente capacidade [da mídia] de produzir sentidos e significados para questões em disputa” (Ferla et al., 2017, p. 1130); seu “papel crucial na formação da agenda pública” (Miguel, 2003, p. 120); a “disseminação de determinados enquadramentos” para as questões da agenda pública (p. 120); a imposição de uma “agenda temática da mídia” sobre a discussão política (Miguel, 2004a, p. 256). A centralidade desses aspectos exige que sejam discutidos de modo pormenorizado, a seguir.

2.3.1 Os efeitos de agendamento e enquadramento

Quando, na discussão dos dados do levantamento bibliográfico geral, foi apresentada a hipótese de que um conjunto restrito de categorias enforma os estudos do *corpus* sobre mídia e política tinha-se em mente a ênfase dos trabalhos no poder de agenda e no enquadramento. Cerca de dois terços do subconjunto de 38 artigos respaldam suas discussões nessas duas noções¹⁴. O poder de agenda e o enquadramento são os mais proeminentes efeitos atribuídos à mídia em relação à política. Há outros efeitos discutidos pelos autores, no entanto, a centralidade conferida a essas categorias, sua plausível propriedade tendo em vista o material a ser analisado neste trabalho e possíveis considerações críticas sobre elas a partir do referencial desta pesquisa e de algumas de suas categorias — como indústria cultural, ideologia, esquematismo, consciência reificada e mentalidade do *ticket* — justificam a atenção a elas.

Nos artigos, a formulação teórica da função de agendamento, ou *agenda-setting*, é referida aos autores Maxwell McCombs e Donald Shaw. Cita-se, em especial, o texto de 1972

¹⁴ Esse valor corresponde ao total de 25 artigos. Quinze se referem aos dois conceitos, articulando-os: Azevedo (2001, 2018); Rubim (2001); Jonas e Almeida (2004); Miguel (2004a, 2004b); Ribeiro (2004); Biroli e Mantovani (2010); Motta e Alencar (2011); Mundim (2012); Nunomura (2013); Biroli e Miguel (2013); Mota e Biroli (2014); Barros (2017); Ferla et al. (2017); Maly (2020). Sete se referem apenas ao conceito de agendamento (em relação aos dois conceitos em discussão, e não no geral): Avelar (1992); Nunes (2004); Azevedo (2006); Finamore e Carvalho (2006); Mundim (2014); Feres Júnior e Sassara (2016b); Ortunes, Martino e Chicarino (2019). Três se referem apenas ao conceito de enquadramento: Lima e Werneck (2012); Biroli e Miguel (2013) e Recuero (2020).

The agenda-setting function of mass media [A função de agendamento dos meios de comunicação de massa]. Já o efeito de enquadramento, ou *framing effect*, é remetido aos estudos de Erving Goffman de 1974, *Frame analysis: an essay on the organization of experience* [Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise]. As considerações subsequentes baseiam-se, entretanto, nas definições e reflexões dos autores dos artigos reunidos no levantamento bibliográfico. Se esse proceder carrega os limites consideráveis de não buscar a fonte das ideias, ele proporciona, em contrapartida, a possibilidade de acompanhar o desdobramento delas e sua operacionalização.

Se observado na discussão anterior, a respeito das modificações na mídia e impactos na política, que, na verdade, são poucos os estudos categóricos ao afirmar mudanças políticas decisivas resultantes das transformações midiáticas¹⁵, entende-se isso como um sinal da dificuldade dos autores em estabelecer em que sentido o que eles denominam como mídia influencia, em seus termos, a política. É provável que essa dificuldade seja ainda maior para aqueles que, como visto, desaprovam, por um lado, tratar do tema a partir das noções de controle e manipulação e defendem o caráter ativo da recepção social e, por outro lado, rejeitam compreensões fundamentadas em um transbordamento do poder midiático. Afirma-se que “a influência dos meios de comunicação de massa nas atitudes políticas e no comportamento eleitoral é difusa e de difícil verificação empírica” (Azevedo, 2001, p. 183). O predomínio das noções de agendamento e enquadramento pode ser compreendido a partir disso. Elas respondem à problemática de verificar os efeitos sem pressupor o controle ostensivo, sem supor os receptores como indefesos e esquivando-se, ao menos formalmente, da concessão desmedida de domínio à mídia — formalmente porque, como indicado, observa-se, ao mesmo tempo, a concepção da mídia como uma entidade autárquica.

Os efeitos de agendamento e enquadramento parecem se complementar e são comumente apresentados juntos:

Ao selecionar acontecimentos, personagens, avaliar e criticar idéias e comportamentos ou simplesmente transmitir notícias, a mídia termina configurando temas e hierarquizando questões ao mesmo tempo em que produz enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis. Esta capacidade de selecionar e enquadrar os acontecimentos e oferecer uma interpretação sobre eles expressa um poder de agenda capaz de potencialmente transformar a mídia, em determinados momentos, num influente e, às vezes, até mesmo no principal ator político... (Azevedo, 2001, p. 184)

Embora seja apresentada, no primeiro momento, quase como uma consequência acidental da rotina produtiva midiática com o “termina”, a configuração de temas e a hierarquização das questões importantes é o agendamento. Acompanha-o a produção de enquadramentos, uma

¹⁵ Embora essa tendência seja a mais frequente entre as observadas, corresponde a um pequeno número de artigos.

espécie de contextualização, de delimitação interpretativa, resumida, no excerto anterior, pela díade “enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis”. O impacto político está, conforme essa proposição, relacionado ao alcance desses efeitos sobre a opinião pública, cuja “estrutura temática [é] configurada pela mídia” (Azevedo, 2001, p. 184). A essa definição o autor acresce:

... (1) a mídia ao cobrir determinados assuntos e ignorar outros e ao usar determinados enquadramentos constrói uma representação da realidade; (2) a mídia não influencia necessariamente o comportamento do indivíduo sobre um assunto ou questão, mas delimita o conjunto de temas sobre os quais o indivíduo deve pensar e ter uma opinião; (3) a mídia, ao hierarquizar os temas, estabelece prioridades temáticas tanto para os jornalistas quanto para o consumidor de informações e o eleitor. (Azevedo, 2001, pp. 184-185)

Nota-se que os conceitos cobrem vários pontos e “atores” do que é chamado, por outro trabalho, de fluxo comunicativo: a produção e organização do conteúdo — pois implica o que é apresentado (delimitação do conjunto de temas) e o modo como é apresentado (escolha do que cobrir e do que ignorar e hierarquização) —; a recepção (definição dos temas sobre os quais os indivíduos opinarão e pensarão); e os diferentes participantes do processo (o jornalista, o consumidor de informações e o eleitor). Os efeitos visam, sobretudo, a dimensão cognitiva, afinal, trata-se da construção de “uma representação da realidade”, mas sobre o “comportamento do indivíduo” marca-se o caráter limitado da influência evitando, assim, recair nas concepções sobre manipulação, sobre o indivíduo teleguiado, e garantindo uma margem em relação à qual o que é recebido pode, ou não, converter-se em uma atitude.

É significativo que Azevedo (2001) derive e legitime, a partir do reconhecimento do poder de agenda da mídia a “exigência normativa de uma imprensa independente”, livre de “grupos de interesse” partidários, eleitorais e econômicos e capaz de “informar com a maior objetividade possível” (p. 185). A objetividade informativa — neste caso um ideal assumidamente afeito aquele pressuposto liberal da concorrência na oferta do mercado de informações — suprimiria o efeito de agendamento ou pelo menos, depreende-se, aqueles agendamentos partidária, eleitoral e economicamente interessados. Para esta concepção, portanto, os agendamentos midiáticos parecem ser considerados deletérios na medida em que a ele imiscuem-se a subjetividade e os interesses de grupos delimitados, e não uma racionalidade objetiva que medeia o todo social, embora tenha, de fato, seus grupos representantes. O autor defende, no sentido daquela objetividade, a credibilidade, a profissionalização, os compromissos da prestação de serviços, enfim, a “adoção da lógica empresarial” (p. 189).

De maneira lacônica — e antes das discussões sobre agendamento e enquadramento — Horkheimer (1972/1986)¹⁶ não apenas já havia sugerido o efeito que o ordenamento dos acontecimentos tem, como manifestava que tal efeito não dependia da “boa vontade” daqueles envolvidos nos meios de comunicação de massa nem do compromisso com a facticidade: “A ordem e a seleção das notícias exercem sua influência, mesmo que em si sejam corretas” (p. 73, tradução nossa). Sugerindo, portanto, a presença de uma racionalidade objetiva, sobre a qual não são efetivas a “integridade de intenções, a boa vontade” (p. 73, tradução nossa), e certamente nem mesmo as “exigências normativas” (Azevedo, 2001, p. 185).

O agendamento é aproximado por Azevedo (2001) da tematização — um conceito retirado da sociologia de Niklas Luhmann. Ao “escolher um número limitado de assuntos e acontecimentos”, afirma aquele autor, “a mídia operacionaliza uma redução temática cuja função sociológica fundamental é a simplificação da complexidade social dos temas que são introduzidos, de forma contingente, na opinião pública” (p. 184). O regular apelo à “complexidade social”, notado noutros momentos, justifica a suspeita de que ela, considerada o motivo, seja, na prática, parte da ideologia desses processos. Não porque eles sejam óbvios, mas porque tal complexidade soa, por vezes, como um pretexto, revestindo a organização social com um hermetismo auto evidente incontornável e, ao mesmo tempo, tentando tornar natural a posição daqueles que, diante da sociedade, não podem devassar o fechamento dela; é como se toda a realidade — afinal, produzida pela humanidade, sem ou com consciência — atingisse um estágio além do alcance da compreensão da própria humanidade, mas não é feita a pergunta acerca da regressão do entendimento socialmente subsidiada. Por tudo isso, uma tal compreensão parece feita na medida da alienação material ao não a denunciar e não questionar o processo de reificação da consciência que é seu correlato. Com isso também corrobora a ideia de que a introdução de “temas” na “opinião pública” é operacionalizada “de forma contingente”, ou seja, de modo fortuito ou eventual, encobrindo sua determinação.

Em outras definições, inclusive do mesmo autor, esse sentido casual é modificado, passa a ser ativo e assertivo: “enquadrar é o processo de selecionar aspectos da realidade e torná-los mais salientes para produzir uma definição ou interpretação particular de um problema ou

¹⁶ O texto citado de Horkheimer (1972/1986) consta no livro *Sociedad en transición: estudios de filosofía social*, originalmente publicado em 1972. Porém, o texto referenciado, intitulado *Poder y consciencia*, contém uma indicação da data em que foi escrito: 1962. Destaca-se essa informação porque a argumentação pretende marcar a antecipação, no sentido temporal, da discussão que aparecerá posteriormente como agendamento e enquadramento e, como visto, o texto fundamental para o agendamento data de 1972. Mas a antecipação é ainda mais anterior, como a argumentação fundamentada principalmente no ensaio *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, escrito por Horkheimer e Adorno no início da década de 1940, tenciona demonstrar.

questão moral” (Azevedo, 2018, p. 273). Os dois efeitos, agendamento e enquadramento, são tratados como poderes característicos da mídia:

a mídia tem grande poder de agenda ao selecionar e hierarquizar notícias e estabelecer enquadramentos e narrativas sobre fatos, acontecimentos e personagens. Como lembrou Cohen (1963, p. 120), a imprensa pode não ser eficaz em dizer como se deve pensar, porém tem grande capacidade em sugerir o que pensar. Ou seja, de tematizar e colocar, no centro da atenção pública, questões sobre as quais fornece também análises e interpretações produzidas a partir de enquadramentos narrativos. (p. 271)

Contraditoriamente aponta-se que a mídia não é tão eficaz em dizer como se deve pensar, embora seja indicado que ela forneça “análises e interpretações” sobre as questões com base em “enquadramentos narrativos”. É provável que, subjacente a essa contradição, esteja a reatividade às concepções sobre manipulação, a recusa a asseverar que as pessoas pensam exatamente como ordena a mídia, cujo papel principal é formulado, na passagem supracitada, em termos de um mais ameno, embora crucial, “sugerir o que pensar”. Mesmo assim, ainda se encontra presente, por meio do conceito de enquadramento, a constatação de que análises e interpretações são produzidas pela mídia.

Tem sua relevância o fato de que, segundo as definições apresentadas pelos autores em geral, os conceitos de agendamento e enquadramento tendam a estar referidos, respectivamente, ao “que” (o tema, o conteúdo) e ao “como” (a interpretação, o sentido), além de ser expressivo que, na maioria das vezes, eles sejam apresentados juntos ou tomados um pelo outro, mas, em outros momentos, o que é agendado pareça ser mais importante em relação a como o tema deve ser pensado, insinuando, de modo sutil, uma maior importância do agendamento em relação ao enquadramento¹⁷. Sem que os autores se apercebam disso — e cabe ressaltar que eles não citam os estudos da Teoria Crítica da Sociedade —, a unidade que desponta, voluntária ou involuntariamente, entre o “que” e o “como” dos conceitos de agendamento e enquadramento remete à acomodação entre conteúdo e forma tal como ocorre na indústria cultural, formulada muito antes por Horkheimer e Adorno (1947/1985). Na indústria cultural essa acomodação ocorre no âmbito do idioma. O idioma da indústria cultural é o sucedâneo do estilo das obras de arte, ele se coloca no lugar dele e se faz passar por ele; trata-se, porém, de uma “estilização” como “obrigatoriedade universal” (p. 121), uma “tradução estereotipada de tudo, até do que não foi pensado, no esquema da reprodutibilidade mecânica [que] supera em rigor e valor todo verdadeiro estilo” (p. 120). O ideal desse idioma é a naturalidade, medida do mundo existente, o que o faz coincidir com o alardeado ideal de objetividade e com a ideologia como duplicação da realidade — o ultrarrealismo, ou hiper-realismo, da ideologia da racionalidade técnica

¹⁷ Afirmação para a qual pode ser argumento o conteúdo da nota 14, na qual a maior frequência de menção do conceito de agendamento em comparação com o de enquadramento pode ser depreendida.

(Crochík, 1999a). Apesar do que sugere o fato de ser uma obrigação e um esquema, o idioma não tem como resultado uma extrusão daquilo que o obedece, não deixa marcas grosseiras de algo imposto de fora e de cima, ele aparece como a linguagem mais adequada e natural, ele

tem a ver com nuances tão finas que elas quase alcançam a sutileza dos meios de uma obra de vanguarda, graças à qual esta, ao contrário daquelas, serve à verdade. A capacidade rara de satisfazer minuciosamente as exigências do idioma da naturalidade em todos os setores da indústria cultural torna-se o padrão da competência. *O que e como o dizem* deve ser controlável pela linguagem cotidiana, como no positivismo lógico. (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 121, itálicos nossos)

O “que” e o “como” perdem a tensão interna dentro do idioma da indústria cultural. O apeço ao “tema”, percebido no conceito de agendamento, é um apego aos resíduos em liquidação — segundo Horkheimer e Adorno (1947/1985), a “estrutura temática” dos produtos da indústria cultural “desmorona na medida em que exige o pensamento” (p. 128). Esse apeço corresponde àquela indicada tendência à ênfase no conteúdo e ignora que a “sugestão” sobre o que pensar não está despregada de como pensar. Se algo pode apontar para as pessoas, de modo restritivo, os aspectos da realidade para os quais elas devem olhar, já está implicado nisso a mutilação da reflexão autônoma; a reflexão autônoma é condição para que o pensamento não se submeta a modos de (ir)reflexão socialmente aprovados, reificados.

A coincidência entre a indústria cultural e alguns aspectos dos conceitos de agendamento e enquadramento não sanciona sem restrições os últimos, pois os aspectos do objeto que nestes conceitos se revelam sem ser reflexionados e, às vezes, à revelia dos autores que os usam (como nas contradições citadas anteriormente), foram observados e constituiriam matéria de reflexão dos frankfurtianos. Há outras correspondências; elas serão apontadas e discutidas. O objetivo desse exercício não é declarar o potencial dos conceitos de agendamento e enquadramento, e sim remeter alguns processos por eles descritos aos elementos da indústria cultural. Nesta, tais processos são vistos à luz da crítica social, sentido fulcral que os escapa. Desse confronto, pretende-se demonstrar a insuficiência compreensiva de tais conceitos, amplamente difundidos, por seu alheamento à teoria social e ao entendimento dos processos subjetivos imbricados nos fenômenos que designam. A esse objetivo alia-se a intenção de apresentar e justificar as proposições teóricas, as categorias e mesmo os procedimentos desta pesquisa.

Referindo-se ao enquadramento, Barros (2017) afirma que

grande parte do conhecimento e da experiência vividos pelas audiências acerca de assuntos de relevância social, política, econômica e cultural passa, necessariamente, pelo enquadramento das mídias, que se tornaram fonte primordial de informação. “As mídias traduzem e formam as percepções que as pessoas não experimentam diretamente” (SCHMIDT, 2003, p. 69). (Barros, 2017, p. 189)

A discussão acerca da importante dimensão perceptual do enquadramento não recebe aprofundamento significativo pelo autor. Todavia, a alusão a ela introduz outra dimensão no

fenômeno, além da dimensão cognitiva já encontrada nas formulações de Azevedo (2001). Também é importante a menção ao conhecimento e à experiência, muito embora seja um excesso interpretativo entender que o autor quisesse tratar com tais termos sobre o conhecimento enquanto reflexão crítica em compromisso com a emancipação e a experiência como contato sensível e reflexivo com a realidade, base da formação. Por justiça ao autor daquele texto e a este trabalho e seus referenciais é necessário demarcar essas diferenças. Os “sujeitos” do conhecimento e da experiência manifestam-se em Barros (2017) como “as audiências” e ambos, conhecimento e experiência, estão ligados aos “assuntos de relevância social, política, econômica e cultural” comprovando o quanto essa reflexão toma de empréstimo os próprios cacoetes da mídia (o disfarce da indústria cultural) para a qual a realidade aparece como fragmentada em “assuntos de relevância”. Entretanto a crítica à indústria cultural requer a negação de seus esquemas presentes no próprio conhecimento.

Relevância e irrelevância obedecem à métrica da indústria cultural, elas parecem tanto mais prontamente distinguíveis quanto mais o que as define é a pura arbitrariedade do poder. Subjetivamente, todos são instados a reconhecer de modo quase reflexo os mínimos sinais dessa labilidade e a responder assertivamente a eles em acordo com o poderio social, que, assim, solicita continuamente traços esquizoides. Os assuntos socialmente relevantes se estabelecem como tal do mesmo modo como são taxados os assuntos socialmente irrelevantes e em nenhum dos dois casos a métrica é a razão objetiva. O filtro é o problema, ele engendra a ambos. A indústria cultural é um filtro e a realidade como um todo é filtrada: “O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 118). Conteúdos etiquetados como relevantes ou irrelevantes já são o produto dessa filtragem. Essa compreensão antecede e aprofunda a tese citada por Barros (2017) sobre as percepções que “as pessoas não experimentam diretamente”, que são formadas e traduzidas fora delas.

Esse e outros efeitos imputados ao poder de agenda e ao enquadramento encontram mais do que a mera descrição no que Horkheimer e Adorno (1947/1985) apresentaram como a primeira função tomada do sujeito pela indústria cultural, a capacidade de esquematizar:

A função que o esquematismo kantiano *ainda* atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. Na alma devia atuar um mecanismo secreto destinado a preparar os dados imediatos de modo a se ajustarem ao sistema da razão pura. Mas o segredo está hoje decifrado. (p. 117, *itálico nosso*)

Encontra-se expressa aí uma diferença radical de compreensão, radical no sentido marxiano para o qual a raiz é humana. Os aspectos até agora outorgados à mídia (e que seguirão assim) como expressão de um “poder” próprio dela — seu “poder de agenda” (Azevedo, 2018,

p. 271), seu “poder de enquadramento” (Jonas & Almeida, 2004, p. 109), sua “capacidade de disseminação de significados quanto à realidade social” (Finamore & Carvalho, 2006, p. 350), para citar algumas ocorrências — são, na verdade, próprios de uma função extorquida dos sujeitos pela indústria cultural. O poder desta, em seu ajustamento à racionalidade social mais ampla, deriva da “impotência social real” (Adorno, 1955/2015, p. 111) imposta sobre a humanidade por meio da organização que a própria humanidade sustém. O sucesso de seus efeitos depende da ameaça social que paira sobre todos nesta sociedade. As análises e interpretações se impõem de fora, pois nenhum sentido poderia ser conferido por dentro se aos sujeitos fosse permitido se servirem do próprio entendimento; a racionalidade individual sucumbiria à irracionalidade objetiva. A experiência é, por assim dizer, de segunda mão, tanto porque nas pessoas encontra-se debilitada a capacidade de experiência, como porque a realidade, na barbárie e irracionalidade que a caracterizam, não constitui matéria de experiência, e sim de anulação. As noções de agendamento e de enquadramento, tal como são encontradas nos textos, suprimem a dominação, a base desses efeitos. Ao apresentá-los, sem explicar, como faculdades da mídia, coadunam com a expropriação das faculdades do espírito: a atenção, o pensamento, a imaginação, a experiência e, de algum modo, a capacidade de esquematizar.

Propõe-se a seguir uma discussão sobre o esquematismo para, depois, seguir a discussão sobre enquadramento e agendamento a partir dele, com base nos artigos sistematizados.

Por hora, cumpre registrar o entendimento de que Horkheimer e Adorno (1947/1985), ao aludirem ao esquematismo kantiano, também criticavam o próprio esquematismo enquanto um proceder da razão dominadora na medida em que ela refere, “de antemão”, o sensível, em sua multiplicidade, aos conceitos fundamentais. Trata-se de uma redução, como domínio, dessa “multiplicidade sensível” operada pela preparação dos dados imediatos que devem se ajustar ao “sistema da razão pura”. Portanto, salvo mais adequado entendimento, esse órgão de preparação e ajustamento é interpelado pelos frankfurtianos, mesmo indiretamente. Não deixam dúvida, porém, ao propor que, no esquematismo kantiano, essa função ainda era atribuída ao sujeito transcendental e é tomada dele pela indústria cultural. Nesse aspecto insiste Duarte (2003a) ao tratar da “*usurpação*’ do esquematismo pela indústria cultural” (p. 449, itálico nosso) ou da “*expropriação* do esquematismo” (Duarte, 2003b, p. 97, itálico nosso), tese quanto a qual é acompanhado por Rocha (2006)¹⁸. Neste trabalho assume-se a proposição de que o fato de o esquematismo *ainda* estar reportado ao sujeito transcendental não dispensa a crítica ao esquematismo, conquanto, de fato, uma regressão mais profunda seja assinalada quando ele é

¹⁸ Na dissertação intitulada *As repercussões do esquematismo kantiano na Dialética do Esclarecimento de Theodor Adorno e Max Horkheimer*, orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Duarte, autor dos estudos citados logo antes.

assumido pela indústria cultural. Na falta da leitura da *Crítica da razão pura*, obra em que Kant trata do esquematismo, o trabalho de Duarte (2003a) subsidiará a conceituação kantiana do esquematismo, cabe pontuar, porém, que, dedicado a este e à semiformação (ou pseudoformação) — a partir das obras de Kant, de Horkheimer e Adorno (1947/1985) e de Adorno (1959/1996) — Duarte (2003a), não assinala uma crítica dos últimos ao próprio Kant quanto ao esquematismo, crítica também ausente em Duarte (2003b) e Rocha (2006).

O esquematismo está referido à capacidade de julgar, ou seja, à “capacidade de subsumir casos específicos sob regras gerais: para Kant, ela é um talento peculiar que distingue aquele que apenas conhece as regras daqueles que sabem aplicá-las corretamente, sendo que sua insuficiência coincide com uma forma de estupidez” (Duarte, 2003a, p. 447). Duarte (2003a) explica que o “procedimento do esquematismo” é o que faz a mediação entre as faculdades da sensibilidade e do entendimento, concatenando “o material empiricamente recebido pela sensibilidade e a capacidade organizadora, mediante conceito, do entendimento” (p. 448). O esquema é uma representação mediadora, ao mesmo tempo sensível e intelectual, além disso, é puro, “sem qualquer elemento empírico” (Kant, 1976, p. 197 citado por Duarte, 2003a, p. 448).

A Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006) preocupam a expropriação do esquematismo pela indústria cultural, elemento central para este trabalho, mas aqui pretende-se questionar também sobre a possível expropriação da qual o próprio esquematismo é expressão, mesmo quando referido ao sujeito: a expropriação da experiência do sujeito com os objetos. Essa proposição é fundamento para a ideia de que o esquematismo reproduz com tanto êxito a consciência reificada quando assumido pelo aparato concentrado da indústria cultural porque as inclinações que assume no âmbito desta estavam contidas nele. O esquematismo é afeito à racionalidade de dominação entranhada no entendimento humano, ele é um de seus procedimentos. Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006), diferentemente, consideram que, assim como encontra-se nas formulações kantianas, o esquematismo é uma faculdade indispensável do juízo — os esquemas são as condições únicas e ineludíveis para permitir uma relação com os objetos e com seu significado (Duarte, 2003a) — e que esse aspecto se acha de modo semelhante nas formulações dos autores frankfurtianos, embora a passagem entre eles seja complexa devido às “diferenças de registro” (Duarte, 2003b, p. 102). Assim, o problemático não seria o esquematismo, mas sua expropriação. As dificuldades com o conceito e as diferenças de entendimento podem refletir uma contradição própria do objeto, portanto, as observações quanto às reflexões de Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006) visam mais assinalar questões quanto a algumas proposições do que definir com clareza um entendimento do esquematismo, embora aquele movimento possa permitir certo avanço em relação a esta tarefa.

Duarte (2003a) pontua que da aproximação entre o esquematismo e a indústria cultural encontrada de modo não sistematizado na obra dos frankfurtianos algumas questões ficam sem elucidação, dentre elas a “possibilidade de compreensão do esquematismo como processo cognitivo num sentido amplo (atenuando o caráter mais epistemológico que tem em Kant) e aproximando-o da situação em que as pessoas podem tornar-se ‘presas’ da indústria cultural” (p. 450). Para tratar dessa questão, o autor recorre às reflexões sobre a falsa projeção contidas no sexto elemento do ensaio *Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno (1947/1985), identificando nessa passagem indicações de como “o esquematismo se encontra presente em nossas percepções mais simples e como elas são apropriadas pelo capitalismo tardio com fins de manutenção da ordem vigente” (Duarte, 2003a, p. 450). Fundamentados nas reflexões freudianas, Horkheimer e Adorno (1947/1985) propõem que a projeção compõe a relação entre sujeito e objeto, de modo que o sujeito, no processo de conhecer, projeta mais do que os dados que recebe do mundo externo para vencer a distância que há entre si e o mundo, e é a partir desse movimento — o qual supõe o controle da projeção — que a realidade pode se configurar como mais do que o próprio sujeito que a conhece, ou seja, não fica resumida a ele, e mais do que é simplesmente dado e percebido. Mas, de modo muito aproximado desse movimento, segundo o qual o sujeito mimeticamente se assemelha ao ambiente, está a falsa projeção, o contrário da mimese genuína. Na falsa projeção o sujeito dota indiscriminadamente o exterior de si e transforma o familiar, o próprio, em hostil. A projeção seria, assim, “um mecanismo que se encontra na base da relação de nossa consciência com o mundo exterior” (Duarte, 2003a, p. 451). Nos termos de Horkheimer e Adorno (1947/1985),

Em certo sentido, perceber é projetar. A projeção das impressões dos sentidos é um legado de nossa pré-história animal, um mecanismo para fins de proteção e obtenção de comida, o prolongamento da combatividade com que as espécies animais superiores reagiam ao movimento com prazer ou desprazer e independentemente da intenção do objeto. A projeção está automatizada nos homens, assim como as outras funções de ataque e proteção, que se tornaram reflexos. É assim que se constitui seu mundo objetivo, como um produto daquela “*arte escondida nas profundezas da alma humana cujos procedimentos dificilmente haveremos de arrancar à natureza e expor aos olhos de todos*”. O sistema das coisas, a ordem fixa do universo, do qual a ciência constitui tão-somente a expressão abstrata, é, se dermos uma interpretação antropológica da crítica kantiana do conhecimento, o produto inconsciente do instrumento que o animal usa na luta pela vida, isto é, daquela projeção espontânea. Na sociedade humana, porém, na qual tanto a vida intelectual quanto a vida afetiva se diferenciam com a formação do indivíduo, o indivíduo precisa de um controle crescente da projeção; ele tem que aprender ao mesmo tempo a aprimorá-la e a inibi-la. (p. 175, itálicos nossos)

A citação em destaque contida nesse excerto provém da *Crítica da razão pura* e, no texto kantiano, diz respeito ao esquematismo; ele é a “*arte escondida nas profundezas da alma humana cujos procedimentos dificilmente haveremos de arrancar à natureza e expor aos olhos de todos*”. Essa é a pista teórica para a prolífica aproximação que Duarte (2003a, 2003b) propõe

entre o esquematismo e a projeção (em sua relação com a mimese), aproximação seguida por Rocha (2006). Partindo da verificação — e da discussão — de que Horkheimer e Adorno (1947/1985) tratam, por um lado, da projeção e, por outro lado, da falsa projeção, e da “mimese genuína” que supõe seu contrário (o qual coincide com a falsa projeção), Duarte (2003a) alude a uma esquematização “congenitamente defeituosa”, “oriunda da falsa projeção” (p. 453) e a uma “projeção normal que engendra, por meio do esquematismo, o conhecimento potencialmente correto” (p. 453). Tal como é o caso da projeção, Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006) compreendem o esquematismo como uma função cognitiva, no sentido de uma função fundamental do processo de conhecer. Duarte (2003b) se refere a um “valor posicional do esquematismo” (p. 102) no escopo da *Dialética do esclarecimento* indicando que,

enquanto na crítica à indústria cultural ele aparece como um elemento que originariamente pertencia ao sujeito cognoscente e foi expropriado por um dos agentes mais poderosos da sociedade capitalista tardia, na teoria do anti-semitismo se sugere que ele é parte integrante da percepção ‘normal’ que já é potencialmente reflexiva e que exatamente o distúrbio dessa última leva à patologia da falsa projeção... (p. 102)

Caberia questionar a ideia de que a percepção “normal” “já é potencialmente reflexiva” — o que difere de afirmar que perceber é condição para refletir —, mas o mais relevante para a discussão em curso é ressaltar que o “valor posicional do esquematismo” percebido por Duarte (2003b) diz respeito às particularidades teóricas de cada tema discutido (a indústria cultural e o antissemitismo), mas não implica em diferenças quando, nos dois casos, é entendido como um elemento pertencente ao sujeito cognoscente e uma parte integrante da percepção; em ambos os casos trata-se para o autor de um processo cognitivo mais amplo, fundamental. Para Horkheimer e Adorno (1947/1985) a falsa projeção e a mimese genuína são muito aparentadas. Com base nisso, Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006) se preocupam em asseverar que entre aquela projeção normal e a projeção patológica — as quais supõem, para estes, exercícios correspondentes do esquematismo — a diferença existente “seja apenas de grau: em ambas há o momento de reificação do objeto, que na projeção normal é flexibilizado pela reflexão e na patológica é tornado absoluto” (Duarte, 2003a, p. 453)¹⁹. De tais proposições decorre a ideia da “consciência doentia, defeituosamente esquematizante” (Duarte, 2003a, p. 454), que aponta para os aspectos nefastos do processo, à qual se opõe aquela proposição do “conhecimento potencialmente correto” fundado na “projeção normal” por meio do esquematismo.

Este uso do esquematismo pressupõe, segundo Rocha (2006), um ego forte ao qual estaria ligado, como condição, um “superego introjetado” diretamente assumido pelo autor como expressão da consciência moral: a “voz da consciência moral do superego introjetado” (p. 86).

¹⁹ Consideração retomada por Rocha (2006, p. 95).

Se a extrojeção do superego é problemática porque reflete a exterioridade do que de outro modo se formaria na subjetividade enquanto produto de conflitos — resultado do embate entre o sujeito, suas moções e a realidade — nem por isso o superego como instância introjetada está livre de críticas; neste ponto há considerável distância das proposições aqui aventadas com as de Rocha (2006). Em primeiro lugar, é difícil assumir o superego como correspondente à “voz da consciência” porque nele tomam parte, em grande medida, mecanismos inconscientes: “Freud — o que desde logo diferenciava a sua concepção dos pontos de vista clássicos acerca da consciência moral — reconhecia que esta censura [função do superego] podia operar de forma inconsciente” (Laplanche & Pontalis, 1967/1985, p. 644). Em segundo lugar, a moralidade que se sedimenta no superego está intimamente conectada com a realidade social na qual ele se desenvolve, de modo que o superego não pode ser uma instância de apelação tendo em vista que “Condições ruins e repressivas podem também se sedimentar normativamente em tal superego” (Adorno, 1955/2015, p. 76).

Tal digressão em relação à crítica ao superego se justifica tanto porque ele é estabelecido como critério para um ego forte e este seria uma exigência para que o uso da faculdade de esquematizar não se mostrasse defeituosa (Rocha, 2006) quanto porque é possível notar, quanto ao superego, algo semelhante à crítica que se julga necessária ao esquematismo: uma instância (ou função, no caso do esquematismo) é tomada sem que se pergunte sobre sua gênese e isso tem implicações sobre seu papel. O superego não pode ser separado de sua formação em uma ordem social repressora, ele é produto de violência e renúncia (nem sempre justificadas), é um golpe no ego, um arranjo para desejos frustrados e que não puderam ser elaborados conscientemente. O tipo de controle ao qual ele serve é inconsciente e isso depõe contra a consciência autônoma. O esquematismo não está no mesmo nível da instância psíquica do superego, mas é uma função do órgão razão e esta, ao mesmo tempo que contém a ideia de liberdade, é marcada pela violência (como o superego), pela dominação e “constitui a instância do pensamento calculador que prepara o mundo para os fins da autoconservação e não conhece nenhuma outra função senão a de preparar o objeto a partir de um mero material sensorial como material para a subjugação” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 83). É altamente significativo que uma das menções diretas ao esquematismo por parte dos frankfurtianos na *Dialética do esclarecimento* ocorra imediatamente após essa passagem. Por isso, se, como sustentam Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006), o esquematismo é um amplo processo cognitivo, ele precisa conter essa determinação — sua formação enquanto procedente da razão dominadora — que põe, de partida, limite à abertura que possa ser observada nele no sentido de potencialmente produzir o “conhecimento correto” (no sentido de verdadeiro) ou descambar

para o patológico, para a “esquematisação defeituosa” (Duarte, 2003a, p. 455). Cumpre lembrar que mesmo a projeção, fundamento para que o autor estabeleça as duas possibilidades contidas no esquematismo, é compreendida por Horkheimer e Adorno (1947/1985) como um elemento enformado na luta pela sobrevivência e — o que é crucial — a projeção encontra-se automatizada e inconsciente; vale recuperar parte do excerto supracitado:

A projeção das impressões dos sentidos é um legado de nossa pré-história animal, um mecanismo para fins de proteção e obtenção de comida, o prolongamento da combatividade com que as espécies animais superiores *reagem* ao movimento, com prazer ou desprazer e *independentemente da intenção do objeto*. A *projeção está automatizada* nos homens, assim como as outras funções de ataque e proteção, que se tornaram *reflexos*.... O sistema das coisas, a ordem fixa do universo, do qual a ciência constitui tão-somente a expressão abstrata, é, se dermos uma interpretação antropológica da crítica kantiana do conhecimento, o *produto inconsciente* do instrumento que o animal usa na luta pela vida, isto é, daquela *projeção espontânea*²⁰. (p. 175, itálicos nossos)

Um caractere humano, a projeção, tem sua formação remetida ao processo de enfrentamento da humanidade com a natureza, apresentando-se como produto da práxis social e, segundo as exigências desta, mantido inconsciente na medida em que a luta pela vida se conserva irracionalmente. Segundo Horkheimer (1937/1980), o modo como os seres humanos veem e ouvem “é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos. Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo” (p. 125) e “Nem um nem outro são meramente naturais, mas enformados pela atividade humana...” (p. 125). Cumpre ressaltar que, se se trata da maneira como a vida social se desenvolveu e se a dominação atravessa os séculos como núcleo da práxis nas diferentes formações que o modo de produção da vida assumiu, ela está entranhada no modo como o mundo é percebido e ganha substancial reforço pela forma como se organiza o trabalho — por meio do qual a vida humana se relaciona com a realidade externa e interna — nos moldes capitalistas: a “maneira pela qual as partes são separadas e reunidas na observação registradora, o modo pelo qual algumas passam despercebidas e outras são destacadas, é igualmente resultado do moderno modo de produção...” (Horkheimer, 1937/1980, p. 126). Não parece espúria uma conexão entre o

²⁰ Enquanto a tradução referenciada em língua portuguesa traz a passagem como “projeção espontânea”, assim como a tradução madrilenha de J. J. Sánchez para Editorial Trotta (“*proyección espontánea*”), na edição em inglês da Stanford University Press a passagem é vertida por E. Jephcott como “*automatic projection*”, “projeção automática”. Em alemão, a expressão original é “*selbsttätigen Projektion*”. O dicionário alemão *leo.org* remete a palavra *selbsttätigen* para o adjetivo/advérbio *selbsttätig* e o traduz como “automático”, marcando a procedência técnica/tecnológica [“TECH.”] do termo. Dentre as traduções oferecidas em alemão para a palavra “espontâneo” não consta nenhuma opção similar a *selbsttätigen*. Essas anotações acerca da tradução visam remeter o sentido de automatismo da projeção ao sentido das outras expressões da passagem que designam um comportamento reativo, independente do objeto em relação ao qual se reage, um comportamento reflexo. Isso, que remete a um estágio de maior indiferenciação, se conserva e se apresenta de modo automático, técnico.

esquematismo e essa orientação universal da razão voltada para o registro: “o indivíduo registra a realidade efetiva sensível como mera seqüência de fatos nas ordens conceituais. Sem dúvida, estas também se desenvolveram em conexão recíproca com o processo vital da sociedade” (p. 126). Por essa percebida conformidade do esquematismo com a razão calculadora coloca-se em dúvida a proposição de Rocha (2006) quanto à possibilidade de “esquematar com autonomia”:

Se o ego não se forja por meio da “dolorosa dialética interna de consciência moral, autoconservação e impulsos” (DE 181), não é possível ao indivíduo desindividualizado proceder aquela “síntese da receptividade e da imaginação” que caracteriza o bom uso da razão. Como perde a capacidade de refletir, o indivíduo também perde a capacidade de esquematizar com autonomia. (p. 87)

A capacidade de reflexão encontra-se atada à esquematização nessa formulação e ainda depende de uma “dolorosa dialética interna” na qual também se inscrevem sofrimentos infundados. Na tentativa de estabelecer o esquematismo como um processo básico da reflexão, Rocha (2006) conclui que “mesmo considerando as diferenças de emprego ou de sentido” (p. 80), dentro das visões de Kant, Adorno e Horkheimer, o esquematismo é, poder-se-ia afirmar, muito semelhante. Diz-se *semelhante* na falta de melhor expressão para designar a aproximação feita por Rocha (2006) uma vez que, em verdade, o autor, logo depois de assinalar que haveria diferenças de emprego, cita o excerto a seguir como definição para como o esquematismo “se constitui” tanto em Kant quanto em Adorno e Horkheimer, mesmo com as diferenças:

o elemento indispensável para a antecipação da experiência que nos impede de cair na desorganização mental e no caos e que a denúncia da sua expropriação por parte da indústria cultural ou da sua substituição por *esquemas sociais* irrefletidos é de extrema importância. Pois quanto mais se materializam e se tornam rígidos os *esquemas* oferecidos, tanto menos gente tenderá a modificar as suas idéias preconcebidas uma vez que a reflexão depende fundamentalmente da experiência. Quanto mais sem sentido e difícil se torna a vida tanto maior é o número de pessoas tentadas a agarrar-se desesperadamente a clichês que parecem impor alguma ordem ao que, de outro modo, parece incompreensível. Assim, as pessoas não somente perdem a verdadeira visão exterior da realidade, mas também acabam perdendo a própria capacidade de resistir à sugestão e de experimentar a vida. (Adorno, 1973, p. 557, citado por Rocha, 2006, p. 80, *itálicos nossos*)

Porém, tal passagem, que estaria contida no texto *A televisão e os padrões da cultura de massa*²¹, de Adorno (1954/1973), não faz referência ao esquematismo, mas aos estereótipos. Reproduz-se, a seguir, o trecho com o objetivo de apresentar a menção aos “estereótipos” (que consta imediatamente antes) e tendo em vista que a citação de Rocha (2006) não coincide com

²¹ Mesmo com outro título, trata-se da tradução do texto *How to look at television*, escrito por Adorno e publicado originalmente em 1954 no periódico *Quarterly of Film, Radio and Television*. Essa informação consta em nota de rodapé da primeira página do texto *A televisão e os padrões da cultura de massa* e foi certificada pelo autor deste trabalho; os dois títulos correspondem ao mesmo texto.

o texto original, nem na edição referenciada pelo autor (a mesma a seguir) nem nas edições em inglês²², por omissões e inserções não assinaladas e por modificações de passagens:

Não estamos tratando do problema da existência de estereótipos como tais. Sendo *os estereótipos* um elemento indispensável da organização e uma antecipação da experiência, que nos impede de cair na desorganização mental e no caos, nenhuma arte pode dispensá-los inteiramente. Além disso, o que nos interessa é a mudança funcional. Quanto mais se materializam e se tornam rígidos os *estereótipos* na presente estrutura da indústria cultural, tanto menos gente tenderá a modificar as suas idéias preconcebidas com o progresso da sua experiência. Quanto mais opaca e complicada se torna a vida moderna, tanto maior o número de pessoas tentadas a agarrar-se a clichês que parecem pôr alguma ordem ao que, de outro modo, é incompreensível. Assim, as pessoas não somente perdem a verdadeira visão interior da realidade, mas também acabam perdendo a própria capacidade de experimentar a vida, embotadas pelo uso constante de óculos azuis e cor-de-rosa. (Adorno, 1954/1973, p. 557, *itálicos nossos*)

Onde Adorno (1954/1973) diz de estereótipos, Rocha (2006) vê o conceito de esquema. Não se pretende negar a grande possibilidade de haver uma proximidade entre a estereotipia e o esquematismo, mas, tal como citada por Rocha (2006), a passagem sela a discussão de um modo que não parece se encontrar nos escritos dos frankfurtianos mencionados pelo autor. Ela tem a força para coroar a proposição de que o esquematismo é um “elemento indispensável”, um proceder básico do contato com o mundo, derivada das formulações de Duarte (2003a, 2003b), porém, incorre em pelo menos quatro problemas: transpõe e nivela o sentido do conceito nas compreensões de Kant e de Horkheimer e Adorno, em prejuízo de todos; blinda, de certo modo, o conceito de esquematismo; desabilita a crítica do que pode ser a base do esquematismo ao assumi-lo como um “elemento indispensável”; e dificulta compreender a relação, se ela existir (o que parece ser afirmativo), entre o esquematismo e os estereótipos, uma vez que ambos são tomados como a mesma coisa e os conceitos como intercambiáveis.

Quanto à última questão limita-se aqui a apresentar a hipótese de que, se os estereótipos são, como afirma Crochík (1997), predominantemente, “um produto cultural” (p. 18), e não uma reação individual — embora sejam mobilizados individualmente em mecanismos como o preconceito —, e se essas “definições precisas” são postas por diversas agências da cultura, nas quais em conformidade com o princípio de dominação “a dúvida, como inimiga da ação, deve ser eliminada do pensamento e a certeza, perante a eficácia da ação, deve tomar o lugar da verdade que aquela ação aponta: o controle, quer o da natureza, quer o dos homens, para melhor poder administrá-los” (p. 19), o esquematismo pode ser pensando como algo que é favorecido e repostado enquanto um mecanismo que liga esses produtos sedimentados da cultura, os

²² Cumpre lembrar que a primeira versão do texto parece ter sido publicada em língua inglesa em 1954 (Adorno, 1954). O trecho citado por Rocha (2006) não corresponde com essa versão original nem com a versão, também em inglês, do livro *Mass culture: the popular culture in America*, editado por B. Rosenberg e D. M. White, publicado no ano de 1957.

estereótipos, à dimensão subjetiva, portanto, é um caractere ou uma função que assegura a reprodução e adesão aos estereótipos. Na conceituação de Crochík (1997) sobre o estereótipo vale acentuar a função de eliminar a dúvida e fomentar a ação como controle e administração, o que o distancia de ser assumido como um aspecto que poderia propiciar um conhecimento verdadeiro, tal como Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006) supõem com o esquematismo.

Quanto à terceira questão: se o esquematismo é assumido como elemento indispensável, pouco é possível avançar na compreensão do quanto ele mesmo pode ser derivado de sua relação com a práxis social e isso mesmo é ideologia na medida em que ele, enquanto parte da segunda natureza, se converte em uma natureza primeira e inquestionável. A isso serve a blindagem do conceito, que é o cerne da segunda questão.

Sobre a segunda questão: se o conceito é blindado, a problemática por ele designada não encontra no pensamento a formulação de seu caráter objetivamente contraditório, se for o caso, pois talvez seja necessário pôr em questão a ideia de que o próprio estereótipo seria indispensável, indicada na formulação de Adorno (1954/1973). A esse respeito cumpre lembrar que Adorno (1961/1969) chegou a uma conclusão parecida com a ideia de que o estereótipo é um elemento indispensável quando tratou do problema da opinião. A opinião como “hipóstase do que não é totalmente conhecido”, como “supor algo como verdadeiro apesar de não se saber nada a respeito” (p. 141, tradução nossa) seria condição da experiência, mais ainda, condição da própria manutenção da vida. Reconhecer esse aspecto não impossibilitou Adorno (1961/1969) de asseverar que “a tendência rumo a opinião enferma provém da opinião normal” (p. 138, tradução nossa). Trata-se de uma contradição contida no objeto, como o é o problema da classificação, tal como formulado por Horkheimer e Adorno (1947/1985): “A classificação é a condição do conhecimento, não o próprio conhecimento, e o conhecimento por sua vez destrói a classificação” (p. 205). Opinião e classificação não são meros exemplos, eles parecem estar em íntima conexão com o problema dos esquemas.

Quanto à primeira questão — a nivelação entre as formulações kantianas e frankfurtianas — suas consequências são para os objetos sobre os quais se debruçam. Como pretende-se demonstrar a seguir, parece contraproducente admitir coincidência direta entre as formulações de Kant sobre o esquematismo e as reflexões de Horkheimer e Adorno a partir desse conceito, como o faz Rocha (2006) quando atribui aquela mesma compreensão aos três pensadores.

Duarte (2003a, 2003b) e Rocha (2006) assinalam as dificuldades presentes no conceito de esquematismo em função de sua procedência das reflexões sobre a razão pura em Kant e o sentido atribuído a ele por Horkheimer e Adorno. A passagem do conceito de esquematismo da dimensão transcendental para a dimensão cognitiva e psicológica requer atenção ao que Adorno

(2001a) chama, na 18ª das 21 lições sobre a *Crítica da razão pura* ministradas em 1959, de “natureza não-psicológica do impulso geral do pensamento de Kant” (p. 190, tradução nossa). No entanto, nessa mesma lição, dedicada especificamente ao tema da psicologia, Adorno (2001a) assesta que, a despeito desse conhecido aspecto do pensamento kantiano, a moderna psicologia profunda teria confirmado muitas das intuições do filósofo de Königsberg, conquanto não haja dúvidas que as intenções de Kant sejam hostis à psicologia. Referindo-se ao esquematismo, Adorno (2001a) indica que quando se lê “que o esquematismo é um mecanismo oculto da alma, é muito difícil conceber isso em termos que não sejam psicológicos” (p. 190, tradução nossa) e, depois, sustenta a proposição de que

as partes de Kant que podem ser vistas como a expressão mais avançada do Esclarecimento são aquelas em que ele — apesar de sua radical separação da esfera transcendental da psicologia — transforma a psicologia em uma ciência empírica e em que ele, em grande parte, admite que o reino da psicologia é governado pelas leis de causa e efeito. (p. 193, tradução nossa)

O aspecto do automatismo que, possivelmente, está em jogo no esquematismo é reforçado a partir dessa proposição segundo a qual poderia ser afirmado que os aspectos esclarecedores do que é possível encontrar, em Kant, da psicologia são aqueles nos quais ele capta a regressão psicológica objetiva por fazê-la despontar como uma dimensão regida por princípios duros: “Em qualquer discussão sobre psicologia empírica, psicologia como ciência, vocês realmente precisariam de uma lupa para ver a diferença entre o empirismo e a *Crítica da Razão Pura*” (Adorno, 2001a, p. 199, tradução nossa).

No que tange especificamente ao esquematismo, ponto no qual o teor psicológico irrompe em Kant, é crucial a leitura apresentada por Adorno (2001b) do capítulo da *Crítica da razão pura* no qual o conceito é discutido. Na 12ª lição, dedicada ao esquematismo, consta que

para Kant um dado imediato, isto é, o que parece simplesmente recebido de fora, contém não apenas as formas da intuição, mas também o pensamento em certo sentido — a saber, a *síntese: a união de elementos díspares em uma intuição definida*. Por outro lado, para que um conceito seja verdadeiro e não apenas algo arbitrário, ele deve necessariamente ser influenciado pela natureza do objeto ao qual se refere. Graças à total separação entre espontaneidade e receptividade na arquitetura da obra [*Crítica da razão pura*], esse elemento de relação entre esses dois “pilares do conhecimento”, como Kant os chama, é totalmente perdido de vista — então, Kant tenta recuperá-lo. (pp. 131-132, itálicos nossos, tradução nossa)

Essa tentativa é feita por meio do conceito de esquematismo, “uma espécie de estágio intermediário entre intuição e conceito, uma espécie de modelo ou imagem. Esses modelos são modelos do que estamos percebendo e nos permitem reconhecer o que percebemos” (Adorno, 2001b, p. 131, tradução nossa). Para Adorno (2001b) o cerne desse ponto das reflexões de Kant e o núcleo de sua profundidade como pensador é que ele, cujo intento é realizar o giro para o sujeito no conhecimento (a mediação subjetiva), se depara com contradições do objeto e é

levado a considerar o que não é apenas sujeito, portanto “pensa contra suas próprias inclinações” (p. 134, tradução nossa), pois, no contraditório tratamento do esquematismo, ele “incidentalmente considera o tempo como o caso de teste da unificação da intuição e do conceito” (p. 133, tradução nossa). Assim “apesar de toda a mediação subjetiva, na verdade, por meio de toda a mediação subjetiva, tudo o que não é próprio do sujeito consegue, afinal, fazer-se sentir na Crítica da Razão Pura” (p. 133, tradução nossa). O conceito de esquematismo é uma aporia, sinaliza uma dificuldade, um momento de perplexidade (Adorno, 2001b)²³.

O esquematismo está profundamente vinculado à função sintética, “união de elementos díspares em uma intuição definida”, algo também demonstrado por Duarte (2003a) e Rocha (2006), mas é importante recuperar, em Adorno (2001a), o que a síntese designa no pensamento kantiano: “Síntese em Kant significa apenas que um múltiplo, um conjunto de coisas diversas, é reunido em uma unidade. Na verdade, é o fator decisivo por meio do qual se pode dizer que Kant aderiu à tradição de uma filosofia preocupada em dominar a natureza” (p. 196, tradução nossa). Aqui encontra-se mais um fundamento para a proposição de que o esquematismo é interpelado por Horkheimer e Adorno (1947/1985) enquanto instância da razão calculadora, por preparar a redução da realidade na medida das categorias do entendimento. Ele parece ser manifestação de um momento reificado da relação entre sujeito e objeto, como é possível verificar na denúncia da coisificação do conhecimento feita noutra ocasião por Adorno (2013):

entre o objeto do conhecimento e o próprio conhecimento pende algo terceiro, de certa maneira, uma ordem, um princípio da coisa arbitrariamente cunhado pelo sujeito, uma espécie de esquematismo, pode-se dizer, que interrompe a experiência imediata, a relação imediata do conhecimento com seu próprio objeto e, se vocês quiserem, realmente a interrompe. (p. 294, tradução nossa)

Como uma “ordem”, remetendo à forma, os esquemas talvez possam ser diferenciados dos estereótipos que parecem dizer à conteúdos sedimentados. Se a menção ao esquematismo não é uma mera coincidência, nessa passagem se exprime o momento em que a experiência é sustada justamente porque um elemento terceiro pesa sobre o objeto e fala mais que ele, bloqueia sua expressão pelo sujeito porque é alheio ao objeto, ainda que seja possível assinalar que não se trate tanto do impedimento da “relação *imediata*”, uma vez que esta palavra insinua a ausência de mediação, algo imponderável para uma compreensão materialista, histórica e dialética. Poder-se-ia tratar de uma relação não-espontânea, na qual não há liberdade e,

²³ Em uma nota inserida no fim da frase na qual Adorno (2001b) assinala o caráter aporético do conceito de esquematismo o editor remete o leitor para uma formulação na vigésima lição na qual Adorno apresenta sua compreensão do conceito de aporia: “Chamo aporéticos os conceitos se eles surgem em um ponto em que nenhum conteúdo ou intuição pode ser descoberto para corresponder a um pensamento, e, por essa razão, o pensamento deve avançar além de seu próprio conteúdo possível para alcançar um significado coerente e internamente consistente” (pp. 217-218, tradução nossa).

portanto, sujeito e objeto seguem aprisionados. Todavia, afirmar que o esquematismo retrata uma relação mediata do sujeito com o objeto é verdade na medida em que se trata de uma profunda mediação da não-liberdade que caracteriza a dominação social como um todo. É como instância apropriada para a exploração da não-liberdade que o esquematismo é visado pela indústria cultural. O que se contrapõe ao “esquematismo defeituoso” não é “esquematizar com autonomia”. O pensamento crítico e autônomo e a experiência opõem-se à esquematização. Se o esquematismo se encontra incrustado no mais básico processo do contato com o mundo, desde a percepção, a reflexão é o pensamento contra a tendência à esquematização que se acha em nós, pensar contra nossas inclinações, e pensar as nossas inclinações, em respeito ao objeto.

À indústria cultural interessa justamente a posição mediadora do esquematismo, reduzindo a realidade e o entendimento a representações ordenadas e puras, aqui no sentido de purificadas, apriorísticas e avessas à experiência, destilações da racionalidade objetiva, uma vez que a posição do “sujeito transcendental” é ocupada pela indústria cultural e esta obedece à determinação social (mesmo que haja contradições). Se, para Kant, a capacidade de subsumir casos específicos sob regras gerais coincidia com uma forma de talento, na indústria cultural uma tal capacidade poderia, supõe-se, corresponder àquela “competência” avaliada a partir da “capacidade rara de satisfazer minuciosamente as exigências do idioma da naturalidade” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 121). O alcance da indústria cultural sobre o âmbito da percepção em relação com o âmbito cognitivo foi formulado por Horkheimer e Adorno (1947/1985) ao tratarem da conformação do que é percebido a modelos petrificados de entendimento, algo que os conceitos de agendamento e enquadramento sugerem sem formular:

Kant antecipou intuitivamente o que só Hollywood realizou conscientemente: as imagens já são pré-censuradas por ocasião de sua própria produção segundo os padrões do entendimento que decidirá depois como devem ser vistas. A percepção pela qual o juízo do público se encontra confirmado já estava preparada por ele antes mesmo de surgir. (p. 83)

Duarte (2003a) destaca a mesma passagem com o objetivo de situar “o papel assumido pelo esquematismo na sociedade industrial do chamado capitalismo tardio”, na qual “a percepção da realidade em geral é condicionada pela racionalidade, no seu sentido puramente instrumental” (p. 449). Entretanto, falta dentre as passagens analisadas pelo autor um importante trecho sobre o esquematismo, próximo ao supracitado. É uma falta pois implica uma importante consequência sobre sua compreensão e considerando que o procedimento adotado por ele consiste justamente em recuperar passagens de textos de Horkheimer e Adorno nas quais o esquematismo é mencionado (direta ou indiretamente) visto que as menções tendem a ser pontuais e fragmentadas. O trecho ausente sustenta que

A verdadeira natureza do esquematismo, que consiste em harmonizar exteriormente o universal e o particular, o conceito e a instância singular, acaba por se revelar na ciência atual como o interesse da sociedade industrial. O ser é intuído sob o aspecto da manipulação e da administração. (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 83)²⁴

Com isso, o esquematismo não é apenas o que foi usurpado pela indústria cultural — portanto, a ideia de que a indústria cultural espolia as faculdades do espírito, com a qual se abriu a discussão sobre o esquematismo, elencado junto de outras faculdades como a atenção e a imaginação precisa ser ponderada. Duarte (2003a, 2003b) insiste de modo parcialmente justificado no sentido da usurpação/expropriação, pois, na letra do ensaio sobre a indústria cultural, é indicado que o esquematismo é “tomado” do sujeito²⁵. Aquele mesmo “interesse da sociedade industrial” revelado na “ciência atual” está contido na indústria cultural: manipulação e administração. Porém, o esquematismo conjecturado por Kant seria, na verdade, cumprido de modo terminante pela indústria cultural, ela o realiza como um dos princípios da razão dominadora, mas sua afinidade com a dominação não foi instilada apenas pela indústria cultural, a dominação era sua inclinação que encontrou na indústria cultural um meio universal para se efetivar. A indústria cultural executou a ambição do sujeito transcendental. A percepção

²⁴ Em Duarte (2003b), dedicado ao esquematismo kantiano e a crítica à indústria cultural, também não se verifica a citação deste trecho. Em Rocha (2006) o excerto é citado e discutido. É interessante o fato de que o autor reconheça que, quando o esquematismo é debatido nesta passagem e antes dela, Horkheimer e Adorno (1947/1985) estão tecendo críticas à concepção da moral e do conhecimento encontradas em Kant como manifestação da razão como instrumento de dominação e apresente a seguinte formulação sobre o esquematismo, fundamentada no que escrevem os frankfurtianos no início do segundo excurso da *Dialética do esclarecimento*: “O esquematismo kantiano é a atividade responsável por uma espécie de harmonia preestabelecida entre o real e o nosso poder de conhecer. O esquematismo, como um estruturador prévio de toda percepção, seria a garantia da homogeneidade do universal (as categorias do entendimento) e do particular (o fenômeno), que teria como objetivo, promover a unidade de diversos conhecimentos em um sistema, cujos princípios são os da autoconservação burguesa” (Rocha, 2006, p. 64). Todavia, com sua enunciação/explicação do trecho sobre a “verdadeira natureza do esquematismo”, Rocha (2006) o limita, de certo modo, à indústria cultural asseverando que “A administração e a reificação do espírito seriam aqui um primeiro momento do que os autores vão considerar como a ‘expropriação do esquematismo’ promovida pela indústria cultural” (p. 64). Porém, o que está em discussão nessa passagem não é a racionalidade da indústria cultural, é mais amplo que ela e a engloba; trata-se da razão no processo universal do esclarecimento humano, da “forma de conhecimento que lida melhor com os fatos e mais eficazmente apóia o sujeito na dominação da natureza” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 82). É possível afirmar que, como se trata da razão cujos “princípios são o da autoconservação” (p. 82) é anterior à forma burguesa, ao “esclarecimento burguês” (Rocha, 2006, p. 64), embora encontre na racionalidade burguesa alta e decisiva expressão.

²⁵ Significativa distância do sentido de expropriação permanece em edições de outras línguas: em espanhol o verbo em questão é vertido pela expressão “*lleva a cabo*” (“leva a cabo”, que tem o sentido de realizar, concluir) — o que se aproxima muito dos elementos enfatizados neste trabalho; em inglês o verbo é “*purveys*” (fornecer, prover); no original alemão o verbo é “*betreibt*” que pode significar, segundo o dicionário leo.org, “praticar”, “gerir”, “acionar”, o último significado proveniente do campo técnico/tecnológico “(TECH.)”. As edições consultadas são as mesmas mencionadas na nota 20. Rocha (2006, p. 62), na nota de rodapé de número 3, especifica que a expressão “expropriação do esquematismo” é de autoria do Prof. Dr. Rodrigo Duarte, e remete o leitor ao texto base no qual ela é apresentada (Duarte, 2003b) e à formulação “... Horkheimer e Adorno se apropriam do conceito de esquematismo, no sentido de mostrar em que medida uma instância exterior ao sujeito, industrialmente organizada no sentido de proporcionar rentabilidade ao capital investido e de garantir ideologicamente a manutenção do *status quo*, usurpa dele a capacidade de interpretar os dados fornecidos pelos sentidos segundo padrões que originariamente lhe eram internos...” (Duarte, 2003b, pp. 96-97). Todavia, depois, é possível verificar algumas passagens em que a expressão “expropriação do esquematismo” é anotada por Rocha (2006) de tal modo que parece constar em Horkheimer e Adorno (ver, por exemplo, págs. 67, 100, 114).

e o entendimento individuais são intuídos na manipulação e na administração, o modo de ser do indivíduo que entra na conta é o indivíduo massificado, como parte da ideologia da massa da qual depende a indústria cultural e é inculcada por ela, lembrando que sua consideração pelas massas é o intuito de produzi-las. Esse é o ponto no qual o esclarecimento é a mistificação das massas na indústria cultural, isto é, ela logra as massas pela imagem que produz delas e à qual pretende fazer com que elas correspondam. Afinal, aquela reivindicação de muitos estudos em favor de reconhecer os indivíduos no circuito comunicativo se realiza magistralmente, os indivíduos são absorvidos como se quer que eles sejam e em sua instalada conformidade com o sistema, em um processo de “antidesmistificação” (Adorno, 1963/1986, p. 99).

Algumas formulações, mesmo irreconciliavelmente distantes quanto aos fundamentos teóricos, quanto aos conceitos e hipóteses, oferecem uma descrição muito aproximada desse quadro do esquematismo, chegam mesmo a supor “focos cognitivos estruturados” e a tratar daquela percepção do público previamente preparada e que confirma o juízo do próprio público:

A mídia participa da definição de quais serão os temas relevantes em uma disputa específica. As pesquisas de opinião são, muitas vezes, mobilizadas para confirmar essa relevância, em circuitos em que o destaque atribuído a determinados temas e narrativas alimenta e reforça os discursos em diferentes âmbitos — na programação jornalística e de entretenimento, na propaganda política, nos debates no campo político estrito senso e em sondagens de opinião que dariam acesso à “opinião pública”. As preocupações individuais destacadas por essas pesquisas são, muitas vezes, o desdobramento de “focos” cognitivos estruturados, ao menos parcialmente, pelos próprios discursos presentes nos meios de comunicação. (Biroli & Mantovani, 2010, p. 92)

Descrições como essa parecem ratificar, retrospectivamente, feitas as necessárias diferenciações, as formulações anteriores sobre a indústria cultural. Elas até podem ser vestígios de momentos nos quais o objeto ganha centralidade no conhecimento e se apresenta de modo muito semelhante a despeito das categorias diferentes que em torno dele são consteladas, ou mesmo de uma certa capacidade descritiva, que também é importante. Porém, o fato de elas não se apropriarem do conhecimento existente sobre a sociedade e sobre a subjetividade e superarem o aspecto de intuição inaudita faz com que elas sejam tardias. Os fenômenos aos quais se referem se assentam sob velhos estratos, mas elas estão aquém da compreensão desses estratos e todos pagam o preço da *amnésia social* (Jacoby, 1977).

Biroli e Mantovani (2010) atribuem, parcialmente, aos “discursos presentes nos meios de comunicação” a estruturação dos “‘focos’ cognitivos”, porém, como visto, sem que a função do esquematismo estivesse sedimentada no próprio entendimento humano e na racionalidade social, o esquematismo levado à cabo pela indústria cultural não encontraria sua necessária correspondência no interior das pessoas e sua força objetiva. A ênfase das autoras no “discurso” tem consequências importantes. Sobre ele Biroli e Mantovani (2010) ainda assinalam que “a

compreensão que os eleitores têm das disputas está relacionada também a valores e discursos estruturados ao longo do tempo” (p. 93) e que “as representações sobre a democracia e as disputas eleitorais em contextos específicos são construídas em um ambiente comunicacional e político pouco plural, em que a capacidade de produzir e difundir discursos legítimos está nas mãos de poucos” (p. 114). A problemática do agendamento e do enquadramento se mostra, então, como uma contenda por distribuir a capacidade de “produzir e difundir discursos legítimos”, por pluralizar o “ambiente comunicacional” que, no caso, passa por sua abertura a outros atores — é importante dizer que, para as autoras, abertura não apenas em termos de presença. A ideia parece caminhar no sentido dessa concorrência entre enquadramentos:

os enquadramentos presentes nos textos correspondem a interpretações da realidade que foram privilegiadas, em detrimento de outras (PORTO, 2004). São ênfases que permitem a retomada de sentidos já cristalizados, no sentido proposto por Goffman (2006). Isso não significa que a presença dos diferentes enquadramentos exclua enquadramentos concorrentes, constituindo um contexto harmônico para a significação dos fatos e a valorização dos atores. (p. 102)

Deriva daí o próprio procedimento analítico utilizado pelas autoras, o método da análise das vozes, com “o objetivo de mapear o recurso aos diferentes atores e posições sociais” (p. 99)²⁶ no qual são identificadas as diferentes “vozes” (político-eleitoral, técnica, popular, empresarial, do movimento social organizado), sua frequência e o modo como aparecem na cobertura midiática, ou seja, o enquadramento. Diante da conclusão de que, quanto à questão analisada por elas, as “vozes populares” eram mais “objeto de discurso” do que “sujeitos” de discurso (p. 101), passam a ressaltar a “assimetria entre as opiniões” a baixa frequência das “narrativas antagônicas” e sua acomodação forçada “aos enquadramentos predominantes”, minando a capacidade que teriam de produzir “ruídos” (ver pp. 112-113). O resultado é uma defesa de enquadramentos contra hegemônicos, de narrativas alternativas, da simetria entre distintas opiniões, e de que outras vozes alcem a posição de sujeitos do discurso.

A verdade é que a indústria cultural é capaz de cumprir essas demandas que não põem necessariamente em xeque o esquematismo. A harmonização do irreconciliado, externamente sintetizada, é seu objetivo e é importante considerar que, enquanto irreconciliado, ele permanecerá objetivamente desarmônico, porém, neutralizado em suas diferenças. As diferentes vozes são admitidas, desde que o idioma seja a ideologia e elas não precisam ser versadas nele. A função do filtro da indústria cultural é menos discriminar o que fica dentro e o que fica fora; tudo pode ficar dentro — afinal, o mundo inteiro deve passar por ele —, desde

²⁶ A pesquisa investigava as disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral do ano 2000 em relação ao Programa Bolsa Família.

que retocado com os contornos adequados; “a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 159).

Dentre as concepções sobre agendamento e enquadramento encontra-se, em alguns momentos, a tendência oposta àquela inclinação a medir os impactos políticos a partir de conteúdos midiáticos estritamente políticos; tendência importante:

os meios de comunicação atuam, cumulativamente e a partir de diversos tipos de conteúdo, na própria definição daquilo que é interessante para os indivíduos. A atenção seletiva não é produto de um ambiente social anterior ou independente da presença da mídia. Os valores mobilizados para avaliar comportamentos e situações são produtos de uma sociedade midiaticizada — ainda que um dos termos não contenha o outro. Isso não significa que as preferências e interesses resultem da mídia ou de discursos midiáticos específicos. E quando não resultam (de acordo com o recorte definido para avaliar a correspondência entre comportamento político e mídia), isso não significa que os meios de comunicação tenham deixado de participar do processo de produção das preferências e interesses. (Biroli & Miguel, 2013, pp. 85-86)

Como noutros momentos emerge a tentativa de especificar a sociedade atual nos termos da presença da mídia, como seu eixo. Com a ideia de “sociedade midiaticizada” — mesmo hesitante, pois, segundo os autores, os termos não contêm um ao outro — se compraz a sociedade industrial no capitalismo tardio, na qual a “dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico” (Adorno, 1972/1986, p. 67), as classes sociais continuam existindo porque são definidas “pela posição quanto aos meios de produção” (p. 65) que dividem a humanidade entre proprietários e trabalhadores, e na qual o “trabalho industrial tornou-se o modelo” da totalidade, expandindo sua lógica desde a “produção material, para a administração, para a esfera da distribuição e para aquela que se denomina cultura” (p. 68).

Observando o entrelaçamento entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas e que “umas contêm as outras em si” (p. 71), Adorno (1972/1986) indicou que

É isso que leva a recorrer sem mais às forças produtivas onde as relações de produção têm prioridade. Mais do que nunca, as forças produtivas estão sendo mediadas pelas relações de produção; de um modo tão completo, talvez, que estas aparecem, exatamente por isso, como a essência; elas se tornaram totalmente uma segunda natureza. (p. 71)

Os meios de comunicação formam parte das forças produtivas, a dominação exercida por meio deles, na indústria cultural, é ampla. Talvez a isso obedeça a propensão a fazer deles o cerne, como é o caso naquela ideia de “sociedade midiaticizada”. No entanto, são as relações de produção, quase sempre ignoradas, que têm prioridade e aquela propensão a fazer as forças produtivas se passarem como a essência não é desimportante: ela protege a forma dominante das relações de produção ao manter-se como aparência socialmente necessária, como ideologia.

A ideologia é reforçada em outro aspecto na passagem de Biroli e Miguel (2013) anteriormente citada. No lugar de ideologia, fala-se, com neutralidade, de “valores mobilizados para avaliar comportamentos e situações” (p. 86), aludindo ao enquadramento. Aliás, o termo

estende-se a outros fenômenos: “valores políticos hegemônicos”, “valores políticos dos eleitores”, “valores de fundo” do noticiário, “valores que estão na base dos julgamentos”, “discursos valorativos” (ver pp. 82-83). Este e outros conceitos frequentemente anotados nas passagens inventariadas aqui, como é o caso de mídia, atores sociais, discurso e poder — o qual, como visto, serve para ser atribuído à mídia, serve para tratar dos poderes de agendamento e enquadramento que ela tem, mas também serve para designar a mesma capacidade, mesmo em uma medida diferente, para a política e para as audiências —, padecem da neutralização diagnosticada por Adorno (1972/1986): “Em tais categorias, desaparece o aguilhão e, com isso, poder-se-ia dizer, o elemento propriamente social da sociedade, a sua estrutura” (p. 71)²⁷. Uma tal desapareção da estrutura social pode ser confirmada na afirmação sobre a participação — com reservas, é verdade — da mídia no processo de formação de preferências e interesses individuais (Biroli & Miguel, 2013), sem, contudo, levar em conta a determinação social das necessidades, preferências e interesses, desaguando em conclusões abstratas como:

As preferências e opiniões individuais são, no entanto, efeito de relações sociais complexas, em que os recursos para a definição da opinião e sua expressão variam segundo a posição social objetiva dos indivíduos e excedem a agenda e os enquadramentos midiáticos. (p. 88)

Tanto mais complexas hão de parecer as relações sociais quanto mais se renunciar ao conhecimento sobre sua materialidade, que não é simples. É em função dessa renúncia que, como consta acima, acaba-se saltando, sem mediação, sobre o abismo que se forma entre uma sociedade considerada de modo quase indeterminado e os indivíduos, que são tomados em sua “posição social objetiva”, a qual, nesse caso, diz respeito apenas a aspectos tais como as diferenças em relação ao acesso às informações, os critérios que orientam a relevância dada a estas e as diferenças de público; assim como em Miguel (2004b), para quem as “condições sócio-culturais do indivíduo e a oferta disponível no mercado político... formam os elementos fundamentais da adesão política” (p. 97). O crucial, a “posição social objetiva” e as “condições sócio-históricas”, ou se consome em aspectos secundários, ou designa uma generalidade.

Dessa perda do “elemento propriamente social da sociedade” também é um sinal aquela ausência do conceito de ideologia como dominação. É oportuno, nesse sentido, fazer outra diferenciação entre as ideias de agendamento e enquadramento e o conceito de esquematismo. A ideologia é um aspecto constitutivo deste: “os modelos de fato atualmente efetivos são o conglomerado das representações ideológicas, que se interpõem entre os sujeitos e a realidade

²⁷ A constatação Adorno (1972/1986) alude aos conceitos de “poder” e “controle social”. Como visto, os estudos que tratam da instrumentalização dos meios de comunicação, afeitos aos conceitos de controle e manipulação, também não fazem notáveis referências ao capitalismo, portanto também pode ser que se esvaia a estrutura social.

e filtram a realidade” (Adorno, 1996, p. 104 citado por Duarte, 2003a, p. 454)²⁸. Os efeitos de agendamento e enquadramento contêm algo dessa posição intermediária — não é frequente a referência à mediação — e da filtragem da realidade, mas lhes escapa a ideologia. Tratam da “atenção da população” dirigida e captada, da indicação de “um modo de percepção” para os telespectadores, da criação de “representações sobre os problemas, as crises, a dinâmica política e, enfim, sobre os próprios candidatos” (Finamore & Carvalho, 2006, p. 350) e inclusive, ressaltando o monopólio da comunicação social, indigitam que, por meio “da hierarquização de temas, selecionando o que deve, ou não ser do conhecimento público, e decidindo o que deve ser discutido, debatido ou pensado, esse monopólio age orientando o fluxo de informações para os desfechos que lhe interessa” (p. 351). Contudo, esses “modos de percepção”, “representações” e “desfechos” são concebidos como formas particulares de discursos em um contexto com outros variados discursos — mesmo que em posição desigual, pois afirma-se que a capacidade de disseminar “significados quanto à realidade social”, isto é, de produzir discursos, está “contemporaneamente centrada na mídia” (p. 350) e problematiza-se os “discursos hegemônicos” (p. 360). A relativização compreendida aí se incute mesmo em categorias intimamente ligadas ao processo material, como alienação:

Consideramos, em uma perspectiva próxima a esta que relativiza o poder da mídia, que falar em alienação é tratar de um confronto de *discursos*. Essa concepção abarca tanto a crítica à determinação dos meios de comunicação de massa quanto a idéia de que as mensagens veiculadas através deles não alcançam um espaço vazio, mas um meio vivo, com características próprias, que transforma e interpreta a mensagem. A partir dessa concepção também se poderá falar em diferentes forças agindo sobre os indivíduos, diferentes discursos, nem sempre facilmente contabilizáveis. Construídos nas relações cotidianas face a face e/ou através de relações virtuais, possíveis pela contínua expansão dos meios de comunicação de massa, esses discursos estão associados às diferentes categorias sociais que demarcam o território social, como, por exemplo raça, religião, nacionalidade ou gênero, cobrindo não apenas os grupos dominantes da sociedade como também aqueles a que chamamos genericamente de excluídos. (Finamore & Carvalho, 2006, p. 349)

Dessa proposição cabe ressaltar alguns pontos, na medida em que ela sintetiza tendências gerais já apresentadas. O primeiro: a desconsideração pelos processos materiais, que se deixa entrever na redução da alienação a um “confronto de discursos” e na rejeição à ideia de determinação. Quanto a esta, cabe pontuar que a rejeição é propriamente daquelas proposições para as quais a mídia é um ente soberano, posição com a qual há algum nível de concordância por parte deste trabalho ao assinalar a indústria cultural como um setor dependente e ao criticar a caricatura que se faz da mídia como esfera autônoma (autonomia defendida pelo estudo do qual provém o excerto). Todavia, junto da rejeição dessas proposições é execrado o próprio

²⁸ Segundo Duarte (2003a), nesta passagem do ensaio *Teoria da semicultura*, estaria presente, mesmo sem ser explicitamente referenciado por Adorno (1959/1996), o conceito de esquematismo.

conceito de determinação, inadvertidamente confundido com o que é direto e absoluto, aspectos estes que recaem justamente sobre aquilo considerado indeterminado. No caráter determinado da indústria cultural se encontra a condição de situar sua posição efetiva na organização social, nem a subestimando, nem a superestimando. Assim, é necessário admitir que não é porque uma perspectiva “relativiza o poder da mídia”, moderando seu alcance e evitando fazer dela o centro da realidade, que ela qualifica de modo mais adequado sua posição no interior da sociedade. Para isto, é necessária a compreensão da sociedade como mais do que um “território social”, um jogo de múltiplas “forças”, atribuídas aos “discursos”, e que agem sobre indivíduos com marcas particulares das “categorias sociais” às quais eles pertencem. Este é o segundo ponto.

Essas marcas e categorias não são, de modo algum, irrelevantes para o conhecimento do impacto da indústria cultural. Porém, ao serem evocadas para especificar os discursos e a sugerida multiplicidade destes, correspondendo a uma variedade de forças sociais difícil de contabilizar, encaminha-se para uma rarefação da força que realmente predomina e que domina os grupos e indivíduos cujas “características próprias” estão ameaçadas, bem como as capacidades de “transformar e interpretar” (enfraquecidas pelo esquematismo dentro do qual pouco conteúdo subsiste nas mensagens para ser transformado e interpretado), grupos e indivíduos que, de fato, não são vazios, mas socialmente mediados, em um sentido mais profundo do que ideias como a de que “as pessoas que consomem as visões de mundo produzidas pela mídia também as reinterpretem de diferentes maneiras, de acordo com seus backgrounds, tradições, influências de outros aparelhos ideológicos etc.” (Miguel, 2004b, p. 95). O conglomerado de representações ideológicas — não são simples “visões de mundo” — interposto entre a realidade e os sujeitos os encontra sobredeterminados e reforça isso: “a absorção de todas as tendências da indústria cultural na carne e no sangue do público se realiza através do processo social inteiro” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 128). Na seara dos discursos, por seu turno, busca-se a moderação do poder da mídia na multiplicidade de forças do “ambiente” social e nos grupos e sujeitos expostos a ela como “meios vivos”, isso atenua, conforme essa perspectiva, aquele poder e a mídia é considerada “como um amplificador de discursos que estão circulando entre os grupos sociais, conformando as identidades sociais e o próprio universo simbólico onde estes grupos existem” (Finamore & Carvalho, 2006, p. 358).

Quando a mídia, nesse caso, é situada socialmente, mesmo nesse sentido limitado, a avaliação de seus efeitos sobre a política passa a demandar a “atenção a como é feita a construção cotidiana desses discursos hegemônicos através de todos os meios que alcançam o senso comum”, incluindo as “conversas do dia-a-dia, a sua presença na mídia ‘não informativa’, como novelas, programas humorísticos ou revistas de entretenimento” (p. 360); isso é um

avanço, em contraste com a circunscrição ao conteúdo estritamente político — avanço também verificado, anteriormente, em Biroli e Miguel (2013). Ao mesmo tempo, porque fia-se naquelas duas miragens do deserto social — a multiplicidade de forças/discursos e os grupos e sujeitos como “meio vivos” —, a moderação do poder da mídia termina soando como uma subestimação de sua função aparentemente tão difícil de apreender, multifacetada e cercada por ressalvas nessa concepção. Conseqüentemente, a dominação como um todo é subestimada — ela só entra em consideração na forma moderada do que é “hegemônico”. Ao contrário disso, o lugar determinado da indústria cultural nas relações sociais de dominação consubstanciadas no capitalismo desvela sua mordacidade, pois ela atinge com violência aqueles que foram violados: “A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 125). A opressão não cessa mesmo após ter extorquido tudo o que podia do corpo por obediência à ameaça; ela segue até converter a obediência à coerção em paixão, sob mais violência:

Os homens dizem sim à cultura de massas porque sabem ou intuem que ali se ensinam os *mores* que lhes concedem salvo-conduto para a vida monopolizada. Mas esse salvo-conduto só vale quando é pago com sangue, com a entrega da vida inteira, com a apaixonada obediência à odiosa coerção. Por isso, e não pelo “emburrecimento” das massas, que seus inimigos lhe imputam e seus filantrópicos amigos refutam, a cultura de massas é tão irresistível. (Adorno, 1981/2020, p. 199)

A “primazia da mídia na construção da agenda e também seu enquadramento” (Miguel, 2004a, p. 251); o fato de que o “poder de agendamento da mídia permanece incontestado”; a “maior legitimidade do discurso da mídia” (p. 243); e os correlatos disso, a saber, a dificuldade de “enquadramentos desviantes” se imporem (p. 247); a não abertura para enquadramentos outros propostos “pelos partidos e candidatos” (p. 249) e para uma “reinterpretação da realidade social” (p. 254); a averiguada dificuldade de “reverter enquadramentos hegemônicos da realidade” (p. 255), tudo isso é, na verdade, confirmação da primazia, não da mídia, mas do duro princípio desta realidade já que a ideologia, reproduzida em moto-contínuo pela indústria cultural, assumiu como uma de suas importantes tarefas proclamar de modo enfático e sistemático a ordem existente e para “demonstrar a divindade do real,... limita-se a repeti-lo cnicamente” deixando “duas opções: participar ou omitir-se” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 138). Essas opções coagem tudo e todos e se impõem, com resultados distintos, às outras dimensões sociais como aos partidos na política — dos quais os excertos de Miguel (2004a) constata a impotência, que é impotência universalizada.

Por vezes a problemática do enquadramento é formulada como o demérito de “interpretações particulares”. A questão do esquematismo é, todavia, seu caráter total, generalizador. O demérito do particular já se deixava observar na defesa da objetividade

assegurada por um *ethos* profissional e outros aspectos citados, mas encontra em Motta e Alencar (2011) esta caracterização:

Entman (2004) define enquadramento como um processo de seleção e hierarquização de alguns aspectos da realidade pelos jornalistas em suas práticas de trabalho. A ocorrência de um evento qualquer ativa paradigmas na mente dos jornalistas estimulando o uso de certas imagens ressonantes na construção das notícias. Os “objetos” da realidade são “enquadrados” (*framed*) como “um problema, uma solução ou uma questão moral de fundo”. Os enquadramentos jornalísticos promovem, portanto, interpretações particulares das questões. Assim, incidem sobre os eventos, atores e questões políticas. (p. 28)

Decerto, o esquematismo entranha-se particularmente no íntimo daqueles diretamente responsáveis por produzir e comercializar, segundo os mais rígidos parâmetros, suas formas vendáveis e a conexão do fenômeno com as práticas do processo produtivo de campos específicos como o jornalismo é clara, mas os “paradigmas” ativados “na mente do jornalista” não diferem dos exigidos de todos. Eles não são ativados e desativados diante de ocorrências, enformam, isto sim, a percepção e entendimento do mundo. Quando a realidade dispensa a capacidade de reflexão e, na verdade, esta arrisca atravancar o funcionamento daquela, o avanço social regressivo encontra “seu correlato na involução da consciência, em uma regressão do homem, para aquém da possibilidade objetiva que hoje lhe estaria aberta. Os homens perdem as qualidades que eles não mais precisam e que só os atrapalham; o cerne da individuação começa a decompor” (Adorno, 1972/1986, p. 73). Lukács (1923/2018) observou a amplitude com que o capitalismo produziu, “pela primeira vez, com uma estrutura econômica unificada para toda a sociedade, uma estrutura de consciência — formalmente — unitária para o conjunto dessa sociedade” (p. 221). A abrangência dos problemas de consciência estendia-se desde sobre o trabalhador até a classe dominante. Lukács (1923/2018) menciona o caso do próprio jornalista, contudo, como paroxismo do universalizado processo de reificação da consciência:

o “virtuoso” especialista, o vendedor de suas faculdades espirituais objetivadas e coisificadas, não somente se torna um espectador do devir social..., mas também assume uma atitude contemplativa em relação ao funcionamento de suas próprias faculdades objetivadas e coisificadas. Essa estrutura mostra-se em seus traços mais grotescos no jornalismo, em que justamente a própria subjetividade, o saber, o temperamento e a faculdade de expressão tornam-se um mecanismo abstrato, independente tanto da personalidade do “proprietário” como da essência material e concreta dos objetos em questão, e que é colocado em movimento segundo leis próprias. A “ausência de convicção” dos jornalistas, a prostituição de suas experiências e convicções só podem ser compreendidas como ponto culminante da reificação capitalista. (p. 222)

É inevitável deixar de notar o quanto a “atitude contemplativa” daqueles que venderam suas faculdades espirituais diante do funcionamento coisificado delas remonta à atitude esperada dos sujeitos, como espectadores, diante da função do esquematismo levado à cabo, como “mecanismo abstrato” (abstraído deles), pela indústria cultural; trata-se da espoliação do segredo decifrado — o que se segredava na interioridade —, um tipo de meio que, como todos

os outros meios de produção, foi concentrado a fim de garantir a reprodução da realidade do capital por meio das pessoas e contra elas. O mecanismo é abstraído da “essência material e concreta dos objetos”, o que oportuniza apontar que o esquematismo não faz justiça nem ao mundo que é objeto de percepção e entendimento nem aos sujeitos que o percebem e entendem.

Não são, portanto, as “interpretações particulares da realidade” o problema, como presumem Motta e Alencar (2011) para quem “a interface jornalistas-elites-*decision makers* [tomadores de decisão] é um ponto chave na disseminação de informações e enquadramentos através da mídia. Mas não é fácil determinar quem influencia quem” (p. 38). Em contraposição a isso, cabe lembrar aquela universalidade dos problemas da consciência reificada (Lukács, 1923/2018). Em proposições como a de Motta e Alencar (2011) evidencia-se o anseio por descobrir quem é o principal influenciador, o intuito de estabelecer uma ordem de responsabilidades no “fluxo de influências” (mesmo diante da verificação pesarosa de sua impossibilidade, por parte dos autores), resultante de uma compreensão personalista e que desconsidera o aspecto sistemático do próprio mecanismo da indústria cultural. Diante da impossibilidade de determinar quem influencia quem, os autores concluem que a “inserção questões sociais na agenda da mídia parece, portanto, ser resultado de um círculo de influências mútuas, mais do que de efeitos em cascata, que fluem do alto para baixo” (p. 39). Mesmo os resíduos descritivos nos quais os caracteres da indústria cultural podiam ser observados — neste caso a metáfora dos efeitos de uma cascata que flui do alto para baixo, análoga à organização operada na indústria cultural, que é “de cima para baixo” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 115) — são substituídos por noções atenuantes: o “círculo de influências mútuas”.

Poder-se-ia acompanhar detidamente outros desdobramentos dessas ideias de agendamento e enquadramento, mas neste ponto este trabalho limita-se a enunciar alguns deles como, por exemplo, a centralidade conferida por suas definições ao elemento de hierarquização dos temas e atores da realidade (Azevedo, 2001, 2018; Finamore & Carvalho, 2006; Motta & Alencar, 2011; Ortunes, Martinho & Chicarino, 2019). Tal capacidade atribuída à mídia parece ser, antes, decorrente da reificação da consciência e de formas de modelagem ideológica que, nesse caso, para hierarquizar aspectos da realidade, poderiam se amparar nas diferentes necessidades psíquicas das pessoas. Também caberia uma análise de noções anexas as de agendamento e enquadramento como, por exemplo, a de *ripple effect*, ou efeito de ondulação (Lourenço, 2009; Azevedo, 2018). Essa noção exprime a ressonância entre conteúdos em diferentes meios de comunicação; conteúdos dos jornais que ressonam na TV, ou da TV que ressonam nas mídias digitais, algo como a indicação de Mota e Biroli (2014) de que “muitas vezes, o que circula pela rede é reprodução integral ou ressonância dos conteúdos de portais,

sites de jornais e *blogs* de jornalistas bem situados no mercado de comunicação” (p. 205) ou a “repercussão da pauta” discutida por Azevedo (2006). Isso que cientistas mais recentes descrevem e nomeiam — comumente com termos em língua inglesa ou dela traduzidos (*agenda-setting, framing effect, ripple effect, priming*²⁹) — foi antecipado como elementos da indústria cultural por Horkheimer e Adorno (1947/1985). Mas o esquecimento não é o único, ou o principal, problema. Modos de operação do sistema, aparecem, nesses casos, como efeitos particulares e a inclinação a assumir com ênfase esses efeitos parece preferível a admiti-los como caracteres do sistema, algo que dependeria, em primeiro lugar, de reconhecer a existência do sistema. Assim, eles não despontariam como características tão pronunciadas e isoladas, mas como elementos dependentes, por exemplo, de como o sistema da indústria cultural atua para conferir a tudo um ar de semelhança.

Após essa exposição sobre agendamento e enquadramento, cuja extensão é reflexo do movimento de uma tentativa de compreensão, cumpre retomar a indicação da existência de outros efeitos destacados pelos autores dedicados ao estudo da relação entre mídia e política. A ênfase no agendamento e no enquadramento corresponde ao destaque assumido por eles nos trabalhos; há, porém, outra dimensão crucial observada nos estudos. Ela concerne aos efeitos e embora coincida, às vezes, com o emprego daquelas duas noções, não deriva diretamente delas. Ela se deixa verificar em vários aspectos já assinalados, como o ideal de objetividade jornalística, a exigência de coberturas equilibradas, a acusação contra a assimetria informacional, a díade “enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis” e outros, mas transparece nos métodos e conclusões de algumas das pesquisas. Cabe retomar, de maneira sumária, quatro estudos como exemplos e ponto de partida.

O estudo de Azevedo (2018) analisa a relação entre a grande imprensa do Brasil (jornais impressos de grande circulação) e o “petismo” entre os anos de 1989 e 2014, seu principal procedimento é a análise de valências. Como explicitado antes, essa técnica consiste na atribuição de valores positivos, negativos ou neutros à conteúdos (manchetes, notícias, fotografias ou editoriais, por exemplo) no intuito de mensurar se prevalecem posicionamentos favoráveis, desfavoráveis ou neutros. Nessa longa série temporal o autor constatou a predominância de editoriais (seu material empírico específico) negativos em relação ao PT.

Outra pesquisa, do mesmo autor (Azevedo, 2001), comparou a cobertura eleitoral dos candidatos ao governo municipal de São Paulo no ano de 2000 em diferentes fontes de mídia

²⁹ O “conceito de *priming* aponta que o noticiário afeta o julgamento sobre os líderes políticos, na medida em que os cidadãos tendem a dar maior peso aos assuntos que encontram maior destaque na agenda pública” (Miguel, 2004b, p. 96).

imprensa também a partir da análise de valências. Com base na verificação de que prevaleciam, em geral, valências neutras e positivas sobre os diferentes candidatos, o autor concluiu que os principais veículos de imprensa avaliados teriam se comportado conforme o padrão de objetividade (segundo os critérios definidos por ele) e que se notava “um saudável processo de distanciamento e neutralidade da imprensa em relação aos candidatos e partidos” (pp. 199-200).

O estudo de Feres Júnior e Sassara (2016a) analisa as valências de matérias de capa sobre a então presidenta reeleita Dilma Rousseff em três jornais de ampla difusão no país. Constata a baixíssima ocorrência de matérias ambivalentes e favoráveis, em contraposição a um maior número de matérias neutras e negativas e conclui, contrariando as hipóteses que preconizam uma chamada lua de mel entre a mídia e os candidatos eleitos depois de sua vitória, que a cobertura sobre Dilma Rousseff se tornou mais negativa depois de sua vitória eleitoral em 2014.

Nunomura (2013) examina o noticiário político e o *Twitter* e se os agendamentos de um e outro se refletiram ou não durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2010. O autor compara os tópicos mais discutidos no *Twitter* e as notícias valorando ambos os conteúdos com os seguintes critérios: se eram pró-Dilma, pró-Serra ou neutros. Embora haja contradições em suas conclusões, o autor indica discrepâncias entre o conteúdo veiculado no noticiário político e o conteúdo mais popular no *Twitter*; neste haveria mais manifestações favoráveis à Dilma Rousseff. No entanto, não são as conclusões específicas que interessam neste momento.

Esses estudos foram evocados para chamar atenção para o aspecto do que é neutro. A medida do positivo e do negativo são as mais importantes para as conclusões dos autores e o neutro é até defendido como critério de objetividade informativa, como por Azevedo (2001). Surpreende nos dados e gráficos apresentados por esses autores sobre os distintos objetos pesquisados como a neutralidade desponta com relevância superior à das outras medidas, mas se subsume nas análises. Ela é um ponto cego para o conhecimento, mas, possivelmente, o cerne da “nova ideologia” que “tem por objeto o mundo enquanto tal” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 138). Nesses aspectos considerados neutros se encontra operante uma importante forma da ideologia, tanto mais eficaz quanto mais vazia, difundida pela indústria cultural:

a ideologia assim reduzida a um discurso vago e descompromissado nem por isso se torna mais transparente e, tampouco, mais fraca. Justamente sua vagueza, a versão quase científica a fixar-se em qualquer coisa que não se deixe verificar, funciona como instrumento da dominação. Ela se converte na proclamação enfática e sistemática do existente. A indústria cultural tem a tendência de se transformar num conjunto de proposições protocolares e, por isso mesmo, no profeta irrefutável da ordem existente. (p. 138)

O progresso dessa tendência escapa aqueles estudos. A conhecida e já indicada grande quantidade de estudos sobre o período eleitoral (Feres Júnior & Sassara, 2016a) também tem algo importante a dizer sobre o mesmo aspecto.

No anseio de constatar a vitória ou celebrar a derrota da mídia — e, com isso, obter uma prova contundente do estatuto de seu poder político (se segue inabalável ou se foi superado por outras instâncias) — os posicionamentos mais ou menos explícitos dela são confrontados com o resultado das urnas para saber se coincidem ou não; este é um proceder usual das pesquisas. É evidente que essa é uma maneira esclarecedora de observar seus efeitos, em especial no contexto brasileiro em que o domínio sobre os meios de comunicação é marcado por alta concentração (monopólio) e por propriedade por parte de políticos. Porém, a verificação que para aí é insuficiente. Se sua medida, o resultado eleitoral, atesta a continuidade do poder midiático — porque conseguiu provar que o resultado pretendido pelos agentes mais poderosos desse setor, em favor do qual foram empregados os meios abertos e encobertos de manipulação, foi alcançado —, apenas uma parte da força material da ideologia foi desencoberta, aquela mais visível, os interesses mais diretos que se manifestam no jogo político. Essa parte não é, de modo algum, sem importância; em especial quando a dominação e as negociações são feitas às claras, quando todos sabem delas enquanto ocorrem ou são informados imediatamente depois.

Se, todavia, não se consegue atestar essa concordância porque o resultado do pleito eleitoral contraria os esforços visíveis e invisíveis da mídia, o que é possível concluir? Alguns chegaram a falar da derrota da mídia em função de certos resultados eleitorais e outros reforçaram suas teses da irrelevância da mídia sobre a política — teses que, por sua própria natureza, independem dos resultados ou podem até tomar as inconsistências entre o resultado das urnas e a inclinação política da mídia em favor de seu próprio argumento. Essa medida, o resultado das eleições, é *uma* medida, uma medida importante, mas uma medida de superfície. Alguns autores, como Bezerra e Mundim (2011), conseguiram evidenciar a influência da “variável midiática” sobre o voto até mesmo em uma eleição cujo resultado foi avesso aos interesses dos mais proeminentes veículos midiáticos (dos poderes que representam), conseguindo, assim, descer mais fundo nessa medida, para além de seu dualismo redutor. Mas seu importante aprofundamento ainda está na superfície, no mais aparente; sem, ao afirmar isso, pretender diminuir a importância do estudo e a inventividade de seu método uma vez que a aparência é uma parte ineludível da própria verdade e o conhecimento desta depende do conhecimento correto e pormenorizado daquela. O voto, sua variável dependente, pode ser objeto adequado e suficiente para a ciência política que, como o fizeram os autores, poderá mensurá-la (como variável) em relação às “variáveis midiáticas” e até mesmo considerando “variáveis controle” (no estudo citado, aspectos como renda, sexo, idade etc.). Quando, porém, nos perguntamos, a partir do diagnóstico de uma sociedade “na qual a política não é mais somente um negócio, mas o negócio é a política inteira” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985,

p. 162), sobre os efeitos de uma dominação que se sedimenta em um nível mais profundo do que a escolha eleitoral (mas volta a se manifestar, decisivamente, nela) por meio da racionalidade social reforçada pela indústria cultural, o “papel fundamental” que os “meios de comunicação” “continuam a desempenhar na política e nas eleições” (Bezerra & Mundim, 2011, p. 453) assume outros limites. A força material da ideologia se deixa verificar no voto concedido por uma pessoa ao candidato A, B, C ou D, mas também na possibilidade de que, sem nenhum esforço que precise se justificar racionalmente, os votos que elegeram o candidato D, e a vontade política democrática representada por esses votos, possam ser revogados também com o apoio, por ação ou inação, dos que votaram em D. Essa é uma possibilidade irmanada àquela perigosa vacuidade da nova ideologia, ao esquematismo da indústria cultural, à forma reificada da consciência e a um tipo ascendente de mentalidade observada por Löwenthal (1945-1966) e por Horkheimer e Adorno (1947/1985): a mentalidade do *ticket*.

A incapacidade de ter experiências se instalou nesta de tal modo que as estereotípias tendem a ser imunes às experiências, podem contrariá-las (se ainda ocorrerem); a razão afundou de tal maneira que um conglomerado de rótulos os mais incoerentes podem guiar os sujeitos contra seus próprios interesses mais racionais (se bem que em favor de interesses irracionais); convicções são substituídas “pelos reflexos predeterminados dos expoentes despersonalizados” (p. 187); e o juízo converte-se numa atividade esquemática de “cega subsunção” (p. 188), ou seja, desaparece “a capacidade de julgar e, com ela, a distinção entre verdadeiro e falso” (p. 188), prevalecendo a subsunção automática do esquematismo. O estarecedor é que essa liquidação da verdade encontra seus ecos e sua defesa no conhecimento, que faz o caráter consciente de uma “opção”, uma ação, depender primordialmente do provimento de “informações adequadas” e da “diversidade de perspectivas”, em lugar do conhecimento e da verdade, estes sim, condição para a democracia, diferente do que é afirmado:

para que o eleitor seja capaz de fazer uma opção consciente, ele precisa estar provido de informações adequadas sobre: (a) quem são os candidatos, quem os apóia, quais são as suas trajetórias e as suas propostas; e (b) o mundo social, isto é, quais são os desafios a serem enfrentados, as alternativas possíveis e suas conseqüências. O adjetivo “adequadas”, na frase anterior, costuma ser lido como “verdadeiras”. No entanto, para a maior parte dos casos relevantes, o valor de verdade é discutível. O que está em jogo são os princípios de percepção do mundo político e social, envolvendo crenças, valores e convicções. Os fatos não precisam apenas ser apresentados, eles precisam ser interpretados, encaixados em narrativas dotadas de poder explicativo, ter seu peso relativo avaliado. Embora falsificações possam e devam ser coibidas, o que caracteriza a informação adequada para uma sociedade democrática é, acima de tudo, seu caráter plural. As diferentes perspectivas e visões de mundo devem estar disponíveis para o conjunto de cidadãos e cidadãs. (Miguel, 2004b, p. 93)

A contraposição do autor à facticidade recai no oposto do qual ela necessita, a relativização. Segundo Horkheimer (1951/1966), na conferência *Ideología e acción*, duas

tendências se estabeleceram no conhecimento diante da contatação do caráter dependente das percepções, valores e pensamentos: uma é a “tentativa convulsiva de ancorá-los filosoficamente” e a outra é a “proclamação contingente de todas as finalidades” (p. 59, tradução nossa). Tem-se, assim, ou a tentativa aflita de ratificar certos princípios (percepções, valores e/ou pensamentos), ou a avaliação equivalente de todos os princípios porque são igualmente dependentes e, portanto, igualmente dispensáveis. Mas a aparente contradição entre essas duas tendências é, na verdade, uma “péssima identidade”:

a doutrina absoluta do valor é somente a outra face da visão relativista, que se esforça para converter o condicionamento ideológico do espírito em princípio filosófico decisivo. Ambas as doutrinas se exigem mutuamente, e ambas são um fenômeno característico de nosso tempo. (p. 59, tradução nossa)³⁰

A afinidade da concepção do excerto supracitado de Miguel (2004b) com a segunda inclinação se deixa verificar em sua defesa das “diferentes perspectivas e visões de mundo” e no questionamento do “valor de verdade”, mas o que resulta disso — a proposição de que os “fatos não precisam apenas ser apresentados, eles precisam ser interpretados, encaixados em narrativas dotadas de poder explicativo, ter seu peso relativo avaliado” — é plenamente conforme com o esquematismo, o qual impõe modelos de interpretação e avaliação do peso dos fatos facultando a construção de narrativas explicativas coerentes, mesmo que irracionais. Nenhum problema haverá nisso para uma compreensão segundo a qual o impasse dos agendamentos e enquadramentos é a distribuição desigual do poder de agendar e enquadrar, o domínio de determinadas narrativas, e a solução é fazer corresponder as narrativas, agendamentos e enquadramentos à pluralidade de estratos e grupos sociais existentes e disponibilizá-los. Para uma compreensão materialista, contudo, “os princípios de percepção do mundo político e social, envolvendo crenças, valores e convicções”, se bem que variem naqueles níveis — os estratos sociais e os grupos —, são determinados em um nível mais fundamental. A esse nível diz respeito o conceito de ideologia, quando este não se deteriora no sentido de “qualquer tipo de totalidade de pensamento: uma teoria, uma representação em particular ou o intelectual em geral” (Horkheimer, 1951/1966, p. 53):

No materialismo econômico, as formas dominantes da consciência variam quando assume outra forma a vida em comum dos homens na sociedade, em virtude de seu confronto com o mundo circundante, e no lugar dos processos vitais do corpo, nos quais os materialistas franceses viam o momento de explicação decisivo, aparecem agora os processos vitais da sociedade. Como correspondente a isso, sob o nome de ideologia não se compreende meramente o pensamento individual, e sim toda a esfera da cultura: política, direito, Estado, arte e religião; o que se considera condicionado não é o pensar de uma pessoa singular, e sim o da espécie nas condições que prevalecem. A hierarquia social, que seria configurada em cada caso de um modo diferente, segundo o tipo de meios técnicos de trabalho de que os homens sabem se

³⁰ É provável que diferentes conformações da ideologia se relacionem com essas tendências distintas.

servir na época correspondente, determinaria no fim das contas suas ideias de Deus e do mundo, do bem e do mal, do belo e do feio. (pp. 55-56, tradução nossa)

A “necessidade social de todos os conteúdos da consciência” (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 188) foi assim expressa, antes, por Marx (1859/2008):

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (p. 47)

Às “formas sociais determinadas de consciência” correspondem as conformações da ideologia. Cumpre desvendar a “mesmice”, a “reprodução do que é sempre o mesmo” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 126), na realidade da sociedade do capitalismo tardio, vigente sob aquele “caráter plural” aludido por Miguel (2004b); mesmo que essa mesmice não submerja toda a pluralidade. Sob (e contra) a pluralidade há um núcleo enrijecido, as relações capitalistas do modo de produção social da existência, que condena, no ritmo da exploração, todo resquício da pluralidade a confirmar, sob ameaça ou como exceção que comprova a regra, sua unicidade pétreia. O problema de uma igualdade comunicativa em uma sociedade desigual, de uma pluralidade formal em uma sociedade injusta, é apresentar como liberalizadas certas dimensões da vida enquanto a base geral — a base real (Marx, 1859/2008) — desta continua aprisionada. Nesse sentido tais proposições são, apesar de suas intenções (afinal não defendem a dominação), coincidentes com o princípio da própria dominação: “Sob o monopólio privado da cultura ‘a tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma. O mestre não diz mais: você pensará como eu ou morrerá. Ele diz: você é livre de não pensar como eu: sua vida, seus bens, tudo você há de conservar, mas de hoje em diante você será um estrangeiro entre nós’”, escrevem Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 125) citando A. Tocqueville. O corpo não foi deixado livre, embora a tirania já tenha alcançado a alma. Tirânico que é, o mestre deixa em aberto a possibilidade de ir direto ao corpo, essa é uma prerrogativa que encurta o caminho até a alma. Não há coerção sobre a alma que não se baseie numa coerção anterior sobre o corpo ou na ameaça de impô-la, mas o princípio espiritualizado da coerção dita a aceitação voluntária — a “regressão autoimposta” (Adorno, 1955/2015, p. 107) — por parte dos dominados da forma como o mestre pensa, um tipo de engajamento e convencimento (ideologia) tão enraizados pelo medo na irracionalidade subjetiva que os ditames objetivos aparecem como o mais sincero anelo de cada um, pois, embora à possibilidade de não subscrever não se siga a imediata execução da pena, essa possibilidade contém a marca de profundo degredo. Por isso, nas

dimensões que parecem mais próprias dos sujeitos — suas convicções, crenças e valores — precisa ser procurado o que é mais avesso a existência deles, o modo de exploração dominante.

Por fim, aquelas convicções, crenças e valores (Miguel, 2004b), não precisam ser legitimadas apenas porque estão *envolvidas* nos “princípios de percepção do mundo político e social” (p. 93). Como afirmou Horkheimer (1951/1966),

Deveria reservar-se o nome de ideologia — frente ao de verdade — para o saber que não tem consciência de sua dependência — e, no entanto, já é penetrável ao olhar histórico —, para o opinar que, em face do conhecimento mais avançado, acabou de se afundar na aparência. A atribuição de valores é ideologia no sentido mais estrito e pregnante, enquanto crê poder libertar-se do entrelaçamento [*entreveración*] histórico ou simplesmente ver aberto o caminho para a casualidade e o niilismo. (p. 64, tradução nossa)

Não configura um atentado contra a pluralidade identificar a ideologia das convicções, valores e crenças. É um dano, isto sim, anuir com a segunda natureza que se forma nos grupos e estratos sociais como se fosse sua essência quando a existência da pluralidade está ameaçada. Elevar, porque simplesmente existem, as convicções, valores e crenças ao estatuto de quesitos para avaliar a realidade, advogando em favor de diferentes visões de mundo não é o mesmo que reivindicar o conhecimento da verdade, que por certo não é unívoca e rígida — embora seja determinada e rigorosa — como as proposições que prescindiram dela fazem parecer, mas não se confunde com a miríade de critérios exteriores: “Quanto mais claramente conhecemos o mundo, mais claramente ele diz — *verum index sui et falsi*³¹ — que não precisa de nenhuma pedra de toque fora de si mesmo” (Horkheimer, 1951/1966, p. 63, tradução nossa).

2.4 Ideologia

A necessidade do conceito de ideologia para as considerações até aqui formuladas é flagrante. No início deste texto foi afirmado que os limites apontados na revisão sistemática — são limites apenas se as considerações se sustentarem — tinham como núcleo a preocupação, por parte desta pesquisa, com a ideologia e que o fato de ela não ser uma questão premente para os estudos era, a um só tempo, o principal argumento para este exame e, por parte dos estudos discutidos, a alegação mais contundente de contestação do apontamento desses limites uma vez que a ideologia não é uma preocupação para eles. É necessário salientar que a relevância do

³¹ O que é verdadeiro é a pedra de toque de si mesmo e do falso ou “o verdadeiro é sua [própria] marca e é também a do falso”, carta 76 de Spinoza a Albert Burgh, datada, provavelmente, de 1675 (Spinoza, 2019, p. 272).

estudo da ideologia fundamentou-se no reconhecimento de sua ausência enquanto um conceito rigoroso e articulado à teoria da sociedade na literatura sistematizada no levantamento realizado nesta pesquisa, ausência cuja atestação havia sido anunciada para um momento ulterior.

Durante a análise das concepções que despontaram nos estudos reunidos no levantamento foram apresentados alguns dos aspectos considerados importantes para o entendimento da ideologia embasados na Teoria Crítica da Sociedade, por isso, esta subsecção limita-se, no geral, a fundamentar a proposição de que não se verifica um conceito rigoroso de ideologia, o que não significa a completa ausência de menção a ela, mas uma neutralidade que marca seu emprego.

Também no caso do conceito de ideologia, quando é utilizado, está ausente o aguilhão, o que faz suspeitar, tendo notado o mesmo caso noutros conceitos, que isso é uma característica difundida, tributária da carência de uma teoria da sociedade que seja crítica. Se “o significado de ideologia e do que são ideologias só pode ser compreendido se reconhecermos o movimento histórico do conceito que é o da própria coisa” (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 185), a identificação dessa vacuidade imperante, por mais que se deixe detectar com facilidade, não é de pouca monta, ela exprime um das funções da ideologia (uma de suas conformações) na medida em que emula o espírito objetivo e, portanto, a vacuidade é a aparência do que, como ideologia, é tão afeito à realidade existente, está tão prenhe dela, que perde o contraste com ela:

Só se pode falar sensatamente de ideologia quando um produto espiritual surge do processo social como algo autônomo, substancial e dotado de legitimidade.... Hoje, a assinatura da ideologia caracteriza-se pela ausência dessa autonomia e não pela simulação de uma pretensa autonomia. (p. 200)

Dos 38 artigos lidos integralmente, pouco mais de dois terços (28) aludem ao termo ideologia ou a algum correlato como ideológico e ideologicamente. Entretanto, mencionado de modo esporádico em cada artigo, em quase todas essas menções o termo não é propriamente um conceito, remete ao vazio compreensivo no qual, segundo Horkheimer (1951/1966), seu “perfil teórico perdeu-se” e significa não mais que “qualquer tipo de totalidade de pensamento” (p. 53, tradução nossa), uma teoria, uma representação específica ou o que é intelectual.

Sobressai, em função do tema da política ser objeto do levantamento realizado, o sentido de representação específica ligada à política, ou seja, ideologia política, como um sinônimo de conjunto de ideias, ideário. Neste caso, é um termo polivalente utilizado para caracterizar forças políticas diversas, mesmo antagônicas, ou para referir-se a elas em sua generalidade em expressões como: 1) “posições de correntes políticas e ideológicas” (Azevedo, 2001, p. 187) e “diferenças programáticas e ideológicas” entre candidatos (p. 199); 2) “correntes mais importantes da diversidade ideológica, política e cultural da sociedade” (Azevedo, 2006, p. 98) e “defesa de valores ideológicos (liberalismo versus nacionalismo e estatismo ou socialismo)”

(p. 103); 3) “compartilhamento de crenças e valores ideológicos, de uma causa determinada ou uma agenda política contingencial” (Azevedo, 2018, p. 272); 4) “um partido político e sua ideologia” (Finamore & Carvalho, 2006, p. 354); 5) “campo político-ideológico” (Lourenço, 2009, p. 145); 6) “flanco direito do espectro ideológico” (Miguel, 2004a, p. 251); 7) “posições político-ideológicas” (Mota & Biroli, 2014, p. 200); 8) “posições ideológicas que vão da direita à extrema esquerda” (Motta & Alencar, 2011, p. 21); 9) “posicionamentos ideológicos e interesses sociais dos políticos” (Mundim, 2012, p. 26); 10) “viés ideológico marcadamente partidário” (Storto & Zanardi, 2019, p. 190) e “*direita e esquerda* são termos antitéticos utilizados para designar posturas doutrinárias, ideológicas e partidárias contrárias” (p. 396); 11) “colorações ideológicas” dos eleitores (Ribeiro, 2004, p. 36).

Nesses casos, depara-se com as evidências do que foi notado por Horkheimer e Adorno (1956/1978) como uma das tendências do conceito de ideologia no conhecimento: “o conceito dissolveu-se no desgaste do mercado científico, perdendo todo o seu conteúdo crítico e, portanto, a sua relação com a verdade” (p. 193). Com o termo marca-se posições/posicionamentos, posturas, crenças e valores de distintos candidatos, partidos, correntes políticas, programas, doutrinas, causas e agendas políticas. Em alguns casos, a ele se alia a ideia de “diversidade”, como em “diversidade ideológica, política e cultural da sociedade”, que toma por constituído o que é entravado e ameaçado; a diversidade. O sentido meramente descritivo consuma a equivalência no conhecimento; ao tratar do liberalismo, do nacionalismo, do estatismo e do socialismo como “valores ideológicos” sugere-se uma intercambialidade arbitrária entre eles, como se fossem simples ideias igualmente contingentes — o conceito de valor contém esse sentido de equivalência em sua acepção econômica.

Que a consciência reificada assim se relacione com esses aspectos na realidade e se apege a eles como etiquetas, como meras ideias ou valores subjetivos, não justifica perpetuar esse esquema no conhecimento. Em noções como “espectro ideológico” ou “campo ideológico”, bem como nas presumidas “posições ideológicas”, a ideologia não é mais do que o fundo comum, a “coloração”, um mesmo espectro ou algo como um plano cartesiano, no qual há uma aparência de continuidade e as diferenças não são mais que variações no espectro ou posições nos quadrantes (ou “flancos”). Isso porque tudo o que consta nesse espectro ou plano é, igualmente, ideia: a ideia de liberalismo, a ideia de socialismo e assim por diante. É da tensão com a materialidade que essas ideias podem ter suas diferenças determinadas, assim como sua relação com a verdade, negando o teor subjetivista, voluntarista e contingencial e apresentando a necessidade objetiva desses sistemas e suas ideias na política e na própria consciência.

Igual dissolução do conceito se deixa verificar em expressões como “lugar ideológico” (Baronas, 2011, p. 78), indicando a posição no “campo” das ideias, ou “princípios ideológicos” (Baronas, 2015, p. 412) presentes no discurso ao lado de uma variedade de outros princípios: “linguísticos, históricos, culturais, conjunturais, institucionais” (p. 412). Falar-se-á, ainda, do “campo mais amplo e heterogêneo da produção ideológica” (Biroli & Miguel, 2013, p. 82), do “peso dos diferentes agentes no campo da produção ideológica” (pp. 91-92) e dos “dispositivos de produção ideológica” (p. 82) para remeter-se à formação das representações e ideias, seus efeitos na opinião pública e nas preferências do voto. Como a ideologia significa aí o intelectual no sentido geral, uma vez mais o conceito de “campo” destaca de tal forma uma dimensão do processo social, que ele acaba segmentado; diferente da “concepção da necessidade social de todos os conteúdos da consciência” (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 188).

Assim como no caso dos discursos, narrativas e enquadramentos, trata-se da ideologia como um âmbito no qual ocorrem embates entre ideias, como em “disputas ideológicas” (Biroli & Miguel, 2013, p. 85). Nesse caso, a ideologia apresenta o enfrentamento entre percepções da realidade, tal como compreendem Mota e Biroli (2014) ao tratarem da “função ideológica” quando debatem o conceito bourdieciano de campo:

recorremos aqui ao conceito de campo de Pierre Bourdieu, compreendendo que os campos definem barreiras no acesso a eles e são, também, formados por lutas internas que evidenciam a função ideológica que desempenham. Os agentes concorrem não somente por posições dentro do campo, num entendimento isolado do que essas posições significam. Eles concorrem pela definição do mundo social, conforme seus interesses (Bourdieu, 2007:11-12). A função ideológica expõe o embate e a hegemonia de determinadas percepções da realidade relativamente a outras. É nesse embate que se definem sentidos e práticas dominantes, constituindo uma dinâmica que favorece — e mesmo impõe — seu compartilhamento pelos agentes do campo (Bourdieu, 2007:11-12). Percepções concorrentes poderão ser, assim, negligenciadas, ou mesmo abolidas, posicionando os agentes a ela vinculados na periferia do campo, o que se traduz em diferentes formas de marginalização. (p. 201)

Diferente dos casos anteriores há um suporte conceitual, o pensamento bourdieciano, para a alusão à ideologia. Como sustenta Eagleton (1997/2019), o “termo ideologia não é particularmente central na obra de Bourdieu” (p. 172), mas sua preocupação com o *habitus* remete à tentativa de induzir “nos agentes sociais aspirações a ações compatíveis com as exigências objetivas de suas circunstâncias sociais” (p. 172), contribuindo para a compreensão das “microestruturas’ da ideologia” (p. 173). Mas, embora fosse fundamental uma análise mais detida, o que Mota e Biroli (2014), amparadas no pensamento bourdieciano, concebem como uma concorrência entre percepções da realidade, a hegemonia de certas percepções e a abolição ou marginalização de outras, obscurece a compreensão da necessidade social e histórica dessas percepções — de todas elas — e de que as contradições entre elas estão inscritas nas próprias contradições sociais que não podem evitar que, por exemplo, as ideias emancipatórias se

apresentem como expressão da possibilidade objetiva da emancipação, mas a mesma sociedade da qual emergem essas ideias materialmente fundamentadas as entrava e reprime, objetiva e subjetivamente. Esta luta, como dominação, se expressa e atualiza nos “interesses” dos “agentes sociais”, porém, é mais basilar do que como efeito da concorrência entre eles.

Em certos momentos a ideologia passa a estar referida a outros cortes sociais, não há conteúdo específico dela, no sentido de que ela por si mesma não exprime nada. Assim como fala-se em ideologia para sugerir as distintas orientações políticas (ideologia política) e a ideologia obtém alguma qualificação retirada da política, também se discute distinções religiosas e o conteúdo da ideologia é tomado de empréstimo da religião, como por exemplo em “Católicos e protestantes detêm concessões de rádio e televisão, apresentando programação religiosa, orientada por valores religiosos e/ou marcada por sua posição ideológica” (Biroli & Miguel, 2013, p. 90). Esses aspectos denotam a privação de conteúdo do conceito e não é espúrio que ele passe a estar irmanado com ideias como a de “visão de mundo”: “Seria necessário analisar os aspectos simbólicos da ação coletiva, de forma a considerar, para além das lógicas fundadas nos interesses, a contribuição de ideologias e visões de mundo e as interações dialógicas; não apenas as instrumentais” (Ferla et al., 2017, p. 1129). Neste caso, evoca-se o conceito de ideologia, sinônimo de “ideias”, e as “visões de mundo” para marcar a insuficiência das análises restritas aos interesses e às “interações instrumentais”. Se, contudo, as visões de mundo e as ideologias afastam-se da base objetiva que as enformam, as lógicas fundadas em interesses, mesmo quando redutoras, tentem a poder dizer mais da materialidade.

Associada ao conceito de discurso, a ideologia pode mesmo se aproximar do sentido de duplicação do mundo, mas, imediatamente, o caráter dependente de um “relato” (jornalístico, no caso), o faz ideológico não porque é moldado à imagem e semelhança da realidade de dominação, ou seja, porque é correspondente a essa realidade e à sua manutenção, mas simplesmente porque é dependente, porque é produzido, afirma-se, em alguma “matriz ideológica” (a ideia de “matriz” se aproxima do sentido do espectro, do plano, do campo):

Ao “construir-se um discurso especialmente virado para a descrição do que existe”, do que é natural ou tido como dado, “cai-se facilmente, independentemente de qualquer imputação de intencionalidade conspirativa, no risco de se construir um discurso” que divide a realidade entre a norma e o desvio.... “Os relatos podem ser ideológicos, não por causa de qualquer forma de parcialidade ou de manipulação intencional dos dados, mas porque são sempre produzidos no interior de uma determinada matriz ideológica”... (Lima & Werneck, 2012, pp. 225-226)

É necessário ir adiante da concepção baseada somente no interesse, como afirmam Ferla et al. (2017), ou da compreensão aferrada à parcialidade e à manipulação intencional, como pontuam Lima e Werneck (2012), porém, o desvio de tais entendimentos recai, nesses casos, em um simbólico abstrato e na constatação de que tudo é ideológico porque é produzido em

alguma matriz ideológica, de modo que a ideologia nada pode especificar. A pesquisa de Lima e Werneck (2012) oferece um exemplo dessa abrangência que traduz a impotência do conceito. Há outras duas menções à ideologia, mas estas constam nas citações do material analisado pelos autores, a saber, jornais publicados por importantes denominações pentecostais no Brasil. O sentido do termo, tal como consta nesses materiais, sem nenhum compromisso com o conhecimento e destinados à oferta de informações aos fiéis de suas respectivas igrejas, é o mesmo que se encontra neste artigo e em outros; designa o conjunto de ideias (ideais, valores): “conheça o perfil ideológico dos candidatos e o que pensam sobre fé, aborto, união civil homossexual, adoção de crianças e legalização das drogas” (Mensageiro da Paz, 2010, p. 1, citado por Lima & Werneck, 2012, p. 234) e “O Programa Nacional de Direitos Humanos reflete, em muitos dos seus artigos, ideais históricos da esquerda, linha ideológica do atual presidente brasileiro e de sua candidata à presidência, Dilma Rousseff...” (Mensageiro da Paz, 2010, p. 15, citado por Lima & Werneck, 2012, p. 236). É um importante indício que o conhecimento e o que não tem compromisso com ele se subscrevam à mesma linguagem.

Acompanha esse processo de nivelação outra tendência, também percebida por Horkheimer e Adorno (1956/1978), quanto ao emprego do conceito de ideologia: seu uso como “instrumento para atacar o pensamento inconformista” (p. 193). Nas duas citações anteriores do material estudado por Lima e Werneck (2012) algo desse sentido aparece como uma sombra discreta, mesmo que nelas as ideias de “perfil ideológico” e “linha ideológica” ainda estejam abertas, pois pretendem significar o conjunto de ideias. Uma das manifestações correntes do uso da palavra ideologia como instrumento contra o pensamento inconformista encontra-se na expressão “ideologia de gênero”. Ela é utilizada, dentre os artigos do levantamento, no estudo de Ortunes, Martinho e Chicarino (2019) quando aludem a essa expressão (“ideologia de gênero”) cunhada por líderes religiosos conservadores a respeito da pauta de gênero e sexualidade. A mesma expressão é abundante no texto de Storto e Zanardi (2019) que também analisam e criticam um material no qual ela é frequente, tal como a expressão “doutrinação ideológica”. Esse sentido acusatório não pode ser subestimado. No material discutido por Storto e Zanardi (2019) a “ideologia de gênero” é tida como uma forma de ideologia perniciosa e, para reforçar seu caráter maléfico, fala-se que ela seria mais perigosa que o “nazismo” e o “marxismo”. Considerando o ardil comum de tornar o nazismo um fenômeno ligado à esquerda política e a menção direta ao “marxismo”, desponta um sentido importante do termo ideologia: é atribuído ao que é entendido como pertinente à esquerda política. Neste caso, deve-se ressaltar, esse sentido não é defendido pelos autores, mas advém do material que estudam.

Há outro sentido adquirido pela ideologia. Ela passa a explicitar um modo específico de participação, motivação ou orientação política carregado de identificação com certas forças políticas, em oposição a um modo no qual não há valores ou ideais precisos demarcando a atuação. É o caso quando Mundim (2012), fundamentado em outro autor, apresenta a discutível afirmação de que “por possuírem predisposições partidárias e ideológicas frágeis ou inexistentes, os eleitores de menor escolaridade são mais propícios à influência dos fluxos de informação midiáticos” (p. 136) ou quando trata de eleitorados mais e menos “ideologicamente motivados” (p. 137). Nesses casos, a ideologia significa algo como ideias de fortes contornos, convicções, um ideário marcado e definido, como em Ribeiro (2004), quando apresenta a hipótese de que “a queda dos regimes do Leste europeu enfraqueceu os alicerces ideológicos de muitos partidos socialistas e social-democratas” (p. 35) ou quando distingue os “partidos ideológicos” “com fortes liames societários, como os de massa” daqueles do “tipo *catch-all* (‘pega tudo’), cuja “amorfa constituição” é bastante “flexível e maleável para abrigar diferentes subsistemas ideologicamente conflitantes” (p. 30); tal distinção também consta em Miguel (2004a). Em certos casos, esse sentido parece aproximar-se da identificação com o que é pertinente à esquerda (como no parágrafo anterior), mas sem ser um instrumento de ataque, por exemplo: “No Brasil, o sistema multipartidário consolidado em 1985 incentivou o surgimento e o fortalecimento de agremiações de fortes alicerces ideológicos, como PT, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)...” (Ribeiro, 2004, p. 40). Supõe-se, entretanto, que exista a possibilidade de que a expressão “agremiações de fortes alicerces ideológicos” possa, embora não conste no trabalho citado, ser igualmente atribuída à uma posição marcadamente de direita. Também por essa razão o sentido difere do discutido anteriormente, de instrumento de ataque ao pensamento não conformado.

Além da menção à concepção bourdiesiana de ideologia, são encontradas nos estudos alusões à teoria althusseriana dos aparelhos ideológicos do Estado (Almeida, 2000; Miguel, 2004b; Mota & Biroli, 2014). É nessas poucas menções que a ideologia reivindica, como conceito, uma fundamentação teórica, diferente da maioria dos casos anteriormente discutidos.

Almeida (2000) confere grande centralidade ao Estado como “agente produtor ativo de cultura” (p. 86) para ressaltar sua capacidade de “influenciar” a mídia:

O discurso proferido por pessoas que representam o Estado tem o poder de influenciar a maneira pela qual a sociedade se vê, através das representações de si mesmas. Em outras palavras, um aparelho ideológico de estado, exerce influência sobre a forma pela qual uma sociedade seleciona as suas tradições, vindo, assim, a construir um discurso daquilo que seriam as suas tradições culturais (ALTHUSSER, 1971; WILLIAMS, 1980; CARNOY, 1990). (Almeida, 2000, p. 86)

A ênfase no Estado é conforme à centralidade concedida a ele no interior da compreensão althusseriana dos aparelhos ideológicos que se fundamenta, para o próprio Althusser (1970), na teoria marxista do Estado, na qual, conforme sustenta, haveria uma diferença importante entre o poder de Estado e o aparelho de Estado. O proletariado, afirma Althusser (1970), deveria tomar o poder de Estado, destruir a forma burguesa do aparelho de Estado, substituí-la por uma forma proletária e, depois, “iniciar um processo radical, o da destruição do Estado (fim do poder de Estado e de todo o poder de Estado)” (p. 38). Assim, “o objetivo das lutas de classe visa o poder de Estado e, conseqüentemente, a utilização feita pelas classes (ou alianças de classes ou de frações de classes), detentoras do poder de Estado, do aparelho de Estado em função de seus objetivos de classe” (p. 38). Tamanha ênfase no Estado é, possivelmente, um dos principais aspectos que distanciam a compreensão althusseriana de ideologia daquela apreendida por esta pesquisa a partir de alguns escritos dos frankfurtianos. A racionalidade de dominação, a cuja conformação burguesa a ideologia se entrelaça, se materializa no Estado, porém, este não é o vértice como o é para Althusser (1970), o qual elenca as instituições — “distintas e especializadas” (p. 43) — religiosa, escolar, familiar, jurídica, política, sindical, “da informação” e cultural (ver pp. 43-44) como aparelhos ideológicos do Estado.

Este breve comentário não satisfaz a necessidade de diferenciar as compreensões de ideologia, mas o objetivo aqui é apresentar as alusões pontuais à ideologia fundamentadas teoricamente dentre os estudos sistematizados. Na formulação de Almeida (2000) é digno de nota que o aparelho ideológico do Estado construa um discurso das “tradições culturais” de uma sociedade. É digno de nota porque Althusser (1970) não sublinha a produção de “tradições culturais”, embora elas possam estar subentendidas em sua reflexão, e sim sublinha que os aparelhos ideológicos do Estado (que operam por meio da ideologia), junto dos aparelhos repressivos do Estado (que atuam empregando a violência direta ou indireta), asseguram, isto sim, a função de reprodução das relações capitalistas de produção. Althusser (1970) trata de uma variedade de ideologias relacionadas às distintas instituições dos aparelhos ideológicos, mas aquela mesma função agrega essas ideologias, reunindo sua diversidade “na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das contradições e da sua diversidade, na *ideologia dominante*, que é a da ‘classe dominante’” (p. 48). Mais do que um exame da concepção althusseriana da ideologia, interessa observar a extenuação, na apropriação feita dela, dos aspectos materiais remetidos à dinâmica social (a dominação de classes, a reprodução das relações de produção) da teoria da ideologia, aspectos ausentes, ou esmaecidos, na formulação de Almeida (2000) que se apropria do pensamento de Althusser (1970).

Semelhante é o caso de Mota e Biroli (2014). Enquanto Althusser (1970) reitera, com frequência, que a “ideologia dominante” é a da “classe dominante” (p. 55) e seu tratado sobre ideologia tem por objetivo compreender como se dá a “reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (p. 63), Mota e Biroli (2014) — sem mencionar o capitalismo — aproximam-se de suas formulações para ressaltar o entendimento de ideologia “como interpelação para que os sujeitos se constituam segundo determinados padrões..., em uma compreensão de que ‘a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa’...” (p. 202). O que as autoras escrevem de forma genérica em termos de “determinados padrões” apresenta-se, em Althusser (1970) — ao menos na obra citada —, de forma determinada: o padrão é o papel que se deve “desempenhar na sociedade de classes” (p. 65), como “explorado”, como “agente da exploração”, como “agente da repressão” e/ou como “profissional da ideologia” (ver pp. 65-66).

Quanto à ideia de que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, ela está contida no próprio Althusser (1970) e é provável que a concepção do autor não possa ser desonerada de facultar aquelas apropriações. Convém lembrar que a proposição de que a “categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia”, “*na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos em sujeitos*” (p. 94), é o ponto culminante das reflexões de Althusser (1970), exatamente quando se rarefaz a discussão sobre o processo material concreto, embora o autor insista na natureza material da ideologia. Convém pontuar, ainda, que a categoria fundamental para Althusser (1970) de “interpelação”, a partir da qual aparece o liame entre a ideologia e os indivíduos, pois, segundo a autor, a ideologia interpela diretamente cada um e todos os indivíduos como sujeitos (“*os indivíduos são sempre-já sujeitos*”, p. 102), torna-se assim, fundamental, em uma obra — *Ideologia e os aparelhos ideológicos do Estado* — na qual não há uma única menção ao conceito de mediação, conquanto trate fundamentalmente da reprodução das relações de produção/exploração capitalistas e o conceito de mediação signifique, desde Hegel, que “não há nada humano que em um determinado sentido não esteja marcado pelo momento do trabalho humano” (Adorno, 2013, p. 157, tradução nossa).

Se se considera a mediação, por meio da qual a racionalidade da dominação se impõe, não do mesmo modo, mas sobre a realidade como um todo — porque está incrustada no próprio modo de produção da vida — evita-se ceder ao ímpeto de designar uma instituição ou âmbito particular da realidade no qual a ideologia reproduz-se de modo particularmente destacado, como o fez Althusser (1970), ao propor que era a escola, e o par formado por ela com a família, “o Aparelho Ideológico de Estado dominante” (p. 68), substituindo a centralidade do par igreja-família, com a centralidade da igreja, dominante outrora. Evitar recair nesse ímpeto de eleger

uma única instituição, ou uma coligação entre instituições, como âmbito especial ideologicamente aparelhado não dispensa a necessária compreensão sobre como a ideologia opera particularmente em cada âmbito. Esse ímpeto, entretanto, permanece como herança nas menções às reflexões althusserianas, como é o caso de Miguel (2004b):

... Althusser assinalava que “o aparelho ideológico de Estado que foi colocado em posição *dominante* nas formações capitalistas maduras... é o *aparelho ideológico escolar*”.... Não cabe aqui discutir a validade da afirmação para a situação em que foi escrita, mas assinalar que, na América Latina e sobretudo no Brasil, a combinação de escola incipiente e mídia audiovisual disseminada faz dos meios eletrônicos de comunicação, em especial da televisão, o aparelho ideológico dominante. (Miguel, 2004b, p. 107)

Por se recusar a discutir a afirmação de Althusser (1970) é que Miguel (2004b) parte diretamente dela para redefinir as instituições dominantes do aparelho ideológico como sendo “os meios eletrônicos de comunicação”, junto com a conformação da escola. Porém, nesse caso, há ainda uma decorrência que nem mesmo se ampara na discussão de Althusser (1970), ou que é conflitante com ela. Este concebeu a dominância da escola como aparelho ideológico não no contexto social particular no qual escreveu, mas referindo-se à universalidade do capitalismo (“formações capitalistas maduras”), enquanto em Miguel (2004b) a designação do aparelho ideológico dominante, que chega à especificidade da televisão, tem como critério a particularidade da “América Latina e sobretudo do Brasil”. Esse mesmo ímpeto já havia sido apontado, sem se referir à uma concepção teórica específica, quando se discutiu a inclinação de alguns autores a elevar a “mídia” ao estatuto de centro da sociedade atual. Para o debate sobre ideologia, observar tal propensão é crucial quando esse entendimento cerceia a compreensão da necessidade social dos conteúdos da consciência e da ideologia como falsa consciência socialmente necessária, de modo algum subordinada especificamente a certos meios ou instituições, pois se faz por meio de todos e sob a pressão objetiva da alienação universal.

Dentre as menções mais significativas ao termo/conceito de ideologia, cabe remeter à proposição de Avelar (1992). A autora sugere uma divisão entre regimes políticos e formas de controle ideológico. Em regimes totalitários haveria controle da mídia, por parte dos governos, com interesses ideológicos, de modo que, “as informações são rigidamente controladas, moldadas e, nestes casos, a televisão e os outros meios de comunicação de massa seguem um mesmo estilo, conforme as regras rigidamente estabelecidas” (p. 48). Em regimes autoritários o controle seria “não ideológico, embora guardando estreita relação com a classe ou grupo no poder” (p. 48); haveria um “pluralismo autoritário” e os meios de comunicação de massa seriam utilizados para alcançar o eleitorado. Em regimes democráticos, por sua vez, “os meios de comunicação de massa tentam evitar esse controle dos grupos governamentais, sob a assumpção de que devem servir mais à população do que aos governos” (p. 48), prezando por um

“jornalismo político fundado na responsabilidade social” (p. 48) e por aquela competição na mídia, à qual credita-se o balanceamento de informações e a redução dos abusos do poder.

A ideologia, nesse caso, apresenta-se como denominação dos interesses e uma função do controle de modo que, quanto mais total é o domínio exercido pelo governo da sociedade, tanto mais ele é ideológico. Todavia, se a ideologia é um modo de legitimação do ordenamento social que busca a justificação desse ordenamento nele mesmo e o convencimento daqueles que dele participam, ela está, ao menos em parte, em uma relação inversa (mas não incompatível) com o domínio direto para o qual a legitimação, a justificação e o convencimento se dão por vias da força direta, da violência e da repressão. “Em rigor”, escreveram Horkheimer e Adorno (1956/1978), “quando regem relações simples e imediatas de poder, não existem ideologias, num sentido estrito” (p. 191)³². Essa é uma importante distinção, entre o poder direto (a violência) e a ideologia, porém, tudo o que foi observado aqui — em especial quanto à existência de formas diretas e subtis de dominação — aponta para a necessidade de não tomar de modo estanque oposições como entre as “relações simples e imediatas de poder” e as “ideologias”. Uma tal oposição, com sinais trocados, padece de certo formalismo semelhante ao existente na formulação de Avelar (1992) sobre a correspondência entre formas de governo e tipos de controle ideológico, formalismo que talvez deixe escapar as contradições da democracia formal, da democracia liberal, nas quais o apelo aos interesses da população não assegura a evitação do controle por grupos dominantes, ou as contradições de que, mesmo em um ordenamento que ainda não atingiu a forma totalitária, há controle e modelação das informações, uniformidade de “estilo” e “regras rigidamente estabelecidas” — aspectos característicos da indústria cultural. O que foi observado até agora e ainda será desdobrado, fundamenta o entendimento sobre a coexistência de diferentes conformações da ideologia e a conservação de formas cruas de violência no autoritarismo da sociedade brasileira; portanto, regem relações simples e diretas de poder e existem ideologias.

Porque a ideologia medeia a relação entre a sociedade e os indivíduos, ela torna-se crucial para a reflexão sobre os modos de participação permitidos às pessoas na política. Institucionalmente, é característico da democracia representativa, tal qual existente no Brasil, a restrição da participação ao momento do voto para os que não são propriamente os representantes políticos eleitos. Como visto, o declínio de outros modos de participação

³² Como mencionado, Althusser (1970) distingue os aparelhos do Estado que asseguram — em conjunto — a reprodução do modo de produção capitalista por meio da violência (os aparelhos repressivos do Estado) e por meio da ideologia (os aparelhos ideológicos do Estado). Portanto, algo daquela distinção indicada por Horkheimer e Adorno (1956/1978) também foi observada por Althusser (1970), embora este canalize no Estado os dois aspectos.

institucional, principalmente aqueles realizados por intermédio dos partidos políticos, tem sido assinalado por estudiosos que identificam um enfraquecimento dos partidos como instituições de mediação política ou têm sido apontados como frágeis de longa data, conforme a antiga volatilidade do sistema partidário brasileiro, que não teria se consolidado significativamente no país. Consoante a esse processo estaria um acréscimo do engajamento por vias não institucionais (Barros, 2017). Dentre essas vias está a participação por meio dos canais operados pela mídia (tal qual a nomeiam os estudos). Parece corresponder a isso o domínio das noções de enquadramento e agendamento, como uma tentativa de compreender como os meios de comunicação pautariam as questões na esfera pública influenciando a percepção da opinião pública sobre as questões sociais e, por fim, impactando o voto. Entretanto, segundo o entendimento apresentado neste trabalho parece haver a perda da dimensão ideológica desse processo, principalmente no que diz respeito à totalidade social.

2.5 Delimitação de algumas implicações para o estudo do “Projeto Brasil que eu quero”

Afirmou-se que a análise desse conjunto sistematizado de estudos dedicados à mídia em sua relação com a política tinha como objetivo circunscrever o objeto de estudo desta pesquisa e situá-lo. À contrapelo das noções e tendências comuns na literatura sobre o tema e como crítica aos estudos e às categorias como, por exemplo, de discurso, narrativa, valor, mídia de massa, agendamento e enquadramento, alguns conceitos foram discutidos porque se mostraram imprescindíveis — ideologia, indústria cultural, esquematismo, consciência reificada e mentalidade do *ticket*. Diante das concepções correntes acerca da relação entre mídia e sociedade, entre mídia e política e sobre os efeitos dos meios de comunicação, foi posto em tensão o entendimento da indústria cultural e de sua dinâmica em relação à sociedade e à política. Assim, a análise do material ao qual esta pesquisa dedica-se a seguir, retirado do *Projeto Brasil que eu quero*, é considerada com base nas reflexões precedentes e o objetivo desta investigação é o estudo das conformações e componentes da ideologia presentes nessa campanha da TV Globo realizada durante o ano de 2018 tendo em vista as eleições no Brasil.

Em favor da força material da ideologia, o conceito de ideologia evanesce e é depauperado nos estudos sobre a temática, os quais aumentam progressivamente. Por isso, este trabalho insiste nesse conceito. É semelhante o caso quanto à indústria cultural, embora, diferentemente da ideologia, sequer sua menção tenha sido identificada com significativa

frequência — o *modus operandi* da indústria cultural e seus determinantes parecem estar sendo soterrados pela discussão a respeito da mídia. Insiste-se aqui nos conceitos de ideologia e indústria cultural não por apego, mas porque seguem capazes de dizer da dominação social que a ideologia se esforça para justificar e ocultar. A constatação do baixo número de estudos em psicologia é a justificativa da consideração desta pesquisa por aspectos psicológicos das conformações e componentes da ideologia, sem, entretanto, suplantando os determinantes sociais com o momento psicológico, principalmente em função da observação de que o fato de o debate se concentrar em áreas como a ciência política, as ciências sociais e a sociologia não implica uma consideração por teorias sociais aprofundadas e, portanto, pelos determinantes sociais.

Esta pesquisa também se dedica ao conteúdo, à mensagem, ou, também é possível dizer, ao estímulo, de modo que se alinha ao que é mais usual, mas não o faz insistindo abstratamente na premissa da recepção social ativa, não porque a rejeita ou se alinha aos estudos que afirmam a passividade dos receptores, e sim porque os produtos da indústria cultural já têm em vista os efeitos que pretendem provocar, eles são calculados e o são a partir das regressões psicológicas socialmente determinadas. O estímulo contém modelos de resposta (Adorno, 1951/1993) e o material permite observar momentos da produção do estímulo e as respostas visadas nessa produção, bem como respostas propriamente obtidas, que também são analisadas. No que diz respeito ao tratamento do material, o método básico adotado por esta pesquisa também é a análise de conteúdo qualitativa, encontrada com frequência nos estudos sobre mídia e política; aqui esse método se inspira nas análises de conteúdo realizadas por Adorno (1943/2009, 2008). A pertinência desse tipo de procedimento para o material analisado no presente estudo se justifica no fato de que o método da análise de conteúdo “se mostra sumamente apropriado quando seu objeto pertence ao âmbito da produção massiva da indústria cultural..., quer dizer, quando o próprio objeto já está construído de forma mecânica, quando tem em vista fundamentalmente seus efeitos e carece de toda estrutura e sentido próprio” (Adorno et al., 2001, p. 125, tradução nossa). Como será evidenciado, a construção mecânica do *Projeto Brasil que eu quero* e a detalhada atenção devotada por ele aos efeitos que eram seu objetivo provocar atesta a pertinência do uso da análise de conteúdo. Ademais, o método é apropriado por possibilitar a especulação sobre aspectos psicológicos e ideológicos: “a partir dos dados, deduz-se a forma de consciência daqueles a quem esta comunicação é dirigida e a quem costuma ser adaptada, ou as características dos grupos responsáveis por ela, sua ideologia e seus objetivos reais ou imaginários” (p. 125, tradução nossa). Outros procedimentos como cálculos de médias e frequências serão utilizados para tratar o material que foi levantado, transcrito e organizado.

Em relação à constatada ênfase no meio midiático que é acompanhada pela tendência de atestar a partidarização dos meios de comunicação, este estudo insiste na ideia de que a indústria cultural é um sistema e, como tal, entende que os componentes da ideologia encontrados em um veículo e em um conteúdo específico tendem a ser mais disseminados. Somado à pressão social mais ampla e direta, esse aspecto explica a eficácia de certos conteúdos. Além da tentativa de identificar e analisar quais são as forças políticas específicas às quais servem as conformações da ideologia, neste trabalho também pretende-se refletir, com base na relação entre indústria cultural e sociedade, acerca da função que aquela desempenha para a reprodução da dominação social, mesmo quando a filiação política não se apresenta com clareza, ou seja, quando os conteúdos parecem desinteressados ou insinuam tomar partido do povo, da opinião pública. Avançar além dos apropriados estudos sobre oposição e ataques dos meios de comunicação às forças políticas de esquerda subsidiará a proposição de que distintas conformações da ideologia e formas de dominação fundamentadas na repressão direta da qual faz parte a própria instrumentalização crassa dos meios de comunicação coexistem e concorrem para a manutenção e progressão do autoritarismo e do reacionarismo no Brasil.

3. CAPÍTULO 2: A IDEOLOGIA NO “PROJETO BRASIL QUE EU QUERO”, DA TV GLOBO, NAS ELEIÇÕES 2018

O salto para o futuro, passando por cima das condições do presente, aterrissa no passado.

Theodor W. Adorno

Tenho tão nítido o Brasil que pode ser, que há de ser, que me dói o Brasil que é.

Darcy Ribeiro

O Brasil tem um enorme passado pela frente.

Millôr Fernandes

Fundamentado nas considerações precedentes, este capítulo tem como objetivo analisar um material coligido do *Projeto Brasil que eu quero*, um expediente da TV Globo realizado em 2018 voltado às eleições federais. A análise visa identificar e discutir componentes ideológicos presentes nesse material partindo do entendimento ampliado de ideologia como justificação, encobrimento e duplicação do que é problemático na realidade, ou seja, compreendendo que haveria conformações da ideologia reproduzidas na indústria cultural, mais ou menos tributárias de uma racionalidade parcial ou de uma irracionalidade evidente, e que essas conformações dispõem de aspectos característicos referidos a diferentes traços ou configurações psíquicas regredidos necessários à ratificação da dominação. Alguns aspectos foram enunciados anteriormente: a repetição, a duplicação, a naturalidade, o ultrarrealismo, o cinismo, a neutralidade, o objetivismo, a vaguidade. Tendo em vista a compreensão de que também se acham, incrustadas na realidade brasileira, manifestações da violência que, juntas das conformações da ideologia, atuam para o acirramento da dominação, também é objetivo analisar, se identificadas, ocorrências nas quais transparecem o louvor ou a defesa, mesmo encoberta, da força, do poder. Particular atenção é conferida aos indícios de esquematismo e mentalidade do *ticket* que acompanham os conglomerados ideológicos. A análise se concentra em aspectos como esses e outros, mantendo a atenção para seu teor antidemocrático — conservado mesmo em iniciativas com verniz democrático — na medida em que, por assinalarem diferentes dimensões da reificação da consciência e distintos graus de regressão psicológica, são incompatíveis com a consciência necessária para uma democracia substantiva.

3.1 Apresentação do “Projeto Brasil que eu quero” (PBQQ)

*Projeto Brasil que eu quero*³³. Assim foi nomeado o empreendimento midiático realizado pela TV Globo no ano de 2018 visando às eleições federais. A iniciativa articulou toda a programação nacional aberta do segmento jornalístico do canal e, além do meio televisivo, mobilizou domínios do Grupo Globo na *internet*. O objetivo declarado foi a divulgação nos telejornais diários dos desejos que moradores dos 5.570 municípios do país tinham para o Brasil. Afirmou-se a pretensão de ajudar a construir o futuro da nação ouvindo os eleitores como porta-vozes de suas cidades. Foi anunciada a vontade de conhecer os espectadores com o auxílio dos celulares e que essa tecnologia seria utilizada para levar o recado deles à tela da TV. O conteúdo relacionado ao PBQQ ocupou copiosamente as transmissões desde o mês de janeiro até o mês de outubro, quando ocorreram o primeiro e o segundo turno das eleições. Tal conteúdo incluiu, na forma de chamadas televisivas, repetidas convocações à audiência para gravar um vídeo respondendo à pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?”, bem como depoimentos das pessoas que atenderam à solicitação informando qual país desejavam e, por fim, matérias produzidas a partir de todo o material recebido pela emissora. Esse material não se resumiu ao conteúdo televisionado e totalizou mais de cinquenta mil vídeos enviados pelos telespectadores ao canal, segundo representantes da TV Globo (Bonner & Kamel, 2018 Set 29).

Os sete programas do segmento jornalístico da programação nacional aberta que fizeram parte do PBQQ durante todo seu curso foram: *Hora 1*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional*, *Jornal da Globo*, *Fantástico* e *Como Será?*. Em um momento final também o *Globo Repórter* transmitiu conteúdo da iniciativa. É importante ter em conta a abrangência desses programas tomados em conjunto, que é como eles operaram explicitamente no PBQQ. Eles abarcam todos os dias da semana em seus diferentes períodos. O *Hora 1* é apresentado ainda na madrugada, o *Bom Dia Brasil* nas horas iniciais da manhã, o *Jornal Hoje* no horário do almoço, o *Jornal Nacional* no horário nobre do início da noite e o *Jornal da Globo* no fim da noite. Todos esses telejornais vão ao ar de segunda à sexta-feira, sendo que o *Jornal Hoje* e o *Jornal Nacional* avançam para o sábado. O *Globo Repórter* marca presença nas telas nas noites de sexta-feira, o *Como Será?*³⁴ nas manhãs de sábado e o *Fantástico* nas noites de domingo.

Alguns desses programas duram em média 45 minutos, como o *Jornal Nacional*, mas sua menor duração quando comparada, por exemplo, ao *Hora 1* — com quase duas horas de

³³ Doravante designado pela sigla PBQQ.

³⁴ O programa *Como Será?*, no ar desde 2014, teve sua transmissão encerrada no ano de 2019.

extensão, assim como o *Fantástico* — não se encontra em relação inversa com sua importância, ele é apresentado como “o principal telejornal em rede da Globo” (*Memória Globo*, 2022 Jan 12). O *Bom Dia Brasil*, o *Jornal Hoje*, o *Jornal da Globo*, o *Globo Repórter* e o *Como Será?* duram, em média, entre 45 minutos e uma hora, mas é necessário lembrar que a duração tende, com frequência, a apresentar variações.

Há distinções nos formatos dos programas. Enquanto alguns funcionam na forma de “revista eletrônica”, como o *Bom Dia Brasil* e o *Fantástico*, e reivindicam um “tom informal” (*Memória Globo*, 2021 Out 28a, 2021 Out 29a), outros conferem um “olhar analítico aos assuntos em pauta”, como é descrito o *Jornal da Globo* (*Memória Globo*, 2022 Jan 18). A “linguagem leve e informal” também é assinalada como característica do *Hora 1* e do *Jornal Hoje* (*Memória Globo*, 2021 Out 28b, 2021 Out 28c). No *Como Será?* haveria, afirma-se, uma “linguagem lúdica e interativa” (*Memória Globo*, 2021 Out 28d).

O foco desses programas é distinto. O *Jornal Nacional* é dedicado à cobertura das principais notícias no Brasil e no mundo (*Memória Globo*, 2022 Jan 12); o *Hora 1* é voltado à “prestação de serviço”, ao fornecimento de informações sobre o trânsito, os aeroportos e o clima (*Memória Globo*, 2021 Out 28e); o *Jornal Hoje* afirma seu “compromisso com a notícia”, mas também se propõe a dedicar parte do tempo tratando de arte, comportamento, moda, cidadania e defesa do consumidor (*Memória Globo*, 2021 Out 28c); o humor, o entretenimento e os esportes constam nos quadros componentes do *Fantástico* (*Memória Globo*, 2021 Out 29b); o *Como Será?* trata de cidadania, educação, sustentabilidade, ação social, trabalho e inovação (*Memória Globo*, 2021 Out 28d); o foco do *Globo Repórter* é apresentado como centrado em comportamento, aventura, ciência e natureza (*Memória Globo*, 2021 Out 28f); a economia e a política definem a pauta do *Jornal da Globo* (*Memória Globo*, 2022 Jan 18).

Esse é apenas um panorama descritivo do conjunto desses programas que toma de empréstimo a caracterização disponibilizada pela emissora, mas não assume essa caracterização com os mesmos propósitos nem de modo incauto, o objetivo é apresentar a amplitude assumida pelo PBQQ na programação da TV Globo durante os dez meses nos quais ele teve curso.

Para detalhar a estrutura do PBQQ ao longo dos meses de 2018 foram localizadas na plataforma virtual de conteúdos do Grupo Globo, o *GloboPlay*³⁵, as edições de cada programa envolvido no PBQQ por data de exibição entre janeiro e outubro e verificadas no conteúdo das edições a presença ou ausência de momento dedicado à iniciativa. As informações dizem

³⁵ Acesso por meio do endereço: <https://globoplay.globo.com/>.

respeito àqueles oito programas do segmento jornalístico: *Hora 1*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional*, *Jornal da Globo*, *Fantástico*, *Como Será?* e *Globo Repórter*.

A partir dos dados obtidos nesse detalhamento (APÊNDICE B) foi possível elaborar o Quadro 2 no qual constam: as etapas do PBQQ, as datas que delimitam os períodos nos quais essas etapas tiveram curso e o número de semanas e dias ocupados por essas etapas.

Quadro 2 — Etapas do PBQQ por período (datas de início e término) e tempo em semanas e dias

Etapa		Período	Tempo (semanas e dias)
1ª	Divulgação do PBQQ e chamada para o público participar	1º momento: 14/01/2018 até 2/02/2018 2º momento: 26/02/2018 até 3/03/2018	Quatro semanas/26 dias
2ª	Exibição dos depoimentos enviados pela audiência	4/03/2018 até 29/09/2018	Trinta semanas/209 dias
3ª	Exibição de conteúdo derivado dos depoimentos	30/09/2018 até 7/10/2018 e dia 26/10/2018	Uma semana/08 dias

É possível, assim, caracterizar como o PBQQ operou em âmbito televisivo público e situar esse processo temporalmente³⁶.

Na primeira etapa — a chamada —, transcorrida em dois momentos entre os meses de janeiro e março, o PBQQ foi divulgado, o convite para participação foi apresentado ao público e os espectadores foram instruídos sobre como gravar e enviar seus depoimentos em resposta à pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?”. O próprio contingente de jornalistas da TV Globo foi mobilizado nesse momento; desde os profissionais responsáveis por apresentar os programas nacionais até os repórteres das afiliadas regionais da emissora. Foram eles os incumbidos de demonstrar como gravar o vídeo com o depoimento servindo de modelo para o público. Quatro modelos de chamada foram identificados; eles se alternaram ao longo dessa etapa. Houve somente uma interrupção significativa das chamadas no primeiro momento desse período. As edições do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Globo* do dia 24 de janeiro, bem como a edição do dia seguinte (25 de janeiro) do *Hora 1*, não apresentaram a convocação. O conteúdo dessas edições foi majoritariamente preenchido pela cobertura do julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no que ficou conhecido como o processo do triplex do Guarujá,

³⁶ As informações seguintes derivam do levantamento detalhado apresentado no APÊNDICE B.

juízo ocorrido no dia 24 de janeiro de 2018³⁷. Nos três dias finais dessa etapa da chamada, 31 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro, o *Jornal Nacional* deixou de apresentar as convocações sendo acompanhado pelo *Jornal da Globo* no último desses três dias, enquanto os outros telejornais mantiveram o momento dedicado ao PBQQ. Não parece haver nenhum motivo paralelo a essa ausência além da rarefação da exibição das chamadas cuja interrupção temporária ocorreu logo em seguida. A pausa se deu entre os dias 3 e 26 de fevereiro. Entre 27 de fevereiro e 3 de março (de segunda-feira até sábado) as chamadas retornaram às telas da TV Globo e ocorreram religiosamente em todos os sete principais telejornais sem exceção de nenhum dia. No total, em dois momentos e com quatro modelos, a exibição das chamadas ocupou 26 dias.

A segunda etapa, transcorrida entre os meses de março e setembro, consistiu na apresentação ao público dos depoimentos selecionados pela equipe da emissora para ir ao ar. Eles foram exibidos em blocos formados por um conjunto de vídeos que variavam entre o total de cinco e oito, conforme o que pode ser observado nas edições (de modo não sistematizado). Sistemáticamente foi identificado que cada programa apresentava pelo menos um bloco com depoimentos em sua edição diária, de modo que, ao longo do dia, havia cerca de cinco blocos de depoimentos nos telejornais nacionais apresentados de segunda à sexta-feira (*Hora 1*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional* e *Jornal da Globo*). Aos sábados três blocos de depoimentos eram exibidos, se somadas as edições do *Como Será?*, do *Jornal Hoje* e do *Jornal Nacional*. Aos domingos o *Fantástico* apresentava um bloco de depoimentos. Portanto, televisionava-se semanalmente 29 blocos de depoimentos. Cada bloco durava entre um e dois minutos. Os depoimentos unificados eram entremeados por um efeito de transição: um mapa do Brasil (aludindo ao fato de que cada depoimento se referia a um município) do qual emergiam quadros, semelhantes a telas de TV, com as imagens dos depoentes. As cores verde e amarelo da bandeira brasileira foram o tema do conteúdo do PBQQ, algo que se destacou particularmente nesse que foi o mais extenso momento da iniciativa, considerando o intervalo temporal de seu início e fim: os dias 4 de março e 29 de setembro de 2018.

Representantes de 5.543 municípios tiveram seus vídeos exibidos (Bonner & Kamel, 2018 Set 29). O momento de exibição dos depoimentos do PBQQ foi rigorosamente incorporado à rotina dos telejornais. Nas oito primeiras semanas nenhum programa em nenhum dia deixou de veicular os depoimentos. Na nona semana apenas o *Hora 1* deixou de apresentá-

³⁷ Treze dos quinze títulos veiculados pelo *Jornal Nacional* no dia 24 referiam-se diretamente ao julgamento e outros dois eram indiretamente ligados. Cinco dos nove títulos do *Jornal da Globo*, nesse mesmo dia, trataram do assunto. Quatro dos quatorze títulos do *Hora 1* no dia 25 referiam-se ao julgamento (embora se trate de menos títulos, eles somavam a maior parte do tempo da edição desse telejornal matinal).

los no dia 1 de maio possivelmente porque a edição desse telejornal da madrugada cobriu como assunto exclusivo um incêndio que estava em curso em dois prédios no Largo do Paissandu, em São Paulo. Entre a décima e a 25ª semanas de exibição dos depoimentos há somente quatro lacunas no levantamento: três referentes ao programa *Como Será?* (dias 19, 16 e 23 de junho) e uma referente ao *Jornal Hoje* (dia 6 de junho). Tais lacunas devem-se à indisponibilidade das edições específicas desses programas nesses dias na plataforma; o que pode significar duas coisas: ou que esses programas não foram exibidos nesses dias em que habitualmente seriam — algo provável, pois certos programas são suspensos em função de demandas extraordinárias da programação —, ou que esses programas foram exibidos, mas seu conteúdo não foi registrado na plataforma. De todo modo, não é possível afirmar se houve a exibição de depoimentos nessas quatro edições pontuais, pois não se sabe se elas mesmas ocorreram. Diferente é o caso de uma lacuna na 26ª semana de veiculação dos depoimentos na qual a edição do *Fantástico* do dia 26 de agosto ocorreu, mas não transmitiu conteúdo do PBQQ. Entre a 27ª e a trigésima semana (a última) não houve nenhuma ausência, na verdade, aproximando-se do fim do momento de exibição dos depoimentos, cada edição do *Hora 1* entre os dias 17 e 21 de setembro apresentou dois blocos de depoimentos, esse também foi o caso do *Jornal da Globo* do dia vinte do mesmo mês. Na semana seguinte, entre 24 e 28 de setembro, o *Bom Dia Brasil* somou-se ao *Hora 1* na transmissão de dois blocos de depoimentos por edição, apenas no dia 28 o *Bom Dia Brasil* transmitiu somente um bloco de depoimentos como era, antes, usual. O último bloco de depoimentos foi ao ar em 29 de setembro no *Jornal Nacional*, fechando a edição com uma construção especificamente dedicada a esse momento e anunciando a etapa seguinte do PBQQ. No total, a exibição de depoimentos ocupou 209 dias.

A terceira etapa, ocorrida entre setembro e outubro, consistiu na exibição de conteúdo derivado dos depoimentos, não apenas daqueles televisionados, e sim da totalidade recebida pela emissora. Eram longas reportagens especiais apresentadas no *Jornal Nacional*, no *Globo Repórter* e no *Como Será?*³⁸. Tiveram lugar na programação durante a semana anterior à data do primeiro turno das eleições federais, ou seja, do dia 30 de setembro até 6 de outubro, um dia antes da votação. Depois, no dia 26 de outubro, dois dias antes do segundo turno, foram veiculadas no *Globo Repórter* matérias referentes ao PBQQ. Essa etapa totalizou oito dias.

Cumpra ainda detalhar a apresentação do PBQQ quanto à sua relação temporal com o processo eleitoral no qual elegeram-se representantes para os cargos de deputado federal,

³⁸ No APÊNDICE B consta um quadro com a relação das reportagens vinculadas ao PBQQ suas datas, os programas nos quais foram televisionadas, seus títulos e duração. Os temas dessas reportagens foram definidos pela emissora a partir das principais demandas mapeadas com base nos vídeos enviados pelo público.

distrital e estadual, senador, governador e presidente da República. Dois marcos já foram ressaltados: as datas de realização dos dois turnos da votação. O dia 7 de outubro era a linha de chegada do PBQQ. Indicou-se que, aproximando-se dessa data, a exibição dos depoimentos foi reforçada; alguns programas passaram a exibir não apenas um, e sim dois blocos com vídeos dos espectadores e os outros programas não deixaram de apresentar o conteúdo em nenhum dia. Finalizou-se a etapa com depoimentos dos porta-vozes dos municípios uma semana antes da data do primeiro turno e tomaram lugar na programação, até o dia 6 de outubro, as matérias especiais. Concluída a apuração das urnas com 107.050.673 votos válidos e o indicativo de segundo turno para eleger deputados em treze estados e no Distrito Federal e para o posto de presidente da República, disputado entre os dois candidatos com maior votação — Jair Bolsonaro, da “Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos” (PSL-PRTB), com 46,03% dos votos, e Fernando Haddad, da “Coligação O Povo Feliz de Novo” (PT-PCdoB-PROS), com 29,28% dos votos (*Tribunal Superior Eleitoral*, 2018 Out 9) —, a linha de chegada do PBQQ avançou para dois dias antes do segundo turno das eleições, ocorrido em 28 de outubro. No dia 26, toda a edição do *Globo Repórter* devotou-se ao PBQQ. É crucial ressaltar esses marcos, pois evidenciam a centralidade — desde o início declarada pela TV Globo — do processo eleitoral para o PBQQ. As eleições foram sua coroação, e aqui, porque foram lembrados os resultados da apuração do primeiro turno para a cadeira presidencial, cabe recordar os resultados do segundo turno: dos 104.838.753 votos válidos, 55,13% definiram Jair Bolsonaro como presidente enquanto Fernando Haddad obteve 44,87% desses votos (*Tribunal Superior Eleitoral*, 2018 Out 30). Porém, a programação de um ano eleitoral tem outros marcos pré-estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, mesmo que no PBQQ não haja referências explícitas a eles, parece importante registrar alguns eventos do calendário eleitoral.

Embora não tenha visado abertamente a defesa ou ataque a nenhum concorrente aos vários cargos políticos em disputa, o PBQQ é considerado neste trabalho como um tipo de campanha e como propaganda³⁹. Portanto, na seleção dos eventos do calendário eleitoral observou-se aspectos concernentes às mais importantes normativas eleitorais para as campanhas e para propaganda eleitoral. Além desse argumento, a seleção de alguns marcos do processo eleitoral permite pensar, em linhas gerais, a atuação do PBQQ como um produto de uma importante rede de comunicação atuante no Brasil no período eleitoral considerando o desenho legalmente projetado por instituições representantes da democracia para as instituições da comunicação com a intenção de assegurar a idoneidade do processo eleitoral.

³⁹ Espera-se poder fundamentar essa caracterização ao longo deste capítulo.

Foi no dia 16 de agosto — cerca de oito meses depois do início do PBQQ e 52 dias antes do primeiro turno — que houve permissão legal para iniciar a propaganda eleitoral. No mesmo dia, concedeu-se permissão aos candidatos, partidos e coligações para o uso de alto-falantes e amplificadores nas sedes e veículos, para a realização de comícios, sonorização fixa e propaganda via *internet* na modalidade não paga. Também se permitiu a distribuição de material gráfico, carreata e passeata somente a partir dessa data. A circulação de propaganda por material pago, marcada por detalhadas restrições, podia ser posta em prática apenas a partir desse dia. Já o dia 31, ainda em agosto, marcou o começo do importante período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV. Portanto, o PBQQ antecipou-se, com significativa distância temporal, às campanhas eleitorais. Como visto, ele começou em janeiro e logo no início de março o público podia ser visto na TV e suas demandas ouvidas. No mês de agosto, quando foi dada a largada para a propaganda eleitoral, estava em curso a etapa de exibição dos depoimentos do PBQQ. Para o segundo turno, a permissão para todas aquelas modalidades de propaganda eleitoral arroladas anteriormente foi concedida no dia 8 de outubro, exceto para a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, cujo início foi o dia 12 do mesmo mês.

Quanto às restrições, é necessário afirmar que o dia 4 de outubro era o último para divulgação de propaganda eleitoral gratuita radiofônica e televisiva bem como para algumas das outras modalidades (reuniões públicas e comícios, aparelhos de sonorização fixa). Mesmo os debates na televisão e no rádio não podiam mais acontecer depois dessa data. O dia 5 de outubro era a data limite para a divulgação paga de propaganda na imprensa escrita e para a reprodução desta na *internet*. No dia 6 finalizava a permissão para as seguintes formas de propaganda: uso de alto-falantes, amplificadores de som, distribuição de material gráfico, passeata, carreata e carro de som. Esses dias (4, 5 e 6 de outubro) constam na 35ª semana do PBQQ, quando foram exibidas reportagens sobre os desejos dos brasileiros para o Brasil do futuro no *Jornal Nacional*, no *Como Será?* e no *Globo Repórter* entre o primeiro e o sexto dia do mês de outubro. Logo, o PBQQ seguia e desdobrava-se enquanto terminavam as permissões para os modos de propaganda política reconhecidos pela legislação como tais.

Para o segundo turno restrições correspondentes ocorreram em 25, 26 e 27 de outubro. Quanto ao PBQQ, nessa semana ele limitou-se a ocupar a edição do *Globo Repórter* do dia 26.

Algumas outras regulamentações do processo eleitoral podem interessar para uma apreciação do PBQQ, dentre elas consta no calendário eleitoral do TSE a indicação legal de que, a partir de 20 de julho ficava proibida “a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral” (*Tribunal Superior Eleitoral*, 2021 Dez 20). Não se encontra acessível na legislação eleitoral uma descrição específica do que seriam essas enquetes, mas, após um olhar atento ao

PBQQ, deve-se perguntar se aquilo que é objeto de proteção da criteriosa regulamentação das pesquisas e testes pré-eleitorais foi, ou não, ferido por ele. Ainda que esta não seja a questão crucial para este trabalho — nem o é a dimensão legalista do processo eleitoral — ela não deixa de ser uma questão importante posto que a justiça nesta sociedade tende a ouvir apenas a língua inflexível da lei, ignorando que o injusto nem sempre é ilegal.

Consta ainda no mesmo calendário que, a partir do dia 6 de agosto, estava, dentre outras coisas, vedado às emissoras de rádio e televisão “veicular propaganda política” na programação normal e nos noticiários, “dar *tratamento privilegiado* a candidato, partido ou coligação” e “veicular ou divulgar, *mesmo que dissimuladamente*, filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, exceto programas jornalísticos ou debates políticos” (*Tribunal Superior Eleitoral*, 2021 Dez 20, itálicos nossos). Que haja uma lei coibindo, a partir de um dia específico, o tratamento privilegiado a certas forças políticas e a divulgação de alusão ou crítica a candidato ou partido é reconhecimento da existência e usualidade dessas práticas. Mais do que aquele veto à realização de enquetes, essas três últimas restrições precisam ser mantidas em vista na análise do PBQQ. Dado que este ultrapassou a data na qual ficaram estabelecidas tais restrições, após analisar os mecanismos, estratégias e conteúdo do PBQQ, caberá voltar a essas restrições perguntando-se o quanto o empreendimento está isento de propaganda política, de tratamento privilegiado a forças políticas e de divulgação (com alusão ou crítica) a candidato ou partido. Adianta-se que ele estará isento, se o critério for nominal; não há conteúdos nos quais se verificam nomes de candidatos ou partidos. Também é possível assinalar desde já o quanto a decisão de veicular os conteúdos do PBQQ em programas jornalísticos — embora seus conteúdos não sejam propriamente notícias — é certa do ponto de vista do terceiro daqueles vetos, o qual permite apenas aos debates e programas jornalísticos referências com alusões ou críticas a candidatos e governos. De todo modo, sendo afirmativa ou não a resposta àquela pergunta depois de apresentada a análise, o que está em questão para esta pesquisa neste ponto é justamente o que é, de certo modo, reconhecido nessa legislação: formas dissimuladas de manipulação. Entende-se tais formas como conformações da ideologia e a ideologia circula desembaraçadamente nos interstícios mais estreitos da lei, quando esta não é propriamente seu veículo.

3.1.1 PBQQ: repetição, cerco social, cerco psicológico

Com a apresentação do PBQQ delineia-se a fisionomia de um processo presente em dez meses e que ocupou 243 dias dos 365 de 2018, ou seja, dois terços do ano. O PBQQ logrou vasta cobertura considerando sua periodicidade no correr dos meses e dias do ano e dos períodos de cada dia e conseguiu atingir pessoas variadas, presumindo a sorte de públicos abarcados em função dos horários de exibição e das temáticas peculiares dos programas nos quais foi difundido. A atestação da amplitude de cobertura considera apenas o que é possível mensurar ou descrever quanto ao âmbito televisivo na programação nacional em caráter aberto, ficam de fora, por exemplo, possíveis manifestações nas afiliadas regionais e o que progrediu para além da TV. Notou-se de modo não sistematizado um significativo afluxo de material que dialogava com o PBQQ noutros meios. Na *internet* era comum verificar a circulação de vídeos com depoimentos das pessoas nos quais o formato ditado pela TV Globo era replicado e o *slogan* “O Brasil que eu quero...” ecoava, mesmo quando se tratava de vídeos que escarneciam da empreitada e do canal responsável por ela. Observando, por um lado, o âmbito televisivo, principal protagonista do PBQQ, e a intrincada configuração dos programas do gênero informativo delineada na proposta, e, por outro lado, o que poderia ser chamado de ressonância do conteúdo (Mota & Biroli, 2014) ou efeito de ondulação (*ripple effect*) (Lourenço, 2009; Azevedo, 2018), assim como o apelo direto aos outros meios de comunicação (afinal, como assinalado, o aparelho celular foi celebrado como o intermediário entre o público e a TV), confirma-se o caráter sistemático da indústria cultural — a coerência de cada setor e de todos no conjunto (Horkheimer & Adorno, 1947/1985) — e atesta-se o manejo desse sistema.

Um aspecto central emerge nesse manejo operado por meio do PBQQ: a repetição. Central é a repetição para a indústria cultural (Horkheimer & Adorno, 1947/1985). Na análise que se segue durante todo o capítulo o caráter repetitivo do PBQQ não pode ser perdido de vista. Uma avaliação adequada do esquematismo do procedimento e do impacto dos conglomerados ideológicos interpostos entre o sujeito e a realidade depende do fator repetição.

As variações nos formatos, no tom, nos enfoques e temas de seus produtos tendem a ser propagandisticamente exageradas pela indústria cultural; são menos verdadeiras diferenças e mais variações unificadas no idioma universal, repetições nas quais os detalhes disfarçam a estrutura idêntica (Horkheimer & Adorno, 1947/1985). Por isso, quando se apresentou os oito programas nos quais o PBQQ foi alocado, insistiu-se que a descrição da emissora, base para a caracterização, não era assumida de modo incauto. Quando pensados em conjunto, evidenciam-

se a repetição e o fato de que, com o PBQQ, os programas visaram, a um só tempo, abordar públicos diversos e abordar o mesmo público em frentes distintas. Possivelmente, esse conjunto operou como um cerco social, abrangendo progressivamente diversos setores sociais (cada público-alvo), e um cerco psicológico, avançando várias zonas psíquicas em cada indivíduo, especialmente para aqueles expostos a mais de um desses programas. Trata-se de uma dupla abrangência e suas dimensões se reforçam mutuamente. A dimensão psicológica é sugerida a partir da consideração de que o matiz temático dos programas — se são voltados para o entretenimento e humor, para os esportes, para fatos econômicos e políticos ou outros — e seus formatos podem ancorar-se, aliciar e favorecer necessidades e caracteres psíquicos distintos. Esses aspectos são particularmente importantes considerando o alcance do meio televisivo no Brasil onde o hábito de assistir regularmente à televisão cobre 93% da população daquelas que são consideradas as principais regiões metropolitanas do país (*Monitor Mercantil*, 2018 Dez 5) e considerando o tempo médio de consumo de televisão nos domicílios, que “aumentou 34 minutos em cinco anos e saltou de 06h07 em 2018 para 06h17 em 2019” (*Kantar IBOPE Media*, 2020 Mar 11)⁴⁰, superando em mais de duas vezes a média diária mundial de 02h55.

Diferentemente do que é possível encontrar na literatura sobre mídia e política, não cabe fazer hipóstase da *recepção* em detrimento da *exibição*, dada a amplitude do processo de reificação da consciência vigente nesta sociedade na qual a alienação avança e, amparando-a, avança a fixação dos mecanismos da indústria cultural. A exibição, firmada na repetição, é particularmente propícia à expropriação psicológica e nela o PBQQ investiu robustamente.

Mundim (2012, 2014) alude e se apoia na distinção entre os processos de *exibição* e *recepção*. No primeiro estaria em questão a mera exposição às notícias, um contato com eventos por intermédio dos meios de comunicação. No segundo, o sujeito da recepção entra em cena, está em jogo a atenção conferida às notícias, a compreensão e a retenção. Essa distinção baseia-se na proposição de que ideias não compreendidas são pouco importantes uma vez que são incapazes de “afetar o estoque de informações, atitudes, opiniões e comportamento” (Mundim, 2014, p. 97). Portanto, uma boa medida do impacto dessas ideias deveria alcançar não somente o quanto as pessoas são expostas a elas, mas o quanto compreendem delas. Porém, a subestimação da força que pode ter a exibição decorre do quanto o argumento considera apenas os componentes conscientes da recepção e da percepção, ignorando que o que não é claramente compreendido ou retido na consciência não deixa de existir e de “afetar” as “atitudes, opiniões e comportamento”; é provável que a capacidade de afetar essas dimensões seja incrementada

⁴⁰ Dados celebrados pelas próprias agências que os aferem como comprovação de que a televisão “continua sendo ‘a estrela da casa’” (*Kantar IBOPE Media*, 2020 Mar 11).

justamente porque as ideias não são compreendidas. O argumento ignora ainda a possibilidade de esquemas petrificados não só se sobreporem a essas ideias como o fazerem por meio delas e de sua estrutura comum, a despeito da atenção, compreensão e retenção de seu conteúdo — assim opera o esquematismo da indústria cultural (Horkheimer & Adorno, 1947/1985).

A capacidade de ser exposto a um conteúdo, mas, como sujeito, conseguir compreendê-lo não é favorecida por esta sociedade porque ela não quer os receptores como sujeitos, ela os quer como consumidores aos quais *exibe* as mercadorias. Uma tal capacidade é incompatível com a sociedade que molesta a todos com a propaganda incontornável forçando a aquisição de bens de qualidade duvidosa para escoar a produção frenética. Nesta sociedade a força da exibição repetitiva sobre as pessoas, compelindo-as por pressão ao inaceitável, não pode ser descartada, assim como não é aconselhável desdenhar do *quantum* de violência inscrito nesse tipo de repetição. O funcionamento da propaganda como punição já está claro para o próprio sistema; é de praxe que a oferta da compra de produtos dos quais se pode usufruir em uma modalidade não paga, mas incrustada de reclames publicitários, seja acompanhada pelo anúncio do bônus de poder desfrutar sem a interrupção de anúncios. O consumo é instigado pela promessa de fazer cessar a ladainha que atenaza para consumir. A violência da repetição realiza o *amolecimento* necessário à dominação; ele é ministrado “pela grande indústria e pela indústria cultural” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 184). Com tamanho aferro pretende-se quebrar a resistência que porventura seja possível encontrar nas pessoas, ratificando a impotência do eu produzida diante da sociedade onipotente. A iteração ostensiva realizada nesse duplo cerco endossa a certeza, própria dos produtos da indústria cultural, “de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual [cada produto] é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho” (p. 119). Se não tinha de antemão essa certeza, o PBQQ investiu largamente em sua fabricação. Ninguém teve folga.

Psicologicamente, a repetição como procedimento da indústria cultural alicia a compulsão. A aliança entre a indústria cultural e a sociedade dominada pelo capital escancara-se nesse aliciamento, pois a compulsão, como elemento subjetivo, é propícia à progressão objetiva do valor alheia à satisfação das necessidades e carências humanas, é propícia a uma produção que depende das pulsões insatisfeitas para seguir reproduzindo e progredindo infinitamente o valor em si mesmo. O giro em falso da pulsão requisita um eu debilitado, incapacitado de se perguntar sobre essa falsidade (e sobre a verdade social dela), e é expressão desse estado do eu que, como instância da autonomia e autorreflexão — capaz de pensar por si mesmo e a si mesmo —, é desnecessário à sociedade industrial do capitalismo tardio.

Bibring (1943) sintetizou os fenômenos arrolados originalmente pelo psicanalista H. Hartmann nos quais a repetição ocorre. Ela se dá como resposta ao mesmo estímulo; quando o que se experimenta propicia prazer, evita desprazer ou é prazeroso em si mesmo (este caso é aquele das repetições infantis); em conexão com pensamentos ou ações automatizados; quando ações pretendidas não foram completadas; e, por fim, quando experiências traumáticas não foram assimiladas. Nem toda repetição é compulsiva e esses casos não se confundem; diferenciá-los com precisão demandaria atenção a finas especificidades como entender o papel da repetição quando serve à meta positiva do princípio do prazer, isto é, quando objetiva incrementar o ganho de prazer, ou quando responde à meta negativa do mesmo princípio, evitando o desprazer (Freud, 1930/2011), o que implica uma constrição objetiva à realização do prazer. Aqueles fenômenos da repetição interessam aqui no sentido delimitado do favorecimento ou expressão da dominação, sem afirmar com isso que toda repetição se resume à dominação, ela pode ser a própria insistência do que não se deixou dominar completamente.

Ademais, os casos não se confundem, pois alguns pertencem a uma psicologia governada pela lei do estímulo-resposta e outros pertencem a uma psicologia na qual há instâncias psíquicas e conflito entre elas. Por exemplo, só a última das situações arroladas (a repetição em casos de experiências traumáticas não assimiladas) foi destacada por Bibring (1943) como um objeto para a psicanálise, porque permitia observar propriamente uma compulsão à repetição. Mas ambas as psicologias têm sua verdade social: é social o modelo que demanda os indivíduos constituídos a partir de uma “dolorosa dialética interna” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 189) e a compulsão à repetição se inscreve na dinâmica entre as instâncias psíquicas; é social a configuração que exige pessoas que meramente respondam repetidamente aos estímulos homogêneos. Por mais que a organização objetiva da sociedade em cada momento favoreça mais intensamente alguma dessas configurações (e provavelmente outras) (Adorno, 1967/1995), elas não se superam em etapas, mas, possivelmente, coexistem, conquanto não o façam em medidas equivalentes, porque há tendências sociais proeminentes. Quando a dominação se ancora na repetição que tem lugar assegurado naquelas psicologias — ainda que de modos distintos, se partirmos da enumeração dos casos da repetição — ela conta, de todo modo, com a instância do eu alquebrada pelas exigências sociais, quando não dissolvida:

Conformes à época atual, são aqueles tipos que nem possuem um eu nem agem propriamente de forma inconsciente, mas espelham o movimento objetivo de forma reflexa. Realizam em conjunto um ritual sem sentido, seguem o ritmo compulsivo da repetição, empobrecem afetivamente: com a destruição do eu cresce o narcisismo ou seus derivados coletivos. A brutalidade do exterior, a sociedade total que age uniformemente, bloqueia a diferenciação e se serve do núcleo primitivo do inconsciente. Ambos conspiram para a aniquilação da instância mediadora; as moções

arcaicas triunfais, a vitória do isso sobre o eu, harmonizam-se com o triunfo da sociedade sobre o indivíduo. (Adorno, 1955/2015, p. 124)

Bibring (1943) identificou na compulsão à repetição duas tendências: uma tendência restitutiva, ligada ao eu que repete no intuito de reestabelecer a situação anterior ao trauma, e uma tendência repetitiva, para além do princípio do prazer — ou seja, que não se reduz a ele, embora isso não significa que funcione em contrariedade com ele —, derivada dos impulsos do isso, ou *id*. De todo modo, se qualquer uma dessas tendências se impõe coercitivamente, pode-se remeter, a partir de Adorno (1955/2015), à conspiração social para “aniquilação da instância mediadora”. No primeiro caso há um trauma, um golpe de violência — que é sempre violência social transformada, mediada — inassimilável para o eu e que o condena à contínua tentativa de restituir. No segundo caso toma frente o isso em patente rendição do eu. É da exploração da fraqueza do eu e do núcleo primitivo do inconsciente que vive a repetição. Os tipos que agem de modo reflexo exprimem o ponto culminante dessa tendência. Se não pudessem contar com a fraqueza do eu, os mecanismos de que dispõe a sociedade total não alcançariam aquele núcleo primitivo, portanto, seus aparatos, dentre eles a indústria cultural, devem garantir a reprodução dessa impotência, que é, em princípio, impotência social real (Adorno, 1955/2015). Sem o eu, ou com um eu agastado, fica desbravado para a sociedade o caminho em direção aos aspectos psicologicamente não diferenciados:

A psicologia do isso é mobilizada pela psicologia do eu com o auxílio da demagogia e da cultura de massa. Estas limitam-se a administrar o que lhes é oferecido, como matéria bruta, pela psicodinâmica daqueles a partir dos quais modelam-se as massas... mobilizam-se seletivamente aqueles mecanismos de defesa infantis que mais bem se adequam ao esquema dos conflitos sociais do eu segundo a situação histórica. Somente isso, e não a muito citada realização dos desejos, explica a força da cultura de massa sobre os seres humanos. (Adorno, 1955/2015, p. 112)

Essa passagem é oportuna para assinalar: 1) a centralidade da repetição nos mecanismos de defesa infantis; 2) a insatisfação pulsional, que é cara demais à sociedade conjurada com a progressão do valor para permitir que as instâncias de mediação sob seu domínio privilegiem a “realização dos desejos” como meio de dominação, embora não possa dispensá-la de todo. Horkheimer e Adorno (1947/1985) identificaram o ritual compulsivo e repetitivo da indústria cultural ao ritual de Tântalo, condenado à sede eterna, embora mergulhado na água que lhe fugia à boca se tentasse beber, e à fome eterna, embora acima de sua cabeça pendesse um galho com frutos que sempre lhe escapavam às mãos.

A indústria cultural repete como modo de estabelecer o que não pode mostrar sua racionalidade por si mesmo sem precisar pressionar a consciência ou, no limite, demandar sua supressão. A repetição quer vencer pelo cansaço, não preza o entendimento; ela quer convencer. Assim, é conveniente à tarefa da ideologia de tamponar o entendimento e cingir os indivíduos

àquilo que está aquém do que as bases objetivas permitem ou é completamente irracional e atenta contra eles. Com isso em mente é possível desde já enunciar uma pergunta, cuja resposta só ganhará elementos mais fundamentados no correr da análise, sobre o quanto o PBQQ, ao explorar a repetição, fundamenta-se em aspectos heteronômicos que são o desmentido de seus declarados objetivos democráticos. A notável participação angariada deve-se, em grande medida, ao mecanismo da indústria cultural que torna os produtos mais consumidos não por suas qualidades ou porque as pessoas os apreciam, mas porque são veementemente reiterados.

Dentre as técnicas de distribuição da indústria cultural destaca-se a “técnica de alta pressão do *plugging*” (Carone, 2019, p. 56), explícita no PBQQ. O processo intensivo do *plugging* atua como um “rolo compressor”, buscando “romper a resistência” do público (p. 134). Ele evidencia como atua o cerco social e psicológico promovido pela indústria cultural. É conhecido desde a era do rádio e “consistia em tocar a [mesma] música de três a oito vezes por dia, durante um período de oito a dez semanas...” (p. 135) com a intenção de produzir sua “rápida popularização” (p. 91).

O levantamento dos dados do número de inserções⁴¹ do PBQQ na programação jornalística nos auxilia a reconhecer nele o procedimento do *plugging*. Na primeira etapa, que durou quatro semanas (28 dias), a média do número de inserções foi de 3,64 chamadas por dia, lembrando que o número exato de exibições variou entre apenas uma no domingo e cinco da segunda à sexta-feira, ou seja, na maior parte da semana⁴². Na segunda etapa, iniciada imediatamente após a primeira e que durou trinta semanas (210 dias), a frequência média de exibição foi de 4,19 blocos de depoimentos por dia (lembrando que cada bloco era formado por, aparentemente, no mínimo cinco depoimentos)⁴³ — o número exato de exibições variava do mesmo modo que a primeira etapa: entre um bloco no domingo e cinco de segunda à sexta-feira, embora em algumas das semanas finais tenha alcançado o valor de sete exibições diárias. Essas duas médias são apresentadas de modo segmentado (referentes à primeira e à segunda etapa) apenas para coincidir com a divisão usada para descrever o PBQQ, porém, se for considerado todo esse intervalo de 34 semanas (238 dias) no qual a apresentação de conteúdo do PBQQ seguiu um ritmo e uma estrutura semelhante (as duas primeiras etapas), foi de 4,12 a

⁴¹ No jargão do *marketing* televisivo há uma diferença entre número de inserções e frequência. O primeiro termo diz respeito à quantidade de vezes que um comercial é veiculado na TV. O segundo está associado ao público-alvo e designa o número de vezes que cada pessoa assistiu ao comercial (Globo, 2015).

⁴² Cálculo da média realizado considerando os sete dias corridos da semana, mesmo aqueles dois dias nos quais não houve exibição de chamada (conferir APÊNDICE B), aos quais foi atribuído o valor zero na soma. Se desconsiderarmos esses dias, a média sobe para 3,92 exibições da chamada por dia.

⁴³ Cálculo da média realizado considerando os sete dias corridos da semana, apenas em um dia não houve exibição de nenhum bloco de depoimentos de modo que sua desconsideração do total da soma dos dias não resulta em diferença significativa.

frequência média de apresentação diária de material relacionado a ele. Para a terceira etapa parece pouco proveitoso apresentar cálculos semelhantes porque o provável impacto do conteúdo deve-se menos à frequência da repetição diária — ainda que se verifique uma repetição semanal (nos seis dias anteriores à data de realização do primeiro turno eleitoral) — e mais à extensão do conteúdo, uma vez que as reportagens que foram ao ar eram de longa duração⁴⁴. É possível, todavia, obter a média diária de minutos dedicados ao PBQQ nessa terceira etapa cuja extensão totalizou oito dias: cerca de vinte minutos diários.

Se, diante dos cálculos das médias de inserção do PBQQ na programação, se contrargumenta que é obsoleto o critério de avaliação adotado para determinar que a estratégia se assemelha ao *plugging* como técnica de alta pressão, pois deriva de estudos dos primórdios da indústria cultural (a era do rádio), cumpre indicar os parâmetros de “eficácia” — ainda no jargão do *marketing* televisivo — encontrados em um documento da própria Globo (2015) destinado às empresas interessadas em seu serviço de anúncios com noções básicas de mídia. Nesse documento encontra-se a explicação: “Assistindo apenas uma vez a um comercial, dificilmente o consumidor será devidamente informado, convencido e motivado a comprar um produto ou serviço. Os consumidores precisam memorizar a mensagem contida no comercial, e são necessárias diversas exposições para que isso aconteça” (p. 25). O mesmo documento indica o número de inserções que assegurariam a eficácia de um anúncio publicitário:

E qual seria esse número de exposições para garantir a eficácia da comunicação? Os especialistas em mídia de todo o mundo indicam que, de maneira geral, um comercial novo deve ser visto pelo menos três vezes num espaço curto de tempo (de preferência em uma semana) para ser devidamente assimilado. Depois disso, é recomendável que os anunciantes mantenham uma veiculação regular durante todo o ano, para conservar a mensagem na lembrança e estar por perto, conversando com o consumidor na hora da compra. É claro que a insistência não vai resolver tudo sozinha. O anunciante precisa ter um bom produto, preço justo e boa distribuição. E o comercial precisa ser informativo, convincente e motivador. Se tudo mais estiver de acordo, é só veicular que a frequência fará o seu papel. (Globo, 2015. p. 25)

A indústria cultural conhece bem as fórmulas repisadas que aplica. A dose mínima de si mesma e o modo de uso que recomenda aos seus clientes-investidores pode variar segundo o capital disponível — “Sempre há uma opção adequada para os clientes com verba menor, que podem se dirigir para *programas específicos, faixas horárias, secundagens menores, regiões geográficas*, que atendam às suas necessidades” (Globo, 2015, p. 23, *itálicos nossos*) —, mas para seus próprios propósitos ela administra acima da dose máxima, sempre beira os níveis letais da *overdose*. A estratégia do PBQQ ultrapassou aqueles critérios da métrica dos comerciais. Se há um grau de especificidade nos programas, que eram do mesmo gênero

⁴⁴ Conferir, no APÊNDICE B, o quadro “Relação de conteúdos derivados dos depoimentos PBQQ” a data de exibição, o programa, o título e a duração total de cada matéria.

jornalístico, e a especificidade é indicada aos anunciantes de orçamento mais apertado, o PBQQ abarcou todos os programas do gênero em nível nacional; utilizou as faixas horárias da madrugada até a noite; não precisou economizar com secundagens menores, pois usou minutos corridos do precioso tempo televisivo; e abrangeu todas as regiões. Como indicado pela emissora, o PBQQ obedeceu à necessidade de bombardear a audiência em um momento inicial a fim de garantir a assimilação, manteve-se regular durante o ano eleitoral conservando a mensagem, continuando “por perto” e conversando com o eleitor até muito próximo da hora do voto, tal como o comercial conversa “com o consumidor na hora da compra”.

Ainda quanto à exploração da repetição via *plugging* é importante indicar um efeito aparentemente paradoxal descoberto nas pesquisas adornianas sobre o rádio e ressaltado por Carone (2019): as músicas intensamente exibidas em um período condensado tinham sua vida média encurtada. Esse dado reforça a compreensão do quanto os produtos repetidos na indústria cultural dependem da própria repetição para se fixarem, não se sustentam por si mesmos, por isso, a repetição não tem fim. Mas a vida média encurtada não é um problema para ela. Ao sistema ininterrupto da indústria cultural é adequada a existência abreviada das mercadorias; há sempre símiles retocados para ocupar o lugar do que se tornou obsoleto tão logo foram consumidos os produtos prenes de retoques que disfarçavam como novidade o sempre idêntico. Mas a fugacidade desses produtos não os torna inofensivos; eles se dirigem ao arcaico reforçando-o. Portanto, contam com aspectos profundamente sedimentados. Se, porém, esse período condensado define a técnica do *plugging*, é importante diferenciar a estratégia do PBQQ quanto ao prolongamento do tempo, mas é necessário lembrar alguns aspectos cruciais. Se a vida de produtos fixados via *plugging* é curta, o PBQQ precisava de uma sobrevida para alcançar o período eleitoral. Seu início poderia ter sido aproximado do mês de outubro, como uma estratégia localizada, porém, assim não poderia cumprir a promessa de representar o Brasil em sua totalidade assumindo que isso seria feito dando voz aos representantes de todos os 5.570 municípios. O cerco social tinha territórios preestabelecidos a serem ocupados.

3.2 A chamada do PBQQ: integração, massificação, regressão mimética

Como apresentado, a primeira etapa do PBQQ, a chamada, consistiu na veiculação de quatro modelos de convocação à participação do público. Embora com configurações audiovisuais diversas, eles eram similares em termos de forma e conteúdo e em função do

objetivo comum: divulgar a iniciativa, cativar e instruir a audiência. Cada um desses modelos se referiu a um padrão de exibição da chamada que foi modificada ao longo do tempo.

No primeiro modelo⁴⁵, televisionado pela primeira vez na edição do *Fantástico* do dia 14 de janeiro de 2018 inaugurando a iniciativa como um todo, a convocação e as instruções de como gravar o vídeo com a resposta à pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?” foram protagonizadas por vários jornalistas de modo que a informação total foi construída por meio da integração dos fragmentos das falas de diferentes repórteres, como um mosaico. O modelo se repetiu nos dias 21 e 28 de janeiro no *Fantástico*, totalizando três exibições em três dias.

No segundo modelo⁴⁶ a convocação e as instruções foram protagonizadas, em cada ocorrência, por um único jornalista, sem haver repetição do protagonista. O texto e os enquadramentos por sua vez eram basicamente idênticos. A ordem das informações e mesmo os gestos dos jornalistas protagonistas eram extremamente semelhantes. Mudava-se, contudo, o lugar do Brasil de onde falavam os jornalistas. O emprego desse modelo ocorreu entre os dias 15 de janeiro e 2 de fevereiro, mas não de modo contínuo, pois os modelos se alternaram ao longo desse período. Foram dezesseis dias e 67 inserções dessa modalidade da chamada.

O terceiro modelo⁴⁷ consistiu na apresentação de exemplos de depoimentos que os espectadores já tinham enviado à emissora. Assim, era indicado como deveria ser gravado o vídeo utilizando material já recebido do público. O mesmo conjunto de exemplos foi mostrado em todos os cinco programas que veicularam essa modalidade da chamada. No total ocorreram cinco exibições desse modelo nos dias 23 e 24 de janeiro.

O quarto modelo⁴⁸ consistiu na apresentação da convocatória e das diretrizes de gravação do depoimento por meio de um vídeo em animação digital. Não eram mais pessoas que protagonizavam. O espectador via animações representando pessoas acompanhadas pela narração das instruções na voz de um(a) jornalista. A voz do(a) narrador(a) não era sempre a mesma. Em uma ocasião foi William Bonner, no *Jornal Nacional*, quem anunciou a chamada e os espectadores ouviram a subsequente narração do texto da chamada na voz dele — que é um dos apresentadores do telejornal. Em outra ocasião, no *Jornal Hoje*, foi Sandra Annenberg quem anunciou a chamada e o texto foi narrado em sua voz, sendo ela uma das apresentadoras do telejornal em questão. Havia, portanto, um sentido de totalidade de cada programa a ser preservado. Esse modelo foi inserido na programação depois do intervalo do PBQQ ocorrido

⁴⁵ O APÊNDICE C apresenta a transcrição do conteúdo de um exemplo desse modelo.

⁴⁶ O APÊNDICE D apresenta a transcrição do conteúdo de um exemplo desse modelo.

⁴⁷ O APÊNDICE E apresenta a transcrição do conteúdo de um exemplo desse modelo.

⁴⁸ O APÊNDICE F apresenta a transcrição do conteúdo de um exemplo desse modelo.

entre os dias 3 e 25 de fevereiro. Entre 26 de fevereiro e 3 de março, um período de seis dias corridos, o quarto modelo foi apresentado 27 vezes.

A importância de observar essa variação entre os modelos ao longo das primeiras semanas do PBQQ pode ser sinalizada a partir de um fator. Destaca-se esse fator por sua presença no curso de todo o PBQQ e por suas consequências muito significativas. Nos dois primeiros modelos os jornalistas falaram tendo como cenário lugares representativos das cidades; esta era a demanda para o público: gravar o vídeo em um cenário que representasse seu município. Os cenários utilizados pelos jornalistas nos dois primeiros modelos — praças, monumentos, casarios históricos, paisagens dentre outros — cabiam muito bem sob os adjetivos belos, limpos, organizados. Entretanto, nos depoimentos exibidos pelo canal no terceiro modelo da chamada no qual era utilizado material do público como exemplo instrucional houve pessoas que enviaram seus vídeos gravados em lugares considerados representativos, mas que não eram belos, limpos ou organizados. Enviaram depoimentos de lugares que consideravam representativos pelos problemas existentes, como, por exemplo, um lugar com lixo depositado a céu aberto ou uma rodovia com severos problemas na cobertura asfáltica. A partir disso, o PBQQ incorporou a possibilidade de mostrar os problemas em aparente complacência com a escolha do público, como se percebe no texto transcrito a seguir repetido nas ocasiões de apresentação desse modelo da chamada (o terceiro):

A gente pediu que a gravação fosse feita em um lugar bem representativo de onde você vive. Aí, teve gente que fez *selfie* na frente de um cenário que simboliza a cidade. Teve gente que preferiu mandar o recado de um lugar com algum problema porque considera que esse lugar, com esse problema, é o que representa a sua cidade. Tá valendo. Quem escolhe o cenário é você. (Bonner & Kamel, 2018 Jan 23)

O quarto e último modelo da chamada, a animação, passou a conter virtualmente essa possibilidade de gravar em locais que apresentavam problemas; nela, constavam cenários representando situações indesejadas. Dentre outros aspectos, a sequência desses modelos denota uma capacidade de absorção pelo estímulo televisivo das respostas do público, como em um processo de aperfeiçoamento. Aperfeiçoamento não no sentido de que o estímulo-protótipo era falho, mas no sentido de que, se era tencionada a imitação (a repetição), ela era preparada nessas etapas, integrando cada vez mais o próprio público cuja captura era pretendida e, com isso, aprimorando a justificativa baseada no desejo das pessoas, justificativa que desempenhava a função de encobrimento. Pode ser que o tipo de resposta enfatizando problemas não fosse esperado, porém — e mais importante do que saber se já estava ou não prevista tal possibilidade —, tão logo esse efeito se manifestou, foi de pronto integrado no esquema do PBQQ. Integração ocorrida com uma justificativa que lhe conferiu mais relevância: tratava-se de uma escolha do público. O estímulo foi otimizado ao assumir as respostas

provisoriamente obtidas. Mesmo a hipótese de que, antes, isso não estava *previsto*, não diminui a importância de que, depois e rapidamente, esse tipo de resposta passou a ser *prescrito*.

No entanto, a análise do *slogan* — a pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?” — permite afirmar que, enquanto tinha como um de seus pressupostos o postulado de um estado indesejável do presente, já acionava a disposição das pessoas a apresentar os problemas desse presente. Assim, esse pressuposto indireto da pergunta abriu espaço para a possibilidade de respostas que insistiam nos problemas; também porque, materialmente, eles não faltavam (nem faltam). A chamada não convocou abertamente o público a dizer os problemas, mas continha essa possibilidade e, uma vez que ela foi desatada, enfatizou-se sua aparente espontaneidade. A iniciativa se portou como se, diante disso, não pudesse fazer nada a não ser aceitar a voz do povo. Dessa forma, se furtou à acusação de ser considerada incitadora e repôs a imagem de mero arauto encarregado da tarefa de apresentar as insatisfações declaradas emprestando seus meios. Objetivamente, o PBQQ catalisou insatisfações sociais. Se a insatisfação social emerge e é incitada em um estado geral de consciência reificada — de inconsciência ou de sujeitos reduzidos a feixes de reflexos — e simultaneamente são/estão vedadas as possibilidades de reconhecer as bases objetivas da insatisfação, a mesma insatisfação que contém o potencial revolucionário do desconforto na sociedade opressora reduz-se à insatisfação psicológica, a sentimento explosivo de insatisfação coletiva massificada, e converte-se em material disponível para manipulação por forças políticas do influxo regressivo da história, forças antidemocráticas. Na análise dos depoimentos será possível reconhecer o potencial antidemocrático e ideológico desse amálgama de insatisfação tão propício aos movimentos totalitários.

Alguns autores poderiam enxergar nesse processo de aperfeiçoamento do estímulo que inscreveu em si elementos provenientes do público um caráter dialógico: aquela *interação* que se encontra tão pronunciada nos estudos sobre mídia e política ou a atividade do sujeito da recepção. Nessa interação verificada no PBQQ sobressaiu, contudo, “a *integração* deliberada, a partir do alto, de seus consumidores” (Adorno, 1963/1986, p. 92, *italico nosso*), realizada pela indústria cultural. Pôs-se em funcionamento aquela consideração em relação às massas da qual a indústria cultural abusa “para reiterar, firmar e reforçar a mentalidade destas, que ela toma como dada *a priori* e imutável” (p. 93). Com seus dispositivos encobridores que faziam parecer emergir espontaneamente do público as respostas sutilmente instiladas, o PBQQ tentou aparentar o exato oposto do que realizou, arrancou a voz que dizia ouvir. Cabe lembrar, com Adorno (1963/1989), que as “massas não são a medida, mas a ideologia da indústria cultural, ainda que esta última não possa existir sem a elas se adaptar” (p. 93). A absorção da iniciativa programada no público demonstra esse exercício de adaptação da indústria cultural às massas

com o qual ela garante sua existência, a mesma existência dedicada a perpetuar a ideologia das massas. Como é visado pelo esquematismo da indústria cultural, o juízo do público encontrou confirmação, mas sua percepção já estava preparada “antes mesmo de surgir” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 83). Como será discutido, esse juízo movido pela insatisfação não foi o único incitado pelo PBQQ, mas sua preparação deve ser particularmente sublinhada dada a textura dos programas jornalísticos nos quais o PBQQ se desenvolveu, pois o que causa insatisfação (legítima ou não) é matéria desse tipo de programa, mesmo quando a insatisfação tende a ser sistematicamente contornada ao fim de cada edição dos jornais com as notícias esportivas ou outro conteúdo ameno. Os telejornais respondem por uma grande medida da fração calculada do trágico admitida nos produtos da indústria cultural. Na teia desta, o trágico é aplicado de modo a minar a resistência antes contida nele e transformá-lo em elemento de conformismo (Horkheimer & Adorno, 1947/1985).

Nos modelos da chamada é possível reconhecer uma progressiva massificação no PBQQ em acordo com a inclinação à massificação difundida na sociedade para a qual os indivíduos contam somente como a massa da qual se expropria a força de trabalho genérica, como exército de reserva para pressionar o percentual dos empregados, como massa consumidora e como massa de manobra política, ou seja, são irrelevantes enquanto indivíduos, são sorvidos na “fungibilidade universal” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 25).

No primeiro modelo a congregação de fragmentos das vozes dos repórteres falando de vários lugares, mas comunicando uma mesma mensagem contém embrionariamente a imagem da massa. Na montagem do vídeo se reflete a *montagem sociotécnica* (Maly, 2020) com que as massas são operadas. Em conjunto homogêneo, vários anunciam a mensagem dirigida a um, o espectador. Para analisar as estratégias de aproximação e os dispositivos de massificação retoma-se a ocorrência do vídeo convocatório da primeira vez que a audiência teve contato com o PBQQ por meio da TV, a chamada do dia 14 de janeiro de 2018 do *Fantástico*⁴⁹. A seguir, é reproduzido o texto pronunciado pelos repórteres aglutinados⁵⁰:

RM1.: Primeiro, tem que escolher o lugar.

RM2.: Eu tô aqui na praça Mauá, zona portuária do Rio.

RM1.: Essa é a igreja de Santa Rita, no centro histórico de Paraty.

RH1.: Praça da Sé, na Cidade do Crato.

RH2.: Eu estou aqui no Largo dos Jesuítas, no centro de Embu das Artes.

RM1.: E é nesse lugar, que representa tanto do passado do Brasil, que eu te pergunto: Que país você quer para o futuro?

RM2.: E você pode ser um porta-voz da sua cidade gravando um vídeo com o seu celular.

⁴⁹ Sua transcrição completa e outros detalhes do programa podem ser encontrados no APÊNDICE C.

⁵⁰ *RM1* e *RM2* correspondem, respectivamente, a primeira repórter e a segunda repórter a aparecerem. *RH1* e *RH2* correspondem, ao primeiro e ao segundo repórter a aparecerem (*R*: repórter; *M*: mulher; *H*: homem; *1* e *2*: ordem).

RH1.: A forma mais segura é você pedir para um amigo para fazer a gravação. Eu vou pedir ao meu amigo Paulo Ernesto para gravar.

RH2.: E, olha, você pede para a pessoas sempre ficar como é aqui, ó: cerca de um metro de distância. E, olha, o celular sempre na horizontal. Olha como ele tá segurando, ó: deitado. Tá vendo?

RM2.: Dessa forma, você consegue mostrar melhor você e o lugar que você escolheu.

RM1.: Você também pode gravar usando um bastão de *selfie*.

RM2.: Não tem bastão de *selfie*? Problema nenhum. Usa o celular mesmo. Sempre deitado, na horizontal. Presta atenção se você e o lugar que você escolheu tão aparecendo.

RH1.: Comece a gravação dizendo seu nome e o local de onde está falando.

RH2.: Grave seu recado em quinze segundos.

RM1.: E aí, você conta pra gente: “Que Brasil você quer para o futuro?”. (Bernardes & Villela, 2018 Jan 14)

Interpretada por quatro diferentes repórteres de telejornais da TV Globo (dois homens e duas mulheres) a chamada era marcada por seu semblante convidativo e descontraído, animado pela música instrumental com batidas rápidas ao fundo. Rompia com a seriedade marcante dos jornalistas e exprimia um aspecto informal, insinuando um clima de maior acessibilidade e naturalidade, fundamental para capturar e assegurar a participação do público e condizente com a intenção de fazer com que as pessoas se sentissem aptas a enviar seus depoimentos.

Caso a chamada fosse feita da bancada do *Jornal Nacional*, ou mesmo do *Jornal Hoje*, considerando que o último já é marcado por uma certa “informalidade” quando comparado ao primeiro, ela, ainda assim, seria pouco elucidativa e não alcançaria aquela aparência de naturalidade e de desembaraço. Os apresentadores bem-vestidos, os cenários tecnológicos e impactantes e outros recursos dos quais o público poderia carecer, nesse caso, manteriam um distanciamento do público. No contexto jornalístico é atuando sobre essa distância do público quanto a alguns aspectos que se garante a credibilidade das notícias tornando os jornalistas e apresentadores guardiões dignos, e distintos, das informações que o grande público não possui. No contexto da chamada, essa distância poderia incidir de modo que as pessoas não enviassem o vídeo, pois não dispunham dos mesmos recursos e caracteres que aqueles que convocavam.

Na chamada vários foram os artifícios para assegurar esse tom de informalidade e simplicidade: 1) o despojamento da roupa e do aspecto físico dos apresentadores; 2) a apresentação de gestos não tão engessados e restritos como na bancada; 3) os cenários ao fundo (o cotidiano urbano em movimento); 4) a entrada de outras pessoas no plano da câmera sem cerimônia excessiva ou convocação identificada como é habitual nos telejornais quando os apresentadores entrevistam algum personagem citado, especialistas e mesmo quando repassam para outro jornalista ou correspondente (as pessoas que auxiliavam os repórteres durante a chamada entravam de costas para a câmera e eram tratadas como “amigos”); 5) e a alternância entre as imagens da câmera profissional e da câmera do celular, que era o próprio meio que as pessoas deveriam utilizar para gravar os depoimentos. Como exemplificação é possível

comparar na *Figura 2* e na *Figura 3* o modo como a jornalista Renata Vasconcellos geralmente se apresenta no *Jornal Nacional* e como ela apareceu na chamada.



Figura 2. Frame com a imagem da apresentadora Renata Vasconcellos da edição do *Jornal Nacional* do dia 18 de janeiro de 2018 (captura da tela do computador em 09'00'' do vídeo da edição acesso por meio do portal *globoplay.com* em 21 de junho de 2022)



Figura 3. Frame com a imagem da apresentadora Renata Vasconcellos no primeiro modelo da chamada exibida no *Fantástico* no dia 14 de janeiro de 2018 (captura da tela do computador em 01h 35'28'' do vídeo da edição acesso por meio do portal *globoplay.com* em 21 de junho de 2022)

O texto pronunciado trazia a marca de uma proximidade forçada entre o público e os jornalistas que falavam. Ambos foram reunidos na qualidade de eleitores que escreveriam juntos um novo capítulo da história do país:

2018, ano em que os brasileiros vão às urnas para escolher governadores, senadores, deputados estaduais, federais, e o próximo, ou próxima, presidente da república. Ano em que vamos escrever um novo capítulo da nossa história. Somos mais de 144 milhões de eleitores em 5.570 municípios. E a gente pergunta: “Que Brasil você quer para o futuro?”. (Bernardes & Villela, 2018 Jan 14)

A insinuada unidade entre o aparato midiático, personificado nos jornalistas, e o público impede de reconhecer a disparidade entre quem se arrogou o direito de questionar e quem teve de responder ao questionamento. Ela quis forçar a união do que está separado: entre o aparato

mediático monopolizado e as pessoas; entre as pessoas de modo geral na sociedade da alienação, sorvidas sob o grande substantivo “eleitores” quando a esfera política como espaço comum está fraturada; e entre as pessoas e a política quando aquelas tendem a ser mais assujeitadas por esta em seu aprisionamento pela economia do que investidas da autonomia dos sujeitos políticos. Os efeitos dessa espécie de intimidade fabricada foram observados por Adorno (1953/1978):

Aquela “proximidade” fatal da televisão, que também é a causa do efeito supostamente comunitário do aparelho... obscurece a distância real entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas. Ela se torna o sucedâneo de uma imediação que é vedada aos homens. Eles confundem aquilo que é totalmente mediatizado e ilusoriamente planejado com a solidariedade pela qual anseiam. (p. 350)

Fica prejudicada a consciência da materialidade daquelas cisões. O obscurecimento da distância real, cujo reconhecimento é fundamental para a superação desse estado, é ideológico.

Cabe destacar aspectos técnicos em termos da decupagem. Na bancada dos jornais, os apresentadores ficam em planos mais próximos para enfatizar a notícia, garantindo sua intensidade. Essa proximidade de plano visa aumentar o foco e a afetividade em relação ao que está sendo noticiado (Hernandes, 2006). Por seu turno, na chamada em questão, os enquadramentos eram mais afastados (plano americano, plano conjunto e plano geral), essa abertura permite ressaltar o espaço e “dissolver o ator” (p. 140). Na chamada, a importância do apresentador enquanto jornalista foi ambigualmente relativizada. Nela não precisavam ocupar em primeiro plano as credenciais dos repórteres com seu valor de confiabilidade agregado, mas essas credenciais não foram completamente dispensadas pelo simples fato de que continuavam sendo representantes do jornalismo que falavam. Era importante mostrar a simplicidade da ação de gravar o vídeo, algo que qualquer um era capaz de fazer. Se, no entanto, por meio dessas estratégias, os repórteres foram assemelhados ao público médio — ou à imagem que se tem e reproduz dele —, não cabe ignorar que eles foram escolhidos como protagonistas da chamada, e não outras pessoas anônimas. A descaracterização dos repórteres não foi uma completa liquidação do que eles representam, manteve-se alguma distância. Cabe lembrar o denominador comum entre os programas participantes do PBQQ. Não são programas dedicados ao esporte ou programas humorísticos; não se trata de inserções nas pausas das novelas ou filmes; os depoimentos não disputaram com os anunciantes os valiosos segundos do intervalo. Todos pertenciam ao segmento jornalístico e informacional. Essa ambiguidade em torno dos protagonistas, que eram semelhantes ao público, mas um pouco mais do que eles no contexto televisivo, lembra os processos de identificação com o líder nas massas, o qual se aproxima dos liderados, mas precisa, como líder, se distanciar deles, precisa aparentar ser capaz de realizar o que, sozinhos, não podem fazer, embora ambicionem (Adorno, 1943/2009).

Nos tipos de plano mais afastados, a inteligibilidade é privilegiada (Hernandes, 2006); desse modo, no PBQQ, o mais importante era que o público entendesse como gravar o vídeo, compreendendo os procedimentos necessários a essa ação. Quanto a esse aspecto, vale destacar que, embora tivessem construído um clima de descontração e naturalidade indicando uma certa facilidade da tarefa, foram fixadas, com insistência, diretrizes claras. Elas atuaram para manter a uniformidade condizente com aquele padrão que, historicamente, a TV Globo buscou e no qual sustenta sua hegemonia audiovisual (Simões & Mattos, 2005). As diretrizes fornecidas pela chamada indicavam que o lugar ao fundo da gravação deveria ser representativo. Havia um enquadramento pré-definido: um metro de distância entre o celular e a pessoa gravada, com o aparelho na posição horizontal. Estabeleceu-se um conjunto de informações a serem declaradas — nome e identificação do lugar de onde falava — e, depois, a pessoa deveria dizer que Brasil ela queria para o futuro. A ação deveria compreender o tempo de quinze segundos.

É importante notar que o próprio enquadramento indicado para a filmagem é, em similaridade com o da chamada-modelo, um enquadramento que dissolve quem está falando e isso parece condizer com o objetivo da campanha de fazer de cada depoente um representante. Assim, não importava a pessoa específica, mas ela como uma representante da sua cidade, do seu povo, para que fosse possível dizer do perfil médio do brasileiro. A intenção em produzir tal perfil — média alcançada pelo processamento de todos os depoimentos — era um dos objetivos subjacentes à chamada, já indicado no título do PBQQ. Sua própria formulação como um projeto capaz de revelar o Brasil que queriam os brasileiros para o futuro, partindo do pressuposto de que há uma única imagem de Brasil almejada, deixa indícios desse objetivo, explicitado com os desdobramentos dos depoimentos. Não apenas os desdobramentos do PBQQ delineavam um sentido de unidade, de várias vozes falando juntas. O tipo de chamada aqui discutido foi modelo para isso na medida em que as vozes dos repórteres e apresentadores — parcialmente destituídos das insígnias de suas profissões e tomados mais como exemplares — foram justapostas e, em um coro, apresentaram como os brasileiros deveriam testemunhar qual Brasil queriam. A união dos repórteres foi o modelo para a união dos depoentes.

Os elementos postos em ação confluíram para a criação desse modelo oferecido pelos repórteres. Nisso manifesta-se o foco da indústria cultural: não se trata tanto “de adaptar-se às reações dos clientes, mas de fingi-las. Ela as inculca neles ao comportar-se como se ela própria fosse um cliente” (Adorno, 1951/1993, p. 177). O serviço prestado ao cliente inclui a própria reação ao produto. Esse logro é necessário porque o produto é duvidoso. Horkheimer e Adorno (1947/1985) apontaram que os elogios excessivos da propaganda denunciam a falta de qualidade do que é anunciado. Isso estava posto na chamada para o PBQQ, o convite se fazia

acompanhar do valor a ser atribuído à iniciativa de boa vontade, era autopropaganda. Ao estabelecer-se como modelo, a chamada prescrevia por imitação a forma massificada de adesão a ela para além do sentido instrucional, também no sentido de aceitação da própria iniciativa.

No segundo modelo, a ideologia da massa foi reforçada de outro modo. Cada um comunicou sozinho a mensagem uniformemente repetida por todos quando considerado o fato de que em cada exibição um único jornalista protagonizou toda a chamada, sem ser observada nenhuma repetição do protagonista ao longo dos dias, mas com notável padronização do conteúdo e do desempenho dos jornalistas. Em cada inserção a mensagem foi dirigida ao espectador por um único enunciador e na variedade de enunciadores ofertou-se uma sorte de pessoas dentre as quais o espectador podia encontrar alguém com quem se identificar. A apresentação dos indivíduos sozinhos não pode ser menosprezada considerando, com Freud (1921/2011), que o mecanismo de identificação observado nas massas depende, primariamente, da identificação de cada um com um objeto — líder, ideal ou objetivo — e é retrospectivamente que se forma a vinculação entre os membros que são ligados, cada um, com o objeto tornado comum: a massa “*é uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, em consequência, identificaram-se uns com os outros*” (p. 76). O modelo mostrando indivíduos apartados é conforme à atomização necessária à formação das massas.

No terceiro modelo foram oferecidos ao público depoimentos de pessoas como exemplos. Aquelas pessoas que prontamente responderam ao chamado foram devolvidas de maneira modelar ao público. Ampliou-se, assim, o leque para a identificação. Pessoas comuns à audiência ganharam as telas com o caráter mais improvisado da atuação e com as distinções que se exprimiam em razão da diferença dos meios técnicos de gravação mais improvisados quando comparados à capacidade dos aparatos da TV. O apelo ao narcisismo — presente em toda a iniciativa — acentuou-se nesse momento das chamadas. Reforçou-se a expectativa de cada um ver-se na tela, pois seus semelhantes já a alcançavam com uma desenvoltura que não era a mesma dos jornalistas e mais se aproximava da sua; talvez até pudesse ser superada em termos de qualidade. Possivelmente entrou em cena certa vontade de fazer melhor tanto no sentido do desempenho quanto em relação ao conteúdo, instaurando-se uma competição na apresentação dos aspectos considerados realmente decisivos para o Brasil do futuro.

A possibilidade de ver-se em tela, desde antes anunciada, concretizou-se nesse modelo da chamada, a TV Globo dava provas da promessa feita. O recurso aos depoimentos do público apelou, em todo o PBQQ, para a “*mentalidade do glamour*” (Adorno & Simpson, 1941/1986, p. 127). A mentalidade que se deixa atrair pelo cintilar dos produtos da indústria cultural, pelo momento de triunfo, é reforçada pela realidade monótona da sociedade tomada pelo trabalho

alienado: “A monotonia tornou-se tão grande que só as cores mais brilhantes é que ainda têm qualquer chance de ser destacadas na opacidade generalizada. Mesmo assim, só essas cores violentas é que testemunham a onipotência da própria produção mecânica, industrial” (p. 127). O *glamour* seduz aqueles cuja vida encontra-se amaldiçoada pelo trabalho e não pode realizar-se como vida digna — a vida de todos encontra-se sob esse anátema; todos são potenciais presas da isca do *glamour*: “a quem jamais é permitido conquistar na vida, conquista no *glamour*” (p. 127). É de natureza semelhante o auto engrandecimento e a conquista buscados na participação em movimentos de massa que alimentam expectativas bloqueadas na vida cotidiana.

No quarto modelo cristalizou-se imagetivamente a despersonalização em curso na forma de uma animação que congelou como padrões as performances do público, inclusive aquelas não prescritas. Símeis de pessoas e simulações da realidade, como representação da representação — “mimese da mimese” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 172) —, alargaram de forma estereotípica a “variedade” de fenótipos de pessoas protagonistas e cenários admissíveis e fixaram os limites estreitos do procedimento esquemático (ver *Figura 4*, *Figura 5* e *Figura 6*). A justaposição atomística de pessoas, própria das massas, ganhou representação em três dimensões (ver *Figura 7*) e a prescrição do desempenho exigido tornou-se mais simplificada; ordens escritas foram emparelhadas com a animação esquemática (ver *Figura 8*).

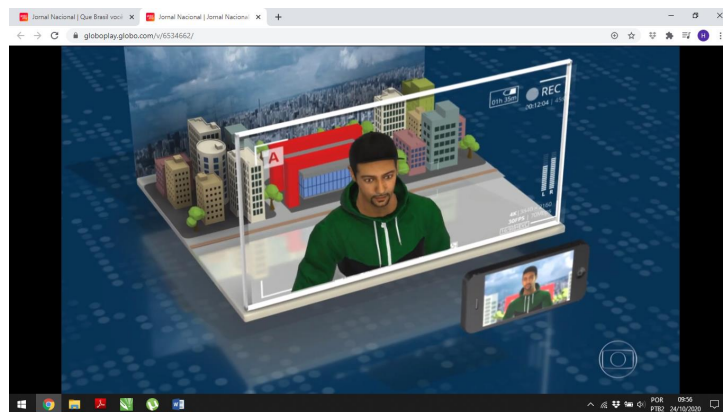


Figura 4. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no *Jornal Nacional* (captura da tela do computador em 44’07’’ do vídeo da edição acesso por meio do portal *globoplay.com* em 24 de outubro de 2020)

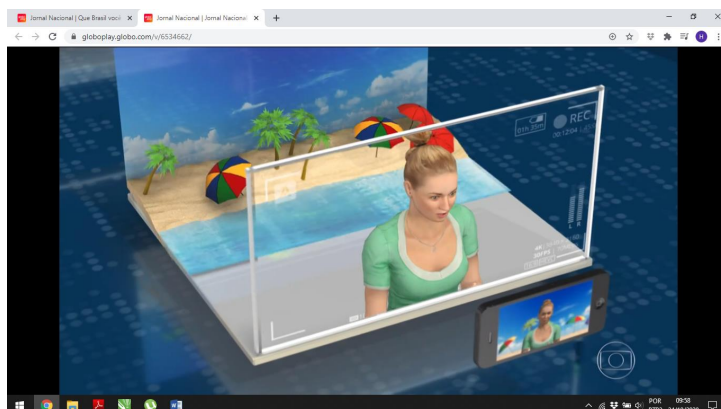


Figura 5. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no *Jornal Nacional* (captura da tela do computador em 44'09'' do vídeo da edição acesso por meio do portal *globoplay.com* em 24 de outubro de 2020)

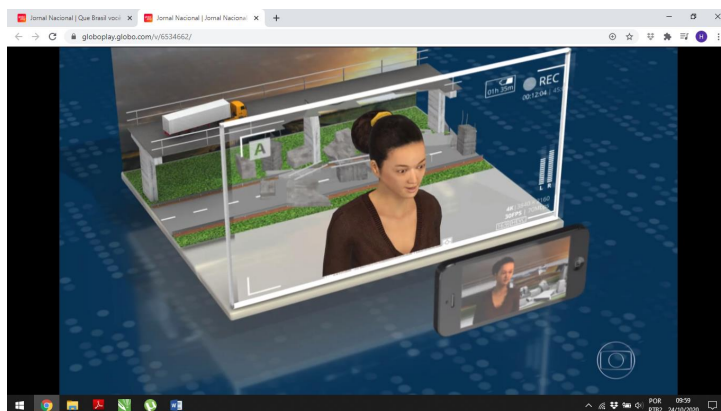


Figura 6. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no *Jornal Nacional* (captura da tela do computador em 44'10'' do vídeo da edição acesso por meio do portal *globoplay.com* em 24 de outubro de 2020)

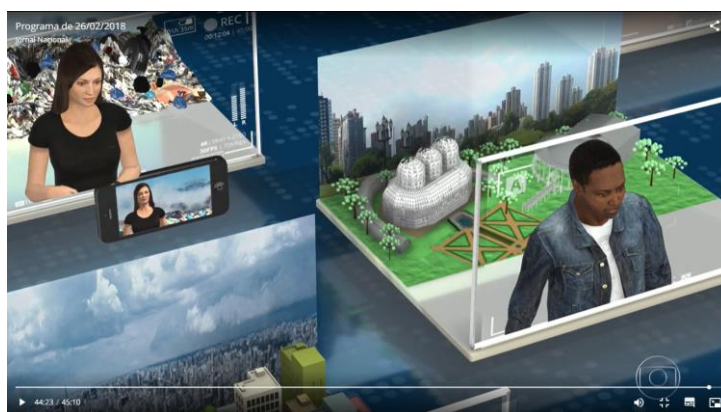


Figura 7. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no *Jornal Nacional* (captura da tela do computador em 44'23'' do vídeo da edição acesso por meio do portal *globoplay.com* em 16 de junho de 2022)

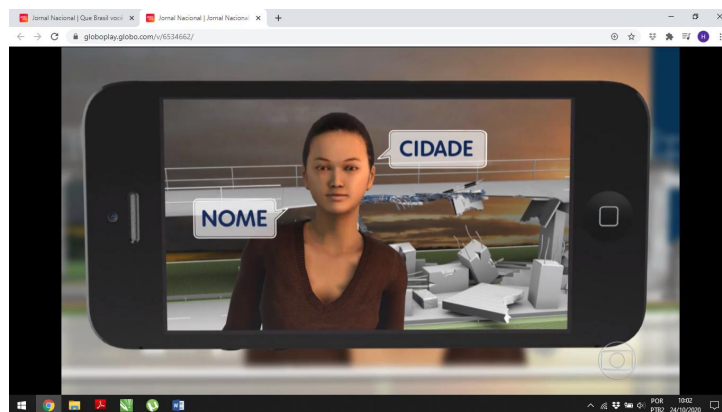


Figura 8. Frame da animação do quarto modelo da chamada do PBQQ exibida em 26 de fevereiro de 2018 no *Jornal Nacional* (captura da tela do computador em 44'13'' do vídeo da edição acesso por meio do portal *globoplay.com* em 24 de outubro de 2020)

Observados no *continuum*, os quatro modelos da chamada reafirmam o fator repetição, principalmente quanto à exploração da *regressão mimética* (Adorno, 1951/1993), ou seja, a cooptação do impulso de identificação cuja satisfação é obstada neste ordenamento social e retorna na indústria cultural como a “mimese compulsiva dos consumidores” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 156). A identificação com o outro entrava a necessidade objetiva do capitalismo tardio de manter o bárbaro estado de luta pela sobrevivência em uma organização social que não assegura a autoconservação e, com isso, aprisiona todos na eterna e pressurosa necessidade de se autoconservarem. Nesse estado de coisas cada outro deve aparecer como oponente, como dessemelhante ameaçador. São condenadas as práticas nas quais o impulso em direção ao outro não visa sua destruição, mas a repressão desse impulso de identificação não consegue eliminá-lo. Justamente por sua força psicológica, ele é evocado e alinhavado aos propósitos do poder estabelecido. Algo de imitação é permitido na justa medida em que serve à continuidade da dominação, e não à experiência com o objeto imitado. O impulso mimético não eliminado é aproveitado pelas instâncias de mediação, dentre elas a indústria cultural:

A indústria cultural modela-se pela regressão mimética, pela manipulação de impulsos de imitação recalçados. Para isso ela se serve do método de antecipar a imitação dela mesma pelo espectador e de fazer aparecer como já subsistente o assentimento que ela pretende suscitar. Ela consegue fazê-lo tanto melhor quanto mais, em um sistema estabilizado, ela pode contar de fato com tal assentimento, precisando muito mais repeti-lo de maneira ritual do que, a rigor, produzi-lo. O que ela produz não é um estímulo, mas um modelo para maneiras de reagir a estímulos inexistentes. (Adorno, 1951/1993, p. 176)

A oferta de modelos para imitação foi um dos núcleos do PBQQ. O modo como foram ofertados é justamente por antecipação, bem como a iniciativa partiu de um presumido assentimento do público consigo mesma. Quanto à situação de um sistema estabilizado com o qual conta a indústria cultural é possível remeter, ainda que a expressão adorniana seja mais abrangente, ao alcance do sistema da TV Globo, rede específica do meio televisivo do qual

provém o material aqui analisado e destacado veículo da indústria cultural no Brasil. Considera-se que o alcance do sistema responde por parte de seu grau de estabilização. Geograficamente, a cobertura das “exibidoras Globo” atingiu, no ano de 2021, 98,37% dos municípios brasileiros, estando ausente em apenas 91 dos 5.570; em termos populacionais, elas alcançaram 92,42% dos habitantes do país (*GloboAds*, 2021 Mar 05). A estabilização também se deixa notar na difusão do “padrão Globo de qualidade”, expressão com a qual é propagandeada uma assinatura implícita a ser prontamente reconhecida em todos os produtos da emissora, uma espécie de conformação da aparência dos produtos, um cânon domesticando o olhar para avaliação do que pertence ao universo da imagem e do som no qual baseia-se a proeminência da TV Globo nessa esfera (Simões & Mattos, 2005). Desse modo, a TV Globo podia, de fato, contar com um assentimento garantido e pôde repeti-lo no PBQQ.

As características identificadas no PBQQ subsidiam o entendimento de sua organização não como estímulo, mas como “modelo para reagir a estímulos”. Na afirmação de Adorno (1951/1993) sobre a indústria cultural consta que se trata de um modelo para reagir a estímulos “inexistentes”. Entende-se essa afirmação no sentido de uma cisão: as reações suscitadas não correspondem àquilo ao que se reage; não há nos produtos, nos estímulos, as qualidades que a indústria cultural força as pessoas a ver e a corresponder. Essa cisão é a própria mutilação da capacidade do sujeito de ter experiências com a realidade e o PBQQ parece ter atuado em favor dela, corroborando e calcificando percepções pré-formadas e entendimentos reificados.

Tome-se como exemplo a mudança observada no terceiro modelo da chamada. Pôs-se em questão a presumida espontaneidade da decisão do público de enviar depoimentos tratando de situações problemáticas, mas isso não significa rejeitar totalmente a validade das manifestações de insatisfação em função de sua gênese mais ou menos orquestrada. Porém, as manifestações, mesmo legítimas, foram congeladas e passaram a ser recebidas neutralizando o que porventura era sinal, mesmo discreto, do recalcitrar do sujeito ou vestígio tênue de algum contato com a realidade que, estando em estado de opressão, precisa ser representada pelo que tem de problemático. A manipulação política das massas baseia-se no ordenamento, por parte dos poderes conservadores ou regressivos, da revolta, na apropriação de insatisfações que não encontram uma via democrática e revolucionária. Esses gestos de revolta parecem ter sido expropriados na iniciativa do PBQQ e devolvidos de modo meticulosamente ordenado com um selo de aprovação: “Tá valendo. Quem escolhe o cenário é você”. Os problemas sociais tornaram-se cenários. No terceiro modelo das chamadas, um dos depoimentos contém marcadamente a excitação da insatisfação e a expropriação dos gestos e energia da revolta. No

depoimento *E.JN.23-1.4*⁵¹, um homem adulto falava de uma cidade do interior de um estado da região sudeste, ele começou seu vídeo tendo uma vegetação densa e fechada como fundo aparentemente apelando para a beleza natural em suposta conformidade com o solicitado nas chamadas. Com essa paisagem ao fundo ele disse seu nome e o nome de sua cidade, mas mudou bruscamente a posição quando retomou a pergunta acerca do país do futuro para mostrar a situação deteriorada de uma rodovia dizendo em tom indignado:

eu não quero mostrar beleza nenhuma não. Aí, a pergunta é que país que eu quero para mim? Eu quero um país que o dinheiro da gente não fica jogado fora fazendo esse asfalto colado de cuspe aqui não! Porque isso aqui tá uma vergonha!

Seu gesto de rebeldia implicava certa oposição contra o próprio formato ditado pelo PBQQ, mas este integrou o gesto e transformou a rebeldia em um esquema, dirigindo o olhar e o juízo dos sujeitos sobre as linhas do tecido esgarçado da realidade social. A partir daí não apenas foi concedida aos futuros depoentes a permissão para a revolta, como esta foi enquadrada. Não é aconselhável, porém, exagerar no colorido opositivo dessas manifestações. É bastante provável que nelas tome parte a mesma mentalidade do *glamour*, o narcisismo e a sedução mimética implicada nos depoimentos mais comportados, como foi o caso do depoimento *E.JN.23-1.1*, também veiculado no terceiro modelo da chamada, junto com o anterior. Os sujeitos, dois homens adultos, anunciaram seu depoimento de um município no interior da região sul do país. Ao fundo havia uma vegetação ciliar e corria um rio com o qual o tranquilo conteúdo da fala se associava: “queremos um Brasil assim: limpo, transparente e pacífico”. Para os dois tipos de depoimentos citados e para a totalidade deles que configurou a sequência do PBQQ é válida a mesma formulação: o prazer de imitar os repórteres — que, antes, simularam o público — foi pago com a subjugação antecipada ao que quer que o PBQQ tinha em vista e as pessoas ainda não poderiam saber.

⁵¹ No texto as menções aos depoimentos serão identificadas com essa estrutura em código que foi o modo como o pesquisador organizou o conteúdo durante a transcrição para facultar sua localização, manejo e reconhecimento, evitando também a nomeação dos protagonistas dos depoimentos. Embora o fato de ser comunicado em rede aberta de televisão torne o material do PBQQ público, a análise realizada neste trabalho se volta para a dimensão da ideologia, de seus contornos, conformações e conteúdo, e não para as pessoas. Também por essa razão foi suprimida a alusão ao município. A unidade de análise é o depoimento, e não a pessoa. Se fosse este último o caso, haveria a necessidade de preservar certa individualidade na análise, como acontece em pesquisas realizadas com material de profundidade, como entrevistas, adotando-se nomes fictícios. Operar com nomes fictícios traria dificuldades, pois, como será observado, recorreu-se a um número relativamente alto de depoimentos. Julgou-se importante conservar, na maioria dos casos, uma descrição sintética dos cenários nos quais foram gravadas as mensagens e dos depoentes — informando se eram homens ou mulheres, jovens, adultos ou idosos. Há limites nessa descrição, entretanto, como se trata de um material audiovisual, seu registro é necessário para contextualizar o conteúdo do depoimento. Em alguns casos o entendimento da mensagem e sua análise dependem da descrição. Além disso, tais informações constituem importantes dados concernentes ao material decorrente do PBQQ como um todo, confirmando, por exemplo, a predominância significativa de homens como protagonistas dos vídeos enviados à TV Globo. Sobre a importância de informar os cenários, será observado, por exemplo, como algumas “escolhas” do lugar onde gravar foram recorrentes, evidenciando o caráter esquemático da performance e permitindo discutir as implicações dos elementos presentes na imagem, como será demonstrado.

3.3 Os depoimentos no PBQQ

O PBQQ se apresentou com o propósito de construir uma imagem de Brasil. O telejornalismo da TV Globo foi oferecido como meio para o eleitorado brasileiro fazer os candidatos ouvirem sua voz. Os depoimentos das pessoas seriam a expressão dessa voz, mas o fato de ela ser comunicada no âmbito jornalístico pôs esses depoimentos em estreita relação — de modo muito preciso para não ser deliberado — com o tipo de conteúdo privilegiado nesse âmbito, as notícias, cujo ponto focal, quando não é o que é meramente inusitado, curioso e chamativo, é o que se pretende apresentar como mais problemático e importante no cotidiano da realidade política e social, de modo legítimo ou não. Portanto, junto com os depoimentos, as notícias forneceram o contorno e o colorido da imagem do país ambicionado para o futuro — cabe ressaltar: no âmbito do PBQQ, o futuro era o futuro eleitoral próximo.

Enquanto meio de ordenar as demandas sociais para a esfera política, poder-se-ia assumir o PBQQ como um claro exercício da capacidade da TV Globo de intervir na definição da agenda pública em contexto eleitoral, ou seja, como um explícito dispositivo de agendamento e enquadramento midiáticos uma vez que esses efeitos denotam a seleção e a hierarquização de questões levadas ao centro da atenção pública com enquadramentos interpretativos, representações e significados circunscritos pela própria mídia (Azevedo, 2001, 2018; Miguel, 2004a; Finamore & Carvalho, 2006; Motta & Alencar, 2011). Certamente isso estava em questão como o comprova a sequência de extensas reportagens apresentadas na terceira etapa fundamentadas na itemização das demandas sociais resultante do processamento dos mais de cinquenta mil vídeos com os pedidos da audiência na qual ordenou-se as principais reivindicações do público, partindo das mais frequentes:

T. S.: Em primeiro lugar, o brasileiro quer mais educação.

P. A.: E, depois, pela ordem, menos corrupção, mais cidadania, saúde de qualidade e segurança.

T.S.: As pessoas também querem políticos comprometidos com a população, menos intolerância e preconceito, mais emprego. (Bernardes & Villela, 2018 Set 30)⁵²

Indicou-se, todavia, que os estudos sobre mídia e política nos quais os conceitos de agendamento e enquadramento encontram-se difundidos tendem a não compreender esses efeitos em sua relação com a ideologia como meio de dominação e, nesses mesmos estudos, tais efeitos se sobrepõem ao reconhecimento da totalidade do sistema no qual o enquadramento e o agendamento são postos em operação — a indústria cultural, nomeada com a cortês alcunha

⁵² Apresentado pelos jornalistas Tadeu Schimidt (*T.S.*) e Poliana Abritta (*P.A.*).

de mídia — e se sobrepõem à própria totalidade social. A partir da discussão sobre a função do esquematismo da indústria cultural sublinhou-se que a percepção e o entendimento dirigidos inscritos nos produtos não são manifestação de um poder peculiar da mídia, e sim são a objetivação do domínio capitalista na sociedade industrial e da lógica dada da realidade na qual os sujeitos são treinados. As mercadorias disseminadas pela indústria cultural “são percebidas, não observadas”, escreveu Adorno (1981/2020, p. 200) sobre os produtos culturais da fase monopolista, ressaltando o “enquadramento narrativo” (p. 200) — e isso foi escrito, embora não publicado, em 1942, ou seja, muito antes dos estudos sobre enquadramento e agendamento e antes dos referenciais aos quais esses estudos atribuem a origem de suas noções. Há linhas-guia que orientam a percepção e “a secreta doutrina é a mensagem do capital. Ela deve se fingir secreta para que a dominação total permaneça invisível: ‘um rebanho, nenhum pastor’” (p. 201).

A mensagem do capital se imprime como ideologia e é em busca de compreender suas possíveis conformações no PBQQ que serão analisados os depoimentos veiculados na segunda etapa do empreendimento. Se, como indicado, o PBQQ desenvolveu-se em um sistema estabilizado, no sentido de que os aspectos por ele mobilizados são amplamente enformados e reforçados pela própria indústria cultural e pelo sólido veículo que empreendeu a iniciativa (a TV Globo), a análise dos depoimentos precisa considerá-los como mediados por esse sistema, e não apenas como demandas cruas partindo diretamente do público. Uma vez que a seleção dos depoimentos transmitidos foi operada pela própria emissora, eles são bastante apropriados para apontar os padrões de reação esperados por ela. Do conjunto de respostas recebidas pela TV Globo, uma parcela foi selecionada por ela e remetida novamente ao público, foi exibida não somente para a parte da audiência que se engajou voluntariamente no PBQQ, mas para a audiência geral. Antes de analisar os conglomerados ideológicos interpostos esquematicamente pelo PBQQ entre os sujeitos e a realidade, é necessário observar a estrutura do uso desses depoimentos no escopo dos programas jornalísticos e/ou informativos e alguns aspectos sobre a natureza específica do tipo de juízo fomentado na forma das respostas à questão “Que Brasil você quer para o futuro?”, o juízo opinativo.

3.3.1 Depoimentos e notícias; opinião e informação no PBQQ: fios visíveis e invisíveis nas suturas das latejantes feridas sociais

A conexão entre os depoimentos do público inseridos nas edições e os conteúdos das notícias, matérias e reportagens veiculadas antes e depois da inserção do bloco de depoimentos ocorreu de pelo menos duas formas diferentes no conjunto dos programas que hospedaram o PBQQ. Em algumas ocasiões a costura era explícita, em outros momentos os fios entre ambos os tipos de conteúdo eram invisíveis, mas não deixavam de existir. Para o primeiro tipo é possível destacar os três seguintes exemplos.

Na edição do *Bom Dia Brasil* do dia 19 de março de 2018 a matéria imediatamente precedente ao bloco de depoimentos do PBQQ partiu de um alerta da Organização das Nações Unidas (ONU) e discutiu a crise hídrica. O fim da matéria mostrou iniciativas de trabalhadores do campo para enfrentar o problema, como técnicas agrícolas para favorecer a infiltração da água e o deslocamento das áreas de pastagem para regiões afastadas das nascentes. Como desfecho, depois de informar que o então Presidente da República, Michel Temer, ofereceria um almoço para os chefes de Estado estrangeiros presentes no Brasil para o 8º Fórum Mundial da Água, celebrou-se o potencial das iniciativas “pontuais e voluntárias” desses produtores rurais. A apresentadora do *Bom dia Brasil* anunciou, então, o PBQQ dirigindo-se ao espectador: “E, olha, você tem visto aqui nos nossos telejornais, na Globo, o que os brasileiros esperam para o futuro. Uns querem um Brasil com mais educação e menos preconceito, e, outros, um país que valorize quem trabalha no campo” (Barbosa & Faria, 2018 Mar 19). Antecedido por depoimentos sobre educação e redução do preconceito, em acordo com o destaque feito pela jornalista, o depoimento *E.BDB.19-3.7*, declarado por um homem adulto da região rural de um estado do sul do país, tendo como imagem ao fundo uma lavoura sendo colhida, indicou: “que país que eu quero? Um país que dê valor ao homem do campo. Nós que trabalhamos para sustentar o povo brasileiro e sustentar essa economia desse país”.

No dia 22 de março de 2018 no depoimento *E.JH.22-3.6*, no último do bloco exibido na edição do *Jornal Hoje*, uma mulher adulta declarou, tendo ao fundo uma estrada com a cobertura asfáltica interrompida, o seguinte: “o futuro que eu quero para o meu país é um futuro de obras terminadas; que elas não parem no meio do nada”. Na sequência, o jornalista apresentador do programa retomou nominalmente a depoente e sua declaração para introduzir as informações subsequentes, diretamente relacionadas ao conteúdo da manifestação:

Uma comissão do Senado chegou a estimar, há pouco mais de um ano, que eram 22 mil obras inacabadas no país. Mais que isso, no último levantamento do Tribunal de

Contas da União, 76% das grandes obras de infraestrutura fiscalizadas no ano passado tinham indícios de irregularidades graves sobre preço, qualidade ruim e por aí vai. O que funciona para valer em boa parte das obras é o ralo por onde escorre o dinheiro, é a corrupção. E é bom lembrar, como a gente disse há pouco: em outubro, tem eleição. (Marques, Villela & Kamel, 2018 Mar 22)

Último exemplo: após a exibição do bloco de depoimentos do dia 20 de março de 2018 no *Jornal Nacional* os apresentadores se alternaram em comentários referindo os depoimentos ao que havia sido noticiado e permitindo verificar a clara costura entre as informações e as manifestações do público. A edição estava em seu terço final e as matérias anteriores trataram de assuntos como a chegada do outono acompanhada por temporais que causaram mortes na cidade de São Paulo; a solicitação do Ministério da Saúde para as pessoas se vacinarem contra a febre amarela; a ação de um grupo em Roraima que expulsou venezuelanos; e desdobramentos do assassinato da vereadora Marielle Franco (Bonner & Kamel, 2018 Mar 20). Na sequência dos depoimentos, William Bonner (*W.B.*) e Renata Vasconcellos (*R. V.*) declararam:

W.B.: Tolerância, respeito, amor uns pelos outros, se o Brasil tiver tudo isso que o Brasil tá pedindo aqui no Jornal Nacional, a gente não teria as notícias que deu ao longo de toda essa edição até agora, né?

R.V.: A [cita o nome e a cidade de origem da depoente] fala que, pede que nós amemos uns aos outros. Eu acho que ela fala desse respeito, né? Não só com os brasileiros, mas como todo ser humano, todo cidadão, merece.

W.B.: Tudo começa com respeito, como a gente viu até no intervalo ainda há pouco. (Bonner & Kamel, 2018 Mar 20)

Por hora, posterga-se a importante discussão acerca da função ideológica desses conteúdos na medida em que severas questões sociais cuja diligência pertence à esfera coletiva da política são apresentadas como objeto de intervenção por parte de práticas pontuais e voluntárias ou na medida em que promove jargões sentimentais diante de graves manifestações de barbárie. Agora, pretende-se destacar nessas ocorrências o diálogo explícito construído pelos jornalistas com o conteúdo dos depoimentos, seja usando a linha temática das notícias para costurá-las aos depoimentos (primeiro caso), seja complementando depoimentos específicos com informações jornalísticas (segundo caso), seja comentado genericamente o conjunto de manifestações do público e costurando-as às notícias tomadas igualmente de modo genérico (terceiro caso). É provável que a emissora tenha lançado mão de outros modos para realizar essa costura explícita, porém, neste ponto interessam menos a variedade de estratégias e mais a indicação de sua compleição geral: era visível a costura.

No segundo tipo, depoimentos e conteúdo jornalístico foram cerzidos sutilmente, de modo que a costura parecia imperceptível. Nesses casos a inserção do bloco de depoimentos parecia mais abrupta, pois não havia a construção de uma transição por parte de quem era responsável por apresentar o telejornal: ou a vinheta dos depoimentos começava diretamente, ou os jornalistas apenas anunciavam o *slogan* antes dela. A indicação dessa costura depende,

nesses casos, de uma atenção à linha temática de fundo, às correspondências propriamente ditas entre o conteúdo das notícias, matérias e reportagens e o conteúdo das declarações dos depoentes. Os três exemplos seguintes referem-se a esse tipo de costura⁵³.

Em 24 de setembro, o *Jornal Nacional* trouxe em sua edição uma reportagem desencadeada pela aprovação de uma nova legislação sobre importunação sexual que passava a ser um crime punível com prisão de um a cinco anos. A reportagem enfatizava a situação das mulheres como vítimas desse tipo de agressão. Outra reportagem no mesmo bloco cobria um encontro sobre o “futuro da educação”. Tal reportagem mencionou uma experiência indiana considerada inovadora protagonizada por mulheres; em certo momento sublinhou “o potencial milagroso das mulheres”. No bloco seguinte, com as notícias esportivas, a edição finalizou tratando sobre a jogadora brasileira de futebol Marta Vieira da Silva que havia conquistado um importante título. A apresentadora da edição declarou “Marta fez história ao ser eleita pela sexta vez a melhor jogadora do mundo” ao que se seguiu o pronunciamento da jogadora: “É uma noite que coloca o feminino do lado do masculino, não tem exceção, e isso é fantástico” (Bonner & Kamel, 2018 Set 24). As mulheres foram o núcleo das matérias e o conjunto de depoimentos apresentado era formado, em sua maioria, por depoentes mulheres. Isso não parece ser apenas uma coincidência considerando dados acerca da participação no PBQQ exibidos no *Fantástico* do dia 30 de setembro: os homens protagonizaram 65% dos depoimentos e as mulheres 28% (Bernardes & Vilella, 2018 Set 30). Logo, a maioria de blocos de depoimentos exibidos foram formados por homens depoentes, e não mulheres como foi o caso do dia 24 de setembro, ao qual pertence o exemplo descrito. A correspondência temática mais significativa no conjunto de manifestações desse dia é o depoimento *E.JN.24-9.4* no qual um grupo formado por mais de trinta mulheres acompanhadas por crianças se posicionou na tela para enviar esta mensagem:

o Brasil que queremos é que todas as mulheres não sofram com agressões ou abusos, mas sim que sejam tratadas com respeito e igualdade. Esporte como fortalecimento em nossas vidas, como fonte de disciplina, saúde e, principalmente, qualidade de vida.

No dia seguinte, 25 de setembro, também no *Jornal Nacional*, a exibição sequencial de quatro notícias sobre corrupção — atualizações sobre uma fase da *Operação Lava Jato*; delação premiada em uma investigação de pagamento de propina numa obra à cargo do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS); prisão relacionada a um desvio de recursos de fundos rodoviários no estado de São Paulo durante o governo PSDB; e a negação de um recurso

⁵³ Os exemplos foram retirados todos das edições do *Jornal Nacional* da última semana de exibição dos depoimentos porque o conteúdo dessas edições foi mapeado de modo detalhado quanto aos blocos anteriores e subsequentes às inserções dos depoimentos, dispondo, ainda, de informações complementares que permitem uma observação da totalidade da edição (como, por exemplo, a escalada de matérias apresentada no início do telejornal). Tais edições constam na seção de apêndices sob os títulos de APÊNDICE G, H, I, J, K e L.

judicial de um deputado do PDT condenado por corrupção (Bonner & Kamel, 2018 Set 25) — dispensava uma costura explícita por parte dos jornalistas com o bloco de depoimentos. Neste constava o depoimento *E.JN.25-9.3* de um homem adulto com uma praia ao fundo e que pediu “mais transparência, menos corrupção. E que os nossos governantes, do nosso estado, dê mais uma olhadinha para esta praia que é um ponto turístico...”. Também constava o depoimento *E.JN.25-9.7*, de um homem idoso, afirmando:

O Brasil que eu quero é que político condenado por corrupção ou má administração seja banido da política. Ele, mulher e filhos. E não possa exercer nenhum cargo público. Acabar com os privilégios do poder executivo, legislativo e judiciário em todos os níveis: federal, estaduais e municipais. Com isso, nós podemos baixar os impostos e fazer com que esse país vá para frente.

No núcleo temático do último exemplo, retirado da edição do *Jornal Nacional* do dia 27 de setembro, está a questão da saúde pública tematizada por uma reportagem apresentada após os depoimentos denunciando a situação de postos de saúde no interior do estado de São Paulo que estavam “jogando no lixo doses da vacina contra febre amarela” porque, mesmo com o aumento observado no número de casos da doença, faltava procura da vacina (Bonner & Kamel, 2018 Set 27). No PBQQ apresentou-se, dentre outros, o depoimento *E.JN.27-9.1* pertencente ao mesmo universo temático (a saúde pública). Nesse depoimento um homem adulto disse:

O Brasil que eu quero é um Brasil em que as pessoas não morram nos corredor dos hospitais públicos. E esse aqui também, ao fundo de mim, é a avenida do CPA, é uma avenida que era cheia de árvore, florida, e que, infelizmente, arrancaram para fazer o tal do VLT e que nunca ficou pronto. Infelizmente.

No mesmo bloco de manifestações do PBQQ da edição em questão, outro depoimento, *E.JN.27-9.2*, comunicado por um homem idoso, remeteu-se à problemática da saúde:

Eu vou dizer pra vocês o Brasil que eu quero. Eu não quero um Brasil que tenha aí quase treze milhões de desempregados e que oitenta por cento das escolas públicas não tenham um laboratório e que 65[%] das escolas públicas não tenham uma biblioteca e, por causa de um mosquito, venha desestabilizar todo o nosso sistema de saúde. Vamos tirar nossa saúde pública da UTI e acabar com essa desigualdade. E vamos fazer também prevalecer também a ordem e o progresso.

Há uma *totalidade sincrética*⁵⁴ de cada edição (com ou sem depoimentos) na qual o jornalismo alinhava temas os mais conflitantes de modo a soar orgânico. É instantânea a passagem entre uma notícia sobre a prisão de integrantes de grupos milicianos atuantes em uma cidade brasileira e o aumento de tarifas sobre produtos vendidos entre dois países no comércio internacional; da lista dos maiores vencedores de um campeonato de futebol nacional passa-se, sem embaraço, para a eficácia do tratamento com estímulos elétricos em pessoas que perderam

⁵⁴ A expressão é de Sartre (1944/1995) que a utiliza para descrever o todo irracional do preconceituoso antisemita mesmo quando ele se exprime de modo aparentemente racional. Por descrever uma totalidade aparentemente racional verificada no que é irracional, pareceu apropriada; mas cabe indicar que objeto de reflexão é distinto.

o movimento das pernas⁵⁵. Semelhante totalidade sincrética do irracional pode ser notada no interior de alguns dos próprios depoimentos tomados em si mesmos: eles passam do caos hospitalar a queixas sobre árvores que foram arrancadas e obras públicas inacabadas; passam da condenação à corrupção ao pedido para que os governantes considerem valorizar o potencial turístico de uma praia. A transição associativa entre elementos desconexos justapostos é um estratagema cujo emprego permite transferir a autoridade contida em um aspecto para outro que carece de autoridade, que não consegue justificar-se por si mesmo; a aproximação abrupta tem a finalidade de romper nas pessoas qualquer sentido lógico (Adorno, 1943/2009).

No PBQQ, os depoimentos e as informações noticiadas também constituíram, em sua unidade, uma totalidade sincrética. A conexão temática entre depoimentos e conteúdo noticioso permite observar como opinião e informação foram congregados no PBQQ, isto é, como o material dos telejornais e o material do público foram articulados a fim de produzir ecos mútuos.

A notícia sobre o desperdício de doses de vacina contra febre amarela em função da baixa procura do público reverbera, e é reverberada, por conteúdos verbalizados nos depoimentos: a indicação da fragilidade do sistema de saúde pública que abandona as pessoas para morrer nos corredores e a apresentação do mesmo sistema de saúde como frágil a ponto de ser completamente desestabilizado pela ação de “um mosquito”. O objeto politicamente visado pela *mensagem oculta* (Adorno, 1954/1973), objeto contra o qual opera a ideologia nas entrelinhas, é o sistema público de saúde, um obstáculo econômico para os monopólios da saúde como serviço vendável, e contra ele são direcionadas a presumida voz do povo e a certificada voz da imprensa. O PBQQ concatenou informação e opinião, em ambas a experiência do pensamento com o objeto é desfavorecida, as duas são afeitas à reificação da consciência e se prestam às conformações da ideologia. Refletir sobre os limites das políticas públicas de saúde requer uma complexidade que não cabe no esquema oferecido nem pelas notícias, nem pelos depoimentos, nem pela articulação entre ambos. Cumpre assinalar que esse recurso não é peculiar ao PBQQ. Os meios de comunicação nos quais as pessoas estão habilitadas a se expressar, em geral por meio das opiniões, são os mesmos meios pelos quais elas acessam informações disseminadas pelos monopólios da comunicação, isso caracteriza sobremaneira as redes sociais, mas desde há muito tempo há espaço para a opinião do leitor nos meios impressos e do ouvinte no rádio. A TV, o caso aqui discutido, conta com a participação do público de modos diversos. Por exemplo, no telejornalismo da TV Globo — em especial nos programas regionais — instituiu-se momentos ao fim dos blocos de notícias nos quais os apresentadores

⁵⁵ Exemplos retirados, respectivamente, das transcrições das edições do 24 e 25 de setembro de 2018 do *Jornal Nacional* (conferir APÊNDICES G e H).

leem manifestações do público em diálogo com o material noticiado, manifestações enviadas pela *internet*. A integração realizada pelo sistema total da indústria cultural fomenta a participação simultânea em seus diversos meios. É porque trata-se de um recurso generalizado que importa deter-se sobre a articulação entre opinião e informação.

Se a forma como deveriam ser comunicados os depoimentos foi controlada a partir de um conjunto de diretrizes rígidas, o conteúdo não passou ileso. Os mecanismos de engajamento e as estratégias de direcionamento empregados pelo PBQQ facultaram uma participação administrada com pouca possibilidade de profundidade e criticidade. Os juízos sobre o futuro político brasileiro foram dosados, pré-formatados e dirigidos. Editou-se os depoimentos antes mesmo de serem gravados, mas houve outros níveis de edição. A edição aconteceu antes, em função dos procedimentos predeterminados; durante, na medida em que esse proceder foi obedecido; e depois, porque, ao fim e ao cabo, foi a equipe de jornalismo da TV Globo quem escolheu qual depoimento iria, ou não, ao ar e em qual momento. Realizou-se uma edição centralizada. O público foi convocado a fornecer a matéria prima, mas seu processamento ficou a cargo do “time de jornalistas montado para cuidar exclusivamente de receber e publicar um vídeo por município todos os dias” (Bonner & Kamel, 2018 Set 29).

As opiniões das pessoas foram o material sobre o qual ocorreu esse processamento. O tipo de juízo suscitado pelas condições, dentre as quais destaca-se os míseros quinze segundos de duração, era opinativo: a opinião sobre os aspectos do Brasil que os futuros representantes políticos deveriam assegurar. Esse é um aspecto importante quando pensamos sobre o voluntarismo das pessoas que participaram com prontidão — não foram poucas — e responderam à convocação de encaminhar seus vídeos: a opinião está sempre pronta para ser energicamente fornecida, mas a distância entre as opiniões e o conhecimento sobre a realidade não é curta e cada um estabelece uma verdadeira devoção às asserções superficiais que faz sobre o mundo como se elas fossem verdadeiras. O progresso vertiginoso das opiniões está em mútua determinação com a liquidação da verdade, mas a razão do aprisionamento às ilusões — sejam elas da ordem das opiniões ou da superstição — não pode ser buscada apenas nas pessoas, tomadas isoladamente ou enquanto um grupo, que seriam culpadas por não querer acessar a verdade; nesse argumento há uma espécie de elitismo, as vítimas são acusadas e o mais decisivo, o poder social, sai fortalecido (Adorno, 1961/1969). Acreditar que são as pessoas quem asseguram o cumprimento bem-sucedido do que se vale da opinião, como no caso do PBQQ, é ignorar a pressão anterior do aparato posto em movimento que prepara o consentimento e culmina no sucesso do empreendimento. Puderam ser observadas as estratégias de pressão empregadas no PBQQ para produzir o consentimento, estratégias

movimentadas em uma realidade marcada por premências objetivas. A capacidade para o pensamento, para pôr termo à opinião desenfreada, submetendo-a ao juízo crítico, é minada pelo ordenamento social vigente. No lugar da experiência que foi obstada, mas cuja efetivação facultaria o conhecimento e a transformação dos juízos prévios ou alheios ao contato com os objetos, se instaura a opinião como resposta à necessidade de ter alguma referência, da qual depende a manutenção da vida: “Sem opiniões firmemente mantidas, sem a hipóstase do que não é totalmente conhecido, sem supor algo como verdadeiro apesar de não se saber nada a seu respeito, não seria possível a experiência, mais ainda, a própria manutenção da vida” (p. 141, tradução nossa). Mas, se a opinião como petrificação do pensamento não pode ser inteiramente abolida, o pensamento se define na resistência contra condescender com esses momentos: “Não há nenhum pensamento que não exiba traços dessa opinião. Eles são necessários e, simultaneamente, exteriores. Cabe ao pensamento manter-se fiel a si mesmo negando-se a aceitar esses momentos. Esta é a forma crítica do pensamento” (p. 160, tradução nossa).

O esquema do PBQQ é o esquema da sociedade alienada sob o “regime da informação” (Adorno, 1981/2020, p. 184). A mesma sociedade empenhada em reproduzir-se a si mesma, irracional tal qual se volve, veta o conhecimento fundado na relação do pensamento com o objeto, concedendo livre passagem à opinião (Adorno, 1961/1969), e fornece o conteúdo reificado para as opiniões: as informações. Ao sujeito degradado à condição de consumidor da cultura como bem não é mais permitido conhecer, apenas reconhecer:

O consumidor é restringido ao puro ato de reconhecimento: apresentando-se como os produtos acabados em que foram convertidos, os bens culturais se prestam à identificação. Nesse sentido, o caráter informativo geral é o selo da radical alienação entre o consumidor e o produto inescapavelmente próximo. Ali onde sua experiência não alcança, ele busca informações, e o aparato o treina para que, cioso por não perder seu prestígio social, ele finja estar bem informado, evitando a efetiva experiência estética. (Adorno, 1981/2020, p. 184)

Dessa restrição ao “puro ato de reconhecimento” deriva uma relação específica da informação com a temporalidade, que é da ordem do instantâneo: “A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele” (Benjamin, 1936/1994, p. 204). O tempo do pensamento é, por outro lado, o tempo do objeto em sua lógica própria, é o tempo de o sujeito tateá-lo com a razão e acomodar-se a ele sem extorquir o conhecimento sob pena de arrancar somente as inverdades que já queria ouvir, caso se imponha. A informação responde ao afã da “curiosidade” e a esta não “importa o conhecido, mas sim que as pessoas percebam, e possam comprar, o conhecimento enquanto posse. A partir disso é que são feitos, hoje, todos os conteúdos da informação” (Adorno, 1981/2020, p. 189). A informação “é sempre projetada de modo mais pregnante. É *arrancada de toda continuidade*, apartada do pensamento e dessa

forma disposta à apreensão infantil” (p. 189, *itálicos nossos*). Da continuidade depende a experiência, mas à informação, condenada que está a consumir-se no presente curto, a continuidade só aparece como a repetição infundável das informações como novidade — contínua sequência de choques — que se acumulam estáticas e isoladas sem as relações vivas que formam o conhecimento: “Por mais prática que possa parecer a disponibilidade do maior número de informação possível, é ainda mais férrea a lei determinando que a informação jamais se dirija ao essencial, jamais descambe para o pensamento” (Adorno, 1981/2020, p. 188). Por esse motivo — a alergia da mentalidade afeita à informação e sua coleção ao pensamento — é enganoso fazer o caráter consciente e democrático de uma decisão política (como o voto) depender primordialmente do fornecimento de “informações adequadas” — sublinhando inclusive que devem ser adequadas, e não verdadeiras — sobre os candidatos e o mundo social (Miguel, 2004b); é insuficiente defender por si só a “qualidade da informação” (Bezerra & Mundim, 2011; Motta & Alencar, 2011); é equivocado apostar em um meio como a *internet* como “ferramenta de democracia eletrônica” (Barros, 2017, p. 188) capaz de “superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação” fundamentado na possibilidade desse meio de incrementar a “extensão e qualidade do estoque de informação *online*” (p. 190).

O PBQQ cumpriu seu papel no longo processo em curso de liquidação da verdade com a perda da experiência e a absolutização da opinião, elementos centrais para o estabelecimento do que é politicamente regressivo. Para se estabelecer, interessa às forças regressivas que as opiniões sejam incitadas, inflamadas, que suplantem a possibilidade de pensar criticamente e a consciência esteja à mercê das meras informações. Movimentos radicais de extrema direita acionam as opiniões, essas “compreensões parciais, inconsistentes e irrefletidas”, como “o principal núcleo de contato com a irracionalidade” (Silva, 2021, p. 87). O conteúdo das opiniões pode ser o mais absurdo e funesto desde que sirva ao estabelecimento do poder antidemocrático. Amostras dessa absurdidade podem ser pinçadas dos depoimentos citados anteriormente, como é o caso de *E.JN.25-9.7* cujo conteúdo movido pela indignação exortava ao banimento não apenas dos políticos condenados por “corrupção e má administração”, mas exigia uma espécie de caráter extensivo da punição aos cônjuges e filhos. Implícita nessa demanda está a vontade de reabilitação institucional de formas arcaicas de punição — socialmente elas nunca foram substantivamente desabilitadas no Brasil — e sua consequência lógica é a quebra de princípios constitucionais fundamentais do direito penal, como o princípio da pessoalidade, ou da intransmissibilidade da pena, segundo o qual somente quem é sentenciado por um crime pode responder pelo crime que praticou e nenhuma pena pode passar da pessoa do condenado, bem como o princípio que interdita o banimento como forma de pena (*Constituição da República*

Federativa do Brasil, 1988 Out 05). No direito encontra-se objetivada não apenas a lógica burguesa; em suas contradições também estão consubstanciados elementos democráticos e racionais, como o reconhecimento da pessoa. A abertura para a rejeição arbitrária de seus princípios específicos — que não é o mesmo que a apreciação crítica dos seus limites sociais na busca por uma sociedade pacificada, justa e livre — estremece todo o edifício no estado de ameaça no qual se encontra a ordem democrática. A exigência por “*acabar com os privilégios do poder executivo, legislativo e judiciário em todos os níveis: federal, estaduais e municipais*”, formulada na sequência do mesmo depoimento, é frequente dentre aqueles que querem acabar com essas esferas como um todo, entregando o poder a um ordenamento autoritário. O exemplo é oportuno, pois em seu subterrâneo se acha um sutil desejo de reinvestimento de modos despóticos de punição e de governo permitindo identificar a assinatura de uma conformação específica da ideologia, mais irracionalista, afinada ao poder nu, tão próxima da violência crua. Como visto, essa declaração em específico era reforçada por uma cascata de notícias sobre corrupção, um conteúdo abundante nos telejornais, pois é um marcante problema social da realidade brasileira, mas tratado sem a devida profundidade.

Mas não é só o absurdo e o funesto, o propriamente irracional das opiniões, que é de serventia às forças conservadoras e reacionárias — de diferentes modos — aliadas para obstruir a democracia e sua efetivação. Sob as distintas opiniões políticas vertidas compulsivamente manifesta-se aquela impotência social individualizada na forma de impotência subjetiva (Adorno, 1955/2015), isto é, engolida individualmente quando pertencia à realidade coletiva política. A impotência, que não foi objetivamente enfrentada e subjetivamente não pode ser admitida e adequadamente expressada, reflui escancarando desamparos e insatisfações propícios a se converterem em demanda por mudança a ser preenchida por forças totalitárias. O curso e o remate desse refluxo podem ser visualizados no tom gradativo do depoimento *E.JN.27-9.2*, aquele no qual o sujeito começa citando os preocupantes índices de desemprego no Brasil, passa por uma menção a dados estatísticos sobre a ausência de laboratórios e bibliotecas nas escolas públicas, denuncia a precariedade da saúde pública, vindica o fim da desigualdade, mas o epílogo é a necessidade de fazer prevalecer a ordem e o progresso. Quando se clama pela opinião, aflora todo o ressentimento fundado na privação material, na privação do conhecimento e, de modo geral, da cultura, mas, como o ressentimento é o combustível, a constatação do estado de privação fecha com o reacionário de que está saturado o lema que prega o progresso nos limites de uma ordem cuja história é a da violência.

As opiniões realizam a supressão, no âmbito da consciência, do estranhamento material entre o sujeito e aquilo sobre o que ele opina (Adorno, 1961/1969). Como ocorre na consciência a despeito da materialidade, essa supressão é um falseamento da realidade, isto é, é ideologia:

Enganosamente, [a opinião] elimina a estranheza que reina entre o sujeito cognoscente e a realidade que desliza perante ele. É claro que justamente na falta de adequação da mera opinião se delata essa estranheza mesma. Porque este não é o nosso mundo, porque nos é heterônomo, por isso só se pode expressar essa estranheza numa opinião prepotente e teimosa, só de forma desfigurada, e essa ilusão na opinião leva novamente, nos sistemas totalitários, a aumentar a alienação todo-poderosa. (Adorno, 1961/1969, p. 144, tradução nossa)

O distanciamento entre a política, em sentido amplo, mas também governamental, e as pessoas é uma das dimensões desse estranhamento objetivo. Sobre ele operou o PBQQ. Os processos decisórios nessa esfera se dão como se independessem de cada um, e, em grande medida, independem. O momento quando os dominados contam é o do voto e mesmo este tem se mostrado revogável. A perpetuação desse estado é a incapacidade instaurada para alterar os pressupostos objetivos (Adorno, 1967/1995). Esse impedimento material que abarca a todos encontra alívio na opinião sobre temas políticos. E o engano desse alívio é justamente a tentativa de sanar a impotência materialmente fundada assumindo o tema com ares de quem o possui ao alcance das mãos (Adorno, 1961/1969). No aprisionamento a essa realidade as opiniões sobre os temas políticos não faltam, como não faltam opiniões sobre tudo e sobre todos. Nesse sentido, a iniciativa do PBQQ não precisou criar opiniões, pois elas já existem, mas ele as demandou, forneceu um meio no qual elas puderam escoar. O opinar sobre a política era sua matéria abundante — porque é abundante o desconhecimento sobre ela; porque é profundo o estranhamento entre ela e as pessoas sobre as quais opera — e esse veículo se propôs a organizá-la e a distribuí-la. O PBQQ se configurou como um mecanismo de administração das opiniões.

O apego à opinião retroage agudizando a alienação, da qual é produto (Adorno, 1961/1969). No caso das opiniões que avançaram sob a forma do PBQQ fica claro que a distância entre a política e os sujeitos não poderia diminuir. Ao pacificar-se com a satisfação narcísica de a opinião deixar os círculos estreitos e ser digna do horário nobre nos telejornais de maior audiência da TV brasileira, o estranhamento pode ter crescido, se prosperou a ilusão de que algo substantivo foi alterado por esse meio. O sujeito da sociedade alienada exagera sobre o pouco que pode e disso retira a satisfação de evitar a dor de saber que pode pouco. Furta-se ao contato com a impotência e sua determinação social (Adorno, 1955/2015). Desse contato depende a resistência, a liberação do seu potencial real: “As experiências de impotência real são tudo, exceto irracionais; nem mesmo propriamente psicológicas. Somente elas permitem a esperança de uma resistência contra o sistema social, em vez de ele ser mais uma vez incorporado pelos seres humanos” (p. 111).

A sociedade se impõe anulando as pessoas, que são, de fato, fracas diante dela, embora a sociedade sejam elas mesmas. Essa impotência real é convertida em sentimento de impotência (Adorno, 1955/2015), tendência a qual os sujeitos respondem. Avolumam-se dispositivos que afirmam de maneira obsedada a potência, a capacidade de fazer algo (a pseudoatividade), obstruindo a consciência e dando vazão ao sentimento de impotência. Assim, fica tolhida a consciência de que a impotência subjetiva é o registro da impotência social e que, enquanto a brutalidade da segunda não for decifrada na fisionomia temerosa da primeira, os gritos desesperados seguirão soando como odes do vencedor. Considerando o que se passa com a opinião sobre a política talvez seja possível pensá-la como uma pseudoatividade na medida em que é a busca por afirmar algo esvaziado e restrito como particular e decisivo. A pseudoatividade se apresenta na produção de bens materiais quando as pessoas se dedicam a fazer e reparar coisas cuja produção é feita muito melhor pelos meios industriais (Adorno, 1977/2020). Esse modelo da pseudoatividade na produção de bens materiais cumpre, portanto, a função de ocupar todo o tempo no estreito espaço do trabalho, sem deixar brecha para o ócio e para qualquer outra atividade que não tenha como fim a produção. Ela reinstaura no âmbito individual o que é possível superar socialmente. A implicação política da pseudoatividade também foi sublinhada por Adorno (1977/2020). Nessa esfera ela assume esta feição:

O “faça você mesmo”, na política, não é exatamente do mesmo tipo. A sociedade que se contrapõe como algo impenetrável aos homens são eles mesmos. A confiança na ação limitada de pequenos grupos lembra aquela espontaneidade que definha sob o todo enrijecido, sem a qual ele não pode se converter em Outro. O mundo administrado tende a estrangular toda espontaneidade, e uma das formas é canalizá-las para a pseudoatividade.... As ações políticas também podem rebaixar-se em pseudoatividade, em teatro. Não é por acaso que os ideais de ação imediata, eles mesmos propaganda da ação, tenham ressuscitado depois que determinadas organizações, antigamente progressistas, acabaram se integrando, e desenvolvem mundo afora traços daquilo a que certa vez se opuseram. (pp. 279-280)

Conquanto a pseudoatividade não seja exatamente do mesmo tipo na produção de bens materiais e na política, ambas coincidem quanto à renúncia ao outro, ao qualitativamente diferenciado, sob a forma de um conformismo. Ela remete a uma vinculação alucinada com aquilo que não tem conteúdo. Ao legitimar as opiniões, o PBQQ atuou como promotor da pseudoatividade, escamoteando a impotência.

O apelo ao unitário contido no “eu” do *Projeto Brasil que eu quero* — que nada mais era do que uma redução do “nós” formado pelas opiniões — atuou no sentido de sugerir que todos formavam um “eu”. Porém, a convocação inicial foi para cada um, solicitou-se a opinião de cada um, entrando em jogo uma promessa de gratificação narcísica condizente com a opinião. O mesmo narcisismo que tem altissonante testemunho no nacionalismo do empreendimento. O nacionalismo é um dos derivados coletivos do narcisismo. Nem mesmo ao próprio eu é dado

ao sujeito o direito de amar; a sociedade bloqueia a ligação da libido com objetos diferenciados nos quais esta poderia ser investida de modo que ela retorna ao eu; a mesma sociedade golpeia uma vez mais os indivíduos e não permite a eles investirem em si mesmos, designando objetos fortemente externalizados e coletivizados, como a nação, para investirem (Adorno, 1961/1969).

Em uma sociedade que tem como fim ela própria e posterga a satisfação da parte submetendo esta aos interesses sociais de maneira funcional o eu é enfraquecido, é sacrificado (Adorno, 1955/2015). É instaurada uma recorrente humilhação narcísica, pois continuamente convoca-se ao eu que se abandone para que o indivíduo possa ser poupado da aniquilação (Adorno, 1961/1969). A identificação com o poder, na forma de submissão a coletividades, permite às pessoas escapar um pouco dessa humilhação narcísica. Se o eu, para garantir alguma gratificação, identifica-se ao todo, essa possibilidade de gratificação está fundada em um momento anterior de renúncia: a identificação com algo que está, em grande medida, alheio à própria parte. A gratificação obtida é limitada a converter os fins do todo, do poder cego, em fins próprios. Transparece no momento de participação proposto pelo PBQQ essa ânsia de se vincular a algum coletivo, a busca por alguma gratificação por intermédio da indústria cultural. Trata-se de uma massa reunida entorno da explicitação das opiniões, reunida entorno do Brasil futuro. A vinculação proposta entre os depoentes, como visto, não era direta, mas simulada. Havia marcante exterioridade nessa ligação articulada por força da organização do PBQQ.

O que está em jogo no apelo aos preconceitos narcisistas infantis presentes na opinião é o momento analisado na psicanálise no qual o próprio eu em formação atribui toda fonte de desprazer ao externo e investe em si como se ele fosse apenas fonte de prazer (Freud, 1930/2011; Adorno, 1961/1969). Quando se emite opiniões, cujo conteúdo parece ao próprio emissor correto e positivo sendo, portanto, tornado absoluto, pretende-se impô-las como válidas para todos, mas, na base, elas são o substrato da racionalização de quem precisa assegurar a própria sobrevivência (Adorno, 1961/1969) ou alguma participação na sociedade, premência que reinstaura mecanismos de defesa infantis. Se o PBQQ estimulou a opinião, que é marcada por esses momentos psicológicos indiferenciados dos interesses egoístas, o conteúdo fortaleceu a impossibilidade de a política se realizar orientada pelo fim do sacrifício, um ideal particular, mas que só pode ser verdadeiro se também se realizar coletivamente (Crochík, 1999b).

O pendor a não distinguir entre verdade e opinião e que culmina no estabelecimento da opinião “como o sucedâneo da verdade” (Adorno, 1961/1969, p. 149, tradução nossa) pode ser pensado, no caso do PBQQ, também com relação à opinião que alça a categoria de fato, uma vez que o meio no qual circulou era o jornalístico. Mesmo quando se trata do mesmo produto, a mudança do meio de circulação, ou distribuição, na indústria cultural, se desdobra em

“transformações estruturais” (Carone, 2019, p. 121)⁵⁶. A informação, objeto por excelência dos meios de comunicação, manifesta-se como fato. A própria opinião precisa assumir a aparência factual para passar como verdade. A proximidade entre esse tipo de juízo e os fatos jornalísticos parece facultar sobremaneira uma indiferenciação entre ambos, desse modo, a passagem não seria tão drástica. Porém, uma tal transformação certamente tem impactos com relação à sua recepção pelo público: aceita-se muito mais facilmente um fato jornalístico do que uma “mera opinião”. Assim como “a consciência engenhosa consegue que muitas vezes a verdade se converta em opinião” (Adorno, 1961/1969, p. 148, tradução nossa), há operações técnicas para elevar até a mais obtusa opinião à categoria de verdade na sua forma limitada que é o fato⁵⁷.

Opinião e fato são próximos como expressões do enrijecimento do pensamento e sua tendência a se colocar no lugar dele. Expressão disso se acha presente no último romance que Umberto Eco (2015) publicou em vida, *Número zero*⁵⁸. Há uma série de lições oferecidas a um grupo organizado para a redação de um jornal. Nessas lições o personagem Collona, responsável por introduzir os outros componentes da equipe nos princípios essenciais do jornalismo, treina-os para manipular as informações. Uma dessas lições é o princípio dos “fatos separados de opiniões” (p. 55). Como se descobre, essa separação visa a forma da notícia, mas culmina na completa indiferenciação entre o conteúdo de uma e outra coisa — fato e opinião. A separação tem em vista que as opiniões assumam a aparência de fatos: quando não há fatos ou quando eles não podem ser afirmados, a opinião apresenta-se como figura deles. Ela pode tão facilmente assumir o lugar dos fatos porque há entre ambos grande afinidade. Assim o personagem explica como é possível operar tecnicamente para garantir essa conversão:

Observem os grandes jornais de língua inglesa. Quando falam, sei lá, de um incêndio ou de um acidente de carro, evidentemente não podem dizer o que acham daquilo. Então inserem no artigo, entre aspas, as declarações de uma testemunha, um homem comum, um representante da opinião pública. Pondo-se aspas, essas afirmações se tornam fatos, ou seja, é um fato que aquele sujeito tenha expressado tal opinião. Mas seria possível supor que o jornalista tivesse dado a palavra somente a quem pensasse como ele. Portanto, haverá duas declarações discordantes entre si, para mostrar que é fato que há opiniões diferentes sobre um caso, e o jornal expõe esse fato irretorquível.

⁵⁶ Carone (2019) parte das pesquisas adornianas sobre música para ressaltar como uma sinfonia, ao ser reproduzida pelo rádio, sofria “transformações estruturais que acabava, incidindo na escuta do ouvinte...” (p. 121), mas há outro exemplo muito elucidativo da autora, trata-se da fatídica transmissão de uma adaptação da novela *A guerra dos mundos*, de H. G. Wells, em 1938, via rádio, que resultou em um pânico real de cerca de um milhão de pessoas nos Estados Unidos. Enquanto livro a novela não poderia causar esse pânico coletivo, foi sua transformação estrutural ao passar pelo rádio que favoreceu a modificação na forma de recepção (Carone, 2019).

⁵⁷ Cabe ressaltar, no entanto, que os fatos científicos não são iguais aos fatos das informações. Adorno (1961/1969) deixou indícios sobre a necessidade de refletir sobre essas diferenças na medida em que se recusou a identificar os dogmas da ciência aos dogmas religiosos.

⁵⁸ O enredo é a história de uma equipe que trabalha em uma proposta para a redação de um jornal, *O Amanhã*, que não chega a se realizar. Conquanto o livro verse a respeito de um jornal escrito o que, supostamente, dificultaria transpor de lá suas consequências para pensar um objeto da mídia televisiva, ao final, o autor deixa nas entrelinhas de sua história a proximidade entre diferentes meios de comunicação da informação quanto a seus fundamentos.

A esperteza está em pôr antes entre aspas uma opinião banal e, depois, outra opinião, mais racional, que se assemelhe muito à opinião do jornalista. Assim o leitor tem a impressão de estar sendo informado de dois fatos, mas é induzido a aceitar uma única opinião como a mais convincente. (pp. 55-56)

As opiniões podem ser esquematicamente dispostas em favor do que se pretende dizer. Esse foi o caso no PBQQ. Se neste não houve aspas que indicaram a autoria de outro a quem a informação apresentada é atribuída e o fajuto distanciamento desinteressado é garantido, esse distanciamento foi mais bem assegurado pela apresentação das próprias pessoas comunicando seus depoimentos. As manifestações iradas ou sentimentais, desaprovadas pelo ideal de objetividade jornalística para os apresentadores em relação aos fatos que eles estão responsáveis por comunicar, foram deferidas nas manifestações do público e incorporadas no programa.

Os elementos dessa passagem permitem ainda compreender de que forma no âmbito da informação a contradição é aparente. Esse aspecto é importante porque lembra que algo na informação sabe da natureza contraditória da verdade, não pode simplesmente elidir esse elemento e até se vale dele. Porém, a contradição na informação não se caracteriza como tal e é instrumentalizada; trata-se da contradição entre dois enunciados que são externos um ao outro e não da contradição imanente a um mesmo objeto. As diferentes posições mostradas ao público, supostamente contrastantes, disfarçam a posição a respeito do tema que já está dada de antemão. Não deve estranhar a presença de pautas e temas no PBQQ que pareçam conflituosos com os interesses do meio de comunicação que o realizou; antes, essas opiniões contraditórias reforçaram o que ele pretendia inculcar porque o firmaram como meio desinteressado, imparcial⁵⁹. Não é por acaso que aquele pressuposto básico explicitado e desmascarado por Eco (2015) — “fatos separados de opiniões” — é introduzido satiricamente pelo personagem como “um princípio fundamental do jornalismo democrático” (p. 55). Muitos dos princípios democráticos são mantidos em aparência embora na realidade já esteja consolidado o contraponto de falsidade que guardavam em si mesmos como produtos de uma ordem injusta.

É importante entender que, por meio da campanha total do PBQQ, o telejornalismo da TV Globo se colocou como porta-voz do povo e, na medida em que o povo falou por meio dela, utilizando-a como canal, o telejornalismo da TV Globo afirmou-se como parte fundamental do Brasil do futuro. A aceitação dos fins impostos significou, ou pretendeu significar, a aceitação dos meios pelos quais esses fins se impuseram. Desse modo, o PBQQ pareceu cumprir algumas funções, dentre elas, a autopromoção do próprio segmento jornalístico, como uma ação de propaganda dos seus produtos de informação. A audiência foi convidada a participar, a usar

⁵⁹ Meios e proposições antidemocráticas podem ser articulados sob um verniz democrático. A incongruência não é, nesse caso, uma quebra, e sim faz parte do proceder (Adorno, 1943/2009).

aquele meio e, na medida em que cada um apareceu ali, estava, ao mesmo tempo, declarando que assistia o telejornalismo da TV Globo e que confiava a própria voz a ser por ele representada. Desse modo, agregava valor àquele produto jornalístico e é importante frisar que se tratou de uma propaganda de alcance nacional. Fica patente a propaganda de si mesma feita pela indústria cultural em cada um de seus produtos (Horkheimer & Adorno, 1947/1985).

Como parte dessa função de autopromoção, mas contemplando aspectos outros, o PBQQ pareceu assumir a ideologia da interatividade associada a uma promoção do uso de outros meios de comunicação, nesse caso, a *internet* e o celular. Isso indica um movimento de assegurar audiência a partir do diálogo com a *internet* se valendo dos meios de participação. O caráter sistêmico da indústria cultural se torna manifesto nesse elemento. Além das funções de propaganda e de interatividade, a integração da programação apresenta-se como estratégia alcançada por esse empreendimento. Todos os programas jornalísticos da TV Globo estavam ligados por meio do PBQQ: antes da exibição dos vídeos, porque as chamadas apareciam em todos os jornais e, como foi discutido, algumas dessas chamadas foram construídas com a participação simultânea de vários jornalistas; durante a exibição dos vídeos; e depois, na apresentação dos desdobramentos. Essa integração foi, como foi apontado, parte do modelo fornecido para produção de uma união das vozes dos brasileiros.

Essas funções articularam-se em um dos mais destacados aspectos ideológicos subentendidos à iniciativa. Quando observado o sentido da pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?” evidencia-se que se trata da produção de uma imagem de nação na qual o novo, o futuro, é enfatizado, e, por extensão, a necessidade de mudança foi mobilizada subjetivamente em um contexto em disputa eleitoral. A ênfase dos agitadores políticos reacionários no movimento, na necessidade de mudança — sem oferecer contornos claros e convertendo o próprio movimento em um fim em si mesmo —, é fundamental para preparar o terreno para o que quer que se ambicione instaurar quando estiver suficientemente inflamado esse furor pela renovação (Adorno, 1943/2009).

Embora a TV Globo tenha se estabelecido no lugar de informar, afirmando dar voz aos brasileiros, algum tipo de esboço para a imagem de Brasil apresentando quais eram suas principais demandas, parece que essas demandas importavam na justa medida que promoviam a ideia primordial do novo, do futuro, da mudança. Ela foi propagada a partir desse meio com o uso de algumas estratégias. A primeira dessas estratégias foi a participação do público; quem estava dizendo era a própria população brasileira. Mas a estratégia não se reduziu a mostrar os depoimentos. Na medida em que eram apresentados no contexto da programação jornalística,

precedidos e sucedidos por notícias, os depoimentos vagos⁶⁰ e editados de antemão foram substanciados com informações complementares apresentadas nos telejornais e, ao mesmo tempo, cada notícia era legitimada pelos depoimentos a ela vinculados, alinhando o telejornalismo da TV Globo aos interesses que estão “na boca do povo”. Como visto, em alguns momentos a costura entre depoimentos e notícias era direta, em outros, não. Porém, isso não exclui que havia conexões do tipo daquelas produzidas na redação do jornal do romance de Eco (2015). Nessa redação os jornalistas aprendiam a fazer brotar uma notícia das entrelinhas por meio do sutil encadeamento entre outras notícias. Assim eles eram orientados:

Para saber o que se vai pôr num jornal é preciso, como se diz nas outras redações, organizar a pauta. Notícia para se dar há infinitas no mundo, mas porque dizer que houve um acidente em Bergamo e ignorar que houve outro em Messina? Não são as notícias que fazem o jornal, e sim o jornal que faz as notícias. E saber pôr juntas quatro notícias significa propor ao leitor uma quinta notícia. (p. 57)

Em uma estratégia de participação administrada, a opinião das pessoas — o próprio testemunho petrificado da paralisia do pensamento, ela mesma esvaziada de criticidade — foi alçada ao *status* de fato e fundamentou o PBQQ. O mecanismo em ação lembra que a dominação não se faz contra os interesses das pessoas, mas por meio desses interesses indiferenciados que são dispostos e unidos aos interesses sociais irracionais e destrutivos (Adorno, 1955/2015). O ardil subterrâneo à menção aos “desejos”, aos quais foi feito repetitivo apelo, já sinalizava uma grande afinidade preconcebida entre os interesses mais imediatos e conformados das pessoas e os interesses da iniciativa, permitindo revelar o quão formatado está — e formatável é —, por meio do esquematismo, aquilo que as pessoas afirmam querer:

A retórica a respeito da realização de fantasias de contos de fadas através da técnica moderna só deixa de sê-lo quando lhe acrescentamos a sabedoria dos contos de fada, de que a realização dos desejos raramente redundava para o bem de quem exprimiu o desejo. Formular desejos corretos é a arte mais difícil de todas, e somos desabituaados a isso desde a infância. Tal como o marido a quem a fada permite três desejos usa dois deles para pôr, e depois tirar, uma salsicha sobre o nariz da mulher, assim aquele a quem o gênio do domínio da natureza permite ver as coisas distantes só enxerga o habitual, enriquecido pela mentira de que se trata do diferente, pela qual isso lhe é impingido enquanto falso sentido do seu cotidiano. O seu sonho de onipotência se realiza como impotência total. Até hoje as utopias só se realizam para escorraçar o utópico dos homens e para comprometê-los ainda mais com o existente e com a fatalidade. (Adorno, 1953/1978, p. 354)

Os objetos evocados pelo PBQQ foram os impasses políticos, as feridas sociais, mas isso foi orquestrado cuidando-se para soltar apenas a esperança vazia e resignada dos feridos ou sua cólera destrutiva, sem favorecer a reflexão por meio da qual é possível encontrar nessas feridas, por mais derivados que estejam, os sinais da expropriação e da repressão e, portanto, os sinais

⁶⁰ Essa vacuidade era consequência da participação administrada incompatível com qualquer profundidade e resultou em vários depoimentos que apenas elencavam palavras imprecisas. Somente desse modo, eles poderiam ser processados do modo como foram.

do que as produzem: a dominação na sociedade industrial do capitalismo tardio — objeto apropriado da cólera e contra o qual é verdadeira a esperança como ato de não deixar de tentar, contra o qual a verdadeira utopia é material e, mesmo escoraçada, ela insiste.

3.4 Conglomerados ideológicos no PBQQ

Entende-se como conglomerados ideológicos aquelas representações interpostas entre os sujeitos e a realidade e que filtram ideologicamente essa realidade (Adorno, 1959/1996) conformando o entendimento que o sujeito tem dela. São esquemas, ou modelos, nos quais fragmentos da realidade são cristalizados e a percepção e o entendimento convertem-se em reações diante desses fragmentos seguindo percursos socialmente referendados pela ideologia. Como sustentou-se anteriormente, a ideologia pode variar em termos de sua racionalidade e tem diferentes conformações materialmente condicionadas, de modo que aquela filtragem da realidade pode funcionar no sentido de duplicar, encobrir ou justificar esta última e, para isso, há componentes mais ou menos específicos operados para assegurar a repetição dos aspectos crus da realidade rerepresentando-a ao sujeito, devolvendo-a sempre idêntica e convertendo-a em um circuito inescapável ao qual o sujeito deve aceder; para ocultar a concretude histórica da realidade por hipóstase da aparência social à qual o sujeito deve se vincular para não acessar o mais decisivo; para justificar o que é problemático na realidade com base em uma racionalidade parcial das contradições objetivas ou no apelo ao que é irracional, mas é apresentado como transcendência da realidade, como superior a ela e aos sujeitos que nela se encontram. Operacionalmente, pode-se afirmar que nos conglomerados ideológicos, os fragmentos da realidade aparecem como temas dados ou articulações espúrias entre temas e em seu entorno constelam-se representações lançando sobre esses temas (ou objetos) uma luz postiça e fixa e os sujeitos são forçados a ver os objetos nessa mesma constelação congelada, na qual o movimento do objeto foi aprisionado e a relação entre o sujeito e ele é dirigida. Não se trata, porém, de uma mera externalidade; ela se inscreve, por pressão, no interior do sujeito que deve aprender a reagir tal qual se espera para que possa se autoconservar na realidade dura que o envolve; ela faz apelo a mecanismos e necessidades psicologicamente não diferenciados, regredidos. Nesse mecanismo parecem tomar parte diferentes componentes como a repetição, a naturalidade, o ultrarrealismo, o objetivismo, a vaguidade, o cinismo, dentre outros.

Os conglomerados ideológicos do PBQQ apresentados a seguir, bem como as conformações da ideologia identificadas e seus componentes, resultam da análise de conteúdo de um conjunto de depoimentos selecionados por critérios qualitativos. O conjunto foi formado por um total 135 depoimentos dos quais 46 pertencem às edições do *Jornal Nacional* entre os dias 24 e 29 de setembro de 2018, a última semana de veiculação dos depoimentos na TV Globo, ou seja, a semana anterior à realização do primeiro turno das eleições federais. Optou-se pelo *Jornal Nacional* por este ser o mais destacado telejornal da TV Globo em termos de audiência. A análise dessa parte dos depoimentos foi delineada para abranger o escopo mais amplo das edições do programa no qual foram exibidos, isto é, para poder pôr em tensão os depoimentos e o material noticioso que os antecedia e sucedia. Os 89 depoimentos restantes do total referem-se a outros momentos do PBQQ. O período inicial da etapa de exibição dos depoimentos foi representado por material derivado dos dias entre 19 e 24 de março de 2018 dos seguintes programas: *Hora 1*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional*, *Jornal da Globo* e *Como Será?*. O período intermediário foi representado por depoimentos transmitidos entre os dias 9 e 15 de junho do mesmo conjunto de programas. O período final desta etapa foi representado por depoimentos concernentes ao período entre os dias 1 e 7 de setembro dos programas supracitados; em termos de representatividade temporal é possível somar a estes os 46 depoimentos coligidos do *Jornal Nacional* na última semana do mês de setembro.

Não se pretendeu representar estatisticamente os 5.541 depoimentos televisionados e a seleção dos depoimentos não consistiu no registro de todas as manifestações dos depoentes em todos esses dias dos intervalos indicados, e sim na transcrição daqueles depoimentos cujo conteúdo parecia revelar novos aspectos da problemática em questão ou revelar de modo marcante aspectos já identificados fornecendo alguma consistência para os núcleos temáticos formados por meio do agrupamento de depoimentos, portanto, o critério foi de saturação para definir esse universo limitado de depoimentos naqueles recortes temporais, com a clareza de que a ampliação desse universo certamente acrescentaria elementos na discussão dos componentes e conformações da ideologia no âmbito do PBQQ. Diferentemente do primeiro subconjunto de depoimentos, os últimos (89) foram destacados do contexto das edições dos programas nos quais foram apresentados, ou seja, não foram acompanhados pela transcrição dos conteúdos jornalísticos. Esse procedimento apresenta o limite de não contemplar a totalidade sincrética formada entre depoimentos e notícias (logo, entre opiniões e informações), porém, como assinalado, assim como o conjunto de notícias tem uma totalidade e, a um só tempo, cada notícia é um todo coerente, concebe-se que os depoimentos em si mesmo também são. Esquemas delimitados de compreensão podem ser evidenciados na análise da costura entre

os dois tipos de conteúdo, mas os depoimentos por si só também exprimem questões importantes. Esta análise foi delineada com o objetivo de compreender ambos os aspectos.

As menções aos depoimentos e sua análise não são acusações particulares contra os depoentes que, assim, seriam vítimas no âmbito do conhecimento daquilo que já os subjuga na realidade, importam, isto sim, enquanto testemunhos delimitados do que as condições sociais vigentes — pressurosas, irracionais, injustas e desiguais — oportunizam irromper nos indivíduos na forma de juízos conformistas, absurdos, revanchistas e ressentidos. São testemunhos ainda mais importantes na medida em que foram usados por um aparato da indústria cultural com condições objetivas para promover o esclarecimento, mas que instrumentalizou esses juízos na forma que os produziu, recebeu e encadeou para promover uma antidesmistificação (Adorno, 1963/1986). Ao analisar os depoimentos o que é visado é a ideologia possivelmente presente neles, não se trata de um confronto com os sujeitos que os emitiram, o confronto importante é contra a ideologia, contra as forças representadas por ela e contra o aparato que fixou na tela certos juízos na forma de depoimentos para fixar no interior das pessoas representações falseadas da realidade quando tinha (e tem) condições para propiciar, a partir deles, o esclarecimento. Com base nesses mesmos juízos havia (e há) a possibilidade de operar em favor da emancipação, mas a manutenção do jugo da qual a indústria cultural se encarrega com zelo é hábil em usar o que há (ou o que sobrou) de melhor em cada momento para as piores, as mais regressivas, tendências do mesmo momento.

3.4.1 Esquemas da mentalidade do ticket e um conglomerado específico (o véu religioso)

Ao espicaçar as feridas sociais o PBQQ abriu um canal para a esperança resignada e vazia de juízos de conteúdo exíguo. Essas opiniões com forma neutra e conteúdo, em geral, comedido, aspectos que lhes emprestavam marcante aceitação no sentido de conformidade com o senso comum médio, constituíram parte significativa dos depoimentos analisados e não se restringiram a um tema circunscrito formando um único conglomerado ideológico, tratou-se, na verdade, de um amplo padrão. Aspectos desse padrão estão amplamente disseminados nos depoimentos, por isso, cumpre discuti-lo. Peculiar a esses juízos é que eles traziam palavras — como tranquilidade, honestidade e transparência — em relação às quais seria um dissenso se opor, apesar da flagrante vaguidade no modo como foram apresentadas. Essa é a razão de se suspeitar da compatibilidade dessas opiniões com a ideologia como aquele discurso vago e

descompromissado, que não se deixa verificar e é “profeta irrefutável da ordem existente” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 138). É a dificuldade em identificar, de modo explícito, no conteúdo dos produtos desse tipo de ideologia, uma intenção de encobrimento, a justificação de uma situação problemática ou o compromisso tenaz com instituições dominantes que faz dela uma manifestação de ideologia diante da qual a crítica parece desarmada e sem objeto, além de prontamente acusável de inconveniente, imprópria ou disparatada, afinal, quem contestaria o pedido por amor, respeito ou responsabilidade? Porém, é justamente isso que faz dessa conformação da ideologia um instrumento eficaz da dominação; ela obstrui o pensamento contando com o virtuoso bom senso, a conformidade.

O empenho adaptativo desses juízos alcança um estágio no qual mesmo a opinião, enquanto uma forma de convicção “pessoal” — que já pode ela mesma ser mentirosa (Horkheimer & Adorno, 1947/1985) — se perde. Ela é privada daquele aspecto de um preceito que contém alguma destacada especificidade da pessoa nas asserções feitas por ela, ou seja, não é aquele tipo de manifestação diante da qual se diz que certo indivíduo é uma pessoa de opiniões fortes. Tal descaracterização remete ao processo de mecanização e burocratização da sociedade industrial e à sua demanda por um “novo tipo de ajustamento” (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 181), a “mentalidade do *ticket*”:

Quanto mais enfraquece a relação entre o destino de uma pessoa e o seu juízo autônomo, quanto mais se limita a possibilidade de optar pela realização de outra coisa que não seja a inclusão em organismos e instituições onipotentes, tanto melhores são as condições daqueles indivíduos que mais rapidamente abdicaram de suas opiniões pessoais e de sua própria experiência, e que concebem o mundo da forma que melhor convém à organização que decide o seu porvir. A presunção de ter uma opinião pessoal sobre as coisas só se apresenta como um fator de perturbação. Não só a utilização de estereótipos e juízos de valor preestabelecidos permite que a vida se torne fácil e faz com que o interessado seja para os chefes uma pessoa digna de confiança mas também possibilita uma orientação mais rápida e liberta da excessiva fadiga que está ligada à penetração das complexas relações da sociedade moderna. (p. 181)

A positividade na fachada dos depoimentos que serão destacados não deve confundir sobre seu potencial político regressivo o qual se acha no abandono da consciência e da experiência que os valores vazios exprimem. Outras máximas podem tomar o lugar ocupado por eles em razão de sua externalidade e vacuidade e, pior, essas mesmas características, a ausência de autonomia do sujeito e a carência de conteúdo, possibilitam que coexistam sem atritos valores convencionais e “positivos” com concepções e atitudes reacionárias e violentas que traem a essência desses valores, justamente porque não há nenhuma essência neles. É isso que libera as pessoas de qualquer compromisso consigo mesmas, com a própria consciência, com suas convicções ou com as relações mais estáveis com coletividades fundamentadas numa participação racional e autônoma para que elas possam responder rapidamente, sem entraves,

às organizações e às instituições (na irracionalidade que as constituem) que, segundo a constelação objetiva do momento, ofereçam mais vantagem à existência restrita dos indivíduos.

A mentalidade que se organiza e se expressa como *ticket* é uma das manifestações da reificação da consciência que a torna disponível a uma espécie de “inventário de *slogans*” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 187). Ela manifesta a mutilação da capacidade de experiência com o específico, de determinação da diferença. Nos depoimentos do PBQQ isso se apresenta como o sequenciamento de demandas sem um contorno, sem identificar a particularidade dos impasses enumerados, como no depoimento *E.JN.29-9.3*, gravado por um homem adulto em frente a uma rodovia com buracos: “o Brasil que eu quero é que os governantes de nosso país tenham mais responsabilidade com os recursos públicos e investe na educação, na saúde e infraestrutura e no meio ambiente”⁶¹. Se há um apelo à imagem da rodovia deteriorada que repercute no pedido por “responsabilidade com os recursos públicos” e “infraestrutura”, a delimitação evanesce dentre as outras demandas e a formulação da problemática política não ultrapassa a dimensão da responsabilidade. Semelhante enumeração de valores pode ser encontrada no depoimento *E.JH.19-3.5*, de uma mulher adulta cuja manifestação foi gravada em uma praça com uma capela e uma igreja: “o que eu espero para o futuro é mais respeito ao próximo, mais amor e que os nossos representantes políticos tenham dignidade, ética e princípios para manter a ordem e o progresso do nosso país”. Chavões sentimentais (“mais respeito ao próximo”, “mais amor”) comparecem junto dos valores de “dignidade” e “princípios” e se reúnem no mesmo objetivo da manutenção da ordem e do progresso, o qual, conforme o clima cultural repressivo vigente (desde antes do ano de 2018), não está desabonado de conter forte teor reacionário. O juízo não põe em questão que a ordem e o progresso na sociedade atual anulam a ética, que a violência da ordem e a barbárie do progresso em sua orientação existente expurgam o respeito e o amor. Os valores são proclamados em si mesmos e abstratamente, sem levar em conta os limites impostos pela forma concreta de existência para sua efetivação.

É a positividade de superfície que colore esses depoimentos com um tom esperançoso. É sua devoção a valores esvaziados, mas conformes a uma sociedade empenhada em administrar

⁶¹ Como assinalado antes, a maioria dos depoimentos discutidos nesta seção foram retirados dos programas sem transcrever (e/ou assistir) a edição completa, portanto, ela não será referenciada na sequência da citação dos depoimentos. Embora a apresentação dessa referência seja considerada relevante para o autor deste trabalho, uma vez que ela permitiria identificar os(as) editores(as), diretores(as) e produtores(as) dos programas, permitindo assinalar a responsabilidade que têm sobre o conteúdo televisionado, os depoimentos respondem por uma fração muito reduzida (em termos de duração) da edição de cada programa de modo que houve contato só com uma parcela reduzida desses programas. Além desse motivo, nesta seção do texto são citados muitos depoimentos, portanto, haveria grande volume de referências inseridas no corpo do texto e na lista final, prejudicando a leitura.

as tensões sociais, que faz deles resignados. Em tais manifestações as pessoas falam com brandura, amabilidade e tranquilidade incompatíveis com a barbárie do mundo existente e do Brasil em particular que, se minimamente tocada — e jamais pode ser tocada o suficiente sem aniquilar quem a experiencia⁶² —, impregna cada manifestação de terror, sobriedade e desespero. Na forma como falam e o conteúdo que entoam faz dos depoentes algo como paródias dos sujeitos habitantes de um mundo pacificado tal como ele é idealizado a partir do mundo existente aprisionado e que, neste estado, pretende fazer dos viventes em ameaça dóceis prisioneiros. Nem a aparência da sociedade é arranhada por essas manifestações, na verdade, ela recebe uma camada de verniz sentimentalista de pessoas que continuam a recitar certos valores a despeito da dureza da realidade existente. No lugar de impasses objetivos são entoadas máximas emocionais, como nos depoimentos *E.JN.20-3.1* e *E.JH.23-3.1*, a seguir. O primeiro foi pronunciado por uma mulher idosa com uma paisagem ao fundo formada por um rio com vegetação ciliar. O segundo partiu de uma mulher adulta em uma praça com uma igreja.

o Brasil que eu quero está pronto, lindo, majestoso e imponente [aludindo à paisagem], só precisa que nós, brasileiros, amemos mais uns aos outros e proseemos mais olhando um no olho do outro.

eu quero um Brasil com mais oportunidades, que os representantes possam trabalhar mais pelos interesses do povo, que o Brasil seja regido com amor, respeito e compaixão. Por que não?

Há importantes diferenças entre os depoimentos que, tais quais os casos acima, serão, às vezes, reunidos. Há distinções entre a primeira manifestação, que é uma sorte de ode ao Brasil, e a segunda, que insta por oportunidades e por consideração pelos interesses do povo. Observar tais diferenças é crucial para não descartar possíveis esperanças e lampejos de consciência; para não deitar fora a criança com a água, remetendo a Adorno (1951/1993). A análise se esforça para considerar, quando parecem existir, elementos contraditórios que guardariam algum potencial de denúncia, mas realça os aspectos criticados. No caso daqueles depoimentos, há, como traço comum, certo apelo emocional ao tratar da política.

Quanto ao primeiro depoimento, cabe questionar o quanto o direcionamento esquemático do PBQQ de gravar os vídeos em lugares belos, limpos e ordenados não oportunizou depoimentos cujo apelo imagético à “beleza natural” tendia a não ser contrariado pelo conteúdo das manifestações (embora outro padrão recorrente tenha sido contrariar esse apelo de modo deliberado). Do estado de imponência, majestade e beleza da natureza a depoente deriva a conclusão de que o Brasil está pronto e a adversidade consiste somente na falta de amor entre os brasileiros, na incapacidade de prosear olhando nos olhos. Cumpre lembrar, com Freud

⁶² “Do mundo tal qual é, ninguém poderá atemorizar-se suficientemente” (Adorno, 1969/1995, p. 225).

(1930/2011), que amor como sentimento uniforme, sem objeto especificado, é injusto com o objeto e que “nem todos os humanos são dignos de amor” (p. 47). Cumpre lembrar, com Adorno (1967/1995), que o amor é recomendado sem que quem o recomende se dê conta do quanto sua falta é uma condição generalizada, pressupondo “naqueles aos quais se dirige uma estrutura de caráter diversa daquela que se quer modificar” (p. 120) e que a falsidade dos vínculos recomendados vem à tona, cedo ou tarde, como destrutividade. Para além da mensagem aberta do depoimento, a mensagem encoberta minimiza a existência de problemas sociais, cancelados pelo estado de completude da natureza, sem mesmo se dar conta de que a própria natureza é ameaçada pelos problemas sociais em cujo centro está a própria dominação da natureza externa, a mesma cujo fragmento “preservado” serve de testemunho para a depoente.

Ao segundo depoimento podem ser remetidas as mesmas considerações sobre o amor, ao qual pode se assomar suas variantes da “compaixão” e do “respeito”, no contexto. O cenário, que conta com uma igreja, permite sugerir a derivação da recomendação de amor e compaixão: o cristianismo como religião do amor universal. Em um país de base cristã como o Brasil mesmo sobre os não religiosos há que se considerar a força desse apelo em função da secularização desse tipo de sentimento. É notável a quantidade de depoimentos com edificações religiosas, especialmente católicas, como cenário (como poderá ser verificado ao longo da análise). Deve-se considerar que a existência de praças centrais com igrejas é um dado comum na paisagem urbana brasileira, especialmente dos pequenos municípios, onde elas tendem a ser as mais destacadas e representativas construções. A atenção a esse aspecto deve levar em consideração que o PBQQ se propôs a oferecer os contornos para o futuro político e, com a frequente inserção dos elementos religiosos, esse futuro foi matizado ideologicamente pela religião. O elo histórico entre religião e política no Brasil, apesar da laicidade do Estado, continua a ser central em vários impasses sociais fazendo colidir, com forças díspares, interesses das elites e de setores religiosos, representados sobremaneira no poder legislativo, com interesses coletivos e de minorias sociais, fazendo chocar com os direitos sociais valores de fé. O futuro político matizado pela religião deve observar a existência de forças políticas em disputa nas eleições de 2018 coadunadas às denominações religiosas.

Quando se articulou a símbolos religiosos é provável que o tipo de valor em discussão passou a formar um conglomerado ideológico específico, estendendo entre a realidade e o olhar dos sujeitos um véu tecido com os fios da crença. Um homem adulto vestindo uma camisa da seleção brasileira de futebol em frente a um grande monumento em homenagem à Nossa Senhora Aparecida declarou o depoimento *E.JN.20-3.5*: “o país que eu quero para o futuro é onde as religiões se entendam e espalhem a bondade para o Brasil e para o mundo”. Comparece

uma conexão que tem sido marcante no cenário político brasileiro formada pela aliança entre nacionalismo e religiosidade, apesar do conteúdo ameno que prega o entendimento entre as religiões e a bondade universalizada. No depoimento *E.JH.15-6.2*, de uma mulher adulta com uma igreja compondo o cenário, há outra importante conexão encoberta que caracteriza demandas de setores específicos na política; os fios da fé unem à religião (contida no cenário) aos valores familiares (pela menção aos filhos): “o Brasil que eu quero é um Brasil onde cada um faça sua parte e não somente aponte o dedo para o próximo. Só assim teremos um país justo, humano e longe da corrupção onde nossos filhos possam se orgulhar”. Além do personalismo implicado no pedido para que “cada um faça sua parte” sem indicar o que deve ser objeto dessa ação, cabe ressaltar um dos sentidos ocultos possivelmente contido na mensagem em função da aproximação direta entre corrupção e o orgulho dos filhos. Essa aproximação ativa o sentido moral da palavra corrupção (de corromper moralmente) ao qual o sentido econômico tem sido ligado nas manifestações de forças políticas conservadoras e regressivas; no depoimento esses sentidos são transmitidos como uma opinião branda.

O depoimento *E.HI.05-9.2*, de um homem adulto, também fez coro aos elementos religiosos. No primeiro momento ele mostrou ao fundo um grande edifício cuja finalidade não pôde ser distinguida, mas, num truque de autoafirmação (como pode ser identificado esse recurso de surpreender o espectador modificando abruptamente o cenário enquadrado), passou a mostrar uma igreja católica; sua fala foi a seguinte: “e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil livre, com menos impostos, mais liberdade, sem corrupção e com uma política com honestidade. [Vira a câmera] Eu acredito, com fé em Deus”. Há uma vaguidade na ideia de “Brasil livre”⁶³. A transição direta para a pauta da redução de impostos, na qual se pode ler, nas entrelinhas, o pedido pela redução das supostas coerções de um Estado excessivo na economia (ou seja, contém o anseio por um Estado mínimo), faz o brado pela liberdade soar como liberdade fiscal. Impostos e liberdade são apresentados como grandezas inversamente proporcionais (“menos impostos, mais liberdade”) e o sentido da segunda é confinado na dimensão econômica. A corrupção e a honestidade abrem a passagem para que o depoimento seja arrematado com a fé em Deus. Neste único depoimento podem ser localizadas várias bandeiras levantadas por forças políticas conservadoras e reacionárias no Brasil, mas, novamente, tudo se passa sob um tom ameno, mesmo alegre, de modo insuspeito.

Os três depoimentos a seguir — *E.JG.20-3.4*, *E.JG.22-3.2* e *E.JG.22-3.6* — foram comunicados por homens adultos e em todos a imagem ao fundo continha uma igreja:

⁶³ Embora ela coincida com a denominação de um grupo liberal-conservador, o Movimento Brasil Livre (MBL).

eu quero um país honesto, saudável, de paz, amor e harmonia para todos.

o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde os privilégios não sejam apenas para a classe mais rica e onde os poderes judiciário, executivo e legislativo promovam uma cultura de paz.

quero para todos nós um Brasil simples, livre e seguro, onde todos possam chegar lá.

A repetição de certos valores ou aspectos — como é o caso da “honestidade” e do “amor”, cuja menção já foi observada em manifestações citadas anteriormente; repetição que também poderá ser verificada ao longo da análise para o caso da “harmonia” e da “cultura de paz”, bem como para outros elementos — é um dado importante, pois, embora tais valores possam guardar algum sentido que não pode ser desprezado, sua repetição revela o uso instrumental ao qual cada fala está subordinada quando pensada em conjunto com as outras no curso do PBQQ.

Nos depoimentos, as demandas agruparam-se como em nuvens de palavras — “honesto”, “saudável”, “de paz”, “amor”, “harmonia” ou “livre”, “seguro”, “simples” — facilitando o processamento das informações por parte do PBQQ que, na edição do *Fantástico* do dia 30 de setembro, apresentou justamente como uma nuvem de palavras visual⁶⁴ a lista com as mais frequentes demandas contidas nos 122.212 pedidos presentes nos cinquenta mil vídeos recebidos pela emissora (Bernardes & Villela, 2018 Set 30). A nuvem de palavras (nuvem de etiquetas ou nuvem de *tags*), apresentação hierarquizada dos aspectos mais repetitivos em um conteúdo, é a representação visual da standardização da qual a mentalidade do *ticket* é o emblema na consciência, por essa razão torna-se sua adequada expressão. Bordões como a “cultura de paz” do segundo depoimento são afinados com essa standardização própria da mentalidade do *ticket*. O teor benfazejo de um *slogan* não anula a reificação da consciência, a paralisia do pensamento e o congelamento da realidade encapsulados nas máximas estereotipadas. Porque é produto desse momento no qual a relação viva entre o sujeito e o objeto foi rompida, no qual o sujeito abandonou-se enquanto capaz de uma consciência autônoma e apegou-se às imagens da realidade imobilizada, contém a inclinação a renegar esse teor em nome de qualquer outro, mais nocivo, no qual encontra-se a mesma reificação: “o *ticket* progressista tende para algo pior do que seu conteúdo...” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 193). Por isso, alguns depoimentos podem começar com o respeito ao próximo e terminar com o louvor à ordem e ao progresso; por isso, uma manifestação como a do depoimento *E.JH.15-6.4*, de um homem adulto tendo montanhas como cenário, pode começar com o pedido por amor e passar rapidamente à “tolerância zero”: “o Brasil que eu quero é o Brasil onde as pessoas se amem mais, se respeitem mais, é o Brasil onde tenhamos tolerância zero a políticos corruptos, onde a gente tenha mais respeito à nossa natureza, às nossas nascentes”.

⁶⁴ Conferir a imagem no APÊNDICE N.

Horkheimer e Adorno (1947/1985) apontaram que “A base da evolução que conduz à mentalidade do *ticket* é... a redução universal de toda energia específica a uma única forma de trabalho, igual e abstrata, do campo de batalha ao estúdio cinematográfico” (p. 193). Se, como trabalho, trata-se da uniformização do modo de relação com a realidade e produção da cultura, da seriação e não-especificação, isso se reverte em uniformização da consciência, logo, na equivalência entre tudo aquilo que se lhe apresenta, objeto de seu trabalho idêntico. Diante da multiplicidade da realidade — quando ela ainda subsiste, pois o que é produzido o é no ritmo do idêntico —, a consciência limita-se a trabalhar de modo padronizado, repetindo esquemas iguais e abstratos. Dentre esses esquemas, encontra-se estampado nas manifestações do PBQQ um irrefreável pendor à enumeração, como é o caso dos depoimentos *E.BDB.14-6.6*, de um homem adulto falando do interior de uma igreja mostrando o altar do templo, e *E.HI.04-9.2*, gravado por uma mulher cercada por seus alunos em uma praça com uma igreja:

e o Brasil que eu quero é um país sem corrupção, com mais saúde, educação, mais respeito aos agricultores, professores, empresários e todos que trabalham, com ordem e progresso, e que as pessoas entendam que a nossa maior riqueza, nosso maior tesouro, somos nós, os brasileiros.

e o Brasil que eu e os meus alunos queremos para o futuro é um Brasil repleto de amor, paz e união e, principalmente, educação [assim como a professora, cada um dos alunos segurava uma placa, em cada uma dessas placas havia uma das seguintes palavras: “paz”, “educação”, “amor”, “união”, “humildade”, “esperança”, “respeito” e “carinho”; a última era a da professora].

Outro esquema habitual nos depoimentos foi a enumeração dos desejos como grandezas. As demandas se faziam acompanhar dos advérbios “mais” e “menos”, como pode ser observado em depoimentos anteriores e nos seguintes. Respectivamente, *E.JN.26-9.5* de uma mulher idosa em uma paisagem natural, *E.JN.26-9.7* de um homem adulto em uma ponte, *E.JN.27-9.4* de uma mulher adulta em frente a um monumento, *E.JG.19-3.6* de uma mulher idosa em um lago e *E.JN.25-9.1* de um homem adulto na orla de uma praia próximo a um monumento:

eu quero para o meu Brasil tranquilidade, mais educação, mais saúde e honestidade.

o Brasil que eu quero é um Brasil com mais igualdade social. Que os nossos políticos valorizem de fato aquilo que nós temos de bom no nosso país, que é o nosso povo, fazendo, assim, uma boa educação, uma boa saúde e um trabalho de qualidade na infraestrutura de nosso país.

e quero para o futuro do nosso país um governo mais justo, que possa fazer mais pelo nosso povo.

para o futuro do Brasil eu espero pessoas mais sinceras e com o olhar mais humano. Obrigada.

o Brasil que eu quero é um Brasil com mais respeito, com mais saúde, com mais educação. Sem preconceito, sem violência. Com mais justiça e igualdade social para todos.

Aquilo que, em princípio, deve ser discreto (justiça, igualdade, humanidade) é apresentado como contínuo (*mais* justiça, *mais* igualdade, *mais* humanidade), mas o caráter

altamente disseminado dessa conversão é sinal da pressão social para que todos deixem de imaginar esses aspectos como possibilidade materialmente fundamentada em sua substância íntegra e aprendam a se contentar com o avanço lento e gradual — muitas vezes reversível — nessas dimensões; é vestígio da contração da capacidade de pensar uma sociedade transformada (de pensar em nome da superação da sociedade atual) e da restrição a considerar, com o realismo dos limites impostos, somente modestas reformas, incrementos sutis e reduções ponderadas.

Esse esquema apresentou-se também na forma marcante da enumeração das reivindicações como grandezas em relações proporcionais umas às outras (diretas e inversas). O depoimento *E.CS.01-9.3* foi de um homem adulto diante de uma rua com um canteiro central:

e o Brasil que eu quero é um país com *menos* burocracia, *mais* [titubeia na confusão de “menos” e “mais”] democracia, *menos* corrupção e *menos* roubalheira. Que os nossos presidentes e governadores venham olhando para o futuro de novas gerações trazendo *mais* emprego, *mais* educação, melhorando a saúde.

Ocupa o papel da mediação do pensamento, da capacidade de relacionar os elementos que se mostram separados, a compreensão desses elementos como meras coisas que estão umas para as outras numa relação variável de grandezas. Assim enumerados, a relação entre esses elementos está simplesmente dada e ao sujeito resta sugerir que a diminuição da burocracia implica em crescimento da democracia, em uma redução da corrupção e da “roubalheira”, mas relações como essas tendem a falsear a realidade. Como observou Adorno (1943/2009), o “bicho-papão da burocracia... pode ser desenterrado sempre que um governo democrático centralizado tem que lidar com as sutilezas do direito racional e constitucional” (p. 128, tradução nossa), logo, a relação entre burocracia e democracia é mais complexa; na acusação contra a burocracia pode estar imiscuída uma reação contra a democracia enquanto uma forma política comprometida com o direito e seus pormenores fundamentais. O ataque à burocracia é, muitas vezes, máscara para o ataque das forças reacionárias ao direito, o mesmo direito cujos mecanismos e protocolos não podem ser simplesmente dispensados enquanto coibidores da corrupção estrutural, embora no depoimento conste uma relação direta entre a burocracia e a corrupção no sentido de que a diminuição de uma parece se reverter na redução da outra.

Nos depoimentos seguintes o mesmo esquema das reivindicações sociais como grandezas em relações proporcionais se deixa observar. *E.JH.11-6.2* foi o depoimento de um homem adulto mostrando um rio com vegetação ciliar e *E.JH.14-6.4* foi gravado por uma mulher adulta em frente a uma casa na árvore:

o Brasil que eu quero para o futuro é um país com mais educação, menos violência; é um país com mais saúde, menos corrupção; é um país com mais natureza — como nosso belo Rio [fala o nome do rio] preservado — e menos poluição.

o Brasil que eu quero é um Brasil com menos corrupção porque, com menos corrupção, nós vamos ter, menos impostos, menos desemprego, mais respeito, mais igualdade social; porque menos é mais [sorri].

O clichê com o qual a depoente conclui a frase (“menos é mais”) brinda à consciência reificada. Pretende-se fazê-lo passar por um argumento com força para justificar e explicar as relações espúrias estabelecidas, mas sua força advém do quanto ele é aderente por si mesmo, o quanto é repetido indiscriminadamente e se torna, por efeito de um fetiche, sucedâneo do significado, da reflexão e do conceito, amplamente compartilhado no senso comum, porque, proclamado por alguém, é capaz de acender nos outros o mesmo clichê autoexplicativo. O clichê ofusca a razão e, envolto por ele, reproduz-se, no caso daquele depoimento, a ideia de que é a corrupção que sobrecarrega os cidadãos de impostos e os condena ao desemprego. Uma tentativa de compreender a situação que assola a todos está contida em cada juízo como esse (em todos os depoimentos apresentados). O sujeito lança mão do que alcança para dar um sentido aquilo que se converte no puro sem sentido, mas o estado de *semiformação socializada* (Adorno, 1959/1996) deixa ao alcance dos sujeitos apenas essas formas prontas de (ir)reflexão, difunde o “juízo que se pode dizer desprovido de juízo, do poder de discriminação” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 188). Contudo, o oco de sentido não é inócuo politicamente, basta recordar que o tema da insatisfação com os impostos é frequente no alarido promovido por agitadores políticos de forças regressivas (consta, aqui, em depoimentos anteriores e subsequentes), permitindo assinalar o quanto a insistência em reproduzir argumentos como aquele reforça um estado regredido de mentalidade sintonizando-a com o repertório daqueles que venham assumir a frente dos movimentos reacionários explícitos:

Todo gasto pode aparecer como “excessivo e supérfluo [*despilfarro*]” para o pequeno homem que tem que pagar impostos sem ser capaz de ver como esse dinheiro funciona em seu proveito imediato. A mentalidade do contribuinte real ou supostamente sobrecarregado, e seu inerente antagonismo ao governo centralizado, são preciosas armas psicológicas da propaganda fascista. Uma sensação de injustiça vai envolvida no pagamento de impostos em um Estado anônimo que os recebe sem ser capaz de garantir as vidas daqueles dos quais recebe. (Adorno, 1943/2009, p. 128, tradução nossa)

Importante para determinar o caráter ideológico é constatar que a insatisfação em relação à carga tributária nunca desemboca na conclusão de que talvez fosse necessário, para desonerar o pequeno contribuinte, taxar as grandes fortunas e as grandes transações do capital.

Também foi como manifestação incubada contra a democracia em sua pluralidade que se identificou traços da mentalidade do *ticket* no depoimento *E.JN.01-9.4*, de um homem adulto falando em frente ao letreiro com o nome de sua cidade. Pacificamente, ele pedia por unidade no Brasil por meio de expressões vagas (“irmãos”, “cor partidária”): “o país que eu quero para o futuro é um país onde todos os brasileiros possam se sentir irmãos, onde a cor partidária não

divida uma nação tão bonita como o Brasil”. Nessa manifestação é possível reconhecer traços do estratagema da unidade que é, conforme Adorno (1943/2009), operado psicologicamente por agitadores reacionários em franca contrariedade com a objetividade:

A demanda psicológica de unidade conta mais que a existência real do caos. O próprio conceito de unidade, tal como se emprega nesse estratagema em particular, está privado de qualquer conteúdo específico. Exalta-se a unidade em si mesma como ideia. O formalismo desse ideal torna possível pô-lo sub-repticiamente à serviço dos propósitos mais sinistros.... O fascismo nutre o sentimento onipresente de toda pessoa de que não existe uma verdadeira solidariedade nesta sociedade, mas dirige esses sentimentos pelos canais de interesse muito específicos, antagônicos ao de solidariedade — o interesse de seu assunto. (pp. 57-58, tradução nossa)

No depoimento apela-se à força integradora da “nação bonita”. Para além da questão de saber se, psicologicamente, o desejo de que todos “possam se sentir irmãos” não se traduz como a demanda por um pai comum, ou seja, um líder, mais importante é destacar o segundo momento da manifestação que resume as disputas partidárias a uma questão de “cor”, desaprovando a divisão da bela nação brasileira resultante das diferenças partidárias. Na medida em que questiona as divisões representadas pelos partidos políticos — distinções democráticas legítimas — clamando pela unidade, está em risco uma instituição definidora da democracia, os partidos. O compromisso democrático de produzir um sentido comum não se encontra na supressão das divisões e diferenças, mas na unidade da diversidade, uma diversidade pacificada em uma unidade que não ameace. Na realidade contemporânea brasileira — o que inclui expressivamente o processo eleitoral de 2018, se bem que o anteceda e o suceda — o ideal da unidade na diversidade está distante e as forças que se enfrentam não podem ser reunidas porque os setores dominantes ameaçam a existência das minorias sociais; as oposições partidárias resguardam diferenças irreduzíveis e irreconciliáveis diante da constelação do poder atual, não se pode renunciar a elas. “Quanto mais firmemente a ideia de unidade última for estabelecida como ideologia, mais fácil será preservar qualquer tipo de desigualdade dentro da vida empírica”, escreveu Adorno (1943/2009, p. 60, tradução nossa). O sutil “diagnóstico” do depoente traz a deslegitimação dos partidos políticos e, no Brasil, a fragilidade de longa data e o declínio dessa instituição, a volatilidade do sistema partidário, é apontada como um dos impasses democráticos centrais (Miguel, 2004b, 2013; Ribeiro, 2004).

Outro esquema afeito à mentalidade do *ticket* verificado nos depoimentos é a transição automática entre conteúdos distintos. A seguir são apresentados o depoimento *E.BDB.11-6.4*, protagonizado por um homem jovem em uma rua com casas; *E.JN.27-9.8*, de um homem adulto em uma paisagem rural; e *E.BDB.07-9.7*, gravado por um homem idoso ao lado de uma ponte (o conteúdo deste foi apresentado em rimas musicadas enquanto ele tocava uma viola):

o que eu quero para o futuro é um Brasil com mais saúde, mais educação e que o preço do combustível abaixe porque, do jeito que tá, não dá.

e, claro, o Brasil que eu quero é um país sem fome, um país que possa se preocupar com a sustentabilidade, com a natureza, que se preocupe com o microempreendedor individual e com os microempresários e que possa também cobrar menos juros tanto nos bancos quanto na burocracia que a gente tem aí para abrir uma empresa aqui no país.

o Brasil que eu quero é esse: com asfalto [aponta para a estrada], com ponte [tocando a viola]. Quero um Brasil que respeite as nossas religiões/com mais cadeia de ferro para prender os ladrões/que saiam os políticos ruins e fique os políticos bons [esta frase é declarada cantando].

No primeiro depoimento cumpre somente assinalar a utilidade das formações da mentalidade do *ticket* para os produtos da indústria cultural e a ressonância entre opiniões e informações no escopo do PBQQ. A ênfase no combustível remontava à cobertura da alta do preço do diesel e da gasolina realizada naquele período pelos telejornais e acompanhada pela greve (“paralisação”) dos caminhoneiros em maio de 2018. O segundo depoimento surpreende: a dramática condição real da fome, apresentada inicialmente, converteu-se em uma espécie de credencial extensiva capaz de gerar forte impressão. Depois de escancarar as portas da consciência do público, ela certificou que permanecessem abertas com o apelo à natureza e à sustentabilidade e deu passagem segura às pautas econômicas do empreendedorismo individual com as quais a maior parte do depoimento se ocupou. Constatamos o princípio de equivalência que reina na sociedade do capitalismo tardio, rege a lógica da comunicação na indústria cultural e pretende completar a colonização da consciência por intermédio da reificação: “A grande imprensa diária é colagem, montagem de ‘notícias’: ‘a propaganda militar e o desodorante, a bomba nuclear e a fralda descartável, o assassinato em massa e a ração para animais domésticos se equivalem’”, escreveu Matos (2003, p. 57) citando H. Entzenberger. Quanto ao terceiro depoimento, cumpre ressaltar a passagem entre o pedido por respeito às religiões e, imediatamente pospostos, a demanda por “mais cadeia” alinhada ao punitivismo penal e o desejo de mudança política mobilizando o maniqueísmo “políticos ruins” *versus* “políticos bons”. Os depoimentos formaram um verdadeiro inventário de *slogans*.

A regressão da consciência implicada na mentalidade do *ticket* dispõe esta a prescindir da verdade. Os *tickets* não são argumentos, reflexões ou conceitos, embora possam, em alguns casos, por meio da manipulação técnica da linguagem, pretender se fazer passar por aquilo que é produto da razão. Eles clamam à ação imponderada, sem a vacilação do pensamento em busca da direção refletida. Eles são hermeticamente avessos ao conteúdo do pensamento verdadeiro, portanto, contra eles, o argumento, a reflexão e o conceito tendem a malograr ou mesmo obter o resultado oposto ao esperado, pois, ao escancarar a insuficiência intelectual que os permeia, atingem a insegurança psicológica de seus difusores, promovendo uma espécie de apego reativo aos *tickets* com os quais eles tiveram de se identificar mesmo sem acreditarem, e, portanto,

investindo o grande esforço psíquico da regressão autoimposta. Referindo-se à adesão ao “*ticket cultural*”, Löwenthal (1945-1946) afirmou:

Não é tanto que as pessoas acreditem nessas configurações de estereótipos, mas que elas mesmas se tornam apêndices estereotipados deste ou daquele grande monopólio cultural ou político. Razão, consistência, experiência pessoal não importam mais.... E essa contração da experiência genuína torna muito mais difícil neutralizar estereótipos distorcidos e falaciosos. O monopólio cultural, integrando uma inteira cadeia de atitudes, exercita ele próprio um impacto psicologicamente terrorista ao qual o indivíduo cede. (p. 7., tradução nossa)

Descreveu-se a pressão psicológica exercida pelo PBQQ sobre a audiência como manifestação de um monopólio cultural em busca de reafirmar seu alcance e fazer autopropaganda, bem como a intenção de, ao forjar a identificação do público com a iniciativa, tornar as pessoas respondentes apêndices estereotipados de si. Na análise dos depoimentos não cabe perguntar-se sobre o quanto os depoentes acreditavam no que disseram ou mesmo o quanto confiavam nos intentos repetidos pelo PBQQ. O empreendimento é significativo enquanto registro da necessidade objetiva dos aparatos da dominação, dentre eles a indústria cultural, de reafirmar a obrigação dos indivíduos de infligirem a si mesmos o abandono da razão, da consistência e da experiência envolvidos na *representação da identificação* e na *encenação do entusiasmo* (Adorno, 1951/2015) exigidos das pessoas com aquilo que é falso como uma forma de manutenção da dominação social e política na ordem tomada pelo princípio econômico automatizado. É quase como um chiste visual, no depoimento *E.JN.28-9.1*, que se manifestou a indiferença quanto ao conteúdo, a falta de expectativas reais quanto ao PBQQ e sua evidente inverdade. O depoimento foi declarado por um homem adulto na orla de uma praia na forma de um poema: “falo aqui de [nome da cidade terminado em “-al”]/uma cidade mais que especial/que hoje a violência conhece de perto./Por isso, eu digo: certo,/essa violência eu não quero mais não,/e o que eu quero para o futuro do Brasil/é mais segurança, menos corrupção”. Não obstante o animado e esperançoso tom de sua manifestação, o depoente vestia uma camisa na qual podia-se ler, em inglês, a frase: “Eu não espero nada [*I don't expect anything*]”.

Se os próprios depoentes acreditavam, ou não, no que falavam é algo difícil de determinar e, talvez, desnecessário. No entanto, com o procedimento de respaldar com informações as opiniões apresentadas, o telejornalismo da TV Globo contribuiu para o enrijecimento das pessoas em seus próprios juízos pré-formados, não apenas dos depoentes, mas de todos os que se sentiam representados pela profusão de asserções divulgadas, e não somente em relação aos conteúdos em questão, mas sancionando a própria atitude de devoção às opiniões em geral — uma tendência disseminada na realidade. Investindo-as de alguma legitimidade, elas são promovidas e sua utilidade como veículo massificado de interesses políticos e econômicos (que não é nova) tem sido cada vez mais empregada nas disputas por poder com sofisticados meios

técnicos de difusão, embora as técnicas psicológicas sejam antigas — isso não as tornam menos perigosas, ao contrário, certifica que os pontos visados por essas técnicas são eficazes. Como exemplo da utilidade das opiniões para os interesses econômicos — e como manifestação de sua função ideológica — é possível citar o depoimento *E.JN.28-9.3*, exibido no primeiro bloco da edição de 28 de setembro de 2018 no *Jornal Nacional*. Seu enunciador foi um homem de idade adulta falando com uma paisagem natural ao fundo. Em resposta ao PBQQ, ele disse:

O que eu quero para o meu país? É um país mais justo, com muito mais dignidade. Um país onde os políticos, que eleitos são, amem o país, assim como nós, eleitores, amamos. Que cada voto é a esperança de melhores dias; é a esperança de mais recursos aplicados a nosso favor. Que os políticos valorizem o nosso voto e amem o nosso país. É o que eu quero para o meu Brasil.

É a presença de valores emotivos vagos receitados como solução política partindo de premissas infundadas (os eleitores amam o país) que aproxima o conteúdo dessa manifestação da mentalidade do *ticket*. O pedido por “recursos aplicados a nosso favor [dos eleitores]” ressoava numa série de notícias do bloco seguinte do programa. Tratou-se, em uma das notícias, do balanço das contas da união do mês anterior afirmando que “Em agosto, o governo federal, estados, municípios e empresas estatais fecharam no negativo com quase 17 bilhões de reais, sem levar em conta o pagamento de juros” e que a dívida pública havia passado de 5 trilhões de reais. Em seguida, outra reportagem tratava da arrecadação de 6,8 bilhões de reais em um leilão de “quatro áreas de exploração do pré-sal”; três dessas áreas foram compradas por empresas estrangeiras e a estatal Petrobrás “foi a única interessada” na outra área. Noticiou-se, ainda, o número de 12,7 milhões desempregados no Brasil e a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica de manter a bandeira vermelha para o mês seguinte com uma tarifa mais alta no cálculo do valor das “contas de luz” (Bonner & Kamel, 2018 Set 28). O conjunto das notícias delineia a imagem do país cujos “estados, municípios e empresas estatais” estavam assombrosamente endividados, com um alto número de pessoas desempregadas e cobrando caro dos consumidores por um produto fundamental, revalidando “a esperança de melhores dias” contida no depoimento e a falta de recursos aplicados em favor dos brasileiros (dos eleitores). Porém, o pacote com os índices da situação problemática insinuava indiretamente a solução. Logo após o saldo negativo apresentou-se uma fonte de arrecadação: a venda de áreas de exploração do pré-sal para empresas estrangeiras com um sutil desdém pela porção comprada pela Petrobrás marcando que ela foi a única interessada na área adquirida; um produto com apenas um interessado em um leilão parece pouco promissor para todos. A solução subentendida ajusta-se aos interesses dos grandes monopólios econômicos e de forças políticas alinhadas a eles e isso é feito sem depreciações ruidosas da empresa estatal ou exaltação do capital estrangeiro, mas o entendimento é cuidadosamente guiado e permanece rente à lógica

da realidade dada, como a mais adequada conclusão, a única possível. Isso confirma a coerência da configuração de mentalidade presente nos juízos dos depoimentos em relação ao ordenamento da realidade preparado nos produtos noticiosos; o tipo de direcionamento da consciência heterônomo, mas subtil, descrito por Marcuse (1965/1970):

De fato, a decisão entre opiniões opostas é tomada antes de sequer começar a apresentação e a discussão — tomada não por conspirata, por patrocinador ou dono do jornal, ou pela ditadura, mas pelo “curso normal dos fatos”, isto é, o curso dos fatos administrados e pela mentalidade modelada pelo próprio curso. Aqui, igualmente, é o todo que determina a verdade. Em seguida, a decisão toma-se por si mesma, sem qualquer violação flagrante da realidade, em coisas tais como a disposição da matéria nas páginas do jornal (com o fracionamento de informações vitais em trechos entremeados em matéria estranha e itens irrelevantes, relegando-se as notícias radicalmente negativas a algum canto obscuro), na justaposição de magníficos anúncios com horrores nus e crus, na interrupção das irradiações de fatos pela introdução da massa dos comerciais. O resultado é a *neutralização* dos opostos, uma neutralização, contudo, que ocorre sôbre o firme terreno da limitação estrutural da tolerância e dentro de uma mentalidade preformada. (p. 102)

Como indicado, o PBQQ operou como um mecanismo para inflar as opiniões a despeito de seus conteúdos específicos. Há uma relação entre isso e o reforço da mentalidade do *ticket* na indiferença desta para com conteúdos determinados, ela não reconhece a “incompatibilidade das ideologias” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 191) e, quando evoca algo nesse sentido, o faz como ideologia, acentuando o simulacro da diferença naquilo que não admite real diferença. Há uma intercambialidade entre *tickets* e ela sim, mais do que os *tickets* em particular, é ferrenhamente defendida em favor da mentalidade do *ticket* em geral. Essa defesa é feita, como esperado, utilizando-se *tickets*, dentre os quais acha-se a tolerância, como no depoimento *E.JN.12-6.5*, de um homem adulto em frente a uma queda-d’água: “o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde as pessoas tenham mais tolerância umas com as outras quando têm opiniões diferentes no atual cenário político”.

A função repressiva da mentalidade do *ticket* pode ser ilustrada a partir desse depoimento de aparente inofensividade que insta pela tolerância e nivela as diferenças e conflitos políticos a “opiniões diferentes”. O “atual cenário político” (de 2018 e antes dele, mas também de 2022) não é marcado por “opiniões diferentes”, mas por embates, ameaças e violência. Alheios, ou indiferentes, à materialidade opressora desse “cenário”, às manifestações e aos indícios de barbárie, os pedidos por tolerância abençoam o intolerável. Sua função é fazer a consciência aceder, seja lá qual for a violência implicada em certo juízo sobre a política, por isso, sua propaganda é nefasta. A tolerância se torna um argumento em favor do indizível, uma cláusula evocada contra quem se opõe à violência e o faz energicamente (diferentemente do tom ameno dos depoimentos supracitados). Não é só por alheamento ou indiferença que se difunde uma ideia como essa; no PBQQ ela cumpriu papel central atendendo ao interesse de assegurar o livre

trânsito de opiniões no qual a TV Globo pôs-se como semáforo. O rogo por tolerância com opiniões divergentes reverte-se em defesa do PBQQ que, afinal, erigiu como objetivo “divulgar todo tipo de exigência cidadã” no ano eleitoral, fazendo “com que fossem ouvidas pelos candidatos” (Bonner & Kamel, 2018 Set 29). Sob a aparente liberdade de opinião (a tolerância com as “opiniões diferentes”) a TV Globo exerceu seu poder discricionário sobre as “exigências cidadãs” com critérios próprios e liberdade de conveniência, oportunidade e conteúdo.

Em atenção ao ordenamento democrático e ao esclarecimento geral, certos depoimentos que foram apresentados (e outros que ainda serão) não deviam ter sido investidos da legitimidade proporcionada por sua exibição. Entretanto, a iniciativa como um todo era ajustada à mentalidade do *ticket* (Löwenthal, 1945-1946; Horkheimer & Adorno, 1947/1985) e à função repressiva da tolerância pura (Marcuse, 1965/1970). Não eram o ordenamento democrático nem o esclarecimento as prioridades, mas a manutenção do “domínio de meios de comunicação monopolistas — em si mesmos meros instrumentos do poder econômico e político...” (p. 100). Por meio desse domínio “cria-se uma mentalidade para a qual são definidos o certo e o errado, o verdadeiro e o falso, em todos os casos em que afetem os interesses vitais da sociedade” (p. 100). Por sua vez, em atenção à democracia e ao esclarecimento

A tolerância, contudo, não pode ser indiscriminada e igual com respeito ao teor da expressão, nem em palavra nem em ato. Não pode proteger falsas palavras e falsos atos que contradizem e combatem as possibilidades de libertação.... A sociedade, porém, não pode ser indiscriminatória nos casos em que estão em perigo a pacificação da existência, e a própria liberdade e felicidade: nesse caso, certas coisas não podem ser expressadas, certas políticas não podem ser propostas, certa conduta não pode ser permitida sem transformar a tolerância num instrumento de continuação da servidão. (p. 93)

3.4.2 *Indignação, cólera e ressentimento*

Indicou-se que o *slogan* “Que Brasil você quer para o futuro?” com o qual o PBQQ interpelou o eleitorado visava particularmente às feridas sociais de maneira que, desde muito cedo no seu curso, a iniciativa atuou como um catalisador das insatisfações sociais para as quais a realidade oferece motivos objetivos e que habitualmente encontram repercussão e conformação específica na indústria cultural. A insatisfação social tem razões materiais antes de encontrar suas razões e racionalizações subjetivas, portanto, ela não é infundada nem simplesmente produto do irracional e da manipulação, mas na passagem pelo filtro da indústria cultural o que interessa é o falseamento das bases objetivas e a redução ao subjetivo. Na agitação

política, a insatisfação social é mobilizada, em particular, por intermédio de um estratagema dedicado à liberação emocional (Adorno, 1943/2009). Nesses casos, o ressentimento e o sentimento difuso de indignação e cólera são incitados ao mesmo tempo em que a reificação da consciência aprisiona a capacidade de reflexão crítica sobre os impasses sociais.

Os depoimentos reunidos neste núcleo, *Indignação, cólera e ressentimento*, não configuram um conglomerado ideológico delimitado no sentido da definição operacional oferecida antes na medida em que não designam um fragmento da realidade (um tema) mais ou menos circunscrito, e sim um modo abrangente de manifestar questões diversas, insatisfações variadas, conquanto será discutida uma fonte especial de indignação, cólera e ressentimento no próximo tópico — *Sobrepondo sujeitos sociais e suas desigualdades ou o campo como agronegócio* —, ela sim um conglomerado ideológico específico. Como é o caso de outros aspectos identificados nos depoimentos, os traços de indignação, cólera e ressentimento não se restringem às manifestações aqui arroladas, antes, seus vestígios poderão ser observados nos outros conglomerados propriamente ditos e parecem ser difundidos — possivelmente porque são amplas as bases sociais e econômicas que lhes fornecem matéria.

Pode ser observada uma modulação no tom desse tipo de manifestação. No depoimento *E.JN.29-9.2*, um homem adulto demonstrou sóbrio desgosto: “o Brasil que eu quero é um Brasil com mais política social. Um Brasil onde os políticos olhem um pouco mais para a classe pobre, pro povão em massa mesmo, que é o que coloca eles lá em cima e é o que não está acontecendo”. O conteúdo de sua manifestação reivindicou, democraticamente, por “mais política social”, embora o qualificador seja quantitativo e o pedido não se deixe acompanhar por nenhum objeto específico de tais políticas. É identificada a alusão do depoente à organização social na forma de classe e a menção à base pauperizada desse ordenamento, bem como a cisão entre o poder político e a base desse poder que deveria ser representada. As questões se exprimem com uma generalidade que imprime certa vacuidade no depoimento, a qual guarda o perigo de ser preenchida por aspectos regressivos que também conclamam o “povão em massa” em um clima cultural opressor, mas ao menos são conservados os traços característicos da organização social capitalista e uma saída democrática.

Por sua vez, o depoimento *E.JH.13-6.1*, de um jovem de um município do interior, tendia a um tom de desgosto. Aludindo ao cenário no qual se encontrava — uma quadra para prática de esportes em condições deterioradas —, ele disse: “o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil com mais investimento em infraestrutura e que uma das nossas únicas opções de lazer não sejam abandonadas dessa maneira [mostra com a mão a quadra atrás de si]”. Há uma objetividade prosaica do problema — com “prosaica” não se pretende fazer um mero juízo de

valor de sua relevância, mas situar de algum modo as demandas apresentadas. O que toca o sujeito é uma questão de seu cotidiano e isso é relevante porque seu juízo toma por objeto algo com o que tem contato e que lhe é caro a ponto de sua privação ser traduzida na forma de desgosto. Porém, ao ser formulada como um impasse político no escopo do PBQQ a problemática se mostra como a ausência de investimento em infraestrutura no Brasil e comunica a sensação de abandono, emocionalmente mais apelativa, pois evoca o desamparo. Na vida política, desse sentimento parece se nutrir o populismo, o paternalismo e outras formas de tutela que se dirigem aos elementos realmente negligenciados ou desprezados, mas cuja solução ou intervenção remediadora — mesmo a simples evocação em campanha — tem impactos sensíveis e instantâneos na vida das pessoas e significativo efeito eleitoral.

São semelhantes os depoimentos *E.BDB.11-6.2* e *E.JN.25-9.4*. No primeiro, um homem adulto se manifestou sob chuva em uma estrada sem cobertura asfáltica dizendo: “o que eu quero para o meu país é que as cidades tenham melhor acesso e tenham estradas de boa qualidade porque nós [cita o adjetivo gentílico] não merecemos passar nove quilômetros em uma hora [aponta para a estrada alagada atrás com o carro parado diante de uma grande poça]. Valeu”. O segundo depoimento, também de um homem adulto, diante de uma obra pública inacabada, afirmou: “Esta é uma obra do posto de saúde [cita o local] inacabada. Uma obra que era para terminar 2015; até hoje está inacabada. Este é um Brasil que eu não quero ver”.

Diversas carências materiais — por vezes reunidas em um mesmo bloco de depoimentos e concatenadas às notícias formadas por material similar — repetem a imagem de um país sucateado; a questão da precariedade da rede viária brasileira como um todo é uma notável constante. Não é objetivo questionar a apresentação dessas carências nem nos depoimentos nem no telejornalismo, o conhecimento público delas é crucial, mas são relevantes o modo como são apresentadas e suas implicações políticas. Como discutido, a seleção e a ordem têm influência, mesmo quando os fatos são verdadeiros (Horkheimer, 1972/1986). Por exemplo, os marcadores temporais evocados, como a menção ao ano de 2015 no segundo depoimento, merecem atenção enquanto conectam cada situação (e cada imagem delineada) a um momento político determinando, no caso em questão, o período do PT no poder, no segundo mandato (interrompido) da Presidenta Dilma Rousseff.

Se é permitido aludir às considerações de Adorno (2019/1950) sobre a personalidade autoritária, são observadas semelhanças entre esses juízos de sóbrio desgosto e desgosto moderado e o fenômeno do ressentimento superficial de “pessoas que ‘se agrupam’ em torno de motivações mais ou menos racionais...” (p. 533) cujas opiniões nem sempre parecem excessivamente libidinizadas, ou seja, não evidenciam no tônus afetivo apego psicológico

acentuado, e “geralmente mantém um certo nível racional ou pseudoracional” (p. 534), mas que formam um amplo setor que pode servir de base para movimentos políticos reacionários.

Diferente do tom de desgosto é uma modulação mais “manifestante” — possivelmente mais libidinizada — como no depoimento *E.HI.03-9.1*, de um homem adulto segurando a bandeira brasileira, ostentando uma medalha no pescoço⁶⁵ e usando um chapéu “típico”: “o Brasil que eu quero [balança a bandeira] é o Brasil onde governante e governado vote consciente, ou seja, pense na hora de votar. Não adianta, depois, reclamar do leite derramado. Aqui atrás tem uma mazela [aponta para a obra inacabada/abandonada ao fundo]; quem é o culpado: governante ou governado?”. Embora inste pela consciência e pelo pensamento, a máxima sobre o “leite derramado”, na qual consta certa censura, por parte do depoente, ao ato de reclamar dos representantes políticos depois de eles terem sido eleitos, entra em conflito com a prerrogativa formalmente assegurada na democracia de pôr em questão as ações dos representantes durante o curso de seus mandatos, um direito político, afinal, os governantes ocupam um lugar que não lhes pertence (no sentido de posse) e a soberania popular, tencionada (mesmo que de modo restrito) por alguns dispositivos institucionais, confere aos cidadãos não só o direito de reclamar dos governantes, mas, inclusive, de “revogar seus mandatos se não cumprirem o que lhes foi delegado para representar” (Chauí, 2010, pp. 149-150). A responsabilidade política coletiva sobre os problemas sociais (a “mazela”) é apresentada como culpa e deixa-se em aberto o depositário dessa culpa na forma de uma dicotomia problemática em uma sociedade democrática, governante *versus* governado. Essa dicotomia reflete o estranhamento real entre a política governamental e os cidadãos de modo geral, mas ela precisa ser problematizada, e não fixada. O raciocínio como um todo é revestido de personalismo e demonstra a dificuldade de pensar os processos em termos sociais, políticos e econômicos.

No depoimento *E.HI.05-9.1* observa-se o mesmo tom manifestante, mas com outros desdobramentos; trata-se de um homem idoso que disse, com um rio ao fundo: “o Brasil que eu quero, é que todo mundo preservasse os rios e as nascentes igual nós preservamos e que todos os políticos brasileiros vivessem com salário-mínimo igual nós vivemos”. A questão da preservação dos rios contém uma autoafirmação, no sentido de endereçar ao outro uma demanda com a prerrogativa de que a própria parte foi feita; cabe considerar um provável narcisismo nessa autoafirmação e uma lógica *nós versus os outros* (*ingroup-outgroup*) bastante explorada politicamente. O conteúdo da segunda parte do depoimento redefine a aparente amenidade do tema da primeira parte: há uma discreta lógica revanchista inscrita no desejo

⁶⁵ Narcisismo e nacionalismo (um de seus derivados coletivos) aparecem estampados imagetivamente.

figurado de que os políticos sintam na pele, por assim dizer, o que o povo vive; os representantes políticos deveriam ser nivelados a mesma condição do brasileiro médio, deveriam passar tão mal quanto o povo. Se aí encontra-se, além de uma denúncia não elaborada dos privilégios de que goza parte da classe política, a importante contestação de uma situação na qual o mínimo assegurado, na forma de salário, é insuficiente para a vida, a denúncia aparece irmanada à dificuldade de formular que o decisivo é assegurar condições suficientes de vida digna para todos, questionando a ordem social que submete a maioria das pessoas ao mínimo insuficiente. No depoimento, a miséria afirma-se como o intransponível ao qual todos devem, igualmente, ser submetidos e ela é o teste de aptidão para os representantes políticos.

A mais destacada modulação da cólera e do ressentimento, por meio da qual identificou-se inicialmente esses elementos, é o tom indignado. O depoimento *E.JN.24-9.1*, de um homem adulto que escolheu como cenário uma rodovia deteriorada, continha a mensagem: “poderia estar mostrando as belezas da minha cidade, mas eu seria muito hipócrita em deixar a realidade de lado. Esse é o Brasil que eu não quero para o futuro [aludindo à rodovia]. O Mato Grosso pede socorro!”. A integração da revolta vê-se estampada nesse depoimento; ele contém uma reprovação da demanda apresentada pelo PBQQ de mostrar um lugar belo, apontada indiretamente pelo depoente como hipócrita. Ao contrário, ele apela para a realidade e o caráter afirmativo do *slogan* “O Brasil que *eu quero*” é alterado para a forma negativa “o Brasil que *eu não quero*”. Tal modificação está presente em depoimentos citados anteriormente e poderá ser identificada em outras manifestações mencionadas adiante. Trata-se de um mecanismo muito utilizado e, como foi discutido, sua possibilidade já estava implícita no *slogan* e sua prescrição esquemática pode ser encontrada desde as chamadas do PBQQ. Esse mecanismo é conveniente às demonstrações da cólera e do ressentimento. Ele consta no depoimento *E.JN.24-9.7* de uma mulher adulta cuja fala foi gravada em um hospital público; na imagem havia grande fluxo de pessoas e uma fila de macas ocupadas por pacientes dispostas no que parece ser um corredor. Diante dessa imagem, a mulher disse: “Eu estou falando de dentro do hospital [cita o nome do hospital]. Eu não quero esse Brasil para mim, para você, nem para ninguém. Olha aí a calamidade das pessoas. É isso que o Brasil está nos oferecendo, vejam aí”.

Esses dois depoimentos, apresentando, respectivamente, a ideia do estado que pede socorro e das pessoas em situação de calamidade, foram, ambos, veiculados no mesmo bloco da edição do dia 24 de setembro do *Jornal Nacional*. Nesse dia, da análise do conjunto de notícias sobressai uma situação cataclísmica sintonizada com o tom alarmista desses depoimentos. No primeiro bloco, logo após a apresentação das pesquisas sobre intenção de voto, índice de rejeição de candidatos e simulação de cenários das disputas em um provável

segundo turno, e depois de apresentar a agenda política diária dos candidatos à presidência da república — Marina Silva (REDE), Geraldo Alckmin (PSDB), Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT) e Henrique Meireles (MDB) —, o telejornal noticiou o crescimento da dívida pública como “grande endividamento do governo”, com aumento de “quase 37 bilhões de reais em um mês” e a alta do dólar com a “diminuição dos gastos do brasileiro no exterior pelo terceiro mês seguido”. No segundo bloco, dentre outros fatos, noticiou-se a apreensão pela polícia do Rio de Janeiro de “integrantes de três grupos de milicianos que aterrorizavam pessoas na região metropolitana”, destacou-se o “clima de consternação” pelo incêndio do Museu Nacional e apresentou-se uma reportagem sobre um evento de entidades privadas discutindo educação na qual era mencionada a “crise na Educação” e a “insuficiência do Brasil” (Bonner & Kamel, 2018 Set 24). Diante da ameaça econômica pelo endividamento, das cifras bilionárias capazes de aterrorizar qualquer espectador, da redução do poder de compra, do terror da criminalidade, da consternação pelo incêndio de um patrimônio nacional e da crise e insuficiência brasileiras na educação, o pedido de socorro e a confirmação da situação de calamidade encontrados nos depoimentos foram inflados, ao mesmo tempo em que alimentaram o cenário total subentendido nas notícias. Apresentou-se somente as notícias em cujo centro está o Brasil, mas havia outras matérias mobilizando o medo difuso, com fontes múltiplas, que engrossava o estado de crise⁶⁶.

É típico da técnica do terror político a “asserção direta ou indireta de que uma catástrofe é iminente, de que a situação é desesperada e que se alcançou o ápice da crise, de que urge realizar-se imediatamente alguma mudança” (Adorno, 1943/2009, p. 75, tradução nossa). Na sociedade industrial do capitalismo tardio é possível que esse aspecto tenha sido propalado, em formas mais indiretas, sobretudo na indústria cultural — embora se deixe verificar em formas diretas —, como um modo de disseminar a violência, tanto mais necessária quanto mais tal sociedade, em contrariedade com a possibilidade de transformação produzida por suas bases, quer manter-se tal como é (Adorno, 2013); o freio é o terror e ele tem a feição revoltosa porque é concomitante ao potencial revolucionário. Com vistas à ação imediata diante de um estado de urgência, tal técnica dá vazão, nas pessoas, à aceitação de qualquer meio; ela demanda justamente um clima de descontentamento e de insegurança social, que se traduz em insegurança psíquica e — o que é particularmente necessário sublinhar para o caso dos depoimentos em análise do PBQQ — “conta com seguidores que estão profundamente descontentes e são inclusive indigentes. Sua situação objetiva poderia possivelmente convertê-

⁶⁶ Conferir APÊNDICE G.

los em revolucionários radicais” (p. 77, tradução nossa). Esta possibilidade é, entretanto, prevenida por movimentos políticos regressivos que, ao mesmo tempo em que promovem a propaganda do estado de crise (e não é que esta não exista) apoiando-se no descontentamento, desviam “as tendências revolucionárias para sua própria linha de pensamento, para os seus próprios propósitos” (p. 77, tradução nossa)⁶⁷. É imprescindível a isso a consciência reificada, o tamponamento de qualquer vestígio da consciência de classe, pois, “em estado de crise, a energia da luta de classes, alienada de seu objetivo primário, pode ser usada contra” “as minorias indesejadas” ou “os politicamente inconformistas” (Adorno & Jaerisch, 2021, p. 102).

O alarmismo deriva de um realismo exagerado e, nesse aspecto, é possível notar que as manifestações de cólera e ressentimento são tomadas de tal forma pelo existente ruim, o qual pretendem denunciar, que terminam se manifestando em favor das condições degradadas, pois elas são investidas de um terrorismo que paralisa o indivíduo, elas se tornam tão poderosas (e já o são objetivamente) que acabam conduzindo à conclusão de que nada poderia combatê-las a não ser o poder como mais-terror. A democracia, materialmente fragilizada, é vista como inepta; não é ocasional que manifestações com essa tonalidade sejam acompanhadas pelo pedido por ordem, que certamente não é a ordem democrática. Cumpre seu papel a ideologia como duplicação da realidade (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, 1568/1978; Adorno, 1981/2020). Os aspectos atemorizadores da realidade são organizados e devolvidos às pessoas — duplicados — para subjugar-las ainda mais, seja por se converterem em apelo ao que é ainda pior como esperança de remediar o ruim, seja na ratificação da impotência, na paralisia forjada com base na apresentação contínua das ameaças com o objetivo de impedir um verdadeiro conflito, um aspecto característico da indústria cultural:

O olhar da objetiva, que projetou os conflitos já vistos sobre a fita corrediça, zela para que os conflitos não sejam conflitos. Na medida em que as imagens são arranjadas numa ininterrupta sequência de movimentos fotografados, elas já são, de partida, simples objetos. Subsumidas e impotentes, elas simplesmente passam. (Adorno, 1981/2020, pp. 169-170)

É característico dos depoimentos nos quais há traços de cólera e ressentimento esse arranjo dos conflitos sequenciados, embora não seja uma especificidade deles. É como se os sujeitos, incapacitados de refletir sobre os limites dessa realidade, encontrassem como saída

⁶⁷ Nunes (2022) captou parte desse mecanismo como a elucidativa expressão “gestão por meio de crises” (p. 60), porém, ao conectá-lo com certa particularidade ao neoliberalismo como seu “maior dispositivo disciplinar” (p. 60), por meio do qual esse sistema aferraria a coerção econômica e reativaria seu mito fundador das décadas de 1970 e 1980 — o mito “de ser a cura racional e tecnocrática para os excessos de um período precedente, e que o isenta de qualquer debate e o torna a única alternativa possível” (p. 60) — o autor perde a dimensão histórica de que a “referência à condenação iminente, e em especial a uma catástrofe mundial iminente, é muito mais antiga que a sociedade industrial” (Adorno, 1943/2009, p. 76, tradução nossa). É nesse solo firme do medo arcaico que tal dispositivo retira sua estabilidade e seu alcance.

enumerar colericamente os problemas com o intuito de dirimi-los. Subsumindo a especificidade de cada impasse e, conseqüentemente, a possibilidade de encontrar nessa especificidade a totalidade que os liga, tais impasses se projetam como uma torrente que se volta contra os próprios sujeitos, contra todos, reiterando a impotência. Nos depoimentos listados adiante, *E.JN.27-9.2*, *E.JN.27-9.1* e *E.JN.27-9.7*, esse mecanismo encontra-se imbricado. Os dois primeiros já foram citados com outro objetivo, mas podem ser retomados:

Eu vou dizer pra vocês o Brasil que eu quero. Eu não quero um Brasil que tenha aí quase treze milhões de desempregados e que 80% das escolas públicas não tenham um laboratório e que 65 [%] das escolas públicas não tenham uma biblioteca e, por causa de um mosquito, venha desestabilizar todo o nosso sistema de saúde. Vamos tirar nossa saúde pública da UTI e acabar com essa desigualdade. E vamos fazer também prevalecer também a ordem e o progresso.

O Brasil que eu quero é um Brasil em que as pessoas não morram nos corredor dos hospitais públicos. E esse aqui também, ao fundo de mim, é a avenida do CPA, é uma avenida que era cheia de árvore, florida, e que, infelizmente, rancaram para fazer o tal do VLT e que nunca ficou pronto. Infelizmente.

O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil com mais educação, segurança, mais oportunidade para os jovens e com menos corrupção. Pelo amor de Deus, eu não aguento mais tanta corrupção nesse país!

Seja na ponta tempestuosa e enraivecida, seja na ponta dorida e consternada de um gradiente emocional esquemático, enquanto reações congeladas pelo PBQQ e dirigidas ao público esses depoimentos mencionados parecem fazer coro com a *liberação emocional* da indignação, da cólera e do ressentimento como um estratagema, para usar a expressão de Adorno (1943/2009), uma técnica psicológica na qual o orador exhibe e recomenda um padrão de conduta que é “simulação de espontaneidade e individualidade não manipulada” (p. 16, tradução nossa). Novamente, trata-se menos de identificar tal simulação ou semelhante intenção na pessoa dos depoentes, embora em alguns casos elas possam existir, e mais de como, com base no material selecionado do público, o PBQQ estipulou essas performances cujo “emotivismo se limita a ser um modelo da conduta que ele deseja que seus ouvintes desenvolvam por imitação” (p. 17, tradução nossa)⁶⁸. Ao contrário do que inadvertidamente pode sugerir a ideia de liberação emocional, não há real liberação de nada, mas manipulação; não há “um prazer ou disfrute reais, mas somente a liberação do sentimento da própria

⁶⁸ Este e outros estratagemas porventura mencionados no texto — como a transição associativa mencionada no item 3.3.1 e o estratagema da “hora final” presente da discussão sobre a mobilização da crise — pertencem ao repertório de técnicas utilizado por um agitador fascista atuante por meio do rádio dos Estados Unidos, Martin Luther Thomas, repertório analisado por Adorno (1943/2009). O “ele” da citação refere-se, no texto original, a Martin Luther Thomas; neste texto, o “ele” remete-se ao PBQQ. Esta nota visa evitar o equívoco de sugerir que Adorno (1943/2009) teria se referido ao PBQQ, o que seria despropositado, mas o deslocamento da citação para o material aqui analisado foi deliberado, no sentido de sugerir a proximidade entre o arsenal de estratégias de um agitador fascista e os recursos do PBQQ.

infelicidade e o logro de uma gratificação retrógrada a partir da imersão de eu dentro da comunidade” (p. 18, tradução nossa).

3.4.3 Sobrepondo sujeitos sociais e suas desigualdades ou o campo como agronegócio

Identificou-se uma fonte particular de manifestações de indignação, cólera e ressentimento. Tais manifestações parecem conformar um conglomerado ideológico delimitado. Trata-se de depoimentos enunciados por pessoas que se identificaram como trabalhadores(as) do campo e/ou falaram em nome de pautas dessa realidade. Aquela mesma modulação de tons pode ser notada nesse núcleo específico. O sóbrio depoimento *E.JN.25-9.6* foi gravado por um homem idoso de um município do interior da região sudeste cuja base econômica é a agropecuária: “o Brasil que eu quero para o futuro é que o governo dê apoio ao produtor rural, ao pequeno produtor. Esse é o Brasil que eu quero”. Em tom de oração, uma mulher adulta jovem de um município da região sul, cuja economia é de base agrícola, respondeu assim ao PBQQ no depoimento *E.BDB.13-6.2*: “eu peço por um país que valorize os agricultores que cultivam a terra todos os dias para produzir o alimento. Peço também pelos caminhoneiros que transportam o alimento até a mesa de todos os brasileiros. Que o preço dos combustíveis seja mais justo”. Esse depoimento permite assinalar, uma vez mais, a relação de retroalimentação entre opinião e informação por sua coincidência com as notícias sobre a alta no preço do diesel e da gasolina e a marcante greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018, finalizada apenas duas semanas antes do depoimento em questão ir ao ar, permitindo observar como a programação velava para continuar a ressoar o fato. A ideia de valorização do trabalhador do campo contida nesse depoimento foi recorrente.

Um homem adulto, representante de um município da região nordeste, gravou o depoimento *E.JN.14-6.1* caminhando em uma plantação acompanhado por outro homem que estava montado em um jegue; no vídeo, ele disse: “o Brasil que eu quero é um Brasil que o povo valorize mais os agricultores. Aí ó, desde quatro horas da manhã que nós estamos aqui passeando com o [palavra incompreensível] e limpando mato”. Além da mesma noção de valorização, a realidade do tempo de trabalho no campo encontra-se estampada no depoimento *E.JN.23-3.3*, pronunciado por um homem adulto tendo como imagem ao fundo um pasto com bovinos se alimentando: “o Brasil que eu quero é um Brasil que valorize a agropecuária, que valorize o produtor de leite que acorda às quatro e meia da manhã para levar o leite para toda

família brasileira”. Tendo, em primeiro plano, como cenário preparado para seu depoimento, uma mesa com produtos agrícolas (mandioca, abóbora e milho), o depoimento *E.BDB.22-3.4* foi de um homem idoso que disse “eu quero um país que valorize e priorize quem trabalha e produz alimentos”. O último desses depoimentos citados contém de modo medular a representação associada à ideia de valorização. Não é casual que advenha de valor, pois o que está em questão é o trabalho, e não qualquer trabalho, mas a recompensa real ao trabalho manual árduo (formulada em termos de valorização e prioridade), como é o caso dos trabalhadores do campo, em especial dos pequenos produtores. Pode-se questionar o quanto está à sombra dessa representação a desvalorização e o preterimento de quem não trabalha (no sentido dos que seriam desocupados), conquanto seja racional a demanda pela remuneração justa.

A baixa remuneração foi tematizada pelo depoimento *E.JG.11-6.6* de um homem idoso com um curral atrás de si: “o que eu quero para o meu Brasil é que o governo olhe mais para o pequeno produtor rural. É duro tirar leite de setenta centavos e vender. Chega no final do mês, não sobra mais nada. O que eu queria é mais honestidade com o pequeno produtor”. Trata-se de uma reivindicação cuja legitimidade é incontestável e cabe sublinhar a menção delimitada ao pequeno produtor, que será retomada. As condições de produção também foram o conteúdo do depoimento *E.JH.12-6.5* (sobre os altos custos e uma compreensão da relação direta entre eles e os impostos), protagonizado por cinco homens, dos quais quatro trabalhavam cavando o solo com enxadas e o quinto filmava à frente declarando: “o Brasil que nós queremos, é um Brasil que apoia o agricultor, que apoia o trabalhador rural para produzir com baixo custo, reduzindo os impostos. Esse [levanta o dedo] é o Brasil que nós queremos! [os outros pronunciam as últimas palavras ao mesmo tempo]”.

Antes de uma análise detida desse conglomerado, cabe indicar outros depoimentos desse núcleo, nos quais, porém, a tonalidade das manifestações ganhou cores mais fortes e encaminhou-se para uma enunciação na qual pareceu haver maior libidinização das opiniões.

Uma constante, com vestígios nos casos citados anteriormente, mas marcante nos depoimentos subsequentes, foi a questão da alimentação, que apareceu tanto no sentido figurado da sustentação fornecida pelo campo ao país, porém — mais precisa e frequentemente —, no sentido concreto da produção de alimentos para abastecer a cidade. No depoimento *E.BDB.19-3.7* um homem adulto, com uma extensa plantação ao fundo, com uma porção já colhida e outra sendo objeto de trabalho de uma pessoa em uma colheitadeira, declarou: “que país que eu quero? Um país que dê valor ao homem do campo. Nós que trabalhamos para sustentar o povo brasileiro e sustentar essa economia desse país”. Outro homem, também de idade adulta, falando em frente a um curral com bovinos, afirmou no depoimento *E.JG.22-3.3*: “eu quero um

Brasil mais justo para com a agricultura brasileira, mais valorização dos preços dos produtos agrícolas e mais incentivo a esta classe que produz o alimento do povo brasileiro”.

No crescendo afetivo, que, neste caso, coincide com a apresentação de juízos mais estereotipados na forma de máximas ou de associações diretas entre elementos espúrios, tem-se os seguintes depoimentos. *E.BDB.12-6.5*, de um homem idoso falando em frente a uma plantação de eucaliptos: “O Brasil que eu quero para meus filhos e netos é um país aonde o pequeno produtor tenha mais garantia para seus produtos. Eis a minha lavoura de eucalipto encalhada por causa da roubalheira política que assola nossa economia”. Nessa manifestação o elemento da corrupção se infiltrou para transferir à política os ônus que têm mais adequadas explicações nos reveses econômicos. *E.JN.21-3.2* foi anunciado por uma mulher adulta, também com uma plantação atrás de si: “eu não estou em nenhum ponto turístico da minha cidade, eu estou no meio de uma lavoura de soja e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil mais justo, que valorize o produtor rural, porque, se o colono não planta, a cidade não janta”. Comparece uma vez mais a noção de valorização. Embora contenha o brado por justiça, nesse depoimento a mútua dependência é apresentada como ameaça (entre o colono e a cidade). *E.BDB.21-3.5* foi o depoimento de uma mulher e, do plano mais próximo ao mais distante, havia uma lavoura em crescimento, uma máquina (trator ou colheitadeira) e uma lavoura crescida: “o meu recado hoje é: tudo que a planta cresce e dá de noite, eles roubam de dia. Eu quero um Brasil que tenha ordem e progresso”. Há uma inscrição mais irracional da ideologia, e ela não se resume à apologia da ordem e do progresso. A imagem da primeira parte da sentença carrega um obscuro sentido de sacrifício natural expropriado, de trabalho realizado no momento habitualmente destinado ao descanso (“de noite”) — portanto, de trabalho custoso — que é roubado imediatamente e às claras (“de dia”). Além da alusão a duas forças indeterminadas, mas opostas (do crescimento e da subtração), a ideia de um “eles”, impossível de ser definido com clareza, funciona como uma lacuna para que se possa inserir qualquer um que se queira eleger como opositor, como inimigo oculto. Está em jogo o *nós versus eles*.

Nos depoimentos mencionados anteriormente há situações distintas. Há denúncias às condições de valorização do trabalho rural e há tentativas de significação dessa mesma condição por meio da acusação imprecisa e infundada. Mas, no escopo do PBQQ, ambos os tipos de manifestações podem ser igualmente apropriados e editados em uma direção ideologicamente planejada. Esses depoimentos parecem formar um conglomerado ideológico na medida em que, por meio deles, reforça-se uma confusão sobre a realidade do trabalho e da produção no campo no Brasil. Trata-se de uma imagem encobridora que, ao sugerir uma conformação monolítica da agropecuária, omite as profundas desigualdades entre os produtores rurais pobres, a classe

média rural e a agricultura patronal com seu ostensivo agronegócio. O encobrimento é produzido por omissão das diferenças: ao espectador desatento ou desinteressado esses depoimentos se aglutinam em um mesmo eixo indiferenciado dado como a agricultura, a agropecuária, o campo ou outra denominação e os depoentes parecem falar em uníssono, em nome de uma mesma causa a partir de condições semelhantes. As tensões internas a essa esfera não têm vestígios salientes no conteúdo dos depoimentos, portanto, os traços do conflito em seu interior — possivelmente o ponto nevrálgico dos impasses econômicos atuais desse setor — são apagados e, a um só tempo, reforça-se, por exemplo, os traços das tensões entre o campo e a cidade ou entre o trabalhador do campo e o governo (as quais também são objetivas). O centro de gravidade dos problemas sociais é deslocado desviando o foco do que é mais decisivo.

Prováveis indícios das diferenças na realidade dos produtores rurais pobres e ricos parecem discretos demais para permitir a percepção das desigualdades existentes, mas é necessário destacá-los: enquanto alguns depoentes falam montados em jegues, outros têm ao fundo máquinas pesadas como colheitadeiras; enquanto alguns trabalhadores empunham e lavram o chão com enxadas nas mãos, na cena de outros depoimentos há tratores operando sobre a terra; enquanto alguns depoentes exibem atrás de si currais com poucas reses, outros têm lavouras de soja cuja extensão, mesmo no delimitado enquadre das câmeras dos celulares, não parece tão reduzida. Mas esses aspectos são por demais inconclusivos, as imagens são rápidas, os detalhes fungíveis e, embora reunidas aqui, permanecem isoladas em cada exibição. O contraste entre realidades é aplainado na superfície da mesma tela, com um mesmo padrão de apresentação e um mesmo esquema de enunciação, deixando as tensões sociais na penumbra.

As desigualdades tendem a ser subsumidas nos sujeitos generalizados que estão presentes nas falas dos depoentes: a “agricultura brasileira”; a “agropecuária”; o “produtor rural”; os “agricultores”; “os agricultores que cultivam a terra”; o “produtor de leite”; o “trabalhador rural”; o “colono”; o “homem do campo”; a “classe que produz o alimento do povo brasileiro” ou “quem trabalha e produz alimentos”. Pouco frequente foi a menção ao “pequeno produtor” ou ao “pequeno produtor rural” em que há um importante grau de delimitação. Porém, mesmo essa chave, na qual é provável estar subentendida, em oposição à agricultura patronal, a existência da agricultura familiar — cuja alusão explícita não consta no conjunto delimitado de depoimentos selecionados —, é ela mesma insuficiente e repõe o dualismo redutor, mobilizado acadêmica e politicamente, da agricultura familiar *versus* a agricultura não familiar, ou agronegócio, dualismo que, conforme Aquino, Gazolla e Schneider (2018) “tem *obscurecido* e *encoberto* o elevado quadro de desigualdade e concentração econômica que caracteriza o setor” (p. 137, *itálicos nossos*). Não é por rigorismo em relação às falas dos depoentes que se assesta

a insuficiência desse dualismo, mas por seu papel na reprodução ideológica da situação existente obscurecendo-a e encobrindo-a, como assinalam Aquino, Gazolla e Schneider (2018).

A indignação, a cólera e o ressentimento notados nesse conjunto de depoimentos têm bases objetivas; são a reação de sujeitos que não podem se reconhecer na sociedade que se torna avessa a elas. Embora as bases objetivas possam ser opacas para quem exprime o aperto econômico — mas não o são sempre nem necessariamente — e tenta encontrar explicações com mais ou menos racionalidade para a compressão econômica sentida diretamente como ameaça, elas estão fundeadas no processo de “concentração produtiva no meio rural” (p. 138) que produz desigualdades com importantes determinantes materiais, como a herança excludente do modelo agrícola brasileiro assumido desde a colonização, a concentração fundiária, a constrição da reforma agrária, o descompasso técnico das forças produtivas no campo, a exiguidade da educação oferecida aos produtores pobres, a baixa coesão entre políticas de desenvolvimento rural e políticas sociais (Aquino, Gazolla & Schneider, 2018). A concentração tem sido estimulada pelo modelo estatal de política agrícola privilegiando a concessão de créditos aos grupos que já são mais capitalizados: “os agricultores familiares mais pobres... que lograram deter até 20% dos recursos do crédito rural, a partir de 2003 foram diminuindo a sua participação na tomada dos financiamentos públicos, chegando a 2011 com pouco mais de 10% dos montantes aplicados” (p. 136), ao mesmo tempo houve o crescimento e concentração dos

recursos do Pronaf⁶⁹ em favor dos segmentos familiares intermediários e mais capitalizados do rural brasileiro.... Estes agricultores obtinham, juntos, em torno de 80% dos recursos do Programa no início da série, saltando depois de 2008 para algo em torno de 85-87% dos valores aplicados e chegando perto de 90% dos mesmos nos anos recentes (2008 e 2011). (Aquino, Gazolla & Schneider, 2018, p. 136)

Afinada com o modelo de modernização tecnológica do campo, a mais relevante política de créditos rurais privilegia estabelecimentos consolidados — a classe média familiar rural — enquanto reforça a marginalização dos agricultores assentados e periféricos, a maioria do segmento, que concentra dois terços da força de trabalho ocupada na agricultura familiar (Aquino, Gazolla & Schneider, 2018). Torna-se evidente sua afinidade com a formação dos monopólios e o aprofundamento da pauperização de setores do campo que já são encurralados:

a situação da maioria absoluta dos agricultores familiares brasileiros é extremamente precária. Mais da metade dos estabelecimentos da categoria estão albergados no chamado Grupo B do Pronaf, um segmento extremamente pobre que produz muito pouco e depende da ajuda do governo para permanecer no campo. Outra parte significativa é formada por produtores pobres e intermediários (grupos A e B), que, embora apresentem melhores condições produtivas do que a parcela anterior, também reúnem chances limitadas de prosperidade sem o apoio estatal. Já a parcela consolidada da categoria, grupos D, E e “não pronafianos”, é representada por menos

⁶⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

de um quinto dos estabelecimentos, mas produz 70% do VBP⁷⁰ criado nas referidas propriedades. (p. 137)

Diante disso, os pedidos por valorização, prioridade e apoio mostram sua racionalidade, sua fonte real, nas premências objetivas. Contudo, porque, tal como é apresentado no escopo do PBQQ, prescinde das cisões que caracterizam essa esfera, o pedido por valorização — que em sua forma mais pragmática pode ser lido no sentido do subsídio econômico por parte do governo — não denuncia a situação miserável dos mais pobres e não os circunscreve como objeto prioritário das políticas sociais, a valorização é da “agricultura”, da “agropecuária”, do “produtor rural” etc.; nestas alcunhas cabem os que estão em situação extremamente precária, mas também cabem os setores estabilizados que já são visados pelas políticas. O apelo por valorização não é apresentado em um meio desinteressado no âmbito das forças desse conflito, por isso, sua indefinição, sua vaguidade, não é apenas uma abertura, mas um direcionamento.

Não é só por omissão que esse conglomerado ideológico atua. Há um pacto da indústria cultural com o agronegócio no Brasil, como revelam os dados apresentados por Santos, Silva e Maciel (2018) nos quais uma das maiores companhias de alimentos do mundo, a *Brasil Foods* (BRF), líder na comercialização de proteína animal (portanto uma representante do agronegócio), destaca-se como a nona dentre as maiores anunciantes de televisão no *ranking* de 2016. Esse pacto, manifestação daquela dependência da indústria cultural em relação aos setores mais poderosos da economia aos quais ela deve dar razão como ideologia (Horkheimer & Adorno, 1947/1985), é notável na programação da TV Globo. Sua rubrica mais flagrante, mas longe de ser a única⁷¹, é a campanha publicitária “Agro: a indústria riqueza do Brasil”, com o *slogan* “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Ela é transmitida desde o ano de 2016 (Santos, Silva & Maciel, 2018) — portanto, estava no ar dois anos antes do PBQQ e assim permaneceu durante seu curso⁷². Há motivos para supor que a força dos conglomerados ideológicos não se resume à totalidade de uma única edição de determinado programa, mas deriva de conteúdos mantidos como uma eminência parda em toda a programação com seus objetivos reforçados pelos programas de entretenimento, os telejornais e os próprios reclames publicitários que são, afinal, a principal vitrine das mercadorias na indústria cultural. Por essa razão, recorre-se,

⁷⁰ Valor Bruto da Produção, que informa o faturamento dentro dos estabelecimentos com lavouras e pecuárias. Trata-se de um índice econômico, e não social. Ele atesta a rentabilidade da parcela consolidada do setor, voltada à exportação, mas não capta que a produção de alimentos para alimentação nacional não é mérito dessa parcela, mas dos pequenos produtores (isso não é objeto do índice, que é um mero índice econômico).

⁷¹ Como indicado e caracterizado por Santos, Silva e Maciel (2018) há programas dedicados exclusivamente ao segmento, como o *Globo Rural*.

⁷² Até outubro de 2017 a campanha tinha 42 peças publicitárias (Santos, Silva & Maciel, 2018) e até o mês de junho de 2022, a campanha contava com 147 peças publicitárias sobre diferentes produtos agrícolas (carne de porco, pecuária, melancia, cacau, cana de açúcar, dentre outros) (*GI*, 2022 Jun 01). Cita-se esse dado para indicar que se trata de uma campanha ostensiva da TV Globo e que estava em curso e progressão no momento do PBQQ.

adiante, às observações a respeito da campanha sobre o agronegócio, na medida que ela sintetiza a abordagem da TV Globo sobre o universo do campo no Brasil e é na órbita dessa representação que os depoimentos do PBQQ foram constelados. Entre essa campanha e os depoimentos analisados há o mesmo encobrimento das diferenças entre os sujeitos sociais do rural brasileiro e, portanto, a ofuscação das desigualdades.

Santos, Silva e Maciel (2018) se debruçaram sobre tal campanha como paradigma do processo de difusão do agronegócio na indústria cultural brasileira indicando que, por meio dela, busca-se “criar uma imagem moderna e positiva do sistema capitalista no campo, ao mesmo tempo em que oculta[-se] as desigualdades presentes no Brasil rural e, conseqüentemente, valoriza a concentração fundiária” (p. 57) e é construída “uma *ideologia falsa* sobre esse sistema produtivo capitalista inserido no campo, que, através da produção de commodities para exportação, visa apenas aumentar seu lucro, gerando uma série de desigualdades” (p. 57, *itálicos nossos*). Esse é o esquema dominante da representação do campo encontrada na indústria cultural, embora o que os autores chamem de “ideologia falsa” seja uma verdadeira ideologia enquanto “cortina necessária”, interposta “entre a sociedade e a compreensão social da sua natureza...” (Horkheimer & Adorno, 1956/1978, p. 199).

Neste contexto, no qual o modelo apregoado para o campo é o agronegócio com um “padrão desenvolvimentista” (Santos, Silva & Maciel, p. 48) insistente na política de difusão de tecnologias agrícolas produtivas e calcado em formas de produção conhecidas pela “mecanização”, “pela produção em alta escala e pelo uso intensivo de insumos químicos” (p. 48), é que foram apresentadas aquelas manifestações de insatisfação social do PBQQ. O pedido por valorização e apoio foi traduzido dentro desse modelo. A resposta para a situação fonte de indignação, cólera e ressentimento é constantemente sugerida na programação da TV Globo pela adoção do modelo cujo sucesso é testificado com números registrados por cada setor da economia do campo (índices de empregabilidade, de produção e exportação), com a alta tecnologia e a pesquisa de ponta envolvidas na produção (a ideologia da racionalidade técnica desempenha papel crucial) e com a pregnante ideia de “riqueza”. Todos esses são aspectos difundidos na propaganda do agronegócio que sobrepõem a representação do campo veiculada, mas ocultando-se as implicações da “crescente concentração fundiária e, por consequência, da ampliação da concentração de riquezas, o que aumentou as elevadas disparidades de renda no rural brasileiro” (p. 49), características próprias desse modelo, e ocultando-se que a agricultura familiar (na multiplicidade interna compreendida por ela) é superior aos estabelecimentos patronais em termos de “geração de riqueza por hectare” e que é ela — e não o agronegócio — que “produz boa parte dos alimentos básicos que compõem a dieta da população brasileira,

enquanto as explorações patronais se concentram principalmente na produção de mercadorias para exportação” (Aquino, Gazolla & Schneider, 2018, p. 129).

A “confusão” encontrada nos depoimentos do PBQQ, decorrente de uma indistinção garantida por imagens generalizantes do sujeito social, é conforme à obnubilação dessas tensões sociais. Trata-se de uma confusão socialmente interessada com o objetivo de resumir o universo conflitivo do campo na imagem total e promissora do agronegócio. Tal indistinção faculta o falseamento das relações sociais possibilitando a distorção de informações em favor das forças que se pretende incrementar, indícios disso podem ser apontados na própria análise de Santos, Silva e Maciel (2018) sobre a campanha “Agro: a indústria riqueza do Brasil”:

Ao longo da peça publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, o setor do agronegócio é tido como principal responsável pela garantia da empregabilidade e segurança alimentar do país, o que contradiz os dados do último censo agropecuário (realizado em 2006), segundo o qual os pequenos produtores de base familiar são responsáveis por 70% da produção de alimentos e pela ocupação da maior parte da mão de obra no campo... (p. 57)

Nas reflexões de Adorno (1950/2019) sobre o ressentimento superficial, o autor indicou que as pessoas tomadas por esse fenômeno estavam “espalhadas por todos aqueles setores da vida econômica onde o aperto do processo de concentração é sentido sem a compreensão de seu mecanismo, enquanto ao mesmo tempo é mantida a sua função econômica” (p. 535). A realidade desse aperto é a situação da maior parcela das pessoas no setor agrário no Brasil com o processo de concentração nele identificado (Aquino, Gazolla & Schneider, 2018; Santos, Silva & Maciel, 2018) e isso nos permite compreender a fonte objetiva do ressentimento imbricado nos depoimentos sobre essa temática no PBQQ. O risco político regressivo encerrado é o mesmo: o aperto econômico não deixa de ser *sentido*, pois atinge esses setores na forma de dificuldade de manutenção da própria existência, mas não é *compreendido* e, por isso, pode ser facilmente cooptado em benefício das forças regressivas. Esse cenário faz recordar outra observação de Adorno (2020) sobre os agricultores, cuja situação permanente de crise dispunha esse contingente para os movimentos radicalistas de direita contemporâneos ao autor, situação em relação à qual ele instou algo que parece ser válido para pensar a realidade do Brasil:

Estou convencido de que, enquanto o problema agrário não for resolvido de forma radical, isto é, não subvencionista e artificial e em si novamente problemática, enquanto não se conseguir uma coletivização verdadeiramente razoável e racional da agricultura — o que, de facto, não está a acontecer —, este foco latente manter-se-á. (p. 16)

Não é demais sublinhar que não se trata de um foco que possa ser responsabilizado especificamente pela ascensão do reacionarismo — não é casual que Adorno (2020) destaque, antes dos agricultores, a pequena burguesia como um desses focos latentes. A preocupação é com estratos sociais cuja situação objetiva marcada pela compressão *pode* servir aos grupos

dominantes como fonte de recrutamento para movimentos reacionários. Se aqui enfatiza-se esse estrato é somente por ele ser o objeto da discussão em curso. Além disso, o ponto de radicalidade na formulação adorniana é o mesmo nó sociopolítico que acompanha de longa data a sociedade brasileira quando se trata da situação do campo: o sistemático impedimento de um revolucionamento agrário; sua solução radical, razoável, racional e não subvencionista.

Se no PBQQ, como sustenta-se, os sujeitos sociais protagonistas dos impasses contemporâneos na realidade do campo foram embaralhados e reduzidos uns aos outros, foi expropriada a voz indignada, colérica e ressentida dos pequenos produtores que possivelmente constavam dentre outros segmentos como protagonistas dos depoimentos sobre essa temática e seus juízos foram utilizados para promover a propaganda em favor do agronegócio diante do qual sucumbem e que tem à disposição, no Brasil, além da indústria cultural como meio de sua propagação e respaldo, uma sólida base política; sua agremiação mais ostensiva é a chamada Frente Parlamentar da Agropecuária (a Bancada Ruralista) do Congresso Nacional.

Adorno e Jaerisch (2021), observando o esfumar dos conflitos de classe — embora as classes existam, sem, todavia, consciência de classe — consentâneo ao desenvolvimento de uma sociedade como “totalidade antagônica” (p. 100), de todos contra todos, na qual deixa de haver diante dos trabalhadores aqueles que encarnavam os interesses do capital e que foram substituídos por uma “hierarquia ascendente a perder de vista” (p. 101), assinalaram que sobreviviam nos conflitos sociais cotidianos e privados indícios da dominação de classe, suprimida das consciências e neutralizada em seus representantes sociais institucionais:

Descendo até as alterações privadas, tão pueris quanto investidas de afeto, a sociedade apresenta aos viventes a conta por sua forma distorcida, da qual eles são cúmplices, e por aquilo que ela fez deles. Nos conflitos cegos, auto-infligidos, o ser social retorna aos sujeitos, sem que se apercebiam disso. (p. 100)

É como vestígio do ser social que se encontra nos depoimentos do conglomerado em questão, por vezes de forma desfigurada e com notável tônus afetivo, o trabalho manual explorado, as degradantes condições de produção, a remuneração injusta, a dependência mútua vivida como ameaça, o rebaixamento econômico e social daqueles cuja mercadoria (a força de trabalho) torna-se cada vez mais dispensável para o sistema, a oposição entre duas forças (que produz e que subtrai). Convém não superestimar o conteúdo desses depoimentos sob pena de subestimar o quanto a forma-propaganda os despoja e neutraliza, mas, nas asserções sobre este núcleo da realidade em particular, as células de um conflito social, as tensões no campo, estiveram mais próximas de serem exprimidas como conflito de classes aproximando-se de serem enunciadas as contradições entre capital e trabalho; enunciá-las é necessário para se organizar contra a dominação que se faz por meio delas. Adorno e Jaerisch (2021) observaram

que “Em situações de crise, o conflito social pode se atualizar como conflito de classes”, mas, imediatamente em seguida, questionaram: “resta ver se também nas formas do mundo administrado” (p. 100). Se a análise aqui proposta se sustenta, parece fornecer elementos para pensar que o mundo administrado tem produzido dispositivos que o permitem explorar os conflitos sociais em situações perenes de crise assegurando que eles não se atualizem como conflitos de classe. Para isso, além do emprego da violência e ameaça diretas, domestica-se a cólera e o ressentimento, queima-se a “força cognitiva da indignação” (Löwy & Besancenot, 2021, p. 42), autorizando-se a comunicação das insatisfações alheada à reflexão, obstruindo a formação da consciência de classe. O PBQQ atuou nessa senda, conhecida dos movimentos políticos da extrema direita no Brasil, que têm produzido uma “forma extremamente conformista de revolta” (Nunes, 2022, p. 63) e assegurado que haja bastante ódio na esperança limitando a esperança que possa haver no ódio, parafraseando Pinheiro-Machado e Scalco (2018). A luta pela transformação radical em nome de um mundo emancipado depende do ódio contra o mundo-cativeiro existente, mas requer que aqueles que foram feitos cativos sejam capazes de reconhecer quem guarda as chaves e o que é o cativeiro.

3.4.4 O hino ao trabalho

Os depoimentos agrupados neste conglomerado têm como núcleo o trabalho, em especial sua forma contratual — no sentido lato, uma vez que nem sempre se trata do contrato legal — estabelecida entre quem não possui os meios de produção e quem os detêm, entre quem trabalha e quem organiza o trabalho, ou seja, na forma do emprego como meio de obtenção de renda. Para compreender esses depoimentos no que eles têm de ideológico é necessário entender o que eles têm de concreto — em relação, especificamente, às condições materiais do trabalho e do emprego naquele momento, o ano de 2018, no Brasil, pois a ideologia também é concreta.

Nos anos de 2017 e 2018 observou-se uma acentuação da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro quanto ao desemprego e à informalidade (IPEA, 2019)⁷³. Embora a taxa de

⁷³ Todos os dados apresentados a seguir foram retirados da seção sobre trabalho e renda do relatório “Políticas sociais: acompanhamento e análise” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicado no ano de 2019 e referente aos anos anteriores em uma comparação entre 2015, 2016, 2017 e 2018. Os dados são derivados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE trimestralmente. Embora a fonte do último dado, a respeito da diferença entre nas taxas de desocupação e subocupação no interior e nas regiões metropolitanas, não seja o IPEA, ele também deriva da PNAD Contínua.

desemprego em 2017 (11,8% da força de trabalho) e em 2018 (11,59%) apresentasse uma tendência de queda e registrasse índices inferiores quando comparadas à taxa do ano de 2016 (12,03%) — patamar mais alto atingido no curso da significativa ascensão observada desde 2015 (8,96%) —, essa queda “foi acompanhada de um aumento no tempo de permanência no desemprego, expresso também pelo aumento da parcela de desempregados com tempo de procura por emprego superior a dois anos” (p. 244). Mais pessoas estavam há mais tempo fora do mercado de trabalho. Notou-se também o crescimento da proporção de pessoas “em situação de insuficiência de horas trabalhadas” (p. 244), fenômeno economicamente entendido como “subutilização da força de trabalho” (p. 217); trata-se de pessoas que trabalham menos de quarenta horas semanais, mas dizem desejar/precisar trabalhar mais. Em 2016 essa proporção era de 5,9%, em 2017 era de 6,8% e em 2018 saltou para 7,2%. A queda na taxa de desemprego entre os anos de 2017 e 2018 foi acompanhada, ademais, pelo aumento da ocupação informal, ou seja, os informais contribuíram para a redução da taxa de desocupados⁷⁴ (IPEA, 2019 Out 21). Do total de empregados em 2018, 47,88% eram informais, entre 2015 e 2017 essa proporção já havia subido de 45,24% para 47,25% (IPEA, 2019). Dados concernentes ao quarto trimestre de 2018 sinalizavam que a conjuntura do desemprego e da informalidade tinha especificidades no interior dos estados em comparação com as regiões metropolitanas. No interior, a taxa de desocupação era menor em 21 estados da federação, entretanto, a taxa de subocupação era maior no interior para 19 estados (UGT, 2019 Mar 11).

Deve-se acrescentar a essa conjuntura a aprovação da reforma trabalhista no ano de 2017, durante o governo de Michel Temer na presidência, caracterizada como uma “estratégia flexibilizante” (IPEA, 2019, p. 224) em dois principais aspectos por meio de uma série de modificações na legislação — a maior mudança ocorrida na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde sua promulgação em 1943 em uma manobra legislativa que durou apenas quatro meses —: a ampliação das possibilidades de os “acordos” entre o empregador e o trabalhador ultrapassarem os limites das convenções coletivamente firmadas e a restrição do acesso dos trabalhadores à justiça trabalhista.

Os riscos dessa flexibilização da regulamentação dos contratos trabalhistas foram apontados por organizações do trabalho; como, por exemplo, quanto à possibilidade de um aumento em contratações que não observassem um mínimo de horas de trabalho e remuneração, gerando instabilidade para o trabalhador que também estaria desassistido pelas políticas de

⁷⁴ A taxa de desocupados é o modo como o IBGE nomeia a taxa de desemprego na PNAD Contínua. São consideradas desocupados (ou desempregados) pelo IBGE aqueles que não estão trabalhando, mas empregaram meios efetivos para encontrar trabalho e, caso encontrem, estão disponíveis para trabalhar (IBGE, n.d.).

proteção social como o seguro-desemprego. Aos potenciais prejuízos do trabalho intermitente se assomavam os riscos da ampliação da modalidade de demissão “acordada” entre empregado e empregador, com vantagens financeiras para o empregador e possíveis desvantagens para o trabalhador, este pressionado em função do risco assumido por ele de ter de arcar com as despesas processuais caso acionasse a justiça e perdesse a causa; antes a gratuidade processual era um direito do trabalhador. Diversos setores assinalaram a falta de respaldo empírico na experiência nacional e internacional com medidas semelhantes às realizadas pela reforma trabalhista contra a retórica dos defensores dessas modificações que se fundamentava na situação de crise econômica e na suposta segurança jurídica facultada pela flexibilização, a qual seria capaz de alavancar a geração de empregos (IPEA, 2019).

Um ano após a aprovação da reforma trabalhista o número de pessoas desempregadas, em 2018, era de 12,836 milhões; realmente três por cento a menos que 2017 (embora 90,3% a mais do que em 2014), mas marcado pela informalidade. O número de pessoas empregadas com carteira assinada era de 32,929 milhões, o menor da série da PNAD Contínua iniciada em 2012, enquanto os números de empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria atingiram o maior índice da série — equivalentes, respectivamente, a 11,189 milhões e 23,340 milhões (*Rede Brasil Atual*, 2019 Jan 31).

É nesta conjuntura social que se encontra, dentre os depoimentos do PBQQ, o pedido por mais trabalho e mais emprego. Os dois primeiros depoimentos citados a seguir, *E.JN.22-3.2* e *E.JN.12-6.1*, foram pronunciados por mulheres adultas; a primeira declarou sua manifestação em uma rua de um município interiorano, a segunda tendo ao fundo uma estrutura utilizada para gerar energia eólica usando um uniforme de trabalho. O terceiro depoimento, *E.BDB.04-9.4*, foi manifesto por um homem adulto em frente a uma estrada sem cobertura asfáltica:

o Brasil que eu quero é sem corrupção, que tenha oportunidade de trabalho para todos porque o que estamos precisando aqui em [diz o nome do município] é muito trabalho.

e o Brasil que eu quero é um Brasil de mais investimento, mais obras, mais emprego para todos nós.

trabalho de eletricitista [o depoente usa um capacete de eletricitista], moro no município de [diz o nome do município]. O Brasil que eu quero é que o governo faça o asfalto da cidade de [diz o nome do município] até a [indica a identificação de uma rodovia] para que as grandes empresas possam se instalar em nosso município e gerar emprego.

Nos depoimentos selecionados havia, ainda, retratos da condição das pessoas moradoras de municípios do interior do país nos quais, como indicado, a subocupação era maior e, se for permitido considerar dados referentes ao início de 2019 como representativos de uma tendência que já se achava no final de 2018, as condições de trabalho eram piores, visto que a informalidade nas zonas interioranas foi constatada como maior em 24 dos 26 estados

brasileiros analisados e os salários foram indicados como significativamente menores, chegando a menos da metade do salário dos trabalhadores das capitais (*Poder360*, 2019 Jul 24)⁷⁵. Em alguns depoimentos capta-se a imagem dessa realidade, em especial no lamento pelo processo de saída de pessoas das cidades de origem em busca de lugares que ofertassem melhores condições. O depoimento *E.JN.26-9.4* foi de um rapaz jovem; *E.JN.26-9.6* de uma mulher adulta; *E.JN.03-9.2* de um homem idoso; *E.BDB.11-6.1* de um homem adulto; e *E.JH.12-6.1* também de um rapaz jovem — citados respectivamente adiante:

o Brasil que eu quero é que os governantes olhem mais para as cidades do interior com projetos, com políticas públicas viáveis e atuais para que os jovens não se sintam forçados a irem para os grandes centros que já se encontram abarrotados. Podemos produzir, queremos gerar fonte de renda para nossa cidade, falta apenas incentivos.

o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde as cidades tenham mais empresas para trabalho, onde a moradia seja melhor, onde haja saneamento básico e onde todos possam ter uma educação de qualidade.

e o país que eu quero para o futuro é um país com mais educação, mais saúde, mais segurança e incentivo do governo na implantação de indústrias no nosso município, evitando que nossos jovens saiam de nossa cidade e busquem opções em cidades maiores.

o Brasil que eu quero para o futuro é um país com mais educação, mais geração de renda e emprego para que as pessoas da minha cidade não vão embora da minha cidade para procurar emprego.

o Brasil que eu quero para o futuro são mais desenvolvimento e mais emprego para os jovens para que eles não precisem sair de sua cidade para ir em outra região em busca de empregos.

Se as raízes das problemáticas enunciadas nesses depoimentos estão expostas sobre o árido terreno social, isso não impede que seu conteúdo floresça como ideologia. Há entre gênese e validade unidade e diferença que precisam ser pensadas em tensão (Adorno, 1955/2015). O fato de aquelas declarações derivarem-se, geneticamente, de motivações verdadeiras e racionais, no sentido de como a necessidade de autoconservação é experimentada com premência pelos indivíduos e a garantia da autoconservação depender, nesta sociedade, do trabalho, não as torna válidas no sentido de sua universalização (da totalidade social), pois, embora a própria urgência da autoconservação e seu encadeamento inexorável ao trabalho sejam verdade nas relações de produção do capitalismo, elas são inverdades (no sentido de algo insuperável) diante das possibilidades objetivas das forças produtivas sociais que permitiriam revogar a compressão da autoconservação, garantindo-a, e romper o velho anel entre ela e o trabalho, em especial o trabalho sempre insuficiente e vivido como sofrimento (“mais trabalho”). É a rígida conformidade com a superfície da realidade social, à qual os sujeitos são forçados, que faz desses depoimentos veículos da ideologia. Os impasses apresentados, o

⁷⁵ Também conforme dados da PNAD Contínua do IBGE.

desemprego e as condições precarizadas de trabalho, retornam à mesma realidade que os produz estruturalmente em busca de saídas, demonstrando sua devoção a ela, reinvestindo-a.

Os sujeitos asseveram que precisam de “muito trabalho”, de “oportunidade de trabalho”, de “mais emprego”. Reafirmam seu caráter de produtores (“podemos produzir”), seu compromisso com o industrialismo, requisitando a “implantação de indústrias”, e sua afinidade com o desenvolvimentismo, pedindo por “mais desenvolvimento”. Assumem para si o interesse de gerar renda (“queremos gerar fonte de renda para nossa cidade”). Porém, as bases sociais existentes permitiriam reclamar e propiciar o inteiramente outro, o utópico: a radical libertação do trabalho (Adorno & Horkheimer, 1996/2014)⁷⁶ ou, como advogado por outros — resistentes à ideia de abolição do trabalho, mas também radicais, em sentido distinto —, a redução da jornada por meio da planificação democrática da produção, com a qual se iniciaria o reino da liberdade, como formulado por Marx (Löwy & Besancenot, 2021)⁷⁷; o fim da “*hybris* da produção” (Canetti, 1960/2019, p. 240), com a decisão livre e democrática sobre o “tempo de trabalho necessário a ser exigido de cada pessoa e quais as necessidades urgentes a serem satisfeitas...” e sobre as “prioridades da produção e do consumo” (Löwy & Besancenot, p. 18); a redistribuição justa do que é produto do trabalho acumulado da humanidade, e não a “geração de renda” que é geração de mais-valia no capitalismo. Os golpes implacáveis da sociedade capitalista industrial fendem profundamente os sujeitos coletivos e individuais visando separá-los de qualquer horizonte utópico radical materialmente fundamentado e arrancar de suas consciências sociais e individuais — e a segunda sempre depende da primeira (Horkheimer & Adorno, 1956/1978) — qualquer vestígio da promessa de um mundo que não seja o existente conformando-as como consciências conformistas nas quais é seguro que toda e qualquer agitação movida pelo anseio por alguma mudança será transigente com os limites postos.

Essa é a orientação da difusão daqueles depoimentos no PBQQ. Eles foram extraídos dos sujeitos nas condições generalizadas da premência material, quitados da dimensão política

⁷⁶ Nas anotações redigidas, ao que tudo indica, por Gretel Adorno, de uma discussão entre Theodor W. Adorno e Max Horkheimer ocorrida provavelmente no ano de 1956. Conforme Mariana Dimópolis, tradutora da versão em língua espanhola, intitulada *Hacia um nuevo manifiesto (1956)* [Para um novo manifesto], são reflexões para a escrita de um texto conjunto, uma espécie de manifesto (Adorno & Horkheimer, 1996/2014).

⁷⁷ Há diferenças importantes na discussão sobre o trabalho entre Adorno e Horkheimer (2014) e Löwy e Besancenot (2021) que ficam estampadas já nesta frase. Enquanto os primeiros afirmam que liberdade é não ter a obrigação de trabalhar e sugerem uma crítica às formulações marxianas nas quais o único parâmetro seria a redução do tempo de trabalho, os segundos fundamentam-se principalmente em Marx ressaltando, de partida, que, quando este trata da questão em termos de abolição do trabalho em escritos de juventude (ressaltam), há certa obscuridade na formulação e que n’*O Capital* isso desapareceu. Ciente dessa diferença crucial, as reflexões de Adorno e Horkheimer (2014) e Löwy e Besancenot (2021) são movimentadas sem, por hora, confrontá-las, um exercício que pode ser profícuo. Com diferentes fundamentos, alcance e consequências, nos dois escritos encontra-se forte impulso para a transformação radical das relações sociais de trabalho e potente denúncia da exploração capitalista do trabalho, bem como da ideologia sobre ele, aspectos que os aproximam, por isso servem de fundamento.

coletiva e reintroduzidos no público para reiterar o modo de vida tornado destino ineludível e seguir suprimindo da consciência a capacidade de imaginar outra realidade, coagindo-a a duplicar o existente: “A renúncia à utopia significa decidir de alguma forma pelo que, ao mesmo tempo, sabemos ser uma mentira” (Adorno & Horkheimer, 1996/2014, p. 42, tradução nossa). Sem a utopia, não vive o pensamento: “O entorpecimento de hoje é uma função imediata da amputação da utopia. Onde a utopia não é desejada, é o próprio pensamento que morre. O pensamento está morto na mera duplicação” (p. 17, tradução nossa). Diante do inflexível mundo duplicado qualquer possibilidade de transformação tende a figurar como uma quimera e, em função do poderio da ideologia, cumpre desconfiar das imagens descritivas do mundo nas quais o ideológico se infiltra e pinta vales encantados nas paredes da prisão, retesando o estado de não-liberdade. Conquanto Horkheimer (1937/1980) tenha apontado certa distância do conceito de utopia ao refletir sobre o compromisso com a transformação do todo social assinalando que isto “se diferencia da utopia pela prova de sua possibilidade real fundada nas forças produtivas humanas desenvolvidas” (p. 138), o sentido do utópico ao qual Adorno e Horkheimer (1996/2014) parecem aludir deriva da fantasia enquanto capacidade de denunciar, junto do pensamento, o que pode não pode vir a ser, mas está contido nas mesmas bases do que é, o que permanece encarcerado, mas é possibilidade histórica, denúncia realizada em detida consideração às condições das forças produtivas. É, pois, a denúncia das possibilidades frustradas, mas materialmente fundamentadas, e faz-se como incriminação do existente degradante. De fato, o utópico é o que não existe em lugar nenhum (Löwy & Besancenot, 2021) e é o que poderia existir em todo lugar, segundo as condições objetivas. O utópico é característica de “todo movimento destinado a desafiar a ordem estabelecida” (p. 33). A ideologia e seu ultrarrealismo fazem-no parecer delirante, mas o pensamento guiado pela fantasia material seria capaz de dissolver o realismo de fachada e alcançar o núcleo da concretude social reconhecendo as potencialidades não realizadas contidas nela cuja realização depende da práxis humana. O que pode se materializar não é o delírio aparentemente independente das condições do presente — o delírio é, geralmente, o mero exagero dessas condições sufocantes —, e sim a “imagem do futuro, surgida da compreensão profunda do presente...” (Horkheimer, 1937/1980, p. 139). Uma imagem não prescritiva e imbuída de racionalidade em seus meios e fins.

Dentre os 135 depoimentos analisados apenas um enunciava de um modo que desafia a lógica existente o impasse que, nos depoimentos anteriores, foi formulado como a solicitação de ampliação do número de postos de emprego e geração de renda. O depoimento *E.JN.24-9.3* foi declarado por um homem adulto tendo atrás de si outro homem segurando um cavalo diante

de um pequeno curral, ele afirmou: “o país que nós queremos para o futuro é um país mais justo, com *distribuição de renda*”. Não é possível afirmar que dentre os outros depoimentos não analisados essa dimensão utópica estivesse ausente, mas, no universo delimitado por esta pesquisa, aparece tímida diante da pactuação unânime das outras demandas com a realidade vigente. Na sociedade cuja “aparência ficou tão espessa que a possibilidade de devassá-la assumiu o caráter de alucinação” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 191) os fragmentos lívidos das utopias, dentre elas aquelas concernentes ao mundo do trabalho, são conservados apenas para que se possa fazer troça deles e confirmar o caráter delirante do intento de sair dessa realidade por meio de sua superação. No clima cultural propício à mentalidade do *ticket*

A reificação, graças à qual a estrutura de poder, possibilitada unicamente pela passividade das massas, aparece às próprias massas como uma realidade indestrutível, tornou-se tão densa que toda espontaneidade e, mesmo, a simples ideia da verdadeira situação tornou-se necessariamente uma utopia estravagante, um desvio sectarista. (p. 191)

Sensata é a demanda por “mais trabalho”, manifestação sem rodeios da *ideologia do trabalho* (Adorno & Horkheimer, 1996/2014), da *religião burguesa do trabalho* (Löwy & Besancenot, 2021). Da ascese que justificava o trabalho evocando o divino e o transcendente à ordem material (e que transcendia ao próprio trabalho), o curso da dominação, sem necessariamente eliminar essa justificação, engendrou a capacidade de defender o trabalho por si mesmo, torná-lo absoluto como coisa em si, sacralizá-lo (Adorno & Horkheimer, 1996/2014). Enquanto aquela dialética entre as relações de produção e as forças produtivas — que, se reorientadas em favor da vida, permitiriam superar em grande medida o trabalho libertando a sociedade da alienação — permanece impotente porque as primeiras são enregeladas na alienação encarcerando as segundas, tal impotência repercute sobre o trabalho tornando-o cada vez mais supérfluo e, assim, é cada vez mais opressiva a manutenção deste, fazendo-o emergir, ou ressurgir, na forma de profissões completamente prescindíveis em condições profundamente bárbaras: “Quanto mais supérfluo se torna um trabalho, tanto pior se torna, tanto mais se converte em ideologia” (Adorno & Horkheimer, 1996/2014, p. 41, tradução nossa).

Adorno e Horkheimer (1996/2014), perguntando-se sobre quais eram os determinantes do trabalho convertido em um fim em si mesmo, responderam:

A princípio, porque a sociedade, por um lado, se reproduz por meio do trabalho, mas, por outro lado, em cada caso particular a relação entre o trabalho concreto e a reprodução é opaca. No trabalho social as pessoas devem esquecer para que esse trabalho é bom. A necessidade abstrata do trabalho se expressa no fato de que se atribui valor ao próprio trabalho. (p. 21, tradução nossa)

Se a relação entre o trabalho e a reprodução não é transparente — e não o pode ser porque na sociedade capitalista a reprodução social é a produção via mais-valia que “não é senão tempo de trabalho roubado daquelas e daqueles que, para viver, são obrigados a vender sua força de

trabalho manual ou intelectual” (Löwy & Besancenot, 2021, p. 88) — e o trabalho segue sendo o meio para a sociedade manter-se como tal, ele aparece como uma obrigação inescapável para os indivíduos, como fim. Portanto, “nossa sociedade se encontra sobre o desígnio de que o trabalho é bom” (Adorno & Horkheimer, 1996/2004, p. 20, tradução nossa) e o é como coisa em si que os indivíduos devem experimentar como fonte de prazer e felicidade; aquele em sua forma rebaixada, esta como “felicidade subjetiva [que] segue sendo objetivamente ideologia” (p. 20, tradução nossa) enquanto for sentimento individualizado em um mundo opressivo.

A efetivação da felicidade para além de um estado subjetivo individualista depende, todavia, do próprio trabalho; “toda felicidade está irmanada ao trabalho” (p. 21, tradução nossa). É a transformação das relações sociais de produção que permite ao trabalho da humanidade sobre a natureza ser fundamentado não em domínio, mas em controle coletivo, emancipando a humanidade do poder arbitrário exercido pelas trocas e pelo fetichismo da mercadoria, conforme as formulações marxianas (Löwy & Besancenot, 2021, p. 19). Essa é a regulação que libertaria a sociedade das coerções automatizadas do capital sobre o *reino da necessidade* — a dimensão da produção material socialmente necessária. Com essa regulação transformada, embora o trabalho siga sendo atividade ligada à satisfação das necessidades sociais, ele deixa de ser alienado e é isso que encaminha o *reino da liberdade* no qual há “livre disposição do tempo para atividades que já não são um meio — para a satisfação das necessidades materiais —, mas um fim em si” (p. 21). A forma aprisionante do trabalho no reino da necessidade governado pelo capital o impregna de tal modo que sua contradição (o fato de estar irmanado à felicidade, mas não ser em si mesmo felicidade) só irrompe na forma calamitosa da “alternativa” do sofrimento sob o regime de trabalho absurdo ou do penoso castigo que é estar impossibilitado de trabalhar nesta sociedade (Adorno & Horkheimer, 1996/2014), no fato de que “o trabalho mata” e de que “o não trabalho também mata” (Löwy & Besancenot, 2021, p. 92). A esse estreitamento respondem os depoimentos pedindo por “mais trabalho”, em uníssono com a ideologia do trabalho, com o “hino ao trabalho” (Adorno & Horkheimer, 1996/2014).

Conforme Löwy e Besancenot (2021), a ideologia burguesa do trabalho assume duas formas complementares:

- 1) o discurso reacionário do “trabalhar mais para ganhar mais”, verdadeira esparrela social e política cujo único objetivo é intensificar a exploração do trabalho e pelo trabalho; 2) o culto obscurantista do “crescimento criador de emprego”, compartilhado pela direita neoliberal e a “esquerda” social-liberal, sem mencionar vários setores da burocracia sindical. (p. 28)

A primeira conformação da ideologia do trabalho não comparece nos depoimentos com todas as letras da máxima “trabalhar mais para ganhar mais”, mas cumpre perguntar-se se não é tácito o motivo do aumento dos proventos sob o lema do “mais trabalho/“mais emprego”

encontrado nos depoimentos, se esta não é uma porção daquela insidiosa ideologia cuja confissão explícita é menos censurada ou se da mentira cínica que os setores dominantes professam com o objetivo de acirrar a exploração do trabalho, a promessa de mais ganhos, sobra apenas para os dominados a verdade crua do aumento do trabalho com os quais estes esperam minorar um pouco a miséria, retardar um pouco a aniquilação. Se o comportamento econômico, a busca por lucro, não é de modo algum evidente partindo do próprio indivíduo e, na verdade, é formado nele por meio da mediação do medo, este sim um motivo subjetivo essencial (Adorno, 1955/2015), no pedido por incremento em trabalho está imbricada “a energia pulsional do *homo oeconomicus*, que comanda o *homo psychologicus*”, a saber, “o amor compulsivo e inculcado nas pessoas por aquilo que outrora se odiou” (p. 78). Nesse pedido professa-se a ameaça social que explica a adesão das pessoas à racionalidade econômica objetiva quando sua contrariedade com condições dignas de vida é indisfarçada:

Quem não se comporta segundo as regras econômicas, hoje em dia raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delinea-se o rebaixamento socioeconômico. Torna-se visível o caminho para o associal, para o criminoso: a recusa de colaborar torna suspeito e expõe à vingança social quem não precisa ainda passar fome e dormir sob as pontes. O medo de ser excluído, a sansão social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo. (p. 77)

É esta a base do processo que conduz ao insistente brado por mais trabalho. O clamor por “mais trabalho” é expressão, na boca dos dominados, do modo de exploração dominante, pois para os dominados é condição imediata de sobrevivência, a esse clamor agrega-se ideologicamente o mito do crescimento econômico capaz de gerar empregos como complementação ideológica, este sim com registros explícitos naqueles depoimentos citados. Esse mito é alimentado pela ocultação de que o desemprego em massa é, para além de um fenômeno da conjuntura, um processo estrutural na ordem econômica vigente, como também é a precarização algo próprio do capitalismo — nomeada por Antunes (2010) como “precarização estrutural do trabalho” (p. 634). Ambos os processos foram amplamente testemunhados na reestruturação produtiva do capital, mas são anteriores a ela, embora tenham sido acirrados.

Com a reestruturação do capital, marcada pela flexibilização produtiva e pela desespecialização do trabalho, as empresas tornam-se “enxutas” e o avanço dos meios de produção incrementam o *trabalho morto* por meio do maquinário técnico-científico comprimindo a demanda por *trabalho vivo* resultando em desemprego, precarização, diminuição dos salários, informalização e perda de direitos (Antunes & Pochmann, 2007). Como instrumento de ameaça contra os trabalhadores empregados em condições progressivamente piores, o capitalismo conta com um exército de reserva de desempregados

dispostos, por pressão das condições de existência, a assumir a posição daqueles que se negarem a submeter, forçando-os a se renderem:

Agora que uma parte mínima do tempo de trabalho à disposição dos donos da sociedade é suficiente para assegurar a subsistência daqueles que ainda se fazem necessários para o manejo das máquinas, o resto supérfluo, a massa imensa da população, é adestrado como uma guarda suplementar do sistema, a serviço de seus planos grandiosos para o presente e o futuro. Eles são sustentados como um exército de desempregados. (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 49)

O esquecimento social pesa sobre uma resposta já fornecida para o problema do desemprego, que é, porém, incompatível com a lógica econômica férrea; a articulação entre a redução da jornada de trabalho e a repartição do trabalho necessário para a manutenção social assegurando-se o fundamental para manter a vida sem estar à mercê da labilidade dos preços:

A doxa dominante solta gritos estridentes quando alguém pronuncia as palavras redução do tempo de trabalho, e segue apresentando, sem que a mídia a contradiga, sua lógica implacável, que equivale a impor àqueles e àquelas que têm de trabalhar mais tempo, mais depressa, recebendo pouco, justamente no momento em que milhões de pessoas estão procurando emprego. (Löwy & Besancenot, 2021, p. 96)

Ao reverberar depoimentos com a petição por “mais trabalho” o PBQQ selecionou as opiniões afinadas com a doxa dominante, conservada em grande medida pela indústria cultural; opiniões perfeitamente informadas pelos dados e relações religiosamente repetidos nos meios de comunicação associando os avanços na economia à possibilidade de gerar mais empregos e riqueza sob o fascinante *produto interno bruto*, cuja liquidez nunca chega aos trabalhadores, mas é propaganda para a produção da riqueza. Entretanto, como observou Marx (1932/2010),

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (p. 80)

Pode ser captada nos depoimentos uma redução do trabalho ao emprego (mesmo quando se diz trabalho) e do trabalhador ao empregado (ou a quem pode e precisa ser empregado) e ela evidencia a ideologia inscrita neste conglomerado enquanto manifestação da necessidade de reprodução da sociedade capitalista na qual “o homem nada mais é do que *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*” (p. 91). A natureza indiferenciada dos seres humanos enquanto trabalhadores na sociedade alienada se conserva em cada um como a necessidade de reconhecer-se, e reconhecer o outro, apenas enquanto trabalhador, não no sentido coletivo da classe trabalhadora, da classe que tem o trabalho explorado, porque esse reconhecimento depende da consciência de classe em degenerescência, mas no sentido de uma existência

resumida à condição de trabalhar (à força de trabalho) para a reprodução do capital sem consciência disso, isto é, como mercadoria utilizada ou disponível para a exploração do capital:

O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é *para si* como capital, e só é, como capital, assim que um *capital é para ele*. A existência (*Dasein*) do capital é sua existência, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele. A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem quem trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (*Arbeitsmenschen*), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso são figuras (*Gestalten*) que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio. (pp. 91-92, inserção no original)

O reconhecimento (apresentado como “respeito”) circunscrito aqueles que trabalham e se encontram dentro da relação de trabalho deixa-se observar no depoimento *E.BDB.14-6.6* citado em outra seção, com outros propósitos, e retomado a seguir. Nele, o sujeito afirmou:

e o Brasil que eu quero é um país sem corrupção, com mais saúde, educação, *mais respeito aos agricultores, professores, empresários e todos que trabalham*, com ordem e progresso, e que as pessoas entendam que a nossa maior riqueza, nosso maior tesouro, somos nós, os brasileiros.

Soa semelhante a manifestação do depoimento *E.JG.15-6.6* no qual a depoente, uma mulher idosa, falou sobre dignidade e “trabalho honesto”:

o país que eu quero é que o governo bote mais trabalho, que não feche empresa e lojas, fábricas que tão fechando, que bote o pessoal para trabalhar, que precisa, que pai de família tem uma casa digna e trabalho honesto.

É somente enquanto geradoras de valor que as pessoas têm valor na sociedade capitalista e isso se transfere, com atenuações, para uma moralidade cujo objetivo é edificar a figura do trabalhador, seja lá qual for sua profissão (a mais degradante ou a mais privilegiada, cada qual reconhecida na hierarquia), como uma figura digna de respeitabilidade, honesta. Porém, alçado a essa posição superior não é, como parece, o trabalhador, mas o trabalho em si mesmo, apesar daquele parecer o cerne (lembrando que não estão em avaliação as concepções das manifestações de sujeitos isolados, mas a ideologia que se reproduz por meio deles e contra eles). Isso se presentifica no depoimento *E.JG.14-6.4*, de um homem adulto em uma plantação: “eu quero um Brasil onde o povo dê *mais valor ao produtor rural e ao homem trabalhador* desse país e que aprendam a votar para depois não ficar reclamando aí dos nossos governantes”. No pedido por respeito e valorização daqueles que trabalham sem pôr em questão a concretude social do trabalho alienado está gravado o louvor ao trabalho nas condições dadas, portanto, o louvor ao capital que se reproduz a partir da exploração deles, pois a “efetivação do trabalho” corresponde à “desefetivação do trabalhador” (Marx, 1932/2010, p. 80). Trata-se do infortúnio dos trabalhadores no capitalismo: “Com seu salário, eles aceitaram ao mesmo tempo o princípio da expropriação do salário (*Entlohnung*)” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 163).

Se, contudo, o clamor por respeito e valorização tende a florescer como ideologia em homenagem ao trabalho como fim em si mesmo disfarçada pela dignificação dos trabalhadores, as raízes desse clamor estão fincadas no solo árido da realidade de rebaixamento do trabalhador, como foi indicado. Entre a aridez desse solo e a ideologia florescida ocorre uma transmutação. O medo e a necessidade de assegurar a sobrevivência coagem os indivíduos a aderir à ideologia que floreira o trabalho, embora a renúncia e o sacrifício desmedidos que o caracterizam sejam o maior anátema que pesa sobre eles, sobre todos. No percurso dessa transmutação se inscrevem importantes diferenças para a análise da ideologia: por um lado, há sua necessidade social enquanto lógica de uma sociedade irracional e, por outro lado, há o que representa em relação às necessidades objetivas e racionais de quem adere a elas (classes e grupos, mas também indivíduos). No louvor ao trabalho, a irracionalidade objetiva também conta com a racionalidade objetiva e subjetiva da autopreservação; racionalidade contraída, mas impetuosa.

Na sociedade dominada pelo trabalho estranhado não cessa a convocação para cada um fazer sua parte, embora as condições desse fazer ameacem cada vez mais a manutenção da existência da parte quanto mais cresce o todo. A adaptação a tal estado de coisas ditada pela necessidade de autoconservar-se se inscreve com tamanha profundidade no interior das pessoas que a elas não é incomum aparecer como um selo de dignidade a capacidade de continuar existindo apesar das limitações impostas à existência. Também não é incomum que essa “dignidade” no indigno seja convertida em intimação ao outro, que também deve se submeter. No depoimento *E.BDB.20-3.6* algo dessa convocação pode ser observado. O depoente, um idoso com uma criança no colo, tinha diante de si uma banca com produtos de agricultura. Atrás dele, uma tela sombrite formava uma estrutura semelhante a uma estufa ou uma horta. Legumes e frutas, como abóboras e mamões, eram oferecidos à venda e havia indicações de preços muito baixos (dez centavos a unidade, sessenta centavos a unidade). Na banca, em primeiro plano, havia placas com os seguintes dizeres: “Preciso vender”, “Eu confio na sua honestidade”, “Vamos mudar a imagem de que os brasileiros são desonestos”. Uma caixa encontrava-se sobre a bancada destinada ao comprador para que ele depositasse o dinheiro por conta própria e outra caixa era destinada ao troco. A mensagem pronunciada foi a seguinte: “o Brasil que as crianças almejam é um país dirigido por pessoas honestas e capazes de mudar nossa realidade. Eu estou fazendo a minha parte. E você?”. Sob a mensagem aberta da propagação da honestidade como fundamento da mudança da realidade — mas também por meio dela — promoveu-se, como mensagem oculta, a capacidade de continuar fazendo a própria parte, em um sentido individualista, imbricada de certo autoelogio, em contrariedade com as condições existentes. A enunciação “Eu estou fazendo a minha parte” acrescida da interpelação “E você?”, é tributária

da pseudoatividade e marcada por uma vagueza; junto da propagação da honestidade há uma recomendação às pessoas de seguirem fazendo sua parte do modo que lhes for possível e nas condições que lhes estão dadas, sem questioná-las. O depoimento insinuava ser possível seguir participando ainda que em situação de precariedade e necessidade, como sugerem os preços muito baixos dos produtos anunciados e a cortante inscrição “Preciso vender”. Se bem que não seja mencionado, está no centro dessa mensagem a carência e o trabalho, pois “fazer a sua parte” também é trabalhar.

Noutros momentos, como no depoimento *E.HI.22-3.4*, o hino ao trabalho apareceu nos depoimentos de modo furtivo, mas confessando-se em sua simpatia pelo “louvor do ritmo de aço” (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 113). O depoimento foi gravado por um homem idoso caminhando no que parece ser uma antiga estação de trem abandonada, nele o depoente disse: “estou na cidade de [diz o nome do município]. Aqui os trens transitavam normalmente em 1966. Este é o Brasil que eu quero ver... [titubeia] *trabalhando*”.

O último depoimento a ser apresentado não traz explícita a questão do trabalho, do emprego ou da produção, mas estampa a desigualdade produzida pelo avanço da sociedade capitalista na forma de concentração do capital. Trata-se do depoimento *E.JN.23-3.6* comunicado por uma mulher adulta que afirmou:

eu quero um país que, ao invés de aumentar o número de milionários, apenas diminua o número de pobres e miseráveis e aquela mesma lei que prende um ladrão de leite sirva para prender um ladrão de saúde, de educação e de segurança.

É sensível a presença do desejo por outro ordenamento e o que é visado é a desigualdade obscena entre milionários e miseráveis, entre aqueles “criminosos” movidos pela fome e aqueles que privam a população de seus direitos, mas a expressão parece trair a intenção e as soluções não questionam a estrutura cuja lógica produz todas aquelas excrescências sociais — a opulência e a indignância; a bárbara punição contra a mínima transgressão diante da máxima injustiça e a condescendência sistêmica para com uma grave violação social. Parece ser suficiente que o número de milionários apenas não aumente e que o número de pobres apenas diminua. Os milionários podem continuar existindo e os presos por bagatela também, desde que um ordenamento e uma lei idênticos atinjam seus supostos contrários; mas, enquanto existir um, haverá o outro. Para haver um único milionário são necessários milhões de miseráveis. Tais ordenamento e lei são insatisfatórios. Um ordenamento digno deve abolir a existência da concentração que produz a opulência e a pobreza; uma lei justa não deve punir um “ladrão de leite”. A superação de ambos é mutuamente determinada.

Mas, talvez, aquele possível curto-circuito entre intenção e expressão seja um discreto vestígio da convulsão da consciência, uma tentativa de pensar ou desejar “o mundo de outro

modo do que é” (Adorno, 1967/1995, p. 115)⁷⁸. É como um curto que algum incremento da tensão do pensamento animado pela imaginação deve ser experimentado nos estreitos circuitos, nos contraídos esquemas, da consciência reificada; talvez possa danificá-la de algum modo ou ao menos demonstrar que sua estreiteza — que faz dela eficaz nesta sociedade — é defeituosa e insuficiente para pensar criticamente os impasses sociais e políticos.

Neste conglomerado ideológico nota-se a incapacidade de imaginar a realidade de forma distinta da existente como uma das mais ressaltadas ablações da consciência realizadas por intermédio da indústria cultural e, especificamente, reiterada por parte do empreendimento do PBQQ. Seu operacionalismo na política garante que esta não ouse desafiar os interesses econômicos da ordem social capitalista e que isso não seja exigido dela pelas pessoas, incapacitadas de formular proposições com alguma radicalidade incompatível com tais interesses. Há uma relação entre essa interdição e a reversão da “tendência global à redução do tempo de trabalho” (Löwy & Besancenot, 2021, p. 89), bem como entre ela e o eclipsar da demanda por redução da jornada de trabalho no “horizonte das mobilizações proletárias há várias décadas” (p. 83). É significativo que este conglomerado tome por objeto o trabalho constelando em sua volta premissas falseadas do economicismo, da moralidade e de um tipo de pseudorealismo, pois o trabalho não pode ser diferente sem necessariamente revolucionar toda a realidade, porque é o próprio modo de produzi-la; “deixar de enfatizar a necessidade do trabalho no capitalismo é contribuir com o seu desmoronamento” (Crochík, 1999a, p. 26). Se a promessa de reduzir a um mínimo o trabalho soar com alguma razoabilidade, evoca a possibilidade de desacoplá-lo da renúncia (Adorno, 1969/1995), mas é da renúncia que subsiste o capital, por isso, tal expectativa, quando comunicada, o é de modo desarticulado e desacreditado; debilitada na origem, só pode nascer morta.

3.4.5 A política como administração e gerenciamento

No dia 26 de setembro de 2018 o segundo bloco da edição do *Jornal Nacional* apresentou, depois de uma notícia internacional, uma matéria com atualizações da *Operação Lava Jato*

⁷⁸ Na edição do livro *Educação e emancipação*, traduzido para a língua portuguesa por W. L. Maar, esta mesma passagem é vertida de modo diferente. Ao invés dos verbos *pensar* e *desejar*, consta o verbo *imaginar*, “imagina o mundo diferente do que é” (Adorno, 1971/1995, p. 129). Recupera-se essa diferença porque, no conjunto, os diferentes verbos enriquecem a discussão. Entre pensar, desejar e imaginar há uma tensão importante.

relatando a prisão de dezoito pessoas envolvidas na arrecadação de propinas em negociações sobre a concessão de rodovias. Na sequência, noticiou os resultados de uma operação coordenada pelo Ministério da Segurança Pública contando com quase quatro mil policiais e que prendeu “1.469 suspeitos de roubos e latrocínios”. Depois, outra matéria tratou da aceitação por parte da Justiça Federal de denúncia contra 33 pessoas por formação de cartel em obras do sistema viário de São Paulo em um esquema baseado no “conluio entre construtoras” que atuavam para eliminar a concorrência com o auxílio de agentes de empresas públicas responsáveis pelas licitações. A última notícia do bloco informou a decisão do Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF-4) de reduzir a pena do “ex-ministro petista José Dirceu para oito anos e dez meses” depois de ele ter sido condenado a onze anos e três meses por corrupção e lavagem de dinheiro. A notícia terminou com a indicação de que era a segunda condenação do TRF-4, mas o STF havia determinado que José Dirceu podia aguardar em liberdade os recursos ao Supremo Tribunal de Justiça. Não somente nesta última notícia, tratando de José Dirceu, mencionava-se os políticos envolvidos nos casos de corrupção; a notícia sobre a *Operação Lava Jato* e sobre a denúncia de formação de cartel em obras públicas em São Paulo listava nomes de políticos acusados ou daqueles que governavam no período que os possíveis crimes de corrupção haviam ocorrido (Bonner & Kamel, 2018 Set 26).

Caberia discutir a inserção de uma sucinta nota sobre o sucesso de uma grande operação policial, comprovado por significativos números, dentre essas notícias mais longas a respeito da corrupção, cuja função é propor uma resposta para o problema e, possivelmente, contrastar a eficácia da força policial em relação à degradação dos representantes políticos, mas a análise detida sobre a questão da corrupção ainda será aventada. Neste momento volta-se a atenção para outro aspecto que ressona particularmente no conjunto de depoimentos que foi exibido, ainda no segundo bloco, sucedendo imediatamente àquelas notícias. Não será surpreendente a constatação de que o primeiro depoimento inserido se dedicava ao tema da corrupção, o segundo depoimento ressaltava “os problemas que enfrentamos atualmente no cenário político nacional” sem, todavia, especificar quais eram esses problemas — portanto, em perfeita harmonia com o preenchimento realizado pelas notícias —, porém, é o depoimento *E.JN.26-9.3*, o terceiro do bloco, que se torna elucidativo para o conglomerado ideológico analisado nesta seção sobre a política como administração e gerenciamento. Quem o comunicou foi um homem adulto em frente à edificação de um fórum eleitoral; ele afirmou: “Eu quero um Brasil com bons administradores, bons gestores, bons diretores, bons políticos, mas, acima de tudo, com bons eleitores, porque bons eleitores fazem toda a diferença”.

Postos em tensão as notícias, cujo núcleo era formado por problemas de corrupção envolvendo políticos e empresas, e este depoimento específico, nota-se a constatação, por parte das notícias (mas também pelos dois primeiros depoimentos, por hora citados indiretamente), da frequente atuação criminosa (corrupta) de representantes políticos em sua relação com empresas enquanto no depoimento observa-se o pedido por “bons administradores, bons gestores e bons diretores”. O pedido por “bons políticos” só vem depois de serem enunciados esses cargos administrativos e, provavelmente, um bom político implicaria no desempenho ideal como administrador, gestor e diretor. Considerando que no escopo do PBQQ todos os pedidos estavam endereçados ao processo eleitoral em curso, é possível sugerir com certa segurança que o conteúdo do depoimento assinalava como característica de políticos capazes de construir o Brasil desejado para o futuro a capacidade de bem administrar, gerir e dirigir.

Quando o princípio econômico sorve o todo social e a política deixa de ser somente mais um negócio e o negócio se torna a política inteira (Horkheimer & Adorno, 1947/1985), a lógica administrativa, proveniente do mundo dos negócios, se expande. Nada mais coerente com isso que os representantes políticos — como os representantes em geral (nos âmbitos da educação, da cultura, do direito, mas descendo até às dimensões microssociais) — sejam tanto mais adequados quanto mais conduzam a coisa pública como os administradores, gestores e dirigentes conduzem uma empresa. O depoimento supracitado, bem como os outros reunidos no conglomerado em discussão, manifesta a ideologia contida nesse processo, a saber, a *ideologia da competência*, tal como nomeada por Chaui (1981/2021, 1982/2021, 1983/2021).

Essa conformação da ideologia visa fornecer “uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção econômica” (Chaui 1981/2021, p. 53). As desigualdades sociais passam a ser justificadas a partir de uma distinção fundamentada na propriedade de alguns sobre os conhecimentos técnico-científicos da qual os outros estão apartados, fundando uma hierarquia particular entre os *competentes* e os *incompetentes*. Essa hierarquia serve ao domínio e pretende justificá-lo ocultando as divisões de classe decorrentes da exploração material e apresentando as relações sociais divididas entre comandantes e comandados — os executores de tarefas e os especialistas administradores — como um mero epifenômeno de uma sociedade técnica e cientificamente organizada.

É o controle total da organização do trabalho industrial, da etapa de produção até a distribuição, universalizado com o fordismo, a base material da ideologia da competência, na medida em que tal controle difunde o mesmo modelo de relações sociais, a *organização*. Chaui (1981/2021) observa que nesse modelo os agentes sociais encarnados parecem desaparecer e o

poder eflui do próprio funcionamento da organização. Esta é administrada, o que significa que se introduz um tipo de racionalidade (a racionalidade administrativa) para a qual “não é necessário discutir os *fins* de uma ação ou de uma prática, e sim estabelecer *meios* eficazes para a obtenção de um objetivo determinado” (p. 55).

Convém destacar a ênfase observada no depoimento citado anteriormente, passível de ser verificada em algumas das manifestações subseqüentes, no processo de gestão, administração e direção, no modo de organização da política e nos critérios promissores dos políticos (os agentes sociais a serem *contratados*) simultânea ao não estabelecimento das finalidades, dos objetivos, de contornos de um projeto social, ou seja, do que a política deveria assegurar. Solicita-se bons administradores, no entanto, permanecem indeterminados os critérios de ponderação sobre o que é “bom” e o objeto de ação; a racionalidade dos meios depende, todavia, do caráter racional dos fins. Tal indeterminação é, porém, aparente em certa medida, pois a racionalidade de uma organização naquele modelo está encerrada nos próprios meios, logo, bons administradores são aqueles que asseguram a eficiência seja ela qual for, a qual decorre do estabelecimento de uma rigidez hierárquica de cargos e funções. Essa eficiência é garantida, afirma Chauí (1981/2021), por uma administração científica racional que faz da organização uma entidade capaz de funcionar por si própria, a despeito da vontade e decisão de seus membros. Isso permite pensar que, quando o modelo da organização é transferido para a política, faculta que os sujeitos sociais coletivos e individuais se desresponsabilizem pela sociedade e os impasses tendam a aparecer como decorrências da má administração; a solução é a busca por gestores competentes. Semelhante à situação de uma empresa com os lucros em baixa que renova o quadro de funcionários dirigentes, parece bastar à política renovar a cúpula no poder, como consta no depoimento *E.JG.22-3.7*, de um homem adulto cuja mensagem foi gravada em frente a uma igreja: “o Brasil que eu quero é um Brasil mais justo, com mais representantes de governos competentes e que esse ano de 2018 seja um ano de renovação”. O ideal de justiça, um vestígio da preocupação com os fins, ainda se deixa observar, mas não é irrelevante que na linguagem seja possível identificar os traços do jargão organizacional da ideologia da competência — um indício da ideologia que opera com muito mais força abaixo da superfície da linguagem —, como na propensão a nomear como gestores os políticos, verificada no depoimento *E.JN.29-9.5*, de uma mulher adulta em uma construção abandonada:

Sou de [diz o nome da cidade], [diz o nome do estado], a cidade onde aparece nas reportagens o índice mais alto de pobreza. O Brasil que eu quero é que os governantes, juntos com os *gestores* da nossa cidade, olhem mais pela educação e pela saúde da população.

Há um mito da competência sob essa conformação da ideologia cujas características são: a fragmentação das especialidades dos conhecimentos em função de necessidades administrativas, burocráticas e econômicas estranhas ao próprio saber; a apropriação por parte dos especialistas dos setores administrativamente fragmentados, especialistas que são investidos de poderes, em seu universo delimitado de ação, sobre os não especialistas; o exercício desses poderes como dominação social e política submetendo os não competentes àqueles capazes de outorgar ou proibir (Chaui, 1983/2021). Embora seja muito mais do que um campo do conhecimento, a esfera política é tratada pela ideologia da competência como uma dessas especialidades (não é irrelevante o surgimento relativamente recente de uma disciplina específica, a *ciência política*); os políticos assumem o aspecto de políticos profissionais, especialistas na matéria; entre governantes e governados é estabelecido um código de distinções que permite o exercício da dominação. Na medida em que a ideologia da competência “garante a alguns o direito de dirigir, controlar, manipular e punir os demais, reduzidos a meros executantes de ordens cujo fim, sentido e origem permanecem secretos”, ela “transforma a capacidade real do processo de conhecimento em álibi para mandar e desmandar. O mito da competência é incompatível com a democracia social, política, econômica e cultural” (p. 118). O caráter heteronômico, antidemocrático e coercitivo da ideologia da competência fazendo apelo à ordem; sua afinidade com a perpetuação de uma sociedade dividida entre lideranças e liderados, e não constituída por sujeitos autônomos; e sua devoção ao ordenamento econômico existente, apesar de seu alheamento à humanidade, ocultado pela cortina da neutralidade técnica e científica que se expressa no louvor ao progresso deixa-se notar no depoimento *E.HI.23-3.5*, comunicado por uma mulher idosa tendo ao fundo um lago e um prédio histórico: “eu quero para o Brasil ordem, progresso e homens honestos nas lideranças, grandes estrategistas financeiros”. A competência é, nesse caso, a habilidade em ser estratégico no campo financeiro permitindo entrever a relação com o modelo da organização econômica.

As marcas da ideologia da competência podem ser observadas no depoimento *E.JN.24-9.6*. Ele foi comunicado por uma mulher adulta em frente a uma edificação religiosa católica: “o que eu quero para o futuro do meu país é que nesse ano político possa ter pessoas realmente competentes para administrar o país e eu ter orgulho de eu ter meu título de eleitor”. Se, como afirmou Chaui (1981/2021), a eficácia da lógica administrativa depende da identificação dos membros com a organização e seus objetivos, um rastro da ideologia da competência está presente naquele depoimento na medida em que nele aparece vinculado ao atingimento de um estado ideal de competência administrativa na política do país a possibilidade de orgulhar-se enquanto eleitor, ou seja, alguma identificação; em lugar da satisfação por uma vida digna

aparece a imagem da satisfação degradada à forma do “orgulho eleitoral”, constatação do enfraquecimento da capacidade de pensar sobre finalidades substantivas e racionais.

É consequência da ideologia da competência a conversão de “questões políticas em problemas técnico-administrativos que as despolitizam em variáveis de equações esdrúxulas montadas pelos competentes” (Chaui, 1983/2021, p. 118). Sua funcionalidade para a indústria cultural e os esquemas de percepção e compreensão da realidade que ela se dedica a difundir é patente: uma vez estabelecido que há os competentes e que os problemas sociais derivam da incompetência, os inúmeros especialistas competentes são convocados para deliberar, com autoridade reconhecida, sobre tais problemas, como os especialistas em economia afirmando a necessidade de criar mais indústrias ou reduzir a carga tributária para alavancar a geração de empregos e combater o desemprego e a miséria existentes; uma daquelas equações esdrúxulas (debatida no tópico anterior) na qual a diminuição da miséria é um pretexto para o investimento maciço nas empresas e para desafrouxar uma das poucas cordas que as seguram, os impostos.

Um dos principais papéis desse conglomerado ideológico no PBQQ foi reforçar a concepção da existência de um simples problema de competência na política brasileira, para isso apelou-se ao ardil — e torna-se ardil na medida em que é organizado e reproduzido pelo meio de comunicação em questão, e não como um artifício dos depoentes — de anular a generalidade das questões sociais reduzindo-as a meras dificuldades administrativas concomitante ao enaltecimento da nação e à minimização dos conflitos sociais. Observa-se esse ardil nos depoimentos *E.HI.04-9.2* e *E.CS.09-6.1*, a seguir. Ambos foram comunicados por homens idosos; o primeiro com uma vara de pesca em uma paisagem formada por um rio e vegetação ciliar; o segundo em frente a uma área cultivada e cercada:

Não procuro um país melhor de que esse [aponta discretamente para a paisagem ao fundo]. O Brasil é perfeito. Não tem país melhor de que o Brasil, é só o povo brasileiro aprender a cuidar melhor dele e arrumar boa administração para ele, mas o país já é perfeito. Não tem Brasil melhor de que esse.

o Brasil que eu quero é este Brasil tão rico e tão bonito, mas falta competência dos políticos e honestidade para governá-lo.

O teor conformista dos depoimentos é manifesto e eles permitem assinalar o quanto é reduzida a complexidade das problemáticas no interior das formações da ideologia da competência porque desaparece a capacidade de determinar suas bases e a resolução daquilo cujo caráter intrincado foi suprimido restringe-se a um mero arranjo exterior, ao fim e ao cabo não parece sequer haver problemas reais. Essa simplificação resultante da denegação dos antagonismos e contradições, do apagamento do conflito bem como a externalidade da relação com eles é afeita à lógica administrativa, pois “A administração é externa ao administrado, subsume-o [*sic*] em vez de apreendê-lo. É isso justamente o que está na essência da própria

racionalidade administrativa, que apenas enreda e ordena” (Adorno, 1960/2020, p. 248); “por sua própria natureza e prescrição, a administração deve recusar-se a inquirir o administrado sobre a verdade da coisa mesma, sua qualidade imanente, suas razões objetivas” (p. 250). Na consciência, se for possível derivar daqueles depoimentos esta conclusão, o emparelhamento com a racionalidade administrativa, se começa com certo objetivismo ou realismo ingênuo, parece culminar em um estado de regressão caracterizado pela incapacidade de reconhecer o problemático e de determinar diferenças, como a diferença entre a política e a natureza que aparecem imediatamente aproximadas e igualmente subestimadas em seu caráter problemático. Há uma quebra da relação entre sujeito e objeto, um alheamento à realidade, alheamento que faz os sujeitos falarem, tendo a política como contexto, que o Brasil é perfeito, é o melhor, é rico e é belo, conquanto seja explícito o grave avanço da barbárie no país.

Há razões para supor uma relação entre a ideologia da competência (Chauí, 1981/2021, 1982/2021, 1983/2021) e a ideologia da racionalidade técnica (Horkheimer & Adorno, 1947/1985; Crochík, 1999a). Na ideologia da racionalidade técnica todas as esferas da vida são regidas pela racionalidade da produção tecnológica, a “administração racional” disfarça a dominação, e as forças produtivas (a tecnologia como um de seus expoentes) se dedicam a perpetuar as relações de produção existentes baseadas na expropriação, embora pudessem servir à libertação (Crochík, 1999a). Característico dessa conformação da ideologia é aparentar neutralidade; mas a mesma neutralidade com a qual se dirige para as variadas dimensões da realidade é a progressão da lógica total de dominação, uma vez que a racionalidade técnica se tornou a racionalidade da própria dominação (Horkheimer & Adorno, 1947/1985):

Reduzindo a percepção do mundo através da expansão de sua racionalidade, a visão tecnológica tende, nas diversas esferas da vida em que se apresenta, a dotar essas esferas daquela racionalidade. Como o saber técnico utiliza procedimentos operacionais na resolução de tarefas, tudo deve ser alvo da operacionalização. A *política*, a educação, a comunicação, a sexualidade, a família, o trabalho, são entendidos através de uma única dimensão: a da realidade existente. (Crochík, 1999a, pp. 30-31, *itálicos nossos*)

Quando, nos depoimentos, se diz “competência” sem que seja necessário especificar o caráter dessa competência, seu objeto, seu sujeito, nem mesmo seus meios e, menos ainda, sua finalidade observa-se o alcance da ideologia em fazer da competência uma capacidade com suposta neutralidade inclusive quando se trata da política, que é a matéria dos depoimentos. Ela se apresenta de modo autoevidente porque apenas designaria a aptidão para operacionalizar os procedimentos com celeridade e eficácia técnica, mas “em uma sociedade falsa, a técnica se desenvolve de um modo falso” (Adorno & Horkheimer, 1996/2014, p. 42, tradução nossa). Sobre a técnica, entretanto, deposita-se uma espécie de fé, como se seu progresso, o avanço das incontáveis inovações por ela produzidas, fosse capaz por si mesmo de instaurar o novo, de

promover alguma mudança cuja realização depende, na verdade, da humanidade consciente e da orientação racional da técnica liberando o potencial nela encerrado de auxiliar a redefinir as relações de produção e libertando-a da destrutividade que “tornou-se o protótipo da nova qualidade da técnica” em seu “enredamento nas relações sociais, nas quais se encontra envolvida” (Adorno, 1972/1986, p. 69). Aquela fé na tecnologia, sem criticar sua orientação para a dominação, e o entendimento de que os governantes devem estar sintonizados com o investimento em tecnologia e inovação encontra-se no depoimento *E.JH.13-6.4*, de um homem adulto, um engenheiro de desenvolvimento, como ele próprio informa:

eu sou engenheiro de desenvolvimento e o Brasil que eu quero é um Brasil onde se invista em educação, em novas tecnologias, em inovação e que a corrupção nunca mais exista, que os novos governantes que entrarão esse ano repensem tudo isso.

A credulidade nas “novas tecnologias” e na “inovação” sem preocupação com o estabelecimento de suas finalidades complementa-se com uma espécie de pensamento mágico desejoso de que “a corrupção nunca mais exista”.

Analisando nos sujeitos manifestações da ideologia da racionalidade técnica, Crochík (1999a) sugeriu a presença dessa ideologia na dimensão política justamente a partir da concepção reproduzida pelas pessoas de que o problema político brasileiro se devia a ausência de equipes de dirigentes sem competência técnica, a mesma concepção que se encontra explícita em depoimentos coligidos e citados anteriormente, provenientes do PBQQ. Outra dimensão analisada pelo autor dizia respeito à “conversão dos problemas políticos em questões técnicas” na qual a “ideia da neutralidade tecnológica parece estar presente” (p. 162). Traços semelhantes da ideologia da racionalidade técnica na política foram verificados nos depoimentos analisados. Cabe ressaltar, entretanto, a contradição objetiva anotada por Crochík (1999a) de que “se os problemas políticos não podem ser reduzidos à competência técnica, essa última não deixa de ter a sua importância” (p. 162). Embora a técnica tenha sido fetichizada e se desenvolva de modo falso nesta sociedade, ela ainda é a base objetiva da possibilidade material de libertação desse estado de falsidade; parece ser por esse motivo que Horkheimer e Adorno (1947/1985) qualificaram como reacionária a destruição das máquinas.

Além da ideologia da racionalidade técnica inscrita nos depoimentos analisados nesta seção, responsável por reproduzir a percepção da política como uma instância administrável tal qual uma organização e por constriuir os impasses sociais de modo que eles se tornam meros objetos de soluções tecnológicas convertendo-se, portanto, em pretextos para os arautos da tecnologia — com frequência arautos da própria dominação, conscientes ou não — galgarem posições de poder e assegurarem a reprodução da dominação, há outra dimensão crucial da ideologia da racionalidade tecnológica presente no empreendimento do PBQQ como um todo.

Do início ao fim no PBQQ, fez-se propaganda dos meios tecnológicos: o celular (veículo com o qual os espectadores deveriam gravar suas mensagens), a *internet* (por intermédio da qual enviariam o material gravado e podiam acessá-lo depois de sua exibição, para aqueles selecionados para irem ao ar) e a televisão (na qual os depoimentos foram exibidos, o palco principal da iniciativa). Não é casual que no dia 14 de janeiro de 2018, na edição do *Fantástico*, data da primeira convocação do público por parte do PBQQ, os espectadores foram comovidos com a reportagem de abertura do programa que contava a “história de um casal [que] começou a mudar depois de uma foto”, um homem e uma mulher que, vestidos para o casamento, não puderam se casar, pois o horário da cerimônia no cartório era mais tarde do que esperavam e precisaram voltar para casa de ônibus trajando as roupas da cerimônia. Foram fotografados nessa situação e a imagem se popularizou nas redes. Nessa história interessa menos o conteúdo e mais a insistência com que se fez propaganda do meio técnico, o celular, capaz de “realizar sonhos” em uma “corrente do bem”, pois a divulgação das fotos do casal, tiradas por uma pessoa que viu os noivos parados no ponto de ônibus, mobilizou a cidade e várias pessoas se uniram e contribuíram para proporcionar uma celebração do casamento. Uma das entrevistadas, no fim da matéria, falou sobre o “abençoado celular que tirou a foto” (Bernardes & Villela, 2018 Jan 14). A ideologia da racionalidade técnica cinge com halo bendito objetos técnicos, santificando-os. O que é santificado é apenas fonte de graça. É este o brilho que atrai as pessoas no fenômeno da “catexização afetiva da técnica” (Adorno, 1969/1995, p. 218), da qual o próprio PBQQ dependia e foi por ele reforçada. No texto da primeira ocorrência da chamada para o PBQQ, na mesma edição dessa história na qual o celular assumiu o papel de sujeito capaz de realizar sonhos, transmitiu-se o seguinte recado ao público na voz da jornalista Ana Paula Araújo, no qual fez-se apoteose da tecnologia como mensageira e ajudante:

2018, ano em que os brasileiros vão às urnas para escolher governadores, senadores, deputados estaduais, federais, e o próximo, ou próxima, presidente da república. Ano em que vamos escrever um novo capítulo da nossa história. Somos mais de 144 milhões de eleitores em 5.570 municípios. E a gente pergunta: “Que Brasil você quer para o futuro”. *A tecnologia vai levar o seu recado para a tela da Globo. Segundo dados do IBGE pelo menos 139 milhões de pessoas com dez anos de idade ou mais, têm celular no Brasil. E é com a ajuda dele [toca o celular que segura na mão] que a gente quer conhecer você.* (Bernardes & Villela, 2018 Jan 14)

Também não é casual a veiculação no dia 15 de janeiro, o dia seguinte, na edição do *Jornal Nacional*, quando o segundo modelo da chamada foi apresentado ao público pela primeira vez nesse programa, de uma reportagem no segundo bloco a respeito das dificuldades existentes em algumas regiões para acessar o sinal de telefonia celular. Na escalada do telejornal a última manchete foi referente a essa notícia, os repórteres Giuliana Morrone (G. M.) e Heraldo Pereira (H. P.) se alternaram para anunciar o seguinte texto: “[G. M.:] Você vai ver os brasileiros

que penam para encontrar o que deveria estar presente em praticamente todas as localidades. [H. P.:] O sinal de telefone celular”. A matéria ressaltava a dificuldade de “milhares de brasileiros” para conseguir sinal para falar no celular ou acessar à *internet*, assinalava em tom de contradição que, mesmo estando na cidade de São Paulo, mas sem “celular e internet, a sensação é de morar no esquecimento” e tratava da questão em termos de “desigualdade de sinal, fruto da má distribuição dessa infraestrutura na cidade” questionando-se “por que uns têm pouco e outros têm tantas antenas e bom sinal?”. Apresentou-se o dado, referente à cidade de São Paulo, “da necessidade de mais 12.000 antenas para que ninguém se sinta excluído ou injustiçado” (Bonner & Kamel, 2018 Jan 15). Não se trata de questionar a relevância da problemática, mas é imperativo assinalar que, ao discutir a questão da problemática do sinal de celular e *internet* em termos de desigualdade, má distribuição, do contraste entre alguns com muito e muitos com pouco chegando a tratar os últimos como excluídos e injustiçados, os traços da própria dinâmica dos problemas sociais concernentes à desigualdade econômica, resultados da concentração e da superexploração, são transferidos para problemas de ordem tecnológica e a realidade desigual e injusta é preterida junto com seus determinantes econômicos.

O último exemplo das manifestações da ideologia da racionalidade tecnológica presente no PBQQ advém da edição do dia 29 de setembro do *Jornal Nacional*, o último dia de transmissão de depoimentos, logo após o bloco com as manifestações ser apresentado, na reportagem especialmente preparada para finalização dessa etapa do PBQQ. Dados gerais sobre o alcance do empreendimento, seu andamento e a participação do público, bem como os repetidos agradecimentos à audiência foram comunicados nessa reportagem ao final do telejornal por William Bonner e Renata Vasconcellos. Em certo momento, esta afirmou: “E de todos os nossos 5.570 municípios apenas em 27 os cidadãos foram *vencidos* pelas dificuldades de conexão com a *internet* ou pelas limitações do celular disponível e não conseguiram aparecer aqui” (Bonner & Kamel, 2018 Set 29). Na relação com a técnica governada pelos setores monopolizados os sujeitos que não se adequam a ela — porque não querem ou não podem é indiferente neste caso — são apresentados como “vencidos” e essa ideologia nem sequer pode admitir a possibilidade da existência de sujeitos que apenas se negaram a subscrever à tecnologia sendo forçada a preencher a lacuna e fazer com que todos acreditem que aqueles dos quais não obteve resposta tiveram problemas técnicos. É possível que tenha sido esse o caso, mas é possível que não tenha sido. Se não há meios de indicar que nos 27 municípios houve uma espécie de recusa, também não há base para afirmar que foram insuficiências técnicas a razão de não haver representantes dessas cidades, como foi afirmado por representantes do canal. Para a ideologia, porém, é imponderável admitir algo além de si própria; ao proclamar

aqueles sujeitos como vencidos ela confirma a vitória de si mesma e da técnica. Por tudo isso, a compreensão do PBQQ depende de não subestimar a centralidade da propaganda dos meios, a despeito de qualquer mensagem específica (embora elas sejam importantes) e por intermédio de todos os tipos de mensagem propagados. Instrumentalmente, todas as mensagens passaram por um mesmo circuito técnico e são estes os meios que têm sido progressivamente explorados pelas forças políticas no sistema formado por eles. Difundir o uso de cada um deles para manter a coesão do sistema é papel da indústria cultural, para isso ela mobiliza qualquer conteúdo em voga, desde que culmine entronizando a técnica por si mesma:

É com razão que o interesse de inúmeros consumidores se prende à técnica, não aos conteúdos teimosamente repetidos, ociosos e já em parte abandonados. O poderio social que os espectadores adoram é mais eficazmente afirmado na omnipresença do estereótipo imposta pela técnica do que nas ideologias rançosas pelas quais os conteúdos efêmeros devem responder. (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 127)

3.4.6 Riquezas naturais

Dois dos depoimentos discutidos no conglomerado precedente, *E.H1.04-9.2* e *E.CS.09-6.1*, nos quais as pessoas manifestaram requerendo governantes competentes e responsáveis para administrar o país que, segundo seu julgamento, é perfeito, rico e belo, aludindo ao vigor natural, resumem o objeto deste conglomerado dedicado à análise da função ideológica do apelo às riquezas naturais. É oportuno remeter-se àqueles dois depoimentos — citados na seção anterior como expressão da ideologia da competência (e/ou ideologia da racionalidade tecnológica) — para registrar que as conformações da ideologia não são mutuamente excludentes, ao contrário, se retroalimentam e podem tomar parte em um único enunciado, mesmo conciso, como é o caso das opiniões em análise. Quando o sujeito do depoimento *E.H1.04-9.2* parte da constatação de que o Brasil é perfeito e de que não procura um país melhor apontando para a paisagem ao fundo, a propagação da imagem de uma nação agraciada com dotes naturais suspende a percepção dos severos problemas sociais, inebria a consciência com a paisagem verdejante e prepara para que ela se aquiesça com a conclusão de que basta “aprender a cuidar melhor” do país e “arrumar uma boa administração”, tornando-se fundamento para as resoluções da lógica administrativa da ideologia da competência. O recurso a essa imagem da prosperidade natural, por meio da qual o Brasil se vende e é vendido, justifica a suspeita de que esta seja uma dimensão crucial da ideologia politicamente aproveitada.

Outras manifestações do enaltecimento da fecundidade natural podem ser notadas em depoimentos arrolados em outros conglomerados e já se ressaltou o impacto da prescrição por parte do PBQQ aos espectadores para que gravassem as mensagens oferecendo como modelos paisagens belas, limpas e ordenadas conformando a performance do público. Em grande medida a recorrência de depoimentos cujo conteúdo era conforme a esse esquema, como os analisados nesta subseção, deveu-se àquela arregimentação da forma.

Uma mulher idosa com uma paisagem formada por vegetação e montanhas atrás de si proclamou a seguinte mensagem no depoimento *E.JG.15-6.2*: “o Brasil que eu quero é um Brasil que nós já temos, um Brasil rico por natureza. O que nós precisamos é de pessoas de responsabilidade para cuidar da nossa riqueza natural”. A concepção do “Brasil rico por natureza” é a premissa rígida — amplamente difundida em variadas manifestações culturais e recorrente na história dos esforços oficiais de construção da identidade nacional brasileira — sobre a qual se edifica a ideia de que seriam necessárias apenas “pessoas de responsabilidade” insinuando que há pouco o que fazer, pois o país desejado é o que “já temos”, e reforçando a personalização dominante nas opiniões quando se trata de questões políticas bem como a dificuldade de compreender tais questões como um jogo de forças sociais antagônicas mediado pelos interesses econômicos em lugar do qual põe-se, em geral, características pessoais. No entendimento verificado nessa declaração manifesta-se a presença dos “clichês explicativos” que permitem “abarcando o contraditório, reduzindo-o a categorias simplistas” (Silva, 2021, p. 96), não como característica peculiar a este depoimento, e, sim, seguramente, como um traço geral do tipo de manifestação produzida e reproduzida pelo PBQQ.

Quando a ideologia se vale da natureza em suposto estado de plenitude para atenuar os problemas sociais, atua escamoteando ao menos dois eixos da dominação: a dominação política, ao moderar os impasses e contradições dessa esfera, e a dominação da natureza, ao omitir a progressiva destruição da qual ela é vítima. A visão idílica da natureza encobre a dominação da natureza. Glorificando-se a riqueza natural pretende-se ocultar a marca humana da expropriação sobre ela de modo grosseiro, pois a dominação da natureza se tornou a finalidade absoluta da vida (Horkheimer & Adorno, 1947/1985). Se, como afirmou Horkheimer (1947/2015), “A dominação da natureza envolve a dominação do homem” e “Cada sujeito não apenas tem de tomar parte na sujeição da natureza externa, humana e não humana, mas, a fim de fazê-lo, deve sujeitar a natureza nele mesmo” (pp. 106-107), qualquer negação da destrutividade dessa sujeição da natureza — e um modo de negá-la é tecer encômios à sua beleza residual — encobre toda a dominação: da natureza externa, interna e de uns sobre os outros.

A natureza não está intocada, encontra-se sob dizimação; não há pureza, limpeza ou transparência nela que possam ser evocadas para se referir à política, como sugere-se no depoimento *E.JN.11-6.3* pronunciado por um homem idoso vestindo uma camisa camuflada (semelhante ao vestuário do exército brasileiro) e que, durante o depoimento, manteve a mão pousada sobre o peito até apontar para o rio que foi cenário de sua mensagem: “o Brasil que eu quero para o futuro é que os políticos corrupto e ladrão sejam presos de verdade, tomem tudo que eles roubaram da nação para que o Brasil seja limpo igual essas águas do Rio [diz o nome do rio; o enquadramento da câmera mostra o rio]”. Busca-se na natureza a solução para a política quando os impasses da dominação daquela são eles próprios de ordem política e, portanto, objetos da ação humana consciente, e não de forças naturais. A consciência da destruição da natureza e da dominação na política são obnubiladas pela aproximação imediata entre ambas e isso fornece os vestígios do grau de regressão psíquica implicado na negação da realidade notada nesses juízos, negação feita a partir do apego irrefletido a dados da própria realidade (a água limpa do rio que corre e os fatos sobre a corrupção, para o depoimento anterior). A *negação ingênua*, como quem, diante de um trecho preservado do rio caudaloso, idealiza que toda a natureza está imbuída da mesma majestade — às vezes mero resultado da conclusão incauta formulada e generalizada a partir de um dado parcial da realidade do qual se faz hipóstase —, se torna imediatamente disponível para a manipulação por parte das cliques políticas e para a *negação dissimulada* promovida por elas — por aqueles que, sabendo da destruição que promovem, negam deliberadamente seus efeitos para assegurar seus interesses.

Citou-se, ao tratar da mentalidade do *ticket*, o depoimento *E.JN.20-3.1*, declarado por uma mulher idosa também diante de um rio ao qual sua mensagem aludia, cujo conteúdo versava o seguinte: “o Brasil que eu quero está pronto, lindo, majestoso e imponente, só precisa que nós, brasileiros, amemos mais uns aos outros e prosemos mais olhando um no olho do outro”. A natureza não está pronta, nem está pronta a política para que seja suficiente como resolução dos problemas sociais que uns olhem os outros nos olhos. Onde quer que haja bolsões da natureza eles correm perigo e louvá-los ingenuamente é atrair sobre ela mais sujeição. O espírito insaciável que a domina conta com esse louvor como desculpa para seguir sua marcha sobre ela. Embora só restem reservas, estas devem parecer abundantes para a dilapidação de tudo poder se consumir justificando-se como o aproveitamento do que é indispensável, do que não pode ser desperdiçado. Onde quer que a beleza da natureza seja insinuada cumpre perguntar se não o é como expressão da natureza higienizada, do processo no qual a “paisagem deteriora-se completamente em paisagismo” (Horkheimer, 1947/2015, p. 47), da natureza planejada como jardim. Quando o belo ainda tem espaço nela o faz em resistência contra sua opressão e,

mesmo assim, não está livre de ser vendável até serem encontradas formas mais lucrativas e extrativistas de explorá-la. Em todo caso, ao ser usada como pretexto para que não se enfrente a injustiça — que, ao pesar sobre ela, pesa sobre tudo e todos —, a natureza se torna uma ideologia vociferada por aqueles, os seres humanos, que abandonaram a capacidade de “ser a voz de tudo aquilo que é mudo” dotando a “natureza de um órgão que tornasse conhecido seus sofrimentos ou, podemos dizer, de chamar a realidade pelo seu nome de direito” (Horkheimer, 1947/2015, p. 114). Ecoa, embargando a expressão do sofrimento da natureza, a voz sedutora da ideologia toda vez que a indústria cultural quer encantar os espectadores com as exuberantes maravilhas naturais, uma de suas fontes usuais de entretenimento cuja fixação deixa-se verificar nos depoimentos. Tentando cancelar a injustiça com a beleza, a indústria cultural converte a natureza em mentira cínica quando pretende usá-la para disfarçar o horror existente.

Como a cultura foi erguida sobre os escombros da natureza esgotada, a riqueza natural não está dada; e a superação de seu estado devastado depende da política. Porque tal prosperidade natural não está dada, talvez seja necessário desconfiar até mesmo do lugar comum que se tornou a mensagem da preservação ambiental quando se baseia no belo como algo existente, como no depoimento *E.JN.29-9.6*, falado por um homem adulto tendo um rio como paisagem: “O Brasil que eu quero para o futuro é um país que haja conscientização ambiental e que as pessoas entendam que, para as futuras gerações terem acesso às belezas do Rio [diz o nome do rio] é preciso preservar a natureza”. O ponto atingido na relação de dominação humana para com a natureza torna insuficiente o compromisso com a preservação. A dificuldade de determinar o profundo grau da obrigação de reparação por parte da humanidade em relação à natureza vitimada transparece nas fantasias apocalípticas nas quais os seres humanos são dizimados e o natural recompõe a si mesmo em surpreendente velocidade. Tais fantasias são um subterfúgio, parte da ideologia da natureza operada para recrudescer a dominação. A má consciência quer poder acreditar nisso para aliviar sua responsabilidade política. A idealização da força de recomposição de si mesma que teria a natureza torna-se, a despeito de ser verdade ou não, desculpa para minorar os danos feitos a ela. A insistência na capacidade da vítima de se reerguer torna-se justificativa para o agressor continuar a golpeá-la. Isso pertence ao mesmo núcleo ideológico da apologética que louva o vigor e a beleza da natureza, sua figuração paradisíaca, ao invés de mirar sua devastação e a esta se opor.

3.4.7 Corrupção

A corrupção ocupou a segunda posição dentre as mais frequentes demandas comunicadas pelo público nos cinquenta mil depoimentos enviados ao PBQQ. Nas edições do *Jornal Nacional* entre os dias 24 e 29 de setembro de 2018 o tema da corrupção compareceu nos blocos de depoimentos do PBQQ em cinco desses seis dias, apenas no dia 29 não constou dentre as manifestações do público. A ressonância entre depoimentos e conteúdos noticiosos também pôde ser verificada nessas edições, quanto a essa questão. A corrupção foi tematizada pelo telejornal nos dias 24 (em uma notícia do total de quinze), 25 (em cinco notícias de dezoito), 26 (em três notícias de treze), 27 (em cinco notícias de vinte) e 28 (em uma notícia de dezoito)⁷⁹.

No dia 27, por exemplo, as cinco notícias sobre corrupção sucederam-se e foram apresentadas no início do primeiro bloco do programa. A primeira versou sobre uma operação realizada pela Polícia Federal em endereços ligados ao senador Ciro Nogueira, vinculado ao Partido Progressistas, no processo de investigação do pagamento de propinas por parte da empresa Odebrecht, investigação ligada à *Operação Lava Jato*. A segunda notícia tratou da rejeição unânime por parte do TSE do registro de candidatura de Anthony Garotinho, do Partido Republicano Progressista, ao governo do Rio de Janeiro. A notícia enfatizou que os ministros do TSE haviam confirmado a decisão tomada, antes, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro de rejeitar a candidatura, decisão fundamentada na Lei da Ficha Limpa. Cumpre ressaltar que, após explicar o funcionamento da referida lei, a notícia trouxe, abruptamente, como “exemplo” da aplicação da regulamentação, a rejeição da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, inserindo de modo escuso o caso, assim comentado: “A Lei da Ficha Limpa também serviu de base para o TSE no caso do ex-presidente Lula. O TSE rejeitou a candidatura de Lula porque ele foi condenado em segunda instância por corrupção passiva e lavagem de dinheiro”. Depois dessa informação, o texto da matéria retomou o caso de Anthony Garotinho especificando as razões de sua condenação. A terceira notícia anunciou a morte do ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz assinalando, sobre o político, as seguintes informações: “Como senador, renunciou em 2007, depois de ser acusado de receber dois milhões de reais ilegalmente. A Lei da Ficha Limpa o impediu de concorrer ao governo do DF

⁷⁹ A indicação da frequência de matérias sobre corrupção em cada dia serve apenas como um indicativo da recorrência dessa temática e se justifica, ainda, como um modo de sinalizar esse aspecto sem descrever exaustivamente o conteúdo. É importante considerar que, mesmo nos dias nos quais houve apenas uma matéria dedicada ao tema, a extensão do conteúdo não é irrelevante. No dia 28, por exemplo, a duração da notícia foi longa.

em 2010. Joaquim Roriz era casado e tinha três filhas”. A quarta notícia anunciou que o então ministro Edson Fachin havia atendido pedidos da defesa do ex-presidente Lula retirando do juiz Sérgio Moro trechos de uma delação realizada por Marcelo Odebrecht. A quinta notícia comunicou um “acordo bilionário” fechado entre a Petrobrás e a justiça estadunidense (“americana”, na edição) “para encerrar investigações sobre corrupções na empresa”, investigações abertas após a *Operação Lava Jato* ter revelado corrupção na estatal. Outro acordo fechado no início do mesmo ano (2018), “também bilionário” e tratado “para encerrar outra investigação”, foi recuperado ao longo da notícia, ressaltando, no caso dos dois acordos, os altos valores pagos pela empresa. No fim da matéria, foi apresentada a quantia resultante da soma dos acordos enfatizando que o montante era muito superior quando comparado à quantia resultante de desvios que foi recuperada pela empresa (Bonner & Kamel, 2018 Set 27).

Cumprir observar como, para as notícias, a realidade parece um fio enovelado. A linha da Lei da Ficha Limpa é puxada em uma notícia, aquela sobre a rejeição da candidatura de Anthony Garotinho, e outras tantas informações objetivamente desconexas são derivadas dela: a rejeição da candidatura do político petista e a anúncio do falecimento de outro político. Esse fio puxado é, porém, enovelado em outro eixo, o da corrupção, composto pelas outras matérias e arrematado com o efeito aterrador das cifras bilionárias, os custos da corrupção, remetendo diretamente ao truque do “apelo ao concretismo” (Adorno, 2020, p. 42) no qual trabalha-se para conferir uma autoridade especial às afirmações “com a acumulação de dados, em especial de números, aos quais, em geral, não se pode contrapor nada...” (pp. 42-43).

Os depoimentos do PBQQ, exibidos no fim do bloco seguinte da mesma edição do *Jornal Nacional*, espelharam a centralidade na corrupção; de um total de oito manifestações, quatro versavam sobre esse aspecto. O primeiro desses depoimentos, citados a seguir, *E.JN.27-9.3*, foi declarado por um homem diante de um monumento religioso católico (a imagem de um santo); o segundo, *E.JN.27-9.5*, foi comunicado por um homem idoso em uma praça; o terceiro, *E.JN.27-9.6*, também foi proveniente de um homem adulto diante de uma igreja católica; e o quarto, *E.JN.27-9.7*⁸⁰, declarado por um homem adulto em frente a uma igreja católica:

O que eu quero para o futuro do Brasil é que o encontro entre deputados e senadores seja um encontro de cavalheiros e não um encontro de quadrilheiros como temos visto no Jornal Nacional.

O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil sem corrupção, sem ladrão e que os políticos, principalmente o povo do governo, deixa de roubar esse país.

e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil sem corrupção, com mais investimento na área da saúde, da educação, pois na educação é que construímos um Brasil melhor, com mais ordem e progresso.

⁸⁰ Citado anteriormente na discussão sobre indignação, cólera e ressentimento.

O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil com mais educação, segurança, mais oportunidade para os jovens e com menos corrupção. Pelo amor de Deus, eu não aguento mais tanta corrupção nesse país!

O primeiro depoimento traz a marca da retroalimentação entre opinião e informação ao confessar o *Jornal Nacional* como a fonte e confirmação do juízo de que o “encontro entre deputados e senadores” é um “encontro de quadrilheiros”. Nele e no segundo depoimento, a corrupção é apresentada como prática individual, estampando a primazia do personalismo como explicação à questão. Também são personalistas as soluções de que se deixe de roubar e de que os políticos se comportem como cavalheiros⁸¹. Nessas mensagens desponta uma característica marcante dos depoimentos sobre corrupção: sua enunciação carregada de tons afetivo, irado ou revoltoso, como é o caso do último depoimento com o apelo lamurioso a Deus. Mas essa característica transparece não só no tom de algumas mensagens como no próprio vocabulário; caso dos depoimentos que tomam de empréstimo do linguajar da acusação ao crime os termos “quadrilheiros”, “ladrão” e “roubar”. Isso também pode ser verificado nos depoimentos *E.H1.03-9.5* e *E.JH.11-6.2* a seguir; o primeiro de um homem idoso; o segundo pronunciado por um homem adulto acompanhado por uma mulher, também adulta, e uma criança:

o Brasil que eu quero... que mude a/o sistema do Brasil, que entre um presidente que... que dê valor para as pessoas mais pobres também. E que acabe com essas *ladroeiros* que existe.

o país que eu quero é um país sem corrupção, que entre um governo lá que acabe com essa *roubalheira* e que abaixe o preço da gasolina e do diesel que esse ano passou dos limites, e que olhe mais pela gente aqui.

A recorrência da expressão “acabar com”, notada nos dois depoimentos e presente em manifestações anteriores e subsequentes deste e de outros conglomerados, é um indício do processo de estandardização, da força do esquematismo sobre a percepção e o entendimento.

Noutra ocasião assinalou-se o punitivismo no depoimento *E.JN.25-9.7*, proclamado por um homem indignado, que insistiu na necessidade de se impor sobre o político condenado por corrupção ou má administração a pena de banimento extensiva à “mulher e filhos”⁸². Concepção semelhante quanto à presença do ideal da severidade pode ser verificada nos depoimentos seguintes, *E.H1.23-3.7* e *E.BDB.23-3.4*, ambos comunicados por mulheres; a primeira em uma praça com uma igreja e a segunda diante de uma construção similar a um castelo:

e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil com a justiça mais severa, principalmente para políticos corruptos.

⁸¹ Ao ser almejado o cavalheirismo na corte política, transparece uma dimensão ainda não assinalada, e não diretamente relacionada à discussão em curso sobre a corrupção, mas com vestígios subtileza em depoimentos já citados: a naturalização da política como uma esfera masculina (os cavalheiros).

⁸² Também nesse depoimento a política é apresentada como faculdade exclusiva dos homens. De modo naturalizado diz-se políticos como sinônimo de homens, como sugere a ideia de que ele teria “mulher e filhos”. Numa concisa afirmação como esta a ocupação de cargos políticos é acoplada ao masculino, ao heterossexual (em função da menção à mulher) e à ideia de família como união de homem, mulher e filhos.

Devemos banir, em definitivo, todos da corrupção. Somos responsáveis por este ato. Eu quero o meu país moralizado.

Se, como sustentado neste trabalho, há conformações da ideologia distintas em termos de racionalidade e irracionalidade, é bastante provável que em depoimentos como esses pese mais a segunda por sua afinidade com a força, e não com a razão (mesmo parcial), como demonstra a simpatia confessa pela severidade e pelo banimento definitivo como um ato para o qual conclama-se as pessoas. É importante notar que a severidade da justiça é requerida “*principalmente* para políticos corruptos”, mas não é reservada a eles, deixando entrever a apologia à severidade em geral. Ao exortar à moralização, uma pauta comum aos conservadores e aos reacionários, não somente abre-se a prerrogativa para que a própria força bruta seja o braço que infunde a moral, como transforma-se a corrupção em uma questão de costumes, de déficit moral ou cultural (Bratsis, 2017), que é como a opinião pública é treinada para focar tal problemática, sendo alimentado, quando se trata dos corruptos, seu desejo “menos de justiça e mais de justiçamentos e linchamentos” (Guerra et al., 2017, p. 158).

O chamamento à ação registrado no segundo depoimento (“somos responsáveis por esse ato”) revela o teor massificado da locução, teor presente em outro depoimento, *E.JN.24-3.5*, no qual o sujeito modificou o “eu” do *slogan* “O Brasil que eu quero” para um “nós”, arrogando-se a permissão de falar em nome do coletivo, e a mensagem foi dirigida por ele ao “povo”. O depoimento foi declarado por um homem adulto. Diante de uma igreja, ele disse: “o Brasil que nós queremos é o Brasil livre da corrupção. Se eu errei no passado, eu não preciso errar no futuro. O povo de [diz o nome da cidade] precisa punir no voto quem não merece representá-lo”. O voto regride a instrumento de punição remetendo à força. Entretanto, no voto a força seria justamente supressumida — negada, conservada e elevada, em linguagem hegeliana — quando a política toma o lugar da violência como meio de decisão; com o voto, a força do opositor, desabilitada da capacidade de produzir a morte, é conscienciosamente registrada na forma de um número (Canetti, 1960/2019). Ademais, naquele depoimento a corrupção é traduzida em uma equação de erros pessoais (“Se eu errei no passado, eu não preciso errar no futuro”), talvez erros políticos coletivos se o sentido deste “eu” não se encerrar na autoindicação do sujeito que manifesta, mas a mensagem pressupõe, de todo modo, a capacidade de revogar a corrupção do mesmo modo como alguém decide parar de errar.

Em todas essas concepções sobre a corrupção, marcadas por personalismo e moralismo — e “o deslocamento de funções objetivas e de condições de culpabilidade para o plano pessoal é, ele mesmo, parte da ideologia dominante” (Adorno, 1960/2020, p. 257) —, evidencia-se a supressão da capacidade de considerar a corrupção como um elemento sistemático do poder

político e econômico (e da relação entre eles) decorrente do modo como a sociedade organiza-se como dominação de uns sobre os outros, um elemento anterior ao capitalismo (Guerra et al., 2017), mas com abrangência, mecanismos e sentidos específicos na sociedade capitalista (Guerra et al., 2017; Bratsis, 2017). Segundo Bratsis (2017),

As forças econômicas e políticas do capitalismo não estão armadas apenas com advogados, armas de fogo e dinheiro, elas também têm ideias. Dentre as várias noções que funcionam como suturas no edifício conceitual das sociedades burguesas, a corrupção política é uma das mais importantes. (p. 38)

É a ideologia esse edifício conceitual formado por ideias e por valores, normas e regras “que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (Chauí, 1981/2021, p. 53). É esclarecedora a indicação de Bratsis (2017) de que tais noções, como a de corrupção, compõem o arsenal das forças econômicas e políticas capitalistas. Elas mantêm unida a sociedade burguesa em suas cisões e antagonismos constitutivos, evidenciando a força material da ideologia, junto com o poder econômico e o poder de fogo (a disposição sobre meios de ameaça e violência direta). Nem enquanto expressão da decadência e da destruição (Bratsis, 2017) nem enquanto expressão do uso de estratégias privadas para subverter interesses coletivos (Guerra et al, 2017; Bratsis, 2017), a corrupção é uma particularidade da sociedade capitalista. Entretanto, o processo de concentração do capital e a formação voraz de monopólios da qual depende a destruição da concorrência têm incrementado esse fenômeno na medida em que a corrupção é um “estratagema que auxilia quem dispõe de poder a conseguir ainda mais poder” (Guerra et al, 2017, p. 20). Se, antes, a corrupção era uma questão “doméstica” dos Estados-nação, a corrupção adquiriu outra camada (sem suprimir aquela) na fase de internacionalização do capital tornando-se ela mesma uma questão internacionalizada, objeto de ocupação de importantes instituições financeiras globais (Bratsis, 2017).

Segundo Bratsis (2017), o sentido hodiernamente predominante da questão da corrupção tornou-a uma problemática ligada à falta de transparência, o que evidencia o objetivo econômico da internacionalização da preocupação com a corrupção, preocupação marcada por pressões de instituições financeiras e importantes rearranjos e reformas políticas nos países:

essa nova e internacionalizada compreensão de corrupção, como opacidade, é uma tática usada pelo capital transnacional em seus esforços para reduzir os custos de transação e calcular de forma mais precisa suas expectativas de custos e benefícios ao tomar decisões de investimento. Essa tática é parte da estratégia mais ampla de aumentar a autonomia das burocracias de Estado em relação às elites e interesses locais, de modo a tornar tais burocracias mais receptivas ao capital transnacional, e as políticas e ações do Estado, muito mais previsíveis e transparentes para os de fora... os agentes do capital transnacional têm popularizado e apoiado vigorosamente uma

nova compreensão de corrupção que procura promover o objetivo de um capitalismo global, com mínimas barreiras ou limites para os seus fluxos. (p. 23)

Os ordenamentos políticos fundamentados no princípio da nação são permeados por arranjos internos, por particularidades nacionais e regionais, formas institucionais e tradições políticas nas quais estão emaranhados “lutas, conflitos, concessões e pactos” (p. 29) incompatíveis com a governança e a tecnocracia da fase contemporânea do capitalismo opondo riscos que o avanço transnacional do capital não pode calcular com segurança, por isso, a grande batalha contra a corrupção faz de sua bandeira a eliminação da opacidade dos arranjos econômicos. Ela não é sequer avessa à apropriação privada do que é público, e sim pretende tornar conhecidas e claras as regras do jogo econômico e, portanto, operacionalizar o cálculo dos riscos econômicos. Tanto melhor o faz quanto mais institui uma única racionalidade, destituindo as formas locais calcificadas de burocracia, isto é, produzindo a “homogeneização crescente de formas políticas e legais e espaço além das fronteiras nacionais” (p. 31):

Situações em que o poder de Estado está diretamente ligado às vicissitudes dos interesses e conflitos locais apresentam problemas significativos para o capitalismo em sentido geral, e, mais ainda, para o capital transnacional, por causa da falta de autonomia que o Estado pode ter diante das demandas de capitalistas individuais e outros politicamente privilegiados. (p. 29)

Este processo engendra um expressivo movimento anticorrupção. Para além de um movimento presente na opinião pública, trata-se de uma esfera de ação de importantes órgãos econômicos internacionais, mas esse movimento não se preocupa com o que é compreendido por corrupção desde que seja sacralizada a ideia de transparência (Bratsis, 2017). À eliminação da corrupção é encadeada a possibilidade de acelerar o desenvolvimento econômico e, com isso, deposita-se nela a responsabilidade pela pobreza e pelos déficits democráticos desonerando o capitalismo; a corrupção emerge, portanto, como “um instrumento de manipulação ideológica e dominação política” (p. 34). A sensação aterradora de que a nação está infectada por práticas corruptas e, junto disso, a aparência de que ela é o berço da corrupção, obscurece o reconhecimento de que se trata de um problema sistêmico e estrutural à forma de organização social fundamentada na divisão do poder exercido como dominação e ameaça (Crochík, 1999b). Ao reforçar a compreensão de que ela é um problema marcadamente interno, esta conformação da ideologia reafirma um traço da ideologia colonial segundo o qual são aspectos inerentes aos povos desfavorecidos que explicam sua condição (Bratsis, 2017):

Para gerações anteriores, as questões da raça ou da religião foram primordiais para explicar as disparidades globais. Hoje, é a capacidade de um povo de condescender com ganhos fáceis e/ou com as induções e arranjos institucionais ilícitos de seus governos. Assim, ou as pessoas têm propensão para a corrupção porque não são totalmente civilizadas (isto é, não têm autocontrole suficiente) ou, em casos em que individualmente possam ser adequadamente racionais, suas leis e instituições políticas não o são o suficiente para serem incorruptíveis. Os benefícios de ser corrupto superam os custos. Da mesma forma que com as ideologias imperialistas anteriores,

o problema desse discurso sobre corrupção não é apenas que ele culpa os “nativos” por seu atraso econômico, mas também que a corrupção, do mesmo modo que o uso da raça como uma explicação, não tem utilidade analítica. Ela não explica nada. (p. 34)

Conquanto essa manifestação da ideologia não explique nada do ponto de vista do conhecimento rigoroso e crítico da realidade, ela pode ter significativo poder explicativo para a consciência reificada, assim como tiveram (e têm) poder de convencimento as explicações raciais e religiosas⁸³. Sobre a corrupção entendida como um problema de (in)civilização erguem-se, no PBQQ, manifestações como esta, do depoimento *E.JG.19-3.2*, pronunciado por uma mulher adulta, que divulgou a seguinte mensagem: “a educação financeira infantil, ela torna um Brasil menos corrupto porque, no momento que essa criança estiver lá no poder, ela vai entender que tem como ganhar dinheiro de uma maneira honesta”. A corrupção regride a um problema educativo, capaz de ser enfrentado com a honestidade. Mas é dessa mesma raiz da corrupção como questão de incivilidade que se desdobram aqueles outros depoimentos, mais drásticos, urgindo por moralização, limpeza, punição e justicamento. A capacidade da ideologia em concatenar profundamente as dificuldades socioeconômicas vividas na carne das pessoas com o problema da corrupção dá indícios da catexização psíquica em relação a esta verificada nas pessoas e frequente em movimentos políticos conservadores e reacionários, embora seja necessário investigar os mecanismos por meio dos quais essa catexização se realiza.

A petição por uma justiça mais severa, além de ser fundamentada na lógica, apontada por Bratsis (2017), dos baixos custos para o corruptor em comparação aos benefícios auferidos, sugere a inadequação dos meios coibidores existentes e contém a acusação de que as leis e instituições não são suficientes para serem incorruptíveis, acusação que pode facilmente tornar-se instrumento político direcionado contra o ordenamento democrático. Nesse sentido cabe recordar o depoimento *E.HI.03-9.5* no qual o sujeito pediu, sem nenhum contorno, que o sistema fosse mudado. Ainda será objeto de discussão, mas a exortação à mudança que não se faz acompanhar do apontamento dos objetivos da mudança, fetichiza a mudança em si mesma e obstrui a capacidade de pensar a finalidade do movimento, logo, reduz a capacidade de refletir sobre sua racionalidade, ofertando base política ao reacionarismo (Adorno, 1943/2009).

No depoimento *E.JN.05-9.2* um homem adulto afirmou “espero do Brasil um país mais digno, sem corrupção, que os políticos governem para o povo e os interesses pessoais fiquem em segundo plano”. “Choques de interesses privados são a essência da política burguesa”, escreveu Bratsis (2017, p. 39), e isso torna depoimentos como aquele manifestação da ideologia

⁸³ Essa propriedade psicológica é uma questão para este trabalho, e não para as reflexões de Bratsis (2017), portanto, não se trata de uma crítica, e sim de um desdobramento das reflexões do autor.

cuja função é congelar a aparência da política burguesa como sendo expressão de interesses universais (ou coletivos) na qual a presença de interesses privados é considerada uma irregularidade devida a defeitos pessoais que pode ser suprimida por dentro do ordenamento existente. A economia atual só pode existir em função do imbricamento entre interesses políticos e interesses empresariais, logo, a corrupção não é uma anomalia do sistema, e sim parte da máquina geradora de valor, de maneira que a mistura entre interesses públicos e privados não é uma propriedade peculiar à realidade brasileira. Todavia, a opinião pública é assim instruída a conceber buscando-se inclusive argumentos em certa antropologia do caráter brasileiro, que seria marcado por um *jeitinho* (Guerra et al., 2017). Se estão corretos Guerra et al. (2017), relativa especificidade do caso brasileiro estaria apenas no fato de que há menos regulamentação no jogo entre interesses públicos e privados (fundamental ao capitalismo) quando comparado ao caso de outros capitalismo mais organizados, mais administrados; organização cuja função não é eliminar esse jogo, mas regulá-lo de modo mais transparente e legitimá-lo. Carente dessa organização, toda negociação no Brasil “passa a ser potencialmente tratada como relação espúria ou como crime, ao sabor do jogo de interesses do momento” e o “debate que deveria tratar da regulamentação, passa pelo simplismo do proibicionismo e do moralismo exacerbados” (p. 157). Outras mostras desse excessivo moralismo foram encontradas nos depoimentos do PBQQ, como nos casos a seguir *E.BDB.11-6.6* e *E.BDB.12-6.2*, ambos gravados por homens adultos:

e o Brasil que eu quero é um Brasil digno, um Brasil respeitado, um Brasil com moral, aonde esse negócio de corrupção seja acabada, que as pessoas tenham seus direitos trabalhistas com mais dignidade. Esse é o Brasil que eu quero.

o Brasil que eu quero daqui para frente é um Brasil onde as pessoas possam ter o direito de viver a vida com dignidade, que os políticos sejam outros, políticos capacitados, que não viva mais em manchetes, borrando a nossa tradição, o nosso país, com falcatruas, com roubalheiras.

No segundo depoimento, a menção às “manchetes” revela o enxerto noticioso no conteúdo opinativo. Em ambas as manifestações as concepções de dignidade, respeito e tradição parecem ser evocadas em sintonia com o moralismo impregnado na ideia de corrupção. Nos dois casos, essa tonalidade se impõe com tanta veemência que torna imprudente separar, na avaliação do conteúdo dos depoimentos, as ideias da necessidade de as pessoas terem “seus direitos trabalhistas com mais dignidade” (do primeiro depoimento) e do direito de as pessoas viverem “a vida com dignidade” (do segundo depoimento). Tais ideias são suplantadas pelo moralismo das manifestações consideradas em sua totalidade. Para juízos como esses cabe perguntar-se se elementos com certa racionalidade não são usados como estratégia de encobrimento para pautas regressivas no pacote a ser comprado pela mentalidade do *ticket*, que

é justamente um pensamento em bloco. O simplismo do proibicionismo apontado por Guerra et al. (2017) está presente na pura e simples vontade de “acabar com” a corrupção e na compreensão de que, modificando-se os políticos e elegendo-se os capacitados — proposição que ressoa à ideologia da competência —, deixaria de haver o borrão das falcatruas e roubalheiras. A esse simplismo funde-se um reacionarismo ainda mais explícito em depoimentos como *E.BDB.14-6.2* e *E.HI.04-9.4* marcados por nacionalismo e punitivismo na forma retórica conclamando a coletividade. Um homem idoso enunciou o primeiro depoimento enquanto o segundo foi manifestado por uma mulher adulta:

eu quero pro meu país um país grande, um país gigante, mas para isso precisamos tirar de circulação todos esses ladrões que assaltaram nosso país. A única maneira de punilos é com um voto sábio, um voto inteligente.

e o que eu quero para o meu Brasil é todos esses ladrões corruptos no xadrez e o próximo governante governe pela nação, pelo povo, pelo país, e não pelo partido e nem pelo poder. O Brasil tem jeito. Vamos lá!

Tanto a admoestação para agir imediatamente (“Vamos lá!”) quanto a incitação à ação punitiva (“tirar de circulação os ladrões” e pôr os “ladrões corruptos no xadrez”) pertencem ao repertório de táticas de agitadores com propósitos antidemocráticos (Adorno, 1943/2009). Opera-se, uma vez mais, na promoção de um clima de crise; os “ladrões que assaltaram o país”, os “ladrões corruptos”, estão soltos e cumpre, com urgência, remediar essa situação. Em resposta oferece-se a saída punitiva — psicologicamente alinhada a um “‘prazer na punição’, nomeadamente dos outros”, ou “complexo de *punitiveness*” (Adorno, 2020, p. 47) — e seu aspecto coercitivo está presente mesmo quando vem encapado pela ideia de “um voto sábio, um voto inteligente”. Como assinalou Adorno (1943/2009), “a ação punitiva puramente negativa substitui uma política racional mediante a qual as coisas realmente poderiam melhorar” (p. 78, tradução nossa). A solução para o problema da corrupção no segundo depoimento, o aprisionamento dos corruptos, é acompanhada, ademais, de uma vontade que contém, embrionariamente, a violação do sistema democrático fundamentado na pluralidade partidária ao instar por um governante (nem mesmo se trata de um governo, no sentido do conjunto) capaz de governar destacado do partido, isto se baseia em algo como “a ideia de que o compromisso político em si já significa uma forma de decadência” (Adorno, 2020, p. 22). O exercício democrático não consiste na supressão da vinculação partidária; é, isto sim, própria das formas antidemocráticas de governo a ideia de um governante pairando sobre as forças partidárias, isso porque ou elas são mantidas como mera fachada ou são eliminadas.

A corrupção formou, no PBQQ, um conglomerado ideológico específico na medida em que em torno desse aspecto foram cristalizadas premissas ilusórias mediando a percepção e o entendimento em conformidade com uma consciência falseada da realidade, premissas dirigidas

ao público como esquemas aos quais este devia aderir. Se está correta a proposição de Bratsis (2017) sobre a profusão da cruzada global anticorrupção, para a qual independe o sentido que se atribua ao termo desde que os movimentos anticorrupção possam ser instrumentalizados politicamente com o objetivo de se estabelecer meios de facilitar a circulação transnacional do capital, da qual depende sua progressiva concentração, expressões pouco inflamadas e/ou claramente reacionárias não têm muita diferença entre si na medida em que fixam, em conjunto, um mesmo problema urgente para o qual medidas convenientes ao princípio econômico já estão preparadas e em processo de estabelecimento. Essas medidas são, porém, modos de administração economicamente orientados e sua concretização entra, em alguns casos, em franca contrariedade com certos ordenamentos políticos demandando o desmonte de instituições locais que exprimem conquistas democráticas. Para isso contam com uma característica da própria democracia que foi assinalada por Adorno (1943/2009): “O fato de que as democracias permitam a discussão aberta sobre a corrupção produz a ilusão de que a democracia é o solo nutritivo da mesma” (p. 128, tradução nossa). Essa ilusão é acionada pela ideologia e as acusações contra a corrupção na democracia fermentam as forças internas a ela que pretendem suspendê-la. Tais forças se alimentam indiscriminadamente de tudo o que possa enfraquecer a democracia, inclusive dos juízos simplistas que não são antidemocráticos, mas também não formulam os impasses constituintes da política na forma da democracia em sua tensão acirrada e desproporcional com a ordem econômica capitalista vigente. Assim, depoimentos como os subseqüentes terminam compondo as fileiras da marcha antidemocrática mesmo quando apenas repetem os *slogans* da pauta anticorrupção (“dê um basta na corrupção”, “Brasil sem corrupção”) ou quando a concebem como uma questão de falta de cidadania ou improbidade dos eleitores. O primeiro, *E.JN.24-9.2*, foi comunicado por um homem idoso; o segundo e o terceiro, *E.JN.26-9.1* e *E.BDB.03-9.5*, por homens adultos:

o Brasil que eu quero é um Brasil que cuide da população, invista na qualidade de vida, invista no trabalho, na segurança e, principalmente, na Educação. E dê um basta na corrupção.

o Brasil que eu quero é um Brasil sem corrupção. Onde nós, eleitores, não podemos receber favores e nem vender o nosso voto, para nós não perdermos o direito de cobrar dos nossos candidatos depois. Só assim, um dia, conseguiremos o Brasil que queremos.

e o Brasil que eu quero para o futuro é um país onde o cidadão que pensa em entrar na política, ele entre pensando em dar sua contribuição para a humanidade, e não para enriquecer com recursos públicos.

3.4.8 *Ordem e progresso*

Noutros momentos da análise em curso o dístico “Ordem e progresso”, estampado na bandeira brasileira, constou de modo esquemático. Por si próprio ele configura um conglomerado ideológico, porém, em um sentido um pouco distinto de outras formações analisadas. Enquanto, por exemplo, a ideia de corrupção era geralmente apresentada tendo constelados em seu entorno outros elementos como a punição e a moralidade, chama atenção no uso da expressão “ordem e progresso” nos depoimentos do PBQQ como ela parece ser autossuficiente, dispensando elementos com os quais os sujeitos pudessem complementá-la ou preenchê-la e servindo, isto sim, de palavra final (constando realmente no fim das manifestações, de modo usual), chavão aparentemente pleno de sentido, embora com marcante vacuidade, ou seja, propriamente um *slogan* munido de poder de convencimento. É esse caráter vazio que torna difícil determinar, se a avaliação permanece limitada à unidade de cada depoimento, a que se referem os sujeitos quando invocam tal *slogan*. Em algumas ocorrências, ele consta justaposto a demandas racionais, como à necessidade de investimento na educação e na saúde, mas, mesmo nesses casos, aparece como um corpo estranho no interior da formulação (ao mesmo tempo desconexo e destacado, eminente), evidenciando certa fragmentação de sentido e obscuridade que se tornam ostensivas em algumas manifestações nas quais o *slogan* é utilizado⁸⁴. O depoimento *E.JN.27-9.6*, de um homem adulto, exemplifica o primeiro caso do pedido por “ordem e progresso” acompanhado por demandas com certa racionalidade; o depoimento *E.BDB.21-3.5*, de uma mulher adulta, remete à fragmentação do pensamento e à obscuridade observáveis em usos do *slogan* “ordem e progresso”:

e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil sem corrupção, com mais investimento na área da saúde, da educação, pois na educação é que construímos um Brasil melhor, com mais ordem e progresso.

o meu recado hoje é: tudo que a planta cresce e dá de noite, eles roubam de dia. Eu quero um Brasil que tenha ordem e progresso.

Assinalou-se a afinidade de manifestações do tipo do primeiro depoimento com a mentalidade do *ticket*: um pacote de reivindicações elencadas, não refletidas nem si mesmas nem quanto à relação entre umas e outras, assume a feição de um inventário de *slogans*. Outro traço da mesma mentalidade se torna evidenciado nesse primeiro depoimento, sua tendência a

⁸⁴ Alguns depoimentos apresentados em sessões anteriores serão retomados enfocando, agora, o problema da ordem e do progresso particularmente. Se, por um lado, esse proceder incorre no problema da repetição, permite, por outro lado, fornecer fundamento para um entendimento apresentado neste trabalho, a saber, a compreensão que que diferentes conformações da ideologia tomam parte em um mesmo enunciado.

desembocar em algo pior do que o conteúdo manifesto progressista — traço do qual o segundo depoimento é apenas a radicalização — isso porque há no elogio à ordem e ao progresso aspectos regressivos. O sujeito começa pela condenação à corrupção, apresenta a necessidade de subsídios para a saúde e para a educação, atrelando esta à possibilidade de melhorias, que são, porém, emolduradas nos limites da ordem e do progresso. Semelhante esquema se repete nos dois depoimentos apresentados a seguir. O primeiro, *E.JH.14-6.2*, quem o declarou foi uma mulher jovem; o segundo, *E.JH.19-3.5*, foi dito por uma mulher adulta.

o Brasil que eu quero para o futuro é um país com mais educação, segurança, emprego, igualdade social e que tenha ordem e progresso, como descrito na bandeira.

o que eu espero para o futuro é mais respeito ao próximo, mais amor e que os nossos representantes políticos tenham dignidade, ética e princípios para manter a ordem e o progresso do nosso país.

Em todas as suas ocorrências não pode ser ignorado que o lema “ordem e progresso” transporta a ideologia nacionalista; a alusão do primeiro depoimento supracitado à bandeira nacional bem o comprova. O caráter pernicioso do nacionalismo deriva, especialmente, de sua incompatibilidade com a configuração sociopolítica e cultural hodiernas no sentido de que, dada a realidade de “comunicação internacional e de blocos supranacionais”, o nacionalismo só pode ser hasteado como uma bandeira rota, ele “já não pode crer tão facilmente em si mesmo e deve hipertrofiar-se até o desmesurado para convencer-se a si e convencer os demais de que ainda continua substancial” (Adorno, 1967/1995, p. 122). Naquele depoimento, é necessário salientar, o nacionalismo não assume a forma de extremismo, mas em questões de ideologia convém não subestimar seus possíveis usos efusivos por movimentos políticos reacionários mesmo partindo das formas tímidas como podem aparecer enquanto declarações de sujeitos particulares. Além disso, formas discretas podem conter o germe do extremismo e se deixam converter nele tão logo o clima cultural antidemocrático recrudesça. Como, por sua própria natureza anacrônica, o nacionalismo é “marcado por um *páthos*” (Adorno, 2020, p. 15) e, portanto, é descrente de si, está particularmente predisposto ao extremismo. Sobre ele, Adorno (2020) pôde assinalar: “acontece frequentemente as convicções e ideologias assumirem uma forma demoníaca, verdadeiramente destrutiva, precisamente quando, devido a uma situação objetiva, deixam de ser verdadeiramente substanciais” (p. 15). O nacionalismo é uma daquelas conformações ideológicas marcadamente irracionais e sobrevive “como órgão de representação coletiva de interesses no âmbito dos grandes grupos em causa” (p. 14)⁸⁵; sua difusão por entre as bases

⁸⁵ Se se recorda a discussão sobre o avanço transnacional do capital e seu enfrentamento contra os interesses das elites capitalistas específicas das nações proposta por Bratsis (2017), compreende-se com clareza como a necessidade das elites locais se manterem diante do avanço do capital em movimento global de concentração é oportuna para o acionamento do nacionalismo justamente como expressão da representação coletiva de interesses dos grandes grupos.

depauperadas exprime a cisão do estado de consciência das pessoas com seu estatuto econômico proletário, ou seja, expressa a falta de consciência de classe e sua identificação com o *status* da consciência da classe burguesa.

O recorrente apelo ao lema “ordem e progresso” revela mais um traço regressivo, testemunho daquilo que Adorno (2020) identificou como “o culto da chamada ‘ordem’, que, por seu lado, não tem nenhuma justificção racional...” (p. 29). O fato de alguns depoimentos concluírem com a apologia à ordem e ao progresso não é irrelevante; os quatro últimos depoimentos citados são finalizados com esse apelo. Isso é testemunho da fetichização tanto da ordem quanto do progresso, de sua elevação à posição de fins em si mesmos. Não há espaço para perguntar-se sobre a finalidade da ordem e do progresso, eles são o fim; não se questiona sobre sua (i)racionalidade como meios e isso é suficiente para suspeitar-se de que a ordem é a da violência existente e o progresso é este existente, alheio à justiça social.

Ab’Sáber (2015) observou, indagando-se sobre a ideia peculiar de ordem existente no Brasil, que tal noção é instrumentada pelo Estado e por forças conservadoras para sustentar o endurecimento de ações — em especial aquelas de caráter policial — com sabidos efeitos sociais ainda mais violentos e indicou, além disso, que

No estranho lema *ordem e progresso* brasileiro, o peso autoritário e fantasmagórico da noção de *ordem* vem sempre primeiro. Ela antecede o progresso — seja lá o que se conceba por tal, democracia ou integração social — e parece pairar solitária, mas sem conceito, antes e acima de algum processo histórico concebível. (p. 97)

Se não houvesse sido comunicado alguns anos após essa observação do autor, poder-se-ia afirmar que tal reflexão foi formulada diante do depoimento *E.H1.04-9.3*, pronunciado por um homem idoso: “o país que eu quero para o futuro é um Brasil onde verdadeiramente se tenha ordem, porque o progresso é uma consequência”. Trata-se, todavia, da captação, por parte de Ab’Sáber (2015), de um fenômeno do clima cultural regressivo em progressão. O progresso é somente a desculpa para a ordem e, de todo modo, o incremento da ordem em sua forma autoritária é milimetricamente compatível com o aumento em termos do progresso injusto. A fetichização da ordem em si mesma, seu caráter fantasmagórico, assume confissão espontânea naquele depoimento e é explícita a desobrigação de perguntar-se de onde, ou de quem, emana a ordem e qual a sua finalidade. Ab’Sáber (2015) observou, ademais, no fantasmagórico enaltecimento da ordem uma relação importante com a lei; trata-se, não raro, da “*ordem acima da lei*” (p. 98). A ordem remete ao autoritarismo policalesco brasileiro, trata-se de uma “*ordem* mais radical, legitimadora de toda exceção...” (p. 98):

Dependendo do ponto de vista pelo qual observamos essa noção ou pensamos sua constelação imaginária e simbólica, tão radical, ela pode até mesmo se colocar em clara oposição à ideia moderna de lei — entendida como alguma norma racional pactuada política e socialmente por um povo e uma nação e também, em nível mais

amplo, entre as nações. É possível e provável, e os exemplos são inúmeros, que no Brasil tenha se constituído um verdadeiro campo político, e psíquico, de uma ação pela *ordem* que não corresponda aos direitos universais, relativos à história do processo normativo e político ocidental, os mesmos que, para estar inserido, o país também professa; e, até mesmo, em um grau ainda mais fantástico, é possível que tal chamado à ordem não corresponda ao próprio campo e à estrutura das leis, mais ou menos racionais, mais ou menos sociais, vigentes no país. (pp. 97-98)

O entrecruzamento entre esses campos político e psíquico constituídos em torno da “ação pela ordem” é da esfera da ideologia; para assegurar a dominação política a ideologia se ampara em elementos psíquicos. Tal entrecruzamento tem seu testemunho no conglomerado em análise.

É em observação a essa possibilidade de o chamado à ordem não corresponder à consideração pelas leis e conter a abscôndita disposição à suprimi-las — abscôndita porque no caso dos depoimentos analisados não há exortação aberta a rompê-las — que ressaltou-se naquelas manifestações o seu potencial regressivo e isso foi feito em atenção à conjuntura dessas manifestações, as eleições de 2018, marcadas pela ascensão de movimentos declaradamente afeitos à ordem da violência, contrários às leis no que elas têm de mais racional e social (em termos da pactuação coletiva fundada nas lutas sociais) e avessos aos direitos universais. Diferente de outros conglomerados, com “ordem e progresso” nada parece ser enfaticamente justificado e nada é necessariamente encoberto; talvez haja, como função da ideologia, uma duplicação da realidade na qual, apesar de ser abusivo o esforço para ordenar e de ser escancarada a violência resultante desse esforço (pois a violência é o meio de ordenação), não cessa o pedido por mais ordem, e na qual, embora o progresso nada deixe intocado, continua a ser conclamado. Se abaixo da superfície do bramido por ordem realmente houver um anseio autoritário, a ideologia neste conglomerado encontra-se em íntima aliança com a violência.

3.4.9 *Imagens do passado*

“Não é da conservação do passado, mas de resgatar a esperança passada que se trata. Hoje, porém, o passado se prolonga como destruição do passado”, escreveram Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 15). As forças do presente, desdobrando ininterruptamente a dominação progressiva, estão comprometidas nessa destruição realizada, dentre outros aspectos, por meio da mentira e do esquecimento, dois modos do apagamento da história, em particular da opressão que vem sendo seu núcleo. Atrofiando a consciência desse passado dispõe-se a mesma consciência para sucumbir repetidamente ao ciclo aprimorado da destruição. Empenhada nesta tarefa está a indústria cultural e a fraqueza de memória e pensamento por ela (re)produzidas

como ingredientes do “tempo enfeitado” (Adorno, 1981/2020, p. 173), mas que também contam, em importante medida, com uma vigília obcecada em riscar da história a memória da violência: “Apagar da memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes” (Adorno, 1971/1995, p. 34). Escindindo do presente o passado este transfere-se para o futuro.

Há indícios de que isso foi operado pelo PBQQ. O mais significativo desses indícios é a supressão do passado, uma vez que a iniciativa se orientou do presente para o futuro. Como apontado anteriormente, no próprio *slogan* “Que Brasil você quer para o futuro?” havia pouco mais do que o pressuposto indireto de um presente ruim fundamental para a manipulação política, mas, de modo mais contundente, um impulso de fuga para o futuro e este era limitado ao futuro eleitoral próximo. Assim, o PBQQ manifestou e operou com um vazio de passado e, se a política foi sua matéria, tentou suspender a violência política que caracteriza esse passado; a consequência é a reprodução desenfreada do passado. Embora esse modo específico de relação com o tempo precise ser considerado como a armação dentro da qual transcorre toda a iniciativa do PBQQ, ele foi tematizado em poucos depoimentos do universo de 135 manifestações analisadas, mas isso é em si mesmo um indício relevante. É de se esperar que um empreendimento da indústria cultural cuja proposta foi anunciada como a escrita de um novo capítulo da história do país concebesse essa nova escrita como algo realizado numa página em branco, quando, na verdade, a escrita se faz como sobre um palimpsesto, cuja superfície é apagada com violência, é raspada, para nele se escrever novamente. Além disso, é necessário lembrar que a temporalidade do PBQQ depende do esquema temporal instantâneo e vidrado no presente, esquema próprio da informação, como um *flash* que produz cegueira momentânea. Tal aspecto pode ser notado nos depoimentos. O precário enraizamento no tempo e a rendição à superfície do presente, preparada esquematicamente, conferem a eles ou sua figura datada ou sua feição de máximas esvaziadas de sentido. Em ambos os casos não parecem se referir a tempo algum, a nenhuma matéria histórica objetiva da verdade.

A tentativa de extirpação do passado encontra-se estampada no depoimento *E.BDB.19-3.4* comunicado por uma mulher idosa diante de um monumento em uma praça que afirmou: “*O futuro depende do presente. O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil focado na educação e nós, pais, assumirmos a nossa responsabilidade de educadores*”. O presente é, porém, prolongamento indiferenciado do passado naquele esquema enfeitado do tempo e não há resgate possível da esperança — esperança política — no apego a esse presente plasmado, pois a esperança depende da desesperança que o contato com o horror passado e existente pode

propiciar, desfazendo a ilusão de que ainda se pode esperar algo deste mundo tal como vem sendo organizado e revelando a necessidade imperativa de sua transformação emancipatória⁸⁶.

No depoimento *E.BDB.12-6.3* dois jovens, uma mulher e um homem, declararam, em uma avenida com edificações, esta mensagem: “O Brasil que nós queremos para o futuro é um Brasil que entenda sua grandeza e o contexto em que está inserido, que somos uma nova geração e que essências e filosofias passadas já não cabem mais pro nosso crescimento”. O esforço para suprimir o passado emerge do encômio à “nova geração” e está irmanado à rotulação do caráter datado de “essências e filosofias passadas”, incompatíveis com o crescimento, sem que fique claro o sentido da enunciação, mas evidente a intenção de pôr sobre o passado uma pedra, em especial sobre o que remete ao pensamento, em função da menção às “filosofias”. Não apenas o tempo passado é reprimido, mas também aquilo que se ocupa de sua compreensão e é vestígio do passado não passado, o conhecimento, o testemunho do movimento da realidade e de seus sedimentos. Sem o conhecimento acelera-se o processo de “desaparecimento da continuidade histórica” (Adorno, 1971/1995, p. 32).

O último dos únicos três depoimentos nos quais observou-se clara menção ao tempo foi mencionado quando da discussão sobre a ideologia do trabalho. Trata-se do depoimento *E.HI.22-3.4* contendo a mensagem de um homem idoso que, caminhando por uma abandonada estação de trem, disse: “estou na cidade de [diz o nome da cidade]. Aqui os trens transitavam normalmente em 1966. Este é o Brasil que eu quero ver [titubeia] trabalhando”. A alusão ao tempo é indireta, mas assombrosamente significativa. É certo que o sujeito se concentrou na questão do trabalho dos trens, sugerindo uma ideia de estagnação no Brasil e conclamando ao trabalho, mas a referência temporal não é inofensiva, embora seja apenas marcada pela menção a uma data passada. O ano citado, 1966, pertence ao período ditatorial brasileiro e, se esse é o Brasil que o sujeito deseja ver trabalhando, pois naquele momento os “trens transitavam normalmente”, não se pode evitar o pensamento de que se inscreve nessa manifestação, sem que seja possível determinar se de modo intencional ou não, a pretensão de reabilitação daquele passado político que constitui uma ferida inflamada da democracia brasileira, um passado aberto em sua violência porquanto parte de seus pressupostos objetivos — econômicos, políticos e sociais — continuam operantes, abertura comprovada pelos seus frequentes usos por parte de movimentos politicamente reacionários. Com base em um dado concreto da realidade, o fato de os trens funcionarem normalmente na paragem onde estava durante o ano de 1966, o

⁸⁶ Como parece constar na conhecida frase “Apenas em virtude dos desesperançados nos é concedida a esperança”, com a qual W. Benjamin conclui o ensaio *As afinidades eletivas de Goethe* publicado originalmente em 1922, e em Adorno (1951/1993) “A esperança se encontra antes nos desconsolados” (p. 196).

sujeito referenda o momento político e transporta em sua vontade de ver o país trabalhando daquele modo a política ditatorial realizada naquele momento; a esse tipo de exploração política serve o concretismo acompanhado pelo estreitamento da consciência crítica. O saudosismo presta homenagens aos trens, mas as felicitações também são transmitidas àqueles que conduziam com mão de ferro a locomotiva da história no Brasil daquele momento.

Atuou no PBQQ uma conformação da ideologia que tem a história, o tempo, como objeto, seu proceder básico parece ter sido ou a proscricção do tempo passado, concomitante à insistência no presente e, especialmente, no futuro, ou a desassociação do passado em relação à violência nele contida. Esses esquemas obedecem à prescrição do tabu imperante na civilização que condena o olhar que ousa voltar-se para trás e não segue adestrado a marcha sempre em frente, no entanto, a política democrática enquanto objetivação dos direitos sociais depende do reconhecimento daqueles que foram (e são) violentados nessa marcha.

3.4.10 Mudança urgente

Um homem adulto, em resposta à questão “Que Brasil você quer para o futuro?”, proclamou a seguinte mensagem no depoimento *E.JN.05-9.4*: “o Brasil que eu quero para *agora* [ênfatisa], não para o futuro, é umas leis mais rigorosas; uns políticos... mudança, porque esses que já foram não têm mais condições, sem chance. Vamos, mudança urgente!”. Essa é a tonalidade usual dos depoimentos reunidos neste conglomerado, muito próxima dos repertórios de agitadores reacionários em seu rogo à ação imediata, sua simpatia para com a severidade, sua imprecação contra o governo e sua petição pela mudança em caráter de emergência, tudo isso sem prezar pela reflexão e dando vazão à descarga emocional. Há uma relação com a discussão sobre a ideologia contida nas imagens do passado, formulada no tópico precedente quanto ao clamor pelo presente ou pelo futuro. Porém, a referência ao passado encontrada aqui parece ser menos recuada no tempo, menos abstrata, trata-se, ao que tudo indica, do passado político recente (em relação a 2018) e este passado é profundamente repudiado. Igualmente rechaçados são aqueles à frente dos governos anteriores: “esses [políticos] que foram não têm mais condições, sem chance”. Como indicado durante a apresentação do PBQQ, não parece ter havido alusão nominal a personalidades políticas ou mesmo a legendas partidárias no âmbito do empreendimento realizado pela TV Globo — nos 135 depoimentos coligidos não foram

observadas menções diretas; estas ficavam à cargo das notícias⁸⁷ —, mas a avaliação do depoimento anterior e dos seguintes requer a recordação da atmosfera antipetista do período eleitoral e, antes deste, presente nos meios de comunicação e difundida amplamente na sociedade brasileira. Manifestações indiretas como a do depoimento *E.JN.05-9.4* ajustaram-se a essa atmosfera, fazendo coro com ataques manifestos.

Manejando uma “sensação de catástrofe social” (Adorno, 2020, p. 20), marcada pela decadência moral dos representantes políticos, bradou-se pelo livramento cujo significado aberto era a alteração dos políticos no comando, como no depoimento *E.BDB.07-9.5*, gravado por um homem adulto: “o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil livre... livre desses abutres que hoje comandam nosso país, onde a falta de respeito e a deslealdade prevalecem”. O personalismo dos valores proclamados pelo sujeito, o respeito e a lealdade (personalismo na medida em que são dirigidos à esfera política), ausentes nos políticos, aqueles “que hoje comandam o nosso país”, tem significativo apelo massificador em especial porque quem denuncia sua falta sugere resguardar em si mesmo tais qualidades e a ele não de se unir outros paladinos do respeito e da lealdade. A massificação se completa com a apelativa imagem dos abutres no comando do país. Os abutres concentram, figuradamente, o sentido de quem anseia pela morte dos outros para obter vantagens, quem é ávido em apresar e quem é explorador, usurário (em um sentido econômico, que remete à corrupção). Tal imagem estabelece, a um só tempo, um inimigo contra o qual urge se opor, os políticos no poder, e um objeto de disputa a ser defendido, o país, de cujos despojos apodrecidos aqueles se alimentam.

O repertório religioso também forneceu imagens para convocar à mudança. Uma mulher adulta em frente a uma igreja proclamou a mensagem do depoimento *E.JN.04-9.1*: “nosso Brasil está doente e ele precisa de cura. Com maior participação poderemos *mudar* [ênfatisa] o rumo da nossa história. Eu quero mais respeito, mais igualdade e, acima de tudo, mais justiça”. É da articulação entre o cenário escolhido pela depoente, uma igreja, e seu léxico da doença e da cura que se sugere a fonte religiosa do diagnóstico social do qual ela parte. Esse contexto redefine o tom ameno do conteúdo no qual pede-se por respeito, igualdade e justiça bem como marca-se a possibilidade de mudança a partir da participação.

Se, por um lado, a atitude conformista de elogiar o existente como se fosse o melhor dos mundos é explícita confissão de ajustamento e obstrução do contato com a realidade e da

⁸⁷ Para esta seção nenhum dos depoimentos analisados pertence àquele conjunto de edições do *Jornal Nacional* assistidas em sua integralidade, de maneira que não foi possível pôr em tensão depoimentos e notícias, permitindo observar costuras entre os dois tipos de conteúdo. Isso seria importante para verificar se, embora não houvesse menções nominiais nos depoimentos, seu conteúdo remetia a alguma personalidade política e/ou seu partido.

contração da capacidade de reflexão crítica acerca dos impasses sociais, em sintonia manifesta com a ideologia, por outro lado, a constatação de uma situação problemática do existente não deixa, automaticamente, de ser ideológica. Ela pode servir de argumento ao conservador para apertar seu controle em um mundo que vê em dissolução (que pode ser até mesmo a dissolução de seu mando tradicional) ou para reaver o que os avanços sociais suposta ou realmente retiraram dele; pode servir ao reacionário em seu propósito de arrasar as instituições existentes, ou os resquícios delas, e colocar em seu lugar sua própria ordem arbitrária de violência e controle; e pode servir ao crítico e ao revolucionário, os quais, constatando o caráter problemático do existente, comprometem-se com a emancipação e com a justiça social. Nos dois primeiros casos a ideologia não deixa de estar presente simplesmente porque assinala-se a miséria do mundo, esse próprio ato pode ser ideológico, inclusive como manifestação do cinismo de quem faz denúncia dessa miséria com o objetivo de torná-la ainda pior. A mudança pela qual esperam tem a forma da avalanche⁸⁸: depende do afrouxamento de todas as forças políticas e sociais, mesmo débeis, instituídas em contrariedade com seus interesses e que se opõem ao seu avanço e ao desatar de sua lógica totalitária. Nesse sentido, é necessário não ser incauto com ideias como a de que “nosso Brasil está doente” por seu inconformismo aparente. Embora se deixe acompanhar de uma solução aparentemente inócua, talvez até promissora, que preza pelo respeito, pela igualdade e pela justiça, ela também roga pela “cura” e pela “mudança” e estas, em sua indefinição característica, podem dar passagem às soluções conservadoras, ao assalto do poder por parte das forças reacionárias ou ao alcance desse poder inclusive por vias democráticas apenas sustentando a doença do presente e a mudança em si mesma como cura.

Diante da ameaça e da violência existentes e do contínuo acionamento do medo, frente aos reveses socioeconômicos e aos prenúncios de degredo que os acompanham e perante as obscenas injustiças de uma sociedade cujos avanços inacreditáveis são acompanhados pelo incrível crescimento da miséria, a necessidade de mudança, e mesmo sua urgência, é instigada dentro de qualquer um que entre em mínimo contato com a realidade e não suprima completamente o horror, a parcela que é possível sentir dele sem sucumbir, ou não se fascine por ele. O reacionarismo medra nessa mesma realidade claustrofóbica contra a qual erguem-se os movimentos de resistência e alimenta-se da mesma necessidade de mudança e de urgência

⁸⁸ Para recordar o título de um dos fragmentos da seção *Notas e esboços*, da obra *Dialética do esclarecimento*, no qual Horkheimer e Adorno (1947/1985) descrevem o ritmo crescente das desgraças sociais e políticas que se avolumam e todo novo acontecimento desse mesmo cariz não significa mais “nenhuma mudança, mas uma desgraça ainda maior” (p. 205). Assim abrem o texto: “No presente não há nenhuma mudança. A mudança das coisas é sempre mudança a mudança para melhor. Mas quando, em tempos como os nossos, a penúria é extrema, os céus se abrem e despejam seu fogo sobre aqueles que, de qualquer modo, já estão perdidos” (p. 205).

em resposta às quais se posiciona a práxis emancipatória. Ele conta com o fato de que quem “está preso gostaria de sair, desesperadamente” e que em “situações como essas, já não se pensa, ou então se pensa sobre pressupostos fictícios” (Adorno, 1977/2020, p. 278). A premência por uma modificação suplanta a capacidade de refletir sobre sua racionalidade; qualquer saída é válida e as massas tornam-se predispostas ao terror em função do terror existente.

Mas não é só isso; o reacionarismo também conta com um anseio por destrutividade, com aquele que “partindo de sua própria situação social, quer a destruição — não a destruição do próprio grupo, mas, se possível, a destruição de tudo” (Adorno, 2020, p. 21). Essa destrutividade nem sempre se confessa enquanto tal — embora também o faça às vezes e com sucesso —, mas pode se encontrar subjacente ao clamor pelo “novo”, por uma era renovada, que pressupõe a devastação do que existe e um recomeço. Possível testemunho da manifestação política desse anseio encontra-se em um dos depoimentos do PBQQ, *E.JN.14-6.5*, de um homem adulto. Surpreende o quanto o tom esperançoso e sereno da manifestação, complementado pelo cenário, uma vista do alto da cidade e das montanhas, contraria o conteúdo disruptivo da mensagem: “o Brasil que eu quero é um Brasil passado a limpo, ainda que tenhamos que começar tudo de novo, pois uma coisa que nós brasileiros temos é braço forte para construir uma nova nação”. O nacionalismo e o ideal da força dos brasileiros são mobilizados na tarefa de “passar a limpo” o Brasil, um apelo para sua reescrita sem erros, radicalizado com a ideia de, se necessário, “começar tudo de novo”. Entretanto, se são os direitos sociais sua substância, a política democrática depende da reparação, do enfrentamento das consequências de medidas tomadas e preteridas, da atenção àqueles que, em função do que foi feito e do que se deixou de fazer, foram vitimados ou privilegiados. Ela é incompatível com um “começar tudo de novo”; toda decisão assim orientada comete novas violências políticas sobre quem já foi proscrito antes e incorre no risco de ser leniente, uma vez mais, com os dominadores. “Começar tudo de novo” seria repetir a exploração da força, a mesma à qual o chamamento se dirige. Esse *slogan* pertence à série do “virar a página” dirigido aos injustiçados para que possam esquecer a injustiça e seguir sendo coagidos. Ele se torna ainda mais nefasto quando visa à esfera política.

Há uma funcionalidade bastante pragmática e imediata neste conglomerado: difundir a necessidade de troca do quadro de representantes políticos no poder. Possivelmente esse era o propósito da maioria dos espectadores ao gravarem seus depoimentos e coincidia com o momento político no qual transcorreu o PBQQ, as eleições. Nos depoimentos a seguir esse aspecto fica evidente. *E.BDB.15-6.7* e *E.JG.22-3.7* foram comunicados por homens adultos:

um Brasil que eu quero é um Brasil que nosso povo possa tá se unindo através de nosso voto para que nas próximas eleições a gente esteja colocando gente nova para

comandar nosso país para que a gente tenha mais educação, saúde e segurança para nós e para nossos filhos. Esse é o país que eu quero.

o Brasil que eu quero é um Brasil mais justo, com mais representantes de governos competentes e que esse ano de 2018 seja um ano de renovação.

Por sua amenidade, essas duas manifestações contrastam com alguns dos outros depoimentos citados anteriormente nos quais um furor caracterizava a expressão, mas todas convergiram em um ponto, a necessidade de modificação dos políticos que vinham governando. Por sua necessária falta de contornos dentro do esquema do PBQQ essa petição converteu-se em propaganda em favor das forças que pleiteavam as posições políticas em disputa e representavam, ou pareciam representar, alguma novidade — afinal, os depoentes requisitaram “gente nova” e desejaram que o ano de 2018 fosse um “ano de renovação”. Concomitantemente, a mesma petição tornou-se propaganda negativa para as forças políticas ocupantes dos postos no governo e que tentavam se reeleger. Entretanto, esse caráter indiscriminado, ou seja, ausente da confissão dos partidos e dos políticos defendidos e repudiados, é fundamental para a manipulação; é justamente a falta de contorno dos alvos que permite dirigir o movimento em favor de quem se deseja beneficiar, quem representa a novidade, e contra aqueles que devem ser rechaçados em especial. Tendo à disposição a efusiva condenação de um inimigo indeterminado, apenas com a indicação de serem os atuais ocupantes do poder — indicação muito significativa —, os movimentos políticos podem fixá-la nos alvos desejados. O depoimento *E.JH.01-9.3* citado a seguir, apregoando a pauta da corrupção, é um exemplo desse tipo de condenação obscura disponível para a manipulação. Ele foi comunicado por um homem adulto vestindo a camisa da seleção brasileira de futebol: “o futuro que eu quero para o nosso Brasil é um futuro sem corrupção; tirar esse pessoal que tá aí, né?, corrupto, e botar gente nova para nós termos mais saúde, educação e ter um Brasil melhor”. A corrupção é o mesmo fator de incriminação contido no depoimento *E.BDB.12-6.2*, citado noutra ocasião, no qual um homem adulto pediu para que os políticos fossem outros; depoimento aqui relembado:

o Brasil que eu quero daqui para frente é um Brasil onde as pessoas possam ter o direito de viver a vida com dignidade, que os políticos sejam outros, políticos capacitados, que não viva mais em manchetes, borrando a nossa tradição, o nosso país, com falcatruas, com roubalheiras.

Com sua acusação do passado e/ou do presente político (e dos representantes) os depoimentos discutidos nesta seção contam com a caracterização de uma realidade em crise, como neste último depoimento no qual o sujeito remete-se à tradição borrada, às falcatruas e roubalheiras. Fundamentados nessa caracterização da realidade social calamitosa, os depoentes expõem a premência da mudança. Essa estratégia recorda com precisão um dos estratagemas analisados por Adorno (1943/2009) no repertório dos agitadores fascistas que subtraem as

energias revolucionárias, consumidas na adesão das pessoas ao movimento encabeçado por eles e no amor pelo líder e pelo ideal, e insistem na necessidade de “uma mudança radical sem, no entanto, ter qualquer conteúdo social específico” (p. 77, tradução nossa). Ao desalento da situação de crise oferta-se meios drásticos como resposta: “A ideia de que alguma mudança precisa ser feita, em abstrato e, contudo, com tantas conotações de violência e brutalidade, é a consequência necessária do estratagema da ‘última hora’” (p. 78, tradução nossa).

Mesmo quando vindicada para construir um Brasil com *mais* educação e *mais* saúde, por exemplo, o conteúdo social da mudança continua inespecífico; sobressai a mudança por si mesma. Esse caráter abstrato da mudança, acompanhado por sua enunciação repetida e enfática e a acusação sumária da política existente com termos pregnantes encontra-se estampado no depoimento *E.BDB.03-9.3*. Fazendo de um verde campo seu cenário, o espectador-protagonista declarou o seguinte comunicado: “e o Brasil do futuro é um Brasil que invista na educação. Precisamos *mudar o país*. Para *mudar o nosso país* precisa *mudar toda uma nação* com *outras ideologias*. Vamos *sair* dessa política hereditária e corrupta”. Apontou-se a possibilidade de ideias amenas, como o pedido por investimento na educação desse depoimento, terem o efeito amortecedor contra o impacto de conteúdos mais regressivos, assegurando sua passagem, como o que se segue nessa manifestação. A interpenetração entre ideologias deixa seus vestígios nesse depoimento na referência à corrupção, uma constante identificada em outras manifestações deste mesmo conglomerado. Tal interpenetração justifica a suposição de que conteúdos diversos são mobilizados com interesses políticos buscando no interior dos sujeitos distintas pegadas psicológicas por assim dizer, isto é, ao apelar para conteúdos ideológicos variegados, diferentes necessidades, desejos, mecanismos psicológicos e moções das mesmas pessoas são visados ao mesmo tempo em que diferentes pessoas são perseguidas ampliando-se a variedade de conteúdos — apenas outro modo de dizer do cerco social e do cerco psicológico discutidos no início deste capítulo. Nos depoimentos citados a seguir, por exemplo, além do recorrente recurso à corrupção é possível observar que a convocação à mudança se faz, no primeiro depoimento, atizando o ideal de “homem honesto” — no qual há grandes chances de estar em causa uma relação entre masculinidade, moralidade e poder — e, no segundo depoimento, tal convocação é feita remetendo-se ao aspecto de identificação com as pessoas mais pobres. Claramente, tais aspectos não equivalem entre si, mas exemplificam o recurso a iscas psíquicas distintas. *E.JH.01-9.5* foi o depoimento de um homem adulto gravado diante de uma igreja e *E.H1.03-9.5* foi o depoimento de um homem idoso:

e eu quero o Brasil no futuro sem corrupção. O homem honesto precisa assumir o poder. Vota certo, Brasil!

o Brasil que eu quero... que mude a/o sistema do Brasil, que entre um presidente que... que dê valor para as pessoas mais pobres também. E que acabe com essas ladroeiras que existe.

A análise dos depoimentos reunidos nesta seção permite supor que eles não configuram um conglomerado ideológico do mesmo modo que os anteriores, talvez apenas no sentido de interpor entre os sujeitos e a realidade representações de um estado de calamidade ou captar, enfatizar e dirigir esse estado, objetivamente calamitoso, duplicando-o em imagens aterradoras coloridas com os tons da fixação na corrupção, do moralismo e de outros aspectos. Porém, mesmo essas imagens parecem ter servido como tática rápida, diferente da repetição de conteúdos com vistas à esquematização da percepção e do entendimento sobre determinados aspectos da realidade. Embora mobilizem esquemas, como aqueles ligados à corrupção entendida como um problema moral, parecem fazê-lo apelando principalmente para a dimensão afetiva, pois o que estava em questão era a produção de um estado diante do qual era imperativo agir, principalmente por meio do voto, com a intenção de promover uma mudança na ocupação dos cargos políticos. Desse modo, aproximam-se mais de um estratagema político, ou seja, uma técnica propagandística de efeito rápido. Se aqueles conglomerados ideológicos eram repisados em consideração não apenas à dominação anônima e à necessidade de ocultar, justificar e duplicar os elementos problemáticos da realidade por si mesma, mas em favor de interesses políticos de grupos que detêm o poder no lugar do sujeito social — como o véu religioso atende às instituições religiosas, como a ideologia da competência age em favor dos empresários, como a ideologia do trabalho protege a superexploração realizada pelos donos dos meios de produção —, o dispositivo compenetrado em realizar a renovação eleitoral era crucial, pois, por meio de seu êxito, é que a ideologia daqueles grupos podia angariar poder político direto, via eleição.

3.4.11 PBQQ; um todo ideológico e sua fragmentação constitutiva: temas progressistas, conformismo, pautas regressivas e moralistas

Nesta seção foram reunidos os depoimentos que não parecem configurar conglomerados ideológicos coesos. Como o fato de não formarem núcleos temáticos expressivos pode se dever aos próprios limites dos procedimentos adotados — em especial o número de manifestações selecionadas, restrito, se comparado ao total —, julgou-se necessário não os desconsiderar em função da possibilidade de conterem tendências muito mais frequentes do que aparenta sua baixa recorrência no universo de depoimentos coligidos nesta pesquisa. Ademais, a relevância

de algumas manifestações, em especial aquelas de caráter mais regressivo, justifica a importância de seu registro e discussão. Outro aspecto, de natureza teórica, fundamenta a necessidade de não omitir os depoimentos que serão brevemente analisados. Se realmente houver uma semelhança entre o conteúdo dos depoimentos do PBQQ e manifestações características de movimentos conservadores, autoritários e totalitários — como compreendido por esta pesquisa — há que se considerar um cariz necessariamente fragmentário da ideologia veiculada nesse todo sistemático que foi o PBQQ. Dessa fragmentação a ideologia retira seu poder; ela pressupõe a fragmentação psíquica que a realidade impõe às pessoas e a fragmentação da sociedade desenvolvida como totalidade antagônica. Por essa razão o trabalho apoiou-se no entendimento da existência de conformações da ideologia interpenetradas, mutuamente determinadas, mas não simplesmente sobrepostas nem passíveis de ser simplesmente hierarquizadas, conquanto possam ser congregadas com um mesmo propósito quando diferentes forças políticas (conservadoras e reacionárias, por exemplo) se unem socialmente compartilhando objetivos. Para o caso da ideologia isso é facultado em especial porque, seja qual for sua conformação, ela serve à dominação.

Nos depoimentos a seguir talvez se encontrem outros componentes ideológicos para os quais as análises anteriores não se atentaram, mas também é possível encontrar pautas com potencial teor progressista comunicadas pelos espectadores. Especificamente para estes últimos casos é necessário considerar três aspectos que não necessariamente se anulam: 1) como expressão do esclarecimento, sobrevive na indústria cultural a contradição entre emancipação e dominação, de modo que nela também podem se exprimir causas libertárias e seria formalismo negar de partida que no PBQQ, realizado no âmbito da indústria cultural, pudesse haver elementos como tais, embora este trabalho tenha tomado como objeto o ideológico, o que justifica sua ênfase; 2) como a indústria cultural é um sistema, é necessário levar em conta a possibilidade de a neutralização, conformação ou cooptação de certas pautas progressistas se realizar noutros momentos desse sistema, fora do escopo de análise desta pesquisa; 3) o PBQQ foi, enfaticamente, uma ampla estratégia de mobilização de massas e sua abertura para pautas diversificadas não apenas tinha a função de confirmar seu alcance, mas também de reforçar o poderio do empreendimento, a despeito do conteúdo particular de cada manifestação subsumida no aparato como um todo — afinal, para a indústria cultural vale a observação de Nunes (2022) sobre as redes sociais “engajamento é tudo, não importa se bom ou ruim” (p. 76).

Uma mulher adulta, por exemplo, manifestou a seguinte mensagem no depoimento *E.JH.20-3.4* apresentando os aspectos desejados por ela para o Brasil do futuro: “de mulheres que lutam por oportunidades iguais, que acreditam num país unido e diferente. É esse o futuro

que eu quero para o Brasil”. Se, por um lado, o conteúdo remete à importante questão social do feminismo, por outro lado, não é indiferente que o cenário escolhido pela depoente provoque um estranhamento: ela falou em frente a um grande monumento no formato de sutiã pintado de rosa. Sem que se pretenda tirar conclusões aprofundadas sobre isso, há, além do possível efeito cômico da imagem, deslegitimando a importância do conteúdo, uma significativa contradição entre a mensagem aberta e o monumento do cenário, o mesmo objeto cuja destruição é um dos importantes símbolos da luta feminista.

Outra manifestação cujo conteúdo visava às mulheres foi o depoimento *E.CS.09-6.3* declarado por um homem idoso em um quintal no qual parecia ter sido posicionado para a gravação um quadro emoldurado com a imagem de várias igrejas. O depoente afirmou: “o futuro que eu quero para o Brasil é um futuro com mais igualdade, liberdade e justiça e, acima de tudo, muito respeito às mulheres porque mulher é vida e, sem vida, não há futuro. Simples assim”. Reforçado pela presença de elementos religiosos em cena o sentido da mensagem condiciona o respeito às mulheres ao fato de estas serem, genericamente, vida; não é possível estabelecer com segurança se este é realmente o sentido da declaração, mas sobressai a conotação da mulher como geradora de vida, remetendo à função reprodutiva; aspecto contra o qual as lutas feministas se insurgem desde há muito.

Nesses dois casos é fácil determinar os limites das pautas levantadas, mas a mesma temática foi objeto de outro depoimento com uma tonalidade distinta: *E.JN.24-9.4*. Como apresentado antes, ele foi gravado por um grupo de trinta mulheres acompanhadas por algumas crianças. O cenário era o próprio numeroso grupo. A responsável por declarar a mensagem disse: “o Brasil que queremos é que todas as mulheres não sofram com agressões ou abusos, mas sim que sejam tratadas com respeito e igualdade. Esporte como fortalecimento em nossas vidas, como fonte de disciplina, saúde e, principalmente, qualidade de vida”. A análise concentra-se aqui não nas premissas do depoimento, mas em como a manifestação foi neutralizada de outro modo pelo PBQQ. Essa manifestação foi exibida na edição do dia 24 de setembro no *Jornal Nacional*. Indicou-se em outro momento que o bloco de depoimentos do qual tal manifestação foi parte era formado majoritariamente por mensagens gravadas por mulheres e isso contrastava com a prevalência geral no âmbito do PBQQ de depoimentos protagonizados por homens. Isso não foi uma coincidência; a temática de parte das notícias que precederam e sucederam a exibição dos depoimentos girava em torno das mulheres. A primeira notícia, sobre a instituição de uma nova legislação para crimes de importunação sexual e aumento da pena para crimes como estupro coletivo terminava com a fala de um homem que justificava a preocupação com o tema por ter uma filha de quinze anos. A outra, uma discussão

acerca da “crise da educação” no Brasil, destacava uma experiência realizada na Índia na qual mulheres de “regiões pobres” eram capacitadas para replicar ensinamentos e finalizava ressaltando o “potencial milagroso das mulheres”. Logo após essa afirmação era apresentada uma mulher vestida formalmente, uma especialista, ostentando no pescoço uma larga corrente da qual pendia uma grande medalha com a imagem de Nossa Senhora das Graças. Sua fala destacava que a educação não era responsabilidade “só do governo” ou “só das escolas”, mas de todos. A última notícia em cujo centro estava a questão das mulheres versava sobre a sexta conquista do título mundial de melhor jogadora de futebol por parte de Marta da Silva apresentando-se um fragmento de sua declaração que destacava e celebrava que naquela noite de premiação o feminino era posto do lado do masculino (Bonner & Kamel, 2018 Set 24).

Em tudo isso importa observar que a costura visivelmente realizada com o objetivo de pautar, por meio de notícias e depoimentos, a questão do feminismo (ainda que não formulada neste termo) — cuja difusão é crucial —, é feita com esquemas problemáticos e converte-se numa tentativa de expropriação do conteúdo de lutas sociais. A atenção é despertada para o problema, mas sua percepção vem acompanhada do direcionamento do entendimento. Observe-se, por exemplo, a exaltação do potencial milagroso das mulheres em um mesmo contexto no qual destacava-se a grave vitimização sexual delas e sua relação historicamente desigual em relação aos homens no mundo dos esportes. Com a apologia desse “potencial milagroso” operou-se a ligação entre pautas dos impasses sociais enfrentado pelas mulheres e elementos religiosos. Aspectos irracionalistas precedentes do sentimento religioso — como a esperança imobilista da ideia de milagre — são miticamente depositados sobre um sujeito social real, as mulheres. Para estas um dos mais duros grilhões foi, e é, a religião. Com esse recurso, concebese as mulheres como depositário de certa devoção, capazes de remediar as situações mais difíceis (para isso servem os milagres) entalhando-as à imagem das santas (que são quem operam milagres). Repõe-se uma imagem pertencente à religião, um agente da dominação social sobre as mulheres e que é fonte da ideologia que busca justificar e manter tal dominação.

Embora o tema da educação tenha sido apontado como a mais frequente das demandas endereçadas ao PBQQ, não foram localizadas concepções marcantes a seu respeito nos depoimentos analisados que justificassem estabelecê-la como um conglomerado ideológico à parte, muito embora a menção à palavra “educação” possa ser, de fato, verificada com frequência dentre os depoimentos citados anteriormente, mas apenas como um item nos pacotes convenientes à mentalidade do *ticket*; convém recordar que o ordenamento das demandas encaminhadas pelo público ao PBQQ se deu pela mera frequência das palavras no material recebido pela emissora. Dois depoimentos, comunicados em um mesmo programa no mesmo

dia, versaram sobre a educação. *E.JN.28-9.5* e *E.JN.28-9.8* foram gravados por homens, com a diferença de que o segundo foi declarado por dois depoentes (D1. e D2.). O primeiro tinha como cenário uma igreja católica, o segundo foi declarado em frente a uma escola:

O Brasil que eu quero para os meus filhos, para o meu futuro, para o futuro dos meus netos é um Brasil onde se valoriza a educação. Um país que quer prosperar, menos violência, tem que investir em educação. É a base de qualquer sociedade. “Educação: hoje, amanhã e sempre”.

[D1.:] Eu quero um Brasil transformado pela força da educação/Dignidade e respeito aos mestres dessa nação. [D2.:] Pois o Brasil do futuro é uma semente agora/ Plante, que a colheita é certa/ Brasil, chegou a hora.

Como resultado do grau da formatação operada pelo PBQQ sobre as opiniões, que por si mesmas são marcadas por estereotipia, evidencia-se, mesmo em casos como esses depoimentos, elementos que são tributários da reificação da consciência e a impressão da forma propaganda: a semelhança dos enunciados com *slogans* e o emprego direto de máximas (“Educação: hoje, amanhã e sempre”; “Brasil, chegou a hora”) e o tom de um apelo moralizante (na evocação das qualidades de dignidade e respeito). Horkheimer e Adorno (1947/1985) assinalaram a incompatibilidade da propaganda com a verdade porque ela faz da linguagem um instrumento e pressupõe sempre a manipulação; Adorno (2020) alertou contra a moralização das discussões quando se trata dos movimentos de resistência política e assinalou a importância de sempre tratar de interesses reais. Nos dois depoimentos há semelhante atmosfera de esperança e confiança que tem o incômodo aspecto de parecerem produtos de uma consciência pacificada e segura em um mundo não-pacificado e ameaçador. Tal atmosfera ludibria, pois o debate a respeito da educação encontra duros impasses objetivos, nós políticos, que passam ao largo quando a discussão se reduz à mera necessidade de se valorizar a educação ou mesmo quando se aponta a importante pauta dos investimentos sem refletir sobre os objetivos sociais e políticos da educação. Não há “colheita certa”. Se a educação seguir a orientação tecnicista voltada à formação para o trabalho, mantendo-se restrita às matérias adequadas à capacitação técnica, sem cumprir sequer o primordial compromisso com uma formação ampla e profunda quanto aos conhecimentos formais das diversas disciplinas do conhecimento, a luta por investimentos, por mais importante que seja, alinha-se à erosão da educação como formação crítica, como educação contra a barbárie. A orientação da educação precisa ser posta em causa. Mesmo a ideia do potencial transformador da educação recai em um chavão vazio e, pior, com efeito paralisante, quando sobre a educação são depositadas esperanças excessivas da transformação que depende, primariamente, da alteração de pressupostos econômicos e políticos: “Demandas exorbitantes são a mais sublime forma de sabotagem” (Adorno, 1960/2020, p. 267).

Talvez seja por obra do filtro neutralizador da indústria cultural, do esquematismo que quebra o jogo interno de forças entre forma e conteúdo, que nos casos dos depoimentos nos quais não salta aos olhos a ideologia também termina sendo necessário confessar, forçosamente, que não é contundente a força da denúncia por mais que quem a proclame sejam aqueles profundamente marcados pelo jugo. Mas essa debilidade, cumpre ressaltar, não é insuficiência subjetiva de quem denuncia, e sim limitação material efetivada pelo controle rígido da denúncia realizado pelo PBQQ (no que tange especificamente ao material aqui analisado) e marca da impotência social geral. Esse parece ser o caso de dois depoimentos, *E.JN.28-9.7* e *E.JN.29-9.7*, ambos comunicados por indígenas, e *E.JN.28-9.2*, comunicado por um homem adulto. O primeiro daqueles foi a manifestação de uma mulher jovem em um cenário urbano, o segundo foi declarado por um grupo de depoentes adultos em uma comunidade indígena. É fundamental salientar que nesses três depoimentos o pedido teve em vista o cumprimento das leis, o que difere significativamente das frequentes manifestações que atentavam, direta ou indiretamente, contra o Estado Democrático de Direito. Seguem-se os depoimentos:

O Brasil que eu quero é que as autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário respeitem e cumpram as leis que garantem a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros, especialmente dos povos indígenas: “os verdadeiros donos do Brasil”.

O Brasil que eu quero é onde os povos indígenas sejam protagonistas da sua própria história e que se respeite e cumpra os deveres que está de acordo a Constituição.

“O poder emana do povo e em nome dele será exercido”. O país que queremos para o futuro é um país onde nossos governantes possam realmente votar de acordo com os anseios da população.

A contínua (re)produção de uma consciência conformista é uma tarefa da ideologia; esta deve assegurar que mesmo quando os indivíduos se levantarem em contestação ou em reivindicação o façam dentro dos limites toleráveis, ou seja, em conformidade. Um dos elementos da formação de uma consciência conformista está em arrancar das pessoas a capacidade de questionar os fundamentos das desigualdades sociais, em especial, as divisões de classe. Isso se manifesta nos depoimentos *E.JH.21-3.2* e *E.JG.22-3.2* nos quais os sujeitos, mesmo reconhecendo a desigualdade entre ricos e pobres, não se voltam contra a existência dessa desigualdade, e sim contra os elementos dela decorrentes. O primeiro depoimento proveio de um homem adulto diante de uma grande edificação religiosa; o segundo depoimento também foi pronunciado por um homem adulto em uma igreja:

o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde a educação e a saúde sejam tratados com prioridade e a justiça tenha o mesmo peso e a mesma medida para o rico e para o pobre.

o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde os privilégios não sejam apenas para a classe mais rica e onde os poderes judiciário, executivo e legislativo promovam uma cultura de paz.

É certo que desigualdades derivadas da divisão fundamental (no sentido de fundamento) da sociedade em classes retroagem sobre essa divisão assegurando sua manutenção, mas esta é a divisão que precisa ser politicamente visada em primeiro lugar e socialmente superada. Em rigor, a justiça não pode ter “o mesmo peso e a mesma medida para o rico e para o pobre”; justiça seria evitar que existissem ricos e pobres. Como existem, se a justiça se torna equivalente dentro de uma sociedade desigual, ela toma parte dos setores dominantes. Mas isso é sintoma do engendramento de um estado geral de consciência incapacitada de sequer imaginar a sociedade sem ricos e pobres, a sociedade sem dominação de classes e sem desigualdade, logo, conclui-se que ao menos a justiça deva ser um elemento igualador. Porém, na realidade desigual em suas próprias bases a tarefa da justiça não é ser indiferente a essa desigualdade, e sim atentar-se assiduamente a ela, se não quiser recair em seu contrário: “no ordenamento da realidade a sombra da injustiça está associada às leis racionais, de modo que a racionalidade do ato administrativo precisa ser corrigida por aquilo que Aristóteles incorporou como ‘equidade’ [*Billigkeit*]” (Adorno, 1960/2020, p. 262). É similar a supressão da capacidade de pensar o mundo sem “a classe mais rica” — logo, sem a classe mais pobre — que faz as pessoas levantarem-se contra os privilégios concentrados por aquela, mas exigindo somente que “os privilégios não sejam *apenas* para a classe mais rica”, enquanto seria possível se contrapor à concentração da riqueza em si mesma e seria necessário, diante da existência daqueles privilégios, exigir que se cumpram e ampliem os direitos sociais.

Nos depoimentos *E.JH.23-3.2* e *E.CS.01-9.4*, a seguir, há indícios da recomendação de uma forma ativa do conformismo, o voluntariado. Ao propagandear atitudes remediadoras individuais — e o mérito ou a necessidade conjuntural delas não está em questão neste breve comentário, nem a reflexão sobre a solidariedade, que difere do voluntariado — desonera-se a política do que ela deve assegurar como universalidade e exime-se a sociedade dos impasses a serem enfrentados enquanto coletividade. Há ainda o consolador engano de que atitudes individuais põem termo a processos de exploração conduzidos por titânicas forças globais (como o sujeito da segunda mensagem que sugere a possibilidade de reverter a crise hídrica por meio de ações dos proprietários rurais). Um homem adulto gravou o primeiro depoimento no pátio de uma instituição de longa permanência para a internação de idosos. O segundo depoimento também foi apresentado por um homem adulto que se encontrava diante de um rio.

falo aqui do Asilo [diz o nome da instituição], da cidade de [diz o nome do município e do estado] onde está acontecendo uma tarde de voluntariado é... para *embelezar* os moradores do asilo. O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil assim.

estou numa área de preservação permanente do córrego [diz o nome do córrego], hoje afluente perene do Rio [diz o nome do rio]. O Brasil que eu quero é aquele onde todos os proprietários rurais do país recuperem as áreas degradadas de APPs [áreas de

preservação permanente] e também de reservas legais de suas propriedades. Assim como também preservem as áreas existentes, né? Isso irá garantir o fim da *crise hídrica*⁸⁹ nacional bem como a proteção à fauna.

Os últimos depoimentos discutidos são uma amostra de conteúdos agitados, moralistas ou explicitamente regressivos, mas diversificados em suas temáticas. O caráter agitado da manifestação de um homem adulto no depoimento *E.BDB.11-6.7* remete àquele traço de revolta difusa e incoerente discutida quando se tratou da indignação, da cólera e do ressentimento. Enquanto estratégia mobilizada pelo PBQQ ele parece ter se prestado à produção de um clima político marcado por aflição, caos e o desconsolo. A enunciação como desabafo, tal qual verificada no depoimento, corresponde à produção desse clima. O cenário escolhido era curioso, o sujeito, paramentado com equipamentos de segurança, gravou sua manifestação do alto de uma torre que permitia a visão ampla da cidade ao fundo. Ele afirmou: “O Brasil que eu quero para o futuro é onde a humanidade fala menos e aja mais, desde a cidade pequena, que tem muita conversa fiada e fofoca, até os políticos nos programas eleitorais, que fala aquele tanto de coisa e não faz nada depois. Aqui ó [faz gesto de desaprovação virando o polegar da mão esquerda para baixo]”. O clamor à ação imediata acompanha a manifestação exaltada.

No depoimento *E.JH.22-3.4* uma mulher idosa tendo ao fundo um rio e canoas disse: “o que eu quero de melhor para nosso Brasil: apoio para a casa de recuperação para que dependentes químicos se transformem em novos cidadãos”. O uso do ideal de renovação não é privativo das manifestações dirigidas ao âmbito governamental da esfera política. Nesta manifestação a depoente circunscreve uma questão delimitada, mas sua formulação como uma questão política fica incerta pelos contornos da solução em favor da qual ela advoga. Ao falar sobre a “casa de recuperação” e evocando o ideal de transformação dos dependentes químicos “em novos cidadãos” desperta a suspeita de o apoio reivindicado não se destinar às políticas de saúde pública no âmbito dos dispositivos do Sistema Único de Saúde, mas às questionáveis instituições para “tratamento”, como as comunidades terapêuticas, cuja atuação vincula-se à religião. A imprudência do PBQQ consiste, em questões delicadas como essa, na indiscriminada difusão de manifestações nas quais consta a defesa de soluções incompatíveis com dispositivos políticos coletivamente acordados, objetivações do conhecimento aliado às práticas humanizantes, materializações de lutas políticas e de direitos sociais. O debate sobre limites nesses dispositivos deve estar aberto, mas precisa ser realizado com a mediação do conhecimento e levando em conta o processo histórico no qual tais dispositivos foram estabelecidos, e não sob a forma de opiniões e do arbítrio individual.

⁸⁹ A expressão “crise hídrica” vinha sendo frequentemente empregada pelos jornalistas em matérias recorrentes nas semanas anteriores.

A arbitrariedade também se encontra no depoimento *E.BDB.12-6.6*, declarado por um homem idoso diante de uma igreja: “o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil voltado para a saúde, educação e segurança, *simplesmente, com trezentos deputados, cinquenta senador e, no máximo, dez vereador*. Sem [titubeia] foro privilegiado”. A promoção da antidesmistificação por parte da indústria cultural é evidente nessa manifestação, inclusive no nível superficial que está em questão, a informação. Se o sujeito desconhece os critérios de estabelecimento do número de cargos políticos segundo cada função, à indústria cultural caberia assegurar o acesso a essa informação, mas nesse caso ela repercute a voz do sujeito cuja manifestação insinua haver uma arbitrariedade no estabelecimento desses números de representantes, arbitrariedade à qual pode ser contraposto seu próprio arbítrio. Novamente, assegurar a discussão da validade desses critérios e fazer disso um debate público deveria ser um direito resguardado, mas que pressupõe o entendimento do modo de funcionamento.

Pertence à afirmação da vontade individual, mas em plena conformidade com bandeiras de destacados setores sociais, o depoimento *E.JN.11-6.2*. Nele um homem adulto declarou: “o Brasil que eu quero é que as forças armadas sejam empregadas nas fronteiras a fim de evitar a entrada de armas e drogas para evitar tragédias que nem [como] está acontecendo no Rio de Janeiro”. Naquele momento estava em curso na cidade do Rio de Janeiro a intervenção militar realizada pelo Governo Federal em 2018. A tragédia em curso a que se refere o depoente não era, por certo, a própria intervenção, pois sua proposição instou por mais intervenção (nas fronteiras do país), e sim o cenário de criminalidade que supostamente justificava tal intervenção. O depoimento serviu, desse modo, como legitimação “popular” da medida de segurança pública contraditória e recomendação de sua replicação, partindo da premissa que as armas e drogas presentes no país vêm de fora.

O último depoimento traz duas marcas do reacionarismo. O sujeito, um homem adulto, declarou: “o Brasil que eu quero é um Brasil mais honesto, com saúde, educação e trabalho. Só assim formamos cidadãos de bem e fora a reeleição!”. Além da veemente contestação arbitral do mecanismo de reeleição, rejeição que desconsidera os processos de seu estabelecimento e não parece pretender criticá-los racionalmente, as ideias de honestidade, saúde, educação e trabalho constelam-se em um eixo, a noção de “cidadãos de bem”; figura que tem sido apontada, desde 2018, como um dos eixos centrais de organização da extrema direita no Brasil, em especial do bolsonarismo (Kalil, 2018; Nunes, 2022). Ao legitimar essa imagem, cuja discussão será detalhada a seguir, o PBQQ legitimou a força política que a mobilizava.

3.5 Conglomerados ideológicos no PBQQ e correspondências eleitorais

Na análise do PBQQ foram identificados conglomerados ideológicos concernentes à religião, abrandando as tensões sociais e apresentando os impasses políticos como problemas sensíveis a uma espécie de receituário sentimental e crente; ao agronegócio, encobrendo os antagonismos entre os distintos e desiguais sujeitos sociais do campo; ao trabalho, reforçando míticas soluções sociais adequadas à política obediente ao mando econômico; à política como gerenciamento, convertendo problemas políticos em questões de competência técnica; à visão idílica da natureza, suprimindo a gravidade dos problemas sociais, inclusive aqueles diretamente ligados à destruição da natureza; à pauta anticorrupção, erguendo uma cortina de fumaça acusatória, indiferente às bases objetivas da questão da corrupção, mas adequada à ascensão de forças políticas que renunciam a oferecer um projeto propositivo em função de seu caráter destrutivo; à defesa da ordem e do progresso, alimentando propósitos autoritários ao insinuarem seu entusiasmo com a ordem da força, com a severidade e com um rompimento dos ordenamentos democráticos; à relação com o passado, reproduzindo o desligamento com a história ou manifestando a vontade de reabilitação do recente passado político brasileiro autoritário; e à necessidade urgente de uma mudança sem conteúdo social específico, significando, em seu sentido mais pragmático, a substituição dos governantes. Alguns desses conglomerados correspondem a destacados grupos sociais cujos interesses vêm sendo representados politicamente. Este tópico dedica-se à apresentação de certas correspondências entre aquelas conformações da ideologia e algumas forças políticas no Brasil tendo em vista subsidiar o entendimento de que a constante reiteração de aspectos ideológicos no PBQQ atuou como propaganda, mesmo de modo implícito, uma vez que tais aspectos eram conformes a certas pautas representadas por forças políticas em disputa nas eleições de 2018. Trata-se, neste momento, apenas de assinalar algumas correspondências consideradas importantes sem insinuar uma relação de causalidade, justamente em acordo com o caráter delimitado do alcance do dispositivo aqui analisado, o PBQQ, em relação a amplos processos sociais, como as eleições, processos determinados em primazia por outros fatores objetivos.

A mobilização de elementos religiosos encontrada na análise do PBQQ convergiu com o acentuado imbricamento entre política e religião no Brasil e suas manifestações nas eleições de 2018. Observou-se nos depoimentos analisados a presença da religião desde em manifestações nas quais a crença era conteúdo manifesto no apelo a Deus ou à força da religião até a ostensiva presença de símbolos religiosos como cenário das manifestações. No processo eleitoral de 2018

importantes marcas da religião, em um sentido amplo, podem ser indicadas, como, por exemplo, o crescimento do uso de títulos religiosos no nome de urna por parte dos candidatos. Enquanto nas eleições de 2014, em 489 pedidos de candidatura constavam títulos religiosos nos nomes de urna (como, por exemplo, pastor/pastora, irmão/irmã, missionário/missionária e padre), em 2018 pelo menos 521 candidatos fizeram uso do recurso por meio do qual pretende-se abordar politicamente os eleitores por intermédio da crença (*GI*, 2018 Ago 20). Os resultados eleitorais também manifestaram aquele imbricamento por meio do crescimento da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (alinhada de Bancada da Bíblia) com a eleição/reeleição de 84 deputados e de sete senadores, estes estreates, identificados com as pautas e convicções do segmento, dentre as quais se acham questões concernentes à moral e aos costumes, à “honra da família” e à “defesa da vida” em contraposição às questões referentes ao aborto e sua descriminalização, aos direitos civis de casais homoafetivos e direitos sociais da população LGBTQAPN+, dentre outras (*DIAP*, 2018 Out 18). Embora o crescimento tenha sido identificado como pequeno em relação ao ano precedente, a própria manutenção da continuidade no poder dessa agremiação é significativa, pois é extenso o contingente de políticos que a compõe. Para o cargo de chefia do poder executivo disputavam candidatos afeitos às pautas religiosas como Cabo Daciolo (Partido Patriota), José Maria Eymael (Democracia Cristã) e Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal). O último eleito sob o *slogan* “Brasil acima de tudo, *Deus acima de todos*”.

Neste *slogan* manifesta-se ainda o nacionalismo, um elemento amplamente mobilizado pelo PBQQ, com desdobramentos marcantes em conglomerados ideológicos como aquele dedicado à ordem e ao progresso e aquele no qual foram reunidos os encômios à riqueza natural. O acionamento do nacionalismo implicado nesse *slogan* da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, na qual outras fontes de nacionalismo foram exploradas sistematicamente, foi analisado por Silva (2021) como um modo de absorver “a demanda popular por pertencimento em uma sociedade excludente...” (p. 93).

A confluência entre elementos ideológicos do PBQQ e forças políticas de grupos dominantes pleiteantes de cargos nas eleições de 2018 deixa-se observar também quanto às pautas referentes ao campo. Se, como proposto, a apresentação dessas pautas ocorreu obscurecendo as tensões e desigualdades entre os sujeitos dessa realidade (os pequenos produtores, a classe média rural e os expoentes do agronegócio), comunicando a necessidade premente de suporte social, sem, todavia, denunciar o direcionamento que vem sendo adotado nesse suporte, marcado pela concentração de recursos nos já favorecidos e pela (re)produção ampliada das desigualdades, o alinhamento assumido pelo PBQQ respaldou a orientação

dominante quando se trata das questões agrárias no Brasil representada politicamente pela Frente Parlamentar da Agropecuária (a Bancada Ruralista) no Congresso Nacional. O apoio dessa Frente, formada em 2018 por 261 deputados federais e senadores, à candidatura de Jair Bolsonaro à presidência foi formalizado em nota oficial que assinalava que a decisão atendia ao “clamor do setor produtivo nacional, de empreendedores individuais aos pequenos agricultores e representantes dos grandes negócios” e que a organização uniria “esforços para evitar que candidatos ligados aos esquemas de corrupção e ao aprofundamento da crise econômica brasileira” retornassem “ao comando do nosso País” (*AgênciaFPA*, 2018 Out 2). Para além dessa importante dimensão concernente ao cargo da Presidência da República, cumpre ressaltar que mais da metade dos candidatos da Bancada Ruralista (ou Bancada do Boi) foi reeleita (*CanalRural*, 2018 Out 8) e, embora alguns representantes tenham perdido cargos e a redução numérica fosse vista como certo enfraquecimento dessa bancada informal, isso foi apontado como um fenômeno de curto prazo, pois os novos deputados eleitos (muitos do PSL) eram vistos como potenciais componentes dessa força política (*CartaCapital*, 2018 Out 12).

As demandas imbricadas na noção de política como administração e gerenciamento parecem se relacionar com um importante fenômeno político que é a chamada “ascensão de empresários na política” (Guerra et al., 2017, p. 158). Se, ideologicamente, a política é reduzida a um problema de competência técnica e de gestão/administração, os *experts* nessa matéria são convocados. Essa é, porém, a máscara ideológica de um processo relacionado à interpenetração entre poderes políticos e econômicos no qual os grupos economicamente dominantes assumem o controle político e o fazem inclusive valendo-se da propaganda, à qual a política encontra-se reduzida (Adorno, 1967/2020), concentrada por quem é mais capaz de investir em comunicação e/ou já monopolizou os meios de informação. As pautas dos empresários na política giram não apenas indiretamente em torno das noções de administração, gerenciamento e competência técnica, mas diretamente encontram-se nas queixas contra a burocracia e contra os impostos (o brado pelo Estado mínimo) bem como no apelo por facilidades para os chamados microempresários. Todos esses aspectos, diretos e indiretos, puderam ser encontrados na análise do PBQQ. O avanço desse grupo foi observado nas eleições de 2018. Dados do TSE apontaram que 10,3% dos candidatos declararam ser empresários; a ocupação “empresário” foi a mais comum entre os candidatos, declarada por 2.300 indivíduos, seguida pela profissão de advogado (com 1.274 representantes), e aquele percentual cresceu quando comparado ao percentual de 9,4% em 2014 (na proporção entre profissões e número de candidatos para cada ano) (*GI*, 2018 Ago 25). A ligação dos políticos com o empresariado não é um fenômeno novo na política, mas não deixa de ser problemático por ser uma constante e é com o objetivo de

assegurar a manutenção desse poderio que, dentre outros recursos, a ideologia é posta em operação. Os dados anteriores referiam-se aos candidatos, quanto ao perfil dos políticos eleitos para a Câmara dos Deputados em 2018, 133 dos 513 (25,93%) políticos foram empresários; esta foi a mais frequente ocupação, seguida à distância pela ocupação “médico” (de 69 deputados), mantendo, pois, a atribuição da chamada Bancada Empresarial, ou seja, o contingente de políticos representante das causas empresariais, quando comparado com o contingente formado com os resultados das eleições anteriores, de 2014 (DIAP, 2018).

Se, como entendido por este trabalho, as conformações da ideologia inscritas no PBQQ ajudam a compreender o avanço de forças conservadoras e reacionárias na política brasileira e o próprio processo de eleição de Jair Bolsonaro e do aparelho de governo que o respaldou, é fundamental recordar o apoio do setor empresarial ao referido candidato — com forte apelo propagandístico para o próprio setor —, apoio cujo exemplo crasso foi a atuação do empresário Luciano Hang, proprietário de uma das maiores redes de lojas de departamentos no Brasil. Esse setor teve alguns de seus núcleos ideológicos difundidos pelo PBQQ. Os aspectos presentes na concepção de política como gerenciamento e outros elementos como os brados dos microempresários em depoimentos pontuais coligidos nesta pesquisa também parecem ser expressão do que Nunes (2022) nomeou como *ideologia do empreendedorismo*, que é, conforme suas proposições, um importante aspecto para compreender o avanço dos movimentos de extrema direita no Brasil, em especial o avanço do bolsonarismo.

As variadas manifestações de atração em relação ao ideal de severidade e força, de punitivismo e justicamento, de demanda pelo endurecimento das leis e de entusiasmo militarista que vão desde o recorrente pedido por segurança, passando por todo um conglomerado concernente ao clamor por “ordem e progresso” simpático com a coerção, até o grassar de formas reacionárias — aspectos assinalados na análise dos depoimentos — revelam a correspondência entre conteúdos ideológicos difundidos por intermédio do PBQQ e pautas reivindicadas por uma destacada força política brasileira representada pela Frente Parlamentar da Segurança Pública no Congresso Nacional, alcunhada como Bancada da Bala. Desde o período eleitoral, quando o PBQQ ainda estava em curso, evidenciava-se o crescimento dessa força política representada, dentre outros setores, por policiais e militares. Tal crescimento pode ser exemplificado com os dados sobre candidatura referentes ao estado de São Paulo: em comparação com o ano de 2014, observou-se o aumento em 74% no número de policiais militares que solicitaram afastamento para disputar as eleições; 38 policiais da ativa saíram candidatos no ano de 2014 enquanto em 2018 foram 66 (UOL, 2018 Jul 27). Quanto aos dados nacionais, 1.379 agentes de segurança (policiais militares e civis, militares reformados,

bombeiros militares, membros das forças armadas e outros candidatos que usam patentes militares ou cargos policiais no nome de urna) se candidataram, representando 4,76% das 29.000 candidaturas registradas no TSE; daquele total de agentes de segurança, a maior parte, 43,58% (601), era formada por policiais militares, seguida à distância pela ocupação de militar reformado, com 15,37% (212) (*GI*, 2022 Ago 16). Com o resultado das eleições testemunhou-se o salto real no número de policiais e militares eleitos para as assembleias legislativas, para a Câmara e para o Senado: de dezoito no ano de 2014, esse número passou para 73 em 2018, ou seja, houve um aumento em mais de quatro vezes; 58,9% (43) desses políticos eram filiados ao PSL (*GI*, 2018 Out 08). A maior parte desse contingente ocupou as Assembleias Legislativas e a Câmara Distrital, mas no ano em questão a novidade foi a eleição de três senadores. Os processos sociais que conduzem a resultados como esse não podem ser reduzidos à ideologia, mas a força material desta não deixa de responder em importante medida por eles: foi como um aparato ideológico, canalizando e reforçando tendências como essa, que o PBQQ parece ter atuado, protegido por sua aparente neutralidade e seu verniz democrático.

O acentuado clamor por mudança observado no PBQQ também foi acompanhado por importantes correspondências nos resultados eleitorais. Desde há vinte anos, não se havia observado tão profunda modificação no Congresso Nacional; tratou-se do maior processo de renovação desde 1990 (*DIAP*, 2018 Out 18; *CartaCapital*, 2018 Out 12). Na Câmara, o percentual de eleitos para o primeiro mandato como deputados foi de 52% (269 de 513) enquanto o de reeleitos foi de 48% (244); no Senado, o percentual de novos eleitos foi de 85% (46 de 54), enquanto o de reeleitos foi de 15% (oito) (*DIAP*, 2018 Out 18). Poder-se-ia argumentar em favor da rotatividade democrática diante dessa ampla renovação, porém, nem a alternância no poder, nem a continuação dos representantes antigos são índices suficientes para assinalar incrementos ou retrocessos democráticos. A mudança no Congresso Nacional observada no ano de 2018 foi marcada por uma inédita fragmentação partidária (*DIAP*, 2018 Out 18; *CartaCapital*, 2018 Out 12), reafirmando a gravidade da fragilidade do sistema partidário brasileiro e do personalismo assinalados durante este trabalho cujas raízes, como indicado com base em estudiosos do tema, têm extensa profundidade histórica. O personalismo segue como um dos destacados componentes da ideologia na política, sua presença foi observada regularmente nos diversos conglomerados ideológicos analisados no PBQQ.

Testemunho da insuficiência da alternância de poder como indício de avanços na democracia — o que, claro, não permite simplesmente advogar contra ela⁹⁰ — está no fato de que a modificação observada em 2018 redundou, conforme o DIAP (2018), em um Congresso conservador em seus valores e sem ameaças para a influência das bancadas informais no parlamento (para alguns casos houve até aumento imediato da segurança de certas bancadas, como a da Bala, que se expandiu). Especificamente na Câmara, 141 estreantes na política (aqueles que *nunca* exerceram mandatos) “se elegeram em função da relação de parentesco com políticos tradicionais, lideranças evangélicas, policiais linha dura ou celebridades” (p. 2) e, em termos de orientação partidária, houve o crescimento de partidos de direita, enquanto os partidos de esquerda se mantiveram e os de centro reduziram. Consumou-se o que no PBQQ era o risco da propaganda que infla a necessidade de mudança urgente sem conteúdo social específico: a entronização no poder de forças que se alimentam da insatisfação social disforme para angariar mais poder político munidas de soluções reacionárias (e às vezes populistas), soluções oportunas para as elites e sedutoras para quem se encontra atormentado e socialmente ameaçado pela perda real de *status* econômico ou pela ideia de que seus ganhos não avançam como deveriam, quem tem o potencial de reflexão embotado e o potencial de ação coletiva transformadora obstruído. Uma vez entronizadas no poder, tais forças aceleram a marcha sobre as instituições democráticas destravando os empecilhos à frenética progressão econômica e à concentração de poder político, muitos desses empecilhos são os próprios direitos sociais e os mecanismos do ordenamento democrático, que passam a ser desmontados.

É necessário, portanto, sublinhar que a mudança política, tal como observada no processo eleitoral de 2018, é menos uma mudança real e mais o recrudescimento de inclinações em progressão como sugere o fato de o aumento em partidos de direita ser acompanhado pela diminuição dos partidos de centro (que já são afeitos àquela) e o fato de as bancadas poderosas não terem sido alteradas em si mesmas nem substituídas por outras, mas apenas redefinidas em seus quadros e, no curso do governo, investidas de mais poderes e ampliadas em suas conquistas. O reclame por mudança não foi mobilizado por forças desconhecidas, mas por elementos conhecidos com a intenção de expropriarem o teor disruptivo da mudança em seu próprio proveito e às custas de um agravamento social agilizado. Mencionando um dos dados já apresentados acima, Nunes (2022) assinalou que “85% dos senadores e 47% dos deputados

⁹⁰ Lembrando Chauí (2012): “Que significam as eleições? Muito mais do que a *mera rotatividade de governos ou a alternância no poder*, elas simbolizam o essencial da democracia, ou seja, que o poder não se identifica com os ocupantes do governo, não lhes pertence, mas é sempre um lugar vazio que, periodicamente, os cidadãos preenchem com representantes, podendo revogar seus mandatos se não cumprirem o que lhes foi delegado para representar” (pp. 149-150, *itálicos nossos*).

federais eleitos em 2018 eram políticos de primeira viagem, grande parte deles surfando no mesmo discurso de *outsider* com que Bolsonaro, mesmo tendo sido deputado federal por três décadas, prosperou” (p. 31). Em rigor, os percentuais citados pelo autor não dizem respeito aos “políticos de primeira viagem”, não *apenas* a eles. Por exemplo, das 46 cadeiras do Senado ocupadas por políticos que não foram reeleitos (oito reelegeram-se), apenas vinte eram de fato novos no legislativo federal e, destes, nove foram eleitos pela primeira vez na vida; quatro já haviam sido senadores em outros momentos e 22 eram políticos conhecidos vindos da Câmara dos Deputados (*UOL*, 2018 Out 08). Contudo, apesar dessa imprecisão, na observação de Nunes (2022) importa destacar o aproveitamento da retórica da mudança — nos termos do autor, do “discurso de *outsider*” — por parte de figuras conhecidas na cena política. Os dados que relativizam aquela mudança em tensão com as características gerais do Congresso Nacional formado nas eleições de 2018, assinaladas anteriormente, permitem indicar que a mudança foi uma meia verdade: de fato, tratou-se de uma relevante renovação do quadro de representantes, aspecto que condiz com aquele sentido mais pragmático do brado por mudança nos depoimentos do PBQQ instando pela entrada de “novos” políticos no governo, mas repercutiu expressivamente no avanço das tendências autoritárias e regressivas que já se encontravam instaladas na política. A mudança foi o disfarce para a avalanche social desatada, se é permitido remeter-se uma vez mais à imagem de Horkheimer e Adorno (1947/1985).

A última das correspondências entre o PBQQ e o processo eleitoral de 2018 diz respeito ao alarido sobre a corrupção. Como visto, a bandeira anticorrupção não é um fenômeno novo no processo de ascensão de forças políticas de extrema direita na história e, nas décadas recentes, responde a um movimento fomentado por importantes instituições transnacionais aliadas à mundialização do capital. No que concerne especificamente à corrida eleitoral de 2018 no Brasil, cumpre assinalar a centralidade da pauta anticorrupção na campanha do candidato eleito Jair Bolsonaro. Um tímido indício dessa centralidade pode ser apontado com base no material coligido por esta pesquisa. Nas edições completas do *Jornal Nacional* referentes ao intervalo entre os dias 24 e 29 de setembro havia um momento então habitual no telejornal dedicado à cobertura da campanha política dos candidatos à presidência. Os compromissos da agenda política dos concorrentes eram apresentados e suas propostas de governo eram enfatizadas. Excetuando-se Jair Bolsonaro, todos os candidatos mencionados na cobertura

desses seis dias apresentaram propostas diversificadas e nenhum deles mencionou a corrupção, que foi o único tema das três declarações de Jair Bolsonaro televisionadas nesse período⁹¹.

Nunes (2022), fundamentado nas pesquisas de Kalil (2018), identificou o combate à corrupção como a mais universal das *matrizes discursivas*⁹² nas diversas vertentes do bolsonarismo. Kalil (2018), em pesquisa sobre apoiadores, eleitores e potenciais eleitores de Jair Bolsonaro entre 2013 e 2018, identificou dezesseis diferentes tipos/padrões de pessoas. Em sete desses perfis a questão do combate à corrupção assumiu lugar central na caracterização dos tipos de apoiadores de Jair Bolsonaro. Tratou-se de uma constante em um público que não podia ser caracterizado como “grupo social específico” em consonância com o caráter “cada vez mais diversificado [do público] ao longo de sua campanha” (p. 8). A retórica anticorrupção foi alinhavada à noção de “cidadão de bem” e assumiu um caráter polissêmico nesse amplo espectro social abarcando o sentido dos “políticos que roubam o povo” (p. 9), mas implicando, também, uma conotação relacionada à “‘desordem’ de costumes e valores que estariam colocando em risco a ordem familiar” (p. 10) — portanto concernente às condutas privadas e morais — e uma conotação utilizada para taxar pessoas que, segundo seus defensores, “‘gozam de muitos privilégios e não cumprem seus deveres’” (p. 10). No sentido de corrupção política tal concepção deixava-se acompanhar de soluções que envolviam “a redução do Estado (Estado mínimo) e a substituição de políticos profissionais por figuras outsiders (estratégia amplamente explorada por Bolsonaro) ou por políticos não profissionais” (p. 9). Combatente contra todas aquelas formas de corrupção, o cidadão de bem captava “tendências ‘anti-sistema’ (‘contra todos os partidos’, ‘contra todos os políticos’, ‘contra tudo e contra todos’), para depois atrair

⁹¹ Convém recordar que Jair Bolsonaro encontrava-se internado em razão do incidente envolvendo um ataque com faca ocorrido no município mineiro de Juiz de Fora no dia 6 de setembro de 2018, mas, como o próprio telejornal informou, o então candidato seguia fazendo campanha eleitoral nas redes sociais.

⁹² Em alguns aspectos a noção de *matrizes discursivas* de Nunes (2022) pode ser aproximada à ideia de *conformações ideológicas* utilizada nesta pesquisa; o conceito de ideologia também se acha no trabalho do autor, em sentidos que se assemelham a algumas acepções defendidas no presente trabalho. Embora haja significativas diferenças de referenciais teóricos, alusões a escritos de T. W. Adorno podem ser encontradas no livro do autor. Por hora, exime-se de uma reflexão detida sobre a noção de *matrizes discursivas*, embora seja possível remeter-se às observações críticas a respeito da frequente noção de discurso tecidas no primeiro capítulo desta dissertação. Porém, cumpre assinalar a tentativa de Nunes (2022) de evitar recair no determinismo da linguagem com as noções de *matrizes discursivas* e *gramática moral* (utilizadas para pensar os movimentos de extrema direita) ao assinalar, fundamentado em Wittgenstein e Foucault, que “se o modo pelo qual se vive condiciona o que se pode dizer sobre o mundo, aquilo que se pode dizer sobre o mundo também fornece a base para instituições que condicionam a forma pela qual se vive” (p. 41). Caberia observar se esta formulação não sugere uma simetria entre a força material do modo como se vive e o que se diz sobre o mundo (o discurso), igualando uma relação de determinação que pode ser mútua, mas não é equivalente, entre o modo de produção da vida e a ideologia, tal como pensada neste trabalho. Cabe lembrar a reserva de Adorno (2020) em transformar um problema como a ascensão do radicalismo de direita na Alemanha em uma questão de ideologia, mesmo insistindo na importância dessa dimensão para a compreensão de seus aspectos; reserva fundamentada no reconhecimento de que são os determinantes econômicos e políticos que têm primazia.

dimensões da crítica anticorrupção (tanto em seu sentido financeiro, quanto na sua forma moral, quanto em sua forma religiosa)” (p. 10).

Durante a análise do PBQQ manifestações condizentes, em maior ou menor grau, com esses diversos sentidos foram localizadas no conglomerado ideológico sobre a corrupção e noutros conglomerados nos quais ela consta entre diversas demandas. É necessário destacar a conexão especial observada na pesquisa coordenada por Kalil (2018) entre as manifestações contra a corrupção e as tendências antissistema, nomeadas por Nunes (2022) como paixões antissistema ou sentimentos antissistema. Nesta pesquisa traços dessa insatisfação com a política em função da qual repudia-se os políticos, os partidos e as instituições puderam ser notados com ênfase nos depoimentos analisados, em especial no conglomerado sobre mudança.

Convém assinalar outras descobertas no trabalho de Kalil (2018) para apontar as correspondências entre as conformações da ideologia encontradas no PBQQ e os fenômenos políticos de extrema direita testemunhados no Brasil. A pesquisa coordenada pela autora identificou, dentre os apoiadores de Jair Bolsonaro, a usual preocupação das pessoas com a segurança dos filhos e com o futuro da nação. Em alguns casos nos quais não observou o desejo das pessoas de fazer justiça por si mesmas (noutros casos esse intento foi um aspecto destacado dos perfis de apoiadores), assinalou que subjacente ao desejo pelo fortalecimento das instituições havia um espectro de pessoas que defendiam, por exemplo, a substituição do STF pela Polícia Federal, solicitavam intervenção militar e clamavam pelo retorno da ditadura. Tais pessoas assinalavam a corrupção e a impunidade como as mais destacadas problemáticas do Brasil, se referiam “ao excesso de ‘injustiça’ na sociedade e [faziam] críticas ao ‘sistema vigente’ na política brasileira” (p. 14). Abertos ou encobertos, aspectos similares foram encontrados com frequência nos depoimentos do PBQQ. O clamor por instituições mais duras, a denúncia da impunidade e a preocupação com o futuro do país, aliada inclusive à preocupação com as próximas gerações, foram, por exemplo, algumas constantes identificadas.

A falta de ordem nas instituições nacionais e na sociedade, assim como a preocupação com a violência e com pautas da segurança pública, apontadas por Kalil (2018) em alguns dos padrões de apoiadores de Jair Bolsonaro, marcou presença em alguns dos depoimentos analisados pela presente pesquisa. Na pesquisa de Kalil (2018), esse componente foi atribuído aos grupos formados por pessoas com carreira pregressa ou atual em corporações policiais e nas Forças Armadas; a presente pesquisa não teve base para determinar as ocupações dos depoentes, mas o fato de encontrar concepções e preocupações semelhantes entre pessoas politicamente mobilizadas (afinal, a participação no PBQQ implicava certa mobilização), permite sugerir que aqueles aspectos ideológicos encontravam-se (e encontram-se)

disseminados e, mais apropriadamente, operou-se ideologicamente com o objetivo de disseminá-los. É evidente que nem todos aqueles que falam em nome da segurança pública ou denunciam a falta de ordem o fazem do mesmo modo e isso não pode ser tomado automaticamente como critério para estabelecer tais pessoas como apoiadores de políticos como Jair Bolsonaro, entretanto, o notável suporte de setores identificados com essas pautas em relação a ele e seus congêneres, bem como a afinidade dessas pautas quanto a aspectos autoritários e reacionários, é um indício que não pode ser desprezado.

Kalil (2018) também observou em diferentes perfis de apoiadores a exigência por penas mais rígidas e o caráter de urgência de “pautas relacionadas aos ‘interesses da nação’” (p. 17), bem como a necessidade de “‘unidade nacional’ apelando-se à ‘ideia de que ‘o Brasil é um só’” (p. 18). Identificou-se aspectos semelhantes nos depoimentos do PBQQ e esses traços caracterizavam a própria estrutura da iniciativa. Mesmo certa isenção com relação à política, a ideia de que sua discussão é fonte de desavenças e a tendência a localizar o problema na polarização política, identificada no estudo dos perfis de potenciais apoiadores de Jair Bolsonaro, também foi encontrada nos depoimentos do PBQQ por parte de descontentes com o suposto poder que a cor partidária teria em um nefasto processo de divisão da nação e que evocaram a necessidade de união e de tolerância.

É importante marcar a diferença entre a pesquisa de Kalil (2018) e este trabalho na medida em que aquela se dedicou a apoiadores mais ou menos manifestos e esta investigação pôde, neste ponto, apenas realçar pistas que permitem indicar indiretamente a correspondência ideológica entre os conteúdos veiculados no empreendimento do PBQQ e pautas usuais dos setores que respaldaram o bolsonarismo — entendido, em concordância com Nunes (2012), como um fenômeno de extrema direita mais amplo que a figura que lhe empresta o nome e que se estabeleceu inclusive com o apoio de setores não extremistas. Essa diferença, porém, não é apenas uma nota sobre método com o intuito de estabelecer os limites das aproximações propostas nestas linhas (embora também seja importante nesse sentido), e sim uma marcação da distinção entre dois campos nos quais se manifestaram aspectos políticos semelhantes, permitindo substanciar o entendimento de que tais aspectos foram mobilizados em frentes distintas e de modos diferentes, pois as pesquisas antropológicas nas quais Kalil (2018) baseou suas considerações resultaram de um acompanhamento de envolvidos em mobilizações políticas (protestos e manifestações) em um *continuum* temporal entre 2013 e 2018 e este estudo partiu de uma análise de conteúdo com declarações emitidas em 2018 e que, em relação à vinculação política, foram analisadas indiretamente.

O entendimento segundo o qual afirma-se que no âmbito do PBQQ houve diferentes conformações da ideologia às quais correspondiam distintos grupos e interesses sociais que permite pensar o processo de ascensão da direita no Brasil, em especial após os resultados das eleições de 2018, compartilha da compreensão de Kalil (2018) sobre uma multiplicidade no padrão de eleitores de Jair Bolsonaro consonante com sua estratégia de comunicação baseada na segmentação das “informações para os diferentes perfis de potenciais eleitores” (p. 6) fazendo de suas contradições e incoerências uma tática política, e não uma falha, capaz de capturar valores difusos e angariar apoiadores variados. Com Nunes (2022) compartilha-se o entendimento de que o bolsonarismo é um “encontro, sob a égide dos grupos políticos que se aglutinaram em torno da campanha de Bolsonaro, de uma série de tendências sociais que já estavam há algum tempo imbuídas de certo tropismo mútuo” (p. 25) e “um projeto interclasses sustentado pela política, no topo, e por fortes afinidades eletivas, na base” (p. 29). Se tal encontro, ou projeto, é uma objetivação de forças políticas que ultrapassam o núcleo ordenador delas — e isso parece coincidir com a identificação de distintas conformações da ideologia, de suas funções e seus representantes no PBQQ, vinculadas ao avanço das forças conservadoras e reacionárias no Brasil —, é necessário voltar a atenção para essas múltiplas forças do jugo e para as condições sociais, ideológicas e psicológicas que as sustentam em função da chance de o bolsonarismo sobreviver mesmo diante de um possível declínio de Jair Bolsonaro e seu governo, uma vez que é confluência de tendências anteriores presentes na sociedade brasileira.

Ao representar de maneira tão bem administrada, e em conjunto, pelo menos uma parcela dessas forças e as ideologias com elas condizentes, o PBQQ favoreceu esse amplo processo de aglutinação destrutiva. Espera-se que o estudo desse dispositivo tenha sido capaz de sustentar que tal favorecimento acontece tanto por meio da instrumentalização dos meios de comunicação quanto de forma sutil, mas contínua e penetrante. Ao explicitar a afinidade entre algumas conformações da ideologia e suas pautas com grupos de interesses partícipes da luta por poder, este trabalho pretendeu indicar a instrumentalização. Ao dedicar atenção a aspectos relacionados à reificação da consciência, à mentalidade do *ticket*, ao ultrarrealismo, dentre outros nos quais a percepção e o entendimento são orientados de modo heterônomo e as conclusões são tomadas pelo “curso normal dos fatos”, para retomar a expressão de Marcuse (1965/1970) mencionada anteriormente, esta pesquisa procurou explicitar aquele modo de atuação sutil dos mecanismos da indústria cultural na política.

Reconhecer as conformações da ideologia — cuja existência ultrapassa o dispositivo temporalmente localizado do PBQQ — parece ser fundamental para se opor a elas e à multiplicidade de mecanismos de manipulação que são acionados para operacionalizá-las, em

conjunto e separadamente, pelo sistema da indústria cultural aparelhado pela dominação política. Nesse exercício de oposição cumpre recordar, com Adorno (2020) que “não se trata de opor uma mentira a outra mentira, procurar ser tão esperto como eles, mas sim contrariá-los com a força penetrante da razão, com a verdade não ideológica” (p. 52). Uma oposição feita valendo-se de artimanhas semelhantes, ou seja, recorrendo aos meios propagandísticos, pressupõe os mesmos aspectos antropológicos que fornecem base para a dominação realizada por meio da economia e da política: um estado geral de consciência reificada, o esquematismo, a mentalidade do *ticket*, a obstrução da capacidade de ter experiência e de refletir, dentre outros elementos discutidos ao longo deste trabalho. Isso revela o engodo de proposições como a encontrada no depoimento *E.JH.23-3.6*, pronunciado por um homem idoso, que disse: “o Brasil que eu desejo para o futuro é que haja campanhas ou propagandas de conscientização política impactantes, assim como aconteceu com os cigarros e os acidentes de trânsito, afinal de contas, os maus políticos também matam muita gente”. Não apenas há um entusiasmo pela forma propaganda, mas por seus exemplares mais aterradores, que não prezam pela consciência, mas pelo amedrontamento, e como tal alcançam efeitos tão rápidos quanto reversíveis. Por pressupor, reforçar e acionar aspectos como a consciência reificada, o esquematismo e a mentalidade do *ticket*, o PBQQ tendeu para algo pior do que seu conteúdo progressista manifesto (quando foi o caso) e respaldou o desenlace agravado do conteúdo regressivo ao qual também deu voz. Sobre ele pesou a inverdade que acompanha a forma propaganda:

Propaganda para mudar o mundo, que bobagem! A propaganda faz da linguagem um instrumento, uma alavanca, uma máquina. A propaganda fixa o modo de ser dos homens tais como eles se tornaram sob a injustiça social, na medida em que ela os coloca em movimento. Ela conta com o fato de que se pode contar com eles. No íntimo, cada um sabe que ele próprio será transformado pelo meio num outro meio, como na fábrica. A fúria que sentem quando se deixam levar por ela é a velha fúria dirigida contra o jugo, reforçada pelo pressentimento de que a saída indicada pela propaganda é uma falsa saída. A propaganda manipula os homens; onde ela diz liberdade, ela se contradiz a si mesma. A falsidade é inseparável dela. (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, pp. 237-238)

3.6 Passado e presente do Brasil do futuro: apontamentos sobre democracia e barbárie

A ênfase no PBQQ, objeto circunscrito deste trabalho, não deve conduzir a uma apreciação superestimada de seu papel na compreensão dos turbulentos e complexos processos políticos brasileiros recentes. Porém, o reconhecimento de elementos ideológicos que ultrapassam significativamente o alcance desse empreendimento da indústria cultural fornece

subsídios para que se possa considerá-lo como um fragmento da realidade no qual encontravam-se inscritas marcas de uma totalidade mais ampla justificando sobre ele um *olhar micrológico* (Adorno, 2013) com a intenção de que o pensamento pudesse tatear uma problemática singular, até mesmo efêmera e apócrifa, e, ao afundar-se-no-mais-pequeno, tentar fazer os dados se movimentarem e se apresentarem como o processo que ocultam no qual o todo social se apresenta determinante, aqui principalmente na forma da ideologia.

Como parte de um processo social mais amplo, é importante considerar que o PBQQ se inseriu em uma importante teia de acontecimentos do recentíssimo “passado” político do Brasil, dentre eles o paradigmático Junho de 2013, os desdobramentos da *Operação Lava Jato* iniciada em 2014, os protestos favoráveis ao *impeachment* em 2015 e 2016, o próprio *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, a greve geral de 2017 e a greve dos caminhoneiros de 2018. Análises como a de Nunes (2022) sobre esses ciclos de efervescência política brasileiros, sobre suas características e sobre as relações entre aqueles acontecimentos permitem reconhecer traços que também foram identificados na análise da iniciativa pontual do PBQQ possibilitando afirmar que a compreensão deste também fornece elementos para refletir acerca da pergunta *Como chegamos aqui?*, que intitula um dos textos do autor⁹³. Todos aqueles acontecimentos pertencem ao passado próximo de quando foi repetida copiosamente a pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?” e parecem ter deixado marcas nela. Mas há marcas ainda mais recuadas no tempo, tendências sociais que acompanham a história brasileira e processos ainda mais abrangentes cuja importância já se deixa entrever nas principais categorias mobilizadas por esta pesquisa, em sua maioria cunhadas para compreender os horrores sociais e políticos mundiais do século XX.

O que foi politicamente objetivado após a iniciativa que fez dessa pergunta seu *slogan*, ou seja, durante o governo de Jair Bolsonaro na Presidência da República, representa um aprofundamento que precisa ser registrado, com a consideração de que se trata de um aprofundamento de tendências há muito contidas nos desdobramentos da barbárie encerrada na cultura e das tendências antidemocráticas subsistentes no âmago da própria democracia formal, para lembrar Adorno (1971/1995). Da tensão entre as respostas fornecidas àquela pergunta e as ações do Brasil que realmente foi escolhido para o futuro nas urnas no ano de 2018 é possível realizar um exercício de confronto entre o negativo da imagem do país desejado para o futuro e o presente que foi revelado. Apesar de todos os limites próprios das metáforas, essa tem o

⁹³ Do capítulo *Como chegamos aqui? De Junho de 2013 a Bolsonaro* (Nunes, 2022).

mérito de resguardar o fato de que o negativo da imagem e a imagem revelada são o mesmo elemento que foi processado.

Indicou-se que em resposta à questão do PBQQ os pedidos mais frequentes daqueles que atenderam ao chamado foram — partindo dos mais comuns — por mais educação, menos corrupção, mais cidadania, mais saúde de qualidade, mais segurança, políticos mais comprometidos com a população, menos intolerância e menos preconceito e mais emprego.

Quanto a esses aspectos o Brasil concretizado teve os seguintes marcos, dentre outros.

Na educação os retrocessos no Brasil do presente incluem o drástico aprofundamento dos cortes abrangendo desde a educação infantil até as universidades. Para a educação básica a queda de recursos foi de 13% entre os anos de 2020 e 2022; no ensino fundamental e médio os cortes representaram a perda de nove milhões e o programa de Educação de Jovens e Adultos perdeu 94% da verba entre 2018 e 2022 (*OGlobo*, 2022 Jun 02). Nas instituições federais de ensino os cortes seguiram esta razão: desde 2016 houve redução, alcançando o valor de R\$ 7,4 bilhões em 2019; em 2020 caiu para R\$ 6,4 bilhões; R\$ 4,9 bilhões no ano seguinte, 2021; em 2022 conseguiu certa recomposição, ficando com R\$ 5,4 bilhões (*CNNBrasil*, 2022 Jul 07). Somam-se a essa realidade o estabelecimento de uma reforma no ensino médio — via medida provisória, sem a discussão com a sociedade — afinada com a educação para o trabalho em detrimento da educação crítica; cinco trocas de ministros da pasta da Educação durante o governo de Jair Bolsonaro; tentativas de interferência no Exame Nacional do Ensino Médio; denúncias da existência de um gabinete paralelo ao Ministério da Educação; e o avanço de programas questionáveis como a criação de escolas cívico-militares.

Quanto à corrupção testemunhou-se, até o momento, alguns casos como a denúncia e investigação do desvio de recursos do fundo eleitoral para candidatura de mulheres por meio de laranjas por parte do PSL, partido pelo qual Jair Bolsonaro e apoiadores foram eleitos; a acusação do Ex-Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles de obstrução de uma investigação sobre extração de madeira ilegal na Amazônia; as apurações da CPI da Covid cujo relatório trouxe a acusação do emprego irregular de verba pública e a revelação de esquemas de propina para liberação da compra de vacinas; o esquema de negociação e liberação de emendas para deputados destinadas à compra de equipamentos agrícolas que chegavam a ser 260% mais caros do que os valores de referência do próprio governo; e a influência de pastores na pasta e nos recursos do Ministério da Educação (*BrasildeFato*, 2022 Jun 23).

No que tange à cidadania um dos mais graves indicadores da situação do presente é o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU. Entre 2019 e 2021 o contingente de brasileiros com dificuldades para se alimentar foi de 61 milhões, dos quais 15 milhões passaram fome (*GI*,

2022 Jul 06). Outros índices podem ser apontados nesse quesito como o aumento em 8,3% no número de estupros em 2021 quando comparado com 2020; o aumento do crime de feminicídio que contou 666 casos entre os meses de janeiro e junho de 2021, o maior valor desde o início da série em 2017; o exorbitante acréscimo da violência no campo com o incremento em 102% das invasões de terra entre 2019 e 2020 sendo 71% das famílias afetadas indígenas; e o aumento em 30% das mortes no contexto de conflitos rurais entre janeiro e novembro de 2021 quando comparado a 2020 (*AmnestyInternational*, 2022 Mar 29). Índices que respondem também à situação da segurança no Brasil, como uma das demandas pelas quais se pediu naquela lista.

Em relação ao pedido por saúde de qualidade cumpre pontuar que o modo deliberado de atuação e inércia do governo brasileiro em relação à pandemia mundial da Covid-19 redundou em uma realidade na qual o Brasil ocupa a segunda posição no *ranking* das nações com maior número de mortos decorrentes da doença, acumulando, até o mês de agosto de 2022, mais de 679 mil mortes. Especificamente no que tange à atuação do Presidente da República foi identificado que Jair Bolsonaro “executou uma ‘estratégia institucional de propagação do coronavírus’” (*ElPaís*, 2021 Jan 21). Ainda sobre a realidade da saúde no Brasil, cabe citar que o país responde por 75% das mortes maternas em razão da Covid-19 de todo o mundo (*AmnestyInternational*, 2022 Mar 29). Estes dados também têm algo importante a dizer sobre o recorrente pedido no PBQQ por políticos comprometidos com a população.

Em relação ao pedido por menos intolerância e preconceito fala por si própria a eleição de um político como Presidente da República conhecido de longa data por seus ataques às pautas da diversidade sexual e de gênero, mas a crueza da realidade quanto a esse aspecto tem outros testemunhos. Em 2020 o número de assassinatos de pessoas trans no Brasil alcançou o total de 175 mortes, o segundo maior da série iniciada em 2008, atrás do total de 179 referente ao ano de 2017; entre 2017 e 2019 houve uma queda, mas ela foi revertida a partir de 2020; o Brasil mantém-se pelo 13º ano consecutivo como o país onde mais pessoas trans são assassinadas no mundo (*AgênciaBrasil*, 2022 Jan 29). O relatório da Anistia Internacional concernente a 2021 informou que, durante a crise relacionada à pandemia, a população LGBTQIAPN+ foi exposta a mais riscos por “falta de assistência adequada, proteção social e políticas públicas” (*AmnestyInternational*, 2022 Mar 29). A crise sanitária, social e econômica atingiu sobremaneira as pessoas trans em função das dificuldades para acessar auxílios governamentais e obter emprego, conforme o Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021 (*AgênciaBrasil*, 2022 Jan 29).

Quanto à realidade do mercado de trabalho visada pelo pedido por mais emprego, os dados da PNAD Contínua referentes ao trimestre entre maio e junho de 2022 apontaram um

recuo da taxa de desocupação de 15,6% em relação ao trimestre anterior e de 32,0% na comparação anual, o que significa uma redução na desocupação. Todavia, houve diminuição do rendimento e o número de empregados sem carteira assinada no setor privado foi o maior da série histórica iniciada em 2012 atingindo o contingente de 13 milhões de pessoas, indicando o avanço da informalidade (*AgênciaIBGE*, 2022 Jul 29).

É necessário reafirmar, em consonância com o entendimento assumido pela presente pesquisa que os processos sociais que se desenham na configuração dessa realidade não se iniciaram em 2018, mas seu recrudescimento nos últimos anos é notório e os dados apresentados que fornecem algumas das linhas de contorno dessa realidade parecem reforçar a compreensão de que se assiste no Brasil um agravamento célere das condições sociais, manifestação do dramático avanço do refluxo social reacionário. Dessa realidade foram selecionados alguns elementos em diálogo com as demandas formuladas no âmbito do PBQQ sem a pretensão de inventariar sistematicamente todas as regressões sociais, pois os retrocessos foram numerosos e profundos demais. Entre essa imagem do Brasil do presente — precária nos contornos meramente descritivos aqui atribuídos a ela e, mesmo assim, grave — e a imagem do país desejado para o futuro quatro anos atrás há um descompasso, por mais que nas entrelinhas desta já havia o prenúncio do que estava por vir. Esse descompasso é o sinal do que foi feito pelas forças políticas que já existiam e progrediam, mas foram habilitadas de um modo particular nas Eleições de 2018 com o mando político, a despeito do que podiam imaginar e do que pretendiam alguns dos setores que forneceram suporte para essa habilitação — inclusive as massas, embora não apenas elas — e foram sobrepujados pelos poderes açulados.

Ao dizer de maneira tão insistente e irrefletida sobre o Brasil desejado para o futuro, sem um enfrentamento crítico das condições do presente e de sua história, forneceu-se força para a regressão política em curso e para a atualização de elementos autoritários de um passado muito virulento para ter passado — e ainda assim anistiado ampla, geral e irrestritamente —, cujo estado precariamente encoberto e decididamente não-elaborado o conserva como suscetível a ser desinibido e escancarado em seu contínuo desdobrar-se na realidade. Sem ignorar o escopo delimitado da iniciativa do *Projeto Brasil que eu quero*, é possível indicar que, sob um verniz democrático, ela respaldou ideologicamente um amplo processo social de coordenação de forças conservadoras e regressivas em curso na sociedade brasileira. Sob tais forças caímos vítimas uma vez mais; embora não sem resistência. O presente do país do futuro é o adensamento de uma constelação terrível do poder, não tão contemporânea, formada por ideologia e violência que ameaça e dizima a existência dos sujeitos individuais e coletivos.

Essa é a constelação da barbárie na qual escancaram-se os entraves para o estabelecimento de uma democracia radical, mas também os aspectos cuja superação definem seu compromisso. A democracia radical é aqui defendida como: objetivação política e social da superação da morte como instrumento decisório (Canetti, 1960/2019) e garante de direitos sociais (Chauí, 2012); elementos que estão mutuamente coordenados uma vez que a garantia dos direitos sociais desinveste a morte da função decisória. A democracia é, pois, objetivação política da superação da barbárie, entendendo, a partir de Adorno (1971/1995), que a barbárie consiste tanto no atraso obscuro das pessoas em relação à sua civilização — implica, portanto, estarem aquém do que é materialmente possível e que deve ser assegurado pelos direitos sociais: que não haja analfabetismo, que não haja fome, sede ou toda e qualquer morte por desassistência — quanto no fato de as pessoas serem tomadas por certa violência infundada ou impulso destrutivo, ou seja, se converterem em expedientes da morte como instrumento decisório.

Se é verdade que o anticivilizatório, a barbárie, “está no próprio princípio da civilização” (Adorno, 1967/1995, p. 105) — ou, o que é o mesmo, é “uma tendência imanente que a caracteriza” (Adorno, 1971/1995, p. 155), no sentido da objetividade de como a civilização foi historicamente produzida —, a democracia, na radicalidade, precisa forçar os limites desta civilização para além dela mesma contrapondo-se ao que se estabeleceu historicamente como seu núcleo duro: a dominação. Portanto, a democracia aproxima-se objetivamente do que é designado pelo seu nome quando exige a transformação radical da civilização empenhando-se em destronar o princípio de dominação. O caráter desesperador de tal luta, reconhecido por Adorno (1967/1995), talvez seja, assim, expressão desta radicalidade: não se espera mais superar a barbárie por meio do avanço colonizador da civilização porque emaranhada a esta se encontra o princípio da dominação e este deve ser visado quando se mantém na própria cultura. A adequada enunciação da luta desesperadora e decisiva não é a disseminada alternativa *civilização ou barbárie*. Elas não são tão antinômicas como o progresso e sua ideologia fizeram crer. Os refugos bárbaros na sociedade do progresso civilizatório não são pontos ainda não alcançados por este ou meros resíduos de suas conquistas, mas condição e produto primário delas. Parece certa a formulação do impasse tal como feita por Luxemburgo (1916/2011): *socialismo ou barbárie*. Está em questão a impreterível transformação do modo de organização da produção da cultura — da produção da vida como um todo —, logo, a civilização precisa ser levada para além de si mesma e pelos mesmos meios materiais que servem para manter o que rege, por meio de todos, contra todos. As ameaças ininterruptas à democracia evidenciam que o que há de mais substancial nela contraria a ordem vigente, essas ameaças são uma pressão para eliminar os elementos cujo teor democrático acuse esta ordem e, portanto, carregue o

anseio por outra, por isso, sua crise perene, por isso, seu permanente estado de vertigem neste ordenamento social que permanece barbaramente. O que não se orienta em direção ao compromisso com a emancipação, o que se contenta com a reforma — por mais imprescindível que ela seja diante do avanço da tendência arrasadora, destrutiva —, favorece o irromper da barbárie nas formas políticas mais reacionárias por ela ser uma tendência tão íntima do existente. Como é íntima tendência, também não está livre do risco o que se orienta em direção à emancipação, mas talvez esteja consciente disso e de seu objetivo. A diferença é fundamental.

A reprodução da consciência conformista, a amputação da utopia, a domesticação da revolta e/ou sua cooptação reacionária, o falseamento das relações de dominação, a indiferenciação das desigualdades dos sujeitos sociais, o impedimento de reconhecer e confrontar as bases fundamentais da sociedade sustentada pela dominação de classes e o direcionamento da ênfase para os epifenômenos dessa dominação protegendo seu núcleo de ser questionado, aspectos relacionados à reificação da consciência e ao impedimento sistemático de que se forme alguma consciência de classe por parte dos dominados, elementos que a ideologia trabalha continuamente para reproduzir — e o faz repisando esquemas e modelos ideais para adaptar os sujeitos à realidade social dada conformando, dentre outros aspectos da vida social, a participação política, por meio da indústria cultural e outras instâncias de mediação —, impõem obstáculos para a objetivação daquela radicalidade da democracia. Os modelos ideais são marcados por uma heteronomia e esta é antagônica à democracia, tal como formulado por Adorno (1971/1995), o qual, em crítica à educação como modelagem — como oferta de modelos ideais —, derivou uma consideração crucial para a própria política:

gostaria apenas de atentar a um momento específico no conceito de modelo ideal, o da heteronomia, o momento autoritário, o que é imposto a partir do exterior. Nele existe algo de usurpatório. É de se perguntar de onde alguém se considera no direito de decidir a respeito da orientação da educação dos outros....

A seguir, e assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção inicial de *educação*. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir de seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a *produção de uma consciência verdadeira*. Isto seria inclusive da maior importância política; sua idéia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. (pp. 141-142)

A tarefa da formação para a autonomia é refratária ao ato de inculcar nas pessoas o que quer que seja, pois isso pressupõe a dominação, a reificação daquilo que se pretende inculcar (sua “característica de coisa morta”), bem como a reificação da consciência que é visada. Trata-se da imposição de aspectos nos quais o sujeito, servindo-se da razão, não encontra justificativa. Aquilo que obsta a formação de uma consciência verdadeira contribui para a democracia não

se efetivar. Mesmo se são ideias, valores e vínculos aparentemente progressistas, mas inoculados nas pessoas como modelos ideais, tornam-se algo como espinhos enterrados no interior de cada um. Não se fazem familiares, mantêm uma artificialidade constitutiva que os predispõem a serem convertidos no que é diametralmente oposto a eles. Porque foram introduzidos sob pressão, seguem inflamando e engendrando o pior. No que tange à democracia, isso revela os riscos de se fazer propaganda dela própria ou da participação das pessoas. Ademais, deixa entrever a nulidade e os perigos de propagandas contra tendências antidemocráticas. Elas não podem se livrar da possibilidade de deixar intocado o núcleo dos problemas ou de fazê-los proliferar. Contra isso cumpre, no lugar do enganar e do capturar, característicos da propaganda, esclarecer e libertar o entendimento. À linguagem como técnica de apoderamento do inconsciente resiste a linguagem como expressão do objeto e do sofrimento. Contra a manipulação das informações ou sua estreiteza, adequadas à cristalização das opiniões, cabe insistir no conhecimento. A contrapartida da manipulação das emoções é o movimento do pensamento, inclusive do pensar sobre as emoções, posto que, se a cisão entre a base pulsional e o entendimento permanece irrefletida, torna-se condição para que o sujeito seja levado a reboque das emoções e, a um só tempo, de uma razão indiferente e fria.

O cunho falso, usurpatório e autoritário dos modelos ideais transparece em sua exigência do abandono da consciência autônoma na forma de apelo coletivista; exigência que pertence ao autoritarismo e ao reacionarismo políticos; exigência à qual a democracia é alérgica, pois em seu entrelaçamento com a emancipação ela tem por objetivo uma sociedade sem sacrifícios, sem exigências infundadas de flagelações do corpo e mortificações da consciência em prol de um coletivo ou da sociedade cujo comando parece ter se tornado anônimo:

Efetivamente, qualquer ação política deve se ancorar em um ideal coletivo, mas a supressão do indivíduo autônomo depõe contra ele. A ideia de que o indivíduo precisa se sacrificar pela comunidade ou pela coletividade sem antes poder pensar na racionalidade do sacrifício, inaugura a violência contra si mesmo e contra os outros, posto que aquele que se sacrifica, ou seja, abre mão de seus interesses mais racionais julga-se no direito de exigir o mesmo dos outros: “Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir.” (Adorno, 1995a, p. 128), enquanto que qualquer política que se encaminhe para um sentido emancipatório da miséria deve prever o fim do sacrifício. (Crochík, 1999b, p. 37)

É próprio da ideologia que opera para ocultar, justificar e forçar a adaptação ao sacrifício em uma ordem social na qual reina a dominação o constante esforço para fazer do sacrifício ou um meio inescapável ou um fim em si mesmo. Na política, essa operação se faz por vias dos canais democráticos, mas tende sempre a preparar a derrocada da própria democracia:

Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são

difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência permanecem sendo coletivistas-reacionárias. (Adorno, 1971/1995, p. 142)⁹⁴

Os ideais que não conseguem sustentar sua legitimidade sob a mirada da consciência emancipada são exteriores. Tal exterioridade refere-se menos à origem do que à racionalidade, afinal, se a subjetividade — domínio visado pelos modelos ideais — é socialmente determinada, a formação desse espaço interno qualitativamente diferenciado é engendrada a partir de modelos que são de algum modo exteriores uma vez que é na relação com os outros, marcada pela participação, convivência e linguagem, que a psicologia individual se forma; nisso concordam Freud (1921/2011) ao afirmar que “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (p. 14) e Horkheimer e Adorno (1956/1978) quando assinalam que mesmo “antes de ser indivíduo o homem é um dos semelhantes, relaciona-se com os outros antes de se referir explicitamente ao eu; é um momento das relações em que vive, antes de chegar, finalmente, à autodeterminação” (p. 47). Na verdade, aquela exterioridade dos modelos ideais remete à alienação enquanto “algo que é próprio do homem [e] torna-se-lhe *exterior, alheado, estranho, inatingível*, e esse processo realiza-se à revelia da vontade e/ou da consciência humana” (Ruschel, 1995, p. 253). Como a alienação é um processo da estrutura social (Adorno, 1971/1995), a exterioridade dos modelos difundidos pelo sistema da cultura deve-se à mediação do processo da alienação na conformação da subjetividade no capitalismo tardio da sociedade industrial: a pseudoformação (Adorno, 1959/1996).

O conteúdo dos modelos — a própria cultura na organização social alienante — apresenta-se como algo petrificado, como bens culturais, como pseudocultura, nos termos de Adorno (1959/1996). A organização própria a das mercadorias progride tanto sobre sua produção quanto sobre a distribuição (ou reprodução). A especificação dessas duas dimensões, a produção e a reprodução, é importante pois permite compreender, tal como aponta Carone (2019), que não somente aquilo que é produzido nos marcos industriais do capitalismo contemporâneo tem esse aspecto do esvaziado. Mesmo o muito anterior, produzido ainda como manufatura, na medida em que é organizado e distribuído por meios industriais pode sofrer uma “alteração qualitativa” (p. 115). A mudança da forma atinge o próprio conteúdo. Assim, o contato com esses modelos ideais não é da ordem da formação, mas da pseudoformação.

⁹⁴ Retirada de seu contexto, há uma ambiguidade possível na frase pela não retomada do “não” associado primeiramente ao verbo “originam” e, depois, ausente quanto ao verbo “legitimam” (“que não se originam”, “que se legitimam”). A tradução em língua espanhola do texto recupera a negação na segunda parte da frase: “Las tendencias a presentar desde afuera ideales que *no* surgen de la propia consciencia emancipada, o quizá mejor, que *no* se justifican ante ella, sólo pueden ser consideradas como lo que aún siguen siendo hoy, esto es, como tendencias reaccionarias de cuño colectivistas” (Adorno, 1970/1998, p. 95, *itálicos nossos*).

Enquanto aquela, entendida como formação nos moldes burgueses, mantinha o problema central da desigualdade, seu sucedâneo, a pseudoformação, se estabeleceu de modo extensivo, tão abrangente como seu pressuposto material: a alienação social radical (Adorno, 1959/1996).

Os modelos e ideais exteriores promovem a adaptação ao irracional, funcionam como orientações para viver corretamente na vida falsa na qual não há prescrição coletivista ou arranjo individual possível capaz de suprimir essa falsidade, a qual deve ser superada objetivamente. Os modelos externos só podem fazer isso oferecendo modos pré-preparados para se relacionar com coisas esvaziadas, impedindo que nesse contato ocorra qualquer estremecimento, qualquer lembrança de que algo se encontra soterrado ali. Às pessoas não é permitido nem entrar em contato com as coisas por conta própria, por mais paralisadas que essas coisas estejam. Os modos de reação são fixados e devem ser imitados por elas, para isso servem os modelos externos. Segundo Adorno (1959/1996):

o poder da totalidade sobre o indivíduo prosperou com tal desproporção que [este]⁹⁵ tem que reproduzir em si esse vazio de forma. O que antes estava de tal modo configurado que os sujeitos podiam conseguir aí sua imagem, problemática, que fosse — tem essa origem; porém eles estão tão destituídos de liberdade que sua vida conjunta não se articula como verdadeira, pois lhes falta o necessário apoio em si mesmos. Fato que fica expresso em palavras fortes como "ideal" ou "modelo", nas quais vem inscrita sua própria impossibilidade. (pp. 396-397)

A continuidade da inverdade da vida conjunta apoia-se nas próprias pessoas que precisam infligir a si mesmas aquele esvaziamento; é essa a regressão exigida pela sociedade: a de participar, a de compelir todos a se identificarem a qualquer custo com o que não lhes faz justiça — com o que é impossível se identificar — e, portanto, se termina por exagerar a identificação, exagerando também a possibilidade de destruição. Como a irracionalidade se expande, amplia-se em conformidade com ela a demanda por essa identificação exagerada e, portanto, as formas e a pressão da modelagem que visa promover a vinculação das pessoas às ideologias que atentam explicitamente contra elas próprias. A profusão desse mecanismo pode ser observada em diferentes âmbitos. Quando tratou da propaganda fascista e da falsidade explícita dos enunciadores de seus temas, Adorno (1951/2015) observou que na identificação entusiástica das pessoas com os líderes não havia real identificação, mas *representação de identificação*, *performance de entusiasmo*, encenação pomposa. Quando trataram da racionalidade utilitária dos macrogrupos sociais (empresas, partido, organizações econômicas) nos quais concretiza-se o anonimato da sociedade e os investimentos afetivos das pessoas não têm nenhuma compensação porque elas próprias tornam-se substituíveis, Horkheimer e Adorno (1956/1978)

⁹⁵ A inserção entre colchetes que permite precisar que o indivíduo é quem tem de “reproduzir em si mesmo o vazio de forma” foi feita a partir do cotejamento com duas versões em língua espanhola do mesmo texto: *Teoría de la pseudocultura* (Adorno, 1959/1966) e *Teoría de la pseudocultura* (Adorno, 1959/2004).

observaram que, como reação à estranheza do macrogrupo em relação aos que dele participam, os indivíduos desenvolviam uma *superidentificação* (na forma de chauvinismo, por exemplo), como forma de alimentar a ilusão da importância de sua participação no coletivo soberano. Quando discutiu as tentativas sem sucesso de identificação das pessoas com um pai caracterizado pela opressão, Adorno (1971/1995) assinalou que, como reais identificações eram impossíveis pela brutalidade da relação, as pessoas passavam a “sobre-representar sua identificação com tais modelos, exagerar, encher o peito, bravejar com voz adulta, só para dar credibilidade frente aos outros ao papel mal-sucedido para eles próprios...” (p. 179).

Um mecanismo semelhante tem sua dinâmica requerida em diferentes âmbitos: como parte de uma dolorosa tentativa de constituição do supereu na família; como uma reação à esterilidade e à frieza nos macrogrupos; e em formações de massa com patentes propósitos irracionais e hostis. Sobre todos eles, mobilizando esse mecanismo, está posta, em diferentes faces, a violência social premindo as pessoas, reduzindo cada um a uma contundente impotência social a qual só pode ser suportada com uma drástica regressão que a converte em superpotência psicológica; a qual confere às pessoas o aspecto brutal assumido nessas situações.

Todavia, nessa impossibilidade de real identificação grassa a possibilidade de consciência da inverdade (Adorno, 1951/2015, 1959/1996). Por perceber que não havia real identificação com o líder, mas uma performance dessa identificação, Adorno (1951/2015) se distanciou de Freud (1921/2011), embora tenha partido das reflexões deste para compreender a dinâmica acionada pelos agitadores fascistas. A distância entre os autores reflete o próprio movimento do objeto observado por um e outro. Freud (1921/2011) se defrontou com formações de massa mais diretas e com ideais firmemente personificados na figura de líderes impassíveis⁹⁶. Adorno (1951/2015) se deparou com um aumento das fontes de encantamento que mobilizavam os

⁹⁶ Nesse sentido, cabe resgatar que as formações analisadas por Freud (1921/2011), das quais ele desdobrou importantes aspectos de sua psicologia das massas, foram o exército e a igreja; ambos rigorosamente hierarquizados. Cabe ser pontuada uma importante consideração teórica quanto a essas duas formações com base no texto já mencionado que registra o diálogo entre Canetti e Adorno (1988). Durante a conversa, Canetti, instado por Adorno a divisar sua teoria das massas daquela que é apresentada por Freud, indicou que não considerava o exército e a igreja como massas e central para sua conclusão era a ideia de que haveria nesses dois casos uma organização e uma hierarquia ausentes na massa. Adorno concordou com o autor, afirmando: “Portanto, eu subscreveria plenamente que exército e igreja não podem de nenhuma maneira ser incluídos no conceito de massa, que talvez sejam mais reações a ele, nas quais esse momento arcaico de massa, que Freud tinha presente, comparece também como momento, mas vem essencialmente negado e dominado precisamente pelos momentos hierárquicos e também por um determinado tipo de racionalidade. E se vai adiante chega-se ao fato de que também os chamados fenômenos de massa com os quais temos de nos haver hoje não podem ser totalmente concebidos como simples manifestações primárias da massa arcaica — como fez Freud durante a I Guerra Mundial —, mas neles se descobrem forças reativas, autênticas regressões a estágios sociais que não são de nenhuma maneira conciliáveis com o presente” (pp. 130-131). Desse trecho cabe destacar dois aspectos: 1) a ideia de que as massas e os grupos hierarquicamente ordenados mantêm entre si uma certa oposição permite pensar a fúria destrutiva das massas como uma reação à rigidez hierárquica; 2) um aprofundamento do caráter regressivo dos movimentos de massa quando comparados com aqueles analisados por Freud (1921/2011).

aspectos da psicologia das massas, mas de maneira “mais indireta e precária” (p. 189), próprias de uma dominação que se tornava, em larga medida, anônima. Por isso, a falsidade poderia acabar, conforme foi assinalado pelo autor, numa “consciência súbita da inverdade do encantamento e eventualmente provocar seu colapso” (p. 189). É como uma dessas fontes de encantamento indireto e precário que o PBQQ se mostra, permitindo pensar que também sobre ele pesa esse caráter postiço que o torna facilmente desmascarável e faz da identificação com ele algo capaz de ser prontamente sustada.

Ainda conforme Adorno (1959/1996), a identificação que a pseudoformação se esforça para promover tende a fracassar:

porque o ser singular nada recebe em relação a formas e estruturas de uma sociedade virtualmente desqualificada pela onipotência do princípio de troca — nada com o qual, sob certa proteção, pudesse identificar-se de alguma forma, nada sobre o qual pudesse formar-se em sua razão propriamente dita. (p. 196)

É de se considerar que esse sistema de domínio cada vez mais irracional e, portanto, mais facilmente desmascarável se encaminhe para a coerção direta quando falham os inúmeros meios de convencimento altamente racionalizados e que já são em si mesmos coercitivos. Tais meios são progressivamente acionados e é necessário compreender a profusão da modelagem que abrange consciente e inconsciente e que só pode ser adequadamente avaliada com relação à pressão que imprime sobre as pessoas quando entendido como o aparato que põe a seu serviço. Mas essa pressão é sinal da precariedade dos modelos falseados e exteriores. Contra essa precariedade é necessário mobilizar os modelos críticos⁹⁷ nos quais articulam-se pensamento e experiência; os interesses reais e racionais contra as ameaças explícitas e implícitas nos meandros da ideologia; e a formação da consciência de classe contra a assunção por parte dos sujeitos de interesses que atentem contra eles e contra a efetivação da vida justa e digna possível, pois, como afirmou Adorno (1959/1996), mesmo debilitada, uma “consciência de classe ainda viva” permite que os sujeitos não sucumbam às “malhas da semiformação” (p. 395).

Para a política, esse enfrentamento tem como uma de suas dimensões cruciais o voto, pois a forma de democracia vigente restringe os modos de participação institucional a essa esfera. Essa restrição não é casual, pois a modelagem é tanto mais facilitada quanto menos são os

⁹⁷ Tendo em vista que o conceito de modelos é discutido neste trabalho em seu elemento regressivo, enquanto modelagem heteronômica e externa, é necessário indicar que o conceito de modelo crítico é de crucial importância na obra adorniana, tal como foi analisado por Franciscatti (2019). Com seus modelos críticos, o filósofo de Frankfurt parece reivindicar o caráter formativo de modelos que não devem ser imitados, mas são objetivações expressivas do contato reflexivo e sensível com os objetos. Os modelos críticos têm potencial interventivo na reificação da consciência, como consta nos prefácios de suas duas obras que trazem a expressão modelos críticos nos títulos: *Intervenciones: nueve modelos de crítica*, publicado originalmente em 1963, e *Palavras e sinais: modelos críticos 2*, publicado originalmente em 1969.

âmbitos de decisão que tem como objeto. Mas, ainda que precise cuidar atentamente dessa dimensão, aquele enfrentamento, em acordo com uma democracia que preza por pessoas emancipadas, não pode se restringir à unidade básica do voto, seu campo de ação é mais amplo, porque mesmo o voto pode exprimir muito mais do que seu significado institucional. Ele é signo da articulação entre esclarecimento e emancipação, ele é objetivação de uma razão que tenta superar com a ação política a violência crua e, portanto, contém em si aquele anseio por uma outra ordem social. É necessário resgatar e ampliar esse potencial que depende da superação dos mecanismos e das forças que atuam continuamente para soterrar o potencial emancipador e fazer do voto um mero instrumento da violência. Sobre o voto, Canetti (2019) escreveu em 1960 as seguintes palavras em uma passagem da obra *Massa e poder*:

Permite-se por praticamente todos os meios a influência dos eleitores até o momento em que eles definitivamente se decidem pelo nome de sua escolha e o escrevem ou assinalam. Escarnece-se do candidato adversário, entregue ao ódio geral, em todas as suas formas. O eleitor pode entreter-se com muitas batalhas eleitorais; se possui uma orientação política, a sorte variada dessas batalhas constitui para ele a maior atração. O momento, porém, em que realmente vota é quase sagrado, como sagradas são as urnas lacradas que contêm as cédulas e o processo da contagem dos votos.

O que todos esses acontecimentos possuem de solene advém da renúncia à morte, na qualidade de instrumento de decisão. Em cada cédula em particular, a morte é, por assim dizer, posta de lado. Mas o resultado que ela teria produzido — a força do opositor — é conscienciosamente registrado num número. Quem brinca com esses números, quem os apaga ou falsifica, torna a dar lugar à morte e nem o percebe. Ao fazê-lo, os amantes entusiasmados da guerra, que apreciam fazer troça das cédulas eleitorais, estão apenas confessando seus propósitos sangrentos. Para estes, as cédulas, como os contratos, são um mero pedaço de papel. Que não estejam mergulhados em sangue parece-lhes algo desprezível: para eles, valem apenas as decisões sangrentas. (p. 238)

Nessa passagem é possível encontrar uma expressão da dialética do esclarecimento, tal como compreendida por Horkheimer e Adorno (1947/1985). A renúncia à força bruta, ao derramamento de sangue, à morte como instrumento de decisão é testemunho da razão esclarecida. O oposto atesta a permanência na barbárie. Como a dominação não é simplesmente o contrário da civilização, e sim esta foi conquistada, historicamente, sob profundo domínio, a fina película de cultura mal se prenuncia e já pode ser pressentida a ameaça de seu rompimento por forças imanentes a ela. O sacrifício e a renúncia dos quais é formada tornam-na, quando não obtusamente glorificável, facilmente odiosa — reações sempre prontas a converterem-se uma na outra. A vontade de ocupar a posição de mando no domínio, de fazer-se senhor dessa ordem, sabe que a condição e a prerrogativa da entronização no poder é impor a morte. Nesse caso, não o faz “sem perceber”. As disputas eleitorais, se não se consegue pôr termo àqueles meios de influência destinados a escarnecer, entreter e açular o ódio — meios antidemocráticos e bárbaros —, superando o poder que se vale deles, seguem como instrumento aperfeiçoado de

destruição, como expediente de manutenção da injustiça estabelecida e do assalto às instituições que legitimamente se objetivaram. Essas disputas têm reafirmado em termos de seus propósitos sangrentos, cumpridos cedo ou tarde, o antigo caráter de batalha. Sob o sortilégio dos meios de influência — com Horkheimer e Adorno (1947/1985) pode-se nomeá-los como meios de “mistificação das massas”, ideologia —, aquela solenidade percebida por Canetti (1960/2019) no voto deixa de ser índice da morte renunciada e passa a ser sinal dos momentos quando, em silêncio, comunga-se com o poder sacralizado e uma vez mais sobrevive-se à morte dos outros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as conformações da ideologia no *Projeto Brasil que eu quero*, uma espécie de campanha realizada pela TV Globo no ano de 2018 no contexto do processo eleitoral. Esse empreendimento afirmou seu propósito nos termos de uma iniciativa para apresentar os desejos dos eleitores para o futuro do país, divulgando as exigências cidadãs, mas se materializou como uma estratégia de disposição desses desejos e exigências (nem todas elas cidadãs) de modo a produzir efeitos planejados. A pesquisa voltou-se para esse material com a justificativa de que aspectos contidos nesse empreendimento podem lançar luz na tarefa de compreensão do aprofundamento do autoritarismo e do avanço do reacionarismo na sociedade brasileira contemporânea.

O trabalho partiu de um estudo sistemático da bibliografia sobre política, democracia, mídia e indústria cultural encontrada no indexador *SciELO*. Com esse estudo e com a discussão das principais tendências nas investigações sobre essa temática identificou-se uma preponderância significativa de trabalhos dedicados à esfera comunicacional a partir de noções como mídia ou meios de comunicação de massa em detrimento dos estudos sobre indústria cultural. Tratar da esfera da comunicação sem a consideração imprescindível pelo modo de produção é reforçar a ideologia devotada à reprodução deste. O estudo do *Projeto Brasil que eu quero*, tal como realizado nesta pesquisa, ancorou-se nas reflexões frankfurtianas sobre a indústria cultural prezando por manter a consideração à importante proposição de que os produtos difundidos por esta o são em um sistema formado por setores coordenados e em uma realidade social determinada, a saber, a totalidade do capitalismo tardio na sociedade industrial.

No escopo das investigações sobre mídia e política sistematizadas, a ideologia foi compreendida em alguns estudos de maneira a assumir posição secundária — quando é levada em consideração —; poucos são os referenciais que sustentam a ideologia como um conceito enfático sendo mais usual seu emprego no sentido debilitado de totalidade de pensamento, conjunto de ideias e ideário. Porque a ideologia constitui um aspecto fundante da mediação entre sociedade, grupos sociais e indivíduos, ela assumiu centralidade no presente estudo. Um conceito teoricamente fundamentado de ideologia, aqui recuperado da Teoria Crítica e derivado do materialismo histórico, é crucial para compreender a dominação que caracteriza a mediação entre o todo social e as pessoas retomando o compromisso em evidenciar o agulhão que parece escapar às outras noções e conceitos que ocupam o lugar da ideologia e se prendem às narrativas, aos discursos e aos potenciais dos sujeitos que se encontram, na verdade, ameaçados.

Considerando que o material investigado tratava da política, parece imprescindível que a análise se voltasse para a racionalidade da dominação e foi essa a razão deste trabalho se ocupar da ideologia compreendendo-a como uma força material que se manifesta em conformações diversas, mais ou menos racionais, mais ou menos explícitas em seus propósitos, e operando para encobrir, justificar e duplicar o que se tornou socialmente problemático.

Na literatura sobre mídia e política coligida por esta pesquisa, observou-se um destacado prestígio dos conceitos de agendamento e enquadramento que designam, respectivamente, o poder característico da mídia em estabelecer pautas na esfera pública e sua capacidade de oferecer interpretações a elas. Embora a indústria cultural realmente também atue nesse sentido, aquelas noções parecem encontrar limites na medida em que se concentram na hierarquização de temas e na atribuição, por parte da mídia, de sentidos e significados a eles. Em tensão com esses conceitos, este trabalho se apoiou na ideia de esquematismo da indústria cultural, pois ele designa profundos processos de formação da percepção e do entendimento, processos nos quais a racionalidade da dominação se imprime a despeito dos temas e dos conteúdos e por meio da multiplicidade deles. Quando se trata, por exemplo, da mentalidade do *ticket* — um dos elementos psíquicos acionados e reforçados pelo *Projeto o Brasil que eu quero* —, nota-se que, mesmo quando aquela iniciativa da TV Globo fez apelo a valores “positivos” ou progressistas, havia a tendência a reforçar elementos regressivos, pois a racionalidade subjacente à adesão e difusão desses valores é afinada com a reificação da consciência e requisita a supressão do pensamento autônomo e crítico, da experiência, da imaginação e de outros aspectos os quais parecem ser perdidos de vista sob o escopo dos conceitos de poder de agenda e enquadramento.

Nos conceitos de agendamento e enquadramento há uma ênfase excessiva nos temas, nos tópicos da realidade social que são configurados e apresentados na esfera pública. Embora os temas não possam ser ignorados (e esta pesquisa também se preocupou com eles), há conformações da ideologia para as quais a matéria em si é secundária. Os temas são a fachada da ideologia e este trabalho se esforçou para, partindo deles, alcançar a ideologia subjacente e suas possíveis implicações políticas. Além das determinações sociais, o estudo da ideologia, tal como proposto sobre o *Projeto o Brasil que eu quero*, se esforçou para observar aspectos psicológicos implicados no empreendimento. Também esses elementos parecem ser negligenciados por parte significativa dos estudos reunidos na sistematização da literatura.

Para além da preocupação em assinalar a conexão entre partidos e conteúdos difundidos na mídia — preocupação comum nos estudos, e fundamental, principalmente com a constatada organização monopolística da comunicação no Brasil e a frequente instrumentalização de seus meios por personalidades, entidades e partidos; preocupação que este trabalho pôde assinalar

em algumas ocasiões pontuais —, a pesquisa se preocupou em identificar forças sociais às quais os conglomerados ideológicos reconhecidos no *Projeto Brasil que eu quero* pareceram corresponder. Por sua própria característica, o material não permitia identificar diretamente defesa ou ataque a partidos e representantes políticos determinados (em alguns casos foi possível sugerir correspondências), mas, ao assinalar as forças às quais os conglomerados pareciam se conectar, a pesquisa procurou apresentar como certos aspectos irracionais ou com uma racionalidade contraída atuaram reforçando um clima cultural autoritário e reacionário. Em fina sintonia com a configuração regressiva desse clima cultural, havia forças políticas em disputa que faziam convergir diversos aspectos autoritários e reacionários.

De modo geral, identificou-se no *Projeto o Brasil que eu quero* estratégias de integração e massificação apoiadas na regressão mimética, na repetição compulsiva, na formação de um cerco social e psicológico. Com seus mecanismos de coordenação entre opiniões e informações — mecanismos que não são privativos dele e parecem ocupar lugar central no fenômeno das *fake news* —, o empreendimento se mostrou como um dispositivo de inflação e administração das opiniões. O avanço desenfreado dos juízos opinativos, com sua participação na derrocada da verdade e do conhecimento, tem mostrado seus efeitos deletérios na política. Além de se configurar como expediente de promoção da participação política administrada, o *Projeto o Brasil que eu quero* se mostrou como um equipamento de modelagem da situação de crise social, promovendo o catastrofismo ao espicaçar as feridas sociais, sem prezar pela reflexão crítica sobre os impasses reais do Brasil. Catalisando as insatisfações sociais e, concomitantemente, expropriando e domesticando a revolta, ele funcionou como um aparato antidemocrático encoberto por prerrogativas democráticas. Seu caráter antidemocrático encontra-se na heteronomia que sua estrutura solicitou e promoveu e, principalmente, na obediência aos limites dados para a ação política subordinada à dominação. Quando as soluções para o futuro político do Brasil às quais o aparato deu voz não continham o desejo de rompimento do Estado democrático, elas eram profundamente conformistas e complacentes com a continuidade de uma política que não pode ser emancipatória, pois não desafia a ordem vigente; poucos foram os casos de ideais decisivos libertários que não pareceram neutralizados.

Quanto aos conglomerados ideológicos reconhecidos no *Projeto o Brasil que eu quero*, com base na análise de conteúdo de um *corpus* selecionado de depoimentos dos espectadores escolhidos pela emissora para ir ao ar — análise realizada em conexão, para alguns desses depoimentos, com os conteúdos de notícias difundidas nas mesmas edições que eles —, foram observados os aspectos seguintes: a difusão de elementos e valores de fundo religioso (ou confessadamente religiosos) atrelada a demandas apresentadas à esfera política, favorecendo a

continuidade problemática da interpenetração entre religião e política no Brasil; a excitação da indignação, da cólera e do ressentimento os quais, embora sejam expressões de uma realidade injusta, tendem, se não são conduzidos à reflexão e à práxis emancipatória, a se tornar poderosos expedientes para o autoritarismo e para o reacionarismo; o encobrimento de importantes distinções entre sujeitos sociais, distinções que representam problemáticas centrais da sociedade brasileira em relação às suas desigualdades estruturais — especificamente, as distinções entre os grupos que compõem a realidade do campo brasileiro (os pequenos produtores, a classe média rural e os agroexportadores); a empedernida reprodução de soluções míticas para o problema do desemprego no Brasil, fazendo ecoar o pedido por geração de empregos quando a promessa por ampliação dos postos de trabalho tem sido conectada às soluções que implicam o desmanche da legislação e das proteções trabalhistas, a precarização do trabalho e o favorecimento das empresas, soluções avessas às possibilidades reais de redistribuição de renda e de repartição justa do trabalho necessário para a manutenção de uma sociedade emancipada, assegurando condições dignas de vida; a redução dos problemas sociais a questões de competência técnico-administrativa e à posição de meros objetos de soluções tecnológicas; a ocultação dos impasses sociais por intermédio da exaltação das riquezas naturais; a disseminação de uma frenética preocupação com a corrupção que tem sido uma destacada bandeira de movimentos reacionários em sua busca por minar internamente as instituições democráticas; a exaltação nacionalista da ordem e do progresso com as implicações regressivas do apelo à ordem que contém o anseio pelo endurecimento das instituições e, talvez, o modelo de uma ordem social policialesca em lugar de um ordenamento no qual as instituições da justiça têm primazia; a alimentação de idealizações do passado político, embora este seja impregnado de violência social, ou o reforço aos esforços de supressão e esquecimento do passado sem sua elaboração; a disseminação da necessidade de mudança urgente na esfera política, contraindo o núcleo revolucionário da transformação e cooptando a mudança para movimentos reacionários nos quais a premência por modificação social é inflada apenas como modo de assalto ao poder e é dispensada da necessidade de propor conteúdo social e de avaliar racionalmente a relação entre meios e fins. Quase todos esses conglomerados puderam ser remetidos a forças políticas partícipes da corrida eleitoral em curso no ano de 2018. Sem recuperar essas correspondências eleitorais, cabe ressaltar a proposição deste trabalho de que elas se coadunaram ao amplo processo social em direção a um mesmo vórtice, o bolsonarismo, que vem sendo entendido como a reunião de diferentes tendências políticas.

Como sugestão para pesquisas futuras cumpre apontar que parece ser profícua a possibilidade de analisar conjuntamente o conteúdo das campanhas eleitorais dos candidatos, o

que permitiria assinalar mais sistematicamente as ressonâncias entre os conteúdos ideológicos difundidos pela indústria cultural (especificamente pela iniciativa do *Projeto Brasil que eu quero* no caso em questão) e os conteúdos disseminados por parte dos candidatos. Parece particularmente fecunda uma pesquisa que aumentasse a amostra de depoimentos, pois poderia revelar outros importantes conglomerados ideológicos em atenção, principalmente, às relações implícitas e explícitas entre os diversos tipos de conteúdo (entre as opiniões dos depoimentos e as informações das notícias), ampliando a análise dos dois tipos de materiais. Dada a significativa amplitude de depoimentos, outras pesquisas poderiam transformar os dados — como sexo do depoente, local (se interior ou metropolitano, rural ou urbano), região do país, faixa etária e os conteúdos das opiniões propriamente ditas — em variáveis diversas para analisar prováveis correlações entre elas, por meio de procedimentos quantitativos desdobrando-se e aprofundando-se em análises qualitativas. Problemas singulares podem ser desenvolvidos com profundidade como o estudo sobre como tem se processado essa espécie de catexização afetiva da corrupção, frequente nas manifestações políticas, com ênfase especial nos processos psíquicos subjacentes. Outro problema singular é a questão da excitação da necessidade de mudança e a minoração do potencial revolucionário. Um último exemplo quanto aos problemas singulares traz a necessidade de análise sobre o embaralhamento dos sujeitos sociais, a indistinção de suas desigualdades como um modo de promoção da falsa consciência em especial no que tange aos setores que formam o âmbito agrário do país em atenção ao avanço aterrador do agronegócio. Por fim, a análise dos conglomerados parece fornecer material para uma pesquisa inversa, isto é, uma pesquisa que transforme os elementos encontrados na investigação em itens de uma escala e verifique as conformações e disposições subjetivas em relação a essas temáticas, bem como a correlação entre os diferentes núcleos formados por elas.

REFERÊNCIAS⁹⁸

- Ab'Sáber, T. (2015). Ordem e violência no Brasil. In B. Kucinski, C. I. L. Dunker, D. M. Silva, D. Dara, F., Mena, G. Mingardi et al., *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação* (pp. 97-102, Coleção Tinta Vermelha). São Paulo: Boitempo.
- Adorno, T. W. (1954). How to look at television. *The Quarterly of Film Radio and Television*, 8(3), pp. 213-235.
- Adorno, T. W. (1966). Teoría de da seudocultura. In M. Horkheimer & T. W. Adorno, *Sociologica* (V. S. Zavala, trad., pp. 223-255). Madrid: Taurus Ediciones. (Trabalho original publicado em 1959)
- Adorno, T. W. (1969). Opinión, locura, sociedad. In T. W. Adorno, *Intervenciones: nueve modelos de critica* (R. J. Vernengo, trad., pp. 137-160). Caracas: Monte Avila Editores. (Trabalho original publicado em 1961)
- Adorno, T. W. (1973). A televisão e os padrões da cultura de massa. In B. Rosenberg & D. M. White (Orgs.), *Cultura de massa: as artes populares nos Estados Unidos* (O. M. Cajado, trad., pp. 546-562). São Paulo: Editora Cultrix. (Trabalho original publicado em 1954)
- Adorno, T. W. (1978). Televisão, consciência e indústria cultural. In G. Cohn (Org.), *Comunicação e indústria cultural* (G. Cohn, trad., pp. 346-354). São Paulo: Companhia Editorial. (Trabalho original publicado em 1953)
- Adorno, T. W. (1986). A indústria cultural. In T. W. Adorno, *Sociologia* (G. Cohn, org., F. Fernandes, coord., F. R. Kothe, A. Onesti & A. Cohn, trads., pp. 92-99). (Coleção Grandes cientistas sociais). São Paulo: Editora Ática. (Trabalho original publicado em 1963)
- Adorno, T. W. (1986). Capitalismo tardio ou sociedade industrial?. In T. W. Adorno, *Sociologia* (G. Cohn, org., F. Fernandes, coord., F. R. Kothe, A. Onesti & A. Cohn, trads., pp. 62-75, Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática. (Trabalho original publicado em 1972)
- Adorno, T. W. (1993). *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada* (2a ed., L. E. Bicca, trad.). São Paulo: Editora Ática. (Trabalho original publicado em 1951)

⁹⁸ De acordo com o estilo APA (American Psychological Association) conforme as “Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso” (Parte II — APA).

- Adorno, T. W. (1995). Educação após Auschwitz. In T. W. Adorno, *Palavras e sinais: modelos críticos 2* (M. H. Ruschel, trad., pp. 104-123). Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 1967)
- Adorno, T. W. (1995). Notas marginais sobre teoria e práxis. In T. W. Adorno, *Palavras e sinais: modelos críticos 2* (M. H. Ruschel, trad., pp. 202-229). Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 1969)
- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação* (3a ed., W. L. Maar, trad.). São Paulo: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1971)
- Adorno, T. W. (1996). Teoria da semicultura (N. Ramos-de-Oliveira, trad., B. Pucci & C. B. M. Abreu, cols., P. Ramos de Oliveira, rev.). *Educação & Sociedade*, 17(56), 388-411. (Trabalho original publicado em 1959)
- Adorno, T. W. (1998). Educación ¿para qué?. In T. W. Adorno, *Educación para la emancipación* (J. Muñoz, trad., pp. 93-104, Colección Raíces de la memoria). Madrid: Ediciones Morata. (Trabalho original publicado em 1970)
- Adorno, T. W. (2001a). Lecture eighteen: Psychology. In T. W. Adorno, *Kant's Critique of Pure Reason (1959)* (R. Tiedemann, ed., R. Livingstone, trad., pp. 190-200). Stanford/California: Stanford University Press.
- Adorno, T. W. (2001b). Lecture twelve: Schematism. In T. W. Adorno, *Kant's Critique of Pure Reason (1959)* (R. Tiedemann, ed., R. Livingstone, trad., pp. 128-137). Stanford/California: Stanford University Press.
- Adorno, T. W. (2004). Teoría de la pseudocultura. In T. W. Adorno, *Escritos sociológicos I* (A. G. Ruiz, trad., n. 8, vol. 1, pp. 86-113, Coleção Th. W. Adorno Obra Completa). Madrid: Ediciones Akal. (Trabalho original publicado em 1959)
- Adorno, T. W. (2008). *As estrelas descem à terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária* (P. Rocha Oliveira, trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Adorno, T. W. (2009). La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas. In T. W. Adorno, *Escritos sociológicos II* (A. G. Ruiz, trad., n. 9, vol. 1, pp. 11-146). (Coleção Th. W. Adorno Obra Completa). Madrid: Ediciones Akal. (Trabalho original publicado em 1943)

- Adorno, T. W. (2013). *Introducción a la dialéctica (1958)* (M. Dimópulos, trad.). Eterna Cadencia: Buenos Aires.
- Adorno, T. W. (2015). Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In T. W. Adorno, *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (V. Freitas, trad., pp. 153-189). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1951)
- Adorno, T. W. (2015). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In T. W. Adorno, *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (V. Freitas, trad., pp. 71-127). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1955)
- Adorno, T. W. (2019). Tipos e síndromes. In T. W. Adorno, *Estudos sobre a personalidade autoritária* (V. H. F. Costa, F. L. T. Corrêa & C. H. Pissardo, trads., pp. 515-594). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1950)
- Adorno, T. W. (2020). *Aspetos do novo radicalismo de direita* (M. Toldy & T. Toldy, trads.). Lisboa: Edições 70.
- Adorno, T. W. (2020). Televisão como ideologia. In T. W. Adorno, *Indústria cultural* (V. M. Pastorelli, trad., pp. 221-239). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1954)
- Adorno, T. W. (2020). Cultura e administração. In T. W. Adorno, *Indústria cultural* (V. M. Pastorelli, trad., pp. 241-273). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1960)
- Adorno, T. W. (2020). Resignação. In T. W. Adorno, *Indústria cultural* (V. M. Pastorelli, trad., pp. 275-282). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1977)
- Adorno, T. W. (2020). O esquema da cultura de massas. In T. W. Adorno, *Indústria cultural* (V. M. Pastorelli, trad., pp. 155-205). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1981)
- Adorno, T. W., Décamps, J., Herberger, L., Maus, H., Osmer, D., Rauter, I. et al. (2001). Investigación social empírica. In T. W. Adorno, *Epistemología y ciencias sociales* (V. Gomes, trad., pp. 101-128, Colección Frónesis). Madrid: Ediciones Cátedra.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (2014). *Hacia un nuevo manifiesto (1956)* (M. Dimópulos, trad.). Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora. (Trabalho original publicado em 1996)

- Adorno, T. W. & Jaerisch, U. (2021). Notas sobre o conflito social hoje (Y. Afshar, trad.). *Cadernos de Filosofia Alemã*, 26(1), pp. 93-107. Recuperado em 24 de junho de 2022, de <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/181588/173477>
- Adorno, T. W. & Simpson, G. (1986). Sobre música popular. In T. W. Adorno, *Sociologia* (G. Cohn, org., F. Fernandes, coord., F. R. Kothe, A. Onesti & A. Cohn, trads., pp. 115-146, Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática. (Trabalho original publicado em 1941)
- AgênciaBrasil. (2022 Jan 29). Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans em 2021. Recuperado em 10 de agosto de 2022, de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-01/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021>
- AgênciaFPA. (2018 Out 2). Nota oficial: FPA declara apoio a Jair Bolsonaro. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2018/10/02/nota-oficial-fpa-declara-apoio-a-jair-bolsonaro/>
- AgênciaIBGE. (2022 Jul 29). PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 9,3% e taxa de subutilização é de 21,2% no trimestre encerrado em junho. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34497-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-9-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-21-2-no-trimestre-encerrado-em-junho>
- Almeida, G. W. (2000). A identidade é construída através da mídia ou do Estado?. *Organizações & Sociedade*, 7(19), 81-90. Recuperado em 02 de março de 2021, de <https://www.scielo.br/j/osoc/a/bdFKTQ4r7WDNgWttStPQ5QM/?lang=pt>
- Althusser, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (J. J. M. Ramos, trad.). Lisboa: Editorial Presença.
- Amaral, M. S. & Pinho, J. A. G. (2018). Eleições parlamentares no Brasil: o uso do *Twitter* na busca por votos. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(4), 466-486. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552018000400466&lng=en&nrm=iso
- AmnestyInternational. (2022 Mar 29). Anistia Internacional: Informe 2021/22: O estado dos direitos humanos no mundo. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de <https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/brazil/report-brazil/>
- Antunes, D. C. & Maia, A. F. (2018). Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, 29(2), 189-199. Recuperado em 02 de março

de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200189&lng=en&nrm=iso

Antunes, R. (2010). A crise, o desemprego e alguns desafios. *Serviço Social & Sociedade*, (104), pp. 632-636. Recuperado em 02 de julho de 2022, de <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/BshLDrvRN5psZwFCkzMLsDb/?lang=pt>

Antunes, R. & Pochmann, M. (2007). A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In A. D., Cimdamore & A. D. Cattani (Orgs.), *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina* (pp. 195-209). Porto Alegre: Tomo Editorial/CLACSO.

Aquino, J. R., Gazolla, M. & Schneider, S. (2018). Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura brasileira. *RESR*, 56(1), pp. 123-142. Recuperado em 23 de junho de 2022, de <https://www.scielo.br/j/resr/a/gRpLPHPWQQ8jrHnMv5DSGYK/abstract/?lang=pt>

Avelar, L. (1992). As eleições na era da televisão. *Revista de Administração de Empresas*, 32(4), 42-57. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901992000400005&lng=en&nrm=iso

Azevedo, F. A. (2001). Imprensa, cobertura eleitoral e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista. *Opinião Pública*, 7(2), 182-201. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000200003&lng=en&nrm=iso

Azevedo, F. A. (2006). Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), 88-113. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004&lng=en&nrm=iso

Azevedo, F. A. (2018). PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, 24(2), 270-290. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000200270&lng=en&nrm=iso

Barbosa, M. M. (Editora-chefe) & Faria, S. (Diretora de jornalismo). (2018 Mar 19). [Edição de telejornal]. In G. Schiavinato, L. Freitas & m. Mota (Produtores), *Bom Dia Brasil*. TV Globo.

- Baronas, R. L. (2011). Enunciados de curta extensão: gênero de discurso, aforização, mídia e política. *Linguagem em (Dis)curso*, 11(1), 59-79. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322011000100004&lng=en&nrm=iso
- Baronas, R. L. (2015). A (des)ordem da imagem na comunicação política brasileira: possibilidades analíticas a partir da noção discursiva de relações intercenográficas. *Linguagem em (Dis)curso*, 15(3), 401-413. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322015000300401&lng=en&nrm=iso
- Baronas, R. L. & Ponsoni, S. (2013). Citação, destacabilidade e aforização no texto imagético: possibilidades?. *Alfa: Revista de Linguística*, 57(2), 413-431. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942013000200004&lng=en&nrm=iso
- Barros, A. (2017). A internet como mídia ambiental: estratégias dos partidos políticos brasileiros. *Ambiente & Sociedade*, 20(1), 187-206. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000100183&lng=en&nrm=iso
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (7a ed., *Obras escolhidas*, Vol. 1, S. P. Rouanet & J. M. Gagnebin, trads., pp. 197-221). São Paulo: Editora Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1936)
- Bernardes, B. (Diretor-geral) & Villela, R. (Diretor de jornalismo). (2018 Jan 14). [Edição de telejornal]. In C. Lobo, G. Rocha, J. Alberti, L. Barbier, L. Osorio, M. Saigg, M. Amodio, M. Scodeler, M. Marques, M. Reolom, N. Butti, T. Vieira, R. Rodrigues, A. Pessoa, V. Souto, A. Ferreira, A. Prada, A. Abreu, D. Zanchetta, E. Camilo, E. Siqueira, R. Ferezim, S. Lotufo & P. Mantoan (Produtores), *Fantástico*. TV Globo.
- Bernardes, B. (Diretor-geral) & Villela, R. (Diretor de jornalismo). (2018 Set 30). [Edição de telejornal]. In C. Lobo, G. Rocha, J. Alberti, L. Barbier, L. Osorio, M. Saigg, M. Amodio, M. Scodeler, M. Marques, M. Reolom, N. Butti, T. Vieira, R. Rodrigues, A. Pessoa, V. Souto, A. Ferreira, A. Prada, A. Abreu, D. Zanchetta, E. Camilo, E. Siqueira, R. Ferezim, S. Lotufo & P. Mantoan (Produtores), *Fantástico*. TV Globo.
- Bezerra, E. D. & Mundim, P. S. (2011). Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010?. *Opinião Pública*, 17(2), 452-476. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200007&lng=en&nrm=iso

- Bibring, E. (1943). The Conception of the Repetition Compulsion. *The Psychoanalytic Quarterly*, 12(4), 486-519.
- Biroli, F. & Mantovani, D. (2010). Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, 16(1), 90-116. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100004&lng=en&nrm=iso
- Biroli, F. & Miguel, L. F. (2013). Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(81), 77-95. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000100006&lng=en&nrm=iso
- Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Jan 15). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.
- Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Jan 23). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.
- Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Mar 20). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.
- Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Set 24). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.
- Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Set 25). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.
- Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Set 26). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.
- Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Set 27). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.

Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Set 28). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.

Bonner, W. (Editor-chefe) & Kamel, A. (Diretor). (2018 Set 29). [Edição de telejornal]. In C. Iskandarian, D. S. Maior, I. Kebian, K. Barros & T. Simão (Produtores), *Jornal Nacional*. TV Globo.

BrasildeFato. (2022 Jun 23). Muito mais que o MEC: veja outros casos de corrupção do governo Bolsonaro. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/23/muito-mais-que-o-mec-veja-outros-casos-de-corrupcao-do-governo-bolsonaro>

Bratsis, P. (2017). A corrupção política na era do capitalismo transnacional. *Crítica Marxista*, (44), pp. 21-42. Recuperado em 20 de julho de 2022, de https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_10_01_17_45_53.pdf

CanalRural. (2018 Out 08). Bancada ruralista: mais da metade dos candidatos é reeleita. Recuperado em 22 de agosto de 2022, de <https://www.canalrural.com.br/noticias/eleicoes/bancada-ruralista-mais-da-metade-dos-candidatos-sao-reeleitos/>

Canetti, E. (2019). *Massa e poder* (S. Tellaroli, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1960)

Canetti, E. & Adorno, T. W. (1988). Diálogo sobre as massas, o medo e a morte: uma conversa entre Elias Canetti e Theodor W. Adorno (O. F. Nunes Jr., trad.). *Novos Estudos CEBRAP*, 21, 116-132.

Carone, I. (2019). *Adorno em Nova York: os estudos de Princeton sobre a música no rádio (1938/1941)* (2a ed.). São Paulo: Alameda Editorial.

CartaCapital. (2018 Out 12). A nova cara das bancadas do boi, da bala e da bíblia. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-cara-das-bancadas-do-boi-da-bala-e-da-biblia/>

Chauí, M. (2012). Democracia e sociedade autoritária. *Comunicação & Informação*, 15(2), pp. 149-161. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24574/14151>

- Chauí, M. (2021). A ideologia da competência. In Rocha, A. (Org.), *A ideologia da competência*, (pp. 53-58, Coleção Escritos de Marilena Chauí, Vol. 3). Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1981)
- Chauí, M. (2021). Contra o discurso competente. In Rocha, A. (Org.), *A ideologia da competência*, (pp. 113-115, Coleção Escritos de Marilena Chauí, Vol. 3). Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1982)
- Chauí, M. (2021). O pacote competente. In Rocha, A. (Org.), *A ideologia da competência*, (pp. 117-119, Coleção Escritos de Marilena Chauí, Vol. 3). Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1983)
- CNNBrasil. (2022 Jul 07). Após institutos, universidades federais são notificadas sobre corte de 12% no orçamento. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apos-institutos-universidades-federais-sao-notificadas-sobre-corte-de-12-no-orcamento/>
- Cohn, G. (2016). As duas faces da indústria cultural. In G. Cohn, *Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social* (pp. 239-255). Rio de Janeiro: Azougue.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 05 de outubro). Recuperado em 14 de junho de 2006, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Crochík, J. L. (1997). *Preconceito: indivíduo e cultura* (2a ed.). São Paulo: Robe Editorial.
- Crochík, J. L. (1999a). *A ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcisista*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Crochík, J. L. (1999b). Notas sobre a formação ética e política do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 11(1), 27-51.
- DIAP. (2018). *Novo Congresso Nacional em números (2019-2023)*. Não consta cidade: DIAP. Recuperado em 28 de julho de 2022, de <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/65-novo-congresso-nacional-em-numeros-2019-2023>
- DIAP. (2018 Out 18). Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. Recuperado em 01 de agosto de 2018, de <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>

- Duarte, R. (2003a). Esquematismo e semiformação. *Educação & Sociedade*, 24(83), 441-457. Recuperado em 22 de janeiro de 2022, de <https://www.scielo.br/j/es/a/7XkrfyTmnZZsTNK5pmmh9CL/?lang=pt>
- Duarte, R. (2003b). O esquematismo kantiano e a crítica à indústria cultural. *Studia Kantiana*, 4(1), 85-105. Recuperado em 26 de abril de 2022, de <http://www.sociedadekant.org/studiakantiana/index.php/sk/article/view/36/112>
- Eagleton, T. (2019). De Adorno a Bourdieu. In T. Eagleton, *Ideologia: uma introdução* (2a ed., S. Vieira & L. C. Borges, trads., pp. 141-173). São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1997)
- Eco, H. (2015). *Número zero* (I. Benedetti, trad.). Rio de Janeiro: Record.
- ElPaís*. (2021 Jan 21). Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. Recuperado em 02 de agosto de 2021, de <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>
- Feres Júnior, J. & Sassara, L. O. (2016a) O terceiro turno de Dilma Rousseff. *Saúde em Debate*, 40(n. esp.), 176-185. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500176&lng=en&nrm=iso
- Feres Júnior, J. & Sassara, L. O. (2016b). Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(2), 205-225. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000200205&lng=en&nrm=iso
- Ferla, A. A., Pinto, H. A., Possa, L. B., Trepte, R. F. & Ceccim, R. B. (2017). Ideias, imagens e crenças na produção de políticas públicas: o caso do Programa Mais Médicos. *Interface*, 21(1), 1129-1141. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000501129&lng=en&nrm=iso
- Finamore, C. M. & Carvalho, J. E. C. (2006). Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 347-362. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200002&lng=en&nrm=iso

Franciscatti, K. V. S. (2019). *Psicologia social crítica e educação: modelos críticos à semicultura e à semi formação* (Relatório Final de Estágio Pós-Doutoral não publicado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (P. C. Souza, trad., pp. 13-113, Obras completas, Vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)

Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização* (P. C. Souza, trad.). São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)

GI. (2018, Ago 20). Mais de 500 candidatos usam títulos religiosos no nome de urna. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/20/mais-de-500-candidatos-usam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml>

GI. (2018, Ago 25). Candidatos empresários e advogados crescem nas eleições 2018; número de servidores públicos, vereadores e donas de casa cai. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/25/candidatos-empresarios-e-advogados-crescem-nas-eleicoes-2018-numero-de-servidores-publicos-vereadores-e-donas-de-casa-cai.ghtml>

GI. (2018 Out 08). Número de policiais e militares no Legislativo é quatro vezes maior do que o de 2014. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/numero-de-policiais-e-militares-no-legislativo-e-quatro-vezes-maior-do-que-o-de-2014.ghtml>

GI. (2022, Jun 01). Vídeos Agro: a indústria riqueza do Brasil. Recuperado em 26 de junho de 2022, de <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>

GI. (2022, Jul 06). Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>

GI. (2022, Ago 16). Número de candidatos policiais e das forças de segurança cresce 27% em 2022. Recuperado em 16 de agosto de 2022, de <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-candidatos-policiais-e-das-forcas-de-seguranca-cresce-27percent-em-2022.ghtml>

Globo. (2015). *Manual básico de mídia*. Não consta cidade: não consta editora. Recuperado em 10 de junho de 2022, de https://negocios8.redeglobo.com.br/PDF/MidaKit/Globo_ManualBasico_pages.pdf

GloboAds. (2021, Mar 05). Cobertura: a cobertura geográfica das exibidoras Globo em detalhes: os municípios cobertos, os domicílios com TV e o IPC, entre outros. Recuperado em 10 de junho de 2022, de <https://negocios8.redeglobo.com.br/paginas/brasil.aspx>

Guerra, A., Oliveira, A. L. M., Carvalho, A. C. S., Jakobsen, K. A., Vitagliano, L. F., Manzano, M. P. F. et al. (2017). *Poder e corrupção no capitalismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Hernandes, N. (2006). O telejornalismo. In N. Hernandez, *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público* (pp. 119-182). São Paulo: Contexto.

Horkheimer, M. (1966). Ideología y acción. In M. Horkheimer & T. W. Adorno, *Sociologica* (V. S. Zavala, trad., pp. 53-64, Coleção Ensayistas de Hoy). Madrid: Taurus. (Trabalho original publicado em 1951)

Horkheimer, M. (1970). A propósito de la captura de Eichmann. In M. Horkheimer, *Sobre el concepto del hombre y otros ensayos* (H. A. Murena & D. J. Vogelmann, trads., pp. 165-168, Coleção Estudios Alemanes). Buenos Aires: Sur.

Horkheimer, M. (1980). Teoria tradicional e teoria crítica. In W. Benjamin, M. Horkheimer, T. W. Adorno, & J. Habermas, *Textos escolhidos* (E. A. Malagodi & R. P. Cunha, trads., pp. 117-154, Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1937)

Horkheimer, M. (1986). Poder y conciencia. In M. Horkheimer, *Sociedad en transición: estudios de filosofía social* (J. G. Costa, trad., pp. 73-78, Coleção Obras Maestras del Pensamiento Contemporáneo). Barcelona: Planeta-Agostini. (Trabalho original publicado em 1972)

Horkheimer, M. (2015). *Eclipse da razão* (C. H. Pissardo, trad.). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1947)

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (Orgs.). (1978). *Temas básicos da sociologia* (2a ed, A. Cabral, trad.). São Paulo: Editora Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1956)

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1947)

IBGE. (n.d.). Desemprego. Recuperado em 04 de julho de 2022, de <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

IPEA. (2019). Trabalho e renda. In IPEA, *Políticas sociais: acompanhamento e análise* (pp. 213-248). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPEA. (2019 Out 21). Informais contribuíram para a redução da taxa de desocupados entre 2017 e 2018. Recuperado em 02 de julho de 2022, de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35116#:~:text=A%20redu%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%BAmero%20de,88%25%20do%20total%20de%20empregados

Jacoby, R. (1977). *Amnésia social: uma crítica à psicologia conformista, de Adler a Laing* (S. S. Gomes, trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Jonas, A. & Almeida, G. W. (2004). Oligarquia, mídia e dominação política na Bahia. *Organizações & Sociedade*, 11(30), 103-115. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302004000200006&lng=en&nrm=iso

Kalil, I. O. (2018). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro* (Relatório Técnico). São Paulo: FESPSP. Recuperado em 21 de junho de 2022, de https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Relat%C3%B3rio%20p ara%20Site%20FESPSP.pdf

Kantar IBOPE Media. (2020 Mar 11). Tempo médio consumido com TV aumenta entre os brasileiros. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://www.kantaribopemedia.com/tempo-medio-consumido-com-tv-aumenta-entre-os-brasileiros/>

Laboratório em Rede de Humanidades Digitais. (n.d.). *Google Ngram Viewer*. Recuperado em 25 de março de 2022, de http://www.larhud.ibict.br/index.php?title=Google_Ngram_Viewer

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1985). Superego. In J. Laplanche & J. B. Pontalis, *Vocabulário da psicanálise* (D. Lagache, dir., P. Tamen, trad., 8a ed., pp. 643-647). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. (Trabalho original publicado em 1967)

- Lima, D. & Werneck, V. (2012). A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. *Dados*, 55(1), 221-250. Recuperado em 02 de março de 2021, de <https://www.scielo.br/j/dados/a/cqZxWVK3Cz6nHDMSR8mbqBD/?lang=pt>
- Lourenço, L. C. (2009). Propaganda negativa: ataque versus votos nas eleições presidenciais de 2002. *Opinião Pública*, 15(1), 133-158. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100006&lng=en&nrm=iso
- Löwenthal, L. (1945-1946). Terror's atomization of man. *Commentary*, 1, 1-8.
- Löwy, M. & Besancenot, O. (2021). *A jornada de trabalho e o "reino da liberdade"* (L. A. Araújo, trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Lukács, G. (2018). A reificação e a consciência do proletariado. In G. Lukács, *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista* (R. Nascimento, trad., pp. 193-411). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1923)
- Luxemburgo, R. (2011). A crise da social-democracia. In R. Luxemburgo, *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos* (I. Loureiro, org., trad., Vol. II, pp. 15-144). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1916)
- Maly, I. (2020). Algorithmic populism and the datafication and gamification of the people by flemish interest in Belgium. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(1), 444-468. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000100444&lng=en&nrm=iso
- Marcuse, H. (1970). Tolerância repressiva. In Wolff, R. P., Moore Jr., B & Marcuse, H., *Crítica da tolerância pura* (R. Jungmann, trad., pp. 87-126). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1965)
- Marcuse, H. (1999). Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In H. Marcuse, *Tecnologia, guerra e fascismo* (D. Kellner, ed., M. C. V. Borba, trad., pp. 71-104). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1941)
- Marques, C. (Editor-chefe), Villela, R. (Diretor de jornalismo) & Kamel, A. (Diretor responsável). (2018 Mar 22). [Edição de telejornal]. In F. Gueiros (Diretor de produção), *Jornal Hoje*. TV Globo.

- Marx, K. (2008). Prefácio. In K. Marx, *Contribuição à crítica da economia política* (F. Fernandes, trad., pp. 45-50). São Paulo: Editora Expressão Popular. (Trabalho original publicado em 1859)
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos* (J. Ranieri, trad.). São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1932)
- Matos, O. C. F. (2003). Ética e comunicação: o problema do visível. *Inter-Ação*, 28(1), pp. 51-66. Recuperado em 26 de junho de 2022, de <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1440>
- Memória Globo*. (2021 Out 28a). Ficha Técnica [Bom Dia Brasil]. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/bom-dia-brasil/noticia/ficha-tecnica.ghtml>
- Memória Globo*. (2021 Out 28b). Ficha Técnica [Hora1]. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/hora-um/noticia/ficha-tecnica.ghtml>
- Memória Globo*. (2021 Out 28c). Ficha Técnica [Jornal Hoje]. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-hoje/noticia/ficha-tecnica.ghtml>
- Memória Globo*. (2021 Out 28d). Como Será?. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/como-sera/noticia/como-sera.ghtml>
- Memória Globo*. (2021 Out 28e). Hora Um. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/hora-um/noticia/hora-um.ghtml>
- Memória Globo*. (2021 Out 28f). Globo Repórter. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-reporter/noticia/globo-reporter.ghtml>
- Memória Globo*. (2021 Out 29a). Ficha Técnica [Fantástico]. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/fantastico/noticia/ficha-tecnica.ghtml>

- Memória Globo*. (2021 Out 29b). História [Fantástico]. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/fantastico/noticia/historia.ghtml>
- Memória Globo*. (2022 Jan 12). Jornal Nacional. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/historia.ghtml>
- Memória Globo*. (2022 Jan 18). Jornal da Globo. Recuperado em 07 de junho de 2022, de https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-da-globo/noticia/jornal-da-globo.ghtml#ancora_1
- Miguel, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, 20, 115-134. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010&lng=en&nrm=iso
- Miguel, L. F. (2004a). Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*, 11, 238-258. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6892/1/ARTIGO_DiscursosCruzadosTelenoticiarios.pdf
- Miguel, L. F. (2004b). Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. *Opinião Pública*, 10(1), 91-111. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000100004&lng=en&nrm=iso
- Miguel, L. F. (2018). Marx e a ciência política. *Blog da Boitempo*. Recuperado em 11 de fevereiro de 2022, de <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/07/marx-e-a-ciencia-politica/>
- Monitor Mercantil*. (2018 Dez 5). Tempo médio do brasileiro em frente a TV passou de 8h18 para 9h17. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://monitormercantil.com.br/tempo-m-dio-do-brasileiro-em-frente-a-tv-passou-de-8h18-para-9h17-2/>
- Mota, F. F. & Biroli, F. (2014). O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. *Cadernos Pagu*, (43), 197-231. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200197&lng=en&nrm=iso
- Motta, L. G. & Alencar, R. P. (2011). Qualidade da informação: a agenda social da mídia em ano eleitoral presidencial. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 34(1), 17-40.

Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442011000100002&lng=en&nrm=iso

Mundim, P. S. (2012). Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. *Revista de Sociologia e Política*, 20(41), 123-147. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000100009&lng=en&nrm=iso

Mundim, P. S. (2014). Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006 efeitos realmente limitados?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(86), 91-107. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000300007&lng=en&nrm=iso

Nunes, M. V. (2004). As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). *Revista de Sociologia e Política*, 22, 59-76. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100006&lng=en&nrm=iso

Nunes, R. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo em um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora.

Nunomura, E. (2013). A imprensa, o Twitter e as eleições de 2010 no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(1), 103-126. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442013000100006&lng=en&nrm=iso

OGlobo. (2022 Jun 02). Saiba quais são os cinco principais retrocessos na educação do país. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/06/saiba-quais-sao-os-cinco-principais-retrocessos-na-educacao-do-pais.ghtml>

Ortunes, L., Martinho, S. G. & Chicarino, T. S. (2019). A instrumentalização do discurso do medo: pastores midiáticos e o período pré-eleitoral de 2014. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 42(2), 121-146. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442019000200121&lng=en&nrm=iso

Pinheiro-Machado, R. & Scalco, L. M. (2018). Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In E. S. Gallego (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 53-59, Coleção Tinta Vermelha). São Paulo: Boitempo.

Poder360. (2019 Jul 24). Desemprego no interior é menor, mas vagas pagam menos, segundo IBGE. Recuperado em 04 de julho de 2022, de <https://www.poder360.com.br/economia/desemprego-no-interior-e-menor-mas-vagas-pagam-menos-segundo-ibge/>

Recuero, R. (2020). #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 20(3), 383-406. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982020000300383&lng=en&nrm=iso

Rede Brasil Atual. (2019 Jan 31). Desemprego para de subir em 2018, mas informalidade e desalento disparam. Recuperado em 02 de julho de 2022, de <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/01/desemprego-para-de-subir-em-2018-mas-informalidade-e-desalento-disparam/>

Repórteres sem Fronteiras. (2017 Out 31). Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intervezes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil. *Repórteres sem Fronteiras [on-line]*. Recuperado em 30 de março de 2022, de <https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervezes-lancam>

Ribeiro, P. J. F. (2004). Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. *Revista de Sociologia e Política*, 22, 25-43. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100004&lng=en&nrm=iso

Rocha, M. A. (2006). *As repercussões do esquematismo kantiano na Dialética do Esclarecimento de Theodor Adorno e Max Horkheimer*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Rubim, A. A. C. (2001). Novas configurações das eleições na idade média. *Opinião Pública*, 7(2), 168-181. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000200002&lng=en&nrm=iso

Ruschel, M. H. (1995). Entäusserung. In T. W. Adorno, *Palavras e sinais: modelos críticos 2* (M. H. Ruschel, trad., pp. 253-253). São Paulo: Editora Vozes.

Santos, A. D. G., Silva, D. V. & Maciel, K. N. (2018). A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre

o agronegócio no Brasil. *Revista Eptic*, 21(1), pp. 46-61. Recuperado em 24 de junho de 2022, de <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/10910/8460>

Sartre, J. P. (1995). *A questão judaica* (M. Vilela, trad.). São Paulo: Editora Ática. (Trabalho original publicado em 1944)

Silva, P. F. (2021). Reflexões sobre o potencial de resistência do pensamento crítico diante do recrudescimento da mentalidade fascista no mundo administrado. In P. F. Silva, C. S. Borzuk & G. Gonçalves Junior (Orgs.), *Teoria Crítica, violência e resistência*. São Paulo: Blucher.

Simões, C. F. & Mattos, F. (2005). Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In V. C. Brittos & C. R. S. Bolaño (Orgs.), *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia* (pp. 35-55). São Paulo: Paulus Editora.

Spinoza, B. (2019). Carta 76: Spinoza a Albert Burgh [sem data, provavelmente dezembro de 1675]. In B. Spinoza, *Obra Completa II: correspondência completa e vida* (J. Guinsburg, N. Cunha & R. Romano, orgs., J. Guinsburg & N. Cunha, trad., pp. 269-274). São Paulo: Perspectiva.

Storto, L. J. & Zanardi, R. C. (2019). Análise discursiva de "Governo coloca ideologia de gênero no ENEM" do Pastor Silas Malafaia: discurso político, da natureza e de ódio. *Linguagem em (Dis)curso*, 19(3), 383-400. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000300383&lng=en&nrm=iso

Tribunal Superior Eleitoral. (2018 Out 9). Concluída a totalização de votos do 1º turno das Eleições 2018. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/concluida-totalizacao-de-votos-do-1o-turno-das-eleicoes-2018>

Tribunal Superior Eleitoral. (2018 Out 30). Eleições 2018: Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>

Tribunal Superior Eleitoral. (2021 Dez 20). Calendário eleitoral – Eleições. Recuperado em 07 de junho de 2022, de <https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral>

UGT. (2019 Mar 11). Interior do país tem desemprego menor, porém sofre mais com subocupação. Recuperado em 03 de julho de 2022, de <https://www.ugt.org.br/post/21535-Interior-do-pais-tem-desemprego-menor-porem-sofre-mais-com-subocupacao>

UOL. (2018 Jul 27). Número de PMs candidatos cresce 74% em SP; em 2014, só 1 foi eleito. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/27/numero-de-pms-candidatos-cresce-74-em-sp-em-2014-so-1-se-elegeu.htm?cmpid=copiaecola>

UOL. (2018 Out 08). Renovação do Senado é de 85%, mas apenas 30% são caras novas no Congresso. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/renovacao-do-senado-e-de-85-mas-apenas-30-sao-caras-novas-no-congresso.htm?cmpid=copiaecola>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista de referências do levantamento bibliográfico segundo categorias

A seguir é apresentada a lista completa das 130 referências localizadas no levantamento após as exclusões descritas no primeiro capítulo desta dissertação e cuja leitura dos títulos, palavras-chave e resumos fundamentou parte das análises do referido capítulo. Nesta lista constam os 38 artigos provenientes do levantamento lidos integralmente para desdobrar aspectos da análise ainda no primeiro capítulo. Esses 38 foram os únicos registrados na lista de referências apresentada imediatamente depois dos capítulos da dissertação. A lista foi organizada com base na classificação em categorias temáticas apresentada na Tabela 7.

Categoria: Atuação, organização e impacto de meios e conteúdos midiáticos em relação a governos, personalidades e momentos políticos (44 artigos)

- Almeida, G. W. (2000). A identidade é construída através da mídia ou do Estado?. *Organizações & Sociedade*, 7(19), 81-90. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302000000300006&lng=en&nrm=iso
- Amaral, M. S. & Pinho, J. A. G. (2018). Eleições Parlamentares no Brasil: O Uso do Twitter na Busca por Votos. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(4), 466-486. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552018000400466&lng=en&nrm=iso
- Azevedo, F. A. (2001). Imprensa, cobertura eleitoral e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista. *Opinião Pública*, 12(1), 7(2), 182-201. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000200003&lng=en&nrm=iso
- Azevedo, F. A. (2006). Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), 88-113. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004&lng=en&nrm=iso
- Baronas, R. L. (2011). Enunciados de curta extensão: gênero de discurso, aforização, mídia e política. *Linguagem em (Dis)curso*, 11(1), 59-79. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322011000100004&lng=en&nrm=iso
- Baronas, R. L. (2015). A (des)ordem da imagem na comunicação política brasileira: possibilidades analíticas a partir da noção discursiva de relações intercenográficas.

- Linguagem em (Dis)curso*, 15(3), 401-413. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322015000300401&lng=en&nrm=iso
- Baronas, R. L. & Ponsoni, S. (2013). Citação, destacabilidade e aforização no texto imagético: possibilidades?. *Alfa: Revista de Linguística*, 57(2), 413-431. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942013000200004&lng=en&nrm=iso
- Biroli, F. (2009). Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia - sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *Varia Historia*, 25(41), 269-291. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752009000100014&lng=en&nrm=iso
- Biroli, F. (2010). Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, (34), 269-299. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100011&lng=en&nrm=iso
- Biroli, F. & Mantovani, D. (2010). Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, 16(1), 90-116. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100004&lng=en&nrm=iso
- Carvalho, F. L. (2000). Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(43), 147-162. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000200008&lng=en&nrm=iso
- Cerbino, M., Maluf, M. & Ramos, I. (2017). Pueblo, política y comunicación: la recepción del discurso del presidente Rafael Correa. *Opinião Pública*, 23(2), 485-508. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000200485&lng=en&nrm=iso
- Chaia, V. (2001). Democracia e escândalos políticos. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 62-75. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400008&lng=en&nrm=iso
- Costa, M. V. (2002). Ensinando a dividir o mundo; as perversas lições de um programa de televisão. *Revista Brasileira de Educação*, (20), 71-82. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200006&lng=en&nrm=iso
- Daltoé, A. S. (2011). Divulgação do discurso político: as metáforas de Lula e suas formas de interdição. *Linguagem em (Dis)curso*, 11(3), 585-606. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322011000300007&lng=en&nrm=iso

- Feres Júnior, J., Melo, P. B. & Barbabela, E. (2020). A judicialização foi televisionada: a relação entre mídia e sistema judiciário. *Caderno CRH*, 33, 1-20. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792020000100601&lng=en&nrm=iso
- Fonseca, A. A. (2012). Eduardo Palmério, um perfil intelectual: humorismo e cultura política nas crônicas da imprensa paulista dos anos 1940. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(2), 61-84. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442012000200004&lng=en&nrm=iso
- Fuks, M. (2010). Más notícias: a cobertura do Jornal Estado de Minas e a imagem pública da assembleia legislativa de Minas Gerais (1999-2003). *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 257-276. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200016&lng=en&nrm=iso
- García, A. P. P., Brussino, S. & Alonso, D. (2020). Efectos del tratamiento periodístico sesgado ideológicamente en el procesamiento cognitivo de información política. Un abordaje experimental. *Opinião Pública*, 26(2), 351-376. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762020000200351&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Gomes, M. C. A. & Barbara, L. (2011). Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 27(2), 311-335. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502011000200006&lng=en&nrm=iso
- Jesus, D. S. V. & Fernandes, V. D. (2011). Do 'terror suicida' ao 'bárbaro': mídia e exclusão na política externa brasileira - o 11 de setembro segundo O Globo e a Folha de S. Paulo. *Revista Brasileira de História*, 31(61), 251-270. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000100013&lng=en&nrm=iso
- Jonas, A. & Almeida, G. W. (2004). Oligarquia, mídia e dominação política na Bahia. *Organizações & Sociedade*, 11(30), 103-115. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302004000200006&lng=en&nrm=iso
- Lima, D. & Werneck, V. (2012). A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. *Dados*, 55(1), 221-250. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000100006&lng=en&nrm=iso
- Lourenço, L. C. (2009). Propaganda negativa: ataque versus votos nas eleições presidenciais de 2002. *Opinião Pública*, 15(1), 133-158. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100006&lng=en&nrm=iso

- Maia, A. C. N. (2013). Representações da crise de 1929 na imprensa brasileira: relações entre história, mídia e cultura. *Varia Historia*, 29(49), 217-245. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000100011&lng=en&nrm=iso
- Marques, A. C. S. (2009). Comunicação, mídia e processos de democracia local: estratégias de aproximação entre governo e cidadãos. *Opinião Pública*, 15(1), 107-132. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100005&lng=en&nrm=iso
- Mercuri, K. T. & Lima-Lopes, R. E. (2020). Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(2), 1216-1238. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000201216&lng=en&nrm=iso
- Miguel, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, 20, 115-134. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010&lng=en&nrm=iso
- Miguel, L. F. (2004). Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*, 11, 238-258. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6892/1/ARTIGO_DiscursosCruzadosTelenoticiarios.pdf
- Miguel, L. F. & Biroli, F. (2010). Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. *Dados*, 53(3), 695-735. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000300006&lng=en&nrm=iso
- Miguel, L. F. & Coutinho, A. A. (2007). A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, 13(2), 97-123. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100004&lng=en&nrm=iso
- Mota, F. F. & Biroli, F. (2014). O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. *Cadernos Pagu*, (43), 197-231. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200197&lng=en&nrm=iso
- Mundim, P. S. (2014). Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006 efeitos realmente limitados?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(86), 91-107. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000300007&lng=en&nrm=iso
- Nunes, M.V. (2004). As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). *Revista de Sociologia e Política*, 22, 59-76. Recuperado em 02 de março de 2021, de

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100006&lng=en&nrm=iso

- Nunomura, E. (2013). A imprensa, o Twitter e as eleições de 2010 no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(1), 103-126. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442013000100006&lng=en&nrm=iso
- Oliveira, F. L. (2017). Judiciário e política no Brasil contemporâneo: um retrato do supremo tribunal federal a partir da cobertura do jornal Folha de S. Paulo. *Dados*, 60(4), 937-975. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000400937&lng=en&nrm=iso
- Palha, C. R. L. (2011). Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. *Revista Brasileira de História*, 31(62), 217-234. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000200012&lng=en&nrm=iso
- Queler, J. J. (2013). Do consumidor de mercadorias ao leitor de jornal: peculiaridades da indústria cultural nas páginas do semanário Flan (1953-1954). *Topoi*, 14(26), 105-118. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000100105&lng=en&nrm=iso
- Recuero, R. (2020). #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 20(3), 383-406. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982020000300383&lng=en&nrm=iso
- Rocha, D. (2020). "Faça-se na terra um pedaço do céu": perspectivas messiânicas na participação dos pentecostais na política brasileira. *Perspectiva Teológica*, 53(2), 607-632. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-87572020000200607&lng=en&nrm=iso
- Rodrigues, M., Menezes, I. & Ferreira, P. D. (2018). Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. *Educação e Pesquisa*, 44, 1-20. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100464&lng=en&nrm=iso
- Russo, G. A., Azzi, R. G. & Faveri, C. (2018). Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. *Opinião Pública*, 24(2), 365-404. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000200365&lng=en&nrm=iso
- Sales, C. M. R. & Martins Filho, J. R. (2018). The economist and human rights violations in Brazil during the military dictatorship. *Contexto Internacional*, 40(2), 203-227. Recuperado

em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292018000200203&lng=en&nrm=iso

Sardinha, T. B. (2010). As metáforas do presidente lula na perspectiva da linguística de corpus: o caso do desenvolvimento. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 26(1), 163-190. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502010000100007&lng=en&nrm=iso

Categoria: Impactos das conformações e mudanças na organização técnica e social da mídia ou de meios específicos sobre a política (43 artigos)

Antunes, D. C. & Maia, A. F. (2018). Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, 29(2), 189-199. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200189&lng=en&nrm=iso

Avelar, L. (1992). As eleições na era da televisão. *Revista de Administração de Empresas*, 32(4), 42-57. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901992000400005&lng=en&nrm=iso

Barros, A. T. (2019). Valores políticos dos jornalistas do Congresso Nacional. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 42(1), 73-91. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442019000100073&lng=en&nrm=iso

Bernardes, C. B. (2013). Parlamentares × jornalistas: a dinâmica política das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. *Sociedade e Estado*, 28(3), 663-689. Recuperado em 02 de março de 2021, de <https://www.scielo.br/j/se/a/PMLBrtwx7gcNpGkdxMS9GPM/?lang=pt>

Biroli, F. & Miguel, L. F. (2013). Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(81), 77-95. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000100006&lng=en&nrm=iso

Castro, F. F. (2013). Macrodinâmicas da comunicação midiática na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 8(2), 435-445. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222013000200013&lng=en&nrm=iso

Chagas, V. (2017). Uma alternativa para escapar à tabloidização ou uma forma de tabloidização alternativa? O mercado brasileiro de jornais populares e a economia política da imprensa escrita. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 22, 7-48. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000100007&lng=en&nrm=iso

Chouliaraki, L. (2005). Media discourse and the public sphere. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 25(n. esp.), 45-71. Recuperado em 02 de março

- de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300005&lng=en&nrm=iso
- Cirino, T. E. S., Leite, A. C. A. & Nogueira, S. G. (2019). Mídia e política externa brasileira: a diplomacia midiática na crise do impeachment de Dilma (2016). *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 42(1), 57-71. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442019000100057&lng=en&nrm=iso
- Cook, T. E. (2011). O jornalismo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 203-247. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200009&lng=en&nrm=iso
- Costa, S. (1997). Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35), s.p. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=en&nrm=iso
- Danner, L. F. (2015). Esfera pública e política radical: apontamentos a partir de Habermas. *Trans/Form/Ação*, 38(3), 133-154. Recuperado em 02 de março de 2021, de <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/5414/3765>
- Domingues-da-Silva, J., Zaverucha, J., Filho, D. F. & Rocha, E. C. (2015). Mais concentração de propriedade de Mídia, menos democracia? Testando possibilidades de associação entre variáveis. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 38(1), 65-84. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442015000100065&lng=en&nrm=iso
- Finamore, C. M. & Carvalho, J. E. C. (2006). Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 347-362. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200002&lng=en&nrm=iso
- Fonseca, F. (2004). Mídia e democracia: falsas confluências. *Revista de Sociologia e Política*, (22), 13-24. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100003&lng=en&nrm=iso
- Fonseca, F. (2011). Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (6), 41-69. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003&lng=en&nrm=iso
- Kang, J. (2012). A mídia e a crise da democracia: repensando a política estética. *Novos Estudos CEBRAP*, (93), 61-79. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200006&lng=en&nrm=iso

- Lattman-Weltman, F. (1996). Economia e política na reforma do Estado. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, (37), 77-92. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000100005&lng=en&nrm=iso
- Lattman-Weltman, F. & Chagas, V. (2016). Mercado Futuro: a economia política da (re)partidarização da imprensa no Brasil. *Dados*, 59(2), 323-356. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000200323&lng=en&nrm=iso
- Lima, V. A. (1996). Os mídia e o cenário de representação da política. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, (38), 239-270. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200012&lng=en&nrm=iso
- Lima, V. A. (1998). Globalização e políticas públicas no Brasil: a privatização das comunicações entre 1995 e 1998. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 41(2), 118-138. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200007&lng=en&nrm=iso
- Maia, R. C. M. (2009). Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, (76), 87-118. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100004&lng=en&nrm=iso
- Maly, I. (2020). Algorithmic populism and the datafication and gamification of the people by flemish interest in Belgium. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(1), 444-468. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000100444&lng=en&nrm=iso
- Marcovich, J. (2018). Como salvar a política?. *Estudos Avançados*, 32(92), 7-15. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000100007&lng=en&nrm=iso
- Martino, L. M. S. (2011). Três hipóteses sobre as relações entre mídia, entretenimento e política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 137-150. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200006&lng=en&nrm=iso
- Miguel, L. F. (1999). O jornalismo como *sistema perito*. *Tempo Social*, 11(1), 197-208. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.researchgate.net/publication/265626095_0_jornalismo_como_sistema_perito/link/5de8ece1a6fdcc283706b30f/download
- Miguel, L. F. (2000). Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. *Revista Brasileira de História*, 20(39), 190-199. Recuperado em 02 de março de 2021, de

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100008&lng=en&nrm=iso

Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, (55-56), 155-184. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100007&lng=en&nrm=iso

Miguel, L. F. (2003). Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 123-140. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100009&lng=en&nrm=iso

Miguel, L. F. (2004). Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. *Opinião Pública*, 10(1), 91-111. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000100004&lng=en&nrm=iso

Miguel, L. F. (2008). A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, 19, 250-273. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.researchgate.net/publication/50424818_A_midia_e_o_declinio_da_confianca_na_politica/link/0ffc44270cf29a969e9c6d39/download

Miguel, L. F. (2011). Falar bonito: o Kitsch como estratégia discursiva. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 183-202. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200008&lng=en&nrm=iso

Miguel, L. F. & Biroli, F. (2009). Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, 15(1), 55-81. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100003&lng=en&nrm=iso

Mota, R. (2004). Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, 22, 77-86. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100007&lng=en&nrm=iso

Motta, L. G. & Alencar, R. P. (2011). Qualidade da informação: a agenda social da mídia em ano eleitoral presidencial. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 34(1), 17-40. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442011000100002&lng=en&nrm=iso

Nayyar, D. (2015). Globalization and democracy. *Brazilian Journal of Political Economy*, 35(3), 388-402. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000300388&lng=en&nrm=iso

- Ribeiro, P. J. F. (2004). Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. *Revista de Sociologia e Política*, 22, 25-43. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100004&lng=en&nrm=iso
- Rubim, A. A. C. (2000). A contemporaneidade como idade média. *Interface*, 4(7), 25-36. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000200003&lng=en&nrm=iso
- Rubim, A. A. C. (2001). Novas configurações das eleições na idade média. *Opinião Pública*, 7(2), 168-181. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000200002&lng=en&nrm=iso
- Rubim, A. A. C. & Azevedo, F. A. (1998). Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, (43), 189-216. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000100011&lng=en&nrm=iso
- Salgado, L. S. & Oliva, J. T. (2018). O mal-estar na comunicação: a violação da opinião pública pelo sistema midiático brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 57(2), 894-921. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132018000200894&lng=en&nrm=iso
- Santos, V. V. V. (2020). Computational affordances, context collapses and other challenges to linguistic studies. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(1), 583-600. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000100583&lng=en&nrm=iso
- Zanchetta Jr., J. (2007). Estudos sobre recepção midiática e educação no Brasil. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1455-1475. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000400010&lng=en&nrm=iso

Categoria: Disputas políticas em torno de pautas específicas, representação midiática dessas pautas; governo e movimentos sociais (27 artigos)

- Baronas, R. L. (2019). Agrotóxico versus pesticida: notas de leitura sobre polêmica e *amemória* discursiva. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 14(2), 62-87. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732019000200062&lng=en&nrm=iso
- Barros, A. (2017). A internet como mídia ambiental: estratégias dos partidos políticos brasileiros. *Ambiente & Sociedade*, 20(1), 187-206. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000100183&lng=en&nrm=iso

- Campos, M. S. (2009). Mídia e política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, 15(2), 487-509. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200008&lng=en&nrm=iso
- Escudero, M. C. (2011). Mirada desde Europa, una encrucijada de los medios en América Latina y España. Cuando la Anaconda empieza a mudar la piel. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 34(2), 239-260. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442011000200013&lng=en&nrm=iso
- Feres Júnior, J., Candido, M. R., Melo, P. B. & Vieira, L. R. (2020). A cobertura jornalística das greves gerais de 2017: paradigma de protesto ou militância política. *Opinião Pública*, 25(3), 495-530. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000300495&lng=en&nrm=iso
- Ferla, A. A., Pinto, H. A., Possa, L. B., Trepte, R. F. & Ceccim, R. B. (2017). Ideias, imagens e crenças na produção de políticas públicas: o caso do Programa Mais Médicos. *Interface*, 21(1), 1129-1141. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000501129&lng=en&nrm=iso
- Frederico, C. (2013). Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. *Estudos Avançados*, 32(92), 239-255. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300017&lng=en&nrm=iso
- Gohn, M. G. (2018). Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, 31(82), 117-133. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000100117&lng=en&nrm=iso
- Graham, L. R. (2011). Citando Mario Juruna: imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira. *Mana*, 17(2), 271-312. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200002&lng=en&nrm=iso
- Ivo, A. B. L. (2007). Cidade – mídia e arte de rua. *Caderno CRH*, 20(49), 107-122. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000100009&lng=en&nrm=iso
- Laitano, A. C., Silva, G. T. R., Almeida, D. B., Padilha, M. I., Peres, M. A. A. & Santos, V. P. F. A. (2020). Militância de enfermeiras no campo da institucionalidade: versões da mídia impressa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), 1-8. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000400154&lng=en&nrm=iso

- Laitano, A. C., Silva, G. T. R., Santos, V. P. F. A., Brandão, M. F., Carvalho, A. G., Peres, M. A. A. & Santa, N. (2019). Precarização do trabalho da enfermeira: militância profissional sob a ótica da imprensa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 32(3), 305-311. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002019000300305&lng=en&nrm=iso
- Leite, C. K. S., Cruz, M. F. & Rosin, L. B. (2018). Difusão da política cicloviária no município de São Paulo: resistências, apoios e o papel da mídia. *Revista de Administração Pública*, 52(2), 244-263. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000200244&lng=en&nrm=iso
- Machado, C. (2013). "É muita mistura": projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, 33(2), 13-36. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872013000200002&lng=en&nrm=iso
- Martins, A. R. N. (2005). Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 21(n. esp.), 129-147. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300009&lng=en&nrm=iso
- Menasche, R. (2005). Os grãos da discórdia e o trabalho da mídia. *Opinião Pública*, 11(1), 169-191. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000100007&lng=en&nrm=iso
- Morgado, M. (2021). Mediatising resistance to contemporary fascism on YouTube: voicing dissent in Brazilian rap. *Trabalhos em linguística aplicada*, 59(3), 2017-2049. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-18132020000302017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Oliveira, V. C. (2000). A comunicação midiática e o Sistema Único de Saúde. *Interface*, 4(7), 71-80. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000200006&lng=en&nrm=iso
- Ortunes, L., Martinho, S. G. & Chicarino, T. S. (2019). A instrumentalização do discurso do medo: pastores midiáticos e o período pré-eleitoral de 2014. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 42(2), 121-146. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442019000200121&lng=en&nrm=iso
- Ribeiro, F. R. G. (2012). Aborto por anencefalia na mídia brasileira: análise retórica do debate entre as posições "pró-escolha" e "pró-vida". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, 83-114. Recuperado em 02 de março de 2021, de

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100005&lng=en&nrm=iso

Rios, D. R. S. & Costa e Silva, S. P. (2020). Repercussões do Programa Mais Médicos na mídia brasileira após o Impeachment de 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(11), 4030-4314. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020001104303&lng=en&nrm=iso

Rodrigues, K. F. (2020). A política nas políticas de acesso à informação brasileiras: trajetória e coalizões. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 142-161. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000100142&lng=en&nrm=iso

Rodrigues, T. M. & Schneider, M. (2020). Cinco estratégias de participação política do movimento de democratização da mídia na Nova República. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43(3), 189-204. Recuperado em 02 de março de 2021, de <https://www.scielo.br/pdf/interc/v43n3/1809-5844-interc-43-3-0189.pdf>

Roso, A., Gass, R. L. & Romanini, M. (2011). Propagandas institucionais televisivas e resistência. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 79-89. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000100010&lng=en&nrm=iso

Rothberg, D. & Berbel, D. B. (2010). Enquadramentos de transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 17(2), 455-470. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200011&lng=en&nrm=iso

Storto, L. J. & Zanardi, R. C. (2019). Análise discursiva de "Governo coloca ideologia de gênero no ENEM" do Pastor Silas Malafaia: discurso político, da natureza e de ódio. *Linguagem em (Dis)curso*, 19(3), 383-400. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000300383&lng=en&nrm=iso

Venancio, A. T. A. & Belmonte, P. R. (2017). O debate legislativo carioca sobre a “mudança da homossexualidade”: ciência, política e religião. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 26, 103-125. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000200103&lng=en&nrm=iso

Categoria: Oposição e ataques feitos por veículos ou conteúdos midiáticos a personalidades, instituições e/ou governos (13 artigos)

Azevedo, F. A. & Chaia, V. L. M. (2008). O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). *Opinião Pública*, 14(1), 173-204. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100007&lng=en&nrm=iso

- Azevedo, F. A. (2018). PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, 24(2), 270-290. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000200270&lng=en&nrm=iso
- Barros, A. T. & Lemos, C. R. F. (2018). Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. *Opinião Pública*, 24(2), 291-327. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000200291&lng=en&nrm=iso
- Bezerra, E. D. & Mundim, P. S. (2011). Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010?. *Opinião Pública*, 17(2), 452-476. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200007&lng=en&nrm=iso
- Carvalho, C. A. & Fonseca, M. G. C. (2019). Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e *lawfare* no caso Lula. *Galáxia*, n. esp., 100-112. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532019000400100&lng=en&nrm=iso
- Chaia, V. (2001). O troféu "Cara de Pau" da Rádio Eldorado. *Opinião Pública*, 7(2), 202-220. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000200004&lng=en&nrm=iso
- Damgaard, M. (2018). Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals. *Opinião Pública*, 24(1), 114-143. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000100114&lng=en&nrm=iso
- Feres Júnior, J. & Sassara, L. O. (2016). Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(2), 205-225. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000200205&lng=en&nrm=iso
- Feres Júnior, J. & Sassara, L. O. (2016) O terceiro turno de Dilma Rousseff. *Saúde em Debate*, 40(n. esp.), 176-185. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500176&lng=en&nrm=iso
- Gomes, E. P. M. & Alencar, C. N. (2019). A mídia como ator político: uma análise de textos da revista Veja sobre casos de corrupção política. *Alfa: Revista de Linguística*, 63(1), 81-111. Recuperado em 02 de março de 2021, de <https://periodicos.flcar.unesp.br/alfa/article/view/9969/8183>
- Mendes, R. A. S. (2005). Marchando com a família, com Deus e pela liberdade – O "13 de Março" das direitas. *Varia Historia*, 21(33), 234-249. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100012&lng=en&nrm=iso

Moritz, M. L. & Rita, M. B. (2020). Mídia impressa e gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43(2), 203-223. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442020000200203&lng=en&nrm=iso

Mundim, P. S. (2012). Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. *Revista de Sociologia e Política*, 20(41), 123-147. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000100009&lng=en&nrm=iso

Categoria: Relação entre o receptor e conteúdos políticos (03 artigos)

Lelo, T. V. (2017). O que é ser espectador quando as imagens nos desafiam?. *Galáxia*, 36, 146-158. Recuperado em 02 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532017000300146&lng=en&nrm=iso

Kellner, D. & Share, J. (2008). Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. *Educação & Sociedade*, 29(104), 687-715. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000300004&lng=en&nrm=iso

Regina, A. G. S. (2020). A esfinge, a teia e o enredo: letramento e caminhos da democracia no Brasil. *Educação em Revista*, 36, 1-19. Recuperado em 06 de março de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100283&lng=en&nrm=iso

APÊNDICE B – Processo do “Projeto Brasil que eu quero” por semanas

Os quadros abaixo apresentam informações sobre o PBQQ organizadas semanalmente. Essas informações dizem respeito à programação jornalística nacional da TV Globo, especificamente, aos seguintes programas desse segmento: *Hora 1*, *Bom dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional*, *Jornal da Globo*, *Fantástico* e *Como será?*. Os dois últimos, referentes às semanas de número 35 e 36, incluem o *Globo Repórter*, visto que apenas nesse momento ele participou diretamente do PBQQ. Por meio do acesso à plataforma de *streaming* do canal (*GloboPlay*: <https://globoplay.globo.com/>) foram buscadas as edições desses programas por data de exibição e verificadas no conteúdo de cada edição a presença ou ausência de momento dedicado ao PBQQ. A partir desses dados foi possível detalhar o curso e a estrutura da campanha ao longo do ano e em paralelo com os mais importantes marcos do processo eleitoral federal. Em um momento inicial os *links* de cada edição dos programas foram organizados por data e arrolados em um quadro, mas, posteriormente, percebeu-se que prováveis alterações no *site* tornavam inválidos esses *links*, de modo que não era possível acessar as edições por meio deles. Assim, abandonou-se a preocupação em registrar os *links* com o caminho de acesso.

Programa	Semana 1						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	14/01	15/01	16/01	17/01	18/01	19/01	20/01
Hora 1		B	B	B	B	B	
Bom Dia Brasil		B	B	B	B	B	
Jornal Hoje		B	B	B	B	B	B
Jornal Nacional		B	B	B	B	B	B
Jornal da Globo		B	B	B	B	B	
Fantástico	A						
Como será?							-

As células preenchidas (em cinza) dizem respeito aos dias nos quais o programa em questão não vai ao ar.

O traço (-) indica que no dia não houve veiculação de conteúdo relacionado ao PBQQ.

A – Modelo 1 da chamada para o público gravar e enviar o vídeo com o depoimento.

B – Modelo 2 da chamada para o público gravar e enviar o vídeo com o depoimento.

Programa	Semana 2						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	21/01	22/01	23/01	24/01 ⁹⁹	25/01	26/01	27/01
Hora 1		B	B	C	-	B	
Bom Dia Brasil		B	B	C	B	B	
Jornal Hoje		B	B	C	B	B	B
Jornal Nacional		B	C	-	B	B	B
Jornal da Globo		B	C	-	B	B	
Fantástico	A						
Como será?							-

C – Modelo 3 da chamada para o público gravar e enviar o vídeo com o depoimento.

Programa	Semana 3						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	28/01	29/01	30/01	31/01	01/02	02/02	03/02
Hora 1		B	B	B	B	B	
Bom Dia Brasil		B	B	B	B	B	
Jornal Hoje		B	B	B	B	B	-
Jornal Nacional		B	B	-	-	-	-
Jornal da Globo		B	B	B	B	-	
Fantástico	A						
Como será?							-

Programa	Semana 4						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	25/02	26/02	27/02	28/02	01/03	02/03	03/03
Hora 1		D	D	D	D	D	
Bom Dia Brasil		D	D	D	D	D	
Jornal Hoje		D	D	D	D	D	D
Jornal Nacional		D	D	D	D	D	D
Jornal da Globo		D	D	D	D	D	
Fantástico	-						
Como será?							-

D – Modelo 4 da chamada para o público gravar e enviar o vídeo com o depoimento.

Programa	Semana 5						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	04/03	05/03	06/03	07/03	08/03	09/03	10/03
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

E – Indica a exibição de depoimentos do público.

⁹⁹ No dia 24 de janeiro não foi exibida a convocação para gravar e enviar o depoimento nos últimos telejornais do dia: o Jornal Nacional e o Jornal da Globo. No dia 25 de janeiro, o Hora 1, primeiro telejornal diário, também não veiculou a chamada. O que há em comum entre esses dias está relacionado ao julgamento do ex-presidente Lula no processo do triplex no Guarujá, ocorrido no dia 24 de janeiro. Esses programas posteriores ao julgamento reservaram grande parte de suas edições para apresentar uma cobertura do ocorrido. Treze dos quinze títulos veiculados pelo Jornal Nacional no dia 24 referiam-se diretamente ao julgamento e outros dois eram indiretamente ligados. Cinco dos nove títulos do Jornal da Globo, nesse mesmo dia, trataram do assunto. Quatro dos quatorze títulos do Hora 1 no dia 25 referiam-se ao julgamento (embora se trate de menos títulos, eles somavam a maior parte do tempo da edição desse telejornal matinal).

Programa	Semana 6						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	11/03	12/03	13/03	14/03	15/03	16/03	17/03
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 7						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	18/03	19/03	20/03	21/03	22/03	23/03	24/03
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil ¹⁰⁰		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 8						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	25/03	26/03	27/03	28/03	29/03	30/03	31/03
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 9						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	01/04	02/04	03/04	04/04	05/04	06/04	07/04
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 10						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	08/04	09/04	10/04	11/04	12/04	13/04	14/04
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

¹⁰⁰ Nessa semana é possível observar a enunciação de conexões por parte dos repórteres.

Programa	Semana 11						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	15/04	16/04	17/04	18/04	19/04	20/04	21/04
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 12						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	22/04	23/04	24/04	25/04	26/04	27/04	28/04
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 13						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	29/04	30/04	01/05	02/05	03/05	04/05	05/05
Hora 1		E	¹⁰¹	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 14						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

¹⁰¹ Edição dedicada exclusivamente ao incêndio de dois prédios no Largo do Paissandu, em São Paulo.

Programa	Semana 15						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	13/05	14/05	15/05	16/05	17/05	18/05	19/05
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							N ¹⁰²

N – Indica que a edição do programa não estava disponível na plataforma.

Programa	Semana 16						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	20/05	21/05	22/05	23/05	24/05	25/05	26/05
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 17						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	27/05	28/05	29/05	30/05	31/05	01/06	02/06
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 18						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	03/06	04/06	05/06	06/06	07/06	08/06	09/06
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

¹⁰² Não há edição disponível nesta data para o programa “Como será?”. Pode não ter havido programa ou não ter sido disponibilizado.

Programa	Semana 19						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	10/06	11/06	12/06	13/06	14/06	15/06	16/06
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	N ¹⁰³
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							N ¹⁰⁴

Programa	Semana 20						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	17/06	18/06	19/06	20/06	21/06	22/06	23/06
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							N ¹⁰⁵

Programa	Semana 21						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	24/06	25/06	26/06	27/06	28/06	29/06	30/06
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 22						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	01/07	02/07	03/07	04/07	05/07	06/07	07/07
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	¹⁰⁶	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

¹⁰³ Não há edição disponível nesta data para o programa “Jornal Hoje”. Pode não ter havido programa ou não ter sido disponibilizado.

¹⁰⁴ Não há edição disponível nesta data para o programa “Como será?”. Pode não ter havido programa ou não ter sido disponibilizado.

¹⁰⁵ Não há edição disponível nesta data para o programa “Como será?”. Pode não ter havido programa ou não ter sido disponibilizado.

¹⁰⁶ Não há edição disponível nesta data para o programa “Jornal Hoje”. Pode não ter havido programa ou não ter sido disponibilizado.

Programa	Semana 23						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	08/07	09/07	10/07	11/07	12/07	13/07	14/07
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 24						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	15/07	16/07	17/07	18/07	19/07	20/07	21/07
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 25						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	22/07	23/07	24/07	25/07	26/07	27/07	28/07
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 26						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	29/07	30/07	31/07	01/08	02/08	03/08	04/08
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 27						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	05/08	06/08	07/08	08/08	09/08	10/08	11/08
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 28						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	12/08	13/08	14/08	15/08	16/08	17/08	18/08
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 29						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	19/08	20/08	21/08	22/08	23/08	24/08	25/08
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 30						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	26/08	27/08	28/08	29/08	30/08	31/08	01/09
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	¹⁰⁷						
Como será?							E

Programa	Semana 31						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	02/09	03/09	04/09	05/09	06/09	07/09	08/09
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 32						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	09/09	10/09	11/09	12/09	13/09	14/09	15/09
Hora 1		E	E	E	E	E	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

¹⁰⁷ Não houve exibição de depoimentos nesta edição.

Programa	Semana 33						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	16/09	17/09	18/09	19/09	20/09	21/09	22/09
Hora 1		E(2x)	E(2x)	E(2x)	E(2x)	E(2x)	
Bom Dia Brasil		E	E	E	E	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E(2x)	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 34						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	23/09	24/09	25/09	26/09	27/09	28/09	29/09
Hora 1		E(2x)	E(2x)	E(2x)	E(2x)	E(2x)	
Bom Dia Brasil		E(2x)	E(2x)	E(2x)	E(2x)	E	
Jornal Hoje		E	E	E	E	E	E
Jornal Nacional		E	E	E	E	E	E
Jornal da Globo		E	E	E	E	E	
Fantástico	E						
Como será?							E

Programa	Semana 35						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	30/09	01/10	02/10	03/10	04/10	05/10	06/10
Hora 1		-	-	-	-	-	
Bom Dia Brasil		-	-	-	-	-	
Jornal Hoje		-	-	-	-	-	-
Jornal Nacional		F	F	F	F	F	F(2x)
Jornal da Globo		-	-	-	-	-	
Fantástico	-						
Como será?							F
Globo Repórter						F(5x)	

Programa	Semana 36						
	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
	21/09	22/10	23/10	24/10	25/10	26/10	27/10
Hora 1		-	-	-	-	-	
Bom Dia Brasil		-	-	-	-	-	
Jornal Hoje		-	-	-	-	-	-
Jornal Nacional		-	-	-	-	-	-
Jornal da Globo		-	-	-	-	-	
Fantástico	-						
Como será?							-
Globo Repórter						F(3x)	

Da produção desses dados foi possível estabelecer as datas com marcos significativos do PBQQ em termos dos períodos dedicados às diferentes ações.

- N° de semanas de chamada: 4 (14/01/2018 até 02/02/2018 e 26/02/2018 até 03/03/2018).
- N° de semanas de depoimentos: 30 (04/03/2018 até 29/09/2018); o que totaliza quase 7 meses (março a setembro).

- Nº de semanas de conteúdo em forma de reportagem: 1 semana e 2 dias (30/09/2018 até 06/10/2018 e dia 26/10/2018).

Com isso, é possível indicar uma separação das etapas como o *Projeto* operou em âmbito televisivo público: 1ª) chamada/convocação para os espectadores gravarem e enviarem vídeos com seus depoimentos (quatro semanas); 2ª) exibição dos depoimentos de cada um dos 5.570 municípios na programação jornalística (trinta semanas); 3ª) exibição de conteúdo — matérias e reportagens — derivado dos depoimentos (uma semana e dois dias). O conteúdo dessas matérias está coligido no quadro a seguir.

Relação de conteúdos derivados dos depoimentos PBQQ			
Data	Programa	Título	Duração
29/09/2018	Jornal Nacional	<i>Confirma o que os brasileiros mais querem</i>	17 min
01/10/2018	Jornal Nacional	<i>JN mostra que o Brasil que queremos é viável e em alguns lugares até já existe</i>	09 min
02/10/2018	Jornal Nacional	<i>Iniciativas melhoram a qualidade de ensino em pequenas cidades</i>	08 min
03/10/2018	Jornal Nacional	<i>Energia solar alimenta bomba de água que abastece tribo cumaruara</i>	08 min
04/10/2018	Jornal Nacional	<i>Corrupção é uma das maiores preocupações dos brasileiros</i>	09 min
05/10/2018	Jornal Nacional	<i>Brasileiros lutam contra o racismo e a homofobia</i>	09 min
06/10/2018	Jornal Nacional	<i>Tecnologia ajuda brasileiros que querem permanecer no campo</i>	09 min
06/10/2018	Jornal Nacional	<i>Brasileiros manifestam desejo por voto consciente</i>	07 min
05/10/2018	Globo Repórter (Na mesma edição)	<i>Conheça a história do menino que perdeu a mãe e que cria os irmãos sozinho</i>	07 min
		<i>Professores e alunos enfrentam lama e perigo para chegar à escola onde falta tudo</i>	07 min
		<i>Meio Brasil, meio Colômbia, meio Peru: veja como é a vida na fronteira amazônica</i>	08 min
		<i>Caminhoneira enfrenta desafios das estradas brasileiras carregando toneladas de abóboras</i>	07 min
		<i>Motoboy, que é a cara de São Paulo, mira em pequenas atitudes por um Brasil melhor</i>	05 min
06/10/2018	Como Será?	<i>Veja o Brasil que as crianças querem</i>	15 min
26/10/2018	Globo Repórter (Na mesma edição)	<i>Corrente de solidariedade ajuda os brasileiros que deram voz a milhões de eleitores</i>	19 min
		<i>Eleitores pedem menos corrupção e mais qualidade de vida para o Brasil</i>	16 min
		<i>Brasileiros falam da importância do voto consciente</i>	06 min
Total	-	-	166 min

APÊNDICE C – Transcrição do primeiro modelo da chamada para o PBQQ

Material/ Programa	Dados da edição (data, duração, link)	Duração do vídeo
Chamada do PBQQ Fantástico (1º modelo)	14/01/2018 (domingo) 1h 58min 15s (tempo total) https://globoplay.globo.com/fantastico/p/814/data/14-01-2018/	1h 32'59'' – 1h 36'06'' (Total: 3'07'')
Contextualização do material na edição		
Bloco		Posição no bloco
3º (penúltimo)		Final. Último conteúdo do bloco.
Texto de anúncio (Pronunciado pelos repórteres Tadeu Schmidt e pela repórter Ana Paula Araújo)		
<i>T. S.: Qual é a sua esperança para o Brasil? Que país você quer ver a partir do ano que vem com novos governantes no poder?</i>		
<i>A. P. A.: A gente quer te fazer um convite.</i>		
Texto de abertura (Pronunciado pela repórter Ana Paula Araújo)		
Imagem 1: imagem aérea do Congresso Nacional. Imagem 2: mãos segurando título de eleitor. Imagem 3: caderno eleitoral (onde os eleitores assinam ao votar). Imagem 4: dedo no identificador biométrico. Imagem 5: pessoa na cabine eleitoral. Imagem 6: urna eletrônica com a mensagem “FIM”. Imagem 7: animação digital com inúmeros círculos justapostos e, dentro deles, desenhos sem detalhes faciais (nariz, olhos e boca) representando pessoas diferentes (ver #1, no fim deste documento).		
[Abertura acompanhada por música ao fundo, sem letra, rápida, semelhante a ruídos tecnológicos]		
A fala que segue é acompanhada por informações escritas na tela, conforme o padrão visual que se desdobra da Imagem 7.		
<i>A. P. A.: 2018, ano em que os brasileiros vão às urnas para escolher governadores, senadores, deputados estaduais, federais, e o próximo, ou próxima, presidente da república [informações escritas na tela]. [Imagens das edificações políticas em Brasília, imagens do processo de votação e de pessoas andando nas ruas — as imagens sucedem-se com muita velocidade]. Ano em que vamos escrever um novo capítulo da nossa história. Somos mais de 144 milhões de eleitores em 5.570 municípios [informação escrita na tela; redução da velocidade das imagens e da música ao fundo; imagem da bandeira do Brasil]. E a gente pergunta: “Que Brasil você quer para o futuro”.</i>		
<i>[Imagem do por do sol em grande velocidade, acompanhada por uma ‘explosão sonora’; a impressão que tive era de que a imagem era do nascer do sol; imagens de cidades]. A <u>tecnologia</u> vai levar o seu recado, para a tela da Globo. Segundo dados do IBGE pelo menos 139 milhões de pessoas com dez anos de idade ou mais, tem celular [mostra o celular] no Brasil. E é com a ajuda dele [toca o celular] que a gente quer conhecer você.</i>		
<i>[Imagem da abertura do JN] A partir de março, todos os nossos telejornais, do Hora 1 ao Fantástico, de segunda a domingo [exibição de imagens dos telejornais] vão exibir depoimentos de todos os 5.570 municípios [imagens das cidades] gravados pelo celular [imagens de celulares sendo segurados e teclados por mãos de pessoas, celulares e mãos]. Norte, sul, nordeste, centro-oeste, sudeste; onde você estiver. Estamos aqui para ouvir a sua voz [imagens de pessoas usando o celular]. Quer saber como participar, como gravar e mandar o seu vídeo? Você vai saber agora! [apresentação da pergunta na animação presente semelhante a imagem 7].</i>		

O que se segue daí é o texto padrão da chamada, mas protagonizado por um grupo de repórteres de modo que a informação e o vídeo são construídos pela soma dos fragmentos ditos por cada 1 (abaixo, cada “R” seguido da numeração representa um repórter, as letras “M” e “H” indicam se se trata de mulher ou homem).

RM1.: Primeiro, tem que escolher o lugar.

RM2.: Eu tô aqui na praça Mauá, zona portuária do Rio.

RM1.: Essa é a igreja de Santa Rita, no centro histórico de Paraty.

RH1.: Praça da Sé, na Cidade do Crato.

RH2.: Eu estou aqui no Largo dos Jesuítas, no centro de Embu das Artes.

RM1.: E é nesse lugar, que representa tanto do passado do Brasil, que eu te pergunto: *Que país você quer para o futuro?* [o nome da repórter Sônia Bridi é escrito ao lado dela].

RM2.: E você pode ser um porta-voz da sua cidade gravando um vídeo com o seu celular [o nome da repórter Renata Vasconcellos é escrito ao lado dela; chama a atenção para o celular ao falar dele].

RM3.: A forma mais segura é você pedir para um amigo para fazer a gravação [o nome do repórter Francisco José é escrito ao lado dele]. Eu vou pedir ao meu amigo Paulo Ernesto para gravar [o amigo anunciado entra no plano segurando o celular na posição horizontal].

RH2.: E, olha, você pede para a pessoas sempre ficar como á aqui, ó: cerca de um metro de distância e, olha, o celular sempre na horizontal; olha como ele tá segurando ó, deitado. Tá vendo? [o nome do repórter José Roberto Burnier aparece na tela; um homem segura o celular filmando-o como no caso anterior; o repórter enfatiza também gestualmente a posição do celular].

RM2.: Dessa forma você consegue mostrar melhor você e o lugar que você escolheu.

RM1.: Você também pode gravar usando um bastão de selfie [levanta o bastão].

RM2.: Não tem bastão de selfie? Problema nenhum [a repórter fala segurando o bastão na mesma posição que a repórter anterior; ao dizer “problema nenhum” entrega o bastão à alguém que não aparece no plano]. Usa o celular mesmo [mantém a mão estendida esperando lhe entregarem o celular; entregam o celular e ela o posiciona]. Sempre deitado, na horizontal... [entra imagem gravada pela câmera do celular] presta atenção se você e o lugar que você escolheu tão aparecendo.

RH3.: [Imagem da câmera profissional] Comece a gravação dizendo seu nome e o local de onde está falando.

RH2.: Grave seu recado em 15 segundos [diz segurando o celular].

RM1.: E aí, você conta pra gente: “*Que Brasil você quer para o futuro?*” [a imagem da repórter desfoca e concomitantemente aparece a pergunta na tela, sobre a imagem dela, “*Que Brasil você quer para o futuro?*”].

Duração: 1h 34’ 32” - 1h 35’ 47” (Total: 1’15”)

Texto de finalização

(Pronunciado pela repórter Ana Paula Araújo e Tadeu Schmidt)

A. P. A.: Feito o convite. Para participar e rever as dicas de como gravar o seu vídeo basta você ir no site do Fantástico ou então acessar direto g1.com.br/brasilqueeuquero, tudo junto. Grava amanhã mesmo, manda pra gente.

T. D.: Não tem por que esperar, né! Grave amanhã mesmo seu depoimento e mande logo pra gente.


Outros dados sobre a edição

Escalada

Antes da “escalada” do Fantástico exibe-se algo como uma reportagem. Depois, insere-se a vinheta do programa e são elencados os temas da reportagem da edição.

1

A primeira matéria que inicia a edição tem como tema a história de um casal com condições de vida precárias que foi fotografado com roupas de noiva e noivo em um ponto de ônibus quando foram tentar casar, mas chegaram muito cedo no local e tiveram de voltar para casa de transporte público. Uma funcionária de um estabelecimento próximo viu e, do local onde estava, tirou quatro fotografias do casal no ponto de ônibus. O texto da reportagem diz: “A história do

	<p><i>casal começou a mudar depois de uma foto; aliás, quatro fotos. [...]”. A mulher que tirou as fotos conversa com o repórter, mas antes disso, simula o momento em que fotografou o casal. A câmera capta bem de perto a ação.</i></p> <p><i>A foto foi compartilhada e recebeu mais de 7.000 curtidas. A foto emocionou muitas pessoas. Uma fotógrafa foi chamada para falar [como especialista; ela e o marido, também fotógrafo, presentearam o casal com um ensaio fotográfico] e explicou o sentido da foto “ela estava mostrando que ela não tinha vergonha do amor dela – o repórter intervém ‘mesmo não tendo a melhor condição’ [...]”. Foi organizada uma festa de casamento. Cobertura de todos cuidados recebidos pelos noivos para a festa. Ênfase na união das pessoas, <u>voluntárias</u>, para “realizar o sonho do casal”. “Doação” e “união” foram termos usados para caracterizar a ação. Uma das presentes afirma: “Eles moveram uma cidade todo acreditando num <u>sonho</u> e hoje em dia a gente tá vivendo tempos de <u>desesperança</u>. E eles nos fizeram acreditar”. “Agora há pouco mandaram no meu celular — aquele abençoado celular que tirou a foto —, falaram assim: <u>ó, mandaram a imagem, a imagem falava o seguinte: quando as coisas não acontecem do jeito que você quer, é porque elas vão acontecer de um jeito muito melhor do que você imaginou</u>”. A reportagem termina com os votos de amor sendo pronunciados.</i></p>
2	<i>“Um mistério em alto mar”: Três velejadores brasileiros cruzaram o Atlântico e acabaram presos por tráfico internacional de drogas.</i>
3	<i>O caso de uma garota sequestrada há quarenta anos por norte coreanos e que segue desaparecida.</i>
4	<i>“Quando a paixão pelos games vira doença”</i>
5	<i>“O Fantástico entro na polêmica da semana”. “Afinal, dá para separar o que é uma cantada e o que é assédio”.</i>
6	<i>“No verão brasileiro, a praia onde a maresia corrói tudo”.</i>
7	<i>“Pegar uma jarra, vestir uma peruca de princesa. Pequenos gestos, grandes vitórias”</i>
8	<i>“Desafio nas geleiras”. “Estamos entrando na última hora da caminhada, e é o pior trecho”.</i>
	<i>“É um show de imagens! É um show de emoção! É o show da vida!”</i>
	<p>#1</p>  <p>The screenshot shows a video player interface. At the top, there are browser tabs for 'Fantástico Fantástico - Edição' and 'congresso nacional de brasil...'. The address bar shows 'globoplay.globo.com/v/6421363/'. The video content is a grid of 15 circular portraits of people, each with a different hairstyle or feature, all rendered in a yellowish-green color. The video player controls at the bottom show a progress bar at 01:33:15 / 01:58:15, a volume icon, and a full-screen icon. The system tray at the bottom right shows the time 17:34 and the date 22/10/2020.</p>

APÊNDICE D – Transcrição do segundo modelo da chamada para o PBQQ

Material/ Programa	Dados da edição (data, duração, link)	Duração do vídeo
Chamada do PBQQ Jornal Nacional (2º modelo)	15/01/2018 (segunda-feira) 43'10" (tempo total) https://globoplay.globo.com/v/6423963/	40'22" - 42'43" (Total: 2'21")
Contextualização do material na edição		
Bloco		Posição no bloco
3º (último)		Final. Último conteúdo da edição.
Texto de abertura (Pronunciado pela repórter Giuliana Morrone)		
<p><i>Neste ano mais de 140.000.000 (cento e quarenta milhões) de eleitores vão voltar às urnas para escolher o novo presidente do Brasil. E nós queremos ouvir o que os brasileiros de cada cidade do país esperam para o futuro. Grave o seu vídeo e mande para nós [aponta para a câmera]. No Rio de Janeiro a repórter Renata Vasconcellos mostra o que você deve fazer para que o seu vídeo seja o melhor e represente a sua cidade.</i></p>		
Texto da chamada (Protagonizada pela repórter Renata Vasconcellos)		
<p><i>Eu tô aqui na Praça Mauá, zona portuária do Rio, local de lazer e de passagem, típico de tantas cidades brasileiras. E, diante de um lugar como esse, símbolo da cidade, eu te pergunto: “Que Brasil você quer para o futuro?”.</i></p> <p><i>A gente quer ouvir o desejo de cada um dos 5.570 municípios do Brasil [texto “5.570 municípios” exibido na tela]. O país inteiro vai dar o seu recado, aqui, nos nossos telejornais. E você pode ser um porta-voz da sua cidade gravando um vídeo com o seu celular [durante a fala R. V. segura o celular nas mãos e o exhibe segurando com as duas mãos quando fala a palavra ‘celular’]¹. Basta ficar diante de um dos lugares mais conhecidos de sua cidade, um lugar que identifique de onde você está falando; sempre de dia.</i></p> <p><i>Pede para um amigo seu fazer o vídeo para você. Eu vou pedir para o Eduardo fazer a gravação para mim. Funciona assim, olha, ele vai mais/uns dois passos pequenos de distância, mais ou menos um metro de distância, sempre com o celular na horizontal, deitado [Eduardo entra e começa a filmar a repórter conforme as instruções por ela apresentadas e a câmera mostra esse procedimento enquanto o texto é falado]. Dessa forma você consegue mostrar melhor você e o lugar que você escolheu.</i></p> <p><i>Se você preferir, pode usar um bastão de self [um bastão de self é entregue à repórter por alguém que não aparece]. Olha que legal. Lembrando sempre de usar ele deitado o celular deitado na horizontal [mudança brusca, a imagem que é vista é da câmera do celular com qualidade diferente da câmera anterior, assim como é diferente a qualidade do áudio] e prestando atenção se você e o lugar que você escolheu tão aparecendo na tela [retorna a imagem da câmera profissional].</i></p> <p><i>Não tem bastão de self, problema nenhum, usa o celular mesmo [a mão do “Eduardo” entrega o celular]. Sempre deitado, na horizontal, [entra novamente a imagem de celular] presta atenção se você e o lugar que você escolheu tão aparecendo [retorna a imagem da câmera profissional].</i></p> <p><i>É isso.</i></p> <p><i>Você tem quinze segundos para dar o seu recado. Então começa o seu vídeo dizendo o seu nome e o lugar, a cidade, de onde você está falando e aí diz pra gente “Que Brasil você quer para o futuro?” [a imagem da repórter desfoca e concomitantemente aparece a pergunta na tela, sobre a imagem dela, “Que Brasil você quer para o futuro?”].</i></p> <p>Duração: 40'50" - 42'22" (Total: 1'32")</p> <p><i>1. Surpreendi ao notar que a repórter estava com um celular nas mãos. Tive a impressão de que ele não estava antes de chamar a atenção para ele. Foi necessário voltar o vídeo para me certificar se não haviam feito um corte e inserido outra imagem da repórter com o celular em mãos, mas não, ela estava o tempo todo com o celular, apenas o segurava discreta e “naturalmente”.</i></p>		

Texto de finalização (Pronunciado pela repórter Giuliana Morrone)		
<i>Importante essa dica da Renata de gravar com o celular deitado, né? [repete o mesmo gesto feito por R. V.]. Para participar e rever as dicas de como gravar o seu vídeo basta entrar na nossa página na internet ou acessar diretamente o site g1.com.br/brasilqueeuquero, tudo junto. Grava amanhã mesmo, manda pra gente.</i>		
Outros dados sobre a edição		
Escalada		
Posição	Apresentador (a)	Manchete
1	G. M.	<i>O Brasil acompanha a luta pela vida de uma mulher e do filho recém-nascido.</i>
2	H. P.	<i>Ela estava grávida de 8 (oito) meses quando foi baleada na cabeça, durante um assalto na baixada fluminense. [Referida à anterior]</i>
3	G. M.	<i>Moradores da maior região metropolitana do Brasil voltam à fazer fila para se vacinar contra a febre amarela.</i>
4	H. P.	<i>Seringas especiais vão ser usadas para aplicar doses fracionadas em três estados. [Referida à anterior]</i>
5	G. M.	<i>Um deles é a Bahia, que registrou a primeira morte causada pela doença em 18 (dezoito) anos. [Referida à anterior]</i>
6	H. P.	<i>O presidente Temer se reúne fora da agenda oficial com o diretor geral da polícia federal.</i>
7	G. M.	<i>E nessa semana termina o prazo para o presidente responder a perguntas da própria PF numa investigação. [Referida à anterior]</i>
8	H. P.	<i>É um inquérito sobre supostas irregularidades na edição e uma medida provisória para o setor de portos. [Referida à anterior]</i>
9	G. M.	<i>O ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad do PT, é indiciado.</i>
10	H. P.	<i>A suspeita é de crime de caixa dois na campanha de 2012. [Referida à anterior]</i>
11	G. M.	<i>Na zona sul do Rio engenheiros decidem alagar o buraco de uma estação do metrô que nunca ficou pronta.</i>
12	H. P.	<i>Mas que já custou 1.000.000.000.000 (um bilhão) de reais. [Referida à anterior]</i>
13	G. M.	<i><u>Você vai ver os brasileiros que penam para encontrar o que deveria estar presente em praticamente todas as localidades.</u></i>
14	H. P.	<i><u>O sinal de telefone celular.</u></i>
<p><i>Chama a atenção nesta edição a presença da reportagem a respeito das dificuldades de acesso ao sinal de celular no Brasil para realizar ligações e acessar a internet. Como é este o meio escolhido técnico pelo PBQQ, e enfatizado durante a chamada, vale deixar registrado o conteúdo da matéria. Que foi apresentada no bloco anterior (2º bloco; 2º conteúdo).</i></p> <p><i>H. P.: Conseguir um sinal para falar no celular ou usar a internet ainda é uma dificuldade para milhares de brasileiros. É o que mostra, agora, a repórter Graziela Azevedo.</i></p> <p><i>M1.: “Fica assim com o celular” [mulher levantando o celular no alto e o movimentando, ‘procurando sinal’].</i></p> <p><i>G. A.: É a dança da busca do sinal.</i></p> <p><i>M1.: Ó, sinal nenhum [segurando o sinal do lado de fora da casa através da janela].</i></p> <p><i>H1.: Eu tenho que ficar mais ou menos desse jeito, esperando o sinal abaixar [segurando a máquina de cartões no alto]. Então, tem que sair lá do caixa para vim até à rua, para passar o cartão.</i></p> <p><i>H2.: Difícilmente da rede por aqui, ó [mostra o celular na mão]. Não tem rede nenhuma. Sinal de internet é lenta, quase parando.</i></p> <p><i>G. A.: O comerciante gasta mais.</i></p>		

H3.: *Eu tive que colocar internet, um equipamento com internet Wi-Fi, um pouco mais caro, mas que atendia a nossa demanda aqui [comerciante fala do balcão de sua loja].*

G. A.: *E se, mesmo assim, a conexão falha...*

M2: *Têm uns que vã embora, não tem paciência de esperar.*

G. A.: *Mas, basta sair do bairro...*

M1: *Quando a gente entra na lotação, saiu daqui, pega. Aí entra todas as mensagens.*

G. A.: *E pensa que tudo isso só acontece em lugares isolados, longes dos grandes centros? Não. Nós estamos em São Paulo, mas, sem celular e internet, a sensação é de morar no esquecimento. E muita gente vive e trabalha assim porque está longe de antenas como essa ou perto de algumas já sobrecarregadas. É a desigualdade de sinal, fruto da má distribuição dessa infraestrutura na cidade. [Repórter ao lado da torre de sinal; inserção de uma animação sobreposta ao topo da torre que mostra o mapa do estado de São Paulo]. As diferenças de uma região para outra são gritantes. Bairros nobres, como os Jardins, têm 274 antenas. Já M'Boi Mirim, no carente extremo sul, não tem nenhuma, embora lá morem mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. Pinheiros, na Zona Oeste, tem 153 antenas; proporção de uma para cada grupo de 245 pessoas. Na região de Guaianases, no extremo leste onde estivemos, é uma para cada 17.000 (dezesete mil) [exibição do mapa e destaque das regiões mencionadas com os respectivos dados]. Hoje, mais da metade das antenas do país são instaladas por parceiros das operadoras e compartilhadas por elas. Mas, por que uns têm pouco e outros têm tantas antenas e bom sinal?*

H4. (presidente da Abrintel): *Tem cobertura por quê? Porque coloca em cima dos prédios. O prédio já tem a altura da torre. Aí você põe um poste lá em cima. Mas, nos bairros você tem que colocar no nível do solo é código de identificação etc. aí complica tudo.*

G. A.: *O quê que acontece nesses bairros da periferia?*

H4.: *Lá não tem certificado de propriedade, o IPTU não está regular, às vezes é posseiro, bairro cresceu sem estrutura, sem participação do poder público.*

G. A.: *A Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações defende que as antenas não sejam tratadas como edificações, mas como equipamento necessário para a vida e para o trabalho no mundo moderno. Só em São Paulo a estimativa é da necessidade de mais 12.000 (doze mil) antenas para que ninguém se sinta excluído ou injustiçado.*

H5: *Nós esperamos do poder público a mesma oportunidade, porque o preço que nós pagamos de telefonia é o mesmo que eles pagam lá.*

H2: *Na hora de cobrar, cobra, mas, vir o trabalho de primeira é difícil.*

H. P.: *A Prefeitura de São Paulo declarou que considera a legislação atual inadequada e que elaborou um projeto de lei com mudanças. Esse projeto ainda aguarda aprovação da Câmara Municipal.*

G. M.: *Já a Câmara municipal de São Paulo informou que o projeto passou na primeira em 2015 [ênfase prolongada na data, como indignação], mas que ainda não foi aprovado.*

H. P.: *A ANATEL afirmou que não tem competência para estabelecer regras de instalação e construção de antenas de celular e que isso é uma atribuição dos municípios.*

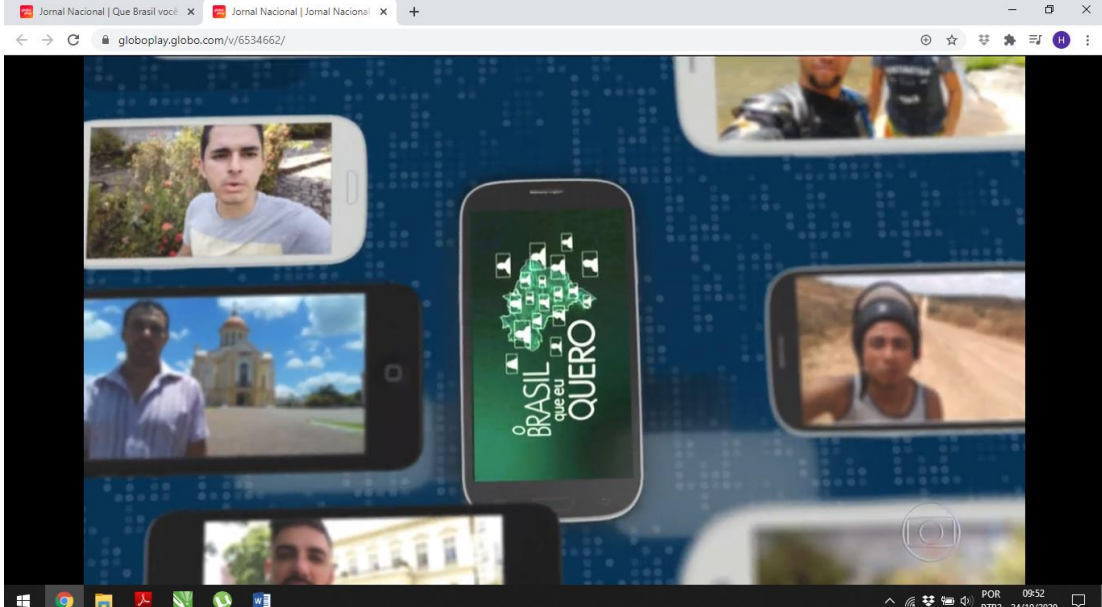
A chamada foi exibida no último bloco, como o último conteúdo. Antes da exibição duas reportagens foram ao ar, ambas relacionadas ao esporte como é de praxe quanto ao último bloco. A primeira tratava de mais uma acusação contra o médico Larry Nasser que já havia sido condenado por abusar de mais de uma centena de esportistas da ginástica, a reportagem terminava indicando que com mais esta acusação ele poderia ser condenado à pena de morte. A segunda reportagem tratava da eleição e Pelé como embaixador do campeonato carioca. Ela retomava a homenagem à história de Pelé no futebol e enfatizava os problemas de saúde pelos quais o jogador passava há dois anos relacionado às pernas mencionando as cirurgias e complicações com relação a dificuldades de mobilidade. Destacava-se a necessidade de ficar sentado, mas associava-se isso ao costume de Pelé, como rei do futebol, com tronos. A reportagem finalizava com a indicação de que ele não estava mais tão firme, mas seguia forte.

APÊNDICE E – Transcrição do terceiro modelo da chamada para o PBQQ

Material/ Programa		Dados da edição					
Chamada do PBQQ Exemplos de depoimentos do PBQQ Jornal Nacional (3º modelo)		Data: 23/01/2018 (terça-feira) Tempo total: 45'36" Link: https://globoplay.globo.com/v/6443413/ (fechado)					
Contextualização do material na edição							
Bloco	Posição no bloco					Duração do vídeo	
3º (penúltimo)	Final. Último conteúdo a ser veiculado.					38'45" – 41'02" (Total: 2'17")	
Texto (Pronunciado pelo jornalista William Bonner)							
<p><i>Desde a semana passada, a gente tem repetido um convite para que você conte para todos os brasileiros aqui na tela da Globo o que espera do futuro, nesse ano em que o país vai eleger um novo presidente. E de todos os cantos do Brasil nós começamos a receber milhares de vídeos. A gente pediu que a gravação fosse feita em um lugar bem representativo de onde você vive. Aí, teve gente que fez selfie na frente de um cenário que simboliza a cidade. Teve gente que preferiu mandar o recado de um lugar com algum problema porque considera que esse lugar com esse problema é o que representa a sua cidade... [W. B. carrega na expressão facial e no gesto que indica algo como "tanto faz", "pode ser"] Tá valendo. Quem escolhe o cenário é você [novamente gestos como que de "isso é por sua conta"].</i></p> <p><i>A gente separou alguns exemplos que chegaram, para mostrar que não tem mistério nenhum. É uma selfie, mas... [pega o celular sobre a bancada e coloca na altura do peito na posição horizontal e o "agita" chamando atenção] com a câmera assim ó; na horizontal [sorri].</i></p>							
Exemplos de depoimentos do PBQQ							
Os mesmos depoimentos também foram veiculados, como modelos, nos dias 23/01 e 24/01 (semana 2) no Jornal da Globo (23/01) e no Hora 1, Bom Dia Brasil e Jornal Hoje (24/01).							
Código	Est.	Cidade	Sexo	Nº depoentes	Faixa etária	Conteúdo	Cenário
E.JN.2 3-1.1	RS	Flores da Cunha	H	2	Adulto	<p><i>[...] queremos um Brasil assim: limpo, transparente e pacífico.</i></p> <p><i>A associação é feita com a paisagem ao fundo: um rio e uma floresta.</i></p>	Paisagem natural
E.JN.2 3-1.2	RJ	São João de Meriti	H	1	Adulto	<p><i>[...] eu quero um Brasil sem covardia, sem sofrimento, sem miséria. Nesse mundo, se todo mundo fizesse um pouquinho, talvez o mundo não fosse tão imundo.</i></p>	Periurbano

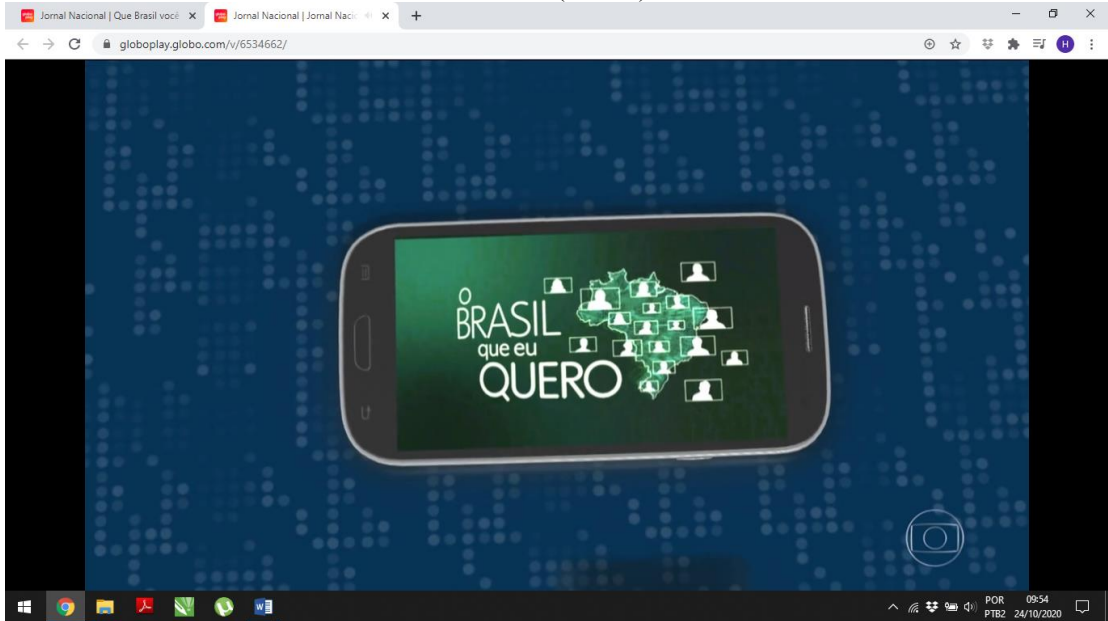
						<i>O texto dialoga com o cenário escolhido, um ambiente semi-urbanizado, com uma área com muito lixo depositado a céu aberto próximo de casas.</i>	
E.JN.2 3-1.3	PE	Caruaru	M	2	Adulto	<p><i>M1. [...] que a educação e a saúde seja prioridade.</i></p> <p><i>M2. [...] salário digno para nossos professores e um Brasil sem corrupção.</i></p> <p><i>As duas depoentes utilizavam trajes típicos do Cangaço.</i></p>	Edificação religiosa (católica)
E.JN.2 3-1.4	MG	Minas Novas	H	1	Adulto	<p><i>[...] eu não quero mostrar beleza nenhuma não. Aí, a pergunta é, “que país que eu quero para mim?” Eu quero um país que o dinheiro da gente não fica jogado fora, fazendo esse asfalto colado de cuspe aqui não. Porque isso aqui tá uma vergonha.</i></p> <p><i>O depoente, em um primeiro momento, tinha ao fundo uma vegetação fechada. Depois de retomar a pergunta ele se vira e mostra uma rodovia com buracos.</i></p>	Rodovia

APÊNDICE F – Transcrição do quarto modelo da chamada para o PBQQ

Material/ Programa	Dados da edição (data, duração, link)	Duração do vídeo
Chamada do PBQQ Jornal Nacional (4º modelo)	26/01/2018 (segunda-feira) 45'11" (tempo total) https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/26-02-2018/	43'45" - 44'44" (Total: 59")
Contextualização do material na edição		
Bloco		Posição no bloco
4º (último)		Final. Último conteúdo da edição.
Texto de abertura (Pronunciado pelo repórter William Bonner)		
<p><i>Agora, a gente quer fazer um convite a você. Nesse ano de eleição, você vai poder usar essa tela <u>grande da Globo</u> [o jornalista desenha, no ar, um retângulo representando a tela e fala com uma entonação infantil] pra dizer pro Brasil inteiro o que espera para o futuro. É só fazer <u>uma selfie em vídeo</u>, e mandar pra cá.</i></p>		
Texto da chamada (Na voz do repórter William Bonner)		
<p><i>Primeiro de tudo, você vira o celular, para ele ficar na horizontal. É desse jeito que você e o cenário que escolheu vão aparecer direito na televisão. Aí você diz o seu nome, o da cidade que aparece atrás, e conta para a gente, o que é que você quer para o Brasil. Durante 15 segundos, você vai representar a sua cidade aqui. Dentro dos jornais da Globo.</i></p> <p>Duração: 44'00" - 44'30" (Total: 30")</p> <p><i>A seguir, foram reunidos printscreens do vídeo (em animação digital) que acompanha o texto. Foram organizados conforme o fragmento do texto ao qual se referem.</i></p>		
<p>“Primeiro de tudo” Frame 1 (44'01"):</p>		
		

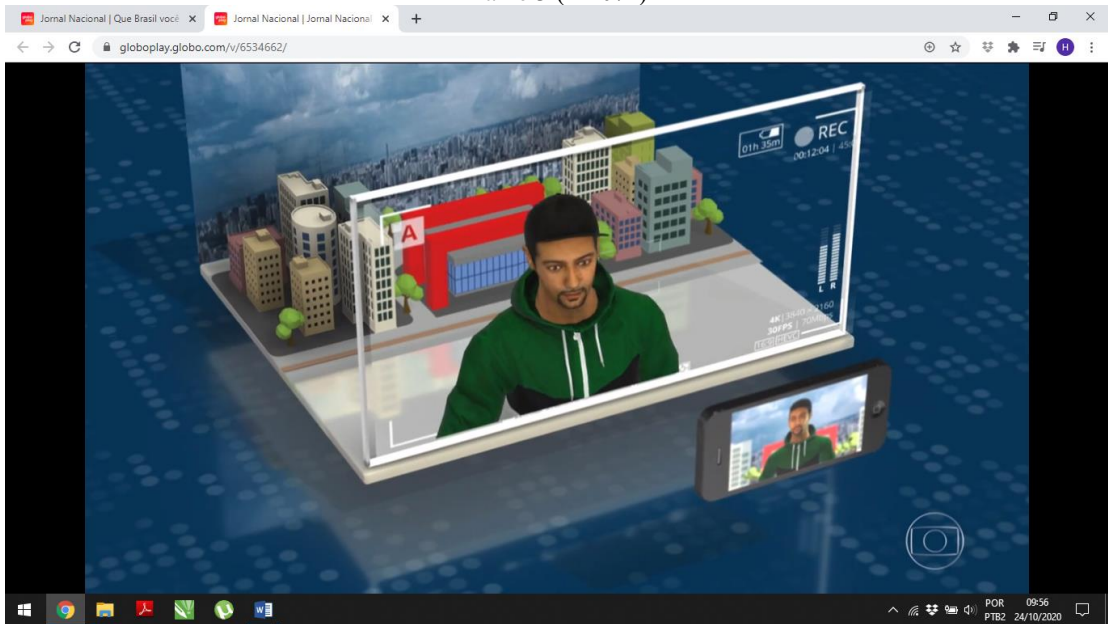
“você vira o celular, para ele ficar na horizontal”

Frame 2 (44'02''):

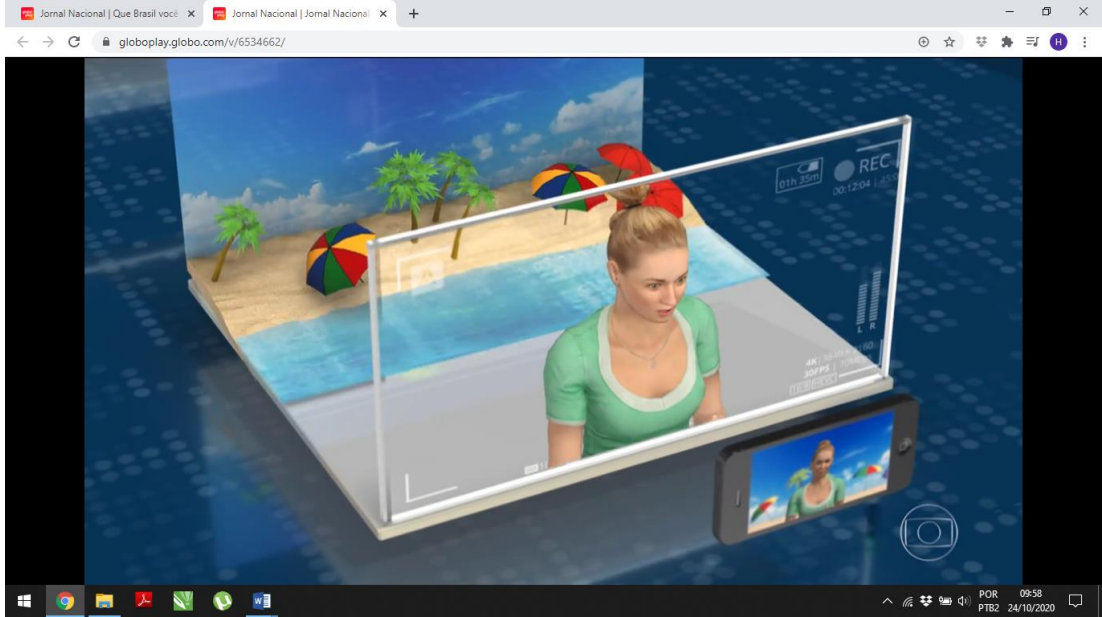


“É desse jeito que você e o cenário que escolheu vão aparecer direito na televisão.”

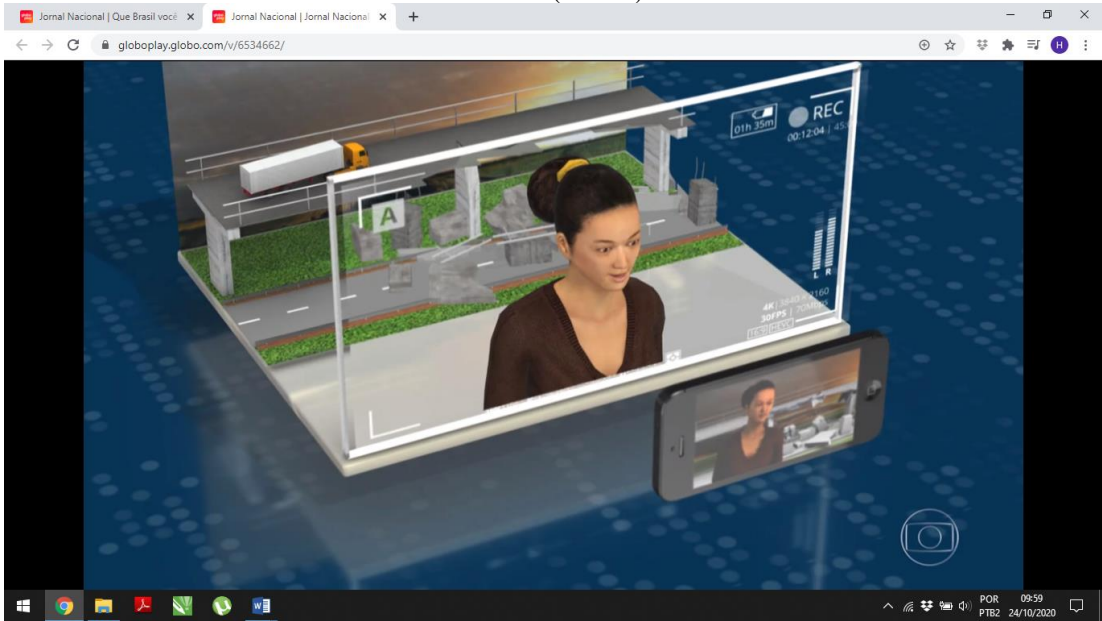
Frame 3 (44'07''):



Frame 4 (44'09'')

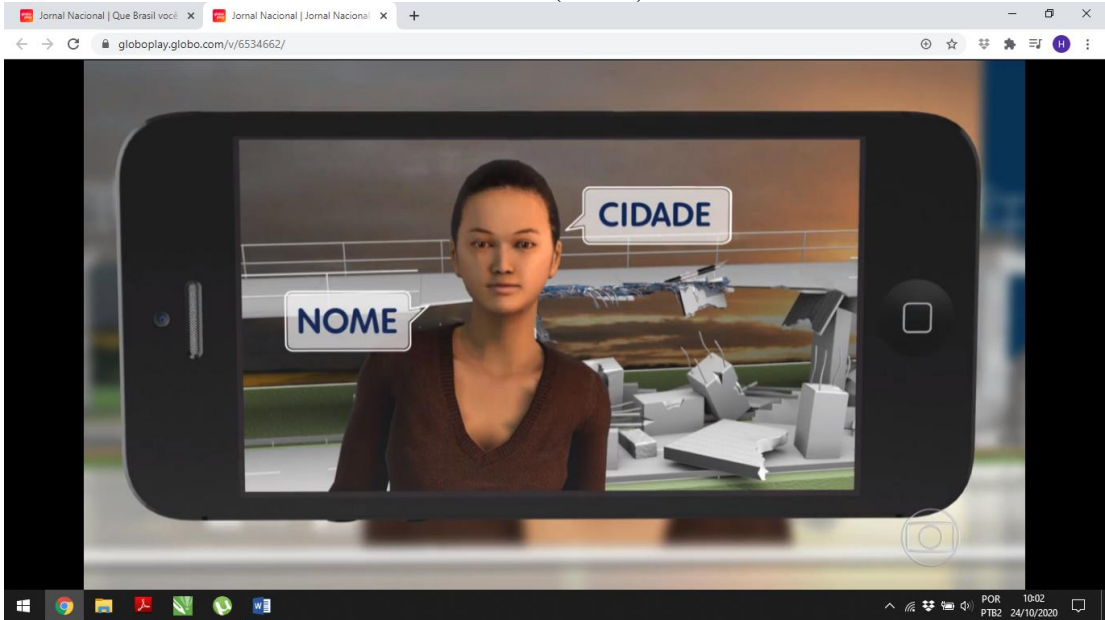


Frame 5 (44'10'')



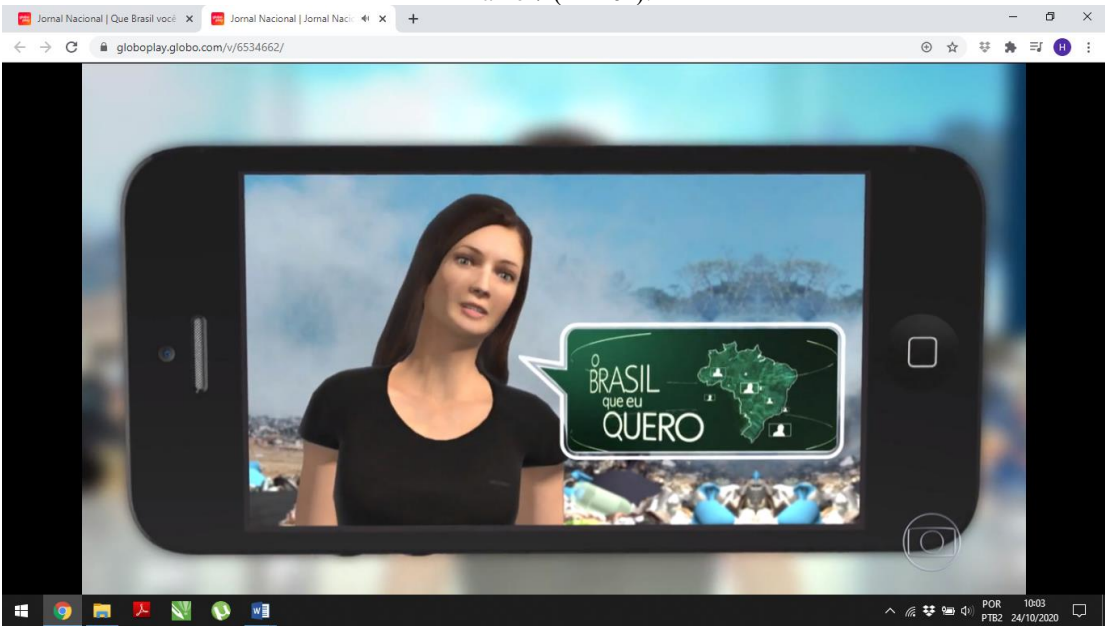
“Aí você diz o seu nome, o da cidade que aparece atrás”

Frame 6 (44'13”):



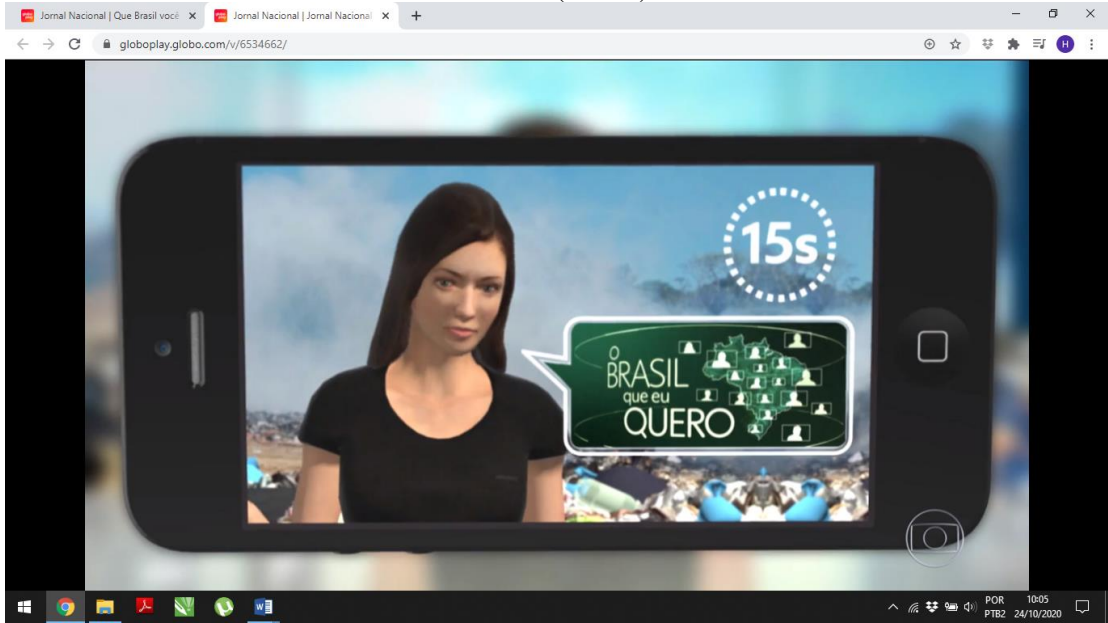
“e conta pra gente o que é que você quer para o Brasil”

Frame 7 (44'16”):

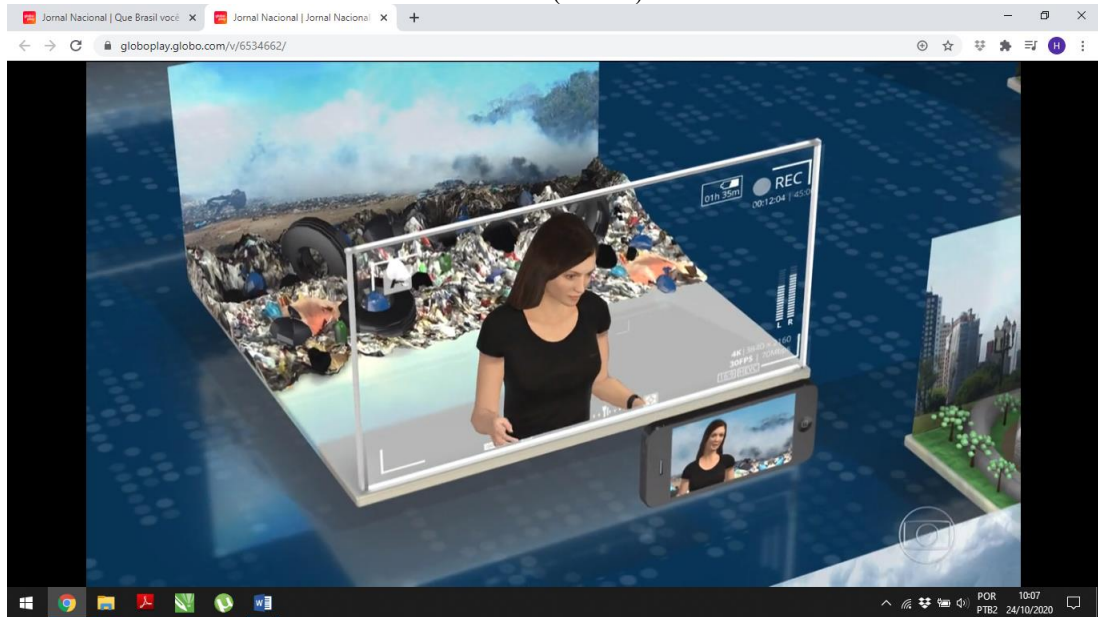


“Durante 15 segundos, você vai representar a sua cidade aqui. Dentro dos jornais da Globo”

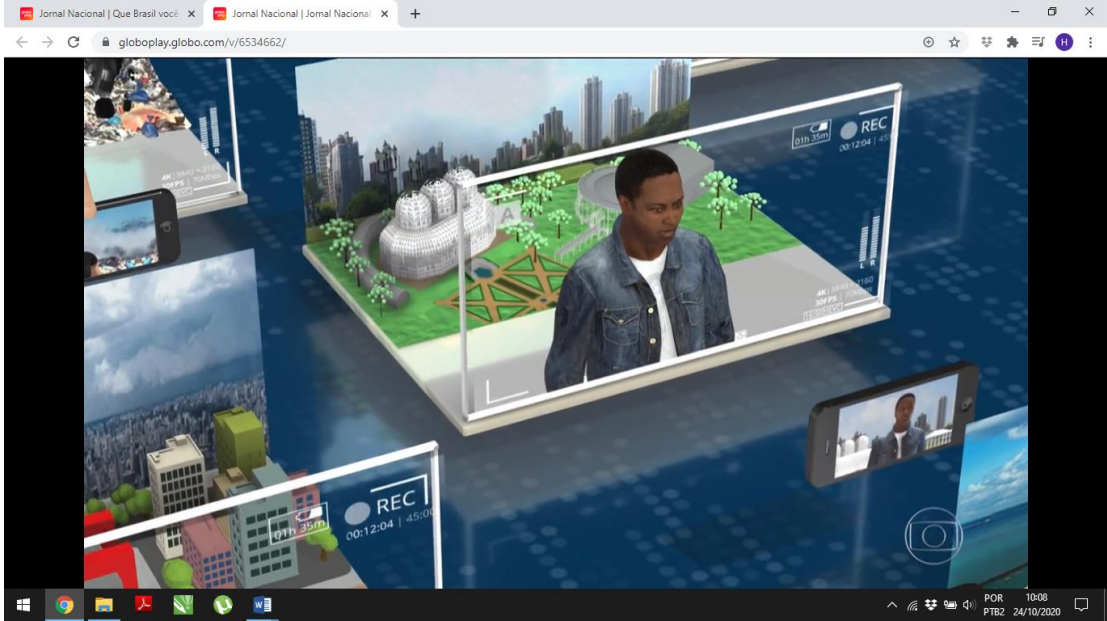
Frame 8 (44'19'’):



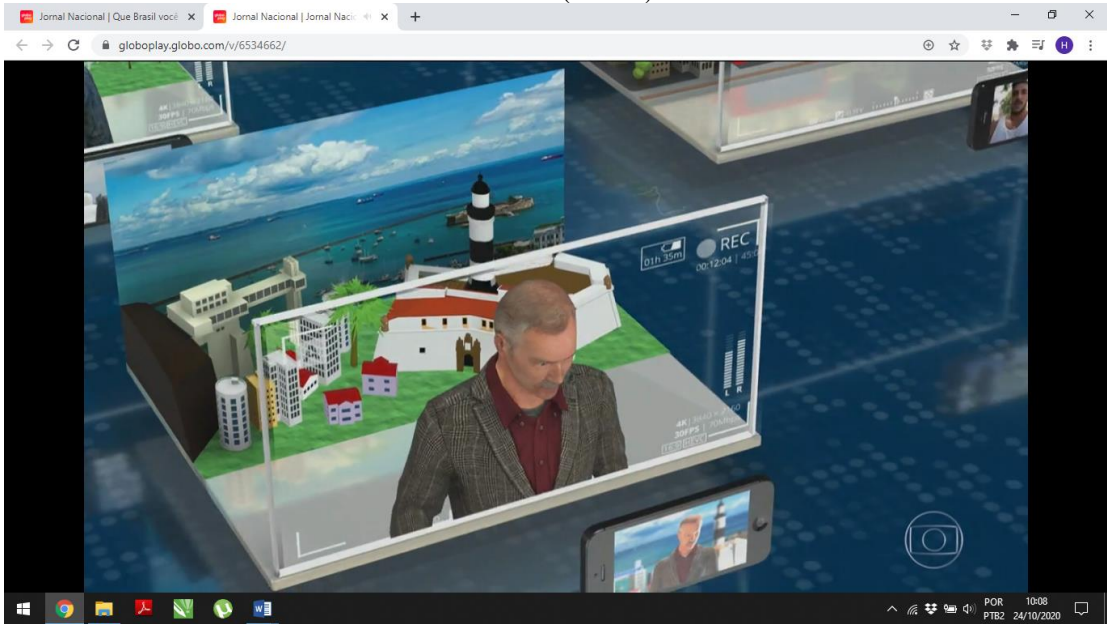
Frame 9 (44'21'’):



Frame 10 (44'23'"):



Frame 11 (44'25'"):



Frame 12 (44'27''):

**Texto de finalização**

(Pronunciado pelo repórter William Bonner)

E você tira qualquer dúvida na nossa página na internet ou em g1.com.br/brasilqueeuquero, tudo junto. Aqui tá tudo pronto para receber o seu vídeo.

APÊNDICE G – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 24/09/2018

Programa	Edição		Duração do vídeo
Jornal Nacional	Data: 24/09/2018 (segunda-feira) Link: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/24-09-2018/ (fechado)		40'59''
Escalada			
Posição	Apresentador (a)	Manchete	
1	W. B.	<i>Sancionada a lei que transforma importunação sexual em crime.</i>	
2	A. L. G.	<i>Especialistas do mundo inteiro se reúnem no Rio para um debate sobre caminhos para a educação.</i>	
3	W. B.	<i>A Itália aprova medidas mais rigorosas de controle de entrada de imigrantes.</i>	
4	A. L. G.	<i>Estados Unidos e China começam a cobrar tarifas maiores de produtos que importam um do outro.</i>	
5	W. B.	<i>A alagoana Marta é a melhor jogadora de futebol do planeta pela sexta vez.</i>	
6	A. L. G.	<i>A restauração de uma catedral mostra um tesouro brasileiro em Salvador.</i>	
7	W. B.	<i>E o IBOPE divulga a mais nova pesquisa de intenção de voto para presidente da república.</i>	
1º bloco (reportagens)			
Posição	Tema/Conteúdo		
1	<i>Pesquisa de intenção de voto. Jair Bolsonaro à frente, seguido de Fernando Haddad. Diminuição da distância entre eles em comparação com a pesquisa da semana anterior.</i>		
2	<i>Pesquisa de rejeição (“Qual candidato o senhor (a senhora) não votaria de jeito nenhum?). Jair Bolsonaro à frente, seguido de Fernando Haddad.</i>		
3	<i>Pesquisa de simulação do segundo turno (Ciro, Alckmin, Marina, Haddad contra Bolsonaro).</i>		

4	<p><i>Agenda política dos candidatos à presidência da república, cujos compromissos narrados são elencados a seguir.</i></p> <p><i>Marina Silva (REDE)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha em Maceió.</i> - <i>Estimular o turismo no país, em especial no Nordeste, para ajudar na “retomada da economia”.</i> - <i>Importância da recuperação do Rio São Francisco tratando o esgoto.</i> - <i>Incentivo à produção de energia alternativa.</i> <p><i>Geraldo Alckmin (PSDB)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha no Rio e em São Paulo.</i> - <i>Defesa do microcrédito.</i> - <i>Conversa com os comerciantes no Mercado de Madureira (RJ). Promessa de simplificação do pagamento de impostos. Investimento no transporte de massa.</i> <p><i>Jair Bolsonaro (PSL)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Melhora da saúde.</i> - <i>Entrevista para a Rádio Jovem Pan [exibição de imagens dessa entrevista para a rádio com a manchete “Bolsonaro fala pela primeira vez após atentado”].</i> - <i>Declaração de Bolsonaro de que, se eleito, não faria indicações para as estatais com o critério de não indicar um amigo para usar essas instituições em causa própria.</i> - <i>Possibilidade de retornar e recuperar em casa.</i> <p><i>Ciro Gomes (PDT)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha no Rio de Janeiro.</i> - <i>Prioridade às mulheres, que ocupariam metade dos cargos no ministério em seu eventual governo. Multa às empresas que não pagarem às mulheres os mesmos salários dos homens.</i> - <i>Integração das polícias de todo o país em um sistema nacional de segurança. Investimento em presídios de segurança máxima para combater a violência das facções criminosas. Investimento na inteligência policial.</i> <p><i>Fernando Haddad (PT)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Curitiba e São Paulo.</i> - <i>Visita ao ex-presidente Lula, preso em Curitiba.</i> - <i>Para gerar emprego e garantir educação de qualidade é necessário a democracia.</i> - <i>Alimentação saudável, agricultura familiar (destaque para a mulher), alimentação orgânica.</i> - <i>Evento: Apresentação do plano de governo dele à educadores e cientistas.</i> - <i>Investimento de 2% do PIB em ciência.</i> <p><i>Henrique Meireles (MDB)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha em Natal.</i> - <i>Encontro com empresários. Priorização de políticas de desenvolvimento regionais para a economia; ajuste das contas públicas.</i> - <i>Importância dos investimentos em segurança pública. Sistema unificado de inteligência.</i>
5	<p><i>Aumento da dívida pública pelo pagamento de juros. O grande endividamento do governo (aumento de quase 37 bilhões de reais em um mês).</i></p>
6	<p><i>Alta do dólar e diminuição dos gastos de brasileiros no exterior pelo terceiro mês seguido.</i></p>
<p>Chamada para o próximo bloco</p>	
<p>A. L. G. – <i>A seguir: A transformação de importunação sexual em crime.</i> W. B. – <i>E o resultado de transformação da catedral basílica de Salvador [“tesouro”].</i></p>	

2º bloco	
Posição	Tema/Conteúdo
1	<i>Nova legislação a respeito da importunação sexual. O ato libidinoso contra alguém como crime (pena de prisão de um a cinco anos); antes era apenas contravenção que acarretava apenas em multa. Ênfase nas mulheres como vítimas; depoimentos de mulheres sobre essas situações. Aumento da pena para casos de estupro coletivo, divulgação de imagens com conteúdo sexual sem o consentimento. Casos de abusos e atos libidinosos contra mulheres, especialmente em ônibus e no metrô, que antes não eram punidos. Um depoimento de um homem que indica sua preocupação com o tema por ter uma filha de 15 anos fala que a alteração faz a pessoa (o agressor) ter medo de ir para a prisão e, portanto, pode ser que faça a diferença.</i>
2	<i>Apreensão pela polícia do Rio de integrantes de três grupos de milicianos que aterrorizavam pessoas na região metropolitana. Tipo de atuação considerada mais danosa do que o tráfico e que atinge duramente a “população menos favorecida”. Participação de “PMs corruptos” nessas milícias.</i>
3	<i>Aumento das tarifas sobre os produtos que os Estados Unidos e a China vendem um ao outro. Acusação do governo chinês contra os Estados Unidos de bullying comercial. Possível impacto sobre a “economia do mundo inteiro” por causa dessa “guerra entre os dois maiores parceiros comerciais do planeta”. Aumento das tarifas sobre os produtos e aumento do preço para os consumidores. Encarecimento dos produtos e desagrado dos eleitores.</i>
4	<i>Aprovação do governo da Itália de leis que “tornam mais duro o acolhimento de imigrantes que entram ilegalmente no país”. Documento prevê a expulsão imediata dos que cometeram crimes graves e aumento do período que refugiados podem ficar detidos para facilitar do andamento de processos de deportação. Limitação das condições para concessão de asilo por razões humanitárias.</i>
5	<i>Visita do Papa Francisco à Letônia na qual ele elogiou os jovens e indicou a necessidade de resistência às novas formas de opressão; elogiou a resistência do país às invasões do nazismo e da União Soviética. Comentário sobre a visita à Lituânia (anterior) quando o Papa condenou os movimentos de inspiração nazista e a perseguição aos judeus; o papa disse que “a sociedade deve estar atenta à qualquer sopro do ressurgimento do antissemitismo”.</i>
6	<i>* Previsão do tempo (M. J. C.).</i>
7	<i>O clima de consternação com o incêndio Museu Nacional no Rio e a visibilidade das condições precárias de edifícios que abrigam tesouros nacionais. A reforma da Catedral Basílica de Salvador, breve comentário sobre sua história. Imagens da “imponente” catedral, ressaltando o brilho do ouro. Várias curiosidades descobertas durante o processo de restauração (portas escondidas, crânios humanos, camadas de folha de prata, túmulo de Mem de Sá). Medidas tecnológicas de proteção. “O monumento é hoje muito mais seguro”.</i>
8	<i>Exposição em Belo Horizonte oferecendo experiência diferente para deficientes visuais e auditivos. Exposição de arte sacra de mestres italianos representando diversas fases da vida de São Francisco de Assis. Representação em 3D das pinturas de uma exposição. “As impressões em 3D. Ajudam a resolver um problema comum nas exposições de pintura para quem não consegue ver. É que o visitante não pode entrar em contato direto com as obras de arte. O toque pode danificar o material, a tinta, de quadros que resistiram há séculos. E hoje estão preservados em museus”. Comentário sobre a narração que é oferecida aos deficientes visuais; uma descrição do espaço feita por uma guia do museu. “Ajuda” para “quem não ouve nem fala” oferecida por um intérprete de LIBRAS. Declaração sobre a necessidade de se pensar na “inclusão de todos”, “é preciso que não segreguemos ninguém por razão nenhuma”. Lições em Braille para os cegos e aulas sobre a composição da pintura, texturas que representam as cores. “A Dona Nívea conseguiu entender direitinho o que tinha no quadro que ela não via”. “R: Quem vai dizer que a senhora não viu o quadro?/ E: Ah, eu vi. Com minhas mãos e com o coração, né”.</i>
9	<i>Especialistas que debatem sobre o futuro da educação. Os cenários iniciais são o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã. “Nesse cenário inspirador, o Brasil busca respostas”. “Iniciativas transformadoras trazidas por grandes nomes da educação no mundo”. Impactos da crise na Educação em países de média e baixa rendas. O caso da insuficiência do Brasil. Necessidade de investimento na educação infantil, necessidade de docentes “bem formados, bem motivados, para ajudar as crianças a chegar seu sucesso melhor”. Experiência do Barefoot College (Índia) que capacita mulheres de regiões pobres para que elas repliquem os ensinamentos nos locais onde vivem. O potencial milagroso das mulheres e, na sequência, a imagem de uma mulher muito bem trajada e ostentando no pescoço uma corrente bem grossa dando duas voltas antes em seu pescoço e pendendo uma grande medalha de Nossa Senhora das Graças. Ele diz: “A educação não é responsabilidade só do governo, nem é responsabilidade só das escolas. Ela é uma</i>

responsabilidade de todos nós. E acho que todos têm que ter essa conscientização que nós temos que fazer algo em prol da educação”.						
Depoimentos do PBQQ Link específico para acesso aos depoimentos (aberto): https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/playlist/o-brasil-que-eu-quero-videos-exibidos-de-23-a-29-de-setembro-nos-telejornais.ghtml#video-7041518-id						
Código	Est.	Sexo	Nº Depoentes ou no plano	“Faixa” etária	Conteúdo	Cenário
E.JN.24-9.1	MT	H	1	Adulto	<p><i>[...] poderia estar mostrando as belezas da minha cidade, mas eu seria muito hipócrita em deixar a realidade de lado. Esse é o Brasil que eu não quero para o futuro. O Mato Grosso pede socorro.</i></p> <p><i>*Refere-se à imagem ao fundo: uma estrada com o asfalto deteriorado.</i></p>	Rodovia (público)
E.JN.24-9.2	SP	H	1	Idoso	<p><i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil que cuide da população, invista na qualidade de vida, invista no trabalho, na segurança e, principalmente, na Educação. E dê um basta na corrupção.</i></p>	Praça (público)
E.JN.24-9.3	MG	H	2	Adulto	<p><i>[...] o país que nós queremos para o futuro é um país mais justo, com distribuição de renda.</i></p> <p><i>*Ao fundo, um homem (um pouco afastado) segura um cavalo diante de um curral enquanto o outro fala. O que segura o cavalo não olha para a câmera; é como se ele compusesse o cenário.</i></p>	Rural (privado)
E.JN.24-9.4	PR	M	Grupo (mais de 30 – mulheres e crianças)	Adulto Criança	<p><i>[...] o Brasil que queremos é que todas as mulheres não sofram com agressões ou abusos, mas sim, que sejam tratadas com respeito e igualdade.</i></p> <p><i>Esporte como fortalecimento em nossas vidas, como fonte de disciplina, saúde e, principalmente, qualidade de vida.</i></p> <p><i>*Muitas das mulheres vestem a camisa com o nome do grupo que elas representam.</i></p>	Pessoas (o grupo que se posiciona como depoente ocupa toda a tela)

E.JN.24-9.5	SP	M	1	Adulto	<i>[...] quero esse Rio Tietê limpo, despoluído, para os sapos e peixes voltem para matar 90% das larvas dos mosquitos e quero isso pro Brasil todo.</i>	Paisagem natural deteriorada (vegetação, rio e, nas margens opostas, edificações)
E.JN.24-9.6	MG	M	1	Adulto	<i>[...] o que eu quero para o futuro do meu país é que nesse ano político possa ter pessoas realmente competentes para administrar o país e eu ter orgulho de eu ter meu título de eleitor.</i>	Edificação religiosa (católica) Mosteiro
E.JN.24-9.7	SE	M	1	Adulto	<i>Eu estou falando de dentro do hospital [...]. Eu não quero esse Brasil para mim, para você, nem para ninguém. Olha aí a calamidade das pessoas. É isso que o Brasil está nos oferecendo, vejam aí.</i> <i>*No cenário ao fundo ao qual a depoente se refere nota-se uma fila de macas dispostas (no que parece ser um corredor) todas ocupadas e com grande movimento no hospital.</i>	Hospital público

W. B. – “Você encontra todos os vídeos do Brasil que eu quero no GloboPlay, no site do Jornal Nacional e em gl.com.br/brasilqueeuquero, tudo junto”.

Chamada para o próximo bloco

A. L. G. – *E a seguir: a eleição dos melhores jogadores do mundo pela FIFA.*

W. B. – *A consagração planetária de uma supercraque alagoana [o hexa da Marta].*

3º bloco

Posição	Tema/Conteúdo
1	<i>Atualizações sobre o Campeonato Brasileiro.</i>
2	<i>O título conquistado por Marta, matéria apresentada por Ana Luíza Guimarães. “Marta fez história ao ser eleita pela sexta vez a melhor jogadora do mundo”. Declaração de Marta: “É uma noite que coloca o feminino do lado do masculino, não tem exceção, e isso é fantástico”.</i>

APÊNDICE H – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 25/09/2018

Programa	Edição		Duração do vídeo
Jornal Nacional	Data: 25/09/2018 (terça-feira) Link: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/25-09-2018/ (fechado)		41'11''
Escalada			
Posição	Apresentador (a)	Manchete	
1	A. L. G.	<i>A abertura de debates da assembleia geral da ONU.</i>	
2	W. B.	<i>Michel Temer defende a integração entre as nações e mudanças no conselho de segurança. [Referida à anterior]</i>	
3	A. L. G.	<i>O americano Donald Trump chega atrasado, ataca o Irã, a Venezuela e a Síria e elogia o ditador norte coreano. [Referida à primeira]</i>	
4	W. B.	<i>Uma greve geral paralisa serviços na Argentina e o presidente do Banco Central do país renuncia depois de três meses no cargo.</i>	
5	A. L. G.	<i>E um implante desenvolvido nos Estado Unidos é recebido como um avanço importante para pessoas com lesão na medula.</i>	
1º bloco (reportagens)			
Posição	Tema/Conteúdo		
1	<p><i>Daqui a 12 dias, milhões de brasileiros têm um compromisso importante: comparecer às urnas. Depois de amanhã termina o prazo para quem precisa pedir a segunda via do título de eleitor. Escolher os candidatos. Depoimentos de pessoas: M1. “Mulher, ainda estou em dúvida. Ainda não sei a verdade. Ainda estou em dúvida”; M2. “Sim, já. Já tenho candidato” [a pergunta implícita é se a pessoa já decidiu em quem votar].</i></p> <p><i>O que é preciso para votar. H1. “Eu sei, é o título de eleitor”.</i></p> <p><i>A reportagem segue dizendo que o título auxilia saber onde votar, mas ressalta que os eleitores se esquecem onde guardaram o título.</i></p> <p><i>Informações a respeito da possibilidade de pegar a segunda via.</i></p> <p><i>Informações sobre como votar sem ter o título de eleitor. Ênfase no “aplicativo do TSE com a versão digital do e-título; que pode ser baixada de graça”; cadastramento biométrico e a possibilidade de votar apenas com o e-título, sem nenhum outro documento, se ele tiver foto [o que ocorre para aqueles que fizeram o cadastramento biométrico].</i></p> <p><i>Comentário sobre a decisão que ocorreria no dia seguinte por parte do Supremo Tribunal a respeito de saber se quem teve o título cancelado porque não fez o cadastramento biométrico poderá votar. “São três milhões e quatrocentos mil municípios de quase três mil municípios onde a biometria foi obrigatória”. Posição contrária à liberação por parte da presidente do TSE, ministra Rosa Weber, do Ministério Público Eleitoral e da Advocacia Geral da União à liberação da votação para as pessoas que faltaram à biometria. A justificativa de Rosa Weber era relacionada ao aumento de custos da eleição e à possibilidade de comprometer o calendário eleitoral.</i></p>		
2	<p><i>Agenda política dos candidatos à presidência da república, cujos compromissos narrados são elencados a seguir.</i></p> <p><i>Fernando Haddad (PT)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Visita a São Paulo e Campinas. - Visita a Campinas [interior de São Paulo] onde participou de uma caminhada. - Para a economia, uma das propostas é a mudança na cobrança de impostos. F.H. Proposta de mudança tributária que reduz drasticamente o número de impostos, sem aumentar a carga tributária, fazendo recair a carga tributária à pessoas que não pagam; sobretudo pessoas de alta renda. - Ato público em frente à catedral metropolitana. - Recuperação do programa de biocombustível e investir na mudança da matriz energética, priorizando energias solar e eólica. - Participação, em São Paulo, de um ato em defesa das mulheres. 		

	<p><i>Marina Silva (REDE)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Visita à São Paulo. - Sabatina na sede do Twitter. - Acabar com a burocracia para tornar o governo mais eficiente. - Em entrevista, defendeu a produção de energias limpas, renováveis. Com isso, o país poderá gerar dois milhões de empregos. - Anúncio de mais um programa que pretende implementar (o Brasil Conectado). Uma plataforma com registro civil para facilitar o dia a dia dos cidadãos, reduzindo a burocracia. Base de dados para retirar os documentos, para abrirem seus negócios de forma mais rápida, para fiscalizar o governo. <p><i>Geraldo Alckmin (PSDB)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha em São Paulo. - Percorreu o bairro da liberdade, conhecido por concentrar imigrantes e descendentes do Japão e de outros países asiáticos. - Defesa de uma reforma política para reduzir o número de partidos. - Planos para combater o desemprego. Uma das iniciativas é incentivar o turismo. Maior rapidez do setor de comércio e prestação de serviços em gerar empregos. Necessidade de ressaltar o potencial do país para atrair visitantes “Fortalecer o turismo, <u>vendendo o Brasil</u>, no sentido de promover o turismo brasileiro; melhorar segurança, a infraestrutura, crédito para as empresas ligadas ao setor de turismo. E nós podemos ter, só no turismo, um milhão de empregos a mais no Brasil”. <p><i>Jair Bolsonaro (PSL)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Segue internado no hospital Albert Einstein (SP). - Divulgação de uma mensagem de J.B. nas redes sociais (que ele teria escrito do quarto do hospital). A mensagem falava que as fraudes são comuns e que milhões deixam de chegar a quem realmente precisa. Com a destinação correta, haveria um impacto financeiro positivo. Dizia, ainda, “que a eficiência do programa deve ser medida pelo número de pessoas que não precisarem mais do benefício”. - Relato sobre a visita de deputados a J. B. que confirmaram que o candidato teria alta até o fim da semana. Saída discutida com os médicos. - Os exames e a ausência de febre mostravam que não havia sinais de infecção. Indicação de que ele caminhava pelo quarto e que teria acrescentado novos alimentos à dieta. - Apresentação de dados do boletim médico: medidas contra a trombose venosa e realização de exercícios respiratórios de fortalecimento muscular. <p><i>Ciro Gomes (PDT)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha na Baixada Fluminense. - Caminhada por área de comércio popular. - Atenção à falta de infraestrutura e segurança nas periferias das grandes cidades. - Combate ao desemprego como uma das principais pautas de seu governo: necessidade de transformar a política econômica em relação ao comércio, sistema tributário mais simples, menos incidente sobre o consumo dos mais pobres, capital de giro à juros acessíveis. - Internação de <i>Ciro Gomes</i> e procedimento para cauterização de vasos na próstata. <p><i>João Amoêdo (NOVO)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha em Minas Gerais. - Encontro com empresários da associação comercial e industrial. - Incentivo a parcerias do governo com o setor privado. - Falou sobre infraestrutura para incentivar o desenvolvimento do país “Apenas com investimentos do setor privado, vai ser possível melhorar a infraestrutura do país”. O Estado brasileiro sem recursos, contas quebradas, e as parcerias público-privadas seriam o que mais funciona: mais espaço, mais segurança jurídica, custo de capital mais baixo, menos burocracia, regras mais claras e com isso teria a iniciativa privada investindo bastante na infraestrutura do país. - Participação de um bate-papo aberto ao público.
Chamada para o próximo bloco	

A. L. G. – <i>A seguir: A Polícia Federal abre um novo inquérito sobre o ataque à Jair Bolsonaro.</i> W. B. – <i>Num discurso na ONU, Donald Trump critica Irã, Síria e Venezuela. [soltando o verbo]</i>	
2º bloco	
Posição	Tema/Conteúdo
1	<i>Comunicado emitido pelo comitê de política monetária do Banco Central no qual ele não descarta uma possível elevação na taxa básica de juros mantida em 6,5% na semana anterior. A alta do dólar ainda não era perigosa, mas o “risco de contaminação nos preços” teria aumentado. O COPOM indicou a necessidade de reformas para evitar um contágio externo na economia brasileira.</i>
2	<i>Novo recorde do preço do barril de petróleo no mercado internacional. O maior valor em quatro anos (quase 82 dólares). Alta causada pela indicação de que não haverá aumento na produção dos países exportadores para atender a demanda crescente.</i>
3	<i>Pedido de demissão do presidente do Banco Central da Argentina, três meses depois de assumir o cargo; saída no mesmo dia de uma greve geral. Buenos Aires quase deserta pela paralisação de serviços de transporte. Duas principais centrais sindicais param o país. Quarta greve geral contra a política econômica do governo de Mauricio Macri. Contra um acordo com o FMI que previa um ajuste nas contas públicas. Estremecimento do mercado e ações que despencaram em função do pedido de demissão do presidente do Banco Central; alta do dólar. Indicação de um substituto, visto com bons olhos pelo FMI. Divergências de Caputo com a equipe econômica. Mudança do cargo “cai como uma luva” em um momento de negociação entre Macri e o FMI. A crise da Argentina como preocupação para o Brasil; a Argentina é o nosso terceiro maior parceiro comercial, que recebe oito por cento das exportações brasileiras. Menção à presença de Macri na assembleia geral da ONU.</i>
4	<i>Comentário sobre o discurso de M. Temer na assembleia geral da ONU. Defesa da integração entre países. Reivindicação de uma cadeira permanente para o Brasil no conselho de segurança. [Imagens de Temer] Apoio do Brasil no multilateralismo e no acordo com as Nações Unidas. Defesa do multilateralismo; crítica à tendência recente de alguns países de se isolar. M. T.: “<u>O isolamento pode até dar uma falsa sensação de segurança. O protecionismo pode até soar sedutor. Mas é com abertura e integração que alcançamos a concórdia, o crescimento, o progresso</u>”. Discurso afinado com os valores das Nações Unidas, mas com reivindicações por mudanças no Conselho de Segurança; pontuação sobre a tentativa que “não é de hoje” o Brasil tenta alcançar de fazer parte desse conselho como membro permanente. Funcionamento do conselho: membros fixos e rotativos. Despedida de Temer; seu último discurso ali como presidente “Em duas semanas, o povo brasileiro irá às ruas, escolherá as lideranças políticas que, no executivo e no legislativo, dirigirão o Brasil a partir de janeiro de 2019. Assim determina nossa constituição, assim tem sido nos últimos 30 anos e assim deve ser sempre, porque, afinal, nós somos autoridades constituídas, já que o poder emana do povo e este é o titular do poder. E porque a alternância do poder é da alma mesma da democracia. E a nossa, senhoras e senhores, é uma democracia vibrante, lastreada em instituições sólidas”. Entrevista à estatal EBC: afirmação de suspensão provisória ou definitiva na área de segurança pública no Rio de Janeiro para a votação da Reforma da Previdência em função de razões legais.</i>
5	<i>Atraso de Donald Trump para o discurso na ONU e contraste entre o discurso dele e do secretário geral da organização. Discurso do secretário geral: O mundo serve de um “transtorno de déficit de confiança” nas instituições e nas regras do sistema global. Defesa do multilateralismo e da cooperação entre países como único caminho para a paz e o progresso. Atraso de D. T. e discurso com mensagem oposta. D. T. elogiando a si próprio. Em menos de dois anos seu governo teria feito mais do que todos os governos na história do país [risadas da plateia; “Eu não esperava essa reação de vocês, mas, tudo bem]. Enumeração de conquistas na área econômica. D. T. disse “que os Estados Unidos sempre vão privilegiar a independência do em vez de uma governança global”. “Nós rejeitamos a ideologia do globalismo e abraçamos a doutrina do patriotismo”. Destaque de D. T. da reaproximação com a Coreia do Norte e elogios ao “ditador Kim Jong-un pela coragem, anúncio das continuidade das sanções americanas até a desnuclearização. Dedicção do discurso a comércio internacional, indicação que há décadas os EUA abriram o mercado sem condições mas que os outros países impuseram barreiras e manipularam o câmbio para obter vantagens injustas.</i>

	<p><i>Críticas à ONU. Defesa da decisão de retirar os EUA do conselho de direitos humanos e reafirmação de que o país não reconhece a legitimidade do tribunal penal internacional.</i></p> <p><i>D. T. “criticou duramente” o governo de Maduro e chamou a situação na Venezuela de “tragédia humana”. “Não faz muito tempo, a Venezuela era um dos países mais ricos do mundo, hoje, o socialismo levou o país à falência e o povo à pobreza extrema” [imagem concomitante do representante da Venezuela sorrindo]. D. T. indicou novas sanções e pediu que o mundo se una pela volta da democracia ao país.</i></p> <p><i>D. T. voltou, como no ano anterior, à criticar o Irã, mas de forma mais dura. Disse que os líderes “são ditadores corruptos e que o Irã quer semear o caos no Oriente”. D. T. também pediu que os países também se unam para isolar o regime iraniano.</i></p> <p><i>Discurso (mais tarde) do presidente iraniano que disse que “é lamentável que os governos pensem que podem proteger seus interesses através do nacionalismo extremista, racismo e de tendência xenófobas que se assemelham às do nazismo”, disse também que os EUA parecem determinados em tornar todas as instituições internacionais ineficazes.</i></p>					
6	<p><i>Acordo de quatro países da Europa (Portugal, Espanha, França e Alemanha) para acolher imigrantes que estavam à deriva no mar mediterrâneo. 58 imigrantes à bordo e espera por uma semana para saber se seriam acolhidos. Acolhimento e divisão dos imigrantes. A Itália negou a entrada no navio.</i></p> <p><i>Críticas que se multiplicavam na Itália ao decreto de imigração (contraposto à solidariedade dos países que resolveu o caso dos imigrantes à deriva). Propostas que eram consideradas desrespeito à constituição italiana: expulsão de imigrantes que cometeram crimes graves. O decreto acaba com a concessão de residência temporária por razões humanitárias, suspensão de pedidos de asilo aos que representam “perigo social” (“conceito vago que abre caminho para recusar muitos refugiados”). Representantes do governo da extrema-direita defendendo a posição que tornaria a Itália mais segura e numa posição contrária, a fala de um ex-ministro dizendo que o decreto produziria mais “marginalidade e clandestinidade”. Discussão do decreto antes de ser aprovado pela câmara e pelo senado.</i></p>					
7	* Previsão do tempo (M. J. C.).					
8	<i>Nova fase da Operação Lava Jato. Investigação do operador financeiro Mário Miranda que mediou o pagamento de propina entre a Odebrecht e ex executivos da Petrobrás.</i>					
9	<p><i>Ex executivo de uma empresa de engenharia declarou em delação premiada que pagou propina para o senador Eunício Oliveira do MDB e três outros integrantes do partido em troca de liberação de recursos contra a seca. Os recursos eram de 18 milhões e a propina era de 2,5 milhões. Obra estava à cargo do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCOS), que seria um reduto de influência de políticos do MDB. Detalhes sobre a negociação e a repartição dos valores [exibição de trechos e recortes, destaques, de documentos oficiais em animação].</i></p> <p><i>“O que dizem os citados” – declarações das assessorias e das defesas. Recusas à comentar (MDB). As defesas que não foram encontradas, com as quais não se conseguiu contato ou não recebeu retorno.</i></p>					
10	<i>Prisão de Paulo Vieira de Sousa por desvio de recursos de fundos rodoviários no estado de São Paulo durante o governo PSDB. Suspeito de movimentar mais de cem milhões de reais em contas na Suíça.</i>					
11	<p><i>Negação de um recurso judicial de um deputado do PDT que foi condenado por corrupção. Condenado por crimes contra o sistema financeiro. O STF não emitiria mandato para prisão do parlamentar em função da proibição de prisão durante o período eleitoral; prisão que só pode ocorrer em flagrante.</i></p> <p><i>“O que dizem os citados”.</i></p>					
<p>Depoimentos do PBQQ</p> <p>Link específico para acesso aos depoimentos (aberto):</p> <p>https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/playlist/o-brasil-que-eu-quero-ideos-exibidos-de-23-a-29-de-setembro-nos-telejornais.ghtml#video-7044146-id</p>						
Código	Est.	Sexo	Nº Depoentes no plano	“Faixa” etária	Conteúdo	Cenário
E.JN.25-9.1	CE	H	1	Adulto	[...] o Brasil que eu quero é um Brasil com mais respeito, com mais saúde, com mais educação. Sem preconceito,	Urbano

					<i>sem violência. Com mais justiça e igualdade social para todos.</i>	(Monumento, prédios, orla da praia)
E.JN.25-9.2	SP	H	1	Adulto	<i>[...] o Brasil que eu quero é um país com qualidade de educação para jovens, crianças e adolescentes e que trate bem os idosos.</i>	Edificação religiosa (católica) Igreja
E.JN.25-9.3	MA	H	1	Adulto	<i>[...] mais transparência, menos corrupção. E que os nossos governantes, do nosso estado, dê mais uma olhadinha para esta praia que é um ponto turístico [...].</i> <i>*Enquanto falava, girava a câmera de modo que mostrava a paisagem ao redor.</i>	Paisagem natural (praia)
E.JN.25-9.4	MG	H	1	Adulto	<i>Esta é uma obra do posto de saúde [...] inacabada. Uma obra que era para terminar 2015, até hoje está inacabada Este é um Brasil que eu não quero ver.</i> <i>*Enquanto falava apontava para as informações na placa da obra pública que continha as datas de previsão de conclusão da obra. Se vira e mostra o que parece ser a obra inacabada ao dizer sobre o Brasil que não quer ver.</i>	Obra pública inacabada
E.JN.25-9.5	RS	M	1	Adulto	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil onde todos os pequenos municípios, assim como o nosso, tenham acesso asfáltico proporcionando desenvolvimento e geração de renda.</i>	Estrada sem cobertura asfáltica
E.JN.25-9.6	MG	H	1	Idoso	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é que o governo dê apoio ao produtor rural, ao pequeno produtor. Esse é o Brasil que eu quero.</i>	Rural
E.JN.25-9.7	PR	H	1	Idoso	<i>O Brasil que eu quero é que político condenado por corrupção ou má administração seja banido da política. Ele, mulher e filhos. E não possa exercer nenhum cargo público. Acabar com os privilégios do poder executivo, legislativo e judiciário em todos os níveis: federal, estaduais e municipais. Com isso, nós podemos baixar os impostos e fazer com que esse país vá para frente.</i>	Rodovia

W. B. – “Todos os vídeos do Brasil que eu quero estão no GloboPlay, na página do JN e em G1.com.br/brasilequero , tudo junto”.					
12	Abertura de novo inquérito por parte da PF para investigar se há outras pessoas envolvidas no ataque contra J. B. A PF afirma que Adélio Bispo agiu sozinho quando esfaqueou Bolsonaro. A Polícia Civil de Minas também investiga o atentado.				
13	Publicação pela Folha de São Paulo de um telegrama do Itamarati que narra “uma suposta ameaça de morte do deputado Jair Bolsonaro à ex-mulher dele, Ana Cristina Vale, sete anos atrás [tom enfático ao falar da data], por causa de uma disputa pela guarda do filho do casal. Hoje, procurada pela folha, Ana Cristina não confirmou a ameaça de morte”. Exibição de trechos do telegrama ao Itamarati. Retificação de A. C. A reportagem passa a mostrar trechos dos documentos, via animações digitais, nos quais Ana Cristina nega e diminui o peso da ameaça de morte, apresentando outras versões atenuadas da história “Foi uma pressão que Bolsonaro fez. E depois acabou tudo bem. É coisa de pai, que eu respeito ele, por que ele tem um amor fora do comum pelos filhos”.. Bonner comenta um vídeo postado pela ex-mulher de Bolsonaro e destaca que, nele, Ana Cristina se diz indignada com a Folha de São Paulo, reitera que Jair Bolsonaro nunca a ameaçou de morte e que “ele não tem índole para fazer tal coisa”. Além disso, a fala da Ana Cristina, na voz de William Bonner, segue com ele dizendo que “Jair Bolsonaro é um bom pai e um bom ex-marido”. Nesse ponto, nota-se que não há, como de praxe em outras reportagens em que são citadas falas de terceiros, o balão que surge na tela concomitante à citação por parte dos jornalistas em que lê-se “O que dizem os citados”. O desfecho da reportagem é o seguinte: “Internado no Hospital Albert Einstein, Jair Bolsonaro não se manifestou sobre o assunto”.				
Chamada para o próximo bloco					
A. L. G. – A seguir: a disputa por uma vaga na Copa do Brasil.					
W. B. – Pessoas que sofreram lesão na medula tem uma chance de voltar a andar graças a um implante. [esperança]					
3º bloco					
Posição	Tema/Conteúdo				
1	Pedido de Raquel Dodge, procuradora geral da república, ao STF da suspensão do inquérito que investiga o presidente Michel Temer por repasses da Odebrecht ao MDB. A PF viu indícios de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro por parte do presidente, mas a PGR entendeu que se deve aplicar a “imunidade temporária” à Michel Temer “porque a constituição impede que um presidente responda por fatos anteriores ao mandato”. Com o acolhimento do pedido, Temer só responderia ao inquérito quando deixasse a presidência. Declaração de que “Michel Temer sempre negou o envolvimento nos <u>supostos</u> repasses”. *Pensar na mudança brusca de tom.				
2	As disputas pelas duas vagas na final da Copa do Brasil. Cerca de 25 mil torcedores na Arena Corinthians na tarde de treino, pré jogo de decisão contra o Flamengo. Comentários sobre a outra semifinal, do Cruzeiro contra o Palmeiras. “Somados [Cruzeiro, Palmeiras, Corinthians e Flamengo – já levantaram 14 vezes a taça em 29 edições”. Lista de maiores vencedores da Copa do Brasil; só o Grêmio não estava nas semifinais. Número de vezes que cada um dos quatro semifinalistas foram campeões. Pergunta sobre qual dos times (e torcedores) poderão, depois dos jogos decisórios, continuar “a alimentar esse sonho”. *O tom do futebol/ Sobre o uso números.				
3	Tratamento com estímulos elétricos “deu esperança a pacientes que perderam o movimento das pernas nos Estados Unidos” [bandeira norte-americana ao fundo; pensar a longa ênfase em Trump]. Referência ao “milagre” ao mencionar o caso, em tom grave, de um rapaz que sofreu um acidente de um rapaz que “escapou vivo, mas paralisado da cintura para baixo”. Fala-se em “batalha pessoal”, na árdua rotina de exercícios e na garota que ajudava o rapaz nos exercícios e que se tornou esposa dele e que “exige muito dele”. Relato sobre o tratamento em uma instituição, um centro de estudos, sem fins lucrativos. Repórter com efeitos visuais: “Não é feitiçaria, é tecnologia. Os médicos fizeram uma cirurgia para implantar um dispositivo dentro da coluna vertebral do Jared”. O dispositivo emite “choquinhos” para estimular o lugar onde fica a lesão. Depois da cirurgia, são relatados os progressos do paciente. Controle remoto e recuperação dos movimentos das pernas. Depoimento de um especialista sobre o procedimento. “E Jared voltou a andar”. J.: “Esperança não só para mim, mas para as outras pessoas também”. Início de testes em outros quatro pacientes. “Os médicos ainda não sabem dizer porque eles retomaram os movimentos, mas o caso de Jared já está sendo considerado um				

	<p><i>'milagre da ciência'". R.: "Ele não vê a hora de deixar a cadeira de roda para trás nem que seja só para ir até a geladeira e voltar". "Um pequeno percurso, uma grande conquista" [efeito de lentificação e transição].</i></p> <p><i>A. L. G. "Emocionante, né".</i></p>
--	--

APÊNDICE I – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 26/09/2018

Programa		Edição	Duração do vídeo
Jornal Nacional		Data: 26/09/2018 (quarta-feira) Link: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/26-09-2018/ (fechado)	25'57''
Escalada			
Posição	Apresentador (a)	Manchete	
1	W. B.	A Lava Jato prende um irmão do ex-governador do Paraná, Beto Richa do PSDB.	
2	A. L. G.	Quase 4.000 policiais prendem suspeitos de roubos e latrocínios em quase todas as regiões do país.	
3	W. B.	Morre no Rio de Janeiro o cantor e compositor Tito Madi, um dos maiores nomes do samba canção.	
4	A. L. G.	O IBOPE divulga uma nova pesquisa de intenção de voto para presidente.	
1º bloco (reportagens)			
Posição	Tema/Conteúdo		
1	<p>Pesquisa de intenção de voto. Divulgação pelo IBOPE de uma pesquisa sobre a “corrida presidencial”, contratada pela Confederação Nacional da Indústria. J. B. (PSL) a frente, seguido por F. H. (PT); C. G. (PDT); G. A. (PSDB); M. S. (REDE); J. A. (NOVO); A. D. (PODEMOS); H. M. (MDB); G. B. (PSOL) Brancos e nulos.</p>		
2	<p>Pesquisa de rejeição. J. B. (PSL); F. H. (PT); M. S. (REDE); G. A. (PSDB); C. G. (PDT); H. M. (MDB); C. D. (PATRIOTA); E. (DC); G. B. (PSOL); V. L. (PSTU); A. D. (PODEMOS); J. A. (NOVO); J. G. F. (PPL). // Poderia votar em todos // Não souberam ou preferiram não opinar.</p>		
3	<p>Possíveis cenários de segundo turno. C. G. contra J. B. (maior. C. G.) G. A. contra J. B. (maior. G. A.) J. B. contra M. S. (empate técnico) F. H. contra J. B. (empate técnico) *Os primeiros nomes são aqueles com alguma vantagem numérica, mesmo nos casos de empate técnico.</p>		
4	<p>Alta de Ciro Gomes do Sírio Libanês depois de passar por um procedimento na próstata. C. G. “foi diagnosticado com um crescimento benigno da próstata, comum entre os homens de 60 anos de idade ou mais. Ciro tem 60”. Sangramento causado pelo rompimento de alguns vasos. Procedimento mais comum é uma raspagem da próstata pelo canal da uretra; mas exige maior tempo de repouso. A equipe médica optou por uma cauterização; menos agressiva. Realizada por meio de um cateter. Explicação do procedimento [uso de animações do sistema urinário masculino]. Leitura de trechos do boletim médico: “No futuro, podem ser necessárias novas avaliações para se evitar repetições de episódios semelhantes”. Em recuperação no hospital, C. G. não pode fazer nenhuma atividade de campanha, mas usou as redes sociais para falar com os eleitores e para agradecer. Animação com a postagem no Twitter. A ordem de apresentação/ leitura das postagens foi invertida: primeiro leu-se os agradecimentos (que originalmente eram os últimos) e, depois, a leitura de um tuíte sobre a campanha; que tratava do tema “segurança pública”: “Para combater o narcotráfico e as organizações criminosas é preciso coragem e inteligência”. Alta à tarde e conversa com os jornalistas na qual C. G. falou sobre a prontidão no atendimento e explicação sobre o sintoma e sua razão: sangramento na urina devido ao rompimento de um vaso na próstata “que já está aumentada, problema de velhura [sic]. O repórter da Globo pergunta: “Efeitos da campanha?”; C. G. responde: “Não, não, efeitos da velhura mesmo” (Risos). Indicação de que a única atividade de campanha realizada por C. G. foi a participação em um debate entre os presidentiáveis promovido pelo SBT, a Folha de São Paulo e o UOL. Emenda: “A candidata do REDE, Marina Silva, também reservou a tarde para o debate”. *Pensar a apresentação das debilidades.</p>		
5	<p>Agenda política dos candidatos à presidência da república, cujos compromissos narrados são elencados a seguir.</p>		

	<p>F. H. (PT) - Encontro em São Paulo com representantes do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e da Rede Nacional da Primeira Infância. Assumiu compromissos com as duas entidades para garantir direitos e proteção às crianças. <u>Comentário de um repórter na sequência (como uma matéria): “O UNICEF reconhece que houve avanços nos cuidados à infância e à adolescência no Brasil, mas listou os problemas que persistem, como o assassinato de crianças e adolescentes. 31 por dia [ênfase], segundo a organização, e quase 3.000.000 de crianças fora da sala de aula. O candidato (F. H.) explicou que pretende melhorar a qualidade do ensino com um reforço federal “puxando para a mesa do presidente da república o apoio das escolas federais de ensino médio às escolas estaduais de baixo desempenho. Tudo o que é mentido com dinheiro federal vai ter que fazer convênio para melhorar o desempenho de alunos do ensino médio, para mantê-los na escola, cobrar frequência, mas cobrar, sobretudo, desempenho escolar”. [Dados que são lançados no meio da fala e para os quais a sequência não é adequada; como uma “negação do direito de resposta” e uma prova de incompatibilidade entre o problema e a solução oferecida; contraste entre a gravidade].</u></p> <p>G. A. (PSDB) - Visita à região do ABC Paulista acompanhado de simpatizantes e líderes políticos da região. - Planos para a segurança pública; “se eleito, vai endurecer o combate ao tráfico de drogas e armas com mais policiamento e <u>tecnologia nas fronteiras</u> e que pretende criar uma guarda nacional com brigadas de 5.000 homens e mulheres”. - “[...] abordou um assunto particularmente importante para essa região: a indústria. Anunciou apoio ao setor para a geração de empregos. Propõe uma <u>simplificação tributária</u>”. G. A.: “É a mudança tributária. A indústria está supertributada. Ela tem 11% do PIB e paga 36% da carga tributária. Então nós vamos desonerar o setor produtivo; que é o que o mundo tá fazendo. <u>Hoje o mundo reduz a carga tributária</u>”.</p> <p>J. B. (PSL) - Manteve rotina de campanha pelas redes sociais. - Apresentação do conteúdo publicado no Twitter: “O que incomoda muitos é que o apoio que tivemos é espontâneo, algo que nunca tiveram. Não é por Bolsonaro, mas pelo Brasil, que foi saqueado e jogado às traças” [Pensar os insetos]. O candidato completou dizendo: “São todas as cores, idades, sexo e classe social, confiantes na chegada de um futuro melhor. Isso é imbatível” [Pensar o ideal de integração como aparece antes; a vitória consumada como estratégia; a exploração do futuro no PBQQ]. - A espera pela alta que, segundo correligionários e parentes, está próxima. “Já não há mais novidades no tratamento”. Referência ao boletim médico: “Jair Bolsonaro segue com boa evolução clínica” [pensar a “boa evolução” em paralelo com a ideia de “corrida presidencial” – boa evolução eleitoral]. Animações com fragmentos do boletim médico: “não apresenta dor ou sinais de infecção”, “sendo realizados exercícios respiratórios e de fortalecimento muscular e períodos de caminhadas fora do quarto”.</p>
6	<p>O STF manteve o cancelamento do título de eleitor de quase 3.400.000 eleitores que não participaram do recadastramento do eleitorado, nem fizeram o cadastramento biométrico nos municípios em que a Justiça Eleitoral determinou que era obrigatório. “O Partido Socialista Brasileiro [PSB] tinha pedido ao supremo que autorizasse essas pessoas a votar”.</p>
Chamada para o próximo bloco	
<p>W. B. – A seguir: A Lava Jato prende um irmão do ex-governador do Paraná Beto Richa, do PSDB. A. L. G. – Quase 4.000 policiais prendem suspeitos de roubos e latrocínios em quase todo o Brasil. [“operação Midas”].</p>	
2º bloco	
Posição	Tema/Conteúdo
1	<p>Sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas comandada pelo “presidente americano Donald Trump”. “D. T. acusou a China de tentar interferir nas eleições legislativas de novembro nos E.U.A. Ele afirmou: A China não quer que nós ganhemos porque eu sou o primeiro presidente à desafiar a China no comércio” [imagem do representante da China]. Resposta do ministro de relações exteriores da China dizendo que o país não fez isso e não aceita acusações infundadas. O objetivo principal de Trump era discutir a situação do Irã, “ele disse que o país é o maior patrocinador de terrorismo no mundo e espalha o caos pelo Oriente Médio”. R.: Tentativa de D. T.</p>

	<p>de conseguir mais apoio internacional no conselho de segurança para pressionar a economia do Irã e tentar obrigar o país à negociar. “Só os Estados Unidos saíram do acordo nuclear firmado com o Irã em 2015. Os outros países que assinaram o acordo com o Irã continuaram fieis a ele”. Declaração de E. Macron (Fr): “O acordo não é perfeito mais é um passo importante para evitar que o Irã desenvolva armas nucleares”. T. May (UK): “O Reino Unido continua comprometido com o acordo porque o Irã está cumprindo a parte dele”. Fala do presidente iraniano que estava na ONU, mas não na reunião: “O Irã não quer guerra e os EUA estão agindo contra o Conselho de Segurança” e aprovou o acordo.</p>					
2	<p>PF prende 18 pessoas em uma nova fase da Operação Lava Jato no Paraná, entre elas um irmão do ex-governador Beto Richa do PSDB. Informações sobre a fase da operação. Entre os presos um diretor regional da associação brasileira de concessionárias de rodovias e Pepe Richa, ex-secretário de infraestrutura e irmão do ex-governador Beto Richa do PSDB. Um primo também teve a prisão decretada, mas está fora do Brasil [lembrar do elemento de punição à corrupção no dia anterior]. Os três são apontados como arrecadadores de propina. Segundo os delatores, seis concessionárias de pedágio pagaram cerca de 50 milhões de reais a integrantes do governo durante quase vinte anos em troca dos contratos para favorecer as empresas. Mostra-se a imagem onde funciona o MPF e “do outro lado da rua, no edifício bem em frente, ficava a sede da associação das concessionárias onde, segundo as investigações, parte da propina era entregue. Os procuradores afirmam que a associação mudou de endereço depois que a Lava Jato passou a ocupar salas no mesmo prédio”. Investigações cobrem três governos no Paraná (Jaime Lerner, PDT-PFL; Requião, MDB; Beto Richa, PSDB). Fala do investigador indicando que pelo menos o último governador sabia e teria se beneficiado desse esquema e que em relação aos outros governos, deveria ser aprofundada a investigação para saber a “extensão da consciência dos ex-governadores”. O que dizem os citados: defesa de Pepe Richa; Beto Richa; Roberto Requião; Luís Abiantum; Jaime Lerner; ABCR (concessão de rodovias).</p>					
3	<p>Operação coordenada pelo Ministério da Segurança Pública. Operação de quase 4.000 policiais civis de 25 estados e do DF. Para prender 1.496 suspeitos de roubos e de latrocínios. Só o estado do Amazonas ficou fora por <u>questões operacionais</u>.</p>					
4	<p>Justiça Federal em São Paulo aceitou denúncia contra 33 pessoas “por formação de cartel em obras do trecho sul do rodoanel e no sistema viário de São Paulo. Entre os réus está Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da DERSA; empresa responsável por obras viárias no Estado”. Esquema baseado no “conluio entre construtoras” que atuaram para eliminar concorrência e “coordenar os preços de execução dos serviços de 2004 a 2015, com a ajuda de agentes vinculados a <u>empresas públicas responsáveis pelas licitações</u>”. Ligação entre a DERSA e o Governo de São Paulo que, no período investigado esteve sob o governo de Geraldo Alckmin, José Serra e Alberto Goldman, do PSDB, e Cláudio Lembo do então chamado PFL. O que dizem os citados: Dersa, cumprimento da legislação nas licitações e cobrança de responsabilidade por parte do Estado, se houve conduta ilícita; assessoria de G. Alckmin: “não há acusação contra o ex-governador, que ele reitera o apoio às investigações e que defende punição para todos os que tiverem agido contra a lei”; A. Goldman, “declarou que exonerou o presidente da DERSA logo que assumiu o governo e que não tem nenhuma relação com essas licitações”; J. Serra “não vai se manifestar”; sem contato com Cláudio Lembo.</p>					
5	<p>Redução da pena por parte do Tribunal Regional Federal da Quarta Região do ex-ministro petista José Dirceu para 8 anos e 10 meses. Dirceu tinha sido condenado em primeira instância a 11 anos e 3 meses por corrupção e lavagem de dinheiro num contrato da Petrobrás. “É a segunda condenação no TRF-4, mas, por determinação do Supremo, ele pode aguardar em liberdade o recurso ao Superior Tribunal de Justiça”.</p>					
<p>Depoimentos do PBQQ Link específico para acesso aos depoimentos (aberto): https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-queiro/playlist/o-brasil-que-eu-queiro-ideos-exibidos-de-23-a-29-de-setembro-nos-telejornais.ghtml#video-7046874-id</p>						
Código	Est.	Sexo	Nº depoentes no plano	“Faixa” etária	Conteúdo	Cenário
E.JN.26-9.1	GO	H	1	Adulto	[...] o Brasil que eu quero é um Brasil sem corrupção. Onde nós,	Paisagem natural

					<i>eleitores, não podemos receber favores e nem vender o nosso voto, para nós não perdermos o direito de cobrar dos nossos candidatos depois. Só assim, um dia, conseguiremos o Brasil que queremos.</i>	(água; rio)
E.JN.26-9.2	MG	M	2	Jovem	<i>[...] o Brasil que queremos é o Brasil em que a sociedade não fuja dos problemas que enfrentamos atualmente no cenário político nacional. Mas que sejamos firmes para não aceitar nada que nos é imposto e caminhamos juntos para um país mais justo, ideológico e democrático.</i>	Urbano (praça)
E.JN.26-9.3	PR	H	1	Adulto	<i>Eu quero um Brasil com bons administradores, bons gestores, bons diretores, bons políticos, mas, acima de tudo, com bons eleitores, porque bons eleitores fazem toda a diferença.</i>	Urbano (fórum eleitoral)
E.JN.26-9.4	MG	H	1	Jovem	<i>O Brasil que eu quero que os governantes olhem mais para as cidades do interior com projetos, com políticas públicas viáveis e atuais para que os jovens não se sintam forçados a irem para os grandes centros que já se encontram abarrotados. Podemos produzir, queremos gerar fonte e renda para nossa cidade, falta apenas incentivos.</i>	Urbano (casa)
E.JN.26-9.5	PI	M	1	Idosa	<i>Eu quero para o meu Brasil tranquilidade, mais educação, mais saúde e honestidade.</i>	Paisagem natural
E.JN.26-9.6	GO	M	1	Adulto	<i>O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde as cidades tenham mais empresas para trabalho, onde a moradia melhor, onde haja saneamento básico e onde todos possam ter uma educação de qualidade.</i>	Urbano (rua)
E.JN.26-9.7	MA	H	1	Adulto	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil com mais igualdade social. Que os nossos políticos valorizem de fato aquilo que nós temos de</i>	Urbano (Ponte sobre rio)

					<i>bom no nosso país, que é o nosso povo, fazendo, assim, uma boa educação, uma boa saúde e um trabalho de qualidade na infraestrutura de nosso país.</i>	
E.JN.26-9.8	PB	M	1	Adulto	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é o Brasil que valorize nossa identidade cultural. Nossa cultura é rica e precisa ser preservada.</i> <i>*A depoente usava roupas típicas.</i>	Edificação religiosa (católica) Igreja
W. B.: Todos esses vídeos estão no GloboPlay e no site do Jornal Nacional e em G1.com. br/brasilqueeuquero, tudo junto.						
6	<i>Morte no Rio, aos 89 anos, do cantor e compositor Tito Madi. Antes do surgimento da Bossa Nova, Tito Madi compôs e interpretou alguns dos maiores sucessos do chamado samba canção e teve mais de 300 músicas gravadas no Brasil e no exterior. Exibição de trechos de vídeos onde o artista canta.</i>					
Chamada para o próximo bloco						
W. B. – A seguir: <i>O Brasil a um passo das semifinais do mundial de vôlei. [“garra”].</i>						
3º bloco						
Posição	Tema/Conteúdo					
1	<i>O Brasil vence a Rússia na estreia da terceira fase do mundial de vôlei masculino. “Os russos chegaram a vencer os dois primeiros sets, mas a seleção conseguiu a virada de 3 sets a 2. Uma vitória dos Estados Unidos sobre a Rússia amanhã leva americanos e brasileiros para as semifinais do mundial”.</i> <i>E hoje tem as semifinais da Copa do Brasil aqui na Globo, em seguida, o Profissão Repórter e o Jornal da Globo.</i>					

APÊNDICE J – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 27/09/2018

Programa		Edição	Duração do vídeo
Jornal Nacional		Data: 27/09/2018 (quinta-feira) Link: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/27-09-2018/ (fechado)	40'41''
Escalada			
Posição	Apresentador (a)	Manchete	
1	R. V.	<i>A PF faz buscas em endereços ligados ao senador Ciro Nogueira, presidente do Progressistas.</i>	
2	W. B.	<i>O TSE barra a candidatura de Anthony Garotinho do PRP ao governo do Rio com base na Lei da Ficha Limpa.</i>	
3	R. V.	<i>Ele está proibido de fazer campanha. [Referida à anterior]</i>	
4	W. B.	<i>A dez dias eleições, urnas eletrônicas começam a ser enviadas para as zonas eleitorais.</i>	
5	R. V.	<i>Postos de saúde do interior de São Paulo jogam vacina contra febre amarela no lixo por falta de procura. [tom de segredo]</i>	
6	W. B.	<i>Enquanto cresce o número de casos da doença. [Referida à anterior]</i>	
7	R. V.	<i>A Petrobrás fecha acordo nos Estados Unidos para encerrar investigações sobre corrupção na empresa.</i>	
8	W. B.	<i>E o Grupo Globo é indicado a três prêmios Emmy internacional.</i>	
1º bloco (reportagens)			
Posição	Tema/Conteúdo		
1	<p><i>Polícia Federal vasculha endereços que tem alguma ligação com o presidente do Partido Progressistas, o senador Ciro Nogueira.</i></p> <p><i>Exibição de imagem gravada por “fresta” [segredo]. Buscas autorizadas pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, e fazem parte do inquérito que apura os crimes de corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro, <u>supostamente</u> praticados pelo presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira, por empresários e por doleiros. Policiais estiveram na sede do Progressistas e na casa de um assessor do partido em Teresina, mas não foram em endereços pessoais de Ciro Nogueira. A PF mirou outros alvos que podem aprofundar as investigações que envolvem o senador e a Odebrecht, abertas no ano anterior a partir da delação de executivos da construtora. Os investigadores apuram se o senador recebeu ilegalmente 1.600.000 reais da Odebrecht. {Animação digital com montes de notas de 100 reais saindo por dutos enferrujados; gráficos semelhantes aos de vídeo games. Foto e nome do senador ligados em um esquema ao nome da Odebrecht e ligado ao partido}. A quantia “<u>teria sido</u>” repassada ao partido e veio do <u>departamento de propina</u> da empresa.</i></p> <p><i>A PF quer saber o caminho desse dinheiro. O assessor do Progressistas que foi alvo da operação e não teve o nome divulgado é suspeito de fazer o transporte da propina.</i></p> <p><i>O que dizem os citados: assessoria de C. N. disse que “o alvo da ação não foi o senador e que, ao contrário do que as autoridades afirmam, o alvo não possui vínculo profissional com o diretor estadual do Progressistas”; “o senador Ciro Nogueira sempre se colocou à disposição da justiça e que é o principal interessado no esclarecimento dos fatos. O diretório estadual do Progressistas afirmou que houve total colaboração dos funcionários do partido.</i></p> <p><i>*Com menos de três minutos de edição (2'48'') a referência ao nome do senador apareceu 6 vezes (pronunciada e escrita) – pensar a função da repetição).</i></p>		
2	<p><i>Rejeição, por unanimidade, por parte do TSE do registro candidatura de Anthony Garotinho do PRP ao governo do Rio de Janeiro.</i></p> <p><i>Confirmação dos sete ministros da decisão do TRE do Rio de Janeiro que rejeitou a candidatura de Anthony Garotinho com base na Lei da Ficha Limpa. {Animação digital com recortes da Lei da Ficha Limpa}. A lei estabelece os casos de “inelegibilidade dos casos que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. <u>Fica inelegível, por exemplo, quem tiver sido condenado por ato de improbidade que tenha resultado em prejuízo aos cofres públicos e em enriquecimento ilícito.</u> [Observar certo recurso de “tradução”; muitas vezes os trechos dos documentos exibidos não coincidem com a narração do jornal; note-se, por exemplo, o</i></p>		

	<p>caso do trecho sublinhado. Tal trecho fica registrado na animação do seguinte modo, conforme o texto da lei: “os que forem condenados por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito”. “Este é o caso de Garotinho. A lei define que condenados em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado não podem concorrer por oito anos” [O excerto da animação dizia: “em decisão transitada em julgado ou <u>proferida</u> por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos”; pensar a relação entre a imagem — no caso uma animação artificial que traz o texto da lei — e a narração sobre essa lei].</p> <p>“A Lei da Ficha limpa também serviu e base para o TSE no caso do ex-presidente Lula” {Exibição da imagem de Lula de um ângulo superior na qual o ex-presidente aparece cansado ou cochilando; com cores acinzentadas; imagem ne um ângulo muito próximo que o impregna de um cenho muito envelhecido (efeito reforçado no conjunto das duas imagens)}. “O TSE rejeitou a candidatura de Lula porque ele foi condenado em segunda instância por corrupção passiva e lavagem de dinheiro” {imagem com baixa qualidade, aparentemente filmada de grande distância de Lula sendo escoltado ao lado de um helicóptero}. [(!) Vinculação espúria entre conteúdos isolados mas que se tocam em algum ponto]</p> <p>“Anthony Garotinho, <u>por sua vez</u>, foi condenado em maio deste ano por improbidade administrativa com enriquecimento ilícito de terceiros”. A condenação foi por causa do desvio de 234.400.000 reais da Secretaria estadual da Saúde entre 2005 e 2006, quando a mulher dele, Rosinha Garotinho, era governadora {imagem de Rosinha Garotinho lentificada} [família e corrupção; ver outros dias]. “A defesa negou o enriquecimento ilícito, o que livraria Garotinho da Lei da Ficha Limpa”. “O Ministério Público defendeu a negação da candidatura de Garotinho”. Exibição de trechos do discurso do procurador geral eleitoral falando sobre a “segurança jurídica às relações eleitorais”. Fala do relator dizendo que ficou claro que houve enriquecimento ilícito [também aqui há certa tradução; o discurso do relator que é carregado de termos jurídicos resume-se a “ficou claro que houve enriquecimento ilícito”, mesmo assim, ele é apresentado depois dessa tradução, tal como foi falado. Pensar sobre].</p> <p>Logo após a decisão do TSE que barrou toda a chapa, Anthony Garotinho disse que vai recorrer em todas as instâncias possíveis. A. G.: “Eu vou recorrer, tenho certeza que o Tribunal Superior, hoje, foi influenciado pelas informações de piso. O TSE, ele acabou de confirmar que o meu nome, ele vai estar na urna, portanto, o próprio TSE reconhece que poderá haver reversão, portanto, é nisso que eu estou confiando”.</p> <p>“O TSE determinou ainda, que a campanha eleitoral de Garotinho seja imediatamente suspensa, mas o nome e o número dele vão continuar na urna e, se houver votos, eles vão ser considerados nulos; não vão ser nem divulgados no resultado oficial. Mas serão contados e armazenados, porque, como a defesa vai recorrer, há possibilidade, ainda que remota, de uma decisão liminar reverter a situação”.</p> <p>O ministro Gurgel de Faria negou um pedido para suspender a condenação de Anthony Garotinho por improbidade administrativa.</p>
3	<p>Morreu, aos 82 anos o ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz.</p> <p>Informações sobre a trajetória política de J. R. “Como senador, renunciou em 2007, depois de ser acusado de receber 2.000.000 de reais ilegalmente. A Lei da Ficha Limpa o impediu de concorrer ao governo do DF em 2010. J. R. era casado e tinha três filhas”. [PENSAR a ênfase na Lei da ficha limpa].</p>
4	<p>Atendendo a pedidos da defesa do ex-presidente Lula, o ministro Edson Fachin retirou do juiz Sérgio Moro novos trechos da delação de Marcelo Odebrecht. “Fachin determinou que esses trechos, que citam Lula, sejam analisados pela Justiça Federal em Brasília, e afirmou que estava respeitando decisões anteriores da segunda turma sobre a delação da Odebrecht, mas Fachin não retirou nenhum processo de Sérgio Moro e disse que o juiz pode pedir o compartilhamento dessas informações”.</p>
5	<p>A Petrobrás fechou um acordo bilionário com a justiça americana para encerrar investigações sobre corrupções na empresa.</p> <p>“A Petrobrás decidiu pagar par não ter que enfrentar a justiça americana. O acordo para encerrar as investigações custou 853.000.000, o que, incluindo impostos, equivale a 3.600.000.000 de reais para a empresa {cifra US\$ 853 milhões na fachada de um grande prédio, depois R\$ 3.6 bilhões}”.</p> <p>Investigação aberta depois que a Operação Lava Jato revelou a corrupção na Petrobrás. Por causa das ações da Petrobrás, órgãos americanos queriam saber se a empresa desrespeitou as regras do mercado financeiro.</p>

	<p><i>“A Petrobrás paga multa nos Estados Unidos, mas, pelo acordo, a maior parte do dinheiro fica para o Brasil. Vinte por cento vão para as autoridades americanas e oitenta por cento serão investidos aqui em programas sociais e educacionais monitorados pelo MPF”.</i></p> <p><i>Fala de um <u>especialista em direito do petróleo</u>: “O resultado final foi positivo para a imagem da empresa sim. Encerra um cenário de incertezas jurídicas, pelo menos nos Estados Unidos. Há um aspecto negativo a ser considerado que é o efeito desse acordo nos processos indenizatórios que estão ainda tramitando tanto no Brasil quanto na Argentina quanto, muito recentemente, na Holanda”.</i></p> <p><i>As ações da Petrobrás subiram hoje no Brasil, 6,29%.</i></p> <p><i>No começo deste ano a Petrobrás já tinha fechado um acordo também <u>bilionário</u> para encerrar outra investigação. A ação acusava a empresa brasileira de enganar investidores com informações falsas ocultando o esquema de corrupção descoberto pela Operação Lava Jato. A Petrobrás concordou em indenizar quem comprou ações dela entre 2010 e 2014 na bolsa de valores de Nova York. São <u>quase</u> 3.000.000.000 (três bilhões) de dólares que estão sendo pagos em três parcelas {cifra US\$ 2,95 bilhões exibida sobre o oceano ao lado de uma plataforma da Petrobrás}. O valor equivale a <u>quase</u> 12.000.000.000 (doze bilhões) de reais em valores de hoje {cifra R\$ 11,7 bilhões exibida contígua a uma grande torre de uma plataforma de petróleo em alto-mar; a vinculação entre as grandezas das cifras e as grandezas físicas é explícita em recursos como este que são usados mais de uma vez nessa reportagem}.</i></p> <p><i>Sobre a imagem muito próxima de notas de dólares sendo processadas em contadoras de cédulas, a narração: “Foi o maior acordo já feito nos Estados Unidos sobre perdas com ações envolvendo uma empresa estrangeira”.</i></p> <p><i>Discurso do então presidente da Petrobrás (Ivan Monteiro) explicando o acordo.</i></p> <p><i>“Somando os dois acordos, a Petrobrás vai pagar mais de 15.000.000.000 (quinze bilhões) de reais em multas. Muito mais do que ela conseguiu recuperar do dinheiro que foi desviado da empresa; até hoje 2.500.000.00 (dois bilhões e meio) de reais” {imagem em enquadramento muito próximo de uma mão segurando um recipiente — como uma pipeta — sendo enchido com petróleo com a cifra R\$ 15,3 bilhões; na sequência, imagem de plataforma em alto mar à distância turvada; na sequência, imagem de uma torre de queima com chamas e, do lado, a cifra R\$ 2,5 bilhões. A exploração do apelo das cifras é clara nessa reportagem; ideia de grandiosidade das cifras do lado de estruturas de empresa de petróleo que ficam pequenas perto do tamanho da fonte e da grandiosidade do valor imprime uma forte sensação de desperdício, de prejuízo; a última, associando a queima com o valor total do dinheiro perdido, é explícita}.</i></p>
6	<p><i>Pela primeira vez em mais de um mês o dólar terminou o dia abaixo dos quatro reais. A bolsa de São Paulo subiu 1,71% influenciada pela Petrobrás e pela avaliação de que o Banco Central Americano vai continuar subindo os juros de maneira gradual.</i></p>
7	<p><i>A Eletrobrás arrecadou 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de reais) com a venda da participação dela em empresas de energia eólica e de transmissão de energia. Dos dezoito lotes oferecidos, onze foram vendidos. A Eletrobrás fez o leilão para reduzir a dívida de mais de 40.000.000.000 (quarenta bilhões) de reais. [As empresas estatais na mira; as cifras bilionárias das dívidas]</i></p>
Chamada para o próximo bloco	
<p>W. B. – A seguir: As campanhas de candidatos à presidência.</p> <p>R. V. – As urnas começaram a ser enviadas para as sessões eleitorais. [“faltam 10 dias...”; pensar a excitação da expectativa].</p>	
2º bloco	
Posição	Tema/Conteúdo
1	<p><i>Há 10 dias das eleições, as urnas eleitorais começaram a ser enviadas para as sessões eleitorais.</i></p> <p><i>“Em todo país, a mesma cena, nos TRES, elas [as urnas] passaram por uma checagem(sic) com a participação de eleitores, representantes dos partidos e do Ministério Público”.</i></p> <p><i>Na sequência, passa-se a comentar o processo de preparação das urnas eleitorais pelos estados do país: Amapá, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo {ênfase no esforço do processo e nos números que dizem respeito à atividade, p. ex. “mais de 48.000 em Minas”, “milhares em São Paulo já estão encaixotadas”. Processo de registro de dados de candidatos, partidos e eleitores e lacração das urnas.</i></p> <p><i>“A eleição deste ano celebra 22 anos de urna eletrônica, tempo em que ela ficou 30% menor e 2Kg mais leve, 1.000 toneladas a menos na hora de transportar as 500.000 urnas Brasil afora”</i></p>

	<p><i>{passagem de uma sequência de imagens por meio de uma animação digital que mostrava, como se fossem exibidas fotografias, das urnas apresentando sua evolução. Pensar os elementos da ideologia da racionalidade tecnológica e a ênfase nos números}. “O que faz diferença principalmente quando a urna vai de barco para locais isolados na Amazônia”.</i></p> <p><i>“Ao longo de duas décadas, ela passou por três grandes mudanças. Em 1996, os números para digitar eram em baixo relevo e a tela ficava mais reta porque o eleitor votava sentado” {exibição de imagens de uma exposição que parecia ter como tema a história das urnas eletrônicas – A evolução da urna eletrônica}. Fala de alguém familiarizado com a história das urnas em exposição dizendo que ao votar, o eleitor fazia uma certa força e a urna “escorregava” em função do formato da urna eletrônica de 1996. Explicação sobre a tela e o voto sentado. Apresentação do modelo de urna eletrônica de 2002 e explicação sobre as mudanças pelas quais passou: alteração da inclinação da tela e inserção de teclados mecânicos. O eleitor passou a votar em pé.</i></p> <p><i>“Este ano, 73 milhões dos 147 milhões de eleitores vão usar as digitais para se identificar antes de votar”. Implantação completa do sistema biométrico em 9 estados e no DF e em 21 das 27 capitais do país.</i></p> <p><i>“Mas algumas das mudanças mais importantes não estão visíveis, estão na segurança do programa que vai dentro da urna”. Mudança na “cadeia de confiança” que evita a entrada de qualquer programa que não seja de assinatura do TSE ou que tenha sido adulterado entre (por meio de chip). Destaque para o fato de que a urna não é conectada à internet, o que impede o ataque de hackers.</i></p> <p><i>“Em dez dias, o eleitor estará mais uma vez frente-a-frente com ela para escolher o que quer para o país”. {Toda a tela coincide com a tela da urna onde lê-se: “Treinamento// FIM// Votou”; que finaliza a reportagem com o som que a urna faz ao confirmar a votação. Pensar a ênfase na urna que adquire, fetichistamente, algo como o status de um sujeito durante a reportagem; pensar como o elemento do passado e da evolução assume uma importância aí; pensar a excitação entorno das eleições e a função da TV como impulsionadora do voto; procurar algo sobre a história entre TV e “educação para o voto” no Brasil}.</i></p>
2	<p><i>Agenda política dos candidatos à presidência da república, cujos compromissos narrados são elencados a seguir. [pensar a ordem e os núcleos de matérias que se aproximam]</i></p> <p><i>J. B. (PSL)</i></p> <p><i>- Médicos do Hospital Albert Einstein indicam que J. B. apresenta uma leve infecção. “Os médicos de J. B. adiaram a alta do candidato”. Ao tirar o cateter para administração de medicação os médicos constataram uma pequena infecção no local, por isso, decidiram manter o candidato no local com o uso de antibióticos até sábado ou domingo.</i></p> <p><i>- “Bolsonaro mantém a rotina de campanha pelas redes sociais e rebateu com contundência uma declaração do vice dele, General Mourão. Numa palestra para lojistas no Rio Grande do Sul, Mourão classificou o pagamento do 13º salário como uma jabuticaba brasileira, uma mochila nas costas dos empresários. Em resposta, Bolsonaro disse que o 13º está previsto na Constituição e não é passível de ser retirado nem por proposta de emenda à Constituição e que criticá-lo, além de uma ofensa a quem trabalha, confessa desconhecer a Constituição” {exibição de excertos de textos da postagem no Twitter em animação com o monitor de um computador}. “No fim da tarde, Mourão divulgou nota dizendo que a fala foi descontextualizada e que ele se referia ao planejamento gerencial do pagamento do benefício”.</i></p> <p><i>C. G. (PDT)</i></p> <p><i>- Passou o dia em São Paulo.</i></p> <p><i>- Fez campanha pelas redes sociais {exibição de excertos de vídeo da postagem no Twitter em animação com o monitor de um computador}. No excerto do vídeo postado, a fala de C. G.: “Creche em tempo integral para 2.600.000 crianças de 0 a 3 anos para que as mulheres brasileiras que têm um papel fundamental nesse momento do Brasil possam ir à luta sabendo que seus filhos estão bem tratados, que vão chegar em casa alimentados, bem cuidados e banhadinhos (sic) no fim do dia”.</i></p> <p><i>“Antes, o candidato do PDT escreveu sobre saúde: ‘Vou implantar policlínicas em todo o Brasil. Elas terão 12 especialidades médicas e mais de 10 tipos de exames de imagem. Tudo com hora marcada e sem pagar nada” {exibição de excertos da postagem no Twitter em animação com o monitor de um computador}.</i></p> <p><i>- “Ciro Gomes passou a maior parte do dia em casa, descansando, por recomendações médicas. Na terça, ele teve que fazer uma cauterização na próstata por causa de um sangramento nas vias urinárias” [pronuncia enfática nas palavras em destaque]. “O candidato saiu apenas para vir até a produtora gravar o programa para o horário eleitoral. Na saída, disse que está se sentindo bem”. C. G.: “Tô, tô super bem”.</i></p>

	<p>F. H. (PT)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fez campanha no Rio Grande do Sul. - Em Caxias do Sul participou de uma caminhada {imagens dos aglomerados de pessoas na caminhada}. Parou na praça da cidade num ato público. - “Haddad prometeu usar dinheiro público para comprar produtos das indústrias nacionais e, assim, estimular a economia”. F. H.: “O que que está faltando? Usar o poder de compra do próprio governo federal para alavancar a produção local. Então nós vamos usar as compras governamentais para fazer novas encomendas para a indústria local. Se não for compra governamental, o Rio Grande do Sul não consegue reativar sua indústria”. - Depois seguiu para Canoas, e, de lá, “pegou um trem de superfície para chegar até a capital”. “Fernando Haddad disse que, se eleito, vai dar atenção especial para o transporte público, para isso, prometeu repassar para os municípios o dinheiro da CID, a contribuição que incide sobre o preço da gasolina”. - Visitou o mercado público e participou de um comício no centro de Porto Alegre. <p>M. S. (REDE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha no Piauí. - Visita a um projeto social que atende crianças e adolescentes de um bairro da periferia de Teresina. - “A candidata aproveitou a visita ao Piauí para lançar um programa destinado a jovens com idade entre 15 e 19 anos. O programa prevê uma poupança para estudantes pobres que concluírem o ensino médio”. Os beneficiados serão de famílias cadastradas no Bolsa Família. M. S.: “Uma poupança que será criada para cada aluno do ensino médio que terão um primeiro depósito no primeiro ano, depois no segundo ano e no terceiro ano. Quando concluir o EM ele terá uma poupança de 3.7000 reais”. - Participação em um ato político em outro bairro da periferia da capital. <p>G. A. (PSDB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visita a Minas e São Paulo. - Em SP, participou da abertura da EXPOCRISTÃ, “que reúne empresários de denominação cristã e astros da música gospel. Ele disse que pretende fazer convênios com as prefeituras para zerar a falta de vagas em creches”. - Em BH, caminhou por uma região de comércio popular. Disse que irá “se eleito, dar atenção especial à saúde pública e, para isso, apresentou três diretrizes”. G. A.: “Primeiro, é não ter leito ocioso; <u>ampliar as vacinas</u> — vacinação é muito importante —; e reduzir violência. Nossos jovens tão morrendo pela criminalidade e pela violência. Nós vamos fazer um mutirão nas 150 cidades mais violentas do Brasil”. - Participou de uma caminhada em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. <p>G. B. (PSOL)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha em BH. Recebido no aeroporto por apoiadores e aliados políticos. - Participação na Faculdade de Direito da UFMG de uma sabatina com estudantes. - “Prometeu, se eleito, transformar prédios abandonados ou desocupados em moradias populares para trabalhadores que moram na periferia. Disse também que vai investir mais nas universidades. Criando novas vagas no ensino superior”. G. B.: “1.000.000 de novas vagas nas universidades públicas no Brasil. O custo disso é 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) reais. Só para se ter uma ideia, se tributar lucro e dividendo, que é o dinheiro que vai das grandes empresas para os seus acionistas e que hoje está isento de impostos, se arrecada por ano 60.000.000.000 (sessenta bilhões) de reais. Dá para criar um milhão de vagas na universidade pública e ainda sobra”. - Participação em um comício no centro de BH.
	<p>R. V.: “Que Brasil você quer para o futuro?”</p>
	<p style="text-align: center;">Depoimentos do PBQQ</p> <p style="text-align: center;">Link específico para acesso aos depoimentos (aberto):</p> <p style="text-align: center;">https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-queiro/playlist/o-brasil-que-eu-queiro-ideos-exibidos-de-23-a-29-de-setembro-nos-telejornais.ghtml#video-7049583-id</p>

Código	Est.	Sexo	Nº depoentes no plano	“Faixa” etária	Conteúdo	Cenário
E.JN.27-9.1	MT	H	1	Adulto	<p><i>O Brasil que eu quero é um Brasil em que as pessoas não morram nos corredor dos hospitais públicos. E esse aqui também, ao fundo de mim, é a avenida do CPA, é uma avenida que era cheia de árvore, florida, e que, infelizmente, rancaram para fazer o tal do VLT e que nunca ficou pronto. Infelizmente.</i></p> <p><i>*O depoente estava no alto de alguma edificação e chama atenção para a avenida ao se referir a ela em seu depoimento. F. H. e os transportes</i></p>	Urbano (vista do alto)
E.JN.27-9.2	SP	H	1	Idoso	<p><i>Eu vou dizer pra vocês o Brasil que eu quero. Eu não quero um Brasil que tenha aí quase 13 milhões de desempregados e que 80% das escolas públicas não tenham um laboratório e que 65 [%] das escolas públicas não tenham uma biblioteca e, por causa de um mosquito, venha desestabilizar todo o nosso sistema de saúde. Vamos tirar nossa <u>saúde pública</u> da UTI e acabar com essa desigualdade. E vamos fazer também prevalecer também a <u>ordem e o progresso</u>.</i></p>	Urbano (avenida e monumento)
E.JN.27-9.3	PR	H	1	Adulto	<p><i>O que eu quero para o futuro do Brasil é que o encontro entre deputados e senadores seja um <u>encontro de cavalheiros</u> e não um encontro de <u>quadrilheiros</u> como temos visto no <u>Jornal Nacional</u>.</i></p>	Edificação religiosa (católica) Monumento
E.JN.27-9.4	CE	M	1	Adulto	<p><i>[...] e quero para o futuro do nosso país um governo mais justo, que possa fazer mais pelo nosso povo.</i></p>	Urbano (Monumento)
E.JN.27-9.5	SP	H	1	Idoso	<p><i>O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil sem <u>corrupção</u>, sem ladrão e que os políticos, principalmente o povo do governo, deixa de roubar esse país.</i></p>	Urbano (praça)
D.JN.27-9.6	MG	H	1	Adulto	<p><i>[...] e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil sem <u>corrupção</u>,</i></p>	Edificação religiosa (católica)

					<i>com mais investimento na área da saúde, da educação, pois na educação é que construímos um Brasil melhor, com mais <u>ordem e progresso</u>.</i>	igreja
E.JN.27-9.7	GO	H	1	Adulto	<i>O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil com mais educação, segurança, mais oportunidade para os jovens e com <u>menos corrupção</u>. Pelo amor de Deus, <u>eu não aguento mais tanta corrupção nesse país!</u></i> <i>*[Pensar os falsos tons, dos quais fala Adorno no estudo sobre M. L. Thomas]</i>	Edificação religiosa (católica) igreja
E.JN.27-9.8	RS	H	1	Adulto	<i>[...] e, claro, o Brasil que eu quero é um país sem fome, um país que possa se preocupar com a sustentabilidade, com a natureza, que se preocupe com o microempreendedor individual e com os microempresários e que possa também cobrar menos juros tanto nos bancos quanto na <u>burocracia</u> que a gente tem aí para abrir uma empresa aqui no país.</i>	Paisagem natural/rural

R. V.: “Esses vídeos estão no GloboPlay, no site do Jornal Nacional e em g1.com.br/brasilqueeuquero.”

Chamada para o próximo bloco

W. B. – *A seguir: Mais um crime covarde provoca perplexidade no Rio. [Lembrar que nesse período havia uma intervenção federal militar no Rio de Janeiro]*

R. V. – *A febre amarela avança no interior de SP mas vacinas vão para o lixo por falta de procura [“proteção desprezada”]. [Pensar as ambivalências dessa expressão]*

3º bloco

Posição	Tema/Conteúdo
1	<i>“O Ministério da Segurança Pública divulgou hoje um balanço de dois dias de operação contra roubo e latrocínio no Brasil. Mais de 10.000 policiais civis de 25 estados e do DF participaram dessa ação e prenderam quase 2.500 suspeitos” {painel atrás e do lado direito de W. B. exibindo os dados numéricos da Operação Midas}. “A polícia também apreendeu menores e recuperou armas e veículos roubados”.</i>
2	<i>“No Rio de Janeiro, mais um crime covarde, provocou <u>perplexidade</u>. Um homem foi assassinado, na frente da família, ao tentar proteger o filho durante um assalto. O assaltante apontava a arma para a cabeça do menino de 10 anos para que entregasse o celular. Francisco Pérez, de 49 anos reagiu e foi atingido por um tiro no rosto. A viúva dele está grávida. A polícia vai tentar identificar o assassino com base em imagens de câmeras de vigilância” {imagens de um bar (onde supõe-se que ocorreu o crime), fotografia da vítima, e imagens da viúva chorando, imagens de câmeras de segurança ao mencionar a tentativa da polícia de identificar o assassino}. [Pensar o elemento da sobrevivência, do sobrevivente, Horkheimer & Adorno; Canetti]</i>
3	<i>“Postos de saúde no interior de São Paulo estão jogando no lixo doses de vacina contra a febre amarela. Falta procura, mesmo com o aumento no número de casos da doença”.</i>

	<p><i>Entrevista com uma pessoa que havia adquirido a doença em janeiro e que continuava a sentir as consequências da doença em função do que ele precisava passar, todos os meses, por avaliação médica e fazer uma bateria de exames para monitorar as ainda presentes alterações no fígado. Divulgação dos dados do último levantamento do Ministério da Saúde. “Em um ano, 1.266 pessoas tiveram febre amarela em todo país. 415 morreram” [o sobrevivente]. Quase todos os casos foram registrados no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Divulgação de dados referentes a São Paulo. “537 pessoas tiveram febre amarela; número 5 vezes maior do que todo o ano passado” {dados em painel do lado esquerdo do repórter exibindo os números referentes ao ano de 2018 e, abaixo, de 2017; dados de 2018 em vermelho}. Informação que que, no início do ano houve correria e busca pela vacina nos postos de saúde mas que a meta não havia sido atingida em muitas cidades. “Em Votorantim, está sobrando vacina nas geladeiras dos postos de saúde e muitas vão para o lixo” {close nos frascos da vacina. Imagem de um corredor no posto onde uma profissional da saúde chama: “Alguém vai tomar febre amarela? Alguém? Não?}. Depoimento da diretora em vigilância em saúde do município indicando os baixos números de pessoas que vacinam e o problema de que, “após aberto o frasco, ele dura mais ou menos 6 horas”. Apresentação de uma animação digital de um corpo humano (masculino) para falar dos sintomas. Os sintomas são elencados ao lado da animação e os pontos correspondentes a esses sintomas são destacados. Informação sobre a rápida evolução da doença. Depoimento de um infectologista indicando os sintomas nos casos de rápida evolução da doença chegando a um quadro de hepatite muito grave. [Pensar o papel do especialista] Apresentação de um caso “Seu Aparecido Ferraz, que não resistiu à doença” {exibição de uma fotografia da pessoa}. “Ele morava na zona rural de Piedade, no interior de São Paulo. A família conta que, mesmo depois da confirmação de que o vírus circulava na região, ele se recusou a tomar a vacina”. Depoimento da sobrinha: “Foi muito rápido. A gente não esperava que um mosquitinho, assim, pudesse, em menos de 10 dias, tirar a vida de uma pessoa” [lembrar do depoimento do PBQQ que fala sobre o simples mosquito].</i></p>
4	<p><i>“Vamos conversar com a Maju que está lá em São Paulo? Oi Maju, boa noite, qual é a previsão do tempo?” {R. V. com um sorriso ao convidar o espectador para conversar com a M. J. C. sobre a previsão do tempo. Observar a ruptura brusca depois da reportagem que trata do falecimento de uma pessoa. Lembrar do fim da nota “Sobre a teoria dos fantasmas”. Pensar a variação dos “humores” as passagens truculentas de um assunto ao outro}. * Previsão do tempo com M. J. C. [O estranhamento com a “gigante” mulher do tempo, a imagem dela é maior do que a dos jornalistas. Ver Adorno em “Prólogo a televisão” que fala sobre as pessoas pequenas na imagem da TV]. No comentário sobre a amplitude térmica, a diferença entre a máxima e a mínima: “Haja saúde”.</i></p>
Chamada para o próximo bloco	
<p><i>R. V. – A seguir: O Grupo Globo é indicado a três prêmios Emmy internacional. [Indústria cultural e propaganda de si mesma] W. B. – O Rock in Rio 2019 anuncia a volta de um dia dedicado ao Rock <u>pesado</u> [“noite do Metal”]. [Pensar os “falsos tons” em função da forma como é, sonoramente, dada ênfase na palavra “pesado”]</i></p>	
4º bloco	
1	<p><i>Autoridades britânicas alertaram hoje que o governo russo vai pagar um preço alto se continuar a usar armas químicas como a gente nervoso que envenenou um ex-expião da Rússia na cidade Salisbury. Informações sobre a identidade de um dos homens que o Reino Unido acusa de ter atacado o ex-expião e a filha dele: “um coronel russo condecorado pelo Kremlin em 2014. A Rússia nega, e os homens afirmaram que eram apenas turistas, em visita a Salisbury” {abertura com bandeira do Reino Unido}.</i></p>
2	<p><i>Senadores americanos ouviram o juiz indicado por Donald Trump para a suprema corte e a mulher que acusa o juiz de assédio sexual {bandeira dos EUA}. Declaração da professora C. B. Ford na qual afirma ter sido “atacada, 36 anos atrás, por Brett Kavanaugh. Perguntada se ela tinha certeza, ela respondeu: ‘Cem por cento’”. Narração na qual o jornalista, tendo ao fundo a voz em idioma original de C. B. Ford e as imagens do tribunal, conta o relato de C. B. Ford a respeito de assédio. C. B. Ford.: “Eu não consigo esquecer da risada dos dois. Eles estavam se divertindo”. R.: “Cristine conseguiu escapar, mas disse que carrega o trauma até hoje”. “Brett Kavanaugh acusou o partido Democrata, de oposição e disse que é vítima de difamação. Disse ainda que não duvida que C. <u>tenha sido atacada por alguém em algum momento</u> da vida dela, mas que ele nunca fez isso. Nem com ela, nem com ninguém. Mas já existem três outras acusações contra ele”. Relato sobre as manifestações</i></p>

	<i>contrárias e a favor do juiz e sobre a tentativa dos republicanos — maioria — de aprovar a indicação de B. K. o mais rápido possível. D. T. mantém o apoio a B. K. para tentar assegurar o apoio antes das eleições legislativas antes de novembro.</i>
3	<i>A suprema corte da Índia revogou uma lei de 1860 que criminalizava o adultério. Anulação da lei do período colonial britânico. “Um homem que fizesse sexo com uma mulher <u>casada</u> sem a permissão do marido dela poderia ser condenado a até cinco anos de prisão”. Três semanas atrás, a suprema corte indiana revogou a proibição de atos sexuais entre gays. [Pensar se isso faz sentido: Observar que neste bloco estão reunidas as informações que tratam de assuntos internacionais; em conjunto, eles foram uma espécie de complexo de reveste o que é estrangeiro de um conjunto de temas que guardam algo de bizarro: ataques a um espião com armas químicas e que envolve a Rússia; ataques sexuais revestidos por elementos de perseguição e disputa política; leis retrógradas que tocam em temas que remetem a tabus sexuais].</i>
4	<i>Indicação do Grupo Globo a três prêmios Emmy Internacional. - ‘Aldo: mais forte que o mundo’ concorre na categoria minissérie e filme para TV. “A produção contra a trajetória do lutador José Aldo que nasceu numa família pobre de Manaus e se tornou campeão no torneio mais importante do mundo de artes marciais mistas. A minissérie foi dirigida por Afonso Poyart e co-produzida pela Rede Globo, Globo Filmes, Black Maria e Paris Entretenimento” {exibição de trechos da minissérie, como um trailer; assim como nos casos seguintes} [dupla propaganda: do próprio Grupo Globo que é indicado pela premiação e propaganda do produto específico que foi indicado]. - Na categoria documentário, o canal GNT da Globosat foi indicado por ‘Eu sou assim’, uma coprodução com a TVZero. A direção é de Eduardo Vaisman e Calvito Leal. - O GNT também concorre na categoria programa de arte com ‘Palavras em série’, dirigido por Alberto Renault, numa coprodução com a Hungryman. “Ao todo, a Globo já conquistou 16 prêmios Emmy internacional”. Inserção imediata de um corte de uma fala da atriz Lília Cabral na qual ela diz “<u>Eu vou fazer a história para você. Você quer ver?</u>” [Pensar na junção imediata das duas falas e no sentido que assume o “fazer a história”]. “Em 2011, o Jornal Nacional ganhou pela cobertura da retomada do conjunto de favelas do Alemão, no Rio. O último Emmy foi em 2016 com a novela Verdades Secretas. Os vencedores desse ano serão anunciados no dia 19 de novembro numa cerimônia de gala em Nova York” [pensar o elemento de glamourização das últimas produções, das imagens dos programas e novelas premiadas, de atrizes reconhecidas e das premiações].</i>
5	<i>Próxima edição do Rock in Rio (“daqui a exatamente um ano”). Anúncio de alguns planos por parte da organização do festival. Imagens da Cidade do Rock. Referência à grandiosidade do Rio que dá nome ao festival e à Região da Maré como um “canto cego” do Rio. Entrada em um estúdio de música durante um ensaio de rock de uma banda chamada Canto Cego. Entrevista com a vocalista da banda: “A banda se chama canto cego porque, em 2010, quando a banda começou, a favela estava sendo cercada por tapumes de proteção acústica. Parecia que era para uma coisa mais para tapar a favela, esconder, do que realmente ajudar”. O interesse na banda em questão estava relacionado à participação dela em um novo espaço criado no Rock in Rio: o ‘Espaço favela’. Entrevista com o diretor artístico do ‘Espaço favela’ indicando que ele apresentaria novos talentos para a música, para o mercado em geral, “novos talentos que produzem arte de extrema qualidade dentro das comunidades cariocas” {exibição do projeto artístico do projeto que simula a organização das casas na favela}. “A turma do canto cego vai tocar na noite mais pesada de todas: a noite do metal”. Anúncio da volta da banda Scorpions, que tocou no primeiro festival, e das outras atrações famosas (Megadeath, Sepultura e a ‘grande atração’ IronMaiden) {exibição de trechos de shows dessas bandas}. Tom de brincadeira, fala-se sobre e lista de exigências dos membros da banda da “turma da Maré”: “chocolates, diversos” {risos dos entrevistados e, na sequência, risos de W. B. e R. V.}.</i>
Chamada para o próximo bloco	
R. V. – <i>A seguir: O Brasil confirma a classificação para as semifinais do mundial de vôlei masculino.</i> W. B. – <i>Cruzeiro e Coríntias vão disputar os milhões do vencedor da Copa do Brasil. [“classificados”].</i>	
5º bloco	
1	<i>Seleção brasileira confirma a classificação para as semifinais do mundial de vôlei masculino. É que os EUA <u>eliminaram</u> a Rússia por três sets a zero. Anúncio da disputa do dia seguinte entre “brasileiros e americanos” e das semifinais no sábado.</i>

2	<p><i>Classificação, no dia anterior, de Cruzeiro e Coríntias para a final da Copa do Brasil “e o título desse ano dá direito a um prêmio milionário”. Sorteio sobre o local do jogo, anúncio da data: dia 17 de outubro. O cruzeiro como mandante do primeiro jogo no dia 10 de outubro no Mineirão.</i></p> <p><i>Dados sobre títulos. Possibilidade de o Cruzeiro superar o Grêmio e se tornar o maior vencedor da Copa do Brasil. “Já o Coríntias quer o quarto título do torneio”. Detalhes sobre o jogo da noite (Coríntias X Flamengo) anterior que assegurou a classificação do Coríntias, “arena lotada”, os gols e quem os marcou. Resumo do jogo entre Cruzeiro e Palmeiras, os gols e por que jogadores foram marcados.</i></p> <p><i><u>Confusão depois do jogo. Imagem explícita, em câmera lenta, da agressão (um soco no rosto) de um jogador cruzeirense contra um jogador palmeirense [pensar as disputas em esportes e o que está em questão nelas; Adorno (1967/1995); Canetti (1960/2019)]. Expulsão dos jogadores e outras cenas de agressão. Na sequência, cena do repórter sorridente ao lado do troféu prateado reluzente: “Cruzeiro e Coríntias vão disputar o troféu da Copa do Brasil e uma premiação milionária. O campeão vai ganhar 50.000.000 (cinquenta milhões) de reais. E, se somarmos as premiações que os times já conquistaram nas fases anteriores, o vencedor vai faturar quase 62.000.000 (sessenta e dois milhões de reais)”. [Pensar sobre disputa e competição; premiação; tendo em mente a eleição como uma disputa]. Entrevista com jogadores sobre a final. “Vai ser uma final inédita, que vai mexer com duas torcidas, acostumadas a comemorar”.</u></i></p> <p><i>W. B.: “Agora aqui na tela da Globo tem Segundo Sol. Logo depois, a <u>final de The Voice Brasil</u> e o <u>Jornal da Globo</u>”.</i></p>
---	--

APÊNDICE K – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 28/09/2018

Programa		Edição	Duração do vídeo
Jornal Nacional		Data: 28/09/2018 (sexta-feira) Link: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/28-09-2018/ (fechado)	42'00''
Escalada			
Posição	Apresentador (a)	Manchete	
1	W. B.	<i>Agentes federais fazem buscas em endereços ligados ao ex-governador de Goiás Marconi Perillo, do PSDB.</i>	
2	R. V.	<i>A PF termina o primeiro inquérito sobre o ataque a Jair Bolsonaro, do PSL.</i>	
3	W. B.	<i>E conclui que o esfaqueador agiu sozinho por motivação política. [Referida à anterior]</i>	
4	R. V.	<i>A revista Veja publica detalhes do processo de separação de 2008 do deputado Jair Bolsonaro.</i>	
5	W. B.	<i>Na ação, a ex-mulher o acusou de ter renda superior a que recebia como deputado e militar da reserva. [Referida à anterior]</i>	
6	R. V.	<i>Hoje, ela nega as acusações e diz que, naquela época, estava magoada.</i>	
7	W. B.	<i>O Facebook afirma ter sido alvo de um ataque cibernético que afetou 50.000.000 (cinquenta milhões de usuários).</i>	
8	R. V.	<i>Um terremoto provoca um tsunami numa ilha da Indonésia.</i>	
9	W. B.	<i>E o Datafolha divulga a mais nova pesquisa de intenção de voto na eleição para presidente.</i>	
1º bloco (reportagens)			
Posição	Tema/Conteúdo		
1	<p><i>Pesquisa de intenção de voto para presidente. Feita pelo Datafolha.</i> <i>“Desde a última pesquisa do instituto, divulgada na semana passada, Jair Bolsonaro do PSL ficou estável e segue na liderança. Fernando Haddad, do PT cresceu seis pontos e se isolou na segunda posição. A probabilidade de os resultados retratarem a realidade é de 95% considerando a margem e erro de dois pontos para mais ou para menos”. [Importante lembrar que os gráficos apresentando os dados são formados por linhas que trazem os dados das pesquisas das semanas anteriores; p. ex.: neste dia, o gráfico computava os dados relativos a 10/09, 14/09, 19/09 e 28/09. Portanto, o gráfico, no caso de cada presidencial, desenha uma linha com suas variações ao longo da semana, que podem ser ascendentes ou descendentes]</i></p> <p><i>J. B. (PSL) a frente, seguido por F. H. (PT); C. G. (PDT); G. A. (PSDB); M. S. (REDE); J. A. (NOVO); A. D. (PODEMOS); H. M. (MDB); C. D. (PATRIOTAS); G. B. (PSOL); V. L. (PSTU). Brancos e nulos. Não souberam ou não responderam. J. M. E. (DEM. CRISTÃ) e J. G. F. (PPL) não pontuaram.</i></p>		
2	<p><i>Pesquisa de rejeição (“Em quais destes candidatos para presidente você não votaria de jeito nenhum no primeiro turno das eleições deste ano?”).</i></p> <p><i>J. B. (PSL); F. H. (PT); M. S. (REDE); G. A. (PSDB); C. G. (PDT); V. L. (PSTU); C. D. (PATRIOTA); G. B. (PSOL); J. M. E. (DEM. CRISTÃ); A. D. (PODEMOS); J. A. (NOVO); J. G. F. (PPL). // Rejeitam todos ou não votariam em nenhum // Poderia votar em qualquer um ou não rejeitam nenhum // Não souberam ou preferiram não opinar. [A ordem de registro aqui adotada é igual à ordem de apresentação dos dados]</i></p>		
3	<p><i>Possíveis cenários de segundo turno. “O instituto fez uma série de combinações com dois nomes e perguntou em quem votaria se tivesse que escolher um deles”.</i></p> <p><i>C. G. contra G. A. (maior. C. G.)</i> <i>G. A. contra J. B. (maior. G. A.)</i> <i>C. G. contra J. B. (maior. C. G.)</i> <i>F. H. contra G. A. (empate)</i> <i>F. H. contra J. B. (maior. F. H.)</i></p>		

	<p><i>C. G. contra F. H. (maior C. G.)</i> <i>“O Datafolha entrevistou 9.000 (nove mil) eleitores, de 26/09 a 28/09 em 343 municípios. A pesquisa foi contratada pela Folha de São Paulo e pela TV Globo”.</i></p>
4	<p><i>Agenda política dos candidatos à presidência da república, cujos compromissos narrados são elencados a seguir.</i></p> <p><i>G. A. (PSDB)</i> - <i>Campanha em São Paulo.</i> - <i>Caminhada acompanhado de apoiadores em São Miguel Paulista.</i> - <i>“Ele disse que, se eleito, vai ampliar o número de vagas nas creches e nas pré-escolas para todas as crianças como forma de garantir que as mães possam trabalhar com tranquilidade”</i> - <i>Projetos para resolver os problemas de transporte público, disse que vai investir em trens e metrô:</i> <i>G. A. “Transporte de alta capacidade e qualidade trem, VLT, metrô, integrado com corredores do ônibus. Isso vai gerar muito emprego nas obras e, de outro lado, possibilitar aos pais, às mães, às famílias, terem mais tempo com os seus filhos. Poderem chegar mais depressa em casa”. “G. A. falou que, para isso, vai destinar dinheiro público e incentivar parcerias público-privadas”.</i></p> <p><i>J. B. (PSL)</i> - <i>“[...] se prepara para receber alta no fim de semana”.</i> - <i>Exibição de fotografia publicada em rede social e excertos da mensagem publicada. A fotografia era de J. B. sem camisa em um banheiro na frente do espelho barbeando a si mesmo [chama atenção o detalhe de ser um barbeador barato]. O primeiro excerto destacado da mensagem postada era “Me preparando para voltar à ativa!”.</i> - <i>Volta para casa no Rio de Janeiro prevista para o dia seguinte. Definição dos detalhes da saída do hospital.</i> - <i>Exibição, em animação, de informações do boletim médico. “Apresentou um episódio isolado de elevação de temperatura, chegando a 37,8 C°, sem outros sintomas de infecção. O candidato passou por exames de laboratório e de imagem e foi constatado o crescimento de uma bactéria de baixa virulência no sangue, sem focos de infecção no abdome. Os médicos disseram que, desde então, ele está sendo tratado com antibióticos e que está sem picos de febre. O boletim informa, ainda, que ele tem boa evolução clínica e está conseguindo se alimentar por via oral” {uso do recurso de destacar trechos do documento. Pensar o “comunicado” e o “escrito”}.</i></p> <p><i>C. G. (PDT)</i> - <i>Campanha em São Paulo.</i> - <i>Ida ao consultório médico “para avaliação do procedimento na próstata, feito no início da semana”.</i> - <i>“Na chegada, ele disse que pretende rever a reforma trabalhista”. C. G.: “Convocarei os trabalhadores, a sua representação, os empresários, a universidade e a legislação internacional comparada. Que respeite a mudança que está acontecendo, profunda, no mundo do trabalho, no mundo das tecnologias, mas, ao mesmo tempo, que garanta segurança jurídica e segurança econômica para o lado mais fraco, que é o lado da classe trabalhadora porque é quem nós temos que proteger”.</i> - <i>“Por orientação médica, C. G. terá que evitar atividades eleitorais nas ruas por alguns dias. Hoje, a solução encontrada foi a de organizar reuniões no escritório da campanha”.</i> - <i>Encontro com um grupo de mulheres, “prometeu mudar a lei para que crimes contra elas sejam investigados com mais rapidez. Também recebeu de estudantes um plano com propostas para a educação”.</i></p> <p><i>F. H. (PT)</i> - <i>Campanha em Belém e Goiânia.</i> - <i>Participação em atos públicos pelas ruas “ele também participou de um ato com a presença de várias crianças”. “O candidato do PT disse que, se eleito, vai dar prioridade ao combate à violência contra as mulheres, para que as vítimas tenham acompanhamento das polícias”.</i> - <i>“F. H. aproveitou a visita ao estado de economia fortemente agrícola e disse que pretende incentivar a agricultura familiar e prometeu melhorar a infraestrutura para o setor”. F. H.: “Melhorar a logística, o que significa <u>segurança hídrica</u> e escoamento — estradas de rodagem, estradas de ferro — para que a produção possa rodar. E apoiar muito a Embrapa. São as três tarefas que nós vamos enfrentar imediatamente para gerar novos negócios aqui no estado de Goiás “[Pensar sobre um elemento geral com relação à segurança. Além de segurança pública, há outras expressões</i></p>

<p><i>compostas por esse elemento de segurança, do tipo: 'segurança hídrica', 'segurança econômica', 'segurança jurídica' nos outros dias].</i></p> <p><i>- Participação de um ato em Belém. "Ele disse que vai propor um termo de cooperação com os estados para melhorar o desempenho de estudantes de ensino médio".</i></p> <p>M. S. (REDE)</p> <p><i>- Campanha em Manaus.</i></p> <p><i>- Recebida por simpatizantes no saguão do aeroporto.</i></p> <p><i>- Encontro na sede da Fiocruz. "Na saída do encontro, a candidata da Rede disse que vai incentivar a pesquisa e a <u>inovação tecnológica</u>. M. S. disse também que quer incentivar a criação de novos medicamentos a partir da biodiversidade da Amazônia". M. S.: "No caso do estado do Amazonas, nós identificamos a possibilidade de fazer daqui também um polo de <u>produção</u> de remédios. Hoje, a região do centro-oeste, o estado de Goiás, já tem um polo de industrialização de genéricos. Nós queremos que isso aconteça também na Zona Franca". "Ela disse também que pretende incentivar o turismo na região".</i></p> <p><i>- "Outro compromisso na região foi o encontro na Associação de Donas de Casa do Amazonas, onde propôs a criação de uma rede de proteção às mulheres".</i></p> <p>V. L. (PSTU)</p> <p><i>- Campanha no Rio Grande do Sul.</i></p> <p><i>- Caminhada na rua que concentra o comércio popular da capital (Porto Alegre).</i></p> <p><i>- Conversa com comerciantes e eleitores.</i></p> <p><i>- Acompanhamento da eleição de representantes para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Ela defendeu que o ensino público seja controlado pela comunidade". V. L.: "Nós defendemos que a educação, ela seja completamente pública, controlada pelos trabalhadores / e assegure a educação pública e de qualidade. Isso significa professores com seus salários, com direito não somente ao piso, mas condições de trabalho e a escola pública, ela seja dotada de condições para dar ensino aos nossos filhos".</i></p> <p><i>- "V. L. disse que o dinheiro para a educação, e também para a saúde, transporte, moradia, segurança e da previdência social viria do <u>não</u> pagamento da dívida pública".</i></p> <p><i>- Participação de um ato pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe.</i></p>						
R. V.: "Que Brasil você quer para o futuro?"						
<p>Depoimentos do PBQQ</p> <p>Link específico para acesso aos depoimentos (aberto):</p> <p>https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/playlist/o-brasil-que-eu-quero-videos-exibidos-de-23-a-29-de-setembro-nos-telejornais.ghtml#video-7052447-id</p>						
Código	Est.	Sexo	Nº depoentes no plano	"Faixa" etária	Conteúdo	Cenário
E.JN.28-9.1	RN	H	1	Adulto	<p><i>O meu nome é [diz o nome próprio]/falo aqui de [diz o nome da cidade]/uma cidade mais que especial/ que hoje a violência conhece de perto/Por isso, eu digo: certo,/essa violência eu não quero mais não,/e o que eu quero para o futuro do Brasil/é mais segurança, menos corrupção".</i></p> <p><i>*O depoente utilizava, curiosamente, uma camiseta em cuja estampa se podia ler a seguinte frase: "I don't expect anything" (Eu não espero nada).</i></p>	Urbana (orla da praia; monumento de Iemanjá)
E.JN.28-9.2	GO	H	1	Adulto	<p><i>"O poder emana do povo e em nome dele será exercido". O país que</i></p>	Urbana (rua e edificações)

					<i>queremos para o futuro é um país onde nossos governantes possam realmente votar de acordo com os anseios da população.</i>	
E.JN.28-9.3	MA	H	1	Adulto	<i>O que eu quero para o meu país? É um país mais justo, com muito mais dignidade. Um país onde os políticos, que eleitos são, amem o país, assim como nós eleitores amamos. Que a cada voto é a esperança de melhores dias; é a esperança de mais recursos aplicados a nosso favor. Que os políticos valorizem o nosso voto e amem o nosso país. É o que eu quero para o meu Brasil.</i>	Paisagem natural
E.JN.28-9.4	GO	H	1	Adulto	<i>[...] e o Brasil que eu quero é um Brasil onde os educadores sejam mais valorizados para que possam oferecer uma educação de qualidade aos nossos jovens e que as leis sejam oferecidas de forma igualitária para todos.</i>	Edificação religiosa (católica) Monumento
E.JN.28-9.5	MG	H	1	Adulto	<i>O Brasil que eu quero para os meus filhos, para o meu futuro, para o futuro dos meus netos é um Brasil onde se valoriza a educação. Um país que quer prosperar, menos violência, tem que investir em educação. É a base de qualquer sociedade. “Educação: hoje, amanhã e sempre”.</i>	Edificação religiosa (católica) Igreja
E.JN.28-9.6	GO	H	1	Idoso	<i>O país que eu quero é que os políticos pensem mais na população, investem na saúde, na educação e preserve a natureza. “Aí o Brasil será bem melhor”.</i>	Paisagem natural
E.JN.28-9.7	TO	M	1	Jovem	<i>O Brasil que eu quero é que as autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário respeitem e cumpram as leis que garantem a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros, especialmente dos povos indígenas: “os verdadeiros donos do Brasil”.</i> <i>*Uso de trajes indígenas (nome da depoente era indígena).</i>	Urbana (rua)
E.JN.28-9.8	CE	H	2	Adulto	<i>DI.: Eu quero um Brasil transformado pela força da educação/Dignidade e respeito aos mestres dessa nação</i>	Urbana (escola)

					<p><i>D2: Pois o Brasil do futuro é uma semente agora/ Plante, que a colheita é certa/ Brasil, chegou a hora.</i></p> <p><i>*Os depoentes declamaram como um poema.</i></p>	
<p>R. V.: <i>Esses vídeos estão no GloboPlay, na página do Jornal Nacional e na página g1.com.br/brasilqueeuquero, tudo junto.</i></p>						
<p>Chamada para o próximo bloco</p>						
<p><i>W. B.: A seguir: Quase 2.000.000 (dois milhões) de brasileiros vão trabalhar nas eleições [“mesários”].</i></p>						
<p>2º bloco</p>						
	Posição	Tema/Conteúdo				
	1	<p><i>Operação da PF em endereços do ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB, “suspeito de receber propina da Odebrecht” {no painel do fundo a animação digital que caracteriza a identidade de assuntos ligados à Operação Lava Jato: largos dutos/canos de ferro, “industriais”, enferrujados por onde são dispensadas muitas cédulas de 100 reais, sob um fundo vermelho-alaranjado, com tom de ferrugem}.</i></p> <p><i>Presença, entre os cinco presos, de Jayme Rincón, que ocupava a presidência da Agência Goiana de Obras desde os dois últimos mandatos do ex-governador Marconi Perillo, do PSDB. “Segundo as investigações, Jayme Rincón coordenava as operações de pagamento de propina. O filho dele, Rodrigo Rincón, também foi preso junto com mais três investigados. Também foram realizadas 14 operações de busca e apreensão, incluindo na casa e na fazenda de Perillo”.</i></p> <p><i>“Os procuradores afirmam que os indícios até então colhidos apontam que Marconi Perillo era o chefe do grupo. E que, quando era senador, e, depois, também como governador, M. P. solicitou e recebeu propina no valor de, em 2010, 2 milhões e, em 2014, 10 milhões de reais em troca de beneficiar a Odebrecht em contratos com o estado de Goiás” {uso de animação digital com um notebook onde rolam textos — a palavra ‘corrupção’ aparece em destaque — e de onde se extraem fragmentos de textos que referem-se às investigações e que compõe a fala do narrador; cifras}. “As investigações usaram informações da Odebrecht e do doleiro Álvaro José Novis {uso de uma animação digital, com elementos semelhantes aos outros dessa ‘identidade visual’ da O. L. J., representando algo como a parede de um grande e velho galpão, sombrio, com janelas rachadas, paredes descascadas e o chão quase coberto de notas de 100 reais espalhadas; essas notas concentram-se no centro da imagem e acima dela inclui-se a foto da pessoa citada, A. J. N}.</i></p> <p><i>“De acordo com os investigadores, Novis forneceu planilhas de controle e extratos dos pagamentos, além de gravações das conversas telefônicas. Ainda segundo o MP, uma das tabelas fornecidas por Novis mostra 21 entregas de dinheiro, à mando da Odebrecht, em favor de Marconi Perillo”.</i></p> <p><i>“A PF declarou que, só não pediu a prisão do ex-governador, porque a <u>lei eleitoral</u> impede que candidatos sejam presos a menos de 15 dias da eleição” [o conflito <u>polícia versus lei</u>; aquilo que é o instrumento de execução posiciona-se de modo a aparentar que tem sua força de ação atada pelas próprias leis, ao menos como o tom da reportagem sugere]. “Perillo renunciou ao cargo de governador em abril para concorrer ao senado. Sem o foro privilegiado, as investigações saíram do STJ e seguiram para a primeira instância. Marconi Perillo comentou a operação / M. P.: ‘Um processo requeitado, mas nós vamos na justiça provar o trabalho que nós fizemos e a nossa inocência”.</i></p> <p><i>O que dizem os citados: “A defesa de M. P. repudiou a ação policial. Disse que a palavra do delator é isolada e não representa nenhum indício contra o ex-governador; que a busca, na casa do ex-governador <u>a nove dias da eleição</u>, tem um caráter claramente eleitoral e que demonstra um <u>abuso do MP e do Poder Judiciário</u>”. [Pensar o acirramento do clima pré-eleitoral e como isso incide como uma forma de amedrontamento, talvez de perigo; ações policiais, operações de busca e a repetições, por diferentes fontes, de expressões que anunciam como uma <u>contagem regressiva</u> // pensar o elemento de ataque às instituições, considerando também os elementos de dominação, abuso e poder nela objetivados].</i></p>				

	<p>“As defesas de J. e R. Rincón afirmaram que não há fato novo que justifique as ordens de prisão, que J. R. jamais se esquivou de responder a qualquer questionamento e que abriu mão dos próprios sigilos”.</p>
2	<p>“A revista veja publicou uma reportagem sobre o processo judicial aberto em 2008 durante a separação do deputado Jair Bolsonaro e de Ana Cristina Siqueira Vale. Na ação, Ana Cristina exigia a divisão de bens e pensão alimentícia pro filho do casal. Argumentava que o deputado B. tinha rendimentos elevados e bens que somavam 4.000.000 (quatro milhões) de reais”.</p> <p>“No processo, Ana C. também acusou B. de ter furtado conteúdo de um cofre que ela mantinha em um banco, mas o inquérito foi arquivado” [pensar a repartição da informação].</p> <p>“Ao ser procurada pela Revista Veja a ex-mulher do atual candidato à presidência pelo PSL <u>negou</u> as acusações daquela época. Alegou que estava magoada, que disse coisas que não deveria. E afirmou que Bolsonaro é <u>digno, carinhoso, honesto e provedor</u>”.</p> <p>{Inserção de uma animação que simula um tablete e, nele, recortes da revista Veja sobre o assunto. Pensar a indústria cultural como sistema}</p> <p>“A revista Veja teve acesso a um processo em que a ex-mulher de J. B., A. C. S. V., disputava com ele a guarda de um filho dos dois — hoje com vinte anos — e pedia pensão alimentícia”.</p> <p>“<u>Segundo a revista</u>, A. C. alegava que B. se recusava a fazer a partilha justa dos bens. O processo é de abril de 2008 da 1ª Vara de Família do Tribunal de Justiça do RJ. <u>A revista afirma</u> que, na ação, A. C. anexou uma lista de bens e a declaração do imposto de renda de B. relativa aquele período. A lista discrimina 17 (dezesete) bens arrolados, incluindo três casas, três salas, um apartamento, três lotes, cinco veículos e uma moto aquática. Os bens somavam 4.000.000 (quatro milhões) de reais, que, segundo a revista, equivalem, em valores atualizados a 7.800.000 (sete milhões e oitocentos mil) reais” {exibição de uma imagem em recorte que apresenta a lista; cifra de 4.001.461,31} [retomar as considerações feitas por Adorno quanto ao elemento de auto caracterização do agitador fascista não no sentido direto de que isso é feito aqui, pois não é o caso, mas mais em função das considerações sobre esse ato de bisbilhotar, suas implicações e sus usos].</p> <p>“A revista compara a declaração de imposto de renda que consta do processo com a relação de bens apresentada em 2006 à justiça eleitoral por B. em que o deputado declarou o valor de 433.934 reais, inferior, portanto, ao que consta no imposto de renda dele. O advogado Daniane Furtado, <u>especialista</u> em direito eleitoral, disse à revista que a omissão de bens na declaração à Justiça Eleitoral pode ser enquadrada nos crimes de falsidade ideológica e sonegação. A reportagem revela que, no processo, A. C. diz que B. tinha uma próspera condição financeira e que a renda mensal do deputado chegava a 100.000 (cem mil) reais, 183.000, em valores atualizados. Na época, B. recebia 26.700 reais como deputado e 8.600 como militar da reserva. No processo, A. C. disse que, para totalizar os 100.000 reais, B. recebia ‘outros proventos’, mas A. C. não identifica a origem desses recursos. A reportagem publica o trecho do pedido de pensão em que A. C. faz essa afirmação”.</p> <p>“A revista reproduz ainda um boletim de ocorrência policial de 26 de outubro de 2007 em que A. C. denuncia o furto de 600.000 reais em joias, 30.000 em dólares e 200.000 reais em dinheiro vivo guardados num cofre alugado por ela numa agência do Banco do Brasil no centro do Rio. Esse boletim está incluído no processo na Vara de Família. A reportagem afirma que esses valores são incompatíveis com os rendimentos do casal. Segundo a revista, A. C. acusou Bolsonaro do furto. O registro do furto do conteúdo do cofre na polícia foi confirmado pela TV Globo. A. C. foi chamada para depor nesse inquérito, mas jamais compareceu. A investigação foi arquivada pela polícia. Num depoimento a que Veja teve acesso, um gerente do banco, Alberto Carraz confirmou que o casal mantinha cofres na agência e que o cofre de A. C. teve o conteúdo furtado. A revista revela que Carraz foi ele próprio acusado de furtar mais de 2.000.000 (dois milhões) de reais de vários cofres da agência do Banco do Brasil onde trabalhava. A revista indaga: ‘Poderia ter sido ele, então, o ladrão do cofre de A. C.?’. Mas a própria revista afirma que na lista de supostas vítimas de Carraz não aparece o nome de A. C. nem o de B. Na época, o repórter Eduardo Tchao mostrou a prisão de Carraz pelos furtos dos cofres na agência onde trabalhava”. Exibição de um fragmento da matéria que se refere a essa prisão (Arquivo Globo): “R.: Você traiu a confiança dos seus clientes? A. C.: Não Tchao, não tem nada disso, está havendo um equívoco muito grande. R.: Você não levou o dinheiro das gavetas? A. C.: Não, de jeito nenhum. Não existe nenhuma prova a esse respeito. Se houvesse prova, eu já estaria preso há muito tempo. R.: Tem imagens do senhor levando. A. C.: Não tem não”. “Na reportagem, o Fantástico revelou que Carraz foi descoberto a partir da denúncia de uma cliente e de imagens do próprio banco que mostram o gerente retirando valores dos cofres”. [Considerar com cuidado dois elementos aqui. O primeiro é a estratégia prolongada de “leitura” da matéria da revista Veja, algo como o “ouvir falar” ou o “falar com a boca dos outros”; a outra coisa a ser observada é a associação que se faz com a história passada de A. C. que é derivava e prolongada, resgatando uma reportagem antiga e mudando o foco da reportagem em questão</p>

	<p>“Segundo a revista, na fase em que discutia a guarda do filho, a defesa de Bolsonaro juntou um depoimento em que o deputado acusava a mulher de chantageá-lo. Dizia que A. C. tinha levado o filho para o exterior e <u>condicionava o retorno da criança à devolução do dinheiro e das joias supostamente tiradas do cofre</u>”. “Na semana passada, o jornal Folha de São Paulo publicou telegramas do Itamaraty em que A. C. diz ao cônsul brasileiro que foi para a Noruega depois de ameaçada de morte pelo ex-marido” {exibição de excertos do jornal, a Folha de São Paulo; pensar a estratégia de dizer por outros meios}. “A. C. negou que tenha falado em ameaça ao cônsul e de disse indignada com a reportagem” {exibição do trecho escrito no qual A. C. afirma ‘Acho que vocês estão pegando pesado’}. “No processo de separação a que Veja teve acesso A. C. afirma ainda que o motivo da separação foi o comportamento ‘explosivo’ e de ‘desmedida agressividade’ de B. B. e A. C. se separaram oficialmente em 2008. A revista relata que a disputa pelos bens foi resolvida nos termos reivindicados por A. C. e o valor da pensão foi acertado. <u>Hoje, A. C. é candidata à deputada federal e se identifica como Cristina Bolsonaro.</u>” {exibição de uma imagem em que consta uma foto de A. C. sorrindo ao lado da informação “Rio de Janeiro // Candidata // Deputada federal // Cristina Bolsonaro; pensar a ênfase na assunção por parte de A. C. do sobrenome Bolsonaro, repete-se muitas vezes o nome completo dela ou os dois primeiros sem o B.}. “Sobre as acusações, A. C. afirmou à revista que foram fruto de excessos retóricos. Numa curta entrevista à revista, ela disse que as joias e o dinheiro eram coisas dela, coisas do ex-marido e joias que ganhou dele [de J. B]. Disse que não lembra porque não atendeu às convocações da polícia para depor sobre o suposto furto das joias. A. C. disse que, <u>brava, fala besteira</u>” [importante pensar sobre a mulher e o seu suposto caráter temperamental e descontrolado e como os elementos confluem para formar essa imagem e limpar a imagem de B.]. “Em outro momento da reportagem, A. C. negou as acusações que fez no processo, disse que, <u>quando está magoada, fala coisas que não deveria</u>. Questionada por outros rendimentos e a vida afortunada do candidato, perguntou: ‘Eu falei isso?’ [pensar o lobo, o cervo e a ovelha]. <u>Sobre as acusações de que B. era explosivo e de desmedida agressividade, A. C. disse à revista que B. é digno, carinhoso, honesto e provedor [repetição do dia anterior]. Acrescentou que, apesar de machão, ama os filhos incondicionalmente e trata suas mulheres como princesas</u>”.</p> <p>“O TSE afirmou que, ao pedir o registro de candidatura, o candidato precisa apresentar uma declaração e bens, entre outros documentos. Mas, ainda segundo o TSE, a justiça eleitoral não julga essa declaração e ela não precisa ser idêntica àquela que o candidato envia ao imposto de renda”.</p> <p>“<u>Sem citar diretamente a reportagem da revista Veja, o candidato B. se manifestou nas redes sociais. Ele publicou: ‘Há anos <u>tentam</u> nos parar com rótulos criminosos falsos e com meias verdades distorcidas. Nos últimos meses os ataques se intensificaram, mas continuamos firmes. Se 1% desse serviço fosse feito contra meus adversários, apenas com verdades, venceríamos por <u>W.O.</u>’</u>” [lembrar do elemento do combate, da luta com a referência ao W. O.; observar o uso das imagens, nesse caso, foi utilizada uma animação com um computador que destaca da página do Twitter de J. B. o tuíte cujo texto é lido, no cabeçalho havia as informações do nome do candidato e seu número eleitoral]. “E escreveu também: ‘Estamos na reta final para as eleições. Mais uma vez <u>parte da mídia de sempre</u> lança seus últimos ataques na vã tentativa de me desconstruir. <u>O sistema agoniza, vamos vencê-lo</u>’” [pensar os elementos de propaganda fascista mobilizados nos textos desses dois tuítes; a não citação direta da reportagem, o sujeito oculto que ataca, expressões vagas como ‘parte da mídia de sempre’, ‘o sistema’ contra o qual se combate. A imprecisão da especificação livra o meio que faz o tratamento ambíguo e amplia o apelo difuso do discurso].</p> <p>No fim da tarde, em entrevista à Band, o candidato J. B. disse que, numa separação litigiosa em que há partilha de bens, guarda do filho — abre aspas — <u>‘cotoveladas</u> acontecem de ambas as partes’ — fecha aspas — e que a própria ex-mulher dele diz claramente que, de sangue quente, falam-se coisas que não existem.</p> <p>* Essa reportagem durou mais do que nove minutos (9’12’’) o que equivale a 21,4% do tempo total desta edição do jornal. Chama a atenção o quão longa é a reportagem.</p>
3	<p>“A PF concluiu que o agressor do candidato J. B. agiu sozinho”.</p> <p>“O relatório do primeiro inquérito foi enviado à Justiça Federal em Juiz de Fora. O delegado R. M. afirmou que a PF analisou imagens do atentado ao candidato à presidência J. B., do PSL, do circuito de câmeras de lojas e bancos no local da fachada. A investigação. A investigação verificou que Adélio Bispo de Oliveira tentou atacar B. antes. As <u>‘imagens demonstram um comportamento obsessivo com que A. B. buscou concretizar seu plano de atentar contra a vida do candidato deixando</u></p>

	<p>evidenciar a premeditação'. No relatório, a polícia diz que Adélio fotografou previamente alguns locais onde B. estaria na cidade. Em outras fotos e imagens encontradas em seu celular, ficou evidenciado que esteve acompanhando o candidato durante todo dia, tento tido, inclusive, acesso ao hotel, em que estava programado um almoço com empresários. Ele esteve filmando e fotografando outros locais, cuja visita estava prevista. A PF <u>concluiu</u>: 'Configuram-se, portanto, indubitavelmente, elementos robustos de que houve uma decisão prévia, reflexiva e arquitetada por parte de Adélio Bispo de Oliveira, para atentar contra a vida do candidato <u>Jair Messias Bolsonaro</u>' {exibição em animação digital do inquérito e destaque dos fragmentos; os trechos riscados são aqueles que foram omitidos na narração, mas exibidos na imagem; esses recursos ocupam, para quem vê a imagem, o equivalente das aspas, porém, o som carece desses marcadores em casos como esse, PENSAR}; {exibição de imagens de A. B. O. algemado, sentado no chão, com a camisa aberta, desabotoada}. "A polícia afirma que A. infringiu a lei de segurança nacional. O relatório diz que as quebras de sigilo bancário não indicaram dinheiro suspeito, que a análise de celulares e chips trouxeram informações irrelevantes, reforçando os indícios de que o agressor agiu sozinho. 'Descartou-se a participação direta de terceiros em coautoria com A. B. no dia e no momento da prática do atentado, seja emprestando apoio moral ou material'".</p> <p>"Mas no segundo inquérito, já em andamento, a PF vai aprofundar as possíveis conexões de A. B. Estão sendo analisados mais de 6.000 conversas de A. no celular, mais de 1.000 e-mails e dados telefônicos dos últimos 5 anos. A PF também vai ouvir J.B. Investigadores já identificaram mensagens de ameaça de morte feitas por Adélio nas redes sociais do candidato".</p>
4	<p>"Em agosto, o governo federal, estados, municípios e empresas estatais fecharam no negativo com quase 17.000.000.000 (dezesete bilhões) de reais, sem levar em conta o pagamento dos juros. A dívida pública passou dos 5.000.000.000.000 (cinto trilhões) de reais. {animação com dados numéricos da dívida pública}.</p>
5	<p>"O governo federal arrecadou 6.800.000.000 (seis bilhões e oitocentos milhões) de reais num leilão de quatro áreas de exploração de petróleo do pré-sal). Três blocos, na Bacia de Santos, ficaram com empresas estrangeiras. Na Bacia de Campos, a Petrobrás foi a única interessada. A Agência Nacional do Petróleo espera arrecadar <u>240.000.000.000</u> (240 bilhões) em royalties e tributos nos 35 anos dos contratos" {exibição dos dados em painel com os valores da ANP". [Pensar o conjunto; dívida estatal e leilão]</p>
6	<p>"A taxa de desemprego no Brasil caiu para 12,1% no trimestre de junho a agosto; o menor patamar do ano. 12.700.000 (doze milhões e setecentos mil) brasileiros estão procurando trabalho" {exibição dos dados em painel verde-amarelo, como os anteriores}. [Pensar essa forma de apresentação que, a partir dos dados de queda no desemprego, apresenta o número de desempregados; apenas para pôr em tensão com as reportagens anteriores]</p>
7	<p>"A Agência Nacional de Energia Elétrica vai manter a bandeira vermelha nas contas de luz de outubro por causa do nível baixo dos reservatórios das hidrelétricas. Com isso, a energia continua com a tarifa mais cara" {exibição dos dados da ANEEL em painel}.</p>
8	<p>W. B.: "Tá chovendo pouco. Choveu pouco, o nível fica baixo. Hora de falar de previsão do tempo. M. J. C., boa noite. O que que você destaca?". [Pensar a inclusão desse tópico na sequência deste bloco considerando as quatro reportagens anteriores. A questão da natureza]</p> <p>* Previsão do tempo com M. J. C.</p> <p>"Chuva volumosa"; "Amanhã — alerta muita chuva" [painel com a chuva, relâmpagos]; "ressaca, com ondas de até três metros" [ver a referência às altas temperaturas; retomar considerações sobre a natureza na análise de Adorno sobre M. L. T.].</p> <p>M. J. C.: "Palmas bateu 40 C° nove vezes este ano; lidera o clube das <u>quarentonas</u>, seguida por Cuiabá. Rio de Janeiro e Teresina também fazem parte desse time, mas ainda não <u>pontuaram</u> esse ano, para a sua felicidade, Bonner".</p> <p>W. B.: "Ah, mas é uma questão de tempo, sem trocadilho, é uma questão de tempo. O tempo do relógio" [pensar a função prognosticadora, a regularidade sobre a natureza; certa onisciência].</p>
9	<p>(!) "Um terremoto de magnitude 7,5 e um tsunami causaram mortes na ilha indonésia de Sulawesi. O epicentro foi perto das cidades de Dongalla e Palu, onde vivem mais de 600.000 (seiscentas mil) pessoas. Momentos depois, um tsunami de até dois metros de altura derrubou construções e deixou moradores sob escombros. O número de mortos ainda não foi divulgado porque a região está isolada, sem a energia elétrica e serviços de comunicação" [a questão da natureza].</p>
10	<p>"O Facebook anunciou que um <u>ataque cibernético</u> afetou 50.000.000 (cinquenta milhões) de usuários no mundo todo".</p> <p>"O fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, disse que a invasão das contas foi descoberta na terça-feira. Os hackers acessaram os perfis através de uma vulnerabilidade da ferramenta 'ver como', que mostra como a página de um usuário aparece para os outros".</p>

	<p>“A empresa ainda não sabe quem está por trás do <u>ataque</u>, mas está cooperando com as investigações do FBI. Este é o segundo escândalo de invasão descoberto este ano. Em abril, o Facebook reconheceu que dados de 87.000.000 (oitenta e sete) milhões de usuários haviam sido acessados indevidamente durante a campanha presidencial de 2016 aqui nos Estados Unidos. Essas informações foram utilizadas para ajudar a espalhar notícias falsas durante a eleição”. [Retomar as palavras de perigo desta edição ataque, invasão, hackers, vulnerabilidade e nas outras reportagens ‘atentado’; a linguagem do perigo/medo]</p>
11	<p>[Na transição entre o complexo de reportagens aterradoras que vem antes e o que rompe, na sequência, parece ser possível pensar naquele padrão ameaça-ajuda ao qual Adorno faz referência em ‘As estrelas descem à terra’; pensar na ambivalência da autoridade — o que se segue, depois do medo é um convite para viagem]</p> <p>“O Globo Repórter de hoje é no Egito”.</p> <p>Entrada de Sérgio Chapelin. [Ind. Cult. como propaganda de si mesma]</p> <p>“Vamos navegar pelo Rio Nilo, mergulhar no Mar Vermelho” [pensar sobre experiência emprestada, H. Herzog]</p> <p>“Cairo, metrópole superpovoada. Até cemitérios já se transformaram em moradia. / Camelos, como são criados os filhotes do animal símbolo do deserto. / Você sabia que as pirâmides não foram construídas pelos escravos? / Nossos repórteres entram numa vila que passou séculos coberta de areia. / O segredo de um dos mais saborosos pães do mundo. / Mergulho no Mar Vermelho. Sob as águas transparentes, <u>uma verdadeira floresta tropical</u>.” S. C.: “Hoje, no Globo Repórter”. [Esta é uma escalada, diferentemente da escalada desta edição do JN ela é impregnada pelo tom de curiosidade, por certa euforia, ela é o contrapeso do terror que a escalada do JN infunde; até mesmo o que nela é horrível — pessoas que precisam morar em cemitérios — perde seu caráter e assume a atmosfera do deserto ‘paradisiaco’ com camelos, pães e o mar cristalino. Pensar a tradução do diferente em termos do conhecido: “sob as águas transparentes, uma verdadeira floresta tropical”]</p>
<p>Chamada para o próximo bloco</p>	
<p>W. B.: A seguir: A troca de comando no Flamengo.</p> <p>R. V.: O prêmio internacional para o Museu do Amanhã [<u>“O óscar dos museus”</u>]. [Pensar o léxico unificado; a tradução do diferente sob o conhecido da indústria cultural: ‘óscar dos museus’, uma matriz para percepção cujas palavras que o nomeiam e qualificam são ditadas pelo universo da ind. cult.]</p>	
1	<p>“Lewis Hamilton, piloto que lidera a temporada da fórmula. Fez o melhor tempo no primeiro dia de treino do GP da Rússia. Sebastian Vettel chegou a liderar a primeira sessão pela manhã, mas o rival pela Mercedes dominou a parte final. Na classificação, Hamilton tem 40 pontos de vantagem sobre Vettel”. [Esporte e hierarquias]</p>
2	<p>“Depois da eliminação da Copa do Brasil, o Flamengo demitiu Maurício Barbieri e anunciou um novo treinador. Barbieri comandou o Flamengo em 19 vitórias, 11 empates e 9 derrotas. Pro lugar dele, a diretoria contratou Dorival Junior”. [a dureza do sistema de vitórias e derrotas do esporte — sobre a demissão]</p>
3	<p>“O Museu do Amanhã venceu hoje em Londres o Leading Culture Destination Awards — eu caprichei muito nesse pronúncia, eu nunca falei esse prêmio (R. V.: Mas o prêmio merece né, esse capricho), esse prêmio veio para o Brasil, é um prêmio importante. É um prêmio britânico considerado, ‘simplesmente’, o óscar dos museus”.</p> <p>“O Museu do Amanhã foi eleito a melhor instituição cultural para a promoção do ‘soft power’, <u>uma palavrinha inglesa que descreve a habilidade de influenciar pessoas sem o uso da força</u>”.</p> <p>“O fundador do prêmio explica que a categoria inclui museus que transformam o lugar onde eles estão e F. V. percebe o impacto do Amanhã além da comunidade local. Quem entra nesse espaço carioca logo sente esse tal ‘<u>poder suave</u>’. Entre os funcionários estão transexuais, um refugiado e moradores do Morro da Providência. <u>Sem notar, o visitante já reflete um pouco sobre inclusão, igualdade de gêneros, coexistência</u>. E, quando chegam nas instalações, as pessoas aprendem sobre as urgências do mundo, sobre sustentabilidade, mudança climática. <u>Temas profundos abordados de um jeito simples</u>. O Museu do Amanhã teve reconhecida hoje essa <u>capacidade de mudar comportamentos</u>” {exibição de imagens do Museu do Amanhã, de suas instalações digitais/tecnológicas, de pessoas visitando}.</p> <p>“Dois anos atrás o Museu do Amanhã já tinha ganhado um prêmio, mas de uma outra categoria. Ele foi considerado o melhor novo museu nas Américas e no Caribe. Dessa vez esses especialistas aqui resolveram premiar o Amanhã numa categoria mundial. Ele <u>deixou para trás</u> museus como o Louvre de Abu Dhabi e o Museu de Vancouver”.</p> <p>“O diretor presidente do IDG, responsável pela gestão do museu, lembra que muita gente ajudou a <u>construir o Amanhã</u>”. R. P.: “É o resultado conjunto e o reconhecimento que o <u>valor desse</u></p>

	<p><i>equipamento e que esse <u>ativo cultural</u> da cidade do Rio de Janeiro pode oferecer a própria cidade, ao Brasil e ao mundo”.</i></p> <p><i>“O Museu do Amanhã é uma iniciativa da Prefeitura do Rio e da Fundação Roberto Marinho, em parceria com o Santander. Um espaço cultural que, em menos de três anos de existência, recebeu mais de 3.000.000 (três milhões de visitantes). O Brasil precisa valorizar mais a cultura e hoje. Os prêmios não podem ficar só para o Amanhã”.</i></p> <p><i>[Recordar do incêndio do Museu Nacional, neste mesmo mês]</i></p> <p><i>[Pensar os jogos de palavra com o nome do museu: ‘impacto do Amanhã’, ‘premiar o Amanhã’, ‘construir o Amanhã’].</i></p> <p><i>[Pensar a ideologia da racionalidade tecnológica e como ela fecha várias das reportagens; pensar os trechos em destaque: poder suave?; refletir sem notar?; influenciar pessoas e mudar comportamentos (propaganda). Pensar a linguagem a competição ‘deixou para trás’]</i></p> <p><i>[Pensar: espaço cultural e indicadores do sucesso]</i></p>
<p><i>R. V.: O Jornal da Globo é depois de Máquina mortífera. Boa noite.</i></p> <p><i>W. B.: Boa noite e um bom fim de semana.</i></p>	

APÊNDICE L – Registro do conteúdo da edição do “Jornal Nacional” do dia 29/09/2018

Programa		Edição	Duração do vídeo
Jornal Nacional		Data: 29/09/2018 (sábado) Link: https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/29-09-2018/ (fechado)	44'29''
Escalada			
Posição	Apresentador (a)	Manchete	
1	G. M.	<i>Tremores secundários sacodem a Indonésia, enquanto equipes de resgate ainda tentam chegar a áreas isoladas pelo terremoto de ontem, seguido de Tsunami. [Pensar o sobrevivente]</i>	
2	R. B.	<i>Já são mais de 400 (quatrocentos) mortos, mas autoridades dizem que o número pode aumentar para <u>milhares</u>. (Referida à anterior)</i>	
3	G. M.	<i>Manifestantes vão às ruas em 26 estados e no Distrito Federal contra a candidatura de Jair Bolsonaro. As maiores manifestações foram no Rio e em São Paulo.</i>	
4	R. B.	<i>O movimento foi convocado por mulheres. (Referida à anterior)</i>	
5	G. M.	<i>Bolsonaro teve alta hoje, depois de três semanas internado.</i>	
6	R. B.	<i>Em entrevista ao Jornal Nacional diz que está feliz de voltar para casa e vai rebater críticas de adversários e desfazer mal entendido de aliados. (Referida à anterior)</i>	
7	G. M.	<i>Ele voltou a botar sob suspeita o resultado das eleições caso não seja ele o vencedor. (Referida à anterior)</i>	
8	R. B.	<i>Em 16 estados houve manifestação à favor de Bolsonaro.</i>	
9	G. M.	<i>A justiça eleitoral treina os mesários.</i>	
10	R. B.	<i>Quase dois milhões de brasileiros vão trabalhar nas eleições.</i>	
11	G. M.	<i>A seleção masculina de vôlei se classifica para a final e vai tentar o tetracampeonato mundial na Itália</i>	
12	R. B.	<i>E os gols do sábado no campeonato brasileiro.</i>	
1º bloco (reportagens)			
Posição	Tema/Conteúdo		
1	<p>“Chega a 420 (quatrocentos e vinte) o número de mortos e 540 (quinhentos e quarenta) o de feridos no enorme terremoto, seguido de tsunami, que devastou parte de uma ilha da Indonésia”.</p> <p>“Eram seis horas e três minutos da tarde, quando o terremoto, de magnitude 7,5 atingiu a região central de Sulawesi — uma das ilhas que formam o arquipélago indonésio. O epicentro do tremor, registrado à apenas 10 (dez) quilômetros de profundidade foi próximo às cidades balneárias de Palu e Dongalla, onde vivem 600.000 (seiscentas mil) pessoas. Um alerta de tsunami foi emitido, mas menos de uma hora depois acabou suspenso pela agência meteorológica do país. Anoitecia em Palu e centenas de pessoas estavam na praia, para um festival, quando foram surpreendidas por ondas de até seis metros de altura. Elas quebraram em cima de casa, espalharam containers, inundaram essa mesquita. ‘O tsunami foi arrastando carros, casas, troncos, o que tinha pela frente’, diz esse porta voz da agência que cuida de desastres na Indonésia. ‘Algumas pessoas escalaram árvores para escapar dos tsunamis, e sobreviveram’, afirmou ele. Hotéis, shoppings, hospitais foram destruídos. Os feridos estão recebendo tratamentos em barracas montadas a céu aberto. Quase 17.000 (dezesete mil) pessoas estão aglomeradas em 24 abrigos. A principal estrada que leva à cidade foi interrompida por um deslizamento de terra. Palu está isolada; sem energia elétrica, sem comunicação. Hoje à tarde, novos tremores secundários sacudiram a região. E as autoridades alertam que o que aconteceu já é uma tragédia, mas ainda pode piorar muito com o <u>número de mortos chegando aos milhares</u>. <u>O que aconteceu em Dongalla ainda é um mistério</u>”</p> <p>{Exibição, em primeiro momento, de uma animação do globo que se destacava a Indonésia; depois, exibição de imagens em baixa qualidade aparentemente gravadas por telefone celular nas quais se via o momento do tsunami e cenas depois de sua passagem; imagens do responsável pela agência referida no texto dando entrevistas — recurso da imagem que comprova a narração. Exibição de várias imagens amadoras intercaladas com algumas imagens de TV, observar o explícito nas imagens amadoras que mostram as ruínas caminhando ele elas, mostram os corpos passando por</p>		

	<p>eles}. [Pensar o uso do recurso da tradução. Em geral, se fala com outras vozes ao fundo, como uma espécie de tradução tanto de falas literalmente, quanto do momento].</p> <p>Entrada do correspondente Jorge Pontual, de Nova York. “Já é manhã de domingo na Indonésia e, por enquanto, os números oficiais permanecem em 420 (quatrocentos e vinte) mortos 540 (quinhentos e quarenta) feridos e 29 (vinte e nove) desaparecidos e as autoridades preveem que esse número cresça e haja milhares de mortos. No tsunami de 2004, o <u>número inicial</u> de mortos na Indonésia era de <u>apenas</u> 40 (quarenta) e, no final, 120.000 (cento e vinte mil) indonésios morreram. Esse tsunami foi bem menor, aparentemente ele atingiu <u>apenas</u> a baía de Palu que é muito estreita, o que eleva a altura das ondas, mas foi um terremoto maior que o de agosto em outra ilha da Indonésia, Lombok, que matou 505 (quinhentos e cinco) pessoas” {exibição de imagens aéreas da região afetada; em função da narração não é possível precisar com certeza qual das regiões de que se fala estão representadas pela imagem, as tragédias de aglutinam} [Penar a espera pelo número ‘correto’]. “A Indonésia é muito sujeita a terremotos e tsunamis, por isso, possui um sistema de alerta, mas, após esse tremor, o aviso de risco de tsunami foi cancelado por um erro das autoridades. Por isso, a população de Palu e das cidades vizinhas foi surpreendida pelas ondas. Juliana, Bocardi”.</p> <p>R. B.: “Obrigado, Pontual, falando ao vivo. Boa noite”.</p>
2	<p>“Na Espanha, 6 (seis) pessoas ficaram presas e 14 (catorze) ficaram feridas hoje em manifestações <u>favoráveis e contrárias</u> à independência da Catalunha. Milhares de manifestantes saíram às ruas de Barcelona para lembrar o aniversário de um ano do plebiscito pela separação do nordeste da Espanha. Um grupo que defende a independência lançou um pó colorido e entrou em confronto com a polícia. Parte do centro da cidade foi fechada” {imagens das manifestações nas ruas, dos confrontos}. [Pensar o esquema favorável e contrário; que parece perpassar essa edição]</p>
3	<p>“Neste sábado, manifestantes foram às ruas contra o candidato do PSL à presidência, J. B., nos 26 estados e no DF. Os protestos foram <u>convocados por mulheres nas redes sociais</u>” {imagens aéreas, amplas, das pessoas ocupando as ruas; imagens de grupos manifestantes}.</p> <p>“No Rio, manifestantes contrários ao candidato tomaram a Cinelândia, no centro. Os manifestantes — mulheres, homens — se espalharam do Teatro Municipal até o começo do Aterro do Flamengo. Muita gente foi de transporte público, a estação de metrô mais próxima ficou lotada. Muitas pessoas carregavam faixas e cartazes. A todo momento gritavam palavras de ordem.” {imagens das pessoas saindo do metrô na estação; ao fundo gritos de ‘ele não’ e foco em imagens nas quais havia cartazes com a ‘#elenão’}. Exibição de um grupo de mulheres com instrumentos de percussão proclamando o grito: “Unimos forças! É pela luta das mulheres”. “No fim da tarde, eles caminharam em direção à Praça XV (quinze). A PM do Rio e os organizadores <u>não divulgaram o número de manifestantes</u>”.</p> <p>“Em São Paulo, o ato ‘Mulheres contra Bolsonaro foi no Largo da Batata, na Zona Oeste da cidade. As organizadoras pediram que as manifestantes vestissem as cores branco, rosa, ou lilás” {exibição, em imagens aéreas, das pessoas na praça, um plano próximo do carro tipo ‘trio elétrico’ no centro e abertura para o conjunto da praça”.</p> <p>{Captura, em foco, da imagem de um jovem coberto com a bandeira LGBTQI+, depois de um pano amarrado à cabeça de uma mulher com o dizer ‘violência não’}</p> <p>“O protesto começou às 15h da tarde e reuniu integrantes de movimentos sociais, estudantes, sindicatos e militantes de políticos, torcidas organizadas”. Imagem do trio e de uma manifestante que, sobre ele, proclamava o grito: “A mulherada tá na rua é para lutar. Nem recatadas e nem do lar... A mulherada tá na rua é para lutar”.</p> <p>“A PM não divulgou o número de manifestantes. Segundo as organizadoras, no fim da tarde, 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas participavam da manifestação”.</p> <p>“A expressão ‘ele não’ estava em bandeiras, faixas e cartazes. E também no corpo de muitas mulheres. Homens também aderiram ao protesto” {exibição de imagens dos cartazes, de alguém escrevendo ‘ele não’ nas costas de uma mulher, de um homem a expressão nas costas}. “A noite a multidão saiu em passeata do largo da batata e subiu a Avenida Rebouças, em direção à Avenida Paulista. Uma pista ficou fechada”.</p> <p>“Em Belo Horizonte, manifestantes fecharam o cruzamento da Praça Sete, no centro da cidade, e seguiram a pé até a Praça da Estação. A Polícia Militar de Minas não divulgou uma estimativa de público” {imagens aéreas da multidão}.</p> <p>“Em Brasília o protesto começou perto da rodoviária, no centro da cidade, e seguiu em direção à torre de TV. A Polícia Militar estimou haver 7.000 (sete mil) pessoas no momento com mais gente.</p>

	<p><i>A organização afirmou que eram 30.000 (trinta mil)” {imagens aéreas} [pensar a disputa dos números; retomar as considerações de Canetti].</i></p> <p><i>“No Recife, o protesto organizado pelas mulheres contra B. começou na Praça do Derby e seguiu em caminhada pelo centro da capital pernambucana” {imagens feitas no mesmo nível das pessoas}.</i></p> <p><i>A manifestação ‘ele não’, em Porto Alegre, reuniu 20.000 (vinte mil) pessoas no Parque da Redenção, segundo organizadores. A Polícia Militar gaúcha não divulgou os números. Em Curitiba, o ato foi no centro da capital paranaense. <u>A maioria dos manifestantes era mulher.</u> Segundo a Polícia Militar, eram 5.000 (cinco mil) pessoas. A organização afirmou que eram 50.000 (cinquenta mil)” {imagens das pessoas reunidas, foco em cartazes e em manifestantes; enquadre amplo com a imagem de pessoas reunidas e, em uma posição ao centro, estendida no chão, uma bandeira com o rosto de Lula; na sequência, close em uma bandeira com a imagem de Bolsonaro com os olhos riscados por uma marca em X e a frase ‘Bolsonaro não’}. [Pensar a disputa pelos números]</i></p> <p><i>“Em Salvador, o movimento ‘Mulheres unidas contra Bolsonaro’ se concentrou na Praça do Campo Grande e saiu em caminhada até o Farol da Barra {exibição de imagens dos manifestantes. Close progressivo em uma faixa que dizia ‘Mulheres em marcha contra o fascismo’}. Com camisas escritas ‘ele não’, bandeiras, faixas e frases contra o candidato J. B. o grupo seguiu o minitrio puxado pela cantora Daniela Mercury” {imagem da cantora}.</i></p> <p><i>“O movimento de mulheres contra J. B. também ocorreu fora do Brasil. Em Nova York teve <u>batucada</u> de protesto” {exibição de grupo mulheres manifestando-se tocando instrumentos de percussão e proclamando ‘ele não, ele não, ele não’}.</i></p> <p><i>“Também houve manifestações contra B. em Barcelona, Berlim, Lisboa e Pais” {exibição e imagens dos protestos nas respectivas cidades, a maioria com imagens gravadas na vertical, possivelmente por celulares}.</i></p> <p><i>“Procurada pelo Jornal Nacional, a assessoria do candidato disse que B. não viu, mas soube das duas manifestações: à <u>favor e contra</u>. E disse que os eleitores são livres para fazer o que desejam. Acrescentou que as manifestações a favor dele foram importantes, com carreatas e concentrações”.</i></p>
4	<p><i>“O candidato do PSL, J. B., recebeu alta hoje do hospital onde estava em São Paulo”.</i></p> <p><i>“Com forte esquema de segurança e sem aparecer ou dar entrevista, J. B. deixou o hospital Albert Einstein depois de 23 (vinte e três) dias de internação” {imagens aéreas da saída dos carros come escolta do hospital}.</i></p> <p><i>“Ele chegou à capital paulista no dia 7 de setembro, um dia depois de ser vítima de uma atentado, em que foi esfaqueado durante um ato de campanha em Juiz de Fora {exibição das imagens da manifestação e do ataque}. Em São Paulo, passou pela segunda cirurgia no aparelho digestivo e recebeu acompanhamento médico até as 10h da manhã de hoje” {exibição de fragmento das informações do boletim médico}. “No começo da tarde B. foi para o aeroporto de Congonhas. Ele entrou direto com o comboio da Polícia Federal. Do lado de fora, havia um grupo de apoiadores de B. O candidato entrou no avião depois que funcionários da empresa aérea e policiais federais mudaram alguns passageiros de lugar. B. foi recebido com manifestações de apoio e alguns de protesto” {imagem dentro da aeronave, com aplausos, vaias e gritos de ‘mito’ e ‘general’, ‘ele não’; várias pessoas segurando os celulares e filmando a entrada dele enquanto gritavam}. [o ‘objeto de disputa’, J. B., fica entre as duas reportagens que falam de manifestações contra e a favor dele]</i></p>
5	<p><i>“Hoje houve manifestações em apoio ao candidato do PSL em 16 (dezesseis) estados”.</i></p> <p><i>“No Rio de Janeiro, os apoiadores de Bolsonaro se concentraram na Avenida Atlântica, em Copacabana, com bandeiras do Brasil e camisas verde-amarelo” {imagens aéreas e no maio da manifestação; gritos de ‘ele sim’}.</i></p> <p><i>“Em São Paulo, a manifestação pró-Bolsonaro se concentrou em frente ao estágio do Pacaembu e saiu em carreata pelo centro da capital” {imagens aéreas da carreata e de manifestantes; exibição de trecho onde os manifestantes, parados, ouviam o hino nacional}.</i></p>

	<p><i>“Apoiadores do candidato também fizeram uma carreata na região metropolitana de vitória” {imagens da carreata}.</i></p> <p><i>“O mesmo se repetiu em Divinópolis, no centro oeste de Minas. Na concentração, os manifestantes vestiam camisas em apoio ao candidato à presidência do PSL” {imagens dos manifestantes com camisas brancas e amarelas, com balões amarelos e verdes; os manifestantes proclamavam ‘Eu vim de graça! Eu vim de graça!’}.</i></p> <p><i>“Em Palmas, Tocantins, a concentração foi na Praça dos Girassóis e a carreata percorreu várias ruas e avenidas da cidade” {imagens da carreata}.</i></p> <p><i>“No norte de Tocantins, em Araguaína, os apoiadores do candidato da presidência ao PSL levaram balões e uma bandeira do Brasil” {imagem dos manifestantes, super close na bandeira do Brasil}.</i></p> <p><i>“Houve carreata em apoio a Bolsonaro em Erechim, no Rio Grande do Sul. Os manifestantes carregavam bandeiras e balões” {imagens da carreata}</i></p> <p><i>“Também no sul do país, em Joinville, Santa Catarina, os apoiadores de J. B. fizeram uma passeata, no centro da cidade. Os organizadores estimaram em 3.000 (três mil) participantes, a PM não divulgou números” {imagens dos manifestantes com bandeiras e roupas nas cores verde e amarelo, foco em uma imagem que mostrava funcionários de uma loja de eletrodomésticos filmando, de dentro da loja, a manifestação na rua}.</i></p> <p><i>“Em Rio Verde, sudoeste de Goiás, a carreata reuniu 3.000 (três mil) veículos, segundo a Polícia Militar do estado” {imagens da carreata, manifestantes usando verde e amarelo}.</i></p> <p><i>“Em Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia, a carreata em apoio ao candidato J. B. aconteceu pela manhã” {imagens da carreata e de pessoas acompanhando a pé, manifestantes utilizando verde e amarelo}.</i></p> <p><i>“Em Jaguariúna, interior de São Paulo, a carreata contou com a participação de um dos filhos de Jair Bolsonaro” {exibição da imagem do filho de J. B. discursando em um ‘palco’, os manifestantes o acompanhando e abaixo do palco e, na fachada da estrutura sobre a qual discursava, um longo banner com a frase ‘Jaguariúna apoia Bolsonaro17’ e uma foto de J. B. enquadrado de tal modo que os limites do enquadramento eram quase coincidentes com os limites da faixa; exibição de carros buzinando e com bandeira do Brasil}.</i></p> <p><i>“No início da noite, manifestantes a favor de B. também fizeram uma carreata pelas ruas de Teresina” {exibição dos carros na carreata e a imagem de duas mulheres, na janela de um dos automóveis proclamando no nome de B. segundo uma bandeira do Piauí — verde, amarela e azul — e uma camisa com a imagem do candidato}.</i></p>
6	<p><i>No voo para o Rio, o candidato Jair Bolsonaro concedeu uma curta entrevista à repórter Graziela Azevedo. Ele disse que tem <u>desejo</u> de participar do debate com os candidatos à presidência que a Globo exibe na próxima quinta-feira e se disse feliz por estar voltando para a casa”.</i></p> <p><i>J. B. (em primeiríssimo plano): “Rever a filha de 7 (sete) anos, a família, não tem preço. Tô muito feliz. // Tenho recomendações médicas, a princípio fico em casa. Tô tentando uma liberação é, ver se eu consigo comparecer ao debate da Globo na quinta feira”. R.: “O senhor tem <u>vontade</u> de ir ao debate?” J. B. “Tenho vontade até porque fiquei muito tempo afastado, fui muito atacado e é a oportunidade que eu tenho de mostrar a realidade e realmente, também né, quais são os meus planos para o Brasil” [ênfase pessoal, os planos secundários, ver análise de Adorno sobre M. L. T.].</i></p> <p><i>“Bolsonaro disse que pretende insistir para desfazer o que classificou como ‘mal-entendidos causados sem má fé’ por auxiliares. Na entrevista, ele não mencionou nenhum específico, mas, nos últimos dias ele próprio refutou a notícia da recriação da CPMF, atribuída a seu assessor econômico Paulo Guedes, e disse que o 13º salário é intocável e que criticá-lo é uma ofensa ao trabalhador; uma referência à afirmações de seu candidato à vice-presidente General Hamilton Mourão, que classificou o 13º salário de jabuticaba”. J. B.: “Da parte da equipe, teve gente que falou demais, no meu entender, por falta de tapa [?], vivência com a imprensa, mas tudo foi de boa-fé. Mas pretendo desfazer isso também. E os ataques [sorri], que foram muitos, né. Se for possível,</i></p>

	<p>a gente desfaz”. [a lógica dos ataques, a ideia de fragilidade de B. e essa como uma chave de percepção para as manifestações; as manifestações como ataques — PENSAR]</p> <p>“Na entrevista, a repórter Graziela Azevedo pediu para que ele explicasse o que disse ontem quando afirmou que <u>não respeitaria o resultado das eleições caso não fosse o vencedor</u>”. J. B.: “O sistema eleitoral onde nós tínhamos acertado uma maneira de auditá-lo, que é o voto impresso, lamentavelmente o Supremo Tribunal derrubou e também um sistema eleitoral que não é aceito em lugar nenhum do mundo. Então a dúvida fica — e não só eu não, a maioria da população desconfia do voto impresso [ideia contraditória]. Então, quer dizer, exatamente isso aí. Eu vejo, que foi um absurdo, o PT crescer. Não existe isso, <u>o que eu sinto nas ruas, o que eu vejo de manifestações</u>. // É um sinal claro que o povo está do nosso lado e, da forma como isso é demonstrado, não dá pra gente aceitar passivamente — na fraude, na possível fraude — a eleição do outro lado”.</p> <p>“Bolsonaro não explicou o que pretende fazer caso não vença, alegando que o sistema de urnas não permite recontagem de votos”.</p> <p>R. B.: Uma nota editorial: “Todos os candidatos que disputam essa eleição tiveram a sua legitimidade sancionada pelo TSE e estão, portanto, aptos a disputá-la. Aceitar o resultado das urnas é um princípio básico de toda a democracia e deve ser respeitado por candidatos e eleitores. Tanto o TSE, quanto analistas independentes asseguraram reiteradas vezes que as urnas eletrônicas brasileiras são seguras. Especialmente porque não estão conectadas à internet, o que impede a ação de hackers”.</p>
7	<p>“O candidato à presidência pelo PSL desembarcou no Rio no fim da tarde”.</p> <p>“Jair Bolsonaro era esperado por apoiadores no aeroporto Santos Dummont, mas ele desembarcou longe da vista de todos, saiu por uma área da aeronáutica e foi escoltado pelas polícias militar e federal até o condomínio na barra da Tijuca, zona oeste da cidade. O comboio foi chegado pelos apoiadores na chegada” {imagens de carreta de apoiadores de J. B., manifestantes com bandeiras do Brasil e indumentárias nas cores verde e amarelo; imagens aéreas do desembarque de B.; imagens do trajeto e da chegada em casa}.</p> <p>“J. B. pretende ficar em casa nos próximos dias, por orientação médica o candidato não deve participar de compromissos de campanha” [pensar a declaração na matéria anterior].</p>
8	<p>“Num evento de campanha hoje, em Itatiaia, no estado do Rio, a ex-mulher do candidato do PSL à presidência, Ana Cristina Siqueira Vale, falou sobre a reportagem da revista Veja, a respeito do processo de separação do casal, em 2008, e voltou a negar as acusações que fez no processo”.</p> <p>A. C. S. V.: “Eu digo para você que toda separação é muito difícil, né. Ambos os lados ficam magoados, né. Eu sou de temperamento um pouco muito forte — um pouco, não, muito forte — e besteira, né. Eu acho que ninguém casa querendo separar e, como aconteceu isso, eu falei coisas que não deveria, que não são verdades, são inverdades. Tava magoada” {utilizando uma camiseta em apoio a J. B. no contexto da manifestação a favor do então candidato, a camisa trazia um ‘estêncil’ o rosto de J. B. e a frase ‘Mulher inteligente vota em Bolsonaro para presidente’ }.</p> <p>[Pensar a questão das mulheres, em função da cobertura dada ao movimento ‘ele não’]</p> <p>“Sobre a acusação de que J. B. tinha renda de 100.000 (cem mil) reais, mais do que ele recebia como deputado federal e militar da reserva, A. C. disse que <u>mentiu no processo</u>”. A. C. S. V.: “Mentira minha, entendeu? Querendo é... Primeiro: eu não recebo pensão dele; nunca recebi. A pensão era para o meu filho. E, na hora, a gente quer dar uma ‘caticada’ no homem, a gente fala besteira, né. {imagens de A. C. abraçando apoiadores e apoiadoras de J. B., pessoas com camisas do candidato}.</p> <p>“Quanto ao conteúdo do cofre, que alugava no Banco do Brasil e que foi furtado, A. C. disse que havia joias que ganhou do primeiro marido dela”. A. C. S. V.: “As joias do cofre são joias minhas, né. Dada por meu primeiro ex-marido, algumas por ele e outras de família”. “A. C. disse que o responsável pelo furto do conteúdo do cofre já foi preso, referindo-se a Alberto Carraz. Preso há dois anos acusado de furtar 2.000.000 (dois milhões) de reais de cofres das agências de onde trabalhava. Na época da prisão, nem o nome dela nem o de Bolsonaro constavam como vítimas” {imagens da reportagem sobre A. C.; usadas também no dia anterior}. “Ao contrário do que disse no ano de 2008, quando acusou B. pelo furto, hoje A. C. disse que não foi ele”. A. C. S. V.: “É claro que não, gente. Já foi dado que aquele rapaz lá que furtou o cofre. A... A... Furtou, né. Aquele que já foi preso. Não tem nada disso”.</p> <p>“E atribuiu novamente à raiva a acusação de 2008 de que B. tinha sido o autor do furto”. A. C. S. V.: “Aquilo que eu te falei, eu dou cotovelada, entendeu? Cê vai falar o quê? Cê tá com raiva”.</p> <p>“A. C. também voltou atrás na sua declaração de 2008 de que B. era explosivo e de uma agressividade desmedida”. A. C. S. V.: “Nunca! Nunca! Que isso minha querida, nunca?” [Em resposta a uma pergunta da repórter se B. já havia batido nela]. “A gente não queria separar, né.</p>

	<p><i>Então, quando a gente não quer separar, a mágoa, a gente fala besteira, gente! <u>Jair é um bom pai, um bom ex-marido, é uma pessoa boa. Nunca me agrediu. Falei besteira sim!</u> Num momento de raiva de separação”.</i></p> <p><i>Termina em 19’31”.</i></p>
9	<p><i>Agenda política dos candidatos à presidência da república, cujos compromissos narrados são elencados a seguir.</i></p> <p>G. A. (PSDB)</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha em São Paulo e em Porto Alegre.</i> - <i>Percorreu a região de comércio no bairro da Lapa em São Paulo.</i> - <i>“Disse que vai permitir que os trabalhadores usem parte do FGTS para aplicação financeira. Ele ainda defendeu uma diminuição na carga de imposto para quem quiser empreender”. G. A.: “Crédito mais barato, juto zero para o pequeno empreendedor, o microempreendedor, o médio empresário. BNDES financiando, fomentando a atividade empreendedora. Redução de carga tributária. <u>Simplificação</u> de natureza tributária e <u>desburocratização</u>”. [Pensar a desburocratização/simplificação]</i> - <i>Encontro com movimentos sociais para discutir moradia e mobilidade. “O candidato pretende construir 3.000.000 (três milhões) de moradias em quatro anos, caso seja eleito, e disse que o salário mínimo será corrigido acima da inflação”.</i> - <i>Campanha na orla do Guaíba, em Porto Alegre.</i> <p>M. S. (REDE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha em São Paulo.</i> - <i>De Manaus, um voo para São Paulo e, ao chegar, foi para o Largo da Batata. “A candidata da REDE participou da manifestação contra o candidato do PSL, Jair Bolsonaro. Falou sobre a defesa da democracia e da liberdade de manifestação e expressão. Condenou o autoritarismo e defendeu a igualdade. A candidata também falou em combater o feminicídio e acabar com as diferenças de salários entre homens e mulheres. E acrescentou que é preciso assegurar direitos para todas as mulheres”. M. S.: “Com políticas públicas, que assegurem a elas o emprego, o direito de estudar, de ir e vir, de poder ter como cuidar adequadamente de seus filhos, de suas famílias, em creches, em todos os espaços que o poder público possa contribuir para que se possa evitar toda e qualquer forma de discriminação”.</i> <p>C. G. (PDT)</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha em São Paulo.</i> - <i>“C. G. continua seguindo ordem médica de não fazer campanha na rua. O candidato do PDT se encontrou com um grupo de defensores públicos e recebeu um documento com um raio-x da profissão. Ele disse que pretende ampliar a defensoria pública. C. G.: “Advogado custa caro e o pobre, portanto, não tem direito à justiça, se não for a defensoria pública. Nós temos essa convicção e queremos, não só no plano da União, não é — fazer com que a União tire a defensoria pública, ampliando não só nos tribunais superiores —, mas que dê essa terra cidadania como fazem esse notável trabalho os defensores públicos de todo o Brasil nos estados”.</i> - <i>Encontro reservado com o pensador e ativista americano Noam Chomsky. “Os dois conversaram sobre possíveis soluções para a economia do país. O candidato falou que pretende diminuir o endividamento das famílias, aumentar a competição entre os bancos, acertar as contas públicas e investir na indústria”.</i> <p>F. H. (PT)</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Campanha em Manaus.</i> - <i>Recebido por apoiadores e simpatizantes em Manaus.</i> - <i>Percorreu uma das principais ruas de comércio da cidade em carro aberto.</i> - <i>“Participação de ato público, no Largo São Sebastião, onde defendeu mais investimentos na Zona Franca de Manaus”. “Fernando Haddad disse também que não basta só a Zona Franca para desenvolver o Amazonas. O candidato do PT prometeu investir, principalmente, no setor de energia elétrica”. F. H.: “O futuro vai ser produzido em Manaus. Se eu puder, eu vou trabalhar para isso, eu vou trazer maior produção e lâmpadas LED, maior produção de painéis solares para captação da energia solar e transformação. Nós temos que combinar a matriz energética” {discursando e não em entrevista; ao lado, apoiadora com camisa de Lula}. “Haddad disse, ainda, que a prioridade, se eleito, será a geração de empregos e a educação”.</i>

	<p>Álvaro Dias (PODEMOS)</p> <p>- Campanha no Paraná.</p> <p>- “Cumprimentou empresários e trabalhadores e disse que, se eleito, uma das prioridades vai ser a retomada do crescimento da economia”. “Ao visitar o norte do Paraná, região onde a maior força econômica vem da agricultura o candidato disse que uma das principais propostas para alavancar o desenvolvimento econômico do país é incentivar a exportação dos produtos agrícolas e também a industrialização”. A. D.: “Nós temos que fazer uma grande reforma tributária e vamos estimular as exportações. As exportações não serão tributadas. Nós vamos eliminar as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, que reduzem o lucro dos nossos produtores e dos nossos exportadores”. “Depois de falar com os jornalistas, A. D. fez um discurso para os apoiadores”.</p> <p>- Seguiu para Curitiba, mas não teve agenda política na capital.</p>
Chamada para o próximo bloco	
R. B.: A seguir: Quase 2.000.000 (dois milhões) de brasileiros vão trabalhar nas eleições [“mesários”].	
2º bloco	
Posição	Tema/Conteúdo
1	<p>“Hoje foi o último dia de treinamento dos mesários que vão trabalhar na eleição. São quase 2.000.000 (dois milhões de pessoas) que vão ajudar na organização das sessões eleitorais”.</p> <p>“Adriano se prepara para receber o eleitor; será mesário pela 5ª (quinta) vez”. A. S. C.: “Você tá sendo o <u>fiscal da democracia</u> naquele momento. Então, acho que é uma coisa muito importante”.</p> <p>“Em todo o país eles chegam a quase 2.000.000 (dois milhões) {1,9 milhão escrito na tela}”. “Só a metade foi convocada pela Justiça Eleitoral, os outros são voluntários”.</p> <p>“O mesário precisa ter mais de 18 anos e estar em dia com a justiça eleitoral. Não podem ser escolhidos candidatos e parentes, filiados a partidos políticos, policiais e quem ocupa cargos no governo. Os mesários são responsáveis pela organização da seção eleitoral, que tem um presidente e auxiliares” {as informações, na medida em que são faladas aparecem escritas em tópicos na tela de uma animação digital que reproduz uma urna eletrônica}.</p> <p>“O presidente da seção eleitoral é responsável pela impressão de um documento muito importante. Antes da votação começar, ele vai imprimir aqui na urna eletrônica um relatório como esse com o nome de todos os candidatos e que vai mostrar que a urna está sem nenhum voto. Depois, no fim da votação, ele vai imprimir novamente, desta vez, o boletim de urna, com o registro de todos os votos” {repórter tendo uma urna diante de si e demonstrando o que fala}.</p> <p>“Os mesários orientam os eleitores, checam documentos e autorizam a votação” {imagens dos procedimentos eleitorais}.</p> <p>Fala de um assessor de comunicação do TRE: F. V.: “O mesário, ele tenta manter a ordem no início, mas ele também pode recorrer às autoridades que estão no local. O juiz eleitoral é o responsável por tomar decisões em caso de algum tumulto ou de uma situação muito extraordinária. E também tem as forças policiais que estão no local”.</p> <p>“Tarefa que exige treinamento. Hoje os mesários receberam as últimas instruções”. Fala de um instrutor: “É muito importante a comunicação na seção eleitoral. Por quê? Porque metade dos problemas, para não dizer quase 90% se resolve com a comunicação com o eleitor. Deixar claro o que ele pode e o que ele não pode fazer”. “Dicas que vão servir para Fernando, que vai ser mesário pela primeira vez”. F. A.: “<u>Para mim está sendo muito emocionante trabalhar como mesário, para trabalhar pelo futuro do meu país, né</u>”.</p> <p>[Pensar que há reportagens cujo objetivo é o engajamento no processo eleitoral e que se valem, para isso, de um tom cívico, moral. Elas parecem pretender fazer com que os espectadores votem, participem das eleições. Elas são instrutivas, no sentido mais técnico, mas também — como é o caso desta — investem esse nível de participação no processo eleitoral de um aura valorosa, de alguma dignidade. Os processos são envoltos naquela capa de curiosidade (a matéria sobre a história da evolução das urnas eletrônicas tem algo igual) que se transborda no conteúdo divulgado pelas redes sociais; é como um por trás dos bastidores e que parece dar sentido ou vincular de alguma maneira (talvez a base do fetiche entorno disso seja justamente a fragmentação do trabalho que encontra nesse conhecimento superficial dos processos alguma pacificação de uma consciência expropriada e, antes, da expropriação material. PENSAR, construir as mediações — retomar as reflexões sobre isso que Adorno faz em ‘As estrelas descem à terra’)]. É muito importante considerar isso a luz de um processo que precisa fazer com que as pessoas votem. Em um regime onde ainda operam os meios democráticos, e a eleição é um deles, de nada adianta a ideologia</p>

	<p><i>difundida (na forma de propaganda) que pode encontrar em um ou em outro candidato o mais adequado representante político se ela não desemboca na escolha desse candidato e, portanto, se ela não alcança o momento objetivo do voto. Assim, no que diz respeito às eleições, certamente há as propagandas por um ou outro representante político, mas é sempre necessária a propaganda do próprio ato de votar, quando ele ainda não se fez, na consciência, com sua devida importância. Certo uso da força — explícita ou não — acompanha a história do voto em nosso país. A própria necessidade da propaganda para o voto denuncia a imaturidade política. Quanto mais ela é necessária, mais claro é o indício de que o processo político é amplamente determinado por forças irracionais. Pensar nas considerações de Canetti (1960/2019) sobre o voto; ver 'Coronelismo, enxada e voto' (Leal); ver 'Ensaio sobre a lucidez' (Saramago). PENSAR.</i></p>
2	<p>R. B.: “Vamos ver a previsão do tempo para amanhã? Último dia de setembro. Quem conversa comigo é a Eliana Marques”.</p> <p>* Previsão do tempo com Eliana Marques.</p> <p>- “tempestade”, “ventos de mais de 100 km por hora”, “muito calor”, “<u>anomalia</u> de chuva” (expressão utilizada no mapa da chuva em setembro), “pancadas de chuva” “granizo, raios, ventania, muita chuva // alerta”; “As rajadas de vento arrancaram o telhado de uma loja, que foi parar em cima de um carro. <u>Por sorte</u>, os passageiros não se feriram”; “tempestades [...] até o fim da noite devem <u>varrer</u> o estado”; “chuva forte”; “chuva irregular // bom para a agricultura // ruim para os reservatórios”.</p>
3	<p>“E amanhã o Fantástico vai destacar a nova lei que protege as mulheres. A lei da importunação sexual, que agora é crime e pode <u>render cadeia</u>”.</p> <p>Entrada da apresentadora do Fantástico, Poliana Abritta: “Importunação sexual é um tipo de abuso que acontece com frequência dentro de ônibus, por exemplo. Amanhã o Fantástico vai falar com a vítima cuja história foi decisiva para a criação da nova lei”. E.: “Quê que eu sou? Foi essa sensação que eu tive. Assim... Não sou ninguém”. // Um golpe cruel: esse homem aplicava o boa noite cinderela em doentes com câncer. Ele convencia os pacientes a tomar um suposto remédio e, depois que desmaiavam, o criminoso roubava tudo”. // Estreia a nova temporada de Planeta Azul. O peixe Kobudai escolheu uma fêmea para namorar, só que ela vai passar por uma transformação misteriosa. O <u>flagrante</u> que demorou dois anos para ser registrado. // “Onze dias na Coreia do Norte. O repórter Álvaro Pereira Junior está no país mais fechado do mundo” R.: “Eles falaram para a gente voltar para o carro, vamos voltar”. // “É reportagem especial; é Fantástico, depois do Faustão. Nosso domingo juntos” {exibição de trechos de imagens relacionados a cada uma das reportagens}.</p>
4	<p>“No Japão, a seleção brasileira tenta o seu primeiro título do mundial de vôlei feminino e a estreia foi animadora”.</p> <p>“O nervosismo natural do primeiro jogo. Os erros de saque, de contra-ataque. Um <u>rival</u> que, historicamente, <u>nunca incomodou muito</u> foi crescendo. Ameaçando uma estreia tranquila. Portorico deu trabalho, mas não segurou o Brasil, que fechou o primeiro set em apertados 27 a 25. O susto acordou a seleção, que no segundo e terceiro sets passou a fazer um voo em céu de brigadeiro, pilotada por Fernanda Garay.. A ponteira decolou para marcar 13 (treze) pontos e comandar a vitória”. F. G.: “O importante é que a gente conseguiu sair dessa situação, ganhamos o primeiro set e, aí, a história do jogo mudou, né”. “Mudou. E como! 25 a 12 no segundo set. E, no terceiro, o Brasil chegou a abrir 15 a 0, antes de fechar em 25 a 7, dando ao técnico José Roberto Guimarães oportunidade de testar 13 das 14 inscritas”. J. R. G.: “Campeonato longo, a gente tem que rodar todo mundo, dar ritmo a todo mundo e quebrar essa... esse primeiro momento, né”. “Tensão quebrada. Mesmo com um pouco de turbulência no início, a viagem começou calma e confortável” {trechos do jogo e entrevistas com os mencionados} [a competição; a ideia de uma barreira inicial que, superada, torna a vitória mais interessante, assim como na reportagem seguinte].</p>
5	<p>“No mundial masculino, o Brasil se classificou para a final e vai tentar seu quarto título da competição”.</p> <p>“O sérvio Aleksandar Atanasijevic tem um nome difícil de falar, mas como ele joga fácil. Tentou atrapalhar o Brasil, atacando bolas como essa a 115km por hora. Até foi o maior pontuador da partida. Fez 14 pontos. Mas, contra os <u>ataques Sérios</u>, havia um <u>muro brasileiro</u>” {inserção de um trecho do jogo com a narração na qual é registrado um dos ‘ataques’ sérvios segurados pelo muro brasileiro}. “Nos outros fundamentos, a seleção também foi precisa e a comemoração de Lipe, depois desse ponto, ilustrou a importância do jogo. Vitória de 3 (três) sets a 0 (zero). 5ª (quinta) final seguida do Brasil em campeonatos mundiais”. Entrevista com o jogador Lucão: “Eu acho que a gente fez a nossa melhor partida no mundial e esse grupo, desde a olimpíada, tem mostrado isso: que quando chega na hora decisiva, hora que precisa realmente tem a cabeça muito</p>

	<p><i>focada e consegue fazer o que foi pedido”. “A final vai ser contra a Polônia, a mesma do último mundial. Em 2014, os poloneses que sediaram a competição venceram. Amanhã...”. Entrevista com o jogador Lipe: “Perdi para eles no mundial juvenil; fui segundo. Perdi para eles em 2014. Então... não vou deixar passar não” {fala sorrindo}. Entrevista com o jogador Mauricio Souza: “Tava falando, ontem, com minha esposa sobre isso e ela falou ‘Ah, você ainda tem sonhos?’, eu falei ‘Não, eu tenho, tenho o sonho de ser campeão mundial’”. “Depois de mais de 20 (vinte) dias de competição falta só um para, quem sabe, ele virar realidade” {finaliza com torcedora balançando a bandeira do Brasil} [lembrar de todos os outros elementos que apelam ao Brasil e às cores verde e amarelo // a questão da competição e sua tradução em termos de guerra: ataques, muro, ‘tem que segurar essa bomba aí ó’ — como aparece em um trecho da narração da partida]</i></p>
Chamada para o próximo bloco	
<p>R. B.: “Daqui a pouco: Os gols do sábado no brasileirão” G. M.: “O Grêmio marca no último minuto contra o Fluminense” [“<u>perto dos líderes</u>”].</p>	
3º bloco	
1	<p><i>“O finlandês Valtteri Bottas vai largar na frente do GP da Rússia de Fórmula 1”. “Quando a Mercedes passa, a Ferrari não disfarça que tá de olho. Os italianos querem entender porque o desempenho da rival tem sido tão melhor aqui na Rússia. Tanto que, hoje, a disputa pela poli ficou só entre Lewis Hamilton e Valtteri Bottas. Os dois companheiros foram no limite na busca pela primeira posição. Bottas foi o primeiro a cravar o melhor tempo”. Inserção de um trecho da corrida com a narração: “Bottas, 1:31.387”. “Lewes Hamilton que vinha logo atrás ficou pressionado e acabou errando. No campeonato ele tem 40 (quarenta) pontos de vantagem para Sebastian Vettel, da Ferrari, que conseguiu ser tão rápido quanto os pilotos da Mercedes. Vettel diz que largar bem vai ser importante, que o carro tá rápido para a corrida. O grid de largada ficou assim: na primeira fila, Valtteri Bottas seguido por Lewis Hamilton; Sebastian Vettel será o terceiro e Kimi Raikkonen, também da Ferrari, o quarto”. “Lewis Hamilton é o líder do campeonato, amanhã vai largar na segunda posição, atrás do <u>companheiro</u> de equipe e na frente do maior <u>rival</u>. Mas não pensem que, por isso, ele estava tranquilo e feliz nas entrevistas”. “Hamilton é perfeccionista, de forma seca. Como não é de costume, disse que não prestou atenção na volta do companheiro e que seu erro não foi nada de mais”. “Bottas foi perguntado se Mercedes vai deixa-lo vencer a corrida, já que o companheiro tá brigando pelo título. “A resposta foi ‘sim’, e nada mais”,</i></p>
2	<p><i>G. M.: “O GP da Rússia, né Rodrigo, você vê amanhã aqui na Globo a partir das 8h da manhã e, logo depois, tem o esporte espetacular”. Entrada do apresentador do Esporte Espetacular, Felipe Andreoli: “Alô, boa noite. Amanhã tem uma entrevista exclusiva de Casa Grande com a Marta. Ela superou o Cristiano Ronaldo e o Messi — só isso — e foi eleita pela 6ª (sexta) vez a melhor do mundo”. Exibição de trechos de depoimentos de homens relacionados ao esporte parabenizando Marta. P. 1: “Minha amiga Marta o Brasil inteiro tem orgulho de você”; P. 2: “Que conquista, que sucesso”; P. 3: “Que você possa ganhar mais outra vez. Não custa nada”. // “A polícia descobre um esquema de manipulação de resultados na série B do Rio e investiga dirigentes que desviavam dinheiro dos clubes”. Exibição de trecho comprometedor de ligação telefônica mencionando dinheiro // “E a incrível história de Mequíás, o barqueiro cego que ensina judô para crianças no Pará” // “É amanhã, depois do Auto Esporte, eu espero vocês”.</i></p>
3	<p><i>“Pelo Brasileirão, América mineiro e Coríntias empataram sem gol em Belo Horizonte e o Grêmio venceu o Fluminense e está a 1 (um) ponto do líder São Paulo, que joga amanhã. Vamos ver os gols de sábado, começando pela série B”. - Resumo do jogo (lances dos gols) entre Figueirense (2) contra Atlético-Go (0). - Resumo do jogo entre Coritiba (1) e Haváí (0).</i></p> <p><i>Série A - Resumo do jogo entre Fluminense (0) contra Grêmio (1).</i></p>
Chamada para o próximo bloco	
<p>R. B.: “Amanhã, o futebol na Globo começa às 16h da tarde, horário de Brasília”. G. M.: “E, depois do intervalo, o projeto em que os brasileiros de todo o país responderam: “Que Brasil você quer para o futuro?” [“g1.com.br/jn”].</p>	

1	<p><i>G. M.: “Há quase sete meses a gente têm mostrado aqui no Jornal Nacional e em todos os telejornais da Globo os desejos de milhares de brasileiros para o país”.</i> <i>R. B.: “E, hoje, há uma semana do primeiro turno das eleições, a pergunta que a gente faz todos os dias tem um gostinho especial: Que Brasil você quer para o futuro?”</i></p>					
<p>Depoimentos do PBQQ</p> <p>Link específico para acesso aos depoimentos (aberto): https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/playlist/o-brasil-que-eu-quero-videos-exibidos-de-23-a-29-de-setembro-nos-telejornais.ghtml#video-7054374-id</p>						
Código	Est.	Sexo	Nº depoentes ou no plano	“Faixa” etária	Conteúdo	Cenário
E.JN.29-9.1	SP	H	1	Adulto	<i>[...] o Brasil que eu quero é que os governantes olhem mais para a comunidade, para as crianças carentes, para as pessoas carentes; para que todos tenham um futuro melhor.</i>	Urbano (periferia)
E.JN.29-9.2	MA	H	1	Adulto	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil com mais política social. Um Brasil onde os políticos olhem um pouco mais para a classe pobre, pro povoão em massa mesmo que é o que coloca eles lá em cima e é o que não está acontecendo.</i>	Paisagem natural (rio e margens)
E.JN.29-9.3	PI	H	1	Adulto	<i>[...] o Brasil que eu quero é que os governantes de nosso país tenham mais responsabilidade com os recursos públicos e investe na educação, na saúde e infraestrutura e no meio ambiente.</i>	Rodovia (com buracos)
E.JN.29-9.4	RS	H	1	Jovem	<i>Moro em [diz o nome da cidade]. Estou diante da centenária ponte rodoferroviária, que foi a primeira ligação estado do Rio Grande do Sul com o restante do país. Patrimônio público, que foi privatizado no final do século passado e, desde então, nem a União nem a concedente fazem a sua devida manutenção. Um transporte seguro e barato deve estar a serviço da nação. Este é o Brasil que eu quero.</i>	Ponte (público)
E.JN.29-9.5	MA	M	1	Adulto	<i>Sou de [diz o nome da cidade e do estado], a cidade onde aparece nas reportagens o índice mais alto de pobreza. O Brasil que eu quero é que os governantes, juntos com os gestores da nossa cidade, olhem</i>	Periurbano/rural (construção abandonada)

					<i>mais pela educação e pela saúde da população.</i>	
E.JN.29-9.6	TO	H	1	Adulto	<i>O Brasil que eu quero para o futuro é um país que haja conscientização ambiental e que as pessoas entendam que, para as futuras gerações terem acesso às belezas do Rio [diz o nome do rio] é preciso preservar a natureza.</i>	Paisagem natural (rio)
E.JN.29-9.7	MG	M H	Grupo	Adulto	<i>O Brasil que eu quero é onde os povos indígenas sejam protagonistas da sua própria história e que se respeite e cumpra os deveres que está de acordo a constituição.</i>	Tribo indígena
E.JN.29-9.8	SC	M	1	Adulto	<i>O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil que realmente ouça a voz do povo e invista em educação, saúde, segurança. Eu quero um Brasil de igualdade e que se preocupe com as questões ambientais. E quero um dia poder chegar aqui e não precisar descrever o Brasil que eu quero, mas, com orgulho, dizer: esse é o Brasil que eu tenho.</i>	Edificação religiosa (católica)
2	<p><i>Cenário distinto. Em plano geral, entram W. B. e R. V. com um telão verde ao fundo com a identidade visual do PBQQ. Uma imagem em traços brancos da silhueta do mapa brasileiro, sobre ele várias telas com silhuetas de pessoas e ao lado o slogan ‘o Brasil que eu quero’.</i></p> <p><i>W. B.: “Esses 8 (oito) cidadãos que nós acabamos de ver foram os últimos a dividir com o país inteiro o Brasil que eles querem no futuro. Esse projeto só foi possível porque mais de 50.000 (cinquenta mil) brasileiros mandaram vídeos. {o dado ‘Mais de 50 mil brasileiros’ foi formado por pequenos fragmentos amarelos que se uniam compondo o letreiro; com os outros dados o esquema foi semelhante} E a gente, do lado de cá, montou um time de jornalistas para cuidar, exclusivamente, de receber e publicar um vídeo por município todos os dias. E, todos os dias, o jornalismo da Globo exibiu esses vídeos desde 4 de março. Os desejos e os protestos vindos de cada cidade foram virando pontos amarelos no mapa. Até que ele ficasse assim {aponta para o mapa ao fundo que foi sendo gradativa e rapidamente tomado por pontos amarelos que representam os depoimentos/municípios”.</i></p> <p><i>R. V.: “E de todos os nossos 5.570 municípios apenas em 27 (vinte e sete) os cidadãos foram <u>vencidos pelas dificuldades de conexão com a internet ou pelas limitações do celular disponível e não conseguiram aparecer aqui. Mas, com toda a certeza, foram representadas por outras 5.543 vozes. 99 e meio por cento dos municípios apareceram aqui. E nós estamos imensamente agradecidos por isso</u>”. [Sobre a ideologia da racionalidade tecnológica; sobre as lacunas e o preenchimento da ind. cult.]</i></p> <p><i>W. B.: “Nesses 209 dias foi uma honra para a gente <u>dividir a tela da Globo com esses brasileiros e espalhar essas mensagens também na internet, no GloboPlay. Por isso, a gente diz a todos um muito obrigado. Em nome de todos os jornalistas da Globo e em nome de todos que acompanham o nosso trabalho jornalístico como espectadores. Porque o objetivo do Projeto o Brasil que eu</u></i></p>					

Quero era exatamente divulgar todo tipo de exigência cidadã nesse ano eleitoral. Fazer com que fossem ouvidas pelos candidatos”.

R. V.: “O mapa ficou preenchido, mas o Brasil que eu Quero ainda vai render frutos antes da eleição.

Amanhã, no Fantástico, você vai conhecer o perfil dos mais de 50.000 (cinquenta mil) brasileiros que mandaram vídeos. Quem são, em que regiões vivem, quantos homens, quantas mulheres. E também vai conhecer mais profundamente os 5 (cinco) desafios do nosso país que mais apareceram nos vídeos. Os cinco desejos mais repetidos desde março”.

W. B.: “Aqui no Jornal Nacional, ao longo da semana que vem, uma série especial e reportagens vai mostrar que o Brasil que os brasileiros querem não apenas é possível como, em alguns casos, ele até já existe”.

R. V.: “Na sexta feira, 5 de outubro, o Globo Repórter vai apresentar 7 (sete) pessoas que participaram do Brasil que eu Quero. Elas mandaram vídeos e os nosso repórteres foram conhecê-las. Ver onde moram, como elas vivem. E o ‘Como será?’ do sábado, dia 6 de outubro, vai revelar qual é o Brasil que as crianças querem para o futuro”.

W. B.: “Hoje a gente encerra a apresentação dos vídeos com esse convite para explorar mais profundamente os desejos dos brasileiros para o país e, mais uma vez, com o nosso agradecimento. Obrigado por participar. Por mandar o seu vídeo e obrigado por testemunhar qual é o Brasil que os brasileiros querem e merecem para o futuro” {finaliza com uma transição que escurece a tela e volta para a bancada do J.N.}.

R. B.: “Boa noite”.

G. M.: “Boa noite. Ótimo domingo”.

APÊNDICE M – Depoimentos avulsos do PBQQ selecionados das edições de programas

Código	Est.	Sexo	Nº depoentes no plano	“Faixa” etária	Conteúdo	Cenário
E.H1.22-3.4	SP	H	1	Idoso	<i>[...] estou na cidade de [diz o nome da cidade]. Aqui os trens transitavam normalmente em 1966. Este é o Brasil que eu quero ver... [titubeia] trabalhando.</i>	Caminha mostrando o que parece ser uma antiga estação de trem, coberta por mato
E.H1.23-3.5	MG	M	1	Idosa	<i>[...] eu quero para o Brasil ordem, progresso e homens honestos nas lideranças, grandes estrategistas financeiros.</i>	Lago e grande edifício histórico ao fundo
E.H1.23-3.7	MA	M	1	Adulto	<i>[...] e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil com a justiça mais severa, principalmente para políticos corruptos.</i>	Praça com o que parece ser uma igreja ao fundo
E.BDB.19-3.4	GO	M	1	Idoso	<i>[...] o futuro depende do presente. O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil focado na educação e nós, pais, assumirmos a nossa responsabilidade de educadores.</i>	Monumento em uma espécie de praça (ou trevo) com esculturas representando emas com chapéus
E.BDB.19-3.7	MS	H	1	Adulto	<i>[...] que país que eu quero? Um país que dê valor ao homem do campo. Nós que trabalhamos para sustentar o povo brasileiro e sustentar essa economia desse país.</i>	Grande plantação; parte colhida, parte ainda sendo colhida por uma colheitadeira trabalhando ao fundo
E.BDB.20-3.6 Print	MG	M	2 O idoso segura uma criança no colo	Idoso	<i>[...] o Brasil que as crianças almejam é um país dirigido por pessoas honestas e capazes de mudar nossa realidade. Eu estou fazendo a minha parte. E você?</i>	A imagem não é de fundo, é o primeiro plano. Trata-se do que parece ser uma banca de produtos de feira sendo vendidos. Legumes e frutas como abóboras e mamão. Há placas com valores muito baixos (10 centavos a unidade, 60 centavos a unidade, 5 reais a unidade). Há uma tela sombrite atrás

						<p>coabrindo o que parece ser uma estufa/horta. Na banca, há placas (em primeiro plano) com os dizeres: “Preciso vender”; “Eu confio na sua honestidade”; “Vamos mudar a imagem de que os brasileiros são desonestos”. Há uma caixa indicando onde deve-se depositar o dinheiro do pagamento e, acima dela, outra indicando o troco</p>
E.BDB.21-3.5	RS	M	1	Adulto	<p><i>[...] o meu recado hoje é tudo que a planta cresce e dá de noite, eles, roubam de dia. Eu quero um Brasil que tenha ordem e progresso.</i></p>	<p>Lavoura em crescimento em segundo plano, trator (ou colheitadeira) e lavoura pronta para ser colhida</p>
E.BDB.22-3.4	RS	H	Idoso	1	<p><i>[...] eu quero um país que valorize e priorize quem trabalha e produz alimentos.</i></p>	<p>Em primeiro plano uma mesa com produtos agrícolas sobre ela: mandioca, abóbora e milho. Atrás do depoente uma varanda de uma casa que parece ser localizada em uma região do campo</p>
E.BDB.23-3.4 Print	PE	M	Idosa	1	<p><i>[...] Devemos banir, em definitivo, todos da corrupção. Somos responsáveis por este ato. Eu quero o meu país moralizado.</i></p>	<p>Construção similar a um castelo</p>
E.JH.19-3.5	RJ	M	Adulta	1	<p><i>[...] o que eu espero para o futuro é mais respeito ao próximo, mais amor e que os nossos representantes políticos tenham dignidade, ética e princípios para manter a ordem e o progresso do nosso país.</i></p>	<p>Praça com capela e igreja ao centro</p>
E.JH.20-3.4 Print	MG	M	Adulta	1	<p><i>[...] de mulheres que lutam por oportunidades iguais, que acreditam num país unido e diferente. É esse o futuro que eu quero para o Brasil.</i></p>	<p>Monumento em formato de sutiã rosa (de grandes dimensões).</p>

E.JH.21-3.2	ES	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde a educação e a saúde sejam tratados com prioridade e a justiça tenha o mesmo peso e a mesma medida para o rico e para o pobre.</i>	Grande igreja
E.JH.22-3.4	BA	M	Idosa	1	<i>[...] o que eu quero de melhor para nosso Brasil: apoio para a casa de recuperação para que dependentes químicos se transformem em novos cidadãos.</i>	Rio e canoas.
E.JH.23-3.1	SP	M	Adulta	1	<i>[...] eu quero um Brasil com mais oportunidades, que os representantes possam trabalhar mais pelos interesses do povo, que o Brasil seja regido com amor, respeito e compaixão. Por que não?</i>	Praça com igreja Observar a conexão com valores cristãos
E.JH.23-3.2	PR	H	Adulto	1	<i>[...] falo aqui do asilo [nome da instituição], da cidade de [nome da cidade], no Paraná, onde está acontecendo uma tarde de voluntariado é... para embelezar os moradores do asilo. O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil assim.</i>	Pátio de uma instituição
E.JH.23-3.6	RJ	H	Idoso	1	<i>[...] o Brasil que eu desejo para o futuro é que haja campanhas ou propagandas de conscientização política impactantes, assim como aconteceu com os cigarros e os acidentes de trânsito, afinal de contas, os maus políticos também matam muita gente.</i>	Ponte sobre cachoeira.
E.JN.20-3.1	GO	M	Idosa	1	<i>[...] o Brasil que eu quero está pronto, lindo, majestoso e imponente, só precisa que nós, brasileiros, amemos mais uns aos outros e proseemos mais olhando um no olho do outro.</i>	Vegetação e rio.
E.JN.20-3.5	SP	H	Adulto	1	<i>[...] o país que eu quero para o futuro é onde as religiões se entendam e espalhem a bondade para o Brasil e para o mundo.</i>	Grande monumento em homenagem à Nossa Senhora Aparecida
E.JN.21-3.2	RS	M	Adulta	1	<i>[...] eu não estou em nenhum ponto turístico da minha cidade, eu estou</i>	Lavoura

					<i>no meio de uma lavoura de soja e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil mais justo, que valorize o produtor rural, porque, se o colono não planta, a cidade não janta.</i>	
E.JN.21-3.2	BA	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil em que as pessoas não votem por legenda, mas sim pelos planos de governo propostos pelos candidatos.</i>	Letreiro com o nome da cidade.
E.JN.22-3.2	BA	M	Adulta	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é sem corrupção, que tenha oportunidade de trabalho para todos porque o que estamos precisando aqui em [diz o nome da cidade] é muito trabalho.</i>	Rua de pequena cidade
E.JN.23-3.3	RS	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil que valorize a agropecuária, que valorize o produtor de leite que acorda às quatro e meia da manhã para levar o leite para toda família brasileira.</i>	Pasto com bovinos pastando.
E.JN.23-3.6	PR	M	Adulta	1	<i>[...] eu quero um país que, ao invés de aumentar o número de milionários, apenas diminua o número de pobres e miseráveis e aquela mesma lei que prende um ladrão de leite sirva para prender um ladrão de saúde, de educação e de segurança.</i>	Monumentos em uma praça
E.JN.24-3.5	GO	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que nós queremos é o Brasil livre da corrupção. Se eu errei no passado, eu não preciso errar no futuro. O povo de [diz o nome da cidade] precisa punir no voto quem não merece representá-lo.</i>	Igreja
E.JG.19-3.2	RS	M	Adulta	1	<i>[...] a educação financeira infantil, ela torna um Brasil menos corrupto porque, no momento que essa criança estiver lá no poder, ela vai entender que tem como ganhar dinheiro de uma maneira honesta.</i>	Igreja
E.JG.19-3.6	SP	M	Idosa	1	<i>[...] Para o futuro do Brasil eu espero pessoas mais sinceras e com o olhar mais humano. Obrigada.</i>	Lago

E.JG.20-3.4	CE	H	Adulto	1	<i>[...] eu quero um país honesto, saudável, de paz, amor e harmonia para todos.</i>	Igreja
E.JG.22-3.2	MA	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde os privilégios não sejam apenas para a classe mais rica e onde os poderes judiciário, executivo e legislativo promovam uma cultura de paz.</i>	Praça/Igreja
E.JG.22-3.3	SC	M	Adulto	1	<i>[...] eu quero um Brasil mais justo para com a agricultura brasileira [ênfatisa], mais valorização dos preços dos produtos agrícolas e mais incentivo a esta classe que produz o alimento do povo brasileiro.</i>	Curral com bovinos
E.JG.22-3.6	SP	H	Adulto	1	<i>[...] quero para todos nós um Brasil simples, livres e seguro, onde todos possam chegar lá.</i>	Igreja
E.JG.22-3.7	AL	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil mais justo, com mais representantes de governos competentes e que esse ano de 2018 seja um ano de renovação.</i>	Praça com igreja
E.CS.09-6.1	CE	H	Idoso	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é este Brasil tão rico e tão bonito, mas falta competência dos políticos e honestidade para governá-lo.</i>	Cerca e plantação
E.BDB.11-6.1	SP	H	Adulto	1	<i>[...] O Brasil que eu quero para o futuro é um país com mais educação, mais geração de renda e emprego para que as pessoas da minha cidade não vão embora da minha cidade para procurar emprego.</i>	Lagoa
E.BDB.11-6.2	BA	H	Adulto	1	<i>[...] o que eu quero para o meu país é que as cidades tenham melhor acesso e tenham estradas de boa qualidade porque nós [diz o adjetivo gentilício] não merecemos passar nove quilômetros [aponta para a estrada alagada atrás] em uma hora. Valeu.</i>	Estrada de terra alagada (chove no momento do depoimento)

E.BDB.11-6.4	SC	H	Jovem	1	<i>[...] o que eu quero para o futuro é um Brasil com mais saúde, mais educação e que o preço do combustível abaixe porque, do jeito que tá, não dá.</i>	Rua/estrada e casas
E.BDB.11-6.6	PI	H	Adulto	1	<i>[...] e o Brasil que eu quero é um Brasil digno, um Brasil respeitado, um Brasil com moral, aonde esse negócio de corrupção seja acabada, que as pessoas tenham seus direitos trabalhistas com mais dignidade. Esse é o Brasil que eu quero.</i>	Pedras
E.BDB.11-6.7	MG	H	Adulto	1	<i>[...] O Brasil que eu quero para o futuro é onde a humanidade fala menos e aja mais, desde a cidade fiada e fofoca, até os políticos nos programas eleitorais, que fala aquele tanto de coisa e não faz nada depois. Aqui ó [faz gesto de desaprovção virando o polegar da mão esquerda para baixo].</i>	A cidade ao fundo. Visão aérea, o depoente estava em uma torre, paramentado com equipamentos de segurança.
E.BDB.12-6.2	SE	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero daqui para frente é um Brasil onde as pessoas possam ter o direito de viver a vida com dignidade, que os políticos sejam outros, políticos capacitados, que não viva mais em manchetes, borrando a nossa tradição, o nosso país, com falcatruas, com roubalheiras.</i>	Campo coberto por vegetação
E.BDB.12-6.3	PR	H M	Adultos jovens	2	<i>[...] o Brasil que nós queremos para o futuro é um Brasil que entenda sua grandeza e o contexto em que está inserido, que somos uma nova geração e que essências e filosofias passadas já não cabem mais pro nosso crescimento.</i>	Avenida e edificações
E.BDB.12-6.5	GO	H	Idoso	1	<i>[...] O Brasil que eu quero para meus filhos e netos é um país aonde o pequeno produtor tenha mais garantia para seus produtos. Eis a minha lavoura de eucalipto encalhada por causa da roubalheira política que assola nossa economia.</i>	Plantação de eucaliptos
E.BDB.12-6.6	MG	H	Idoso	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil voltado para a</i>	Igreja

					<i>saúde, educação e segurança, simplesmente, com trezentos deputados, cinquenta senador e, no máximo, dez vereador. Sem [titubeia] foro privilegiado.</i>	
E.BDB.12-6.7	BA	H M	Adol.	2	<i>[Garota:] o Brasil que nós queremos é que eles invistam em educação/e de Brasília seja afastado o político ladrão/só assim teremos aqui uma grande evolução. [Garoto:] Gasolina aumentando, mas deveria diminuir/pobres se atacando, mas não deveria ser assim/o Brasil só mudará quando o povo se unir.</i>	Quintal, cerca.
E.BDB.13-6.2	SC	M	Adulta	1	<i>[...] eu peço por um país que valorize os agricultores que cultivam a terra todos os dias para produzir o alimento. Peço também pelos caminhoneiros que transportam o alimento até a mesa de todos os brasileiros. Que o preço dos combustíveis seja mais justo.</i>	Árvores
E.BDB.14-6.2	SP	H	Idoso	1	<i>[...] eu quero pro meu país um país grande, um país gigante, mas para isso precisamos tirar de circulação todos esses ladrões que assaltaram nosso país. A única maneira de punilos é com um voto sábio, um voto inteligente.</i>	Quintal, vegetação, montanhas
E.BDB.14-6.6	RS	H	Adulto	1	<i>[...] e o Brasil que eu quero é um país sem corrupção, com mais saúde, educação, mais respeito aos agricultores, professores, empresários e todos que trabalham, com ordem e progresso, e que as pessoas entendam que a nossa maior riqueza, nosso maior tesouro, somos nós, os brasileiros.</i>	Altar interno de uma igreja
E.BDB.15-6.7	PE	H	Adulto	1	<i>[...] um Brasil que eu quero é um Brasil que nosso povo possa tá se unindo através de nosso voto para que nas próximas eleições a gente esteja colocando gente nova para comandar nosso país para que a gente tenha mais educação, saúde e segurança para nós e para nossos filhos. Esse é o país que eu quero.</i>	Visão do alto da cidade e montanhas

E.JH.11-6.2	MG	H M	Adulto com criança no colo	2	<i>[...] o país que eu quero é um país sem corrupção, que entre um governo lá que acabe com essa roubalheira e que abaixe o preço da gasolina e do diesel que esse ano passou dos limites, e que olhe mais pela gente aqui.</i>	Fonte e igreja
E.JH.11-6.2	BA	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um país com mais educação, menos violência; é um país com mais saúde, menos corrupção; é um país com mais natureza — como nosso belo Rio [diz o nome do rio] preservado — e menos poluição.</i>	Rio e vegetação ciliar
E.JH.12-6.1	PR	H	Jovem	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro são mais desenvolvimento e mais emprego para os jovens para que eles não precisem sair de sua cidade para ir em outra região em busca de empregos.</i>	Quintal com pés de café
E.JH.12-6.5	PA	H	Adulto	5	<i>[...] o Brasil que nós queremos, é um Brasil que apoia o agricultor, que apoia o trabalhador rural para produzir com baixo custo, reduzindo os impostos. Esse [levanta o dedo] é o Brasil que nós queremos! [os outros trabalhadores pronunciam essas últimas palavras juntos do depoente principal]</i>	Atrás do depoente, quatro trabalhadores com enxadas na mão abrem buracos no solo para plantar
E.JH.13-6.1	BA	H	Jovem	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil com mais investimento em infraestrutura e que uma das nossas únicas opções de lazer não sejam abandonadas dessa maneira [mostra com a mão a quadra atrás].</i>	Quadra de prática de esportes em condições ruins
E.JH.13-6.4	MG	H	Adulto	1	<i>[...] eu sou engenheiro de desenvolvimento e o Brasil que eu quero é um Brasil onde se invista em educação, em novas tecnologias, em inovação e que a corrupção nunca mais exista, que os novos governantes que entrarão esse ano repensem tudo isso.</i>	Vista do alto da cidade e montanhas
E.JH.14-6.2	SE	M	Jovem	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um país com mais educação, segurança, emprego, igualdade</i>	Rua

					<i>social e que tenha ordem e progresso, como descrito na bandeira.</i>	
E.JH.14-6.4	SC	M	Adulta	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil com menos corrupção porque, com menos corrupção, nós vamos ter, menos impostos, menos desemprego, mais respeito, mais igualdade social, porque menos é mais [sorri].</i>	Casa na árvore
E.JH.15-6.2	SP	M	Adulta	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil onde cada um faça sua parte e não somente aponte o dedo para o próximo. Só assim teremos um país justo, humano e longe da corrupção onde nossos filhos possam se orgulhar.</i>	Cerca, gramado e igreja
E.JH.15-6.4	MG	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é o Brasil onde as pessoas se amem mais, se respeitem mais, é o Brasil onde tenhamos tolerância zero a políticos corruptos, onde a gente tenha mais respeito a nossa natureza, as nossas nascentes.</i>	Montanhas e vegetação
E.JN.11-6.2	RS	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é que as forças armadas sejam empregadas nas fronteiras a fim de evitar a entrada de armas e drogas para evitar tragédias que nem está acontecendo no Rio de Janeiro.</i>	Rio ou lagoa.
E.JN.11-6.3	RR	H	Idoso	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é que os políticos corrupto e ladrão sejam presos de verdade, tomem tudo que eles roubaram da nação para que o Brasil seja limpo igual essas águas do Rio Branco. [o enquadramento da câmera mostra o rio]</i> <i>*O Depoente veste uma camisa com camuflagem, como do exército. Durante o depoimento mantém a mão direita sobre o peito até apontar as águas do rio.</i>	Rio, pedras e embarcação pequena. Vegetação ciliar ao fundo.
E.JN.12-6.1	BA	M	Adulta	1	<i>[...] e o Brasil que eu quero é um Brasil de mais investimento, mais obras, mais emprego para todos nós.</i>	Estrutura de energia eólica

					<i>* A depoente usava uniforme de trabalho.</i>	
E.JN.12-6.5	PR	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil onde as pessoas tenham mais tolerância umas com as outras quando tem opiniões diferentes no atual cenário político.</i>	Cataratas
E.JN.14-6.1	PB	H	Adulto	2	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil que o povo valorize mais os agricultores. Aí ó, desde quatro horas da manhã que nós estamos aqui passeando com o [incompreensível] e limpando mato.</i>	Plantação O homem atrás do depoente principal caminha montado em um jegue
E.JN.14-6.5	SP	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil passado a limpo, ainda que tenhamos que começar tudo de novo, pois uma coisa que nós brasileiros temos é braço forte para construir uma nova nação.</i>	Vista do alto, pátio com carros, casas, montanhas.
E.JG.11-6.6	MG	H	Idoso	1	<i>[...] o que eu quero para o meu Brasil é que o governo olhe mais para o pequeno produtor rural. É duro tirar leite de setenta centavos e vender. Chega no final do mês, não sobre mais nada. O que eu queria é mais honestidade com o pequeno produtor.</i>	Curral
E.JG.14-6.4	MS	H	Adulto	1	<i>[...] eu quero um Brasil onde o povo dê mais valor ao produtor rural e ao homem trabalhador desse país e que aprendam a votar para depois não ficar reclamando aí dos nossos governantes.</i>	Plantação
E.JG.15-6.2	CE	M	Idosa	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil que nós já temos, um Brasil rico por natureza. O que nós precisamos é de pessoas de responsabilidade para cuidar da nossa riqueza natural.</i>	Letreiro, vegetação, montanha
E.JG.15-6.6	RS	M	Idosa	1	<i>[...] o país que eu quero é que o governo bote mais trabalho, que não feche empresa e lojas, fábricas que tão fechando, que bote o pessoal para trabalhar, que precisa, que pai de família tem uma casa digna e trabalho honesto.</i>	Porta de igreja

E.CS.09-6.3	MG	H	Idoso	1	<i>[...] o futuro que eu quero para o Brasil é um futuro com mais igualdade, liberdade e justiça e, acima de tudo, muito respeito às mulheres porque mulher é vida e, sem vida, não há futuro. Simples assim.</i>	Quintal e quadro emoldurado com imagens de várias igrejas
E.JH.01-9.3	BA	H	Adulto	1	<i>[...] o futuro que eu quero para o nosso Brasil é um futuro sem corrupção; tirar esse pessoal que tá aí, né?, corrupto, e botar gente nova para nós termos mais saúde, educação e ter um Brasil melhor.</i>	Letreiro com o nome da cidade, estrada, cerca e vegetação
E.JH.01-9.5	SP	H	Adulto	1	<i>[...] e eu quero o Brasil no futuro sem corrupção. O homem honesto precisa assumir o poder. Vota certo, Brasil!</i>	Praça com igreja matriz
E.JN.01-9.4	PB	H	Adulto	1	<i>[...] o país que eu quero para o futuro é um país onde todos os brasileiros possam se sentir irmãos, onde a cor partidária não divida uma nação tão bonita como o Brasil.</i>	Letreiro com o nome da cidade
E.CS.01-9.3	SP	H	Adulto	1	<i>[...] e o Brasil que eu quero é um país com menos burocracia, mais [titubeia na confusão de menos e mais] democracia, menos corrupção e menos roubalheira. Que os nossos presidentes e governadores venham olhando para o futuro de novas gerações trazendo mais emprego, mais educação, melhorando a saúde.</i>	Rua e canteiro
E.CS.01-9.4	GO	H	Adulto	1	<i>[...] estou numa área de preservação permanente do córrego [diz o nome do córrego], hoje afluente perene do Rio [diz o nome do rio]. O Brasil que eu quero é aquele onde todos os proprietários rurais do país recuperem as áreas degradadas de APPs [áreas de preservação permanente] e também de reservas legais de suas propriedades. Assim como também preservem as áreas existentes, né? Isso irá garantir o fim da crise hídrica nacional bem como a proteção à fauna.</i>	Rio e vegetação

E.H1.03-9.1	PI	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero [balança a bandeira do Brasil que segura na mão] é o Brasil onde governante e governado vote consciente, ou seja, pense na hora de votar. Não adianta, depois, reclamar do leite derramado. Aqui atrás tem uma mazela [aponta para a obra inacabada/abandonada no fundo], quem é o culpado: governante ou governado?</i>	Obra inacabada
E.H1.03-9.5	SC	H	Idoso	1	<i>[...] o Brasil que eu quero... que mude a/o sistema do Brasil, que entre um presidente que, que dê valor para as pessoas mais pobres também. E que acabe com essas ladroeiros que existe.</i>	Rua
E.H1.04-9.2	SC	M	Adulta* Com seus alunos	8	<i>[...] e o Brasil que eu e os meus alunos queremos para o futuro é um Brasil repleto de amor, paz e união e, principalmente, educação. *Assim como a professora, cada um dos alunos segura uma placa com as palavras: paz, educação, amor, união, humildade, esperança, respeito e carinho (a última é a da professora).</i>	Praça com igreja
E.H1.04-9.2	MG	H	Idoso	1	<i>[...] Não procuro um país melhor de que esse [aponta discretamente para a paisagem ao fundo]. O Brasil é perfeito. Não tem país melhor de que o Brasil, é só o povo brasileiro aprender a cuidar melhor dele e arrumar boa administração para ele, mas o país já é perfeito. Não tem Brasil melhor de que esse.</i>	Rio, vegetação e vara de pescar (esta no primeiro plano, como o depoente)
E.H1.04-9.3	MA	H	Idoso	1	<i>[...] o país que eu quero para o futuro é um Brasil onde verdadeiramente se tenha ordem, porque o progresso é uma consequência.</i>	Avenidas e canteiro central
E.H1.04-9.4	PR	M	Adulta	1	<i>[...] e o que eu quero para o meu Brasil é todos esses ladrões corruptos no xadrez e o próximo governante governe pela nação, pelo povo, pelo país, e não pelo partido e nem pelo poder. O Brasil tem jeito. Vamos lá!</i>	Monumento e canteiro de flores.

E.H1.05-9.1	PR	H	Idoso	1	<i>[...] o Brasil que eu quero, é que todo mundo preservasse os rios e as nascentes igual nós preservamos e que todos os políticos brasileiros vivessem com salário-mínimo igual nós vivemos.</i>	Rio de vegetação
E.H1.05-9.2	MS	H	Adulto	1	<i>[...] e o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil livre, com menos impostos, mais liberdade, sem corrupção e com uma política com honestidade. [Vira a câmera] Eu acredito, com fé em Deus.</i>	1º momento: Grande edifício *Vira a câmera 2º momento: Igreja
E.BDB.03-9.3	PE	H	Adulto	1	<i>[...] e o Brasil do futuro é um Brasil que invista na educação. Precisamos mudar o país. Para mudar o nosso país precisa mudar toda uma nação com outras ideologias. Vamos sair dessa política hereditária e corrupta.</i>	Campo com vegetação
E.BDB.03-9.5	PB	H	Adulto	1	<i>[...] e o Brasil que eu quero para o futuro é um país onde o cidadão que pensa em entrar na política, ele entre pensando em dar sua contribuição para a humanidade, e não para enriquecer com recursos públicos.</i>	Estrada de terra e lago
E.BDB.04-9.4	RS	H	Adulto	1	<i>[...] trabalho de eletricista [o depoente usa um capacete de eletricista], moro no município de [diz o nome da cidade]. O Brasil que eu quero é que o governo faça o asfalto da cidade de [diz o nome da cidade] até a RS480 para que as grandes empresas possam se instalar em nosso município e gerar emprego.</i>	Estrada sem asfalto
E.BDB.05-9.5	PB	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é um Brasil mais honesto, com saúde, educação e trabalho. Só assim formamos cidadãos de bem e fora a reeleição!</i>	Cerca, vegetação e casas ao fundo
E.BDB.07-9.5	MG	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil livre... livre desses abutres que hoje comandam nosso país, onde a falta de respeito e a deslealdade prevalecem.</i>	Espelho d'água

E.BDB.07-9.7	PB	H	Idoso	1	<i>[...] o Brasil que eu quero é esse: com asfalto [aponta para a estrada], com ponte [tocando a viola]: Quero um Brasil que respeite as nossas religiões/com mais cadeia de ferro para prender os ladrões/que saiam os políticos ruins e fique os políticos bons.</i>	Vala ao lado de uma rodovia
E.JN.03-9.2	MG	H	Idoso	1	<i>[...] e o país que eu quero para o futuro é um país com mais educação, mais saúde, mais segurança e incentivo do governo na implantação de indústria no nosso município, evitando que nossos jovens saiam de nossa cidade e busquem opções em cidades maiores.</i>	Praça e igreja
E.JN.04-9.1	SC	M	Adulta	1	<i>[...] nosso Brasil está doente e ele precisa de cura. Com maior participação poderemos MUDAR o rumo da nossa história. Eu quero mais respeito, mais igualdade e, acima de tudo, mais justiça.</i>	Escadaria e igreja
E.JN.05-9.2	SP	H	Adulto	1	<i>[...] espero do Brasil um país mais digno, sem corrupção, que os políticos governem para o povo e os interesses pessoais fiquem em segundo plano.</i>	Represa e vegetação
E.JN.05-9.4	SC	H	Adulto	1	<i>[...] o Brasil que eu quero para AGORA, não para o futuro, é umas leis mais rigorosas; uns políticos... mudança porque esses que já foram não tem mais condições, sem chance. Vamos, mudança urgente!</i>	Rua e ônibus

